

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

LETÍCIA SABINA WEMEIER KRILOW

**DEMOCRACIA E DISCURSO AUTORREFERENCIAL: REPRESENTAÇÕES EM
DISPUTA NAS PÁGINAS DA GRANDE IMPRENSA CARIOCA (1955-1960)**

Porto Alegre
2022

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

LETÍCIA SABINA WEMEIER KRILOW

DEMOCRACIA E DISCURSO AUTORREFERENCIAL:
REPRESENTAÇÕES EM DISPUTA NAS PÁGINAS DA GRANDE
IMPrensa CARIOCA (1955-1960)

Tese apresentada como requisito último para a obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Área de concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Orientadora: Profa. Dra. Marlise Regina Meyrer

Porto Alegre

2022

LETÍCIA SABINA WEMEIER KRILOW

DEMOCRACIA E DISCURSO AUTORREFERENCIAL:
REPRESENTAÇÕES EM DISPUTA NAS PÁGINAS DA GRANDE
IMPrensa CARIOCA (1955-1960)

Tese apresentada como requisito último para a obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Área de concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Aprovado em: 29 de Março de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Marialva Carlos Barbosa – UFRJ

Profa. Dra. Tânia Regina de Luca – UNESP

Profa. Dra. Celi Regina J. Pinto – UFRGS

Prof. Dr. Helder V. Gordim da Silveira – PUCRS

Profa. Dra. Marlise Regina Meyrer - PUCRS (orientadora)

Porto Alegre

2022

Ficha Catalográfica

K92d Krilow, Letícia Sabina Wemeier

Democracia e Discurso Autorreferencial : representações em disputa nas páginas da grande imprensa carioca (1955-1960) / Letícia Sabina Wemeier Krilow. – 2022.

394.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Marlise Regina Meyer.

1. Jornais. 2. Discurso autorreferencial. 3. Democracia. 4. Pensamento Político. 5. Funções públicas. I. Meyer, Marlise Regina. II. Título.

AGRADECIMENTOS

A comissão de bolsas PUCRS por ter acreditado nesta pesquisa e concedido o benefício da bolsa. Assim como, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro sem o qual não teria sido possível realizar este trabalho.

A minha querida orientadora, Profa. Dra. Marlise Regina Meyrer pelo profissionalismo, paciência, atenção e todas sugestões fundamentais para a concretização desse trabalho.

Aos professores da Escola de Humanidades da PUCRS, em especial aos professores Helder Silveira, Luciano Abreu, Tatyana Maia.

Ao professor Luis Martins a quem devo o gosto e a base dos estudos de história, imprensa e política

A equipe de funcionários das secretarias de Pós-Graduação em História, especialmente à Daniela Petró, aos funcionários do laboratório de informática.

Aos meus colegas que de alguma forma auxiliaram nessa caminhada, em especial às companheiras e companheiros de grupos de estudos Thaíze da Luz, Pâmela Becker, Pricila Müller, Thiago Costa e Mônica Karawejczyk.

A minha mãe, meu irmão e minha irmã.

Ao José Leandro.

RESUMO

Com esta tese, procura-se analisar a forma como a grande imprensa carioca (*Correio da Manhã, Jornal do Brasil, O Globo e Última Hora*) representou, na segunda metade da década de 1950 (1955-1960), a democracia vigente no Brasil e o seu próprio papel institucional nesse regime democrático. Entre 1955 e 1960, o país passava por um período de intensificação do processo de transformação, tanto econômica quanto política e social, que normalmente implica em interferência na forma como os jornais percebem e representam o jogo político e os seus próprios papéis institucionais na democracia. Ainda, nesse período, as mudanças na imprensa carioca do período, como mostra uma ampla bibliografia, tenderam a produzir uma alteração na forma de autoconstrução simbólica do papel desses periódicos, principalmente em relação à política e na própria relação com a política. Assim, tem-se um movimento na imprensa que parece conduzir a um reforço dessa instituição no debate público e, principalmente, na forma como procura construir o seu papel frente e no espaço político, ao mesmo tempo em que o próprio jogo político passa por rearticulações, geradas pelo ordenamento encontrado no Código Eleitoral de 1945, regulador do alistamento eleitoral e das eleições em todo o país. Entretanto, esse tema ainda não foi pesquisado nesses termos. Dessa forma, mostra-se relevante analisar como os jornais selecionados estão percebendo a democracia e como buscaram se construir legitimamente no debate público, a partir de distintos papéis. Para tal análise, buscou-se referenciais teóricos que permitam pensar as produções simbólicas/culturais, nas quais se encontra o jornalismo, como instituições relativamente autônomas e que leve em consideração as especificidades internas da imprensa como instituição, mas que compreenda, também, como os jornais relacionavam-se entre si e como respondiam às pressões externas, especialmente no que se refere à política, relação complexa e que não pode ser vista simplesmente como hierárquica ou como mera subordinação dos jornais a partidos ou grupos, mas sim de forma dinâmica. Isso torna válida a teoria dos campos de Pierre Bourdieu e o diálogo que se pretendeu estabelecer com o conceito de representações sociais de Roger Chartier e Sandra Jovchelovitch. Por fim, como metodologia, trabalhou-se com a Análise de Conteúdo. Concluímos que os diários na ânsia de defender suas tomadas de posição, sua linha editorial e sua relevância ao regime democrático, a partir de distintas *funções públicas* (*interprete do pensamento coletivo, falar pela coletividade, defensor dos interesses populares, vigilante do poder público, auxiliar da coisa pública*), acabaram tentando impor sua visão de mundo aos demais. Assim, defendemos que as disputas internas ao *campo* e também com agentes provenientes de outros campos, como o político, geraram como subproduto uma visão negativa em relação à democracia vigente, em que não se critica diretamente o regime democrático em si, mas, por vezes se questiona a capacidade política do *povo*, se condena seus *homens públicos*, suas principais instituições (partidos, voto e eleições). Sendo que essa representação poderia ser apropriada por distintos grupos, de distintas formas, especialmente para legitimar medidas extraleais que levassem à derrocada do regime.

Palavras-chave: Jornais. Discurso autorreferencial. Democracia. Pensamento político. Funções públicas.

ABSTRACT

This dissertation intends to analyze how the Carioca press from Rio de Janeiro city (*Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, and *Última Hora*) represented democracy in Brazil by the second half of the 1950s (1955-1966) and its institutional role in the democratic regime. Between 1955 and 1960, the country was amid a period of intensified transformation, both political and social, as well as economic. Such transformations normally meant interference in the way papers perceived and represented politics and in the papers' institutional roles in democracy. As shown in extensive literature, the changes in the Carioca press of that time tend to alter how these periodicals are symbolically developed, mainly in politics and their relation to politics. A movement in the press seems to lead to the strengthening of this journalistic institution in the public debate and the way that it seeks to build its role in politics. At the same time, politics undergoes a process of re-articulation because of the Electoral Code (1945), which regulates elections and electoral registrations throughout the country. However, this theme still has not been researched in such terms. It is relevant to analyze how the selected newspapers perceived democracy as well as how they sought to legitimately establish themselves in public debate through distinctive roles. For this analysis, we sought theoretical references that allowed us to see the symbolic and cultural productions, in which journalism is found, as relatively independent institutions. The analysis also takes into consideration the internal specificities of the press as an institution and how the papers related to each other while responding to external pressure, mainly in politics. It is a complex relationship that cannot be simply viewed as hierarchical or as mere subordination from the papers to political parties or groups. It has to be seen dynamically. This analysis validates the theory in Pierre Bourdieu's field of research and the dialogue we intend to establish between Roger Chartier's concept of social representations and Sandra Jovchelovitch. The methodology consists of content analysis. We conclude that the newspapers in the eagerness to defend their positions, their editorial line and their relevance to the democratic regime, from different public functions (*interpreter of collective thought, speak for the collectivity, defender of popular interests, watchdog of the public power, assist public affairs*), ended up trying to impose their worldview on others. Thus, we argue that internal disputes in the field and also with agents from other fields, such as politics, generated as a by-product a negative view of the current democracy, in which the democratic regime itself is not directly criticized, but, at times, the political capacity of the people is questioned, their public figures, their main institutions (parties, voting and elections) are condemned. Since this representation could be appropriated by different groups, in different ways, especially to legitimize extralegal measures that would lead to the overthrow of the regime.

Keywords: Newspapers. Self-referential. Democracy. Politics. Public functions.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Aumento da população urbana em relação à rural.....	46
Quadro 1 - Tabulação corpus documental.....	25
Quadro 2 - Número de ocorrências totais do termo povo após as etapas de unitarização e categorização	85
Quadro 3 - Número de textos com o termo povo, após as etapas de unitarização e categorização	86
Quadro 4 - Relação entre o número geral de textos com o termo povo e o número de ocorrências e de editoriais onde povo pode ser considerado como sinônimo de nação	88
Quadro 5 - Relação entre o número geral de textos com o termo povo e o número de ocorrências e de editoriais onde povo pode ser considerado como sinônimo de população	95
Quadro 6 - Relação entre o número geral de textos com o termo povo e o número de ocorrências e de editoriais onde povo pode ser considerado como sinônimo eleitores.....	105
Quadro 7 - Número de textos com representações de homens públicos após as etapas de unitarização e categorização.....	119
Quadro 8 - Número de textos com representações de homens públicos após as etapas de unitarização e categorização, por subcategoria	119
Quadro 9 - Número de textos com representações de partidos políticos após as etapas de unitarização e categorização.....	187
Quadro 10 - Número de textos com representações de partidos políticos após as etapas de unitarização e categorização, por subcategoria	188
Quadro 11 - Número de textos com representações sobre voto após as etapas de unitarização e categorização	217
Quadro 12 - Número de textos com representações sobre voto após as etapas de unitarização e categorização, por subcategoria.....	217
Quadro 13 - Número de textos com representações sobre eleições após as etapas de unitarização e categorização.	236
Quadro 14 - Número de textos com representações sobre eleições após as etapas de unitarização e categorização, por subcategoria.....	237

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
2 HISTÓRIA, IMPRENSA E POLÍTICA: MONTANDO UM QUADRO	30
2.1 POLÍTICA EM TRANSFORMAÇÃO: DEMOCRACIA IMPLANTADA.....	32
2.2 INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO ACELERADAS	43
2.3 IMPRENSA EM TRANSIÇÃO: PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO JORNALISMO	46
2.4 TEORIA DOS CAMPOS: UMA POSSIBILIDADE TEÓRICA	54
2.5 JORNAIS EM FOCO: ENTRE TRADIÇÃO E RENOVAÇÃO.....	69
2.5.1 <i>Jornal do Brasil</i>	69
2.5.2 <i>Correio da Manhã</i>	73
2.5.3 <i>O Globo</i>	76
2.5.4 <i>Última Hora</i>	78
3 SUJEITOS CONSTRUÍDOS: POVO E HOMENS PÚBLICOS NA DEMOCRACIA BRASILEIRA	82
3.1 POVO E SUA POLISSEMIA	82
3.1.1 Povo e Nação.....	87
3.1.2 Povo enquanto população.....	94
3.1.3 Povo enquanto eleitor.....	105
3.2 “BRASIL, UM DESERTO DE HOMENS”: OS HOMENS PÚBLICOS	118
3.2.1 Identificando e qualificando os <i>homens públicos</i>	121
3.2.2 Juscelino Kubitschek: entre o retorno ao passado indesejável e a consolidação democrática.....	133
3.2.3 João Goulart: de ameaça à democracia à “síntese dos novos tempos”.....	156
3.2.4 Café Filho: “golpista” ou “moralizador”?	168
3.2.5 Juarez Távora: entre “renovação moral” e “dever democrático”	173
4 SISTEMAS POLÍTICOS REPRESENTADOS.....	181
4.1 PARTIDOS POLÍTICOS.....	181
4.1.1 Partidos políticos <i>no</i> e <i>para</i> o regime democrático	188
4.1.2 Partidos políticos brasileiros e suas características gerais	193
4.1.3 Um triângulo partidário: PTB, PSD e UDN em perspectiva.....	200
4.2 VOTO UMA INSTITUIÇÃO CONSOLIDADA?.....	216
4.3 ELEIÇÕES: ENTRE “GOLPES” E LEGALIDADE	236
4.3.1 Eleições e suas significações na democracia brasileira	238

4.3.2 Eleições, fraudes e democracia: perspectivas em conflito	260
4.3.3 Eleições: teses e propostas em disputa.....	274
4.3.3.1 “União Nacional” – solução golpista ou patriótica?.....	275
4.3.3.2 Abstenções: reais ou desejadas?.....	281
4.3.3.3 Votos comunistas: velha mistificação	284
4.3.3.4 A famigerada maioria absoluta.....	285
4.3.3.5 Prorrogação de mandatos, um golpe legal.....	289
5 DEMOCRACIA E CONCEITOS EM PERSPECTIVA	292
5.1 DEMOCRACIA E OPINIÃO PÚBLICA	292
5.2 DEMOCRACIA E <i>LIBERDADE</i>	301
5.3 DEMOCRACIA E LIBERDADE DE IMPRENSA	311
5.4 DEMOCRACIA E LEGALIDADE	327
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	339
REFERÊNCIAS	346
ANEXO 1 – Correio da Manhã, 02 de março de 1955 – Editorial no canto superior esquerdo da página 6.....	357
ANEXO 2 – Jornal do Brasil, 02 de março de 1955 – Editorial no canto superior esquerdo da página 5	358
ANEXO 3 – Jornal do Brasil, 11 de setembro de 1957 - Editorial no canto superior esquerdo da página 3.....	359
Anexo 4 – O Globo, 02 de março de 1955 – Editorial na capa	360
ANEXO 5 – Última Hora, 02 de março de 1955 – Coluna “Coluna de Última Hora” reconhecida como o lugar por excelência da “opinião oficial” do jornal – canto superior esquerdo.....	361
ANEXO 6 – Última Hora, 24 de fevereiro de 1956 – Editorial na capa	362
ANEXO 7 – Última Hora, 11 de fevereiro de 1957 – Coluna “Flashes do Momento” reconhecida como lugar por excelência da “opinião oficial” do jornal, canto superior esquerdo – página 3	363
ANEXO 8 – Última Hora, 06 de maio de 1958 - Coluna “Flash do Momento” reconhecida como lugar por excelência da “opinião oficial” do jornal, superior central – página 3.....	364
ANEXO 9 – Última Hora, 18 de maio de 1960 - Coluna “Coluna de UH” reconhecida como lugar por excelência da “opinião oficial” do jornal, canto superior esquerdo – página 3	365
Anexo 10 – Quadro escolha de edições a serem coletadas	366

Parte 1/3.....	366
ANEXO 11 – Exemplo do quadro elaborado a partir da amostragem inicial de 15%..	369
ANEXO 12 – Exemplo do quadro elaborado a partir do critério qualitativo – roteiro de eventos	370
ANEXO 13 – Especificidades formação corpus documental do Correio da Manhã.....	371
ANEXO 14 – Especificidades formação corpus documental do Jornal do Brasil.....	373
ANEXO 15 – Especificidades formação corpus documental de O Globo	375
ANEXO 16 – Especificidades formação corpus documental de Última Hora	377
ANEXO 17 – Especificação unidades de análise, categorias e subcategorias no jornal <i>Correio da Manhã</i>	379
ANEXO 18 – Especificação unidades de análise, categorias e subcategorias no <i>Jornal do</i> <i>Brasil</i>	381
ANEXO 19 – Especificação unidades de análise, categorias e subcategorias no <i>O Globo</i>	383
ANEXO 20 – Especificação unidades de análise, categorias e subcategorias no <i>Última</i> <i>Hora</i>	385
ANEXO 21 – Exemplo de como as categorias são marcadas no texto e que surgem a partir dos textos	387
ANEXO 22 – Capa do Jornal do Brasil antes das mudanças no layout – 26 de maio de 1955	388
ANEXO 23 – Capa do Jornal do Brasil após as mudanças no layout – 10 de setembro de 1957	389
ANEXO 24 – Capa Correio da Manhã, com a rotativa de 9 colunas – 29 de agosto de 1954	390
ANEXO 25 – Capa Correio da Manhã, com a rotativa de 8 colunas – 26 de maio de 1955	391
ANEXO 26 – Capa O Globo, 26 de maio de 1955.....	392
ANEXO 27 – Capa Última Hora, 26 de maio de 1955	393

INTRODUÇÃO

Dentre muitas inovações trazidas pela terceira geração dos *Annales*, importa destacar a sua proposta de utilizar novos objetos, formular novos problemas e oferecer novas abordagens¹. Tal destaque mostra-se relevante, pois foi somente a partir desse tratamento que a imprensa – especialmente jornais e revistas – passou a ser utilizada de forma mais abundante na produção do saber histórico (LUCA, 2005).

No caso brasileiro, isso ocorreu a partir da década de 1970. Contudo, especialmente desde a década de 1980, os próprios jornais tornaram-se objeto de estudo, assim, “não se tratava simplesmente de fazer a história da imprensa, mas de situar esses jornais como elementos atuantes no processo político global” (PINHEIRO, 1980, p. XI), ou seja, as pesquisas, a partir de então, dedicaram-se a compreender também a “ação política” dos jornais.

Nesses termos, embora historicamente a imprensa tenha forte imbricação com a política, desde o processo de abertura democrática iniciado em 1945 até o golpe civil-militar de 1964 a *grande imprensa* brasileira, em especial os jornais, reforçaram sua intervenção nos principais acontecimentos políticos do período. Para entender esse processo, a tese analisa as interpretações e representações criadas e difundidas pelos jornais sobre a democracia, em especial sobre o regime, então vigente no país.

Dessa forma, com esta tese, objetiva-se analisar a forma como parte da *grande imprensa*² carioca (*Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Ultima Hora*) representou, na segunda metade da década de 1950 (1955-1960), a democracia vigente no Brasil, do mesmo modo que pretende-se compreender a forma como esses jornais construíram discursivamente³ o seu próprio papel institucional⁴ nesse regime democrático.

¹ Ver principalmente, Le Goff e Nora (1976).

² Compreendemos *grande imprensa* da mesma forma que a historiadora Tânia de Luca (2011, p. 149), isto é, como um “conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro”. No caso desta pesquisa, definimos que para um periódico ser considerado pertencente à *grande imprensa* é preciso que possua uma tiragem superior a 40 mil exemplares/dia, no período estudado, que possua regularidade e continuidade em suas edições, que seja estruturado administrativamente, com divisão do trabalho no interior das redações, além da utilização de técnicas industriais na produção dos periódicos.

³ Compreendemos discurso de modo amplo, como expressão humana, dotada de uma estrutura mínima, que expresse algo e possua significado, seria uma forma específica de dar sentido às palavras. (MARTINS, 2021, informação verbal), (PINTO, 2002), (ORLANDI, 2020).

⁴ Vale destacar que compreendemos instituição enquanto uma ordem ou padrão social que alcançou um certo estado. Dessa forma, concebemos o jornalismo enquanto instituição em um sentido mais global. Assim, podemos falar em “instituição jornalística” que, segundo Franciscato (2003, p. 22), “refere-se a um aspecto coletivo e organizacional do jornalismo, sob a perspectiva de uma instituição com certa carga de racionalidade, que aglutina, organiza e dá unidade a normas de ação e valores culturais institucionalizados. [...] A instituição jornalística é, ao mesmo tempo, um 'corpo', uma forma social e uma estrutura operacional de produção”.

A partir desse tema, objetivo geral e delimitação espacial e temporal, buscamos apreender elementos do pensamento político *dos*⁵ jornais estudados, bem como identificar a percepção sobre a política criada e difundida pelos jornais escolhidos, mas, de modo mais profundo, compreender como o *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Ultima Hora* representaram o político⁶. Por fim, procuramos mapear as estratégias discursivas utilizadas pelos jornais para se legitimarem no debate público. Nesse sentido, a partir do *corpus* documental, consideramos relevante, para conseguirmos atingir o objetivo geral e os secundários, identificar quais valores, ideias e princípios encontram-se atrelados às representações sobre *povo*, *homens públicos*, *partidos políticos*, *eleições*, *voto*, *legalidade*, *liberdade* e *opinião pública* que foram difundidas pelos periódicos estudados.

Nesse sentido, a problemática da pesquisa está em identificar elementos do(s) pensamento(s) político(s) desses jornais, especialmente em relação a democracia vigente, buscando subsídios para compreender algumas *tomadas de posições*⁷ desses diários que podem ter interferido na sociedade e legitimado, por um lado, ações de apoio a manutenção do regime democrático, e, por outro, medidas que avalizaram a derrubada desse regime. Interessa, também, compreender qual a relação dessas posições com um possível processo de autonomização do jornalismo frente ao que se pode compreender como *campo literário*, *político* e *econômico*. Para tanto, é fundamental averiguar quais papéis institucionais os jornais selecionados construíram para si no regime democrático - atente para o termo “construíram”, pois quando objetivamos analisar o papel institucional da imprensa nosso foco é a investigação das construções discursivas sobre esse papel e não propriamente o papel efetivamente exercido pelos diários⁸.

⁵ Utilizamos *dos* jornais e não *nos* jornais, em função do gênero de texto selecionado para análise. Não iremos analisar cada jornal por completo, mas apenas os textos editoriais e similares, ou seja, aqueles cuja função seria difundir a forma como os diários querem ser vistos no debate público, por isso é possível utilizar o termo *dos*, pois são textos concebidos para expor a opinião que se quer a oficial do jornal. Dessa forma, quando escrevemos que *o jornal* disse, falou, expôs, se posicionou etc. não pretendemos reificar os diários estudados, mas sim facilitar a escrita e a leitura deste texto.

⁶ Estamos referindo-nos ao conceito de político, como formulado por Pierre Rosanvallon (2010, p. 71-72): “o político ao mesmo tempo a *um campo* e a *um trabalho*. Como campo, ele designa o lugar em que se entrelaçam os múltiplos fios da vida dos homens e mulheres; aquilo que confere um quadro geral e seus discursos e ações; ele remete à existência de uma ‘sociedade’ que, aos olhos de seus partícipes, aparece como um todo dotado de sentido. Ao passo que, como trabalho, o político qualifica o processo pelo qual um agrupamento humano, que em si mesmo não passa de mera ‘população’, adquire progressivamente as características de uma verdadeira comunidade. Ela se constitui graças ao processo sempre conflituoso de elaboração de regras explícitas ou implícitas acerca do participável e do compartilhável, que dão forma à vida da *polis*”. Nesse sentido, a política seria apenas um elemento *do* político.

⁷ Neste trabalho, a *tomada de posição* se refere à quando o jornal se coloca explícita (utilizando o nome do jornal ou a primeira pessoa do plural) ou implicitamente a favor, contra ou criticamente a alguma ideia, ideal, pensamento, acontecimento, valor, conceito.

⁸ Para compreendermos o papel institucional efetivamente exercido, teríamos que utilizar outro arcabouço teórico-metodológico, seria um trabalho totalmente distinto, possivelmente teríamos que trabalhar com *recepção*.

Esse problema de pesquisa reflete a preocupação da historiadora com o contexto atual brasileiro, no qual a *grande mídia* adquiriu, especialmente após a chamada *abertura democrática*, um papel de protagonista, conseguindo mobilizar diversos setores e grupos da sociedade. Com isso, ampliou progressivamente sua eficácia como interventora no mundo social e na condução de muitos desfechos políticos, haja vista a crise político-institucional intensificada nos anos 2015-2016, que gerou uma ruptura institucional com amplo apoio da *grande mídia* (GRIJÓ, 2016).

Na análise desse contexto, o historiador Luis Alberto Grijó (2016, p. 87-88) argumenta que “[...] os meios têm comparecido diretamente na arena política como força organizadora e canalizadora de diversos interesses na sociedade, muitos deles absolutamente legítimos, mas outros nem tanto [...]”. Dessa forma, desde os “protestos” de junho de 2013 e, especialmente, da “manifestação” de quinze de março de 2015, a *grande mídia* capitaneou o processo de *impeachment* da então presidenta Dilma, “[...] buscando fazer crer se tratar de algo ‘normal’, totalmente de acordo com as ‘instituições democráticas’ das quais se arrogam a tutela”.

Assim, ao se construírem como “guardiães e intérpretes da democracia” acabam por atribuir a esse regime “o sentido que melhor lhes convém” (GRIJÓ, 2016, p. 67), o que pode ser temerário, tendo em vista que os jornais, que são instituições privadas e com interesses privados, acabam construindo para si funções públicas (HABERMAS, 1984). Não por acaso, tomadas de posição e de sentido poderiam legitimar a manutenção da democracia no Brasil atual ou mesmo oferecer elementos para a sua futura derrocada.

Sem cair em anacronismos e guardando as devidas especificidades, podemos identificar situação semelhante no período de recorte desta pesquisa, 1955-1960. Nesse sentido, sem descartar a ligação entre a imprensa e o *campo político*, Marialva Barbosa (2007, p. 151) utiliza como exemplo a campanha de 1954, que culminou no suicídio de Vargas para reconhecer a imprensa no período de 1945 a 1964, “como força dirigente superior mesmo aos partidos e as facções políticas”. Entretanto, tal atuação política, a partir de discursos que afirmavam defender a democracia, especialmente contra o *perigo vermelho*, configurou um cenário propício ao Golpe civil-militar de 1964 (SILVA, 2017).

A partir de tal contexto e dessas perspectivas, os estudos sobre a imprensa no Brasil não estão apenas legitimados, como se fazem necessários. E no que se refere à presente abordagem, essa se justifica, pois o tema não foi pesquisado nesses termos, isto é, buscamos destacar as qualificações/características atribuídas aos conceitos e não nos centramos nas questões políticas do período em si, pois elas são somente pano de fundo para entendermos o/s conceito/s de democracia. Já as pesquisas existentes sobre a relação imprensa e política no período centram-

se na identificação da ligação político-partidária dos jornais (de forma direta), sem a preocupação em compreender a percepção dos diários sobre *a* política ou, de modo mais amplo, sobre *o* político. No geral, limitam-se a classificar os impressos – de forma imprecisa e, por vezes, equivocada – como “liberais” e/ou “conservadores”, “getulistas” ou “udenistas”, trabalhando em uma perspectiva que concebe a imprensa como subordinada a política ou como uma entidade acima de qualquer possível intervenção, movida apenas por interesses próprios. Ou, ainda, possuímos as perspectivas que são pautadas, mesmo que implicitamente, na teoria da manipulação. Dessa forma, trabalhamos com *o que foi dito*, mas conferimos especial atenção para a *forma como foi dito*.

Nesse sentido, o íterim 1955-1960 mostra-se um período ímpar para pesquisa e se justifica, pois esse é o momento de aprofundamento de transformações na imprensa carioca em direção à adoção, ao menos discursivamente, do *modelo norte-americano de jornalismo*, que implicaram em mudanças tanto na sua estrutura como empresa, quanto na sua produção textual-discursiva. Sendo que tal mudança, para nós, não pode ser dissociada de uma promoção dos ideais democráticos, lembrando que Chartier (2002a, 2002b) argumenta que a forma não pode ser desvinculada do conteúdo, assim, a opção de modelo de jornal (forma) por si só já contém componentes do discurso democrático.

Da mesma forma, esse espaço temporal é de oposição moderada dos jornais em relação ao Poder Executivo, o que nos oferece um campo de observação do pensamento político *dos* jornais menos afetado pelo descontentamento com *a* política, decorrente da eleição e governo de Getúlio Vargas⁹. Ainda mais, em vinte anos de governo democrático, apenas dois presidentes conseguiram terminar seus mandatos, Eurico Gaspar Dutra e Juscelino Kubitschek. Assim, a escolha do período de 1955-1960 é mais plausível tendo em vista que os anos 1945-1950 poderiam ainda estar fortemente impregnados com os receios e críticas ao Estado Novo, ao mesmo tempo, por uma euforia com a instalação do regime democrático.

Esse recorte também corresponde ao espaço de tempo de estabilização da ampliação numérica do eleitorado, mas também de intensificação das migrações campo-cidade, o que alterou as bases do sistema representativo, com ganho relativo do voto urbano em detrimento

⁹ O mandato de Juscelino Kubitschek “caracterizou-se pela temporária pacificação política da oposição e dos militares e, no terreno econômico, pela ênfase no crescimento acelerado, sem grandes preocupações com possíveis consequências macroestruturais indesejáveis” (ABREU, 2013, p. 213). “Um dos pontos altos do governo Kubitschek foi a capacidade de controlar aos impulsos golpistas de setores militares. Para o êxito, concorreram a provisória derrota dos adversários de Vargas, após o suicídio deste, e a percepção do presidente de que seu esforço desenvolvimentista dependia do entendimento entre os militares e de sua colaboração. Assim, tratou de atender reivindicações no tocante à compra de equipamentos, ao aumento dos vencimentos, assim como colocou figuras militares em cargos importantes da área econômica, caso da Petrobrás e do Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Mesmo assim, ocorreram rebeliões no governo JK” (FAUSTO, 2013, p. 118).

do rural. De outra parte, corresponde, ainda, ao período de crescimento de forças políticas, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pequenos partidos, geralmente concebidos pela historiografia como grupos “progressistas”, o que acaba por modificar consideravelmente a distribuição dos poderes entre os partidos. Isso representou, após o crescimento vertiginoso – especialmente do PTB – nas eleições de 1950 em relação a 1947, um período de estabilização nas tendências políticas, verificada na diminuição das curvas de representação partidárias, especialmente, no Poder Legislativo. Esses fatores podem ter interferido na forma como a democracia foi representada pelos jornais estudados.

Por fim, o estabelecimento das balizas temporais em dois anos de eleições presidenciais (1955 e 1960) também é necessário para atender os objetivos acima expostos em função do caráter de busca por elementos do pensamento político difundido pelos periódicos. Uma vez que as eleições de 1955 ocorreram em um ambiente extremamente conturbado, em que os grupos aliados ao ex-presidente Vargas permaneceram no poder após o seu suicídio, cenário distinto das eleições de 1960, em que o ambiente político estava em relativa calma e quem ascendeu ao poder foi a oposição ao governo então vigente, mas especialmente representou a primeira vitória de um candidato encampado pela União Democrática Nacional (UDN). Desse modo, possuímos duas balizas com contextos distintos, o que pode oferecer um campo mais propício à apreensão do pensamento político dos periódicos justamente por possibilitar comparações.

A escolha dos jornais também ocorreu a partir de diferentes critérios. O primeiro diz respeito à reforma pela qual parte do jornalismo passou durante a década de 1950.

Optamos pelo *Ultima Hora* por esse periódico ter sido criado sob os moldes do jornalismo que se consolidou durante a segunda metade da década de 1950, sendo, por isso, descrito como um dos mais importantes “reformadores” da imprensa brasileira na década de 1950, introduzindo uma série de técnicas de comunicação de massa até então desconhecidas no Brasil (GOLDENSTEIN, 1987). Por seu turno, o *Jornal do Brasil*, no período estudado, está passando pelo processo de modernização. Esse periódico inicia o seu processo de reformulação em 1956, encerrando-as efetivamente apenas em 1962 e se tornou um paradigma para as transformações futuras em outros órgãos de imprensa (DHBB, 2001)¹⁰.

¹⁰ Sobre as características de cada periódico, optamos por nos concentrarmos nas informações contidas no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930*, que aqui abreviamos como DHBB, organizado por Alzira Abreu. As referências estão sem página, pois utilizei a versão on-line disponível no site da Fundação Getúlio Vargas, a qual não possui paginação.

Já *O Globo*, por um lado, investiu consideravelmente na modernização do parque gráfico, o que refletiu na constante ampliação de suas tiragens ao longo da década de 1950. Todavia, por outro lado, fez um processo inverso da corrente que se consolidava, pois, segundo Ana Ribeiro, após 1954 sua linha sofreu alterações e, de um “jornal essencialmente informativo que apenas abordava, sem comprometer-se, os assuntos políticos”, tornou-se “um jornal combativo, opinando com veemência sobre política nacional” (2007, p. 92). Quanto ao *Correio da Manhã*, de todos os periódicos esse foi o mais contido na modernização, em 1955 promoveu poucas mudanças gráficas e editoriais, conduzidas, em parte, pelo jornalista Antonio Callado, e também o parque gráfico recebeu novas máquinas de fabricação estado-unidense (AREAS, 2012).

Outro elemento importante na escolha dos jornais foi o fato deles serem tratados na bibliografia como possuidores de características distintas, as quais podem ter interferido na sua abordagem do tema aqui proposto. Dessa forma, teríamos o vespertino¹¹ *Ultima Hora*, que é o mais jovem dos quatro jornais escolhidos. Fundado em 12 de junho 1951 por Samuel Wainer, seria voltado, predominantemente, mas não exclusivamente, para as classes populares (GOLDENSTEIN, 1987), e um jornal que se constrói como “popular” e pró-governo.

Por seu turno, o periódico matutino *Jornal do Brasil* é o mais antigo, criado ainda em 1891. Desde os anos 1930, adotou a estratégia de ocupar as quatro primeiras páginas com anúncios e classificados. Essa estratégia possibilitou ao jornal grande autonomia financeira – bancado pelos classificados e vendas aos leitores –, sendo o único dos grandes diários, nos anos 1950, que não dependia de publicidade para se financiar (RIBEIRO, 2007, p.155). O que lhe rendeu o apelido pejorativo de “jornal das cozinheiras”, embora possuísse uma linguagem rebuscada, com pouco uso de imagens, mesmo após as reformas iniciadas em 1956. Nesse sentido, ao que tudo indica, era consumido pelas classes populares, que procuravam os classificados, e pelas classes média e alta, mais interessadas nos comentários políticos e econômicos. Desde o início do século XX, assumiu posições políticas mais contidas, construindo-se no debate público como um “órgão ‘católico, liberal-conservador, constitucional e defensor da iniciativa privada’” (DHBB, 2001, s./p.).

¹¹ No período em estudo, os jornais vespertinos chegavam às bancas normalmente às 11h. De modo geral, concebese que os vespertinos faziam um jornalismo mais de sensação, com grandes manchetes, e utilizavam uma linguagem mais leve, concisa e direta. Não circulavam no domingo. Já os periódicos matutinos circulavam nas primeiras horas da manhã; possuíam um número maior de páginas; geralmente são considerados mais minuciosos no tratamento das informações e doutrinários em seus comentários editoriais e não circulavam na segunda (RIBEIRO, 2007, p.57). São distinções relevantes, que podem interferir na forma e no conteúdo dos textos jornalísticos, entretanto, não podemos deixar que tais classificações engessem as pesquisas.

O *Correio da Manhã* é também um periódico matutino antigo, fundado 15 de junho de 1901, por Edmundo Bittencourt. Construiu sua imagem como sendo um “jornal de opinião”, mas sem vinculação partidária, o que lhe gerou um grande reconhecimento, sendo considerado um dos principais órgãos da imprensa brasileira. Na década de 1950, era um dos jornais de maior prestígio em função da qualidade do texto e dos profissionais de redação. Nesse sentido, utilizava uma linguagem rebuscada, muito texto e poucas imagens. Ao que tudo indica, seu público leitor na década de 1950 estava concentrado na “alta burguesia” e “classe média alta”, entretanto, seu orçamento, majoritariamente provinha das verbas publicitárias e não das vendas avulsas e/ou assinaturas (RIBEIRO, 2007, p. 188).

Enfim, *O Globo*, inicialmente vespertino e posteriormente também matutino, foi fundado por Irineu Marinho em 29 de julho de 1925. Na década de 1950, apresentava uma diagramação com o uso de “títulos dinâmicos” e o recurso de muitas fotografias e charges. Os textos eram carregados e rebuscados, não havendo incorporação de recursos como o *lead*. Isso pode indicar que não era um jornal voltado prioritariamente para as camadas populares, embora esse também fosse o seu público-alvo.

Assim, em princípio, este conjunto de jornais oferece um campo variado para estudar a forma como parte da *grande imprensa* brasileira representou a democracia vigente e o seu próprio papel institucional. Em consequência, essa situação oferece a oportunidade de vermos em que diferem e o que há de comum no pensamento político *dos* jornais analisados.

Diante desse contexto, optamos por utilizar a teoria dos campos de Pierre Bourdieu, (1974, 2015, 2016), especialmente o que o autor denomina de *campo jornalístico* (BOURDIEU, 1997). Esse referencial teórico permite que se conceba uma relativa autonomia às produções simbólicas/culturais, nas quais encontra-se o jornalismo, e que compreenda, também, como os jornais relacionavam-se entre si e como respondiam às pressões externas, considerando a imprensa não simplesmente como subordinada aos interesses de outros grupos – políticos, econômicos –, mas como uma instituição singular, detentora de lógicas próprias de funcionamento, de apreensão da “realidade” e de inserção no debate público, o que lhe gera uma considerável capacidade de intervenção na sociedade. Por conseguinte, mesmo que não se possa falar em um *campo jornalístico* consolidado, pretendemos evidenciar que existe uma tentativa de formação de um campo relativamente – precariamente – autônomo, e como as disputas entre jornais e jornalistas foram fundamentais para isso. Aqui vale um alerta: não iremos analisar propriamente o *campo jornalístico*, mas vamos utilizá-lo como um conceito que permite uma melhor compreensão dos jornais analisados.

Essa perspectiva converge com a utilização do conceito de representações sociais de Roger Chartier (2002c) e Sandra Jovchelovitch (1999, 2000) e com a proposta de uma história conceitual do político de Pierre Rosanvallon (1995, 2010).

Outrossim, a escolha da metodologia também não ocorreu aleatoriamente. Para desenvolver este trabalho, utilizamos a Análise Textual Discursiva de Conteúdo (AC), retirada dos escritos de Laurence Bardin (2011) e Roque Morais (1998), considerada pertinente para avaliar conteúdo discursivo em séries longas. A AC permite, através de um conjunto de procedimentos, encontrar sentidos ocultos à superfície discursiva, além de não estabelecer limites quanto ao referencial teórico a ser usado na construção do objeto e na interpretação final dos elementos textuais selecionados. Mesmo sendo uma metodologia flexível, a Análise de Conteúdo requer uma série de etapas sequenciais:

A primeira etapa consiste na escolha e delimitação do *corpus* de pesquisa: delimitamos e escolhemos analisar apenas textos editoriais ou que podem ser considerados como portadores do discurso “oficial” dos jornais cariocas, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Ultima Hora*, no período de 1955 a 1960¹². Tal escolha – analisar apenas editoriais ou similares – é fruto da pergunta que nos colocamos, a saber, qual a opinião tida como oficial *dos* jornais estudados, ou seja, como o jornal¹³ institucionalmente se posiciona frente a democracia vigente. Nesse caso, os textos mais indicados são da seção editorial ou, como no caso de *Ultima Hora*, em uma coluna específica com esse fim.

Assim, a escolha desse gênero jornalístico também ocorreu por considerarmos, como salienta Luis Martins (2018, p. 69), que “em pesquisas de médio e longo prazo, a análise dos editoriais permite identificar as principais ideias e conceitos políticos que circulam nas páginas de um impresso e orientam a(s) concepção(ões) sobre a realidade sustentada pela publicação”. Também, pelos editoriais serem escritos pelos principais editores/articulistas de um jornal e geralmente serem fruto de um debate prévio entre os chefes das principais editorias, o que torna esses textos uma produção de autoria coletiva, mas acima de tudo são “a forma como os proprietários e/ou os responsáveis por esta empresa desejam que ela seja vista no cenário público” (MARTINS, 2018, p. 70).

¹² As edições dos periódicos *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Ultima Hora* estão disponíveis no site da hemeroteca digital e no caso do jornal *O Globo* possuímos acesso no site do próprio jornal, mas via assinatura mensal.

¹³ Aqui importa destacar que quando utilizamos o termo jornal e quando escrevemos “como o jornal institucionalmente se posiciona...” não estamos nos referindo ao jornal enquanto suporte, em distinção do jornalismo enquanto “modo de fazer”, mas, de modo mais simples, apenas estamos nos referindo ao jornal enquanto título, ex.: jornal *Ultima Hora*, jornal *Correio da Manhã*, como uma abreviação, para não colocar todo o nome do jornal.

Em relação a posição que esses textos ocupam dentro do jornal, no caso do *Correio da Manhã* e do *Jornal do Brasil* os editoriais eram publicados diariamente e ocupavam uma posição fixa: na página seis, canto superior esquerdo, no caso do *CM*; e no *JB*, até julho de 1957 estava na página cinco, passando para a página três a partir desse período em função das reformas gráficas empreendidas pelo jornal, também ocupando o canto superior esquerdo. O editorial não está nessas páginas por acaso, mas porque gráfica e editorialmente essas são as páginas consideradas de opinião de cada jornal, ou seja, além do texto editorial há diversos artigos e colunas assinadas e não assinadas. Ainda mais, levando-se em consideração os estudos sobre a direção de leitura¹⁴, a posição que os editoriais possuem no interior da página (canto, superior, esquerdo) indica o destaque gráfico e editorial dado ao texto. Para identificar a posição do editorial no *CM* ver anexo 1 e *JB* ver os anexos 2 e 3.

No caso do *O Globo*, esse jornal não possui a característica de publicar editoriais diariamente. Entretanto, quando esse texto é redigido e publicado, encontra-se na capa do jornal, geralmente na parte inferior da folha, envolto de um retângulo, e o título sombreado em preto ou cinza. Todos esses elementos mostram o destaque gráfico que a equipe quer oferecer ao texto. Para identificar a posição do editorial e suas características no *OG*, ver o anexo 4.

Por fim, o *Ultima Hora* é o mais peculiar de todos os jornais em relação ao editorial. O *UH* raramente publica textos editoriais e, quando o faz, esses não seguem as características gráficas dos jornais *CM* e *JB*, mas se assemelha ao *OG*. Samuel Wainer, dono da *UH*, em sua autobiografia *Minha Razão de Viver* esclarece que por uma opção editorial o jornal não publicaria editoriais de forma frequente e/ou sistemática, apenas o faria em situações que julgasse ser necessário e pertinente. Situação que está diretamente relacionado a construção da relevância do ato de opinar, pois tal opção valoriza ainda mais a “opinião do jornal” e/ou o ato de opinar, na medida em que ela se apresenta apenas em momentos considerados chaves, ou melhor, em momentos em que a opinião é de fato a pedra de toque definitiva.

Assim, em função de uma possível ausência, em alguns anos, de textos editoriais no *UH*, optamos por nos apropriar de duas colunas não assinadas que se intercalam no período em estudo. Em 1955, optou-se por selecionar os textos da coluna “Coluna de Ultima Hora”, que ficava localizada no canto superior esquerdo da página quatro – ver anexo 5. Já em 1956, a coluna “Coluna de Ultima Hora” para de ser publicada e o *UH* passou a editar textos editoriais

¹⁴ Segundo Rafael Silva, em decorrência da escrita ocidental da esquerda para a direita, no sentido horizontal, nossa “visão instintivamente se desloca com rapidez em diagonal para o lado inferior oposto” assim, “a rota básica da vista se projeta do lado superior esquerdo para o lado inferior direito” (SILVA, 1985, p. 47-48).

com a mesma forma gráfica do *OG*, textos na primeira página, envoltos de um retângulo e o título sombreado – ver anexo 6.

No ano de 1957 surge a coluna “Flashes do Momento”, que ficava localizada no canto superior esquerdo da página três, nessa coluna eram publicados diversos textos – ver anexo 7. Já em 1958, a coluna passa para o singular: “Flash do Momento” e, assim, passa a se constituir de um texto apenas – ver anexo 8. Em 1959 e 1960, retorna a “Coluna de UH”, ocupando o espaço da coluna “Flash do Momento” – ver anexo 9, entretanto, em muitos casos, essa coluna passa a ser assinada por Paulo Silveira, o então Diretor-Responsável pelo *Ultima Hora*, dessa forma, para manter a coerência da formação do corpus documental (textos não assinados), quando o texto da coluna estava assinado ele não foi integrado ao *corpus*. Assim, ocorreu uma significativa diminuição no volume de textos coletados em 1959 e 1960, sendo que essa redução pode ser explicada como decorrente de mudanças editoriais adotadas pelo jornal no período.

Importa ainda destacar que utilizamos como critérios os aspectos linguísticos, especialmente a utilização do discurso autorreferencial e aspectos relacionados a forma como o conteúdo é exposto, para que pudéssemos considerar os textos retirados de *Ultima Hora* como expoentes do que poderia ser considerado como a “opinião oficial” do jornal, com isso, equiparando-se ao texto editorial. No caso da coluna “Coluna de Ultima Hora” a sua classificação enquanto uma tipologia de texto autorreferencial do jornal em que indica a tomada de posição do mesmo é mais clara, em função do próprio título. No caso da coluna “Flashes do Momento”, o título pode indicar que essa coluna seria classificada pelo critério de valor “novidade” e não pelo critério de valor “opinião”, entretanto, quando analisamos os textos publicados nessa coluna identificamos expressões como: “nós de Ultima Hora”, “nós desse jornal”, “a nossa posição”, inclusive neste último caso o título do texto é “Os coveiros da democracia”¹⁵. Nesse sentido, a partir de tal linguagem compreendemos a coluna “Flashes do Momento” enquanto um lugar de opinião do jornal.

Já em relação aos discursos autorreferenciais, encontrados nos textos editoriais que formam o *corpus* documental, compreendemos como uma fala de si ou de outros jornais. Assim, consideramos o discurso autorreferencial nos jornais como narrativas jornalísticas que cobrem assuntos que dizem respeito aos jornalistas e ao jornal, ou seja, onde os jornais ou jornalistas são tomados como os personagens principais. Segundo Vanda Ferreira (2005, p. 130), os conteúdos jornalísticos autorreferenciais caracterizam-se essencialmente pela abordagem de “acontecimentos, processos e/ou temáticas ligados à atividade dos

¹⁵ “Os coveiros da democracia”, *Última Hora*, 18 de junho de 1956, 1°C, p.3, Coluna “Flashes” do momento.

meios/empresas e grupos de comunicação”, ou seja, são conteúdos que o jornal difunde “promovendo a sua visibilidade e imagem pública de forma direta ou indireta, de modo organizado e coerente”.

Por fim, Wilson Gomes destaca essa forma discursiva como uma forma de a imprensa afirmar seu valor:

O discurso de autolegitimação do jornalismo, além da função de refletir e configurar a identidade da corporação, cumpre a decisiva tarefa de convencer a todos que o jornalismo é uma instituição importante, preciosa e necessária para toda a sociedade e que, portanto, deve ser mantida, protegida e cuidada pelos cidadãos, mediante uma cultura e uma mentalidade adequadas e, pelo Estado, por meio de suas leis e princípios. (GOMES, 2009, p. 68).

Nesses termos, é a partir desse discurso que conseguiremos identificar os diferentes papéis institucionais que a imprensa construiu para si no período estudado. Dentro dessa perspectiva, um dos lugares privilegiados, embora não exclusivo, para encontrarmos os discursos autorreferenciais, é no próprio texto editorial.

Após esses esclarecimentos, prosseguirmos na descrição das etapas da Análise de Conteúdo. Depois da escolha e delimitação do *corpus* de pesquisa (análise apenas dos textos editoriais e similares¹⁶ entre 1955 e 1960), precisamos estabelecer os critérios de formação do *corpus* documental, a saber, quantitativo e qualitativo – nesse ponto, a AC também é bem flexível e permite a incorporação de ambos os critérios, o que torna a própria formação do *corpus* documental algo riquíssimo.

No critério quantitativo, utilizamos o recurso da amostragem. O primeiro passo para utilizar a amostragem é verificar qual o número médio de edições publicadas anualmente pelos jornais analisados, no caso desta pesquisa são 305 edições por ano em cada jornal¹⁷. Depois disso, é necessário definir qual o percentual das edições que será analisado (exemplo: 20%, 15%, 10% do total de edições anuais), optamos pelo percentual de 15% do total das edições, valor estabelecido após um contato inicial com os jornais, no qual identificamos que a temática da pesquisa é recorrente. Assim, o percentual de 15% foi suficiente para compormos uma amostragem que pode ser considerada como expressiva do total, sempre considerando as possíveis margens de erro como em qualquer pesquisa por amostragem. À metodologia da

¹⁶ O similar se refere aos textos provenientes do jornal *Ultima Hora*.

¹⁷ Esse valor foi estipulado com base nas edições disponíveis na Hemeroteca Digital, no caso do *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Ultima Hora*, e no acervo próprio do jornal *O Globo*. O valor não é de 365 (dias do ano), pois, no período de 1955-1960 os periódicos possuíam apenas 6 edições semanais e não 7, e, em alguns casos, por motivos diversos acabavam não circulando. Outra observação deve ser feita em relação a publicação de edições extras, que não entraram na contabilização, pois selecionamos apenas o jornal referência do dia, não considerando as possíveis edições adicionais de um mesmo dia.

amostragem foi acrescida outro método de formação do corpus documental: o roteiro de datas, o que conduziu a formação de um *corpus* documental adequado.

Dessa forma, se tivéssemos escolhido um percentual menor o *corpus* documental seria mais rarefeito e se tivéssemos escolhido um percentual maior o *corpus* ficaria muito extenso, ambos os casos trariam dificuldades para análise. No primeiro caso, a amostra reduzida poderia não ser representativa do total. E no segundo, a amostra muito grande dificultaria a análise adequada no período de quatro anos que corresponde ao doutorado.

Após o estabelecimento do valor da porcentagem, essa deve ser convertida em número de edições anuais. Sendo assim, no período de 1955 a 1960, a base de cálculo é de 305 publicações por ano, e 15% dessas 305 edições equivalem a 45 edições anuais. Isso posto, a próxima etapa é definir como essas 45 edições serão distribuídas ao longo do ano. A escolha dos escritos seguirá uma lógica específica, iniciando na primeira terça-feira de 1955 até a última semana de 1960. Optamos por analisar as edições com um intervalo de sete dias entre uma edição e outra, o que possibilitou que as 45 edições ficassem o mais esparsas possível – dispersas em todos os meses do ano, em diferentes dias do mês, em distintos dias da semana – para que realmente pudesse ser considerada uma amostra representativa do todo.

Então, a primeira edição a ser verificada foi a primeira terça-feira de 1955, a segunda edição foi a de quarta-feira da semana seguinte, a terceira edição foi de quinta-feira da semana seguinte, a quarta edição correspondeu a sexta-feira subsequente, a quinta edição foi a de sábado e a sexta edição foi de domingo/segunda¹⁸, na sétima edição analisada iniciou-se todo o processo, até a última semana de dezembro de 1960. Para facilitar a visualização desse método, ver o anexo 10.

Assim, na amostragem, foram selecionadas ao total 1.076 edições para serem verificadas, nos seis anos selecionados para pesquisa entre os quatro jornais estudados. Entretanto, não podemos desconsiderar que nem todas as edições selecionadas possuíam editoriais pertinentes ao objeto de pesquisa, bem como havia casos em que a edição não foi encontrada, ou mesmo, no *O Globo* e *Ultima Hora* existem diversos dias em que não havia publicação de editoriais. Assim, o percentual de editoriais analisados e que compõe o *corpus* documental final é inferior ao percentual de edições verificadas.

Após delimitar quais edições serão verificadas, o próximo passo é a elaboração de um quadro relativamente simples que dá conta de abarcar as informações referentes aos editoriais encontrados nas 45 edições selecionadas. Nessa etapa, foi efetuada a chamada *leitura flutuante*.

¹⁸ Nesse caso, temos as especificidades dos jornais, o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã* não circulavam na segunda e os jornais *Ultima Hora* e *O Globo* não circulavam no domingo.

Então, os textos que são pertinentes à pesquisa são grafados em vermelho e os que não contribuem para alcançarmos os objetivos do trabalho permanecem em preto. Para melhor compreender esse quadro, ver anexo 11.

Nesse sentido, o *corpus* documental formado pela amostragem que inicialmente foi delimitado em 1.076 edições foi reduzido para 542 textos editoriais ao longo dos seis anos de pesquisa, dos quais 126 são do *Correio da Manhã*, 149 do *Jornal do Brasil*, 132 do *O Globo* e 135 do *Ultima Hora*. Esses valores colocados em termos relativos correspondem a 7,5% do total das edições no período da pesquisa.

Entretanto, o corpus documental não se compõe apenas de textos provenientes do critério quantitativo (amostragem), também é composto pelo critério qualitativo, a partir de um roteiro de eventos representativos de acontecimentos específicos relacionados ao objetivo da pesquisa, procurando nos jornais aquelas datas previamente estabelecidas. Além do dia do evento, verificamos também todos os editoriais das edições uma semana antes e uma semana depois de cada evento. Os eventos selecionados foram oito: 1) a reforma eleitoral brasileira que foi oficializada em 25/07/1955; 2) a “Revolução libertadora” que ocorreu na Argentina entre 16 a 23 de setembro de 1955; 3) a eleição presidencial brasileira ocorrida em 03/10/1955; 4) o Movimento “11 Novembro” de 1955; 5) a eleição presidencial argentina que ocorreu em 23/02/1958; 6) as eleições gerais brasileiras de 03/10/1958; 7) a “Revolução Cubana” desencadeada em 01/01/1959; e 8) a eleição presidencial brasileira de 03/10/1960.

Esses eventos foram escolhidos com base em leituras pertinentes ao período e ao assunto da pesquisa, então partimos do objetivo central para montar o roteiro com eventos específicos. A escolha da reforma eleitoral de 25/07/1955 (Lei 2.550) ocorreu porque essa reforma visava aperfeiçoar a prática eleitoral, buscando minimizar diversos tipos de fraudes¹⁹, e o debate em torno da promulgação da Lei durou meses, sendo por isso lícito averiguar como os diários se posicionaram nesse debate, com o intuito de apreender valores e ideais relacionadas ao sistema eleitoral, e com isso, indiretamente, identificar representações sobre a democracia vigente.

Por seu turno, a escolha das eleições brasileiras de 1955, 1958 e 1960 como eventos referência foi decorrente desses períodos serem de grade efervescência política, épocas que os jornais não deixariam de se pronunciar sobre o regime político em andamento, oferecendo um

¹⁹ Lei nº 5.550, decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República em 25 de julho de 1955. Essa lei altera alguns dispositivos do Código eleitoral, determinando novo alistamento eleitoral dos cidadãos e a introdução da folha individual de votação (artigo 68 da Lei 2.550). Essa folha individual fixava o eleitor na mesma seção eleitoral, o que visava abolir, entre outras fraudes, o uso do título falso ou de 2ª via, que possibilitava a duplicidade de votos em seções diferentes e a retenção do título pelos chamados “cabos eleitorais” (LIMA, 2004, p. 113).

campo fértil para coleta de material de análise. O mesmo se aplica ao período do “Movimento 11 de Novembro” ocorrido em 1955²⁰.

Por fim, temos a época da chamada “Revolução libertadora”, que ocorreu na Argentina entre 16 e 23 de setembro de 1955, derrubando o presidente Juan Domingo Perón do seu segundo mandato e instituindo uma ditadura “provisória”. Tal ditadura durou dois anos, até a entrega do poder ao presidente eleito nas eleições de 23 de março de 1958, Arturo Frondizi. Embora sejam acontecimentos externos, os mesmos, possivelmente, não passaram despercebidos pelos jornais estudados. Sendo assim, é válido indagarmos como os jornais apreenderam e se posicionaram frente a esses eventos no país vizinho, que ora colocavam em xeque o regime democrático, ora poderiam ser tomados como exemplo de retomada democrática. Por isso, são considerados adequados para apreender representações sobre a democracia, especialmente sobre o pensamento político dos jornais. O mesmo pode se aplicar a escolha do evento da Revolução Cubana. A escolha desses eventos ocorreu a partir do diálogo com a fonte, ou seja, em decorrência das frequentes referências, nos jornais, a tais acontecimentos e que se mostravam relevantes para atingirmos o objetivo da pesquisa.

A partir do roteiro de eventos, selecionou-se mais 396 edições para serem verificadas. Entretanto, assim como na amostragem, no roteiro de datas nem todas as edições possuem editoriais pertinentes aos objetivos da pesquisa ou as edições não foram encontradas ou, ainda, há ausência de editorial (*OG* e *UH*), bem como se efetuou a pesquisa por amostragem primeiro. Assim, algumas edições já haviam sido verificadas na amostragem, entrando dessa forma na contabilidade do critério quantitativo. Dessa forma, após efetuarmos a *leitura flutuante*, procedemos do mesmo modo da amostragem: elaboramos uma tabela simplificada, grafando em vermelho os textos pertinentes à pesquisa e em preto os que não contribuem para alcançarmos os objetivos do trabalho, e, ainda, deixamos realçado o texto em cinza das edições já verificadas na amostragem – ver anexo 12.

Dessa forma, o corpus documental formado pelo critério qualitativo (roteiro de datas) foi reduzido para 257 textos editoriais ao longo dos seis anos de pesquisa, dos quais 68 são do *Correio da Manhã*, 64 do *Jornal do Brasil*, 53 do *O Globo* e 72 do *Ultima Hora*.

Quando unificamos ambas as metodologias, ao total foram selecionadas 1.472 edições para verificação, nas quais foram verificados 1.307 textos e dos quais foram selecionados 795²¹

²⁰ Movimento militar que ocupou a capital do país por tropas do Exército, comandada pelo recém-demissionado Ministro da Guerra Henrique Teixeira Lott. Analisaremos melhor tal movimento posteriormente.

²¹ Todos os textos foram coletados a partir de *prints* da tela, depois as partes foram montadas no *Paint*, salvando o texto completo em formato JPG, e arquivadas.

para compor o *corpus* documental, sendo 191 pertencentes ao *CM*, 213 ao *JB*, 187 ao *OG* e 204 ao *UH*, como podemos observar melhor no quadro abaixo.

Quadro 1 - Tabulação corpus documental

Jornais	Edições selecionadas para verificação	Edições não encontradas	Edições com ausência de editorial e/ou coluna	Textos verificados	Textos não selecionados	Textos selecionados
CM	368	14	0	354	163	191
JB	368	12	0	356	143	213
OG	368	8	120	247	60	187
UH	368	21	74	350	146	204
Total geral	1.472	55	194	1.307	512	795

Fonte: Elaboração própria com base nos jornais *CM*, *JB*, *OG* e *UH*.

A partir desse quadro fica mais claro o quanto a temática da pesquisa é recorrente nos jornais estudados, especialmente se compararmos o número de textos selecionados com o número de textos não selecionados por não serem pertinentes aos objetivos da pesquisa. Individualmente, o número de textos selecionados também sempre foi superior aos não selecionados. Para maior esclarecimento sobre os dados da formação do *corpus* documental, ver os anexos 13, 14, 15 e 16, onde encontra-se detalhadamente as especificações numéricas sobre a seleção dos textos de cada periódico.

Ainda importa esclarecer que embora a escolha dos eventos que compõem o roteiro de eventos esteja relacionada a política em sentido mais estrito, ao incorporarmos os elementos autorreferenciais e a teoria dos *campos* em nossa abordagem, abre-se a possibilidade para que se consiga apreender a percepção sobre o político a partir das representações criadas e difundidas pelos jornais selecionados.

No que se refere ao discurso autorreferencial dos jornais, trabalhamos com o mesmo corpus documental acima referido a partir de duas estratégias: a primeira, fica por conta do recolhimento dos trechos nos quais os jornais se citam diretamente, sendo nosso objetivo identificar as funções públicas que os jornais estavam se autoatribuindo nessas falas; a segunda, consiste em analisar essas funções autoatribuídas na forma como os jornais se referem a outros autores e agentes, notadamente os políticos, ou seja, que fala é considerada, quem está autorizado a dizer, especialmente nos textos condenatórios e exortativos.

Seguindo as etapas da análise de conteúdo, após a *leitura flutuante* necessária, para se chegar ao *corpus* documental final se inicia a análise textual do conteúdo de modo mais metódico. Primeiro, desenvolve-se uma leitura mais intensiva, para que então seja possível a desconstrução dos textos em unidades menores (unitarização). Nessa fase, compreendemos a

unitarização como resultado de um diálogo entre o pesquisador e o documento e não mera imposição do primeiro. As unidades criadas nessa etapa foram quatro: *Sujeitos na democracia*, que se referem a construção de dois *sujeitos* políticos: *povo e homens públicos*; *Sistemáticas democráticas*, que se referem a alguns elementos que integram o regime democrático; *Princípios e valores democráticos*, no sentido de elementos que são associados à democracia; e *Discurso autorreferencial*.

No próximo passo da análise de conteúdo buscamos relação entre essas unidades, processo que é chamado de categorização. Vale destacar que a inicial desconstrução e posterior categorização, embora, em alguns casos, possa acarretar limites para o método, em função de uma possível descaracterização do documento original, justamente por fragmentar o texto em categorias, na maioria dos casos apresenta benefícios. Por exemplo, em nosso caso utilizamos o texto como um suporte para outras questões, como a linha de pensamento ou a expressão de uma determinada posição política, nesse caso, os prejuízos são bem menores e até irrelevantes, e, pelo contrário, permitem retirar sentidos do texto, que são possíveis apenas com base na desconstrução do texto.

Na busca de relação entre as unidades formamos distintas categorias: para a unidade *sujeitos na democracia*, as categorias foram *povo e homens públicos*; para a unidade *sistemáticas democráticas*, as categorias criadas foram *partidos políticos, voto e eleições*; na unidade *princípios e valores democráticos*, a categoria foi a expressão *correlações à democracia*; e, por fim, na unidade *discurso autorreferencial*, a categoria foi o próprio termo *discurso autorreferencial*. Dentro de cada uma dessas categorias foram criadas diferentes subcategorias. Para melhor visualização dessas etapas da AC, construímos os anexos 17, 18, 19 e 20, onde especificamos todas as unidades de análise, as categorias e subcategorias, por jornal e dentro de cada jornal, e as ocorrências das subcategorias por ano. Salientamos que tanto as unidades de análise quanto as categorias e subcategorias não foram criadas *a priori*, mas sim embasadas na análise do *corpus* documental, como pode ser observado no anexo 21, que exemplifica como as categorias são marcadas no texto e surgem a partir dos textos.

Por fim, a última etapa da Análise de Conteúdo é a interpretação das categorias, com a produção de um metatexto, que em nosso caso é tanto uma descrição quanto uma interpretação. Com isso, tivemos a formação dos capítulos III, IV e V. Os capítulos foram organizados de forma temática e não cronológica e nem seguindo o roteiro de eventos estabelecido previamente. Tal opção se deu em decorrência das próprias fontes, ou seja, a partir da análise das fontes e do estabelecimento das categorias que delas emergiram constatamos que a melhor forma de comunicar os resultados seria seguindo, justamente, as temáticas mais recorrentes em

cada categoria. Se seguíssemos uma ordem apenas cronológica ou o roteiro de eventos previamente estabelecido, correríamos o risco de o texto ficar repetitivo, tendo em vista que muitas temáticas são constantes ao longo do recorte temporal.

A escolha da Análise de Conteúdo não foi aleatória, mas ligada principalmente a alguns fatores. Primeiro, permite a coleta mais seletiva do material empírico. Segundo, ao se partir de uma *leitura flutuante*, seguida de uma leitura intensiva, posterior unitarização e categorização, chegamos a uma nova compreensão do texto, ou seja, a emergência de sentidos que não eram perceptíveis quando acessamos o *corpus* original. Terceiro, possibilita a comparação do posicionamento de diferentes jornais sobre temas comuns. A necessidade de organizar os textos e trechos recolhidos em categorias, sendo que essas categorias de análise são as mesmas para todos os jornais, facilita a comparação desses periódicos diante das categorias criadas, nos pontos onde as argumentações dos discursos se aproximam ou se distanciam. Por fim, é uma metodologia que permite que as perspectivas quantitativas e qualitativas sejam complementares e não excludentes, podendo-se privilegiar uma ou outra dependendo do momento da pesquisa e análise.

Entretanto, mesmo que nos cerquemos e explicitemos a metodologia, não podemos desconsiderar o aspecto seletivo e subjetivo do(a) historiador(a). O trabalho do(a) historiador(a) se resume a escolhas, a seleções efetuadas e, mesmo que todas essas seleções sejam justificadas e validadas, possuem um grau importante de subjetividade, que longe de ser algo negativo é o que dá a especificidade a cada trabalho, a originalidade de cada pesquisa. Isso constitui, inclusive, um aspecto relevante da própria história do *subcampo* da disciplina História, pois deixa transparecer a forma como cada pesquisador(a) concebe a História, concebe seu objeto de pesquisa.

Para finalizar esta introdução, faz-se necessário alguns apontamentos sobre a organização desta tese. Esta pesquisa está organizada em cinco partes: a presente introdução geral que contém uma apresentação da proposta – tema, delimitação e objetivos – de forma resumida, bem como os elementos que justificam a presente pesquisa e os recortes/seleções que foram nela empregados. Possui, ainda, uma descrição da metodologia de formação do *corpus* documental, da metodologia de análise e da forma como foi utilizada, concluindo com uma breve apresentação dos capítulos seguintes.

No capítulo II, intitulado *História, imprensa e política: montando um quadro*, encontra-se um apanhado do contexto do período e a exposição do referencial teórico. Esse capítulo se subdivide em três partes: na primeira, é efetuada uma retomada geral do contexto histórico do

período em estudo; seguida de uma contextualização da história da imprensa, onde buscamos apontar as principais interpretações sobre a imprensa na década de 1950, especialmente sua relação com o *campo político*; e na terceira parte, encontra-se uma discussão teórica, onde procuramos mostrar a relevância da teoria bourdiana na construção do objeto de pesquisa, em especial as concepções de *campo*, *campo jornalístico* e *lutas simbólicas*, bem como apontamos a relevância da proposta de uma história conceitual do político de Pierre Rosanvallon, aliado aos conceitos de *representações sociais* e *lutas de representação* de Roger Chartier e Sandra Jovchelovitch.

No capítulo III, cujo título é *Sujeitos construídos: povo e homens públicos na democracia brasileira*, iniciamos a análise do *corpus* documental. Esse capítulo está dividido em duas grandes partes: na primeira, analisamos as distintas representações sobre *povo*; e na segunda, abordamos as representações sobre os *homens públicos*. De modo geral, buscamos identificar como tais sujeitos foram construídos na democracia vigente, quais papéis foram atribuídos a cada um deles na sociedade brasileira pelos jornais analisados e quais ideias e valores são mobilizados. Da mesma maneira, identificar qual papel a imprensa constrói para si em relação e na relação que se estabelece com esses sujeitos: *mediadora*, *defensora* de um grupo específico, *porta-voz*, *intérprete* etc.

O capítulo IV, chamado *Sistemas políticos representados*, está dividido em três subcapítulos, nos quais analisamos mais três instituições essenciais ao regime democrático: o *voto*, os *partidos políticos* e as *eleições*. Em vista disso, pretendemos identificar quais valores e ideias são mobilizadas nessas representações, o que essas instituições nos dizem sobre o regime democrático vigente e, por fim, como a imprensa constrói o seu papel dentro desses sistemas, uma instituição em disputa pela fala mais legítima ou auxiliar desses sistemas.

Por seu turno, no capítulo V, intitulado *Democracia e conceitos em perspectiva*, apoiados nos temas já analisados nos capítulos anteriores, uma vez que a questão democracia os permeará, e com a introdução de novas questões, como a relação entre os conceitos de *liberdade*, *legalidade* e *opinião pública* com a democracia vigente, identificamos novos elementos sobre a democracia nos jornais estudados, fazendo uma síntese a partir dos valores e ideias discutidos até então. Juntamente com a investigação de qual papel a imprensa se atribui nesse regime: mediadora entre Estado e sociedade, integrante da *opinião pública*, formadora da *opinião pública* ou, ainda, aquela que conduz a *opinião pública*? Essas questões oferecem a base para identificarmos a percepção sobre o político desses jornais. Por fim, para fechar o trabalho, apresentamos algumas considerações em caráter de conclusões.

2 HISTÓRIA, IMPRENSA E POLÍTICA: MONTANDO UM QUADRO

Após a consolidação da democracia representativa como o modelo ideal de governo no *mundo ocidental* (BOBBIO, 2007)²², a forma como a *realidade*²³ é compreendida, enquadrada e hierarquizada passa pelo modo como a democracia é concebida, ou seja, o conceito de democracia internalizada pelos agentes interfere na forma como o mundo é compreendido, haja vista o contexto brasileiro desde o processo de derrubada da Presidenta Dilma Rousseff. Salientando que é a partir dessa compreensão do mundo social que as ações, como as políticas públicas, são formuladas, legitimadas, deslegitimadas e colocadas em prática, considera-se oportuno analisarmos a forma como a *grande imprensa* carioca representou a democracia vigente no Brasil, especialmente em um período em que o debate público estava, não apenas, mas em grande medida vinculado aos jornais impressos de grande circulação.

Isso posto, precisamos esclarecer que, em função da polissemia do termo democracia, não realizaremos um levantamento dos diversos sentidos que essa palavra pode adquirir e ser empregada, pois mesmo em nível de uma tese tal levantamento seria muito extenso, mesmo assim incompleto. Dessa forma, a estratégia consiste em trazer as representações dos jornais, identificando suas perspectivas próprias em relação ao regime democrático vigente.

Entretanto, não podemos desconsiderar que as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, passaram a se apropriar do termo grego “*δημοκρατία*” para se referir a alguns sistemas políticos que estavam surgindo nos Estados Unidos e na Europa em sentido de oposição aos Estados Absolutistas. Tais sistemas políticos passaram a basear sua legitimidade

²² Norberto Bobbio faz uma distinção entre a democracia dos antigos, que seria democracia direta, e a democracia dos modernos, isto é, a democracia representativa, sendo a última uma inevitável adaptação do princípio da soberania popular às necessidades dos grandes Estados. Entretanto, vale destacar a observação de Alexis de Tocqueville, de que a distinção entre democracia direta e democracia representativa não tem mais relevância, pois “às vezes é o próprio povo que faz as leis, como em Atenas; às vezes são os deputados, eleitos por sufrágio universal, que o representam e agem em seu nome, sob a sua vigilância quase direta”. O que conta é que o poder esteja de fato, diretamente ou por interposta pessoa, nas mãos do povo, que vigore como ‘a leis das leis’ o princípio da soberania popular, donde ‘a sociedade age por si só sobre si mesma’ e ‘não existe poder fora dela e não há ninguém que ouse conceber, e sobretudo exprimir, a ideia de buscá-lo em outro lugar’” (TOCQUEVILLE apud BOBBIO, 2007, p. 150). Ainda mais, esse “Estado representativo (o qual viera pouco a pouco se consolidando na Inglaterra e da Inglaterra difundiu-se, através do movimento constitucional²² dos primeiros decênios do século XIX, na maior parte dos Estados europeus) conhece um processo de democratização ao longo de duas linhas: o alargamento do direito de voto até o sufrágio universal masculino e feminino, e o desenvolvimento do associacionismo político até a formação dos partidos de massa e o reconhecimento de sua função pública” (BOBBIO, 2007, p. 153).

²³ Concebemos o real como aquilo que existe independente da nossa percepção sobre ele e a realidade como aquilo que acabamos conseguindo perceber desse real, ou seja, é a nossa relação com esse real, nossa relação com o exterior a mim (LACAN, 1958). Não iremos entrar na discussão complexa sobre a relação entre discurso e realidade, ou seja, no debate se são os discursos que constroem a realidade ou se existe uma realidade anterior ao discurso a partir da qual os discursos são elaborados, pois para os nossos objetivos tal discussão não se mostra pertinente.

na ampliação do direito do voto, mesmo que pelo critério censitário, de gênero e analfabetismo excluíssem a maioria da população. Contudo, diferente dos antigos, onde a participação política era direta, entre os *modernos* o conceito de democracia teve de ser adaptado à sua possibilidade prática, sendo, por isso, classificada de representativa, na qual poucos indivíduos, por procuração, passam a representar, por tempo determinado, os interesses da coletividade (MARTINS, 2020).

Dessa forma, segundo Luis Martins (2020, p. 4), para que haja um bom funcionamento da democracia representativa é necessária a convergência de dois fatores: primeiro, que os representantes prestem contas de suas ações aos representados; segundo, que os representados estejam capacitados a efetuar uma boa avaliação de tais ações, simplificando, “uma democracia representativa legítima pressuporia um *cidadão minimamente ativo* que, mesmo não participando diretamente do exercício do poder, esteja apto para escolher bem seus mandatários e para acompanhar as suas atuações na esfera decisória” (grifo do autor). Então, o autor argumenta que uma das preocupações centrais dos teóricos clássicos sobre democracia representativa do século XIX, Alexis de Tocqueville e John Stuart Mill, era a questão da apatia dos cidadãos em relação aos assuntos políticos, situação que conduzira facilmente a democracia representativa ao despotismo.

Contudo, como forma de evitar essa tendência do regime democrático representativo em gerar um despotismo, era necessário que houvesse a mobilização constante dos cidadãos nos assuntos públicos, e é exatamente nesse ponto entra em jogo a imprensa, pois tanto Tocqueville quanto Mill apontam que mobilização constante dos cidadãos nos assuntos públicos passa pela “liberdade de expressão e de impressão das suas ideias políticas” (MARTINS, 2020, p. 4). Obviamente, os autores não estavam pensando e nem poderiam projetar os desdobramentos de uma imprensa empresarial/comercial se imiscuindo em assuntos políticos²⁴, mas o que é central para a nossa análise é o fato da associação entre a democracia representativa e a necessidade da publicização das ideias políticas, em outros termos, a existência de uma imprensa livre passa a ser condição para a vigência da democracia representativa legítima. Também não podemos desconsiderar que foi no século XIX que ocorreu a constituição do jornalismo enquanto instituição (CHALABY, 2003) e que o próprio campo jornalístico passou se formar e consolidar (BOURDIEU, 1997), bem como o

²⁴ Segundo Martins (2020, p. 4), citando Tocqueville e Mill, “esse processo de mobilização não seria resultado da mera espontaneidade dos cidadãos individuais e isolados, mas sim do trabalho corpos intermediários entre o corpo cívico e o Estado – não apenas partidos, mas associações de todo o tipo, capazes de (re)acender no cidadão comum o seu interesse pela vida coletiva”.

desenvolvimento dos dois modelos predominantes de jornalismo (francês e anglo-americano) não podem ser dissociados do próprio desenvolvimento do regime democrático, guardando-lhes as especificidades. De outra parte, não podemos perder de vista as representações difundidas pelos jornais sobre o regime democrático e seu papel enquanto instituição nesse regime.

Isso nos leva a indagar como esses processos ocorreram no Brasil e como foram representados. Sendo assim, fazem-se necessários alguns apontamentos sobre o contexto social, político e econômico de onde as representações sobre a democracia e o papel institucional dos jornais foram criadas e difundidas.

2.1 POLÍTICA EM TRANSFORMAÇÃO: DEMOCRACIA IMPLANTADA

O íterim de 1945 a 1964 é classificado pela historiografia como período da experiência democrática brasileira. Nesse contexto, o ano de 1945 foi de extrema relevância, uma vez que externamente chegou-se ao fim da Segunda Guerra Mundial, com vitória dos aliados, fator que, de certa forma, impulsionou internamente a luta pela abertura política, que ocorreu nesse mesmo ano e pôs fim à Ditadura do Estado Novo²⁵. No desenrolar desse processo, em 22 de fevereiro de 1945, o jornal *Correio da Manhã* colocava em circulação uma importante entrevista de José Américo de Almeida concedida a Carlos Lacerda, na qual o antigo aliado de Getúlio Vargas fez duras críticas ao Estado Novo e defendeu a convocação de eleições gerais, em um rompimento público com o governo, abrindo, com isso, o caminho para outras manifestações da oposição na imprensa. Tal entrevista foi, *a posteriori*, lembrada em datas comemorativas, sendo construída pelo *Correio* como exemplo emblemático de sua luta pela democracia, como um elemento que auxiliou na fragilização do governo Vargas, dando impulso à democratização (DHBB, 2001).

Em decorrência das pressões advindas de distintos grupos, em 28 de maio de 1945 foi decretado o novo Código Eleitoral (Decreto nº 7.586) – também conhecido como Lei

²⁵ “Mesmo que neste momento não seja explorado, não se pode deixar de considerar que existe intenso debate, principalmente na Ciência Política, em torno do processo de transição do Estado Novo para o regime pós-1945. Opondo duas correntes, de um lado os defensores da perspectiva das descontinuidades entre um regime político e outro e, de outro lado, a perspectiva que, sem desconsiderar as rupturas, acabam enfatizando as continuidades, ou pelo menos, o caráter de mudança condicionada e dirigida, no processo de transição do modelo autoritário para o democrático” (SOUZA, 1976, p. 105).

Agamenon²⁶ –, regulador do alistamento eleitoral e das eleições em todo o país²⁷ (SOUSA, 1976). A partir dessa Lei, o voto passou a ser obrigatório, adulto e universal (homens e mulheres), secreto e alfabetizado, ficaram

excluídos os analfabetos, os militares (salvo os oficiais), os mendigos e os cidadãos privados de direitos políticos. O alistamento e o voto eram obrigatórios, exceto para os maiores de 65 anos e para as mulheres que não exercessem profissões lucrativas²⁸. (NICOLAU, 2012, p. 94).

Dessa forma, mesmo com a manutenção do critério da necessidade de alfabetização para a condição de eleitor (SOUSA, 1976), ocorreu uma considerável e crescente ampliação numérica de cidadãos com direito ao voto²⁹.

Contudo, além da ampliação quantitativa ocorreu uma mudança qualitativa no eleitorado, decorrente do amplo processo de mudança social – industrialização, urbanização, migração campo-cidade. Dessa forma, a ampliação da massa eleitora se deu em direção às camadas de menor renda e instrução, com a incorporação eleitoral dos setores médios e inferiores da sociedade (trabalhadores, artesãos, operários etc.), em sua maioria urbanos e, em menor medida, rurais (LIMA Jr., 1981), com isso, o voto urbano teve um ganho relativo frente ao voto rural (SOARES, 2001)³⁰.

²⁶ Em referência ao Ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, nomeado no início de março, por Getúlio Vargas, para elaborar o referido Código.

²⁷ O anteprojeto do Decreto-Lei nº 7.586 foi elaborado por uma comissão formada pelo Ministro da Justiça Agamenon Magalhães, pelo Ministro José Linhares, pelo Desembargador Antônio Carlos Lafayette de Andrada, pelo Professor Hahnemann Guimarães e por José de Miranda Valverde.

²⁸ “A Constituição de 1946 estabeleceu a obrigatoriedade de alistamento ‘para ambos os sexos’. Porém, o Código Eleitoral aprovado pela Lei 1.164, de 24 de julho de 1950 definiu que para alguns grupos o alistamento seria facultativo: inválidos, maiores de setenta anos e mulheres que não exercessem profissões lucrativas. Portanto, durante toda a República de 1946, o alistamento não foi obrigatório para as donas de casa e mulheres que não recebiam remuneração pelo seu trabalho” (NICOLAU, 2012, p. 94).

²⁹ Em termos brutos, equivale a uma ampliação em mais de 10 vezes o número de eleitores, pois em 1934 o contingente eleitoral era de 1.466.700 eleitores, o que representa apenas 5% da população total; em 1945 o eleitorado era de 7.459.849, equivalendo a 18% da população; em 1950 os eleitores somavam 11.455.149, correspondendo a 22% do total de brasileiros; em 1955 eram 15.243.246 eleitores, o que representa 29% da população; em 1960 eram 15.543.332 votantes, voltando a representar 22% do total da população. Entretanto, não se pode perder de vista que nesse período quase metade da população possuía idade inferior a 18 anos, o que os tornava inaptos ao exercício do voto pelo critério etário. Dessa forma, em termos relativos a comparação entre os brasileiros em idade eleitoral com o eleitorado registrado nos censos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) demonstra que, em 1940, aproximadamente 35% das pessoas estavam aptas a votar sob o aspecto etário, número que sobe para 42% em 1950, mantendo esse mesmo percentual em 1960. Assim, observa-se que após 1950 quase metade dos brasileiros com 18 anos ou mais possuíam o direito ao voto, chegando esse número a 65% em 1960. Tal afirmativa é decorrente da comparação entre o número de eleitores registrado nos censos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e os dados referentes ao percentual de alfabetização das pessoas com mais de 18 anos. Quando se compara tais números, percebe-se que os que ficaram excluídos do direito ao voto correspondem a um percentual semelhante ao da população maior de 18 anos que declarou não saber ler nem escrever nos censos, ou seja, cerca de 11.451.543 (54,6%) em 1940, 13.623.957 (50,5%) em 1950 e 12.779.190 (35,6%) em 1960. Esses dados foram retirados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Dados Estatísticos, vols. I, II, III (parte 2) e V e dos recenseamentos realizados pelo IBGE em 1940, 1950 e 1960.

³⁰ Elemento que pode ser comprovado ao observarmos as taxas de alfabetização da população urbana em relação à rural, ou seja, há um crescimento mais expressivo no primeiro caso.

Essa situação exigiu alteração nas estratégias de mobilização e captação dos votos desses novos eleitores, o que, por conseguinte, gerou alterações na distribuição dos poderes entre os principais partidos da época (SOARES, 2001), bem como teve profundas implicações na representação política dos interesses regionais, de classe, de grupos econômicos etc. Segundo Soares (2001), o que se observa entre 1945 e 1964 é a passagem da

política de cúpula com concentração de interesses para a política de base com conjuração de interesses, na qual vários estados (e vários interesses) assumiriam importância. Ainda mais, passou-se da política e eleições com poucos atores em condições de certeza à política e eleições com muitos atores em condições de incerteza: as alianças e as coligações eram inevitáveis. (SOARES, 2001, p. 61).

Nesses termos, nada mais lícito do que indagar como a imprensa representou e se posicionou frente aos agentes políticos diretamente envolvidos no processo eleitoral: *povo, homens públicos, partidos políticos, voto*. Seriam essas mudanças percebidas positivamente, assim, ofereceriam elementos para a consolidação da democracia no Brasil, ou seriam observadas com desconfiança ou receio e, com isso, evidenciariam até uma inviabilidade do regime democrático para o caso brasileiro?

Em relação aos partidos políticos, Delgado (2003, p. 134) argumenta que, apesar de o novo código eleitoral visar garantir o pluralismo e abrangência nacional dos partidos, o que se observou foi que “a competição dicotômica, conduzida por um triângulo partidário, foi bem mais determinante que a competição pluralista”. Esse triângulo era formado pelas três agremiações que se destacaram e ocuparam o espaço na cena pública: *União Democrática Nacional* (UDN), *Partido Social Democrático* (PSD) e *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB).

Um dos poucos consensos na bibliografia sobre os partidos políticos do período gira em torno da constatação de um crescimento do PTB, caracterizado pela bibliografia de “reformista/populista”³¹, com concentração predominantemente, mas não exclusivamente, nos centros mais desenvolvidos, isto é, industrializados e urbanizados do país e detentor de plataformas que incluía questões sociais, em detrimento dos chamados partidos “conservadores”, nomeadamente o PSD, UDN, PR e PL. Isso, segundo Campello de Sousa, poderia, a longo prazo, gerar um processo de reestruturação ou realinhamento do sistema partidário (SOARES, 1981; DELAGADO, 2003).

Entretanto, tal processo foi muito conturbado e, como na maioria dos acontecimentos que geraram transtornos políticos, os jornais não deixaram de se pronunciar, mas mais do que isso, a partir dos seus editoriais, dos textos noticiosos, das colunas, artigos, reportagens etc.,

³¹ Sousa (1976), Soares (1981), Lima Jr. (1981) e Fleischer (1981).

acabaram por legitimar determinadas tomadas de posições, interferindo em muitos desfechos políticos. Por exemplo, no caso da tentativa de impedimento da posse de Vargas, em 1951, com um de seus mais ferrenhos combatentes, Carlos Lacerda, difundiu em seu jornal que “o senhor Getúlio Vargas não deve ser candidato à presidência; candidato, não deve ser eleito; eleito, não deve tomar posse; empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar”³².

Depois de empossado, todas as pressões que desencadearam no fim precoce de seu governo formam outro exemplo máximo dessa intervenção da imprensa na política. Segundo Alzira Abreu e Fernando Lattman-Weltman (1994, p. 24), a imprensa foi “um dos atores mais diretamente envolvidos tanto conjunturalmente, no desenrolar da crise de 1954, quanto estruturalmente, nos grandes processos de transformação política e sociocultural da sociedade brasileira”, evidenciando o “papel político da imprensa na cobertura e na própria condução das principais crises políticas” do país.

Após o suicídio de Getúlio Vargas, assume o Vice-Presidente João Café Filho, mas as tensões políticas não cessaram, porém, as eleições gerais de 3 outubro de 1954³³ ocorreram com tranquilidade. Entretanto, o ano de 1955 não foi menos agitado, ano de eleições presidenciais, com a candidatura à presidência da República de Juarez Távora (UDN), Adhemar de Barros (PSP), Plínio Salgado (PRP) e Juscelino Kubitschek (PSD), e para vice-presidência João Goulart (PTB), Milton Campos (UDN) e Danton Coelho (PSP), sendo vitoriosa a aliança PSD-PTB com JK para presidente e Jango para vice.

Ainda antes das eleições, o clima era conturbado com supostas tentativas de impugnação e/ou deslegitimação da candidatura, inicialmente, de JK, e, posteriormente de João Goulart, inclusive, com a publicação de uma carta, em setembro de 1955, endereçada ao então candidato à vice-presidência e atribuída ao deputado argentino Antônio Jesús Brandi.

No conteúdo da *Carta Brandi* – como ficou conhecido o documento –, eram feitas alusões “a supostas articulações de Goulart com o governo argentino, chefiado por Juan Domingo Perón, visando à deflagração no Brasil de um movimento armado de cunho sindicalista”³⁴. Tal carta foi veiculada primeiramente pela televisão, lida por Carlos Lacerda,

³² “Advertência Oportuna”, *Tribuna da Imprensa*, 1 de junho de 1950, p. 1^oC. Artigo de Carlos Lacerda.

³³ Nessa data realizaram-se as eleições para renovação de onze governos estaduais, dois terços do Senado Federal, toda a Câmara dos Deputados e as Assembleias Legislativas

³⁴ A carta, datada de 5 de agosto de 1953, estava escrita em papel timbrado da presidência da Câmara de Corrientes e “era dirigida a João Goulart, então ministro do Trabalho do governo Getúlio Vargas, e assinada pelo deputado argentino Antonio Jesús Brandi. O conteúdo do documento referia-se, entre outros pontos, à formação de uma “coordenação sindical entre o Brasil e a Argentina”, à criação de “brigadas operárias de choque” e à compra de determinadas mercadorias em Córdoba, que Lacerda concluiu tratar-se de material bélico destinado ao suposto movimento armado sindicalista. Os armamentos entrariam no Brasil através de Uruguaiana” (LAMARÃO, 2010, s./p.).

deputado federal da UDN e opositor de JK e Jango. No dia seguinte, 17 de setembro de 1955, a carta foi publicada na íntegra pelos jornais *Tribuna da Imprensa*, de propriedade de Lacerda, e *O Globo*. Entretanto, após um inquérito policial-militar, instaurado em outubro, foi comprovada a falsidade da carta, forjada “por falsários argentinos para ser vendido aos opositores de Goulart” (LAMARÃO, 2010, s./p.).

A carta provocou grande agitação política, que teve impacto também no meio militar, mas não impediu que JK e Jango fossem eleitos. Porém, após as eleições, iniciou-se a “batalha judicial” e a tentativa de não empossar os eleitos, sob a alegação de necessidade de maioria absoluta, tese encabeçada por líderes da UDN, mas inconstitucional. A oposição derrotada, aliada a setores conservadores e anticomunistas do exército e ao Clube da Lanterna³⁵, passa então a articular um possível *golpe* para impedir a posse dos candidatos eleitos. Em meio ao processo, o Presidente Café Filho se afasta por motivos de saúde, assumindo Carlos Luz, o qual fez “o jogo dos militares golpistas e acaba forçando a demissão do ministro da Guerra, General Lott, que já havia declarado publicamente que defenderia, de todas as formas, a posse do presidente eleito pelo voto” (MEYRER, 2012, p. 178). Com a saída de Lott e a nomeação do general Fiúza de Castro, formaram-se as condições para o *golpe preventivo de 11 de novembro*.

Entretanto, a tentativa de golpe foi impedida por Lott que, “mesmo exonerado, comanda a ocupação da capital do país por tropas do Exército”, no que ficou conhecido como *Movimento do 11 de Novembro* ou *contragolpe preventivo*, segundo seus promotores. Com isso, Carlos Luz foi considerado impedido de exercer o cargo de Presidente, assumindo Nereu Ramos, Presidente da Câmara dos Deputados. Entretanto, o clima voltou a se tumultuar quando, em virtude da melhora na saúde de Café Filho – considerado envolvido nas articulações contra a posse dos eleitos –, surgiu a possibilidade de seu retorno à presidência, mas logo Nereu Ramos conseguiu aprovação no Congresso para decretar estado de sítio por 30 dias, prorrogado por mais 30 (LAMARÃO, 2010).

Nesse sentido, Marlise Meyer (2012, p. 190) argumenta que “a disputa entre golpistas e legalistas, nessa questão, não passava de uma briga interna das elites, agrupadas de um lado na UDN e de outro, no PSD” e, nessa disputa, “os militares, por sua vez, dividiam-se entre os dois grupos, porém o objetivo propalado era o mesmo: defender a ordem democrática”. Assim,

³⁵ “Organização civil fundada em 28 de agosto de 1953, no Rio de Janeiro (então Distrito Federal) pelo jornalista Carlos Lacerda para combater o governo do presidente Getúlio Vargas. Congregava diversos parlamentares, principalmente da União Democrática Nacional (UDN), maior partido da oposição. Seu órgão oficial era a revista *O Maquis*; o diário *Tribuna da Imprensa*, de propriedade de Lacerda, também dava cobertura às suas atividades. Foi fechado em 24 de novembro de 1956 por decreto do presidente Juscelino Kubitschek” (LAMARÃO, 2010, s./p.). Informações retiradas do verbete Clube da Lanterna do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*.

diante desses episódios, identifica-se a exploração de um linguajar nada arbitrário, com a incorporação recorrente de termos como *golpista*, *golpismo* e *imprensa golpista*, evidenciando uma verdadeira *luta de representação* entre distintos agentes.

Após esse conturbado ano, JK foi empossado, promovendo articulações que viabilizassem seu governo e promovesse uma relativa “pacificação” no campo político – estilo político de improvisação – apesar das fortes e constantes críticas à construção da nova capital, Brasília, e a fundação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), criada pela Lei nº 2.874, de 1956.

As eleições de 1958 ocorrem de modo tranquilo, já em 1960 o ambiente político volta a ser agitado em função das eleições presidenciais, na qual foram candidatos Jânio Quadros (PTN), Henrique Teixeira Lott (PSD) e Adhemar de Barros (PSP) para presidência da república, e João Goulart (PTB), Milton Campos (UDN) e Fernando Ferrari (PDC) para vice-presidência. A inicial tentativa de aproximação da aliança PSD-PTB com a UDN, para a formação de uma “união nacional”, foi rechaçada por Carlos Lacerda. Assim, o PSD, em aliança com o PTB, lançou a candidatura de Lott, apoiada pela Ala Moça do PSD³⁶ e pela Frente Parlamentar Nacionalista³⁷. A vitória coube à oposição com a eleição de Jânio Quadros, porém, a bancada do presidente eleito era minoritária no interior do Congresso (COSTA, 2010).

Importa destacar que esse o período pós-suicídio de Getúlio Vargas foi representado na imprensa pelo que Meyrer (2012, p. 176-177) identificou ao analisar a revista *O Cruzeiro*, como um “novo começo”, um “novo tempo” em busca do desenvolvimento econômico, cultural e, também, político, e, por que não dizer: um “novo começo” para a democracia, haja vista, que a eleição democrática de Vargas em 1950 foi concebida pela maioria da *grande imprensa* brasileira como um retrocesso para o regime.

Nesse cenário político, pode-se perceber que existe ainda uma democracia incompleta, ameaçada, constantemente, por tentativas de golpes, mas também que está em construção, sendo necessária e fundamental a constante busca por sua legitimação. Com isso, pode-se dizer que a democracia era uma ideia-força no *campo político*, ideia que teve sua força revigorada a

³⁶ “Facção do PSD ligada à campanha e ao governo de Juscelino Kubitschek, assim batizada pela imprensa por reunir jovens deputados federais. Pregava a renovação dos métodos políticos do partido e defendia posições nacionalistas. Atuou de 1955 a 1961, quando se dissolveu, já no governo Jânio Quadros” (DHBB, 2001, s./p.).

³⁷ Atuou entre os anos de 1956 e 1964. “Representou no Congresso Nacional a opção nacionalista de um segmento expressivo e muito combativo da sociedade civil, que fazia das bandeiras nacionalistas e desenvolvimentistas expressões de um Brasil mais ‘autônomo e soberano’. Mesmo que seus integrantes possuíssem filiações ideológicas diferentes, o que unia todos era em primeiro lugar a questão da autonomia. Havia uma hegemonia de parlamentares recrutados do PTB, mas também deputados e senadores de vários partidos, buscou fundamentos teóricos na ala mais nacionalista do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)” (DELGADO, 2003, p. 149-150).

partir da possibilidade de um “novo começo”, destarte, a definição de democracia tornou-se tema central nas disputas internas ao *campo político*. Contudo, a definição de democracia não se dá exclusivamente no *campo político*, mas extrapola para outras áreas, sendo também incorporada pelo *campo jornalístico*, que tem papel fundamental nesse processo de busca por legitimação desse regime, o que se caracteriza por verdadeiras *lutas de representação*.

Dessa forma, nesse momento de grande instabilidade, o que está em disputa é o próprio conceito de democracia, não por acaso que se faz mister indagar como os jornais estudados representaram os movimentos acima descritos e os próprios partidos políticos? Como representou os votantes e os votados? As percepções sobre esses temas nos indicam como os jornais estudados estavam apreendendo o regime democrático em andamento. Para os diários, estaria a democracia sendo aprimorada nesses processos ou apenas evidenciaria sua precariedade ou inadequação? Nesses casos, existiriam soluções apresentadas pelos jornais? Se sim, quais seriam?

Essas perguntas ganham outra relevância quando consideramos que, por muitos anos, no meio acadêmico, o período entre 1945 e 1964 foi compreendido a partir de categorias tidas como pejorativas, por exemplo: *período populista*, *república populista* ou *democracia populista* (FERREIRA, 2013).

Entretanto, Jorge Ferreira (2013) lembra que “populismo” e “populista” nem sempre tiveram um sentido pejorativo. No início do século XX, no Brasil, tais termos eram associados aos políticos que estavam próximos ao *povo* (camadas populares) e eram seus intérpretes, bem como o populismo podia ainda representar uma forma de luta contra o comunismo, porém, quando os *populistas* começaram a vencer as eleições, passaram gradualmente a ser deslegitimados pelos políticos considerados *liberais* e *conservadores*.

Destarte, não se pode perder de vista que *populismo* pode ser compreendido de diferentes formas: enquanto conceito analítico ou como ideologia específica, nesses casos são criticados por serem amplos e imprecisos, o que pode refletir na dificuldade de operacionalidade do conceito; como fenômeno de origem social ou como uma forma de governo, nessas abordagens a dificuldade está em encontrarmos elementos comuns que possam alocar diferentes contextos sobre a mesma rubrica, populismo. Porém, independentemente, de sua abordagem, segundo Weffort (1978), são necessários elementos básicos para se concretizar: processo de massificação da grande parte da sociedade; inclusão direta ou indiretamente dessas massas populares no jogo político; existência de um vácuo de poder; ocupado por um líder carismático.

Nesse sentido, para o líder populista se legitimar precisa atender em algum grau as aspirações da “massa”, mas em muitos casos a relação entre o líder populista e as “massas

populares” é compreendido sob o signo da manipulação e demagogia do primeiro em relação ao segundo. Dessa forma, os políticos caracterizados de populistas são (des)qualificados como os que “enganam o povo com promessas nunca cumpridas ou, pior ainda, os que articulam retórica fácil com falta de caráter em nome de interesses pessoais”, especialmente, em momentos eleitorais, sendo, por isso, classificados também como demagogos. Por conseguinte, a eleição de tais políticos gera representações de que “‘o povo não sabe votar’ ou, em versão mais otimista, ‘ainda não aprendeu a votar’” (GOMES, 1996, p. 32), podendo, assim, deslegitimar a democracia, regime de ampla participação popular na escolha dos dirigentes do país, a partir da perspectiva da manipulação.

Segundo Ernesto Laclau (2013), as perspectivas clássicas sobre populismo o concebem em termos de anormalidade, desvio ou manipulação, em síntese, partem de condenações éticas, sendo esse o caso dos trabalhos de Weffort, por exemplo. Para Laclau (2013, p. 21), “o populismo não é uma ideologia, mas uma forma de construção do político”, assim, não pode ser compreendida como pura manipulação, pois “essa forma de construção consiste nos que estão em baixo em relação ao sistema de poder existente serem interpelados pelas mais diversas ideologias, do fascismo ao socialismo”, sendo que no caso da América Latina, “o populismo está ligado à ascensão de regimes de esquerda”.

Assim, “o populismo é um processo eminentemente político de construção de identidades coletivas, marcado pela centralidade da ideia de povo”. Essa construção é, também, essencialmente política, pois *povo* não seria uma categoria temática, possível de ser apreendida em termos econômicos e/ou sociológicos. *Povo* deve ser compreendido como uma “construção discursiva e, como tal, varia conforme as mais diversas experiências populistas, independentemente de critérios ideológicos” (LOPES; MENDONÇA, 2013, p. 12). Lopes e Mendonça (2013, p. 11) argumentam que o populismo, para Laclau, “é uma lógica própria de construção política, e não, como já se afirmou tantas vezes, um tipo de ideologia, de anomalia ou mesmo de subdesenvolvimento irracional da democracia”, dessa forma, o que comumente seria chamado de populismo, se refere ao “momento da cristalização de uma liderança, representando o corolário de uma articulação política” que possuiria raízes profundas.

Entretanto, não importa aqui condenar ou salvar o populismo, mas caso tal conceito seja encontrado nos jornais, importa averiguar quais ideias, valores e até autores foram mobilizados pelos diários e, a partir de então, apreender representações sobre a democracia enveredando pela história conceitual do político.

E não podemos esquecer que o período democrático de 1945-1964 também está relacionado a outro conceito complexo: trabalhismo. Ângela de Castro Gomes (2004, p. 15)

compreende o “trabalhismo tanto como uma ideologia política, quanto como uma tradição política”, que desde 1945 “passou a ser utilizada e identificada quer em textos da academia, quer em textos da grande imprensa, quer no vocabulário político comum, com razoável abundância e facilidade”. A autora acrescenta que “o trabalhismo, como ideologia, foi ‘inventado’ em momento e circunstância bem precisos”, ou seja, “nasceu vinculada ao getulismo, ao nacionalismo e ao intervencionismo de um Estado protetivo que Vargas então encarnava” (GOMES, 2004, p. 16).

No entanto, no momento da reabertura política em 1945, mas ainda sob o signo do Estado Novo, “os ideólogos do trabalhismo realizaram um certo esforço para criar um partido capaz de abrigar tal ideologia, que conviveria com eleições, voto etc.”, o que ensejou a criação do PTB, ou como argumenta a autora “o trabalhismo em seu primeiro tempo”. Assim, nesse tempo primordial, da República de 1945-1964, “quando, por meio dos sindicatos e do PTB, o trabalhismo seria relido e apropriado por trabalhadores e por lideranças políticas e sindicais, ganhando novos sentidos, forças e possibilidades”. Dessa forma, segundo a autora, foi nesse contexto “que o trabalhismo transformou-se efetivamente em um instrumento de inclusão social e de alargamento da participação política, mesmo que se considere a existência de limites e constrangimentos a tal operação e também sua vinculação a práticas demagógicas e assistencialistas” (GOMES, 2004, p. 17). Assim sendo, o trabalhismo é contraditório, pois reúne uma possível autonomia para os trabalhadores brasileiros com *dirigismo*, *paternalismo*³⁸ ou ainda *peleguismo*³⁹, o que arrefece as disputas em torno das já mencionadas definições de trabalhismo.

Todavia, não se pode perder de vista que todo esse contexto e esses debates estão envoltos por um aspecto mais amplo, a saber, o nacionalismo. Dessa forma, Marly Rodrigues (2010), no livro *O Brasil na década de 1950*, afirma que a corrente de maior influência nos anos 1950 foi a nacionalista. Segundo a autora, o nacionalismo dá a pedra de toque na discussão sobre qual Brasil queremos e que mobiliza os intelectuais e a imprensa. Charles Sidarta nos oferece uma boa síntese da importância do nacionalismo, principalmente no período que corresponde ao governo de Juscelino Kubitschek:

O nacionalismo, dessa maneira, evidencia-se como o elemento definidor da vida política do Brasil, para o período. É a partir dele que, via de regra, tanto os partidos

³⁸ Perspectiva de que alguém ou instituição pode nos tutelar com vistas (pretensamente) a nosso próprio bem. O que subjaz essa perspectiva é a noção da existência de uma racionalidade deficiente naqueles que precisam ser tutelados, não são, por isso, capazes de se autogovernarem (MIGUEL, 2015).

³⁹ Pela forte vinculação do trabalhismo com os sindicatos e Ministério do trabalho. Pelego, é o “termo utilizado para designar o dirigente sindical que defende as orientações do Ministério do Trabalho entre a classe trabalhadora, cumprindo assim o papel de intermediário entre os sindicatos e o governo” (DHBB, 2001, s/p.)

políticos quanto as demais formas de organização social vão definir-se no espectro político. O nacionalismo, é, pois, dentro de nosso marco temporal, o elemento constitutivo das disputas pelo poder, nos mais diversos níveis (DOMINGOS, 2008, p. 102).

Para essa discussão, a fundação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros⁴⁰ (ISEB) em 1955 foi de suma relevância. A proposta dos isebianos era a construção de uma ideologia⁴¹ genuinamente nacional, que visasse superar o subdesenvolvimento via industrialização, por isso, segundo o autor, nos escritos dos intelectuais do ISEB, na década de 1950, está a síntese do nacional-desenvolvimentismo (PÉCAULT, 1990), simbolizando o segundo momento do nacionalismo no Brasil.

Elemento importante dessa abordagem nacionalista, predominante no período em estudo, é a existência da concepção de que a submissão econômica e a submissão intelectual andavam juntas. Embora a heterogeneidade de pensamento do grupo fosse uma de suas principais características, Hélio Jaguaribe tornou-se um dos ideólogos mais expressivos do ISEB e fez uma dura crítica à importação de ideias da Europa, afirmando que no Brasil, no plano da cultura, faltam raízes, por isso “as velhas gerações não influenciam as novas” (JAGUARIBE apud MOTA, 1980, p. 163). Assim, diante da tradicional carência cultural brasileira, o ISEB se incumbiria da produção ideológica para o *povo* do país, o que desembocaria na conscientização do *povo* e com isso seria possível realizar a “revolução democrático burguesa”.

De outra parte, diante do processo inflacionário, especialmente a partir da segunda metade do governo Kubitschek, e descontentes com o “estilo populista de JK”, Ivan Hasslocher fundou, em maio de 1959, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), recebendo contribuições de empresários brasileiros e estrangeiros. Tal organização visava “combater o comunismo no Brasil e influir nos rumos do debate econômico, político e social do país. O papel desenhado para o IBAD era a ação política”. Dentro dessa perspectiva, Hasslocher fundou também a agência de propaganda Incrementadora de Vendas Promotion, subsidiária do IBAD, assim,

⁴⁰ A partir de Daniel Pécaul, percebe-se que desde o início dos anos 1950 observa-se uma movimentação entre os intelectuais para a sistematização de um projeto nacional para o Brasil. Uma das primeiras tentativas mais sólidas ocorreu no ano de 1952, quando diversos intelectuais tanto de São Paulo quanto do Rio de Janeiro se reúnem na cidade de Itatiaia, formando assim o Grupo de Itatiaia. Entretanto, o grupo teve uma breve existência e com a dissolução do Grupo, os intelectuais cariocas se reuniram e fundaram em 1953 o IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política). Parte das contribuições dos intelectuais ligados ao IBESP podia ser encontrada na revista *Cadernos de Nosso tempo*, inclusive a ideologia do nacionalismo, que ganha força nos anos posteriores. Também de curta duração, o IBESP serviu como ponto de partida para a constituição do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), Instituição cultural criada pelo Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955 (PÉCAULT, 1990, p.108).

⁴¹ Salientando que o conceito de ideologia dos isebianos difere do conceito de Marx, pois eles não consideravam a ideologia como uma ilusão, distorção do real com fins de dominação, mas a consideravam como uma construção teórica capaz de mostrar os caminhos corretos a serem seguidos (PÉCAULT, 1990, p.116).

“produziu e difundiu grande número de programas de rádio e de televisão e matérias nos jornais com conteúdo anticomunista” (DE PAULA, 2010, s/p.)

Outra vertente do nacionalismo, justamente, aquela ligada ao Partido Comunista Brasileiro, é também conhecida como “nacional-reformismo”. Daniel Pécault (1990) afirma que em torno do Partido Comunista formou-se uma cultura política singular. O PC possuía alguns elementos com os quais os *intelectuais* chamados nacionalistas simpatizavam, como, por exemplo, a valorização do Estado como responsável pelo desenvolvimento nacional; a alteração no discurso do PC para incorporar o acesso à modernidade, elegendo como grande mal o imperialismo americano; e, por fim, a forma de conceber as *massas populares*, pois essas também eram vistas pelo PC como incapazes de se elevar ao nível de sua vocação histórica. Logo, o conceito de *povo* continua como a representação ideológica do conjunto das forças nacionais.

Contudo, não se pode esquecer que desde 1947 o Partido Comunista foi mantido na ilegalidade. E para compreender a manutenção desse partido nessa situação é fundamental atentarmos não apenas ao contexto nacional, mas também ao contexto internacional marcado pela Guerra Fria, com a divisão do mundo em zonas de influências entre capitalismo e comunismo.

Nas disputas por zonas de influência – política, econômica e cultural –, os EUA lançaram o Plano Marshall e a Doutrina Truman, que garantiam a intervenção armada para defender os estados aliados contra os avanços soviético, isto é, para combater a “ameaça comunista”. Assim, os Estados Unidos dominaram a conjuntura política e militar nos países da América Latina. Entretanto, era necessária uma “opinião pública” favorável. Nesse sentido, observam-se lutas de representações, onde a URSS é concebida como “ameaça à paz, um império expansionista que precisava ser contido pelas forças do bem” (LYRA JUNIOR; BELLINTANE, 2014, p. 234), representadas pelos EUA e pelos “valores ocidentais de democracia e liberdade, direitos humanos e de livre mercado, de respeito à propriedade privada e ao Estado de Direito” (RIBERA, 2012, p. 88).

Nesse sentido, segundo Charles Sidarta Domingos (2016, s./p.) a Doutrina Truman inaugura uma nova lógica discursiva seguida pelo Brasil, a saber, a transformação:

[...] nível do discurso, [d]a oposição capitalismo *versus* comunismo, para uma outra relação de oposição, baseada na democracia *versus* autoritarismo, para, dessa forma, resgatar os valores democráticos da Segunda Guerra Mundial, que visavam libertar o mundo dos autoritarismos e totalitarismos promovidos pelo Eixo⁴².

⁴² Ainda mais no caso brasileiro, “foi no governo Dutra que se realizou, em agosto e setembro de 1947, o Tratado Interamericano de Aliança Recíproca (TIAR). Também conhecido como ‘Pacto do Rio de Janeiro’, segundo Leslie

Desse modo, importa destacar que no período em estudo os EUA possuíam uma agenda político-cultural, que passou pela “implementação de organismos e programas estatais destinados à promoção de uma política cultural voltada para conquista da hegemonia mundial, estratégia denominada de ‘guerra psicológica’”⁴³ (MEYRER, 2019, p. 169). Dentro desse projeto, foi criada a *United States Information Agency* (USIA), em 1953, que “contava com uma rede de colaboradores, entre os quais alguns setores da imprensa internacional” (MEYRER, 2019, p. 171).

Dentro desse projeto, Marlise Meyrer, ao analisar os textos editoriais da revista *Life en Español*⁴⁴, de 1953 a 1957, constata a existência de um esforço internacional coordenado pelos EUA para colocar o tema democracia na agenda, sendo a utilização da imprensa o instrumento principal de uma das estratégias mais amplas para difundir valores como a democracia.

Entretanto, não podemos perder de vista que nesse período, além das mudanças no campo político, as áreas econômica e social também sofreram profundas alterações, que tiveram profundo impacto no jornalismo brasileiro e que não podem deixar de ser consideradas.

2.2 INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO ACELERADAS

Segundo Werner Baer (1966), foi durante a década de 1950 que ocorreu a consolidação do processo de industrialização do país, ou seja, completou-se a passagem do sistema agroexportador para o industrial, quando a indústria se torna o setor mais dinâmico da economia no período de 1945-1964. Isso tornou as metrópoles brasileiras não apenas polos administrativos e comerciais, mas também “*locus* da atividade produtiva” (PATARRA, 1986).

A consolidação desse processo pode ser associada a uma continuidade entre o projeto de industrialização planejada de Getúlio Vargas (1951-1955) e a implementação do projeto

Bethell, ‘às vezes chamado primeiro pacto da Guerra Fria’ (BETHELL, 1996, p. 100) [...] Com a assinatura do TIAR, os países do continente americano se comprometeram a auxiliar uns aos outros em caso de invasão externa ao continente. Isso dava uma maior margem legal para os EUA intervirem nos seus vizinhos [...]” (DOMINGOS, 2016, s./p.).

⁴³ “[...] *el uso planificado de la propaganda y otras actividades, expto el combate por parte de una nación que comunican ideas e información con el propósito de influir en las opiniones, actitudes, emociones y comportamiento de grupos extranjeros, de manera que apoyen la consecución de los objetivos nacionales*” (SANDERS apud MEYRER, 2019, p. 170-171).

⁴⁴ “A revista *Life* era a versão “mais leve” da *Time*, integrante do Império de Comunicação *Time Inc.*, fundado por Henry Robinson Luce. [...] A *Life* nasceu em 1936 como uma revista de fotojornalismo voltada, sobretudo, para a difusão do *American way of life*”. A primeira edição da *Life Internacional* foi lançada em 1945, dessa forma, “em 1953, em plena Guerra Fria, a revista passou a editar uma edição latino-americana, a *Life en Español*” (MEYRER, 2019, p. 171).

definido por Thomas Skidmore como nacional-desenvolvimentista⁴⁵ de Juscelino Kubitschek. Esse último projeto tomou forma no Plano de Metas⁴⁶ que, em seu conjunto, visava aprofundar o processo de industrialização. Dessa forma, não deve surpreender que, durante o governo de Juscelino Kubitschek, a formação bruta de capital se elevou de 13% para cerca de 18% do PIB e a economia, estimulada pelo programa de obras, expandiu-se ao ritmo inédito de 9% ao ano entre 1957 e 1961 (ABREU, 2003).

Nesse ponto, importa destacar que o nacionalismo não era apenas encontrado no viés político, mas também no econômico. O nacionalismo econômico não significa, necessariamente, uma total aversão ao capital estrangeiro. Na verdade, existiam os nacionalistas econômicos mais extremados que não aceitavam a utilização de capital estrangeiro no projeto de desenvolvimento nacional e os nacionalistas que não apenas aceitavam, como viam como necessária a utilização de capital privado, até mesmo estrangeiro, para que o Brasil pudesse se desenvolver. Os últimos podem ser identificados no governo de JK, mas também em diversas ações de Vargas, como a busca de investimento estrangeiro para a criação da Siderúrgica Nacional, assim como a proposta inicial de criação da Petrobrás, que visava uma empresa de capital misto (MARTINS, 2016). Esse é um dos pontos de conflito entre a proposta do Partido Comunista e o desenvolvimentismo.

Nesse contexto, os defensores do nacional-desenvolvimentismo colocavam o Estado como condutor do processo de industrialização, que deveria ampliar e integrar o mercado interno. Essa teorização “era inseparável de uma meta política emancipadora, segundo a qual a cidadania política deveria ampliar-se à medida que a modernização econômica promovesse a independência nacional”. Dessa forma, o “nacionalismo passa a significar, ao mesmo tempo, a ativação das massas e resistência ao imperialismo” (PÉCAULT, 1990, p. 101).

Entretanto, era forte a preocupação de que esses dois elementos travassem o desenvolvimento do Brasil, o que gerou uma grande cisão. Os militares foram os primeiros a

⁴⁵ Segundo T. Skidmore, os nacionalistas-desenvolvimentistas partiam do pressuposto de que o Brasil precisava se industrializar, baseado em uma estratégia de economia mista, “na qual o setor privado receberia novos incentivos, proporcionais a um conjunto estabelecido de prioridades de investimento. Ao mesmo tempo, o Estado interviria mais diretamente, por meio de empresas estatais e empresas mistas público-privadas, a fim de eliminar gargalos e assegurar investimentos em áreas nas quais o setor privado não tivesse nem interesse nem recursos para aplicar. Defensores dessa fórmula reconheciam que o capital privado estrangeiro poderia cumprir uma função importante, mas insistiam que só seria aceitável se estivesse sujeito a cuidadosa regulamentação pelas autoridades brasileiras” (SKIDMORE, 2010, p.123).

⁴⁶ Após um ano de gestação, e tomando como ponto de partida os relatórios da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e do Grupo Misto Cepal-BNDE, o governo de Juscelino Kubitschek apresentou seu Plano de Metas. Era um documento essencialmente econômico. Dividia-se em 30 metas, distribuídas entre os setores de energia (metas 1 a 5), transporte (metas 6 a 12), alimentação (13 a 18), indústria de base (metas 19 a 29) e educação (meta 30) (MOREIRA, 2003, 159).

se dividir, opondo, de um lado, os que defendem o afastamento em relação às forças econômicas externas, principalmente em relação aos Estados Unidos, e, de outro, os que defendem uma maior aproximação dos EUA. Esse segundo grupo possuía força dentro da Escola Superior de Guerra (ESG)⁴⁷. Esse conflito foi expressivo na gestão econômica, opondo os *nacionalistas* e os economistas ortodoxos. Assim, para os nacionalistas econômicos o fundamental era promover o desenvolvimento econômico via industrialização planejada, algo impensável para os economistas ortodoxos que defendiam a autorregulação do mercado.

Por fim, ainda existiam os “nacionalistas radicais”, que propunham um rompimento unilateral com o capital estrangeiro, inclusive sendo esse grupo caracterizado como xenófobo, avesso a qualquer intervenção estrangeira não apenas na economia, mas também na cultura e política brasileira (SKIDMORE, 2010).

Dessa forma, segundo Meyrer (2012, p. 177), “o que estava em jogo era a defesa do Ocidente capitalista e o desenvolvimento aparece como o meio mais eficaz de garantir a ordem capitalista e a democracia”. Assim, argumenta a autora, “desenvolvimento e democracia estão diretamente vinculados nos discursos de Juscelino Kubitschek no período” (MEYRER, 2012, p. 177), questões diretamente associadas à guerra-fria anteriormente referida.

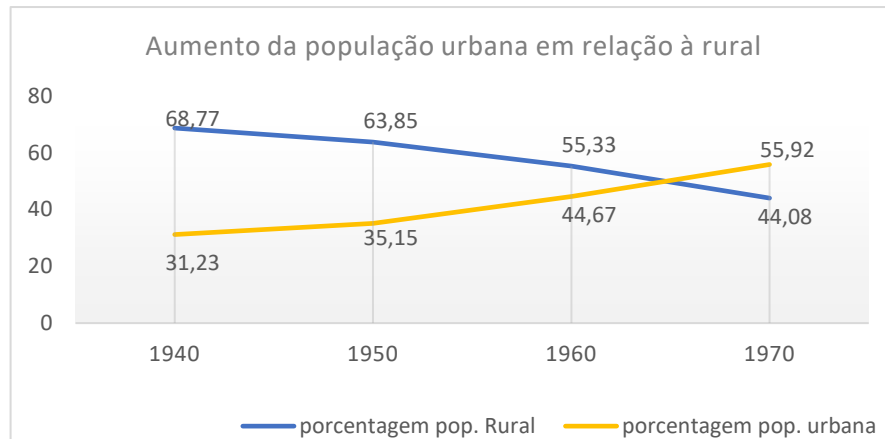
Contudo, não se pode perder de vista que, aliado ao processo de industrialização, ocorreu um aumento significativo na população brasileira. Desde a década de 1930, era perceptível um forte crescimento demográfico, comprovado pelos dados estatísticos oficiais e regulares, a partir do primeiro recenseamento realizado em 1940, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), criado em 1936, por Getúlio Vargas⁴⁸.

Combinado ao processo de industrialização acelerada e de aumento da população, ocorreu o desenvolvimento da urbanização do país (ABREU, 1987). Nesse contexto, o processo de urbanização, somado ao de industrialização, acabou por deslocar cada vez mais a população do campo para as cidades do Sul (ABREU, 1987). Isso contribuiu para que, em meados da década de 1960, a população urbana ultrapassasse, em números absolutos, a população rural, como podemos verificar no gráfico abaixo:

⁴⁷A Escola Superior de Guerra, fundada em 1949, elaborou as suas próprias propostas para o desenvolvimento do Brasil, foi responsável pela formação de uma elite militar, favorável ao alinhamento brasileiro com o bloco político comandado pelos EUA. Os intelectuais do ESG “propunha-se a analisar o Brasil do ponto de vista da geopolítica e da segurança nacional”, difundiram suas ideias através de cursos, seminários e publicações. Ideia que influenciaram diretamente na formulação da Doutrina de Segurança Nacional, um dos pilares do regime militar instalado em 1964 (RODRIGUES, 2010, p.20-21).

⁴⁸ Entre 1920-1940, a população era estimada em 30.638.607, em 1940 já era de 41.236.315⁴⁸, subindo para 51.944.397 em 1950⁴⁸, chegando a 70.070.457 em 1960. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), recenseamentos de 1940, 1950 e 1960

Gráfico 1 - Aumento da população urbana em relação à rural



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE relativo aos censos de 1940, 1950, 1960 e 1970.

Nesse gráfico, podemos observar que, a partir de 1940, as diferenças entre as porcentagens de população rural e de população urbana, no Brasil, começam a diminuir. Em 1940, segundo os dados do IBGE, o país estava dividido em 68,77% de habitantes rurais e apenas 31,23% de urbanos. Na década de 1950, ocorre a intensificação da aproximação desses valores, chegando, em 1960, a 55,33% rural, e os urbanos subindo para 44,67%, sendo que a transição ocorre, efetivamente, na metade dos anos 1960⁴⁹.

A imprensa não ficou alheia a todos esses processos, o que nos leva a indagar: o quanto essas mudanças políticas, econômicas e sociais interferiram na imprensa brasileira do período? Para responder a essa questão, precisamos analisar a história da imprensa no período.

2.3 IMPRENSA EM TRANSIÇÃO: PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO JORNALISMO

Pode-se observar que, a partir de 1955, ocorre uma ampliação da tiragem de alguns dos jornais da imprensa carioca, aumento associado ao desenvolvimento econômico no Brasil derivado da industrialização acelerada. O maior dinamismo econômico e populacional também trouxe muitos benefícios às empresas jornalísticas, como a ampliação do seu público leitor, além de maiores facilidades quanto à aquisição de maquinários e mesmo aproximações com a mídia internacional, elementos fundamentais para as transformações nos jornais cariocas. Entretanto, nem toda a imprensa foi beneficiada com o processo, marcadamente os jornais que cresceram foram os que efetuaram reformulações de caráter administrativo e na estrutura da sua mensagem.

⁴⁹ IBGE. Censo de 1940; IBGE. Censo de 1950; IBGE. Censo de 1960; IBGE. Censo de 1970.

Em termos desse crescimento, alguns jornais se destacam, como o caso de *O Globo* que, dos 110 mil exemplares/dia em 1955, passou para 187 em 1958, atingindo acima de 218 mil exemplares/dia em 1960, ou seja, quase dobrando sua tiragem em 5 anos. Já o *Ultima Hora* também ampliou suas publicações diárias de 92 mil em 1955, para 105 em 1958, atingindo 117 em 1960, assim como o *Jornal do Brasil* que em 1955 possuía a tiragem de 40 mil exemplares/dia e, após a reforma, passou para 57 em 1958 e 59 em 1960. Por seu turno, os jornais que não passaram pelas modernizações e/ou reformulações na década de 1950, diminuíram progressivamente sua tiragem, com é o caso do *Correio da Manhã*, que de 72 mil exemplares/dia em 1955 baixou para 57 em 1958 e 53 em 1960. O caso mais drástico foi o do *O Jornal*, que de 60 mil exemplares/dia em 1955 diminuiu para 27 mil exemplares/dia em 1960 (BARBOSA, 2007).

Esses números indicam o início de um processo de concentração empresarial que ocorreu nas décadas seguintes e que reduziu consideravelmente o número de títulos, principalmente dos jornais que não conseguiram acompanhar o processo de modernização. Isso acabou instaurando uma considerável diferença entre grandes e pequenos jornais, gerando a consolidação da chamada *grande imprensa*, especialmente dos periódicos cariocas (BARBOSA, 2007).

Nesse sentido, muitos jornais beneficiaram-se com os processos mais amplos de industrialização e urbanização acima citados. A imprensa tornava-se cada vez mais importante para o desenvolvimento econômico, principalmente para a dinamização do mercado interno, uma vez que, no período em questão, o jornal ainda era o lugar privilegiado para o anúncio dos mais diversos produtos. Isso fica mais claro se atentarmos para o aumento da contribuição da publicidade no faturamento dos jornais ao longo da década de 1950 em decorrência do crescimento industrial (RIBEIRO, 2002).

Mesmo com o desenvolvimento do rádio, a imprensa se manteve como o veículo de publicidade mais importante, tanto que em 1952 absorvia 48,8% das verbas de publicidade do país. Essas verbas, cada vez mais, acompanham o processo de industrialização, como podemos notar pela pesquisa de Ana Ribeiro (2007), a qual salienta que se na primeira metade da década os maiores anúncios eram de artigos de consumo diário, como produtos de higiene, medicamentos, cigarros e bebidas, a partir da segunda metade da década esse panorama foi modificado, com o crescimento, principalmente, da indústria automobilística. Isso gerou uma interdependência entre ambos os processos, uma vez que o aumento no faturamento a partir da

publicidade foi importante para a manutenção dos jornais⁵⁰ e promoção da modernização da imprensa carioca nas décadas de 1950-1960, ao mesmo tempo em que as reformas gráficas e editoriais de alguns jornais foram, em alguns casos, um fator importante para atrair publicidade comercial. O *Jornal do Brasil* pode ser utilizado como exemplo, pois à medida que ganhava feições modernas e aumentava as suas tiragens, passava a ser, cada vez mais, procurado pelas agências (RIBEIRO, 2002)⁵¹.

De outra parte, e isso nos interessa particularmente, a imprensa mantinha-se como o principal meio de informação sobre temas políticos e para a formação de uma possível “opinião pública”⁵², uma vez que a televisão no Brasil ainda estava em seu nascedouro na década de 1950, dedicando-se especialmente ao entretenimento e o rádio, mesmo que desenvolvendo o seu radiojornalismo, também era mais voltado para o entretenimento, principalmente as radionovelas (AZEVEDO, 2002)⁵³. Dessa forma, o debate político ainda era produzido e veiculado predominantemente pelos jornais diários.

Esse ponto deve ser salientado porque, como comentamos no início desse subcapítulo e como afirma Habermas (1984), a imprensa livre constitui-se, desde sua origem, uma instituição indispensável para qualquer sistema representativo, em especial, para uma democracia. A imprensa adquire essa condição na medida em que deixa de ser um mero instrumento de anúncio de pequenos negócios (notadamente os comerciais), para se tornar uma ferramenta de intervenção nos debates públicos, ou seja, na medida em que há uma institucionalização do

⁵⁰ Apenas para exemplificar, “segundo o balanço do *Correio da Manhã* (publicado na sua edição de 26/4/1959), o jornal teria faturado, em 1958, 7,4 milhões em assinatura e 24,8 milhões em venda avulsa. Só na compra de papel, a sua despesa foi 53,7 milhões. A receita proveniente das assinaturas e vendas avulsas foi inferior ao custo do papel, dando na relação uma diferença negativa de 21,4 milhões. Isso sem contar as despesas comerciais (51,1 milhões), com oficinas (45,3 milhões), com a redação (41,6 milhões) e com a administração (33,5 milhões). Entretanto, graças à publicidade, que lhe rendeu 236 milhões de cruzeiros, a empresa pôde pagar todas as suas despesas e ainda apresentar um lucro de 16 milhões”. Isso não ocorria apenas com o CM, os jornais, de modo geral, estavam aumentando seu faturamento em decorrência da publicidade (RIBEIRO, 2002, p. 185-186).

⁵¹ Ana Ribeiro (2002, p. 10) aponta que “os jornais populares beneficiaram-se menos com surto publicitário, devido ao fraco poder aquisitivo dos seus leitores e à sua limitada capacidade de consumo. Mas apesar da publicidade dirigir-se sobretudo às camadas privilegiadas, a classe trabalhadora não era negligenciada. A promoção de uma série de produtos mais populares – tecidos, roupas de trabalho, ferramentas, objetos em segunda mão, rádios, pequenos aparelhos elétricos, diversões etc. – se fazia através de jornais como *Última Hora*, *Diário da Noite*, *A Notícia*, *O Dia* e *Luta Democrática*”.

⁵² Utilizamos aqui a definição de opinião pública assim como definida por Patrick Champagne (1996, p. 71): a “opinião pública” como “o resultado incerto de um conjunto de ações difíceis de controlar por apenas um agente, até mesmo pelo próprio poder político”, assim a “opinião oficial” e a “opinião jornalísticas” tornaram-se integrantes da “opinião pública”.

⁵³ A perspectiva de o rádio ser mais voltado ao entretenimento pode ser corroborada pelo fato de em 1945 a McCann Erikson ter encomendado uma pesquisa sobre a preferência dos ouvintes cariocas para a pasta de dentes Kolynos e uma das perguntas do questionário era “quais estilos de programas que mais gosta?”, sendo que nas respostas não encontramos menção à programas de informação⁵³ (AZEVEDO, 2002, p. 84). Em 1951, a PN: *Publicidade e Negócios* publicou uma pesquisa para eleger os dez programas mais populares do rádio carioca, e verificou que 29,6% preferiam os programas de auditórios (AZEVEDO, 2002).

jornalismo. Dessa forma, ela se torna um “espaço” fundamental para a formulação e a legitimação do que o autor chama de *opinião pública*. Da mesma forma, como argumenta Gabriel Tarde (1992), em sociedades de massas somente através da imprensa podemos pensar na existência de um *grande público* que atinja às dimensões dos Estados Nacionais modernos e, assim, só a partir dela é que uma democracia pode se tornar possível, dando suporte ao que Habermas (1984) chama de *Esfera Pública*⁵⁴, isto é, imprescindível para a existência e manutenção da democracia.

Mesmo que se possa fazer diversas críticas à visão idealista de Habermas, especialmente no que se refere à sua concepção de *opinião pública* oriunda da *Esfera Pública*, existe um elemento que dificilmente é negado, ou seja, a importância da imprensa livre como instituição necessária às sociedades democráticas. Essa relevância passa muito pela forma como a imprensa constrói o seu papel no debate público e, assim, em relação à política. Assim, não se pode desconsiderar que os meios de comunicação são intermediadores entre a experiência coletiva e a individual, pois ao oferecerem interpretações sobre o *real*, possuem, dessa forma, “papel-chave não apenas por mediar a interação do indivíduo com a sociedade, mas por mediar também a interação do indivíduo com as outras instituições” (GUERREIRO NETO, 2012, p. 4). Sendo assim, argumenta Franciscato (2003, p. 22) que

Como instituição social, o jornalismo cumpre um papel social específico, não executado por outras instituições. A instituição jornalística conquistou historicamente uma legitimidade social para produzir, para um público amplo, disperso e diferenciado, uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas.

Ainda mais, a imprensa enquanto instituição se constitui como entidade abstrata, mas também “é formada por uma série de instituições, é o **agrupamento de papéis**, ambientes, estruturas, procedimentos, formatos, práticas e rotinas cristalizados, institucionalizados”. Dessa maneira,

Tomar o jornalismo como uma instituição social significa considerar que a história da institucionalização do jornalismo é também a da institucionalização dos jornalistas, da redação, das editorias, da entrevista, da notícia, do lead... Ou seja, a instituição jornalística, além de se constituir enquanto entidade abstrata, é formada por uma série de instituições, é o **agrupamento de papéis**, ambientes, estruturas, procedimentos, formatos, práticas e rotinas cristalizados, institucionalizados. (GUERREIRO NETO, 2012, p. 1).

⁵⁴ Para Habermas, o social estaria dividido entre a “Esfera privada” (sociedade civil) e a “Esfera política” (Estado), mas, entre essas duas esferas, encontra-se uma terceira, a Esfera Pública, lugar de pura racionalidade, espaço onde os indivíduos privados discutem em um universo virtual assuntos públicos, e, assim, formariam a “opinião pública”. Nesse sentido, por definição, os interesses individuais e o Estado não podem estar na Esfera pública, uma vez que ela é um local que submete qualquer assunto público à crítica, à razão, funcionando como um intermediário entre uma instância e outra.

Diante dessa afirmação, nada mais oportuno do que aprofundar a temática da modernização e transição da imprensa carioca na década de 1950, que se refere justamente ao aspecto técnico do processo de institucionalização do jornalismo.

Ao se falar em modernização da imprensa carioca na década de 1950, a bibliografia especializada geralmente remete à ideia de transição de um modelo de jornalismo para outro. Nesse sentido, o título do livro de Alzira Abreu e Lattman-Weltman, publicado em 1996, “*A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*”, sintetiza a forma como se concebe o processo pelo qual a imprensa brasileira passou nos anos 1950.

Em termos gerais, essa mudança corresponde a um fenômeno que deve ser observado sob duas dimensões: a dimensão empresarial e a dimensão discursiva, que englobariam um processo concebido como a transição do modelo de jornalismo francês, pautado especialmente na opinião⁵⁵, para o modelo de jornalismo norte-americano, baseado nos ideais de neutralidade e objetividade jornalística⁵⁶ (LATTMAN-WELTMAN, 1996). O modelo de jornalismo norte-americano, também conhecido como anglo-saxão, faz uma separação gráfica entre “fato” e “opinião”⁵⁷, processo que, segundo Schudson (2010), teria iniciado nos Estados Unidos com a criação da *penny press*⁵⁸ na década de 1830.

Importa destacar que no caso brasileiro essa mudança no modelo jornalístico não é pensada, por autores como Ana Ribeiro, Lattman-Weltman e Barbosa, como uma ruptura, mas como a consolidação de um processo que já estava em andamento. Isso porque, desde o início do século XX, alguns dos principais jornais brasileiros já se constituíam como empresas (LATTMAN-WELTMAN, 1996; SODRÉ, 2011; BARBOSA, 2007). Entretanto, segundo Lattman-Weltman (1996), foi somente a partir da década de 1950 que se reuniram as condições

⁵⁵ Também chamado de “modelo francês” por Chalaby (2003) ou, ainda, de “Imprensa de Tribuna” por Aldé (1997).

⁵⁶ Chalaby (2003, p. 29-50) faz uma comparação entre a evolução do jornalismo francês e do jornalismo anglo-americano entre 1830 e 1920: no modelo anglo-americano “o formato do relato jornalístico implicava a dissociação entre factos e opiniões”. No interior do jornal a informação e a opinião começaram a ser separadas em dois gêneros jornalísticos distintos. “Na medida em que os juízos de valor começaram a estar confinados a líderes, os factos eram reportados num formato discursivo – o relato jornalístico – destinado apenas a esse objetivo. [...] Em contraste, a tradição do jornalismo francês não estabelecia uma linha tão estrita entre factos e comentários, e muitos artigos misturavam livremente notícias e opiniões”.

⁵⁷ Aqui importa diferenciar a “opinião” da “subjetividade” dos jornalistas, ou seja, o que ocorreu foi que a partir de determinado momento os textos de caráter mais explicitamente opinativos – que ficaram sob responsabilidade, primeira, dos líderes (editoriais, artigos, colunas assinadas etc.) – foram separados gráfica e editorialmente dos textos de cunho mais informativo, e os segundos passaram a ganhar maior espaço dentro dos jornais, o que não significa dizer que o caráter subjetivo dos jornalistas tenha sido alijado dos textos informativos.

⁵⁸ A *penny press* jornal popular, vendido a baixo preço quebrando a barreira econômica de consumo. Buscou se desvincular dos partidarismos, desenvolvendo, assim, os ideais de neutralidade e objetividade jornalísticos (SCHUDSON, 1978).

macroestruturais ideais⁵⁹ para essa mudança e, com isso, pode-se “pensar no começo de uma efetiva superação do chamado ‘jornalismo literário’ e no advento da terceira fase empresarial” (LATTMAN-WELTMAN, 1996, p. 159)⁶⁰. Bem como destaca Marialva Barbosa (2007), foi apenas nessa década que o discurso da neutralidade e objetividade ganhou eco favorável e efetivo nos jornais.

Assim, as mudanças de caráter administrativo visavam transformar a condição dos jornais como empresas autenticamente comerciais, a partir da introdução, nos anos 1950, do modelo norte-americano de descentralização de responsabilidades. Dessa forma, a empresa jornalística passou a ser dividida em quatro áreas: 1) executiva, que reunia a administração e seus membros (os proprietários, presidentes e diretores); 2) financeira, que englobava os departamentos encarregados da contabilidade e demais transações comerciais (departamentos de publicidade, de promoções e vendas, de relações públicas, de distribuição e pessoal); 3) editorial, isto é, a redação, que cuidava da parte escrita e fotográfica do jornal; e, por fim, 4) gráfica e mecânica, que cuidava da impressão (oficinas de composição, estereotípiã, gravura, calandragem etc.) (RIBEIRO, 2007).

O jornal *Última Hora*, fundado em 1951, foi um dos grandes exemplos dessa racionalização administrativa. Inicialmente, Wainer separou empresarialmente a editora (Última Hora) da gráfica (Érica). Ainda mais, como o jornalista não possuía experiência administrativa, contratou a empresa Escritório Técnico Cezar Catanhede, especializada em planificação, para organizar e administrar a *UH* do Rio (GOLDENSTEIN, 1987).

Wainer, ainda, formulou outras estratégias empresariais que foram inéditas para o período, como a criação do Departamento de Promoções, com o intuito de estimular a circulação do jornal, através de campanhas publicitárias em *outdoors* (que foi usado pioneiramente), o *teaser* (colocar uma faixa no mais alto prédio da cidade, foi uma novidade), sorteio de brindes, realização de concursos e festivais populares, bem como o prêmio “Capitães

⁵⁹ Isto é, o fortalecimento da base industrial do país, com incremento da participação da indústria na formação do PIB nacional, o que propiciou um aumento nos índices de poder aquisitivo de uma camada mais ampla da população, bem como pode-se verificar um lento, mas gradual processo de alfabetização da população brasileira.

⁶⁰ Lembrando que Lattman-Weltman segue a perspectiva habermasiana de divisão em três fases da história da imprensa: Uma fase pré-capitalista, com ênfase na recolha e distribuição de informação; uma segunda fase que seria a do “jornalismo político-literário”, onde além das notícias, a opinião política é incorporada nas publicações dos periódicos; e a terceira fase do “jornalismo empresarial”, onde “a escolha de dados é mais importante que o artigo de fundo; o tratamento e julgamento das notícias, sua revisão e diagramação, mais urgente dos que a busca literariamente efetiva de uma ‘linha’” (HABERMAS, 1984 *apud* LATTMAN-WELTMAN, 2008, p. 159). No caso brasileiro, para Lattman-Weltman (2008) as três fases se dividem da seguinte forma: 1ª) a fase pré-capitalista seria a dos primeiros anos da nossa imprensa; 2ª) a segunda fase teria iniciado logo na sequência com o surgimento das folhas oposicionistas, abolicionistas ou republicanas; 3ª) e, por fim, a terceira fase teria se configurado a partir da década de 1950, quando se tornou possível a criação de um mercado razoavelmente autônomo de bens culturais.

da Imprensa” que distribuía diplomas e prêmios em dinheiro para os jornalheiros que mais vendessem o jornal. Todas essas estratégias foram responsáveis pela crescente penetração do jornal na Capital Federal, estimulando vários vespertinos a incorporar e criar diversas técnicas promocionais, tanto que em meados da década vivia-se, na imprensa carioca, uma verdadeira batalha em busca de público (LAURENZA, 1998).

O *Jornal do Brasil*, tomado em muitos casos como o exemplo máximo desse processo de modernização, antes de sua reforma apresentava uma estrutura interna, administrativa, precária. Para solucionar essa questão, foi contratada uma empresa de consultoria internacional, com a função de estruturar o *JB* como empresa. Assim, diversas medidas foram implementadas com o intuito de racionalizar os sistemas de trabalho e os setores dos jornais (ocorrendo uma separação mais clara entre as editorias), como a ampliação do Departamento de Publicidade e a criação da Departamento de Circulação (o setor de distribuição não foi uma novidade, já que o *Ultima Hora* já havia implementado, anteriormente, uma frota própria de distribuição dos exemplares) (RIBEIRO, 2007).

A intensificação do processo de industrialização permitiu que fossem geradas vantagens cambiais que garantiram custo privilegiado do dólar para a importação de materiais de imprensa, o que possibilitou que muitos jornais se reaparelhassem. Em muitos casos, a aquisição de maquinários caros e o investimento técnico foi acompanhado da mudança na sede dos jornais, que passaram a ser localizadas em zonas valorizadas da cidade.

Essa reestruturação empresarial ampliou a força institucional dos jornais no debate público, especialmente frente aos grupos políticos e aos detentores dos poderes tradicionais, mas implicou maior dependência em relação ao mercado, particularmente de anunciantes e de leitores. Entretanto, alguns autores afirmam que, em determinados jornais, essas transformações foram financiadas por grupos políticos, como é o caso que Laurenza (1998) nos traz de *Ultima Hora*, de Samuel Wainer, e da *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda. Todavia, mesmo nesses casos, esses diários tinham que adaptar o seu produto ao novo estilo de jornalismo, isto é, ao jornalismo ligado ao modelo norte-americano, caso contrário, perderiam legitimidade no debate público, uma vez que não se consideravam nem foram projetados para serem jornais político-partidários e sim jornais comerciais.

As transformações na dimensão discursiva estiveram relacionadas aos ideais de “neutralidade” e “objetividade” jornalística, a base do modelo anglo-saxão de jornalismo⁶¹.

⁶¹ Neste momento, não estamos interessados em buscar a efetividade ou não da incorporação das ideias de “objetividade” e “neutralidade”, o que nos interessa é compreendermos como a imprensa se utilizou desses ideais para construir sua inserção no debate público e seu papel na política.

Nesse sentido, a incorporação do modelo norte-americano, mesmo que parcialmente, implicou em mudanças na linguagem e na estruturação do texto (LATTMAN-WELTMAN, 1996).

Contudo, também não podemos desvincular o processo de modernização e essa pretensão a objetividade da própria promoção do ideal democrático. Como argumenta Chartier (2002a, 2002b), não podemos dissociar a forma do conteúdo, pois estão intimamente interligados. Nessa concepção, a própria opção por um determinado modelo de jornalismo já contém elementos do discurso democrático, justamente para evidenciar que fazem parte de um processo maior, um movimento capitaneado pelo EUA, com o objetivo de “difundir a democracia pelo mundo”, ou melhor, difundir um determinado modelo de democracia. De outra parte, a opção por um modelo de jornalismo que possua a pretensão à neutralidade e objetividade é inerente aos jornais da “grande imprensa”, especialmente a partir do século XX, uma vez que precisam constantemente reforçar sua posição no e para o regime democrático – ou, em termos bourdianos, criar a necessidade do seu produto – tendo em vista que são empresas privadas, mas que constroem para si distintas *funções públicas* (HABERMAS, 1984) que não estão inscritas na Constituição.

Dessa forma, a objetividade ganhou forma de técnica, observada na formação de um código linguístico com o intuito de reduzir o uso de palavras, expressões e regras gramaticais, o que aumentava a comunicabilidade e facilitava a produção das mensagens⁶². A notícia – aqui concebida em sentido amplo – passaria a ser estruturada pelas técnicas do *lead*⁶³, ocorrendo ainda a incorporação de outra estratégia discursiva, a “pirâmide invertida”⁶⁴. Também foi incorporado o *copydesk*, que é um redator ou um grupo de redatores especializados em enquadrar a narrativa do repórter nos cânones do jornalismo informativo, editando e reescrevendo o texto original para se adaptar às novas exigências. Se inovou na maneira de conceber o *design*, representado principalmente na criação do conceito de primeira página como

⁶² “Para isto, foram criados manuais de redação, que objetivavam retirar o caráter emotivo e participante dos autores bem como gerar o ocultamento do sujeito, através de uma escrita direta e sem a utilização de metáforas e com uso obrigatório da terceira pessoa. O modo verbal, preferencial seria o indicativo e adjetivos e referências subjetivas teriam de sumir, assim como as reticências e pontos de exclamação” (RIBEIRO, 2007, p.33).

⁶³ O *lead* ainda é o símbolo máximo do jornalismo moderno, segundo o qual no primeiro parágrafo se encontraria, resumidamente, o relato do fato principal, respondendo a seis perguntas: Quem? Fez o quê? Quando? Onde? Como? Por quê? O *lead* substituiu o modelo “nariz de cera” que era um “texto introdutório longo e rebuscado, normalmente opinativo, que antecedia à narrativa dos acontecimentos e que visava ambientar o leitor” (LATTMAN-WELTMAN, 1996, p. 164).

⁶⁴ Através da utilização da “pirâmide invertida”, o texto explicitamente noticioso deveria ser estruturado segundo a ordem decrescente de interesse e relevância das informações, de maneira que o leitor tivesse acesso aos dados essenciais sobre o acontecimento nos parágrafos iniciais, caso não pudesse ler a matéria até o final. Essa técnica narrativa possui uma dupla função: por um lado, atendia à lógica da leitura rápida e, por outro, facilitava “o processo de edição, permitindo que, na hora da montagem da página, se ‘cortasse’ o texto pelo final (ponta da pirâmide), sem lhe causar danos de sentido” (SILVA, 2009, p. 8).

vitrine, uma espécie de “cardápio”. Assim, na capa, passaram a ser impressos chamadas e pequenos resumos das matérias desenvolvidas no interior do jornal. Por fim, ocorreu o surgimento do novo conceito de fotojornalismo, baseado na ideia do instantâneo, do flagrante. A fotografia teve aumento quantitativo e qualitativo, pois deixou de ser somente ilustrativa dos textos e passou a ser também informativa (BARBOSA, 2007).

Considerando todo esse processo, acreditamos que as interpretações que concebem os jornais essencialmente como armas de luta políticas (GOLDENSTEIN, 1987) ou que simplesmente serviriam aos interesses dos poderes tradicionais (CAPELATO, 1980; RIBEIRO, 2003) ou, ainda, que eram manipulados pelos interesses do capital internacional (SODRÉ, 2011) são muito reducionistas. Seria ingenuidade desconsiderar as relações entre a imprensa e a política, entre os jornais e seus anunciantes, entretanto, abordar essa relação sob o aspecto da subordinação e/ou manipulação simplifica ao extremo a questão.

Por isso, diante de um cenário tão complexo, defendemos que é preciso um referencial teórico que traga uma abordagem onde seja possível pensar na relativa autonomia das produções simbólicas/culturais, nas quais encontra-se a imprensa. E, também, que considere as especificidades internas da imprensa como instituição, mas que compreenda como os jornais relacionavam-se entre si e como respondiam às demandas internas e externas, especialmente a complexa relação entre imprensa e política, relação que não pode ser vista hierarquicamente ou como mera subordinação, mas sim de forma dinâmica.

2.4 TEORIA DOS CAMPOS: UMA POSSIBILIDADE TEÓRICA

Nesse sentido, torna-se extremamente válida a teoria dos campos de Pierre Bourdieu, especialmente o conceito de *campo jornalístico*, que permite um diálogo profícuo com o conceito de representações sociais de Roger Chartier e Sandra Jovchelovitch, abordagens que também permitem um diálogo com a proposta de uma história conceitual do político como formulado especialmente por Pierre Rosanvallon. Entretanto, inicialmente, fazem-se necessários alguns comentários sobre a forma como o sociólogo francês Pierre Bourdieu concebe e estrutura a sociedade.

Para Bourdieu, o mundo social pode ser esquematizado como um esquema gráfico de diagrama. Nesse esquema, o espaço social é dividido e subdividido em *campos* e *subcampos*. Salienta-se que a constituição dos *campos* possui origens longínquas, sendo, inicialmente, associada ao processo de diferenciações sociais, que dará origem a outro processo: o da divisão dos saberes. Nesse processo de divisão de saberes, diferentes grupos sociais, indivíduos e

instituições entram em conflito para monopolizar a produção legítima – ou seja, reconhecida e aceita pelos demais – de um determinado saber, produzindo, assim, saber especializado desta área (BOURDIEU, 1996).

Para o autor, o *campo jornalístico* teria emergido no século XIX, nos Estados Unidos, a partir de uma oposição entre os chamados jornais de *sensacionalistas* e os jornais que se construíram como sérios, ao elaborarem análises e comentários, procurando, assim, sua distinção em relação aos primeiros no ideal de objetividade (BOURDIEU, 1987, 2015b)⁶⁵. Nessa lógica, ao estudar o caso francês, Bourdieu constata que os *jornais de reflexão* estariam em uma posição de maior legitimidade dentro do *campo jornalístico* e, por consequência, possuíam maior capacidade de impor pontos de vista no debate público. Assim, basear sua posição apenas na condição de ser o periódico mais vendido pode trazer perda de legitimidade no polo do capital cultural, apesar da maior autoridade no polo comercial (BOURDIEU, 2015a)⁶⁶.

Entretanto, alerta Bourdieu, que para a emergência dos *campos de produção de bens culturais*, no qual o *campo jornalístico* está inserido, é condição indispensável a existência daquilo que sociólogo francês chamou de *mercado de bens simbólicos*⁶⁷ (BOURDIEU, 1987), ou seja, para a constituição de campos específicos é preciso que haja determinadas condições necessárias para essa emergência. Vamos a isso, então.

Inicialmente, é preciso que haja produtores interessados em produzir um determinado bem ou serviço que seja específico de uma determinada área. A partir do reconhecimento da legitimidade desse produto, os *agentes* de um *campo* podem pretender alcançar o monopólio da autoridade sobre a produção legítima desse bem ou serviço, ditando as regras de produção e de repartição dos ganhos materiais e simbólicos que esse monopólio permite – o que o autor chama de capital específico (BOURDIEU, 1996, 1974, 1987)⁶⁸. Assim, constitui-se duas das condições necessárias para a emergência de um campo: primeiro, produtores especializados na produção de um determinado bem com a pretensão de atingir o monopólio dessa produção.

⁶⁵ Sendo que ler um “jornal de reflexão” seria, para o autor, uma forma de “manifestar que o indivíduo se sente membro do país legal, ou seja, com o direito e o dever de participar na política, de exercer verdadeiramente seus direitos de cidadão” (BOURDIEU, 2015b, p. 416).

⁶⁶ Para Bourdieu, existe dentro dos *campos da produção de bens culturais* uma oposição entre o polo comercial e o polo “não comercial” ou erudito, ou seja, entre a produção restrita e a grande produção (o comercial) ou, ainda, “entre o primado atribuído à produção e ao *campo dos produtores* ou, até mesmo, ao *subcampo dos produtores* para produtores, e o primado atribuído à difusão, ao público, à venda, ao sucesso avaliado pela tiragem” (BOURDIEU, 2015a, p. 31).

⁶⁷ No “mercado de bens simbólicos”, os bens que estão em circulação – que podem ser materiais ou não – não tem o seu valor estipulado a partir dos custos econômicos de produção, mas adquirem um valor que é simbólico no seu contexto de produção, nas relações sociais (BOURDIEU, 1987).

⁶⁸ Argumentação já exposta na dissertação da pesquisadora: Krilow (2018).

Entretanto, além de produtores também há a necessidade de consumidores, assim, a “criação dos consumidores” se configura na segunda condição para a formação de um campo. Tal tarefa passa também pela atividade dos produtores que precisam criar a necessidade do seu produto e assim um mercado consumidor, que pode ser de iniciados – aqueles que pagaram o custo de entrada no campo e, por isso, são detentores dos meios de produção de bens – ou de profanos – que estão fora do campo e, por isso, não dominam os meios de produção de bens (BOURDIEU, 1996, 1974, 1987).

Todavia, questionamos: como se constrói a necessidade de um produto? Bourdieu responde argumentando que é necessário que os produtores “ensinem” os profanos, instruem os profanos a conhecer e reconhecer os seus produtos e a valorizar essas produções. Assim, há um processo educativo, porém, é preciso que os profanos apenas reconheçam a necessidade do produto, mas não devam ser capazes de o produzir, pois se os profanos também produzirem o mesmo produto de forma legítima, não se pode falar em um campo (BOURDIEU, 2015b; 1996; 1974).

A terceira condição para que se possa falar na constituição de um campo é a existência de instâncias de sagração ou consagração, para conferir e regular a legitimidade aos bens e serviços e às instituições e agentes encarregados de sua produção e difusão (BOURDIEU, 1987). Assim, são instituições que geram reconhecimento ao produto e aos produtores de determinado campo e que podem se materializar em símbolos, nomenclaturas, títulos etc. Revistas especializadas, Academias de Letras ou Belas Artes, Museus, Prêmios são algumas instâncias de sagração (BOURDIEU, 1996).

Por fim, para se falar em campo é preciso que esse espaço possua uma autonomia relativa em relação às pressões externas. Essa autonomia se refere à capacidade de internamente ao campo se estabelecer as regras de produção dos produtos oferecidos, ou seja, são os agentes internos ao campo que definem as formas legítimas de produção e não agentes – grupos ou instituições – nem relações – políticas ou econômicas – externas ao campo (BOURDIEU, 1996). Lembrando que, para Bourdieu, a questão da autonomia pode variar de acordo com as épocas de uma sociedade, mas também de acordo com as sociedades (BOURDIEU, 1990). Assim, quanto mais autônomo for o campo, maior será sua capacidade de estipular internamente as formas legítimas de produção dos seus bens ou serviços.

Depois de constituído, não por acaso Bourdieu (2004) também reconhece os *campos* e *subcampos* como *cosmos e microcosmos*, estabelecendo, assim, que esses espaços possuem suas regras próprias, seus princípios, sua hierarquia e uma certa autonomia. É um lugar

intrinsecamente de lutas e disputas, isto é, os *campos* se formam, se estruturam e se reproduzem a partir dos conflitos entre os agentes integrantes desse campo e com agentes de outros campos.

Dessa forma, o *campo* – já formado ou em vias de formação – é um espaço previamente estruturado, ou seja, existem as posições consideradas *dominantes*, também conhecidas como ortodoxas, estabelecidas ou consagradas, e as posições *dominadas*, chamadas de heterodoxas, iniciantes, pretendentes ou vanguarda.

Nesse sentido, para Bourdieu, todas as relações objetivas que se estabelecem entre os agentes serão sempre relações entre posições, sendo que a posição de cada agente é definida a partir de uma distribuição desigual de capitais⁶⁹. Assim, aqueles que possuem maior volume geral de capital associado ao maior volume de capital específico estarão em posições dominantes. E aqueles que possuem menor volume geral de capital e menor capital específico estarão nas posições dominadas (BOURDIEU, 1987).

Não por acaso que os agentes que ocupam posições dominantes articulam *estratégias*⁷⁰ de cunho ortodoxo para manter essas posições e a ordem estabelecida que lhes é mais favorável. Já os agentes que estão em posição dominada, geralmente, tendem a elaborar estratégias heterodoxas, ou seja, de subversão da ordem estabelecida, para assim, quem sabe, chegar à posição dominante. Isso é particularmente difícil, pois os agentes que ocupam a posição dominante têm a prerrogativa de definir os critérios sobre o exercício das atividades no interior do *campo* (BOURDIEU, 1987, 1996).

Mesmo que difícil, as mudanças de posições são possíveis, sendo que essas alterações nas posições objetivas podem ser explicadas pelo conceito bourdiano de “trajetória”, salientando que as trajetórias dos agentes “serão determinadas pela relação entre as forças do *campo* e sua inércia própria” (BOURDIEU, 1996, p. 24). Essa *inércia* nada mais é do que as propriedades dos agentes que podem estar inscritas, de um lado, em estado incorporado, sob a

⁶⁹ Salientando que para Bourdieu existem basicamente cinco tipos de capitais: 1) capital econômico (capacidade de gasto, renda, bens acumulados etc.); 2) capital cultural (educação, instrução formalizados expressas por títulos, conhecimento cultural, habilidades culturais aprendidas fora das instituições); 3) capital social (relações que os agentes estabelecem, clientela, amigos que podem ser mobilizadas para realizar os desejos do agente); 4) capital de prestígio, simbólico ou de honra (é o reconhecimento dos demais capitais); 5) capital específico (é o capital próprio de cada *campo*, aquele que possui maior valor no interior do *campo*). Dessa forma, a estrutura do capital é estabelecida pelas diferenças entre as quantidades de capitais e o volume de capital é a soma geral dos capitais de cada agente (BOURDIEU, 1987).

⁷⁰ Observa-se que o termo estratégia é empregado por Bourdieu não no sentido de um cálculo racional, que visa atingir um fim determinado, mas sim como ações “razoáveis sem serem o produto de um raciocínio proposital ou, com mais razão, de um cálculo racional; motivadas por um tipo de finalidade objetiva sem serem conscientemente organizadas em relação a um fim explicitamente constituído; inteligíveis e coerentes sem serem produto de uma intenção inteligente ou de uma decisão deliberada; ajustadas ao futuro sem serem o produto de um projeto ou plano” (BOURDIEU *apud* GARCIA, 1996, p. 66). Essas estratégias são, antes de mais nada, resultado de um “senso prático”, que é fruto do conhecimento das regras do jogo pelo agente.

forma de disposições⁷¹ vinculadas às suas origens e, por outro lado, em estado objetivado, por meio de bens e títulos conquistados/herdados (BOURDIEU, 2015b). Em consequência, para Bourdieu, a compreensão da estratégia de um agente/instituição nas lutas internas de um *campo* deve considerar tanto a sua *posição* (dominante x dominado; conservação x transformação) quanto a sua *trajetória* (ascendente x descendente).

Nessas disputas de posições, outro ponto relevante é compreender a busca pelo que Bourdieu chama de o “último desvio”. Em suas palavras,

o campo, no seu conjunto, define-se como um sistema de desvio de níveis diferentes e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos *actos* ou nos discursos que eles produzem, têm sentido se não relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções. (BOURDIEU, 1989, p. 179).

Assim, a busca pelo último desvio nada mais é do que uma tentativa dos dominantes de manterem a sua posição e dos dominados galgarem uma trajetória ascendente dentro do campo.

Após apresentarmos brevemente algumas das ideias centrais relacionadas ao conceito de campo de Bourdieu, podemos indagar: existiria no Brasil nos anos de 1955 a 1960 as condições necessárias para a existência do *campo jornalístico*?

Vamos começar abordando a questão da existência de produtores especializados. Nesse item, as reformas jornalísticas na década de 1950 foram fundamentais, pois permitiram que ocorresse a formação de uma ideologia da profissão⁷² e, com isso, a incorporação do que Bourdieu denomina de *habitus secundário*⁷³ (BARBOSA, 2007, p. 151). Nesse sentido, a profissionalização da imprensa brasileira foi fundamental para a criação da identidade desse grupo profissional, com a criação do ensino superior de jornalismo⁷⁴, além da questão

[...] jurídica, (regulamentação da profissão), a sindical e associativa (construção de espaços de resistência, negociação e sociabilidade) e a ética (concepção de uma nova deontologia, asseada no compromisso com a objetividade e a responsabilidade social e na defesa da liberdade de imprensa). (RIBEIRO, 2006, p. 428).

⁷¹ As disposições são um “conjunto das propriedades incorporadas, inclusive a elegância, a naturalidade e mesmo a beleza” (BOURDIEU, 1996, p. 24).

⁷² Entende-se por ideologia profissional um conjunto de elementos, valores (objetividade, neutralidade etc.) e critérios (noticiabilidade, distinção entre informação, notícia e reportagem etc.) construídos pelos jornalistas para demonstrar que aquela profissão é importante para a sociedade.

⁷³ Para Bourdieu, o *habitus* é um conjunto de disposições (saberes) incorporadas e acumuladas ao longo da vida das pessoas. Esse conjunto de disposições oferece as ferramentas para os agentes se relacionarem com o mundo (forma de falar, vestir, andar, se postar etc.). Assim, o *habitus primário* é adquirido na primeira infância, especialmente nas relações familiares. Já o *habitus secundário*, como um conjunto de disposições, é incorporado no ambiente escolar, universitário ou, como no caso analisado, no ambiente de trabalho (BOURDIEU, 1996, 2016).

⁷⁴ Criado por Vargas, pelo Decreto nº 5.480, de 13 de maio de 1943, mas o primeiro curso só entrou em vigor em 1947, na Fundação Cáspar Líbero, após o Decreto nº 22.245 de 6 de dezembro de 1946. Então, foram a Universidade do Brasil, atual UFRJ, em 1948, e a PUC-Rio em 1951, as duas primeiras Universidades do RJ a fornecerem o curso de jornalismo (RIBEIRO, 2007).

Dessa forma, com a instituição da profissão de jornalista ocorreu o aumento dos salários, permitindo que a atividade deixasse de ser um *bico*. Em relação ao aumento dos salários, o jornal fundado por Samuel Wainer foi fundamental nesse processo, pois passou a oferecer vencimentos muito superiores aos pagos pelos outros jornais, o que obrigou que seus concorrentes aumentassem o valor pago aos seus jornalistas para que eles continuassem em seus empregos (GOLDENSTEIN, 1987).

Entretanto, com a formação desses profissionais especializados, o jornalismo passa a oferecer como bens e serviços legítimos não apenas a notícia⁷⁵, mas também a sua autoconstrução no e para o social, especialmente no que se refere a um papel novo nesse contexto de transformação política – implantação da democracia – como da própria imprensa, em outras palavras, criando para si distintas *funções públicas* (TRAQUINA, 2005). É nesse sentido que também podemos falar em construção de papel *institucional do jornalismo*.

Nesse aspecto específico, quando falamos em *papel institucional do jornalismo* estamos nos referindo a duas questões centrais: I) *funções públicas* exercidas pelo jornalismo; e II) *funções públicas* garantidas de alguma forma pela legislação vigente. Assim, o jornalismo, ao se institucionalizar, cria “ambientes, estruturas, procedimentos, formatos, práticas e rotinas cristalizados”, mas também, e o que nos interessa particularmente, gera um “agrupamento de papéis” (GUERREIRO NETO, 2012, p. 1). Com isso, passa a assumir diferentes *funções públicas* – de fato e em discurso – e, especialmente, o jornalismo realizado pelos meios da chamada *grande imprensa* se torna uma condição necessária para a existência dos regimes democráticos (informação verbal)⁷⁶, mesmo que essas *funções públicas* não estejam, necessariamente, inscritas na Constituição, pois o que observamos nesse processo é o jornalismo construindo o seu valor para e na sociedade, isto é, se institucionalizando.

Dando seguimento à análise da possibilidade ou não de falarmos em um campo jornalístico no caso brasileiro, precisamos considerar a questão do público, nesse caso, os processos de industrialização, alfabetização e maior concentração da população no meio urbano no pós-1945, que auxiliou para que gradativamente esse *grande público* fosse ampliado. Também, em relação as instâncias de sacração, pode-se citar o reconhecimento entre os próprios jornalistas, mas especialmente, a partir de 1955, o Prêmio Esso de Jornalismo, a mais

⁷⁵ Compreende-se a notícia como uma construção social e do social, pois é a partir de uma seleção, que não é arbitrária e sim baseada em um conjunto de pressupostos próprios do fazer jornalístico, que os jornalistas selecionam o que será e como será publicado, enfim, é o profissional que escolhe o que é ou não notícia.

⁷⁶ Fala realizada por Luis Carlos dos Passos Martins no curso de extensão: “A construção do papel institucional da grande imprensa no Brasil (XIX - XX): busca por legitimidade na ‘esfera pública’”, ocorrido nos dias 10, 17 e 24 de novembro e 01 de dezembro de 2020, terças-feiras, das 17h30 às 19h30, pela plataforma Zoom.

importante distinção conferida a profissionais de imprensa no Brasil. No período de 1955-1956 premiava a melhor reportagem, o que gerava grande prestígio dos repórteres entre os pares, mas também reconhecimento ao jornal ao qual o repórter estava vinculado⁷⁷.

Por fim, a questão da autonomia relativa deve ser colocada. Nesse sentido, é preciso trazer a reflexão de Marialva Barbosa (2007) que, seguindo o aporte bourdiano, compreende a modernização do jornalismo carioca na primeira metade da década de 1950 como uma possível busca da instituição jornalística por uma forma distinta e legítima de entrar no debate público, não como uma arma de luta política por parte de partidos, mas como uma instituição específica que também está lutando pelas posições dominantes no chamado “campo do poder”.

Nessa perspectiva, “a mítica da objetividade – imposta pelos padrões redacionais e editoriais – é fundamental para dar ao *campo* lugar autônomo e reconhecido, construindo o jornalismo como a única atividade capaz de decifrar o mundo para o leitor” (BARBOSA, 2007, p. 150). Dessa forma, o jornal passaria a ter o reconhecimento do público como lugar emblemático de difusão da informação, mesmo que “a carga opinativa não tenha sido alijada das publicações”, podendo, com isso, até atuar “como força dirigente superior mesmo aos partidos e facções políticas” (BARBOSA, 2007, p. 151).

Nessa mesma linha encontra-se a pesquisa de Lavina Ribeiro, para quem as mudanças estruturais do fazer jornalístico foram acompanhadas de um reforço da intervenção pública dos jornais, não para defender compromisso partidário, mas porque atuaram “como agentes políticos singulares, não necessariamente instrumentalizados por partidos e grupos, com propostas textuais formal e tematicamente novas, diversificadas, definidas de uma perspectiva editorial interna à publicação” (RIBEIRO, 2004, p. 358). Isso legitima essa imprensa como mais uma instância organizadora e centralizadora dos conteúdos da discursividade da esfera pública.

Assim, a autora destaca que são mais do que aspectos mercadológicos que estão em pauta nessa transformação no fazer jornalístico. Ao contrário disso, tais mudanças significaram:

A fronteirização do instituto jornalístico em relação à grupos, personalidades e partidos, revela uma mudança do lugar da imprensa da função de meio para um fim em si própria, o que leva à redelimitação dela com mais um agente político singular. (RIBEIRO, 2004, p. 136).

⁷⁷ O Prêmio Esso teve sua primeira premiação em 1956 e perdurou até 2014, quando a patrocinadora do prêmio, a empresa multinacional de petróleo e gás norte-americana, ExxonMobil, decidiu reavaliar o formato do prêmio. Assim, em 2015 a premiação passou a ser chamada de Prêmio ExxonMobil de Jornalismo, porém a partir de 2016 não ocorreram mais edição de tal premiação.

Fronteirização é caracterizada pela autora como uma “auto delimitação institucional da imprensa”, que buscou legitimar sua fala e seu papel “com base em critérios de representatividade autorizada, popular e imparcial (numa incorporação dos procedimentos da neutralidade científica) e, por outro, nos critérios liberais da livre manifestação” (RIBEIRO, 2004, p. 136). Isso seria, em última instância, uma forma de minimizar o impacto, tanto da ampliação da esfera pública quanto das dificuldades decorrentes da incorporação de novos contingentes humanos ao circuito político referencial da democracia, no qual, constitucionalmente, a informação é um dos elementos vitais ao seu exercício.

Nesse sentido, a professora Lavina Ribeiro (2004, p. 10) defende que existe uma “especificidade interna às práticas de comunicação, que as qualifica como um espaço particular”, ou seja, os conteúdos das publicações jornalísticas seriam em grande parte moldadas pelas lógicas internas de produção e, por isso, os jornais devem ser compreendidos como “agentes políticos singulares, não necessariamente instrumentalizados por partidos e grupos” (RIBEIRO, 2004, p. 358). Dessa forma, o produto oferecido pela imprensa não poderia mais ser confundido com o de instituições e de práticas das três esferas de conhecimento: ciência, política e arte – o que se aproxima do que Bourdieu chama de processo de autonomização do *campo jornalístico* –, pois existem especificidades institucionais da comunicação em relação às demais instâncias culturais e políticas socialmente reconhecidas⁷⁸.

Entretanto, seguindo também o aporte bourdiano, Ana Paula Ribeiro chega a uma conclusão distinta. Para a autora, as mudanças nos jornais pareciam “apontar para o processo de autonomização do *campo jornalístico*, sobretudo em relação às esferas políticas e literárias, que até então o dominavam” (RIBEIRO, 2007, p. 13). Contudo, esse processo não ocorreu no Brasil e a imprensa não conseguiu autonomia em relação ao político, pois o modelo norte-americano sofreu adaptações e neutralizações, sendo mais adequado falar em um “mito da objetividade” em um sentido negativo, e não positivo como apresentado por Barbosa. Por isso, Ribeiro afirma que os jornais haviam se transformado em empresas capitalistas, porém, ainda serviam a poderes tradicionais (RIBEIRO, 2007).

Nesse conflito de perspectivas, segundo nossa interpretação, pode-se admitir que, nas transformações ocorridas nos anos 1950, a imprensa brasileira procurou e até alcançou certo

⁷⁸ Por tudo isso, a autora alerta que “devem ser cautelosas vinculações, por exemplo, entre a modernização empresarial do jornalismo, as pressões da esfera política por jornais de maior alcance e apelo público e os interesses econômicos do capital nela investido”. Pois, todos esses conviveram simultaneamente no interior do instituto jornalístico, isto é, não podem ser compreendidos como fatores exclusivamente externos que fazem pressão para dentro dos jornais, mas sim “como novas variáveis internas específicas do desenvolvimento institucional da imprensa, sem uma necessária ordem ou hierarquia de determinação entre elas” (RIBEIRO, 2004, p. 322).

grau de especificidade e de autonomia frente aos *outros poderes*, no sentido de conseguir estipular internamente as formas legítimas de produção dos seus produtos. Porém, é necessário admitir que essa autonomia sempre foi muito limitada. E isso tanto pelo que diz Bourdieu sobre a fraca autonomia do *campo jornalístico* no geral, que para fugir da influência dos “patrocinadores” acaba tendo que se submeter à “lei do maior número”, quanto porque, no caso do Brasil, as condições econômicas (mercado de leitores e de anunciantes) e as condições culturais (nível de escolarização, valorização da cultura letrada etc.) sempre foram muito restritas para permitir essa *autonomia estrutural*.

Também deve-se considerar uma autonomia muito limitada, pois, no caso dos grandes jornais, como aponta Ortiz (2001), outro bourdiano, o Estado participou ativamente no processo de institucionalização da imprensa. Dessa forma, uma total separação ou independência do universo político nunca foi possível. Entretanto, pode-se retirar de sua interpretação que os periódicos se utilizaram da própria relação com o Estado para tentar construir um mínimo de autonomia relativa. A partir do suporte material gerado pelos poderes públicos (facilidade na aquisição de empréstimos, subvenções e mesmo a publicidade), os jornais puderam tornar-se empresas e utilizaram como moeda de troca o acesso ao grande público e o capital simbólico que obtinham a partir de sua atividade própria.

Por fim, uma dificuldade a ser superada está justamente na definição de *campo jornalístico* elaborada por Bourdieu, pois se no Brasil do íterim democrático (1945-1964) pode-se fazer uma distinção entre os jornais chamados *sensacionalistas* e os de *prestígio*, essa diferenciação, entretanto, não pode ser dada pelos valores da *objetividade*. O que se percebe é uma construção *a posteriori* dos próprios jornalistas, que conceberam a década de 1950 como momento ímpar para a o jornalismo. Assim, sem desconsiderar esse importante processo de transformações jornalísticas, seria mais adequado falar em uma *mítica da objetividade* (BARBOSA, 2007), uma vez que outra das especificidades do jornalismo brasileiro do período é a sua autoconstrução como *jornais de opinião*. Contudo, acreditamos que isso, por si só, não descaracterize o processo de luta dos jornais durante a década de 1950 para conseguir uma forma própria e legítima de inserção no debate público.

É preciso, ainda, considerar que outra forma de legitimação dos jornais brasileiros era a divulgação de suas tiragens, sendo que, muitas vezes, eram adulteradas para números superiores aos reais. Segundo Ortiz (2001), isso é decorrente do fato de que o *campo de produção de bens simbólicos* no Brasil não se estruturou por uma grande divisão entre polo erudito (ligado ao capital cultural, ao polo “não comercial”) e polo popular (ligado ao capital econômico, ao polo “comercial”). Ao contrário da França, verifica-se uma mistura maior dos dois polos.

Essa situação leva a uma condição particular dos *produtores de bens culturais*, onde a efetiva introdução do jornalismo informativo e comercial nos anos 1950 apresentou um enorme potencial de estruturar o *campo*. Também teve o efeito de provocar entre os seus agentes novas formas de disputa interna, como a que opôs, por exemplo, o *Ultima Hora*, jornal que atinge grandes tiragens em pouco tempo de existência, e as folhas mais tradicionalmente estabelecidas. Essas viram no *UH* uma ameaça à sua posição pela ascensão do periódico de Samuel Wainer, embora esse jornal tivesse uma “mensagem” prioritariamente voltada para as camadas de menor capital econômico e cultural⁷⁹.

No caso da imprensa brasileira aqui em estudo, interpretamos que as mudanças estruturais pelas quais passaram os principais impressos podem ser lidas como um processo conjunto de estruturação e reestruturação do *campo*. Ou seja, na medida em que as transformações administrativas, operacionais e linguísticas davam aos periódicos que promoviam as mudanças condições para impor as suas próprias regras de produção sobre o discurso jornalístico, ao mesmo tempo essas mesmas mudanças tinham o poder de transformar os critérios que definiam dominantes e dominados. É assim que podemos entender, por exemplo, a ascensão de jornais que inovaram, como *O Globo*, *Ultima Hora* e *Jornal do Brasil* – esse, depois de 1956 –, e a relativa queda de impressos como o *Correio da Manhã* e *O Jornal*, da rede de Chateaubriand, mais resistentes ou mesmo impermeáveis a essas transformações.

Nessa perspectiva, segundo Abreu e Lattman-Weltman (1994, p. 48), os “processos sociológicos mais abrangentes de intervenção pública dos jornais, podem ter importantes implicações políticas o grau de profissionalização e de empresariamento de cada jornal” (1994, p. 48), pois pode evidenciar um posicionamento empresarial distinto:

[...] quer dizer, um comportamento muito mais motivado em termos de uma inserção específica num mercado jornalístico em evolução, um mercado ao mesmo tempo econômico e político, com sentidos e dimensões muito mais amplos do que a disputa conjuntural (embora crucial) de duas facções políticas antagônicas. (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 1994, p. 48-49).

Em consequência, para esses autores, os jornais não são meros apêndices da política. Nesse caso, não se pode afirmar que a política subordina o jornalismo, muito pelo contrário, como evidenciado, Barbosa (2007) defende que, em muitas oportunidades, os jornais foram mais determinantes nos desfechos políticos do que as próprias instituições partidárias. Essas

⁷⁹ Esse elemento precisa ser considerado ao se tentar compreender a imprensa brasileira no processo de transição que analisamos anteriormente. Pois enquanto na França o capital cultural foi e é reconhecido como legítimo, perdendo espaço apenas recentemente para o capital econômico, no Brasil o capital econômico sempre foi dominante no *campo do poder* (ORTIZ, 2001).

posições relativizam as interpretações que concebem os jornais simplesmente como “meios” ou “canais”.

Dessa forma, mesmo que não se possa falar em um *campo jornalístico* consolidado e estabelecido para o caso brasileiro, defendemos que é possível pensar em um *campo jornalístico* em construção (MARTINS, 2016). Pode-se afirmar que, apesar das dificuldades e necessárias adaptações, o conceito de *campo jornalístico* pode ser utilizado para compreender os jornais da *grande imprensa* brasileira no íterim democrático, mais do que isso, é extremamente útil para problematizar a relação imprensa e política. Nesse sentido, importa destacar que nosso objeto não é analisar a possível constituição/origem do *campo jornalístico*, mas sim o conceito permite compreender e pensar os jornais em análise.

Assim, mesmo que o mercado jornalístico fosse muito regionalizado, o Rio de Janeiro continha o maior número de impressos com peso político e social que assumiram a pretensão de uma verdadeira “imprensa nacional”, ampliando numericamente suas publicações, criando inclusive filiais em outros estados, como é o caso do *Ultima Hora*. Com a pretensão de assumir o papel de uma “imprensa nacional”, os assuntos são de caráter abrangente, principalmente no que se refere à política brasileira e às diferentes instituições representativas a ela ligada. Isso pode indicar a busca de novas formas de autoconstrução perante o “grande público” (TARDE, 1992), bem como traz mais uma justificativa para a escolha de analisarmos apenas jornais cariocas.

Essas construções e autoconstruções passam inegavelmente pelas representações sociais, outro conceito fundamental neste trabalho.

Sabe-se que a imprensa, como os demais produtores de bens simbólicos e culturais, detém um poder específico, ou seja, o poder simbólico “de fazer com que se veja e se acredite, de trazer à luz, ao estado explícito, objetivado, experiências mais ou menos confusas, fluidas, não formuladas, e até não formuláveis, do mundo natural e do mundo social, e, por essa via, de fazê-las existir” (BOURDIEU, 1990, p. 176). Ou seja, segundo Nelson Traquina (2005), os jornalistas, a partir da especificidade de sua ideologia profissional, têm a capacidade de construir simbolicamente o real e, assim, de contribuir por sua existência efetiva.

Para Bourdieu (2008, p. 107), como as *representações* têm poder de “criar o representado”, isto é, de “contribuir para produzir o que aparentemente elas descrevem ou designam, ou seja, a realidade objetiva”, disso decorre uma verdadeira *luta simbólica* para a imposição da visão mais legítima sobre o mundo, que, também, é um conflito pela construção desse mundo e pela capacidade de intervenção no mundo.

Vale agregar a essas considerações de Bourdieu o conceito de *representações sociais* de Chartier (2002), que dialoga e também avança o aporte teórico do sociólogo francês, especialmente sobre a história dos impressos. Chartier, no livro *À Beira da Falésia*, nos traz a perspectiva sobre o pensar histórico após o refluxo dos grandes modelos explicativos. Através dessa perspectiva embasada na *Nova História*, esse autor salienta que “os historiadores tomaram, consciência de que as categorias que manejavam tinham elas próprias uma história, e que a história social era necessariamente a história das razões e dos usos dessas” (CHARTIER, 2002, p. 09-10). Dessa forma, as representações sociais são o conjunto de explicações, pensamentos e ideias que possibilitam nosso relacionamento com o mundo (MOSCOVICI, 1978). Nesse sentido, Sandra Jovchelovitch (1999) argumenta que as representações sociais podem ser compreendidas como fenômeno mediador entre o indivíduo e a sociedade.

Entretanto, segundo Chartier (2002), as representações do mundo social, “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”, assim, são uma forma de construção do social, são também formas de valoração e, com isso, de hierarquização do mundo, pois

as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 2002, p. 17).

Nesse sentido,

A articulação entre as propriedades sociais objetivas e sua interiorização nos indivíduos, sob forma de *habitus*⁸⁰ social que comanda pensamentos e ações, leva a considerar os conflitos ou as negociações, cujo desafio continua sendo sua capacidade para fazer com que se reconheça sua identidade. (CHARTIER, 2002, p. 09-10).

Não por acaso que as representações são colocadas num campo de concorrências e de competições, assim, o trabalho de construção de representações sociais não é algo simples, nem livre de conflitos. Ao contrário, ocorre mediante uma verdadeira disputa entre os grupos sociais e entre os profissionais especializados na produção de bens simbólicos, processo que Chartier denominou de *lutas de representação*⁸¹, disputas pela imposição da representação mais legítima sobre o social. Bem como, salienta-se que as identidades sociais possuem condições de tornar os grupos atuantes, na medida em que os indivíduos representados se “reconheçam” nessa representação. Nesse processo, ocorre uma dupla representação do social, ou seja, ocorre a

⁸⁰ Chartier retira de Bourdieu o conceito de *habitus*.

⁸¹ Conceito retirado da noção de luta simbólica de Bourdieu.

autorrepresentação de cada grupo e também a representação que é feita desse grupo, ponto essencial do processo de (re)criação simbólica e hierárquica do mundo social. Além disso, as representações sociais podem ser *estruturas simbólicas*⁸² cristalizadas ao longo do tempo, na longa duração de Braudel, e que por isso praticamente não são questionadas, mas apresentam também caráter dinâmico na medida em que são construídas e reapropriadas nas lutas sociais nas mais distintas instâncias (BOURDIEU, 1990).

Nesse sentido, Jovchelovitch (1999) evidencia a natureza pública dos processos subjacentes de desenvolvimento das representações sociais. Assim, para essa autora, “as representações sociais estão radicadas na esfera pública” (JOVCHELOVITCH, 1999, p. 72), pois

a teoria das representações sociais se articula tanto com a vida coletiva de uma sociedade, como com os processos de constituição simbólica, nos quais sujeitos sociais lutam para dar sentido ao mundo, entendê-lo e nele encontrar o seu lugar, através de uma identidade social. Isso significa deixar claro como as representações sociais, enquanto fenômeno psicossocial, estão necessariamente radicadas no espaço público e nos processos através dos quais o ser humano desenvolve uma identidade, cria símbolos e se abre a diversidade de um mundo de Outros. (JOVCHELOVITCH, 1999, p. 65)

Dessa forma, para essa autora “os processos que dão forma e transformam as representações sociais estão intrinsecamente ligadas à ação comunicativa e às práticas sociais da esfera pública: o diálogo e a linguagem, os rituais e processos produtivos, as artes e padrões culturais, em suma, as mediações sociais” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 80). Por isso, argumenta que a análise das representações sociais deve concentrar-se, justamente, nos processos de mediação social. Isso torna extremamente lícita a análise das representações sociais nos jornais, uma vez que, segundo Jovchelovitch (2000, p. 81), *os meios de comunicação de massa* “aparecem como os principais mediadores contemporâneos tanto das representações sociais como da esfera pública”, ainda mais, especificamente os jornais “perpetuam e ao mesmo tempo constroem representações sociais” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 103). Com isso, “dadas as formas como a mídia transforma, e de certa maneira define, a circulação de bens simbólicos em sociedades contemporâneas, ela se torna uma fonte importante de reflexão para o estudo das representações sociais” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 92).

⁸² “A teoria das representações sociais se constrói sobre uma teoria dos símbolos: “elas são consideradas, de acordo com Moscovici, formas de conhecimento social que implicam duas faces, tão interligadas como os dois lados de uma folha de papel: o figurativo, ou lado imageante, e o lado simbólico” (MOSCOVICI apud JOVCHELOVITCH, 1999, p. 71).

Nesse sentido, argumenta a autora que “as representações sociais estão radicadas na esfera pública” e “ao mesmo tempo, nos processos de sua constituição, elas criam um saber sobre a esfera pública” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 68). É exatamente nesse segundo ponto que se inserem as análises das representações também nos discursos autorreferenciais de cada jornal.

Por fim, não se pode negligenciar que a produção de representações sociais é intensificada em um período de grandes e rápidas transformações socioeconômicas, ocorrendo a efervescência de novas “formas simbólicas” com o objetivo de oferecer a melhor compreensão sobre os processos e a nova realidade que está se formando. Esse elemento é relevante, uma vez que entre os anos 1955 e 1960 é o ápice de diversas transformações, não apenas políticas e econômicas, mas também na própria imprensa, como trabalhado acima.

Nesse momento, a proposta metodológica de Pierre Rosanvallon para compreender a formação e difusão dessas “formas simbólicas” é relevante, pois o autor argumenta que a história conceitual do político não pode se limitar a análise e ao comentário de grandes obras, mas deve incorporar um conjunto distinto de elementos, dentre eles a análise da imprensa. Segundo Rosanvallon (2010, p. 87), “nesta abordagem, pensar o político e fazer a história ativa das representações da vida comum são tarefas sobrepostas: é a um nível ‘bastardo’ que se deve apreender o político, no entrelaçamento das práticas e das representações”. Portanto, a história do político se distingue da história da política, pois além da reconstrução da sucessão cronológica e dos acontecimentos, a história da política

analisa o funcionamento das instituições, dissectiona os mecanismos de tomada de decisões públicas, interpreta os resultados das eleições, lança luz sobre a razão dos atores e o sistema de suas interações, descreve os ritos e símbolos que organizam a vida. A história do político incorpora evidentemente essas diferentes contribuições. Com tudo o que ela acarreta de batalhas subalternas, de rivalidades de pessoas, de confusões intelectuais, de cálculos de curto prazo, a atividade política *stricto sensu* é, de fato, o que ao mesmo tempo limita e permite, na prática, a realização do político. Ela é ao mesmo tempo uma tela e um meio. As deliberações racionais e as reflexões filosóficas não podem ser dissociadas das paixões e dos interesses. (ROSANVALLON, 2010, p. 78).

Dessa forma,

o objetivo da história conceitual do político é a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem suas ações encaram seu futuro. (ROSANVALLON, 1995, p. 16).

Assim, *o político* remete a uma dimensão simbólica, ou seja, a dimensão da criação do social. Nesse caso, o político é concebido como uma instância da instituição de uma sociedade, por isso, a ampliação de concepção *do* político para além *da* política cria um espaço de

aprovação e manifestação responsáveis por produzir sentido, ou seja, “é o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo” (ROSANVALLON, 1995, p. 12).

Aqui se faz uma pontuação necessária sobre a opção de não utilizarmos um conceito tão em voga nos meios acadêmicos atualmente: *culturas políticas*. Essa opção decorre de diversos fatores. Inicialmente, não desejamos utilizar o conceito de modo meramente *descritivo* ou *informal*, ou seja, como argumenta Miguel Cabrera (2010, p.33), quando a *noção* de culturas políticas não é utilizada para elaborar explicações históricas, mas possui apenas uma finalidade taxonômica, servindo, assim, como uma mera etiqueta para designar o fenômeno estudado. Ou, ainda mais grave, o objeto de estudo etiquetado como cultura política aparece como uma entidade natural que não precisa ser problematizada nem submetida ao escrutínio crítico, pois se pressupõe que a cultura política existe como fenômeno real e, portanto, trata-se de um objeto de estudo empiricamente dado. Entretanto, essa forma de apropriação de *culturas políticas* possui um problema de fundo encontrada em muitas pesquisas, ou seja, uma tendência de se “tomar os ‘conceitos’ não como instrumentos de interpretação da realidade estudada, mas como parte concreta da mesma” (MARTINS, 2018, p. 54), sendo essa forma de uso incompatível com a teoria social de Pierre Bourdieu, inclusive, o próprio sociólogo francês faz a crítica a esse modo de incorporar culturas políticas nas pesquisas⁸³.

Mesmo que conseguíssemos superar essas formas de utilizar o conceito de *culturas políticas*, ainda assim o mesmo não é compatível com o de *campo jornalístico* de Bourdieu. Uma vez que o primeiro é concebido como um fator que condiciona as ações políticas dos *indivíduos*, é difícil, se não impossível, pensar em *campo jornalístico*, local de autonomia, sempre relativa, é claro, mas onde a produção de seus bens ocorre a partir de uma lógica própria, interna ao *campo*. Dessa forma, mesmo que a abordagem de *culturas políticas* não trabalhe em termos de determinação, mas sim de condicionamento, fica difícil pensar em termos de *agente*, conceito relevante em nosso trabalho. Assim, caso utilizássemos o conceito de *culturas políticas* de modo coerente, acabaríamos por realizar uma pesquisa distinta da empreendida aqui.

⁸³ Em função da utilização meramente *informal* do *conceito*, muitos historiadores têm o empregado como um *guarda-chuva*, ou seja, como algo vago e indeterminado, o que faz com que seja considerado como carente de esclarecimento e de especificação teórica, em síntese como indeterminado conceitualmente (CABRERA, 2010, p.34). Ainda é comum que alguns trabalhos utilizem a *noção* de culturas políticas como substituto ou sinônimo de alguma *noção* previa da história política tradicional (ideologia, pensamento, ideário ou programa político, partidos, grupos ou tradições políticas) (CABRERA, 2010, p.35).

Por fim, dentro de nossa abordagem teórica, a escolha dos periódicos utilizados nesta pesquisa não ocorreu de forma aleatória, mas por uma série de fatores inter-relacionados, os quais serão abordados a partir de agora.

2.5 JORNAIS EM FOCO: ENTRE TRADIÇÃO E RENOVAÇÃO

A seleção dos jornais para a pesquisa ocorreu a partir da articulação de dois critérios básicos. O primeiro diz respeito justamente à reforma pela qual parte do jornalismo passou durante a década de 1950, sendo que possuímos diferenças entre os jornais frente ao processo de modernização; e o critério foi decorrente do fato deles serem tratados na bibliografia como possuidores de características distintas, as quais podem ter interferido na sua abordagem do tema aqui proposto. Então, vamos conhecer um pouco mais sobre o *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Ultima Hora* e *O Globo*.

2.5.1 *Jornal do Brasil*

O *Jornal do Brasil* era um periódico matutino, o mais antigo entre os estudados, criado ainda em 1891. Surgiu como um jornal monarquista, mas após três trocas de propriedade, em 1894, já havia se tornado defensor da República, agora incorporado à firma Mendes e Cia e tendo como seu redator-chefe Fernando Mendes de Almeida e como secretário de redação Cândido Mendes de Almeida.

Juntamente com essa mudança de perspectiva, o jornal passou a se construir como um periódico “popular”, “defensor dos pobres e dos oprimidos e divulgador de suas queixas e reclamações. Com isso, abandonava os inflamados debates políticos de outrora, voltando-se basicamente para os assuntos cotidianos da cidade de interesse das massas” (DHBB, 2001, p. 2868). Adquiriu, assim, amplo prestígio entre as camadas populares, mas a opção pela divulgação de informações de interesse popular gerou diversas críticas por parte dos demais órgãos da imprensa, que apelidaram o periódico de “O Popularíssimo” (DHBB, 2001, p. 2868).

Em função de diversas dificuldades, após a deflagração da Primeira Guerra Mundial, em 1919, os irmãos Mendes de Almeida perderam o jornal para o Conde Ernesto Pereira Carneiro, por causa de uma hipoteca não paga. Pereira Carneiro desejava recuperar o prestígio que o jornal adquiriu na fase inicial e, para isso, criou colunas assinadas por membros da Academia Brasileira de Letras, incorporou no círculo de colaboradores figuras importantes no

campo intelectual, como Benjamim Costallat e Barbosa Lima Sobrinho, entre muitos outros (DHBB, 2001, p. 2869). A manutenção e a constante incorporação de agentes reconhecidos em outros campos eram estratégias muito presentes ainda na década de 1950.

Um dos cuidados de Pereira Carneiro era evitar que fossem encampadas campanhas que pudessem prejudicar o jornal. Assim, no período de Pereira Carneiro, o jornal assumiu posições políticas mais contidas, a fim de evitar empastelamentos e/ou quaisquer formas de censura. A partir dos anos 1930, adotou a estratégia de ocupar as quatro primeiras páginas com anúncios e classificados, o que possibilitou ao *JB* grande autonomia financeira – bancada pelos classificados e vendas aos leitores –, sendo o único dos grandes diários, nos anos 1950, que não dependia de publicidade para se financiar (RIBEIRO, 2007). Isso, porém, rendeu-lhe o apelido de “jornal das cozinheiras”, embora possuísse uma linguagem rebuscada, pouco uso de imagens, mesmo após as reformas iniciadas em 1956. Nesse sentido, ao que tudo indica, era consumido pelas classes populares, que procuravam os classificados, e pelas classes média superior e inferior, mais interessadas nos conteúdos discursivos propriamente ditos, hipótese comprovada por Ribeiro (2007) ao analisar os tipos de anúncios de produtos e serviços oferecidos pelo *JB*.

A década de 1950 foi cheia de desafios para o jornal. Primeiro, faleceu José Pires do Rio, diretor-tesoureiro do jornal, que reorganizou as finanças do *JB* e implementou a ideia de colocar os classificados nas primeiras páginas do periódico. Na sequência, por motivos de saúde, Pereira Carneiro foi obrigado a se afastar, falecendo em 1953. Quem assumiu a direção do jornal foi a viúva Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro e seu genro, Manuel Francisco do Nascimento Brito, sendo que, em decorrência dessas perdas, foi possível abrir espaço para uma possível mudança. Assim, as primeiras alterações concretizaram-se apenas em 1956, sendo, posteriormente, reconhecido como um dos mais emblemáticos jornais “reformadores” do período⁸⁴.

Tal reformulação foi decorrente da perda progressiva de prestígio do jornal, elemento verificado na queda das tiragens: em 1952 possuía 60 mil exemplares publicados por dia, baixando para 40 mil exemplares/dia em 1954 e 1955, já em 1957, isto é, após um ano do início das reformas, o jornal atingiu 57 mil exemplares/dia, chegando a 59 mil exemplares/dia em 1960 (RIBEIRO, 2007).

⁸⁴ Ana Ribeiro (2007) afirma que pode se dividir a história do *JB* em seis fases: 1) monarquista (1891-1893); 2) republicana de oposição (sob direção de Rui Barbosa, 1893); 3) jornalismo popular (1894-1918); 4) boletim de anúncios (a era do Conde Pereira Carneiro, de 1918-1953); 5) moderna (a era da Condessa e do Nascimento Brito, a partir de 1954); e 6) atual (desde que o jornal foi comprado por Nelson Tanure).

O primeiro passo da reformulação foi a compra de equipamentos e a reestruturação do parque gráfico.

Entre 1956 e 1966, o *JB* ganhou nova sede e implementou um total reaparelhamento técnico-industrial. Mudaram os tipos, as medidas, os formatos, o material de impressão. Houve melhoria na qualidade da tinta, do papel, da impressão e da fotografia. O noticiário foi ampliado e aumentou o número de páginas. [...] Antes da reforma a reportagem praticamente inexistia no jornal, que era feito dentro da redação, sem busca de informações na rua ou através das fontes. (RIBEIRO, 2007, p. 156).

O setor administrativo também sofreu alterações, “com a adoção de modernas técnicas de gestão, também, mudou as técnicas de *marketing*, as metas de propaganda, as estratégias de circulação, a veiculação dos classificados e dos anúncios de varejo e as promoções” (RIBEIRO, 2007, p. 156). A alteração no “design foi extremamente impactante, funcionando como um paradigma para os profissionais da área”.

Entretanto, o processo de “modernização” foi gradual e fruto do trabalho coletivo de sucessivas equipes, e teria ocorrido em três fases. A primeira, de junho de 1956 até maio de 1958, começou com a contratação de Odylo Costa Filho. Nessa fase, o primeiro passo foi a realização de uma mudança na equipe, onde Odylo privilegiou a contratação de pessoas com experiência no jornalismo mais “moderno”, com idades entre 20 e 30 anos. A redação foi organizada por setores, o que depois veio a ser chamado de editorias. Por fim, para cuidar do aspecto gráfico, do *layout* do jornal, teve-se a contratação do artista plástico Amílcar de Castro, que “partia do princípio de que, para facilitar a leitura e simplificar as operações de produção, era necessário implementar uma ‘limpeza da página’, dessa forma, títulos em negativo e *grisê*, vinhetas e fios deveriam ser eliminados”, não por acaso que a retirada dos fios foi o carro-chefe da reforma⁸⁵ (RIBEIRO, 2007, p. 159-160). Em junho de 1956 foi lançada uma página feminina, que tratava de assuntos culturais, que com o tempo se transformou em um caderno cultural, editado por Reynaldo Jardim, o “Suplemento Dominical”, sendo esse caderno normalmente apontado como o embrião da reforma.

A segunda fase iniciou em maio de 1958, quando Jânio de Freitas assumiu a chefia de redação, até a sua saída (juntamente com Amílcar de Castro) em abril de 1961. Jânio de Freitas ocupou o seu lugar e acelerou o ritmo da reforma, transformou radicalmente a primeira página “adotando um layout assimétrico, marcante e forte”, também “foi quando surgiu o famoso ‘L’ dos classificados, marca da nova cara do *Jornal do Brasil*. Como Nascimento Brito não concordou em eliminar todos os classificados da primeira página, Amílcar teve de mantê-los na

⁸⁵ Essa retirada dos fios ocorreu paulatinamente, tanto que a primeira experiência ocorreu em 29 de março de 1957, na página 5 do primeiro caderno, mas a retirada dos fios da primeira página ocorreu apenas em 2 de junho de 1959.

coluna esquerda e no rodapé” (RIBEIRO, 2007, p. 162). Contudo, em 1960 os classificados passaram a compor um caderno separado, o ‘Caderno C’. Surge também, nesse momento, o ‘Caderno B’, dedicado às artes, sobretudo cinema e teatro (RIBEIRO, 2007). Outra mudança significativa foi a inclusão de fotos na primeira página, “normalmente uma grande na parte superior da página (antes da dobra) e outra menor em baixo”. Ainda mais, “os assuntos passaram a ser ordenados hierarquicamente conforme sua relevância jornalística. Buscou-se a funcionalidade da leitura, por meio da economia de elementos gráficos e ordenações da informação” (RIBEIRO, 2007, p. 162). Para se efetuar uma comparação entre os *layouts* do período anterior às reformas com o período posterior, ver os anexos 22 e 23.

Por fim, a terceira fase, iniciada em janeiro de 1962 com a contratação de Alberto Dines para a chefia da redação, foi um período de consolidação, quando Dines sistematizou as modificações anteriores (RIBEIRO, 2007). Porém, ao final do processo, “a linha editorial do *JB* continuava a apresentar uma feição conservadora, de acentuada influência católica” (RIBEIRO, 2007, p. 163).

Segundo Ana Ribeiro (2007, p. 157), a reforma do *JB* “possuiu um caráter exemplar, não só pelo radicalismo das suas mudanças e pela qualidade do jornalismo desenvolvido, mas também por sua eficácia mercadológica”, mesmo não sendo a primeira ser efetuada na imprensa carioca, haja vista que antes dela o *Diário Carioca*, a *UH* e até mesmo a *Tribuna da Imprensa* já haviam implementado inovações. Tal eficácia mercadológica pode ser percebida no considerável aumento da tiragem do jornal após o início das reformas, ao ponto de o *JB* suplantar “em número de vendas o *Correio da Manhã*, até então o maior matutino do Rio” (RIBEIRO, 2007, p. 157). Ainda mais, “à medida em que ganhava feições modernas e aumentava as suas tiragens, passava, cada vez mais, a ser procurado pelas agências” (RIBEIRO, 2007, p. 186-187).

Todavia, para nós importa destacar um outro viés desse processo de modernização do *JB*, a saber, o ganho dentro do *campo jornalístico*, ao ponto de ser construído entre os pares como paradigma da modernização do jornalismo carioca e, por extensão, do jornalismo brasileiro. Assim, do início da década de 1950 até o princípio das reformas a trajetória do *JB* no *campo jornalístico* estava em sentido descendente em função de sua condição de um jornal com fama de “popular”, mas cuja linha editorial era voltada para as elites urbanas e fortemente marcada por um viés católico-conservador, o que dificultava que esse diário galgasse uma posição de bom intérprete da realidade socioeconômica dinâmica dos anos 1950. Contudo, com a reformulação, mesmo que não tenha mudado sua linha editorial, tornou-se um dos grandes expoentes do processo de dinamização pelo qual estava passando a sociedade brasileira no

período, assim, o *JB* deixou de ser “uma banca de anúncios” para se tornar “um grande jornal” (RIBEIRO, 2007).

2.5.2 *Correio da Manhã*

O *Correio da Manhã* é também um periódico matutino antigo, fundado em 15 de junho de 1901 por Edmundo Bittencourt, encerrando sua circulação em junho de 1974. Foi um dos principais órgãos da imprensa brasileira. Nasceu como órgão de oposição e logo se firmou como o maior matutino carioca (RIBEIRO, 2007).

Construiu sua imagem como sendo um “jornal de opinião”, mas sem vinculação partidária, o que lhe gerou um grande reconhecimento como um dos principais órgãos da imprensa brasileira do século XX, bem como fazia questão de se vincular a imagem de um órgão liberal, combativo, corajoso (RIBEIRO, 2007). Desde a sua fundação, declarou-se isento de qualquer compromisso partidário, causando impacto a sua independência em relação aos governos federais da República Velha. Assim, constituiu-se como “defensor ‘da causa da justiça, da lavoura e do comércio, isto é, do direito do povo, de seu bem-estar e de suas liberdades’” (DHBB, 2001, p. 1627). Na edição comemorativa ao seu cinquentenário, o discurso de Edmundo Bittencourt é retomado e lê-se: “o *Correio da Manhã* não tem, nem terá jamais ligação alguma com partidos políticos. É uma folha livre”⁸⁶. Em suma, “um jornal que se propõe e quer de veras defender a causa do povo, não pode ser um jornal neutro; há de ser forçosamente um jornal de opinião”⁸⁷.

A sua fase inicial foi marcada pela aproximação com as camadas menos favorecidas da sociedade. Segundo o DHBB, a primeira campanha “popular” encampada pelo jornal foi o combate ao aumento do preço das passagens dos bondes da Companhia São Cristóvão, depois aderindo à campanhas contra os jogos de azar e denúncias de funcionários públicos que extorquiam dinheiro de comerciantes. Ainda dava destaque a passeatas e movimentos coletivos. Em 1904, tomou partido a favor da revolta popular contra a vacinação obrigatória.

Segundo Sérgio Gandini (2003, p. 5), o *CM*, “um dos mais prestigiados, desde o seu surgimento trouxe seções dedicadas à cultura”. Nesse sentido, o autor aponta o jornal dos Bittencourt como um dos periódicos mais significativos para a história de como a cultura passou

⁸⁶ “Correio da Manhã”, *Correio da Manhã*, 15 de junho de 1951, p.1, 1º caderno. Retomada do editorial de Edmundo Bittencourt, publicado em 1902 em comemoração ao segundo aniversário do Correio.

⁸⁷ “Correio da Manhã”, *Correio da Manhã*, 15 de junho de 1951, p.1, 1º caderno. Retomada do editorial de Edmundo Bittencourt, publicado em 1902 em comemoração ao segundo aniversário do Correio.

a adquirir status de notícia nos jornais. Ainda declara que o Correio da Manhã foi “um dos mais prestigiados espaços da mídia impressa do país. Desde o seu surgimento, o Correio traz seções voltadas ao campo cultural, como a Letras de artes, Teatro e outros eventuais setores destacados” (GANDINI, 2003, p. 13).

Outro elemento marcante é o posicionamento oposicionista que parece explicar a linha “participante e combativa” que Edmundo Bittencourt imprimiria ao jornal e que teria passado à direção de seu filho Paulo Bittencourt, que assumiu o *Correio* em 1929. Deve-se salientar também um razoável compromisso “legalista”, pois mesmo apoiando as duas candidaturas à Presidência do udenista Eduardo Gomes (1945 e 1950), defendeu a posse de Vargas quando a UDN – e outros órgãos de imprensa, como o *Estadão* – era contra. O mesmo aconteceu nos casos de Café Filho e de João Goulart e Juscelino Kubitscheck.

Um dos nomes mais importantes desse periódico era o seu editor chefe Pedro Costa Rego, que iniciou o trabalho como revisor ainda aos 17 anos. Em 1923, tornou-se redator chefe e só deixou o cargo em 1953, por motivos de saúde. A figura de Costa Rego era fundamental na estrutura do *CM*, assim como o seu cargo, pois esse periódico na época seguia o modelo francês de jornalismo, então não havia divisão em editorias, por isso o redator-chefe tinha de ler todas as matérias importantes do jornal. Dessa forma, no *CM*,

o redator-chefe tinha também o comando dos editoriais que influíam no jornal, que era feito sob sua inspiração. Não ao inverso. O Correio era um jornal de opinião nesse sentido. Ou seja, ele fazia tudo em função disso. A titulação que hoje se faz em muitos jornais brasileiros briga com os editoriais, Contesta-os. Nesse particular, o Correio tinha muita uniformidade. (RIBEIRO, 2007, p. 66).

Após o afastamento de Costa Rego, em 1953, assumiu Antônio Callado, que tentou implementar algumas mudanças no jornal. Como possuía experiência inglesa, tentou dar ao Correio uma feição mais “aberta”, menos partidária e apaixonada, bem como tentou retirar alguns “provincianismos”. Dentro do movimento de renovação da imprensa carioca, Paulo Bittencourt montou um dos melhores parques gráficos da imprensa carioca, em agosto de 1954 anunciou a compra de uma rotativa Hoe de oito unidades, dessa forma, a partir de 31 de agosto de 1955, o formato do jornal mudou, passou de 55 cm e 9 colunas para 50 cm e 8 colunas, o que trouxe a necessidade de mudanças editoriais, como a compressão de matérias e a diminuição do espaço para os colaboradores externos (RIBEIRO, 2007). Para se efetuar uma comparação entre os *layouts* do período anterior às reformas com o período posterior, ver os anexos 24 e 25.

Na década de 1950 era um dos jornais de maior prestígio em função da qualidade do texto e dos profissionais de redação. Nesse sentido, utilizava uma linguagem rebuscada, muito

texto e poucas imagens. Segundo Marialva Barbosa (2007, p. 156) destaca, ao discutir o mercado jornalístico entre 1955-1960, “na caracterização desse mercado pelos próprios jornalistas há toda uma graduação hierárquica da importância das publicações a partir do lugar político que ocupam naquele momento”. Assim, em relação a essa hierarquia, Villas-Boas Correia⁸⁸, em depoimento, classifica: “certamente, disparado, o Correio da Manhã era o mais importante, com mais peso político” (BARBOSA, 2007, p. 156).

Ao que tudo indica, seu público leitor nesse período estava concentrando na “alta burguesia” e “classe média alta”, hipótese verificável quando Ana Ribeiro (2007, p. 65) identifica que os anúncios de produtos e serviços eram direcionados para “classe alta”, “classe média superior”. Assim, seu orçamento, diferente do *JB*, majoritariamente provinha das verbas publicitárias e não das vendas avulsas e/ou assinaturas⁸⁹.

Entretanto, a partir da segunda metade da década de 1950 ocorre uma brusca queda em suas tiragens: em 1955 publicava 72 mil exemplares/dia, número que caiu para 57 mil em 1958, diminuindo para 53 mil exemplares/dia em 1960 (RIBEIRO, 2007). Com isso, vinha gradualmente perdendo terreno para o *Jornal do Brasil* (RIBEIRO, 2007). Possivelmente, tal trajetória descendente foi decorrente do fato de o *Correio* ter desejado “se tornar um jornal moderno, mas ao mesmo tempo queria preservar as tradições (a chamada ‘ortografia da casa’) que, afinal, lhe garantiam prestígio e respeito” (RIBEIRO, 2007, p. 273). Entretanto, assim como ocorreu com *Ultima Hora*, foi esmagado sobretudo pelas perseguições políticas – acompanhadas de severos boicotes econômicos – do regime militar.

Dessa forma, pode-se interpretar o *Correio da Manhã* como um impresso ocupando as posições dominantes no *campo jornalístico* no início dos anos 1950, com base em uma forma de fazer jornal tradicional, com textos e temas “elevados” e voltados para a elite política e social. Essa posição, associada a uma boa condição financeira – grande parte derivada de seu próprio prestígio como jornal de “respeito” –, permitia-lhe relativa independência frente aos

⁸⁸ Luiz Antonio Villas-Bôas Corrêa nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 2 de dezembro de 1923. Ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil em 1943 e formou-se em 1947. No ano seguinte iniciou a carreira jornalística n’ *A Notícia*, onde trabalharia por 30 anos. Dedicado desde o início ao jornalismo político, colaborou também em outros jornais como a *Tribuna da Imprensa*, *O Dia*, o *Diário de Notícias*, *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil* CORRÊA, Luiz Antonio Villas-bôas. Villas-boas Correia (depoimento, 1997). Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 1998.

⁸⁹ “Segundo o balanço do *Correio da Manhã* (publicado na sua edição de 26/4/1959), o jornal teria faturado, em 1958, 7,4 milhões em assinatura e 24,8 milhões em venda avulsa. Só na compra de papel, a sua despesa foi 53,7 milhões. A receita proveniente das assinaturas e vendas avulsas foi inferior ao custo do papel, dando na relação uma diferença negativa de 21,4 milhões (p.185). Isso sem contar as despesas comerciais (51,1 milhões), com oficinas (45,3 milhões), com a redação (41,6 milhões) e com a administração (33,5 milhões). Entretanto, graças à publicidade, que lhe rendeu 236 milhões de cruzeiros, a empresa pôde pagar todas as suas despesas e ainda apresentar um lucro de 16 milhões” (RIBEIRO, 2007, p.186). Isso não ocorria apenas com o CM, os jornais, de modo geral, estavam aumentando seu faturamento em decorrência da publicidade.

partidos e outros grupos de pressão. O perfil mais “conservador” adotado nos anos 1950 lhe proporcionava, por sua vez, grande destaque como interlocutor das camadas médias e altas do Rio de Janeiro e uma forte convergência, mesmo sem servilismo, com partidos como a UDN. Todavia, essa mesma linha de ação o afastava das camadas com menor capital econômico e, principalmente, cultural. Da mesma maneira, sua posição dominante no *campo jornalístico* não o incentivava a promover as mudanças no perfil editorial, na “ortografia da casa”, apenas incorporando a modernização do parque gráfico, opção que seria fatal para o jornal nas décadas posteriores.

2.5.3 *O Globo*

Jornal vespertino, fundado em 29 de junho de 1925 por Irineu Marinho e um grupo de jornalistas oriundos de *A Noite*, mas apenas 23 dias após a fundação do jornal Irineu Marinho faleceu em um acidente de carro, então, sua viúva, Francisca Marinho, entrega a direção do jornal para Eurycles de Matos, que permanece na direção do diário até maio de 1931, quando também falece. A partir desse momento, assume Roberto Marinho, o filho mais velho de Irineu, que ficou à frente do diário por sete décadas.

Segundo Ana Ribeiro (2007, p. 91), “desde a sua fundação, O Globo assumiu uma linha discretamente conservadora”, mas até a II Guerra Mundial o jornal tinha pouco peso político.

Na década de 1950, Roberto Marinho era o diretor-geral e o redator-chefe, Ricardo Marinho era o diretor-secretário e Rogério Marinho diretor-substituto. Com uma tiragem de 110 mil exemplares diários, em 1955 187 mil exemplares/dias e em 1958 218 mil exemplares/dia, era o vespertino de segunda maior circulação do Rio de Janeiro, ficando atrás apenas de *O Dia* (RIBEIRO, 2007). Com base no levantamento dos anúncios de produtos e serviços, pode-se constatar que seus leitores estavam nas classes média e alta, mas também tinha expressão nas camadas populares. Roberto Marinho afirmava que procurava fazer um jornal que agradasse a todos. Em uma propaganda institucional do período, gabava-se de possuir uma equipe com 210 profissionais (RIBEIRO, 2007).

Em 1954, *O Globo* transferiu-se para a rua Irineu Marinho, ocupando um prédio de 10 mil m². Nessa oportunidade, houve a incorporação de uma rotativa Hoe, capaz de, em apenas duas horas, rodar a tiragem inteira do jornal (100 mil exemplares por hora), seu equipamento gráfico e de retro gravura foi renovado, por isso, possivelmente, foi o jornal que mais investiu em equipamentos, pois “para instalação de suas oficinas gráficas foram importados, ao câmbio oficial, cerca de 25 milhões em maquinário” (RIBEIRO, 2007, p. 204). Segundo Ribeiro (2007), o crescimento do jornal *Ultima Hora* pode ter impulsionado *O Globo* a se modernizar, com a

compra de novos equipamentos e a construção de nova sede, bem como a força da concorrência com o jornal de Wainer levou *OG* a adiantar progressivamente o seu horário de circulação, até se tornar um matutino em 1974 (RIBEIRO, 2007).

Na década de 1950, a linha editorial também sofreu modificações, mas não houve a incorporação de recursos como o *lead*, apresentando uma diagramação com o uso de “títulos dinâmicos” e o recurso de muitas fotografias e charges, bem como os textos eram carregados e rebuscados – para apreender o *layout* do *OG* ver anexo 26. Nesse sentido, destaca Ribeiro (2007, p. 92), que “de jornal essencialmente informativo que apenas abordava, sem comprometer-se, os assuntos políticos, tornou-se [...] um jornal combativo, opinando com veemência sobre política nacional”. Assim, pode-se dizer que realizou um processo inverso da corrente que se consolidava apoiada, ao menos discursivamente, no modelo norte-americano de jornalismo.

Dessa forma, “nesse novo contexto, jornais como *O Globo* e *Jornal do Brasil* se impuseram progressivamente e outros, como *Diário Carioca*, *Diário de Notícias*, *Diário da Noite*, *A Noite* declinaram lentamente, incapazes de sustentar a concorrência com os primeiros”. Ao ponto de, no final da década de 1970, os jornais *O Globo*, *O Dia* e *Jornal do Brasil* monopolizarem quase 90% dos leitores, o que leva a concluir que os jornais que conseguiram se modernizar na década de 1950 conseguiram ter maior êxito frente ao processo de concentração jornalística iniciada ainda na década de 1960.

Em relação às suas formas de financiamento, do mesmo modo que o *Correio da Manhã*, ao que tudo indica, provinham predominantemente de verbas publicitárias. Novamente utilizando os dados apresentados por Ana Ribeiro (2007), pode-se identificar que *O Globo* ocupava o primeiro lugar na lista das preferências pelos anunciantes, seguido, com larga distância pelo *CM*. Entretanto, o jornal dos Marinho também captava créditos em bancos estatais, sendo que o maior captador de créditos eram os Diários Associados de Assis Chateaubriand, seguido de *O Globo*, nesse sentido, “foi graças a rede bancária ampliada (facilidade de créditos dos órgãos governamentais) que os jornais do Rio conseguiram fazer os grandes investimentos na década de 1950” (RIBEIRO, 2003, p. 157).

Em síntese, *O Globo* é um jornal em plena trajetória ascendente no *campo jornalístico* que está sendo construído no período. Entretanto, o seu sucesso de vendagem não lhe oferecia elementos suficientes para adquirir o alto grau de reconhecimento entre os pares, tendo em vista que sua linha editorial de combatividade política ou de defesa de bandeiras públicas foi instituída e solidificada apenas na década de 1950, bem como quando se colocava no debate público para defender as bandeiras que encampava, muitas vezes, o fazia com virulência e

intransigência, haja vista o posicionamento em relação à Getúlio Vargas. Dessa forma, possivelmente, perdeu prestígio entre os pares, não adquirindo tanta legitimidade quanto o *Correio da Manhã*, por exemplo (MARTINS, 2016).

2.5.4 *Última Hora*

O *Última Hora*, jornal vespertino, começou a circular em 12 de junho de 1951, sendo fundado pelo jornalista Samuel Wainer. Jornalista de grande prestígio, apesar da origem socialmente humilde, Wainer passou a trabalhar nos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand em 1947 e foi como repórter dos *Diários* que manteve os primeiros contatos com Getúlio Vargas, fazendo a cobertura da sua campanha às eleições presidenciais de 1950. Depois de eleito, Vargas e Wainer mantiveram proximidade e foi em uma de suas conversas que o então Presidente da República pergunta para Wainer: “porque tu não fazes, um jornal?” (RIBEIRO, 2004, p. 325). A partir desse momento, o jornalista se sentiu encorajado a fundar o seu próprio impresso⁹⁰.

Segundo Ana Ribeiro (2007, p. 125), o jornal de Wainer talvez tenha sido o que mais contribuiu para a renovação da imprensa brasileira, pois ele “inovou – na diagramação, no uso da cor e da fotografia, no conteúdo redacional e nas estratégias administrativas – e ressuscitou fórmulas antigas – como o folhetim, a caricatura e o colunismo –, que havia em outras épocas garantindo o êxito de muitas publicações”. Disso resultou que o “UH deu início a um tipo de imprensa popular de qualidade que não existia no Brasil” (RIBEIRO, 2007, p.125)⁹¹. Para apreendemos o layout do jornal de Wainer e o comparar com os demais periódicos analisados seria interessante conferir o anexo 27.

Em consequência, em pouco tempo, o jornal de Wainer tornou-se um sucesso na imprensa carioca, logo competindo com *O Globo*, o vespertino de maior circulação e o primeiro lugar em tiragem da capital da República. Em seis meses de existência, o “UH tinha atingido uma tiragem de 50 mil exemplares e, em um ano, já vendia mais 100 mil às segundas-feiras”

⁹⁰ Para a criação do UH, Wainer abriu duas empresas separadas, uma gráfica e outra editorial, projetando que a estratégia de afastar a parte industrial da parte editorial era uma forma de proteger o seu jornal contra as pressões e ataques políticos, pois se o jornal parasse, a gráfica continuava (GOLDENSTEIN, 1987, p. 41). Para isso, Wainer comprou, do *Diário Carioca*, a gráfica Érica e criou a Editora Última Hora S.A, com financiamentos diversos, que vinham desde bancos estatais até empresários, todos eles com fortes vínculos com Vargas. Para maiores informações sobre as fontes de financiamento ver: Ribeiro (2007, p. 122-123).

⁹¹ Marialva Barbosa, porém, aponta que se forjou em torno do *Última Hora* vários discursos míticos, como a “mítica da inovação” e a “mítica da renovação”. Entretanto, Ana Ribeiro argumenta que, de fato, já haviam sido introduzidas renovações gráficas em períodos anteriores, mas que não modificaram o sistema de produção dos jornais. Sendo que somente nos anos 1950, principalmente com a criação do UH e com as reformas do Jornal do Brasil “que mudaram radicalmente as relações entre oficina e redações” (RIBEIRO, 2007, p. 125).

(RIBEIRO, 2007, p. 127). Com crescimento de tiragens progressivo, em 1955 imprimia 92 mil exemplares por dia, número que subiu para 105 mil em 1958, chegando a 117 mil exemplares/dia em 1960 (RIBEIRO, 2007).

Para Lavina Ribeiro (2004), algumas das inovações no texto buscavam facilitar seu acesso a um público menos familiarizado com a prática da leitura cotidiana de periódicos. Por isso,

a política editorial era voltada para um diálogo direto com este grande público econômico e educativamente menos favorecido, denominado de ‘povo’ pelo jornal, autolegitimando-se então, como portador da vontade política do *povo* aos ‘responsáveis pelos destinos do País’. (RIBEIRO, 2004, p. 325-326).

Embora seu público fosse especialmente as classes populares, esse grupo não era exclusivo, pois o *UH* possuía a capacidade de penetração policlassista, com penetração em todas as classes sociais, segundo o IPOBE (RIBEIRO, 2007).

Outra especificidade do jornal decorre do espaço privilegiado atribuído às colunas, as quais, segundo Ana Ribeiro (2007), destinavam-se aos mais diversos assuntos (política, polícia, economia, esporte, turfe, restaurantes etc.). Dentre as mais expressivas estavam: “Barômetro econômico”, coluna econômica de maior repercussão, não assinada, mas geralmente escrita por Otávio Malta; *O Dia do Presidente*, coluna política de maior destaque, escrita por Luís Costa, e que “acompanhava as atividades de Getúlio Vargas” (RIBEIRO, 2007, p. 240); e a coluna *Fala o Povo na Última Hora*, que também não era assinada, mas Ana Ribeiro afirma que era escrita por Renato Correia de Castro, com o pseudônimo Marijô, e que foi uma das colunas mais originais do jornal, ao possibilitar uma forma de contato com as camadas mais populares até então não registrada em tais proporções na imprensa. Essa coluna trazia reivindicações e queixas populares. Para isso, havia um sistema de recolhimento das reivindicações: além da mesa que Renato Castro possuía na redação, na qual atendia a população e anotava as suas reclamações numa linguagem bastante extravagante, irreverente, mordaz e repleta de neologismos, havia ainda diversos postos de coletas de correspondências espalhados pelo Distrito Federal. O texto era acompanhado por ilustrações de Octávio (RIBEIRO, 2007).

Em linhas gerais, a historiografia considera a criação do *Última Hora* como uma forma de romper a chamada “conspiração do silêncio” da “grande imprensa” brasileira em relação ao governo Vargas (RIBEIRO, 2007; GOLDENSTEIN, 1987). Assim, o *UH* seria um veículo que daria cobertura aos atos do governo federal, tornando-se meramente uma arma de luta política (GOLDENSTEIN, 1987). Consideramos ingênuo e equivocados negar a ligação entre Vargas e a criação do *Última Hora*, uma vez que até o próprio Wainer afirma que o jornal foi concebido

com o objetivo de ser a expressão do getulismo na imprensa, posição reforçada constantemente após o suicídio de Getúlio Vargas. Contudo, o *UH* como fenômeno jornalístico deve ser compreendido para muito além desse papel.

Mesmo inspirado politicamente no getulismo, o jornal de Wainer foi muito mais que apenas uma expressão dos interesses do presidente no debate público. Ao contar com um jornalista profissional de grande experiência e prestígio na área – um iniciado, no dizer de Bourdieu – que soube aproveitar muito bem a sua ligação com Vargas e as transformações socioeconômicas do período para criar o “seu próprio jornal”, o *Ultima Hora* se tornou um agente “híbrido jornalístico-político”, cuja importância foi muito além do que a sua missão política determinava.

O apoio político e financeiro de Vargas ajudou a criar um jornal inovador, mas a competência e sucesso desse jornal inovador no seu próprio campo de atuação lhe dotou de uma força econômica, política e social muito maior do que o impulso original lhe fornecera. Não é por acaso que, em pouco tempo, o *Ultima Hora* se tornou um empreendimento superavitário, saudando seus financiamentos e se estendendo em uma rede de sete jornais por todo o país, só superável pelo *Diários Associados* de Assis Chateaubriand. Da mesma forma, não devemos ler apenas como mera bravata as palavras de Wainer, quando afirma que, depois da criação do jornal: “eu me tornara mais importante junto a Getúlio que qualquer ministro de Estado” (WAINER, 1993, p. 150).

Em resumo, apesar de ter na base de sua criação fortes influências políticas e nunca ter se desvinculado delas, o jornal *Ultima Hora* se constitui em uma novidade no *campo jornalístico*, tanto na forma do fazer profissional quanto no público que preferencialmente mobilizou. Dessa maneira, contribuiu fundamentalmente para a própria transformação do jornalismo e dos critérios de ascensão nesse campo, ao mesmo tempo em que galgou uma trajetória ascendente, baseada em um jornalismo mais moderno e na extensão do seu público leitor. Isso permitiu ao jornal não apenas cumprir a sua missão política, mas ganhar capital de prestígio que lhe permitia ir além dela. Tudo isso, porém, dependia da capacidade da folha de Wainer em mobilizar e interpelar o público, construindo junto a ele a imagem de um impresso empenhado na defesa dos interesses populares frente aos poderes estabelecidos, dentre os quais devemos colocar a própria Presidência da República.

Dessa forma, mesmo que o levantamento geral apresentado acima sobre os jornais pesquisados seja parcial e fragmentado, oferece alguns parâmetros essenciais para empreendermos a análise empírica. Diante dessas colocações, indagamos: como os jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Ultima Hora* representaram, na segunda metade

da década de 1950 (1955-1960), a democracia então vigente no Brasil, do mesmo modo que a forma como esses jornais construíram o seu próprio papel institucional no regime democrático?

3 SUJEITOS CONSTRUÍDOS: POVO E HOMENS PÚBLICOS NA DEMOCRACIA BRASILEIRA⁹²

Para começar a responder essa questão, iniciaremos a análise do *corpus documental* com o estudo das representações sobre o que chamamos de sujeitos construídos, uma vez que, a partir do *corpus* documental, identificamos que esses foram fundamentais para a constituição discursiva da democracia vigente. Assim, tal recorte mostra-se relevante, pois a partir da forma como *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Última Hora* representaram tanto o *povo* quanto os *homens públicos*, podemos iniciar o processo de mapeamento: a) de quais papéis a imprensa constrói para si em relação e na relação que estabelece com esses sujeitos: mediadora, defensora, formadora de opinião, vigilante etc.?; e b) das representações sobre a democracia vigente no Brasil de 1955 a 1960. Para tanto, dividimos este capítulo em duas partes centrais, nas quais trabalharemos primeiro com as representações sobre povo, para na sequência estudarmos as construções sobre os homens públicos.

Dessa forma, o primeiro subcapítulo está dividido em quatro seções, nas quais analisaremos as principais representações sobre povo identificadas nos jornais analisados. Iniciaremos com uma pequena reflexão sobre o conceito de povo, para então passarmos a análise das construções que relacionam *Povo e nação*, depois *Povo enquanto população*, chegando às representações que concebem *Povo enquanto eleitor*.

3.1 POVO E SUA POLISSEMIA

Povo: termo que pode ser encontrado ainda na Antiguidade Clássica, a partir da perspectiva da *dêmos*⁹³ grega, enquanto sujeito de ação política. Uma palavra curta, apenas

⁹² A partir desse momento tudo o que estiver em negrito ou itálico foram grifos realizados pela autora, quando o grifo estiver em caixa alta é grifo do próprio texto original, nos demais casos, sempre que houver algum grifo que pertencer ao original do documento este será informado.

⁹³ Alfredo Julien (2006, p. 53), a partir da leitura de Homero, afirma que *dêmos* corresponde a “um conceito territorial e político, designando, ao mesmo tempo uma porção de território e o povo que nele habita”. Seria uma coletividade territorial e uma comunidade ao qual todos os homens pertenceriam. Dessa forma, os *dêmos* já existiam no período homérico, entretanto, só adquiriram importância política nas Assembleias, efetivamente por volta de 508 a.C., com a reformas de Clístenes. Essas reformas políticas proporcionaram aos cidadãos, independentemente do critério de renda, o direito de voto e ocupação dos mais diversos cargos, ou seja, ofereceu uma certa abertura política e descentralização do poder. Clístenes reorganizou o território da Ática mudando a organização política ateniense, que era baseada em quatro tradicionais tribos com fortes laços de parentesco entre si, assim, dividiu a Ática em dez tribos de acordo com sua área de residência. Cada tribo era composta pelos *dêmos* - eram a menor unidade política e se assemelhava a um distrito ou comarca, com administração própria, incluindo assembleias – que possuíam os registros de seus membros, sendo que quem fosse registrado em um *dêmos* tornava-se cidadão (DAMBROS, 2017, p. 97-98).

quatro letras, mas que evoca uma infinidade de simbolismos e significados que foram criados, apropriados, reapropriados e ressignificados ao longo da história. Assim, povo recebeu sua moderna concepção, a partir da formação da democracia chamada moderna, que está diretamente ligada a dois eventos: a Guerra de Independência dos Estados Unidos e a Revolução, ambos inspirados nos ideais iluministas, especialmente em Rousseau. Dessa forma, mesmo que *povo* seja um termo antigo, só adquiriu importância decisiva com o ressurgimento da ideia moderna de democracia (COMPARATO, 1997).

Segundo Comparato (1997, p. 214), no período moderno, foi nos Estados Unidos que ocorreu “a primeira utilização consequente do conceito de povo como titular da soberania democrática”. Isso na Convenção de Filadélfia⁹⁴, onde na discussão acerca da criação do Senado, Charles Pinckney, representante da Carolina do Sul, argumentou que o “povo norte-americano”, era dividido em três classes: “os profissionais liberais (‘que, devido às suas atividades, devem sempre ter um grande peso no governo, enquanto este permanecer popular’), os comerciantes e os proprietários rurais” (COMPARATO, 1997, p. 214), ficando, assim, de fora do *povo* a imensa população escrava dos Estados do sul.

Entretanto, na sequência da discussão, quando foi decidida como ocorreria a fixação do número de representantes de cada Estado na Câmara Federal, os escravos passaram a ser incorporados como integrantes do *povo*, tendo em vista que o critério adotado foi o número da população de cada Estado, expondo estratégias políticas da democracia em formação (COMPARATO, 1997)⁹⁵.

No caso francês, a situação foi distinta. No período inicial da Revolução Francesa já era evidente a elasticidade do termo, que poderia significar muito ou pouco, dependendo do contexto. Não por acaso que os “legistas” Target e Thouret indagaram se o termo *povo* deveria ser tomado no sentido de *plebs* (operários sem qualificação e os lavradores, aqueles que não pagavam impostos⁹⁶) ou de *populus* (estamento geral da nação, distinto do estamento dos clérigos e nobres⁹⁷), sendo que “a maioria convenceu-se, afinal, do perigo de o termo ser

⁹⁴ A Convenção Constitucional de Filadélfia, Pensilvânia, ocorreu entre 25 de maio e 17 de setembro de 1787, com o intuito de definir elementos centrais da organização dos Estados Unidos após a sua independência do Reino Unido da Grã-Bretanha. Naquele ano os Estados Unidos aprovaram a sua primeira e única Constituição.

⁹⁵ Assim, “a existência da escravidão legal não representava nenhum obstáculo teórico a esse empreendimento político, pois o precedente prestigioso da democracia ateniense – em que não apenas os escravos, mas também os metecos e as mulheres eram excluídos do rol dos cidadãos – apresentava-se como o modelo para o qual todos se voltavam com respeito” (COMPARATO, 1997, p. 215).

⁹⁶ Também ligada a ideia de multidão, de massa, aqueles considerados inadequados para o governo e inaptos ao conhecimento

⁹⁷ Compreendia as diferentes burguesias (alta burguesia comercial, burguesia comercial local, burguesia de ofício, burguesia financeira, trabalhadores urbanos) e os camponeses que possuíam posse de terras, enfim, aqueles que pagavam impostos.

considerado no primeiro sentido, de modo a anular o caráter representativo da assembleia” (COMPARATO, 1997, p. 216). Nesse caso, a transposição semântica da *plebs* em *populus* correspondeu a uma revolução política por exclusão: os nobres, clérigos, não faziam parte do *povo*.

Com o Iluminismo, efetuou-se a “reposição do povo à sua condição de ator político essencial”. Assim, com os pensadores contratualistas⁹⁸ - Hobbes, Locke, mas especialmente Rousseau – ocorreu a revisão no conceito de *dêmos*, isto é, o povo se transforma no “depositário da soberania nacional, fonte e pilar de toda a ordem política, sendo-lhe reconhecido um inalienável direito de intervenção política e de dirigir os interesses comuns”. Não por acaso que o conceito de povo supõe uma deslegitimação da monarquia absoluta e legitimação da *vontade geral* – todo o cidadão que pertencer ao *povo* possui os mesmos direitos (RIVAS, 2012, p. 6), mesmo que, nesse caso, o status de cidadão restringira-se ao homem branco, do sexo masculino, dotado de direitos civis e políticos (PINTO, 2017)⁹⁹, sendo, por isso, diminuto o grupo de pessoas integrantes do que poderia ser considerado povo.

Neste caso, o conceito de *povo* acaba sendo atrelado a outro que ganhou espaço nas democracias representativas: cidadania. A cidadania geralmente é associada aos direitos civis (garantem a vida em sociedade), políticos (garantem a participação no governo da sociedade) e sociais (garantem a participação na riqueza coletiva), mas José Murilo de Carvalho argumenta que “uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível. Mas ele tem servido de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico”. (CARVALHO, 2015, p.14-p.15) No caso brasileiro, o percurso da cidadania esteve atrelado à própria história do país, assim, nunca houve uma constante, por exemplo, em momentos como a ditadura do Estado Novo em que os direitos políticos foram alijados, houve a ênfase nos direitos sociais, já entre 1945 e 1964 ocorreu também a ampliação dos direitos políticos e civis. Mas um debate recorrente que permeia a questão da cidadania no Brasil é sobre a qualidade do cidadão, ou melhor do povo cidadão.

⁹⁸ Os autores chamados contratualistas buscavam compreender a constituição do Estado, o porquê da necessidade de Estado e, conseqüentemente, qual o papel do povo, ou melhor, dos súditos nas mais distintas formas de governo. São cientistas que, “entre o século XVI e o XVIII (basicamente), afirmaram que a origem do Estado e/ou da sociedade está num contrato: os homens viveriam, naturalmente, sem poder e sem organização – que somente surgiriam depois de um pacto firmado por eles, estabelecendo as regras de convívio social e de subordinação política” (RIBEIRO, 2001, p. 53). Assim, para esses autores, em determinado momento, os homens concordaram em abrir mão de parte ou de toda sua liberdade que desfrutavam no *estado de natureza*, em nome de um soberano, que teria por incumbência organizar a sociedade e manter a paz, solucionando os conflitos, diminuindo assim as desigualdades decorrentes da força física (RIBEIRO, 2001).

⁹⁹ As mulheres eram consideradas cidadãs, mas apenas com direitos civis e não políticos.

Dessa forma, a questão da cidadania está diretamente ligada às formas como *povo* é construído, por isso, não se pode esquecer da argumentação de Celi Pinto (2017), ou seja, que *povo* é, mais do que tudo, objeto da e na luta política, e nessa luta foi e é construído como um sujeito, mas um sujeito muito mais abstrato, não palpável, mensurável, visível do que real. Ou ainda como afirma Müller (2011, p. 73), um conceito de combate, um “combate semântico”, assim, pode ser considerado “um conceito não naturalista, a ser encontrado por via da ciência. Não é ele também simples, mas complexo e artificial, i.e., uma inferência a partir de uma concepção e não a partir de um fato”. Por isso, argumenta o jurista, é um conceito que “não se reveste de traços inocentes, neutros, objetivos, mas decididamente seletivos” (MÜLLER, 2011, p. 73).

Nesses termos, aproveitando a argumentação de Müller (2011), pode-se indagar quais seleções foram feitas pelos jornais estudados quando representaram *povo*? Esse povo ou povo(s) representados possuem correspondentes na *sociedade real* ou são construções totalmente abstratas? São efetivamente legitimadores da democracia vigente ou podem ser utilizados como deslegitimadores do regime instituído? Em princípio, todos os jornais argumentam que a democracia é a forma de “governo do povo, pelo povo e para o povo”¹⁰⁰, mas o que essa máxima clássica pode significar para cada periódico?

Inicialmente, pode-se perceber que, nos textos que formam o *corpus documental*, *povo* pode ser representado de formas bem amplas, o todo, e de modos mais restritos, a parte¹⁰¹. Lembrando que o corpus documental ficou delimitado em 795 textos, dos quais 191 do *Correio da Manhã*, 213 do *Jornal do Brasil*, 187 do *O Globo* e 204 do *Ultima Hora*, identificados ao longo de 1955 a 1960. Após a etapa de unitarização e categorização, o termo *povo* apareceu 991 vezes nos excertos pertinentes dos 795 textos, dos quais: 120 pertencentes ao *CM*, 265 ao *JB*, 205 ao *OG* e 401 ao *UH*. Se observarmos o Quadro 2, identificaremos a dispersão das ocorrências¹⁰² ao longo dos anos do recorte temporal da pesquisa.

Quadro 2 - Número de ocorrências totais do termo *povo* após as etapas de unitarização e categorização

Jornais	Especificação por anos						Nº total ocorrências do termo por jornal
	1955	1956	1957	1958	1959	1960	
<i>CM</i>	73	6	5	9	9	18	120

¹⁰⁰ “Os erros e esquecimentos do Sr. Plínio Salgado”, *O Globo*, 22 de abril de 1959, 1°C, p.1; “Os candidatos sem programas”, *Jornal do Brasil*, 11 de junho de 1960, 1°C, p.3; “Espírito de normalidade”, *Jornal do Brasil*, 17 de setembro de 1960, 1°C, p.3; “O poder legítimo”, *Jornal do Brasil*, 04 de outubro de 1960, 1°C, p.3.; “Eleitor sob suspeita”, *Correio da Manhã*, 04 de outubro de 1958, 1°C, p.6.;

¹⁰¹ Distinções estabelecidas por Luisa Pereira (2011), quando a autora traça “uma história do conceito político de povo no Brasil”, no período de 1750-1870.

¹⁰² Ocorrência se refere a toda vez que um termo ou uma categoria foi identificada.

<i>JB</i>	67	43	27	27	29	72	265
<i>OG</i>	67	30	16	12	25	55	205
<i>UH</i>	182	65	35	75	24	20	401
Nº total ocorrências do termo por ano	389	144	73	123	87	165	991

Fonte: Elaboração própria com base nos jornais *CM*, *JB*, *OG* e *UH*.

Inicialmente, observamos que as ocorrências do termo povo são significativamente maiores no jornal *Ultima Hora*, dado que não surpreende, tendo em vista que uma das principais formas de autolegitimação desse periódico no debate público é proveniente do discurso que estabelece, de diferentes formas, a sua ligação com o povo, construção recorrente em periódicos com vigência em um regime democrático. Entretanto, *O Globo* também utiliza esse discurso e o número de ocorrências é quase a metade do *UH*, o que explicaria essa discrepância?

Por seu turno, no *Correio da Manhã* identificamos poucas ocorrências. Se utilizarmos a mesma linha de raciocínio, estabelecendo uma explicação a partir do discurso autorreferencial que o acompanha desde seu editorial de fundação, identificamos que o *CM* se concebe como um “jornal de opinião”, nesse caso, a utilização recorrente do termo povo não se torna uma obrigatoriedade. Entretanto, a mesma explicação não cabe ao *Jornal do Brasil*, pois esse também não constrói sua inserção no debate público a partir de uma fala que o ligue ao povo e, mesmo assim, possui um alto índice do termo povo. Como explicar essas distinções? Quais fatores, além dos discursos de autolegitimação desses periódicos no debate público, terão intervindo na produção desses textos?

Ao observarmos novamente o Quadro 2 também podemos perceber que há um apelo maior ao termo povo em anos eleitorais, especialmente nas eleições presidenciais. Essa característica também fica evidente no Quadro 3, que traz o número de textos em que há ocorrências do termo povo.

Quadro 3 - Número de textos com o termo povo, após as etapas de unitarização e categorização

Jornais	Nº total de textos corpus documental	Especificação por anos						Nº de textos com o termo povo
		1955	1956	1957	1958	1959	1960	
<i>CM</i>	191	34	4	5	7	5	12	67
<i>JB</i>	213	30	17	11	14	14	23	109
<i>OG</i>	187	29	18	8	9	15	28	107
<i>UH</i>	204	53	22	15	32	5	8	135
Total	795	146	61	39	62	39	71	418

Fonte: Elaboração própria com base nos jornais *CM*, *JB*, *OG* e *UH*.

Nesse quadro, podemos perceber que povo é identificado mais de uma vez em cada texto e que a diferença numérica existente entre o *UH* e os demais periódicos diminui, ou seja, embora no *UH* tenhamos mais ocorrências do termo povo, o número de textos em que ele aparece é

próximo ao número dos demais jornais, havendo maiores concentração do termo, por exemplo, em 13 textos há 7 ou mais vezes a ocorrência da palavra *povo*¹⁰³. O mesmo acontece com os demais jornais, mas em menor recorrência.

A partir do Quadro 3 também podemos identificar o elevado percentual de textos com ocorrências do termo *povo* se comparado ao número total do corpus documental, isto é, de 795 textos, 418 possuem alguma ocorrência de *povo*, o que equivale a 52,5% do corpus. Comparação também validada individualmente, assim, destoando dos demais diários, no *CM* o termo *povo* é identificado em 35% dos textos selecionados desse jornal, número que sobe para 51,1% no *JB*, aumentando para 57,2% no *OG*, chegando a 66,1% no *UH*, assim, sob a análise quantitativa, *UH*, destacadamente, é o jornal que mais apelo faz à palavra *povo*.

Diante desses elementos, pode-se questionar como esses dados quantitativos podem ser compreendidos em uma perspectiva qualitativa. Como acima referido, *povo* pode ser representado de formas bem amplas, *o todo*, e de modos mais restritos, *à parte*. Em seu uso amplo, *povo* pode ser associado tanto com *nação* quanto com *população*: povo destinatário. Já no sentido mais restrito, pode ser compreendido, especialmente, como os cidadãos com direito ao voto – povo ativo –, ainda se identifica um recorte de classe, onde *povo* se contrapõe à elite. Por fim, ainda pode-se verificar a representação de *povo* como legitimador da autoconstrução de *funções públicas*, ocorrendo um verdadeiro “ventriloquismo político”, pois os jornais se autoatribuem o direito e mesmo o dever de falar pelo *povo*, dizer o que ele pensa, o que sente, o que deseja, inclusive, se colocar na condição de porta-voz mais legítimo do *povo*, ocorrendo uma verdadeira reificação não simplesmente da palavra, mas agora de um conceito.

Dito isso, como forma de organizar a comunicação dos resultados, o presente escrito iniciará com a análise dos textos que representam *povo* de forma ampla, seguido das construções que concebem *povo* de modo mais restrito.

3.1.1 Povo e Nação

Nos jornais analisados, *povo*, em seu sentido mais amplo, foi associado à ideia de *nação*. O critério que utilizamos para efetuar essa equivalência provém da delimitação efetuada por Paulo Bonavides (2000, p. 94), ou seja, quando *povo* pode ser compreendido como “toda a continuidade do elemento humano, projetado historicamente no decurso de várias gerações e dotado de valores e aspirações comuns”. Assim, “compreende vivos e mortos, as gerações

¹⁰³ Em um caso a palavra *povo* apareceu 16 vezes em um mesmo texto e 14 em outro.

presentes e as gerações passadas, os que vivem e os que não de viver”. Tal conceito se aproxima muito do que Müller (2011) denominou de *povo ícone*, ou seja, é sinônimo de representação (FABRIZ; FERREIRA, 2001), pois não trata propriamente “de nenhuma pessoa viva”, mas é construído apenas “no âmbito do discurso de legitimação” (MÜLLER, 2011).

Como podemos observar no Quadro 4, não houve grande apelo à utilização do conceito *povo* com significado de *nação*. Há uma concentração nessa forma de representar *povo* no ano de 1955 e as demais ocorrências são diluídas nos anos posteriores, sendo o caso do *CM*, discrepante dos demais, pois, nesse jornal, identificamos tal construção apenas no ano de 1955.

Quadro 4 - Relação entre o número geral de textos com o termo *povo* e o número de ocorrências e de editoriais onde *povo* pode ser considerado como sinônimo de *nação*

Subcategorias (categorização)	Jornais	Nº geral textos com o termo <i>povo</i>	Especificação por anos													
			1955		1956		1957		1958		1959		1960		Total	
			Nº OC ¹⁰⁴	Nº ED ¹⁰⁵	Nº OC	Nº ED	Nº OC	Nº ED	Nº OC	Nº ED	Nº OC	Nº ED	Nº OC	Nº ED	Nº OC	Nº ED
[P=N] Povo = nação	<i>CM</i>	67	6	6	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	6	6
	<i>JB</i>	109	11	7	3	3	2	1	2	1	5	4	5	2	28	18
	<i>OG</i>	107	3	3	1	1	3	3	--	--	2	2	5	5	14	14
	<i>UH</i>	135	5	4	9	4	--	--	4	3	--	--	--	--	18	11
Total geral		418	25	20	13	8	5	4	6	4	7	6	10	7	66	49

Fonte: Elaboração própria com base nos jornais *CM*, *JB*, *OG* e *UH*.

Assim, mesmo sendo pequeno o percentual de textos e ocorrências de *povo* como sinônimo de *nação*, pois encontramos as encontramos em 49 dos 418 textos do corpus documental que possuem o termo *povo*, equivalendo a 11,7%, individualmente corresponde a 8,9% dos textos com ocorrências do termo *povo* no *CM*, 16, 5% no *JB*, 13% no *OG* e 8,1% no *UH*.

Em *O Globo*, predominantemente, quando *povo* pode ser compreendido como sinônimo de *nação*, *povo* foi associado à ideia de defesa do regime democrático mediante ameaças internas e externas. Internacionalmente, Berlim simbolizaria “o teste definitivo entre os dois mundos antagônicos”, sendo que para o diário “as democracias não querem o conflito. **Nenhum**

¹⁰⁴ Nº OC se refere ao número de ocorrências de cada subcategoria.

¹⁰⁵ Nº ED corresponde ao número de editoriais em que foram identificadas as ocorrências, assim, o número de ocorrências será sempre igual ou superior ao número de editoriais, pois em um mesmo editorial podem ser encontradas mais de uma ocorrência da subcategoria.

povo o deseja, especialmente aquele que por força dos regimes, decidem da sua sorte. Mas por igual nenhum deles prefere a escravidão à luta pela liberdade”¹⁰⁶.

Internamente ao Brasil, tal conflito se expressaria quando “forças exógenas, disfarçadas em compatriotas, lutam para jogar-nos na fogueira dos conflitos internacionais, aos serviços de uma ideologia contrária à **nossa formação e à índole do nosso povo**.”. Como exemplo dessas “forças exógenas”, o jornal faz referência ao que chama de “nacionalismo revolucionário”¹⁰⁷.

Na perspectiva de *OG*, o chamado “mundo livre” estaria associado à liberdade defendida pelo capitalismo e oferecida pela democracia e o “mundo comunista” seria ligado à “escravidão” gerada pelo intervencionismo estatal proveniente do comunismo¹⁰⁸. Quando essa disputa é transposta para o Brasil, o diário recorre ao conceito de *nacionalismo* com uma abordagem crítica ao sentido atribuído pelo extinto Partido Comunista – *nacionalismo revolucionário*. A partir do vocabulário político utilizado (ROSANVALLON, 2010), pode-se identificar que o contexto internacional, marcado pela Guerra Fria com a divisão do mundo em zonas de influências entre capitalismo e comunismo, é o pano de fundo da abordagem encontrada em *OG* e que a tônica da questão é centrada na disputa entre o “mundo livre” e o “mundo comunista”.

Nesse conflito entre “dois mundos”, segundo Marlise Meyrer (2019, p. 180), a afirmação dos Estados Unidos como representante da democracia com base no capitalismo liberal e vitorioso era o enfoque da propaganda promovida pelos órgãos ligados ao Departamento de Estado e a Cia. Nesse sentido, o *slogan* “Mundo Livre” era utilizado para definir essa concepção de democracia. Nessa mesma linha, para *OG*, democracia e capitalismo seriam fortemente interligados, sendo o denominador comum o ideal de *liberdade* e o *povo* brasileiro estaria afinado com o “mundo livre”.

Para o *Jornal do Brasil*, ao mesmo tempo em que *povo* pode ser concebido enquanto *nação* em função do compartilhamento cultural e religioso, compreende que a cultura e religião (cristã) estariam associados à defesa dos postulados democráticos¹⁰⁹. Considera que os últimos

¹⁰⁶ “Flagrantes e contrastes entre dois mundos”, *O Globo*, 24 de fevereiro de 1959, 1°C, p.1. Os grifos são para evidenciar os trechos que se enquadram no critério selecionado - perspectiva de Bonavides (2000) - para tomar *povo* como sinônimo de *nação*.

¹⁰⁷ “O Brasil na sua Terceira República”, *O Globo*, 15 de novembro de 1957, 1°C, p.1.

¹⁰⁸ “O começo do fim”, *O Globo*, 05 de abril de 1956, 1°C, p.1; “Flagrantes e contrastes entre dois mundos”, *O Globo*, 24 de fevereiro de 1959, 1°C, p.1.; “Manifestação comunista ao presidente”, *O Globo*, 18 de junho de 1959, p.1.; “Fidel Castro contra as Américas”, *O Globo*, 06 de julho de 1960, 1°C, p.1.

¹⁰⁹ “O Congresso na visão do historiador”, *Jornal do Brasil*, 24 de julho de 1955, 1°C, p.5.; “O Congresso – instrumento de libertação”, *Jornal do Brasil*, 20 de julho de 1955, 1°C, p.5.; “O Congresso e a paz dos povos”, *Jornal do Brasil*, 21 de julho de 1955, 1°C, p.5.; “A legalidade é o instrumento da paz”, *Jornal do Brasil*, 22 de julho de 1955, 1°C, p.5.; “O Congresso dissolve o pessimismo”, *Jornal do Brasil*, 23 de julho de 1955, 1°C, p.5.; “O Congresso na visão do historiador”, *Jornal do Brasil*, 24 de julho de 1955, 1°C, p.5.; “Para um Brasil melhor”,

garantiriam a “ordem” e preservariam “a paz interna”, condição considerada, pelo jornal, como indispensável ao prosseguimento da “**jornada histórica**” de um povo¹¹⁰. Para o *JB*, o ponto máximo dessa jornada conduziria a uma “ordem democrática”, ou melhor, a uma “política de progresso econômico” e a uma “justiça social só experimentados, até hoje, em outras latitudes e por povos de formação mais homogênea e prolongada”¹¹¹.

Nessas passagens, podemos destacar, primeiro, que a associação entre a religião (cristã) e a democracia não é aleatória, tendo em vista que o próprio jornal constrói sua inserção no debate público como um jornal de viés católico, portanto, efetuar essa correlação pode garantir ganhos simbólicos ao *JB*, especialmente entre seu público. Segundo, a percepção de que a democracia possui um significado amplo, que inclui direitos políticos, progresso econômico e justiça social. Terceiro, a democracia foi apresentada numa perspectiva evolucionista em que cada *povo (nação)* possuiria a sua “jornada histórica”, marcada por conflitos, mas que visaria atingir um objetivo: os postulados democráticos.

Essa posição é exemplificada quando o jornal se refere ao processo que, em setembro de 1955, levou à derrubada do presidente da Argentina, Juan Domingo Perón¹¹², afirmando que “um dia, aquele povo encontraria o caminho que o conduziria às fontes de sua **formação histórica**, readquirindo o domínio de si mesmo e reconquistando o regime que lhe garantiu um lugar proeminente na comunhão pan-americana”¹¹³. Assim, a ideia de democracia extrapola a concepção de *nação* para tornar-se um ideal panamericano, que segundo o *JB* formaria “deste lado do Atlântico” uma defesa “às infiltrações cosmopolitas, que não encontram pontos de contato com a alma dos povos que souberam conquistar a independência política para que as liberdades individuais se tornassem o apanágio desde Hemisfério”¹¹⁴.

Dessa forma, a defesa do ideal pan-americano já estaria em sintonia com o lançamento da OPA - Operação Pan-americana por Juscelino Kubitschek em 1958. Segundo Meyrer (2017,

Jornal do Brasil, 26 de julho de 1955, 1°C, p.5.; “Fortalecimento da legalidade”, *Jornal do Brasil*, 27 de julho de 1955, 1°C, p.5.

¹¹⁰ “Fortalecimento da legalidade”, *Jornal do Brasil*, 27 de julho de 1955, 1°C, p.5.

¹¹¹ “O exército e o coronel”, *Jornal do Brasil*, 18 de março de 1958, 1°C, p.3; “Um ditador a menos”, *Jornal do Brasil*, 03 de janeiro de 1959, p.3, EP

¹¹² “Perón venceu o pleito de 1946, obtendo 56 % dos votos. Ao longo do mandato, nacionalizou as companhias de estradas de ferro, telefones, gás e algumas empresas de energia elétrica, promoveu o desenvolvimento industrial e garantiu o aumento da taxa de emprego e dos salários. Os trabalhadores receberam importantes benefícios, como aposentadoria, férias pagas e assistência médica. Reeleito em 1951, com 62% dos votos, enfrentou sérios problemas durante o seu segundo mandato presidencial. A morte de Evita em 1952, as dificuldades econômicas e as reivindicações dos trabalhadores enfraqueceram a sua posição e, em 1955, foi deposto pelos militares, na chamada “Revolução Libertadora”, exilando-se no Paraguai” (DHBB, 2001, s/p). O governo peronista ficou marcado por impor uma política populista e autoritária.

¹¹³ “As lições do momento argentino”, *Jornal do Brasil*, 22 de setembro de 1955, 1°C, p.5.

¹¹⁴ “O sentido prático do Pan-Americanismo”, *Jornal do Brasil*, 28 de julho de 1956, 1°C, p.5.

p. 42) pela OPA se defenderia a “ideia de que os Estados Unidos deviam considerar prioritariamente a luta contra o subdesenvolvimento latino-americano, dando-lhe prevalência às medidas de repressão, a fim de consolidar e fortalecer a democracia na região”. Para o *JB* a proposta da OPA seria uma “prova de maturidade política” no plano internacional, pois o Brasil não teria apenas formulado “uma política democrática para o desenvolvimento, tomando consciência, pela primeira vez em sua história, de que é, mesmo, uma país latino-americano”, como também conseguiu vê-la aceita e traduzida em termos práticos, antes do fim do mandato do Sr. Juscelino Kubitschek”¹¹⁵.

Outro exemplo foi identificado quando o *JB* se refere ao caso cubano¹¹⁶ em uma *tomada explícita de posição*¹¹⁷: “aceitamos, inclusive, que Cuba se torne uma nação socialista, se este é, realmente o desejo de seu povo”. Entretanto, “não sentimos raízes na osmose cubano-soviética, superficial e sem cor, atitude sem convicção, numa fuga ao seu mundo que é também o nosso. A vinculação carece de lastro geográfico, de tradição cultural, de sentido étnico, de continuidade econômica”, por isso, “no caso de Cuba lamentamos o desvio, um desvio que não atende aos anseios de liberdade nem às fontes de cultura do povo cubano”¹¹⁸.

Assim, percebemos que para o *JB*, é pela formação histórica de cada *povo* que se identificaria os princípios que alicerçariam a base de uma “vocalização histórica democrática”, que se pautaria, especialmente, no ideal de *liberdade*, por isso, tanto Brasil quanto América Latina seriam incompatíveis com o comunismo. Entretanto, também deixa em evidência a situação de fragilidade das democracias nessa parte do continente americano, ao ponto de defender a necessidade da formação de uma defesa – o panamericanismo – contra os “agentes da propaganda internacional”. Dessa forma, explicita que o contexto da Guerra Fria também gera o pano de fundo das tomadas de posição do *JB*.

O *Correio da Manhã* foi o jornal que menos utilizou *povo* como sinônimo de *nação*, apenas seis ocorrências em seis editoriais distintos. Em dois casos se refere ao *povo* argentino

¹¹⁵ “Prova de maioria”, *Jornal do Brasil*, 26 de fevereiro de 1960, 1°C, p.3.

¹¹⁶ “A Revolução Cubana foi movimento guerrilheiro liderado por Fidel Castro, iniciado em 1956, tomou o poder em Cuba em janeiro de 1959, com a derrubada do governo ditatorial do general Fulgêncio Batista e a nomeação de Castro como primeiro-ministro. Apesar de uma acolhida inicialmente favorável dos EUA, as relações entre o governo revolucionário cubano e Washington se deterioraram ao longo dos anos de 1959 e 1960, primeiramente devido às reformas de caráter econômico e social adotadas pelo novo governo, que afetavam diretamente os interesses econômicos norte-americanos na ilha. Além disso, Cuba iniciou um processo de aproximação econômica e política com a URSS” (SILVA, 2010, s/p).

¹¹⁷ Quando dizemos que no jornal há uma *tomada explícita de posição* estamos nos referindo às passagens em que o jornal faz autocitação ou a escrita está na primeira pessoa do plural, isto é, quando o jornal enfatiza que essa perspectiva seria sua.

¹¹⁸ “As revoluções”, *Jornal do Brasil*, 09 de setembro de 1960, 1°C, p.3.

e sua relação com Perón, um “trágico pesadelo que o povo argentino resolveu curar”¹¹⁹. Nesse ponto, converge com o *JB*, vendo positivamente a derrubada de Perón, o que possibilita pensarmos que para o *CM* um regime para ser democrático não basta ter eleições regulares, não basta ter direitos políticos assegurados ao *povo*, mas está relacionado outrossim aos métodos políticos, às ações dos governantes e tipos de políticas públicas implementadas. Nesse caso, a Argentina serviria como um exemplo negativo, pois nela identifica-se um dos principais problemas apontados pelos críticos do regime democrático, a saber, a possibilidade de um líder chegar ao poder de forma legal a partir de eleições, porém, após ter ascendido ao poder consegue instalar um regime ditatorial, com amplo apoio popular em função da sua postura *populista e carismática*.

As demais ocorrências no *CM* se referem a situação interna do Brasil, diagnosticando que se vive em um período difícil, de instabilidade política, em que os responsáveis por tal instabilidade desdenham “das normas e princípios em que se fundamenta a evolução cívica de um povo”¹²⁰. Contudo, apesar desse diagnóstico negativo, defende em outro editorial que os “sentimentos legalistas constituem a inalterável vocação do povo brasileiro”¹²¹, passagens que nos levam a argumentar que para o *CM* a democracia está associada diretamente com a legalidade. Mesmo sendo escassas as ocorrências de *povo* como sinônimo de *nação*, também podemos identificar a ideia de evolução, bem como na citação final do jornal dos Bitencourt mapeamos um elemento que será constante no pensamento desse diário, ou seja, a questão de legalidade e sua associação com o regime democrático.

No caso de *Ultima Hora*, quando *povo* pode ser compreendido como sinônimo de *nação*, geralmente se refere à outras nações, como, por exemplo, a norte-americana e sua relação com o Brasil, a argentina e sua situação política e mesmo a espanhola sob a ditadura de Franco¹²². Por exemplo, o *UH* afirma durante a Segunda Guerra Mundial, o “povo americano” “misturou seu sangue ao de seus camaradas brasileiros na luta comum pela **sobrevivência da liberdade e da democracia no mundo** e pela construção de um **mundo livre** de opressões políticas e explorações econômicas”.¹²³ Assim, também conseguimos identificar que o jornal já incorporou a linguagem da Guerra Fria em seus textos, associando a democracia ao ideal de *liberdade*.

¹¹⁹ “O ‘asilo’ de Perón”, *Correio da Manhã*, 23 de setembro de 1955, p. 6, EP

¹²⁰ “Apreensões patrióticas”, *Correio da Manhã*, 2 de março de 1955, 1°C, p.6.

¹²¹ “Vontade de legalidade”, *Correio da Manhã*, 06 de setembro de 1955, 1°C, p.6.

¹²² “Franco, não!”, *Última Hora*, 23 de janeiro de 1956, 1°C, p.1. Neste texto, *UH* vê positivamente as viagens de JK, mas acha inútil e inoportuna a parada em Madri em função do ditador espanhol, Franco, “o último e mais repelente rebento da obscurantista e nunca suficientemente condenada coalização nazi-fascista”.

¹²³ “Missão de um embaixador”, *Última Hora*, 12 de julho de 1956, 1°C, p.4.

Em relação a Argentina, o *UH* afirma que “a queda de Perón deve servir de lição aos que, entre nós, desejam uma mudança no sentido de restringir as liberdades democráticas”. Assim, “olhem para a Argentina e nos congratulemos com o seu povo pela queda de Perón!”¹²⁴. Diante da realização das eleições, em 1958, que conduziram ao poder Arturo Frondizi no primeiro pleito realizado após a “Revolução libertadora”¹²⁵, que derrubou Perón, expressa: “[...] simplesmente o desejo de ver o povo argentino devolvido às condições de **liberdade e democracia**, de segurança e tranquilidade indispensável ao progresso a que faz jus pelo seu valor”¹²⁶. O *UH* associa a democracia ao ideal de *liberdade* e esse à existência de amplos direitos políticos assegurados.

Em síntese, quando *povo* é tomado como sinônimo de *nação*, identifica-se, nos quatro periódicos, um forte sentido de processo, em que *povo* estaria associado à marchas da história humana de determinado grupo no período de algumas gerações, expressando uma “continuidade do elemento humano” que se identifica na projeção de valores e aspirações comuns, que nesses casos corresponderiam à democracia. Nesse sentido, podemos observar, a partir da utilização de expressões como “formação espiritual” e “índole do nosso povo” em *OG*, “formação histórica” em *JB* e “vocação do povo brasileiro” em *CM*, a concepção de que os postulados democráticos seriam intrínsecos ao *povo* brasileiro e da América Latina. Entretanto, também detectamos que tal linguagem não é utilizada ao acaso, mas está imbricada no conflito internacional do contexto da Guerra Fria, questão que também é encontrada no *UH* e, possivelmente, seja o motivo pelo qual os quatro jornais se mostrem preocupados com a defesa dos regimes democráticos, não apenas no Brasil, mas em todo o Continente, situação que expõe a concepção da instabilidade da democracia na América Latina.

Ademais, no *CM* e no *JB* conseguimos apreender, a partir de suas posições em relação à Argentina, que para um país ser considerado democrático não basta que existam eleições e os direitos políticos assegurados, mas fatores econômicos e sociais também devem ser considerados, bem como os métodos políticos empregados nas ações dos governantes. Dessa forma, a Argentina é concebida pelos diários como um exemplo, como um modelo ora positivo ora negativo.

¹²⁴ “A lição do Peronismo”, *Ultima Hora*, 20 de setembro de 1955, 1ºC, p.4, Coluna de Ultima Hora

¹²⁵ Após a deposição de Perón em setembro de 1955, foi instalada uma ditadura “provisória”, período que ficou conhecido como a “Revolução Libertadora”. Após derrubar o presidente Juan Domingo Perón, fechou o Congresso Nacional e depôs os membros da Corte Suprema. Durou dois anos, até a entrega do poder ao presidente eleito Arturo Frondize, a 1 de maio de 1958.

¹²⁶ “Eleições argentinas: volta à normalidade democrática”, *Última Hora*, 21 de fevereiro de 1958, 1ºC, p.3, Coluna “Flash” do momento; Perspectiva também expressa no editorial “Vence a democracia na Argentina”, 24 de fevereiro de 1958, p.3, “Flash” do momento, no qual, inclusive faz referência à “**América livre**”.

Tanto o *CM* quanto o *JB* apresentam a ideia de evolução em seus textos. Os textos citados acima defendem que os ideais democráticos são intrínsecos ao povo brasileiro e/ou latino-americano, sendo sua consolidação o ápice natural do povo/nação. O que nos leva a questionar: para esses jornais, o *povo* seria capaz de seguir em sua índole e/ou na sua evolução cívica em direção à consolidação da democracia? Bem como quais são os meios traçados para alcançar esse objetivo? Pelo exercício constante da democracia? Ou a partir de alguma intervenção no regime como uma “reforma” ou algo mais radical como uma “revolução”? E qual seria o papel dos diários nesse percurso?

Ainda observamos que em *JB*, *OG* e *UH* democracia está diretamente associada à liberdade, mas podemos pensar sobre o sentido de “liberdade” que é difundido por esses diários? O que esse(s) sentido(s) podem nos dizer sobre a concepção de democracia elaborada pelos periódicos? Já no *CM*, democracia está mais relacionada com legalidade, o que nos faz indagar no que consiste essa legalidade e quais implicações possui para a democracia, na perspectiva do *CM*?

Contudo, como identificamos anteriormente, a representação de *povo* enquanto *nação* representa apenas uma pequena parcela das formas como *povo* foi representado e, também, o modo mais amplo encontrado. Contudo, observamos também que há diferenças de foco e que *povo* pode ser concebido em sentidos mais restritos, como, por exemplo, *povo* enquanto *população* de um país.

3.1.2 Povo enquanto população

Em nosso corpus documental, a representação de *povo* como sinônimo de *população* foi identificada nos quatro jornais analisados, a partir de diversas ocorrências. Para esses casos, utilizamos como critério a definição formulada por Friedrich Müller (2011), ou seja, o que o autor nomeia de *povo de atribuição* – como instância global de atribuição de legitimidade – que engloba todos os atingidos pelos atos implementados nas diferentes funções do aparelho de Estado, ou seja, o *povo*, nesse caso, é tomado como sinônimo de *população*, como a totalidade dos nacionais.

A partir do Quadro 5, percebe-se que os jornais apelaram constantemente para o conceito de *povo* enquanto *população*: dos 418 textos com alguma ocorrência de *povo*, em 116 há correlação entre *povo* e *população*, equivalendo a 27,5%. Individualmente, o *UH* é o jornal com mais ocorrências e, também, aquele que detém mais editoriais com *povo* como sinônimo

de *população*, correspondendo a 31,8% dos textos com ocorrências do termo povo no *UH*, caindo para 19,4% no *CM*, subindo para 25,6% no *JB* e 28,9% no *OG*.

Quadro 5 - Relação entre o número geral de textos com o termo povo e o número de ocorrências e de editoriais onde povo pode ser considerado como sinônimo de população

Subcategorias (categorização)	Jornais	Nº textos com o termo povo	Especificação por anos														
			1955		1956		1957		1958		1959		1960		Total		
			Nº O C	Nº E D	Nº O C	Nº E D	Nº O C	Nº E D	Nº O C	Nº E D	Nº O C	Nº E D	Nº O C	Nº E D	Nº OC	Nº ED	
[P=Pp] Povo = população	<i>CM</i>	67	10	9	1	1	1	1	1	1	1	1	1	--	--	14	13
	<i>JB</i>	109	9	6	8	6	2	2	4	4	5	5	10	7	38	28	
	<i>OG</i>	107	20	15	8	6	1	1	2	2	1	1	6	6	38	31	
	<i>UH</i>	135	34	22	7	6	4	4	7	7	--	--	4	4	56	43	
Total geral		418	74	53	24	19	8	8	14	14	7	7	20	17	147	116	

Fonte: Elaboração própria com base nos jornais *CM*, *JB*, *OG* e *UH*.

Ao analisarmos esse quadro, percebemos que as ocorrências são mais recorrentes em 1955, caindo expressivamente nos demais anos, mas em 1958 e 1960 observamos um aumento nas ocorrências se comparado a cada ano respectivamente anterior. Esses dados são expressivos para demarcar o quanto *povo* é utilizado no linguajar político, principalmente nas lutas políticas, pois há uma coincidência dos picos de utilização de povo como sinônimo de população justamente nos anos eleitorais (1955, 1958, 1960) e em 1956, posterior aos conturbados acontecimentos de 1955. Todavia, precisamos indagar: em termos qualitativos conseguimos identificar essa correlação nos jornais?

Inicialmente, pode-se afirmar que na maioria dos casos em que *povo* é mobilizado como sinônimo de *população*, *povo* possui um sentido secundário, ou seja, o texto ou trecho em que *povo* foi identificado como sinônimo de *população* se refere, predominantemente, a outro assunto e *povo* é encontrado simplesmente como uma menção. Em outras palavras, o assunto central do trecho selecionado não é *povo*, mas alguma outra categoria, como homens públicos, eleições e partidos, por exemplo, porém, *povo* foi categorizado para efeitos de contagem. É a partir da relação do termo com o restante do texto ou parágrafo que estabelecemos essa distinção, isto é, um mesmo texto ou apenas um trecho pode ser categorizado com diferentes subcategorias (ver anexo 21) e o que determina qual a subcategoria será a predominante é a relação de cada uma com o restante do texto.

Dessa forma, a quantidade não traz necessariamente um elemento qualitativo relevante. Mesmo assim, conseguimos apreender alguns elementos em relação a concepção sobre democracia dos jornais.

No *O Globo*¹²⁷, *povo* enquanto sinônimo de *população* é identificado quando o diário afirma que “povo brasileiro” estaria “vivendo a anos no shakespeariano Reino da Dinamarca” e por isso não se espanta mais com a falta de decoro de alguns homens públicos¹²⁸. Quando considerarmos os sentidos atrelados ao Reino da Dinamarca na tragédia Hamlet de Shakespeare que chegaram até a contemporaneidade, isto é, crimes suspeitos, golpes, vigilância, vingança, corrupção, moralidade, pode-se pensar que para *OG* existem coisas que não estão certas, há algo errado, mas que de certo modo o *povo* já teria se acostumado a esse estado de coisas. Essa posição nos faz indagar se para *OG* essa situação não seria decorrente de uma possível apatia do povo em relação aos assuntos políticos? Ou, ainda, quais implicações teria tal *estado de coisas* para a democracia, na perspectiva do jornal?

Os indícios sobre uma possível resposta a essas perguntas podem ser encontrados em outro texto do *OG*, onde o jornal, ao efetuar um diagnóstico, em 1956, das eleições de 1947, argumenta que o PTB “apresentou votação mesquinha”, pois “não tinha influência, não tinha fundamentos. Dispunha somente do prestígio de Vargas, o qual, como é dos livros, cresceu no ostracismo. Especialmente porque **o povo, bem trabalhado**, julgou ter visto o *civil* subjugado pelo *militar*”. Essa situação, aliada aos erros do governo Dutra, “completaram o necessário à volta de Getúlio”¹²⁹. A partir dessa perspectiva, *OG* expõe a concepção de que é possível “trabalhar” o *povo* em prol de algo ou alguém, o que possibilitaria que *homens públicos*, considerados como não adequados pelo jornal, poderiam “manipular”, ou melhor, “trabalhar” o *povo* para se elevar ao poder e nele permanecer. Há no *OG* uma percepção negativa em relação a atuação política do *povo* enquanto população, o que pode conduzir a duas interpretações: uma em que a democracia poder ser prejudicada e outra em que a democracia não possui as condições necessárias para se consolidar no Brasil.

*O Jornal do Brasil*¹³⁰ também concebe que os políticos reunidos na Câmara Municipal “embalam o povo com declamações sobre a bomba atômica e o petróleo do Iraque”, sem tratar dos assuntos realmente relevantes ao Brasil¹³¹. Embora o texto não nos ofereça meios para identificar se o *povo* aceita esse “embalo” ou mesmo se ele se deixa “ser embalado”, o conteúdo de fundo – a noção de que isso é possível – é semelhante à ideia encontrada em *OG*, quando

¹²⁷ Em *O Globo*, *povo* enquanto sinônimo de *população* possui 38 ocorrências, das quais em 27 é identificado em plano secundário: 20 ocorrências relacionadas à categoria de homens públicos [HP]; 3 com funções públicas [FP]; 2 com os três poderes [3P]; 4 com discurso autorreferencial [DAF]; e 4 de diagnóstico sobre o regime [DR].

¹²⁸ “O ‘show’ do Sr. Brizzola”, *O Globo*, 06 de abril de 1959, 1°C, p.1.

¹²⁹ “O veto do Sr. Goulart ao nome do Sr. Loureiro da Silva”, *O Globo*, 18 de outubro de 1956, 1°C, p.1.

¹³⁰ No *JB* também há grande maioria das ocorrências de *povo* enquanto *população*, *povo* aparece de modo secundário das 38 ocorrências, 25 vezes está relacionado a outras categorias: 14 a funções públicas [FP]; 3 a discurso autorreferencial [DAF]; 6 a homens públicos [HP]; e 2 a partido [P].

¹³¹ “De 1934 a 1958”, *Jornal do Brasil*, 01 de outubro de 1958, 1°C, p.3.

esse aponta que o *povo* pode ser “trabalhado”. O que poderia reforçar as perguntas que já fizemos a *OG* sobre as implicações dessa concepção para a democracia vigente.

Questionamentos que se tornam mais problemáticos quando o *JB* afirma que “acostumamo-nos, historicamente, a confiar na **evolução natural das instituições**”, porém, existiriam certos grupos “tanto no setor civil como no militar” que possuiriam “pouco respeito aos princípios da ordem democrática” e “diminuta confiança na capacidade do País e do povo de progredirem, um com o outro”¹³². O *JB*, através da ideia de evolução, atesta positivamente pelo desenvolvimento das instituições brasileiras, mas o preocupante é a afirmação da existência desses grupos, entre a população brasileira, que não possuem essa mesma crença no *povo*, ao contrário, nem respeitam os princípios democráticos. O que nos faz retomar algumas questões já feitas ao *JB* e *CM*, ou seja, sobre a percepção dos diários em relação a possibilidade de o *povo* conseguir dar seguimento à sua “evolução” em direção à consolidação da democracia.

Por seu turno, no *Correio da Manhã*¹³³ identificamos uma perspectiva mais positiva, quando afirma que “foram nove anos sem desordem por parte do povo, sem abusos de poder político por parte dos governos” e “isto significa, principalmente, que o povo se integrou na Constituição de 1946, que se adaptou aos seus dispositivos, que se sente refletido nela como numa obra de sua maturidade ideológica e de sua civilização política”¹³⁴. Identificamos, assim, uma legitimação da democracia a partir de retrospectiva positivada da relação entre a Constituição e o *povo*, sendo que para o *CM* a integração do povo à Constituição não teria ocorrido apenas em letra, mas também através de ações por parte do *povo*, expondo que o *povo* brasileiro sob a égide da democracia (Constituição de 1946) poderia ser sinônimo de povo ordeiro, trabalhador e produtivo. É uma afirmação relevante, se considerarmos que um dos ideólogos mais reconhecidos do ISEB, Hélio Jaguaribe, faz a crítica à “importação de ideias”, ao afirmar que em muitos casos há uma incompatibilidade entre as ideias vindas, especialmente da Europa, com a realidade brasileira. Para o *CM*, essa situação não se aplicaria à Constituição e por extensão ao regime democrático, pois o *povo* estaria demonstrando que as leis encontraram ressonância na realidade brasileira.

Frente aos acontecimentos políticos do ano de 1955, entre os quais pode-se citar as tentativas de impugnações de candidatos, a publicação da Carta Brandi, as perspectivas de golpe e o movimento de 11 de novembro ou contragolpe, o *povo* teria ficado na defesa da legalidade,

¹³² “Ingenuidade perigosa”, *Jornal do Brasil*, 14 de agosto de 1959, 1ºC, p.3.

¹³³ no *Correio da Manhã* das 14 ocorrências, duas estavam associadas a categoria de homens públicos [HP]; 2 a partido [P]; 3 a discurso autorreferencial [DAF]; e 3 a funções públicas [FP].

¹³⁴ “A Constituição”, *Correio da Manhã*, 18 de setembro de 1955, p. 6, EP

permanecendo fiel à essa linha, em oposição a “grupos que, instalados no poder, do poder dependentes ou só do poder sedentos” não teriam “outro caminho a seguir que não o da supressão das liberdades públicas e do garroteamento das instituições democráticas”.¹³⁵ Dessa forma, “artificial é a agitação em que continuam a manter o Brasil. Ela é de uma evidência tão evidente que pode ser apreendida pelo jornal francês ‘L’Aurore’, o qual, comentando os fatos ocorridos no Brasil, soube ver o divórcio existente entre o povo e os artífices da crise”¹³⁶.

Em ambos os textos identificamos que o *CM* posiciona o *povo* ao lado da defesa da democracia em oposição aos grupos que querem a sua derrocada, isto é, grupos não representativos do que o *CM* considera *povo* brasileiro em conformidade com os ideais democráticos. Entretanto, no último trecho o *CM* levou a discussão para outro patamar, ao se utilizar de um jornal estrangeiro para ampliar o valor simbólico de suas tomadas de posição, buscando assim a validação da sua posição entre os pares, algo relevante para a construção da autonomia relativa do campo a partir da discussão em torno da democracia brasileira. E, também, demarca a sua especificidade, sua bandeira no interior desse campo em formação – a defesa da legalidade.

O *UH* constrói a mesma ideia do *CM*, de que há uma dissociação entre aqueles que o jornal chama de “golpistas” e o *povo*, afirmando que “na campanha política que estamos atravessando, o povo já colheu uma bela e indiscutível vitória: a desmoralização dos golpistas, a firmeza com que os brasileiros mostraram sua resolução de fazer prevalecer os princípios democráticos”.¹³⁷ Entretanto, em *UH*, a maioria das ocorrências de *povo* enquanto sinônimo de *população* trazia *povo* como elemento secundário ligado a outras categorias¹³⁸. O que mais se destaca é que a associação de *povo* à categoria de *homens públicos* ocorreu predominantemente com um agente específico, Getúlio Vargas, a partir de duas perspectivas, a primeira é de que Vargas havia trabalhado em prol do povo brasileiro e a segunda é de que os ideais de Vargas eram também os ideais do povo brasileiro.

Ao se percorrer o histórico do jornal, não é de se estranhar a associação feita entre *povo* e Getúlio Vargas, mas o relevante é que essa associação foi intensificada após o seu suicídio. Assim, a construção em duas instâncias, a primeira enfatizando a figura de Vargas como alguém que trabalhou com e para o *povo* e a segunda defendendo que as ideias de Vargas também eram

¹³⁵ “Ação pela legalidade”, *Correio da Manhã*, 11 de outubro de 1955, p.6, 1°C, editorial principal

¹³⁶ “O direito dos eleitores”, *Correio da Manhã*, 26 de novembro de 1955, 1°C, p.6.

¹³⁷ “Dez dias antes das eleições: Lembre-se do que ele disse – ‘É preciso que os brasileiros saiam da situação de minoridade econômica’ - Vote em Getúlio e pelo Brasil!”, *Última Hora*, 22 de setembro de 1955, 1°C, p.1, EP.

¹³⁸ No *UH*, das 56 ocorrências de *povo* enquanto sinônimo de *população*, 14 vezes estavam ligadas à categoria de *homens públicos* [HP]; 4 à discurso autorreferencial [DAF]; 4 à Forças Armadas[FA]; 4 à funções públicas [FP]; eleições 2 [E]; partido 4 [P]; e ameaças à democracia 10 [D=A].

as ideias do *povo*, pode ser uma forma de o jornal auferir ganhos simbólicos e reais perante o público leitor ao mobilizar o capital simbólico ligado ao ex-presidente.

Em síntese, apesar da grande quantidade de ocorrências que concebem *povo* enquanto *população*, tal construção geralmente aparece como um complemento, ligado a outra subcategoria. Mesmo assim, conseguimos identificar basicamente duas perspectivas. A primeira, encontrada no *OG* e compartilhada, em parte, pelo *JB*, vê criticamente o *povo* enquanto população, tendo em vista que esse já teria se acostumado a um estado de coisas desordenado, ao mesmo tempo em que é passível de ser “trabalhado”, ser conduzido por *homens públicos* que o jornal considera não adequados. Em consequência, pode passar a ideia de que o próprio regime estaria com problemas, abrindo possibilidade para se pensar que a democracia não seria um regime adequado ao *povo* brasileiro.

A outra perspectiva é identificada no *CM* e *UH* que atestaram pela capacidade positiva do *povo*, de um lado, por considerar que *povo* teria se integrado à Constituição, elemento fundamental para evidenciar que as ideias democráticas não foram “importadas” sem possuírem compatibilidade com o real. De outro lado, por conceberem o *povo* como sujeito que teria atuado em prol da legalidade em oposição ao grupo que teria chegado ao poder e nele desejaria permanecer a partir do garroteamento das instituições democráticas. Entretanto, ao mesmo tempo em que identificam positivamente a luta do *povo* em defesa do regime, deixam entrever que existiriam grupos que desejariam a derrocada da democracia. Assim, apesar de uma perspectiva mais crítica ao *povo* e outra mais positivamente, ambas indicam que algo não está certo com a democracia vigente, fazendo assim referência à instabilidade da democracia no Brasil. Por fim, identificamos que de diferentes formas os jornais buscam se legitimar no debate público e, nesse ponto, chamamos a atenção para o fato de que o *CM*, ao validar suas tomadas de posição entre os pares, acabou por reforçar a regras do campo jornalístico e com isso o próprio campo.

Contudo, como em qualquer população, existem algumas segmentações. A representação de *povo* enquanto *população* nos jornais também apresenta distinções, e uma dessas segmentações ficou explícita quando *povo* correspondia ao popular, a um grupo social específico, isto é, aos grupos com menor capital econômico e cultural.

Um elemento recorrente é a associação de *povo* enquanto grupo social específico à assuntos econômicos, geralmente tratando esses grupos como aqueles mais impactados pelo custo de vida e pelo processo inflacionário. Em *O Globo* identificamos uma crítica aos

“demagogos que exploram os sofrimentos do povo para alimento de suas paixões de mando”¹³⁹, visão estendida ao PTB, que segundo o jornal “não veio do povo”, mas “que dos trabalhadores só se serve, sem servi-los”¹⁴⁰, ocorrendo, nesse caso, a associação de *povo* com os grupos genericamente chamados de trabalhadores. Nessas passagens, *OG* expõe outra questão considerada como um problema decorrente dos regimes democráticos, os *políticos demagogos* que chegariam e permaneceriam no poder “manipulando” o *povo*, apenas para auferir benefícios particulares sem pensar na coletividade.

Nessa lógica, segundo *OG*, se enquadraria o Segundo Governo Vargas pelo “desbarato dos dinheiros do Banco do Brasil, desviados dos seus cofres e com infração das regras estatutárias para beneficiar protegidos do alto”. Assim, indaga “que foi o derrame de fundos para jornais que louvavam o Presidente, que endeusavam sua ação política, que saíram do nada em 1950 para a opulência nos anos seguintes”, benefícios comprovados pelo “mais estrepitoso inquérito”, passagem que evidenciou se tratar de críticas dirigidas ao *Ultima Hora*. E continua: “só com o dinheiro que o vespertino oficioso consumiu ter-se-ia terminado o Hospital de Cínicas” e somente “quando o Sr. Café Filho assumiu o Governo, fez cessar o funcionamento da máquina infame. Então se verificou o tremendo prejuízo sofrido pelo Banco do Brasil”, concluindo que a maior “vítima foi o povo brasileiro, e em grande parte a elevação do custo de vida resultou dessa política criminoso e funesta”¹⁴¹.

Nesse cenário, que chamamos de um jogo de legitimações e deslegitimações, podemos hipoteticamente costurar um argumento: de um lado, *OG* buscaria deslegitimar o caráter popular do PTB e, de outro, o jornal *UH* que, como vimos na descrição do histórico do jornal, seria voltado prioritariamente para as camadas populares¹⁴² da sociedade. Assim, haveria uma corrosão dos grupos supostamente dedicados à defesa dos interesses populares, ou melhor, do *povo*. Isso nos leva a perguntar: para *OG*, a quem caberia a tarefa de pensar no bem coletivo, no bem-estar social do povo?

A resposta a essa questão é encontrada no próprio *OG*, quando esse passa a formular saídas para os problemas populares, argumentando que a solução para tantas crises passaria pela “boa ordem administrativa, de que urgentemente carecemos, com a imposição de provermos sem demora às necessidades do povo, e de preparar-se o dia de amanhã para as

¹³⁹ “Reflexões sobre o Congresso Eucarístico Internacional”, *O Globo*, 22 de julho de 1955, 1°C, p.1.

¹⁴⁰ “Trabalhismo, eleitoralismo, nacionalismo”, *O Globo*, 05 de outubro de 1957, 1°C, p.1.

¹⁴¹ O voto da Mocidade”, *O Globo*, 01 de outubro de 1955, p.1, 1°C.

¹⁴² Neste caso, assim como os restantes desse subcapítulo, populares foi concebido enquanto grupos economicamente menos favorecidos.

gerações que estão despontando, especialmente quanto à saúde e a educação”¹⁴³, ou seja, o jornal constrói para si a *função pública de defensor dos interesses populares*. A partir desses trechos, evidencia-se uma disputa *intracampo* que também faz parte constitutiva do *campo*, ou seja, disputas por legitimidade entre os pares e perante o público, a partir de uma crítica do *OG* a diferentes *agentes* e pela construção da *função pública defensor dos interesses populares*.

Dessa disputa, o *JB* não fica isento e também reconhece que o *povo* seria quem mais sofreria com “os erros dos administradores”¹⁴⁴ e com a carestia de vida¹⁴⁵. Assim, o jornal se utiliza da *função pública* que chamamos de *auxiliar da coisa pública*¹⁴⁶ para indicar ao governo o que deveria ser feito, ou seja, que “o governo **deve pensar** em termos do futuro, mas **deve agir** em termos do presente”¹⁴⁷. Entretanto, a preocupação com os grupos populares, além de ser uma forma de o jornal buscar legitimidade, exporia uma inquietação ao exortar que “é preciso prevenir o povo contra os inimigos da democracia, que são tenazes e procuram aproveitar-se de todas as circunstâncias para se fazerem portadores da única fórmula para as crises que a administração apresenta ocasionalmente”. Esse “formulário totalitário é cheio de cores vistosas e inclui sempre os propósitos de resolver os problemas todos, dando ao povo bem-estar e comodidades”¹⁴⁸. Assim, o *JB* alerta para os perigos à ordem democrática decorrentes das crises econômicas, que atingiriam especialmente o *povo* enquanto grupo social economicamente menos favorecido.

Essa preocupação também foi mapeada no *Correio da Manhã*, que apresenta uma perspectiva mais pessimista quando afirma que “a paradoxal política deflacionária do governo é, ainda que involuntária, de caráter subversivo. Sua deflação só feriu até agora os assalariados”. Dessa forma, se coloca na *função pública de intérprete do pensamento coletivo* – quando os jornais expõem perspectivas **sobre** a coletividade, como se de alguma forma tivessem interpretado seu pensamento. Para isso utilizam termos coletivos, como *povo*, *nação*, *país*, *opinião pública* etc., e argumentam que “dificilmente o povo suportará uma política econômica

¹⁴³ “A missão dos cariocas”, *O Globo*, 30 de setembro de 1960, 1°C, p.1.

¹⁴⁴ “Curto período administrativo”, *Jornal do Brasil*, 2 de março de 1955, 1°C, p.5.; “Um conceito de Truman”, *Jornal do Brasil*, 25 de janeiro de 1957, 1°C, p.5.; “Programando para a eternidade”, *Jornal do Brasil*, 10 de fevereiro de 1957, 1°C, p.5.; “Maldição na saída e na entrada”, *Jornal do Brasil*, 03 de janeiro de 1958, 1°C, p.3.; “Face à ‘proclamação de Brasília’”, *Jornal do Brasil*, 03 de setembro de 1957, 1°C, p.3.

¹⁴⁵ “Consequências da instabilidade”, *Jornal do Brasil*, 12 de abril de 1955, 1°C, p.5.; “O governo pede tempo e confiança”, *Jornal do Brasil*, 16 de maio de 1956, 1°C, p.5.; “A escolha”, *Jornal do Brasil*, 28 de novembro de 1959, 1°C, p.3.

¹⁴⁶ Nomeamos de *função pública de auxiliar da coisa pública* os casos em que os diários advertem, aconselham, indicam caminhos e modos de resolver questões que dizem respeito ao interesse coletivo.

¹⁴⁷ “Programando para a eternidade”, *Jornal do Brasil*, 10 de fevereiro de 1957, 1°C, p.5.

¹⁴⁸ “Restos totalitários no continente”, *Jornal do Brasil*, 02 de agosto de 1955, 1°C, p.5.

que é unilateralmente deflacionária e se faz acompanhar de constantes aumentos dos preços dos gêneros de primeira necessidade”. Frente a tal situação, “não **nos** cansaremos de advertir sobre a **importância política dos preços**. Não trepidamos em afirmar que a voz do consumidor será a voz decisiva na preservação ou destruição das liberdades democráticas no país”, pois “o **clima psicológico** das ditaduras é o desespero, é a falta de certeza de que o governo realmente trabalha a favor e não contra o povo. Atente o governo para a importância política de sua orientação econômica. Será através dela que preservará o regime”¹⁴⁹.

As advertências ao governo federal se estendem ao ano de 1959, quando asseveram que “são altamente explosivas as economias inflacionárias”, pois “a desordem nas ruas provocada pela inflação, pode sugerir um clima duplamente antidemocrático, configurado na rebelião popular e no emprego da violência a título de restauração da ordem”¹⁵⁰. Nesses casos, observamos as mesmas advertências feitas a dois governos distintos, em 1955 ao de Café Filho e em 1959 ao de Juscelino Kubitschek.

Observamos, assim, uma estratégia discursiva de legitimação da fala do *CM*, ou seja, primeiro se insere no debate público a partir da condição de *intérprete do pensamento coletivo*, para então advertir os governos dos perigos que a orientação econômica seguida pela administração pública federal poderia ter para a democracia. Dessa forma, o debate em torno da defesa dos interesses populares se torna também uma forma de defender o regime democrático e o *CM* se constrói como a instituição na vanguarda dessa defesa, utilizando o termo “nos” para marcar essa posição.

Em outros editoriais, percebe-se no *CM* uma postura semelhante à de *OG*, quando o primeiro critica determinados grupos, pois não representariam os interesses populares, porém, no *CM* tal crítica não se direciona ao PTB, mas ao *populismo*, especificamente ao ligado à Ademar de Barros. Nesse caso, “‘Populismo’ não quer dizer povo, mas a industrialização dos cargos de governos para fins políticos”. Ainda mais,

O ‘populismo’ não degrada apenas a política, atenta contra a própria dignidade do povo. Não é um movimento popular; é um processo de cafajestagem, de engodo e de provocação. O povo tem direitos e reivindicações. Os ‘populistas’ têm cupidez e ambição, precisamente o oposto dos interesses e objetivos sociais”¹⁵¹.

O *CM* busca desvincular o *populismo* de *povo*, na verdade concebe os populistas como aqueles que enganariam o *povo*, aqueles que se utilizariam das demandas sociais apenas para auferir lucros políticos individuais e não coletivos, uma representação negativada do *populismo*

¹⁴⁹ “Preços e golpes”, *Correio da Manhã*, 26 de março de 1955, 1°C, p.6.

¹⁵⁰ “Barreira à insensatez”, *Correio da Manhã*, 24 de maio de 1959, 1°C, p.6.

¹⁵¹ “Provocação e populismo”, *Correio da Manhã*, 06 de maio de 1955, 1°C, p.6.

recorrente na década de 1950. Dessa forma, podemos argumentar que, se o *populismo* é possível dentro da democracia, para o *CM* esse fenômeno seria inerente ao regime democrático e com isso seria uma ameaça constante ao regime ou um dificultador da consolidação da democracia no Brasil.

Entretanto, não seria a única forma de conceber o *populismo*, pois para o *Ultima Hora*, em franca oposição às concepções de *OG* e *CM*, “o nacionalismo e o populismo” não seriam “um programa criado artificialmente” por Getúlio Vargas, mas seriam “um esquema que resultava da aguda e demorada observação das necessidades, das aspirações, dos sentimentos fundamentais do povo brasileiro”¹⁵². Assim, *Ultima Hora* faz a defesa do *nacionalismo* e do *populismo*, porém, não se trataria do *nacionalismo revolucionário* dos comunistas criticado pelo *OG* e o *populismo* não seria o mesmo que Ademar de Barros praticaria, repudiado pelo *CM*.

Difícilmente o *UH* se comprometeria com essas correntes, entretanto, defenderia um *nacionalismo* e um *populismo* específicos, aqueles pensados e praticados por Getúlio Vargas. E para fazer isso, segundo nossa interpretação, estabelece um argumento a partir da utilização do conceito de *povo*, ou seja, tanto o *nacionalismo* quanto o *populismo* teriam sido criados por Vargas a partir de sua relação com o *povo* e não como uma imposição do primeiro ao segundo.

Dessa forma, o *UH* acabaria por legitimar as suas próprias tomadas de posição, uma vez que textualmente esclarece que após a morte de Vargas **os ideais e o programa do ex-presidente se tonaram os próprios ideias e programa do jornal**¹⁵³. Com isso, estabeleceria uma ligação entre o jornal e o *povo* a partir da figura e dos ideais de Vargas, obtendo, assim, ganhos simbólicos e reais, especialmente junto ao público, além de construir, no *campo jornalístico*, uma forma de inserção própria.

A ligação entre o *UH* e o *povo* enquanto grupos populares também pode ser identificada a partir da *função pública de defensor dos interesses populares e auxiliar da coisa pública* identificada, especialmente a partir de 1959, quando a inflação e a alta no custo de vida limitavam consideravelmente o poder de compra dos brasileiros. Nesse caso, o diário expressa seu incômodo com a linha de conduta do Governo no setor econômico, “linha que significa um tremendo desgaste de forças e faz pagar **ao povo, incluindo nessa expressão a classe média e, não somente as massas trabalhadoras**, um preço já quase insuportável pela política de desenvolvimento”. Dessa forma, “uma **análise objetiva e desapaixonada** desta crise em

¹⁵² “Getúlio venceu antes do pleito”, *Última Hora*, 28 de setembro de 1955, 1°C, p.4, Coluna de Última Hora

¹⁵³ “Homenagem do Senado à ‘ÚLTIMA HORA’ serve como exaltação ao nosso estilo de imprensa”, *Última Hora*, 16 de junho de 1955, 1°C, p.4. Coluna de Última Hora.

marcha” indicaria a necessidade de o Presidente da República encontrar “uma resposta capaz de dar ao povo a certeza de que os sacrifícios tem um limite e de que este limite já chegou”. Caso contrário, adverte o *UH*, “a ira, a revolta e o desespero, lentamente acumulados, acabarão por voltar-se contra o próprio Chefe da Nação, como responsável máximo” e nesse momento “correrá perigo não somente o Governo, não somente a obra de emancipação de JK, como o próprio regime talvez venha a sofrer o impacto de uma imprevisível explosão popular. **Sem a confiança e o apoio do povo, é inevitável o fracasso**”, ou melhor, sem o apoio popular à obra de desenvolvimento “se verificará um recuo no processo democrático”¹⁵⁴.

Dessa forma, traz para o debate a discussão sobre a compatibilidade ou incompatibilidade entre democracia e desenvolvimento econômico. Nesse caso, a defesa dos interesses populares a que o jornal se atribuiria como tarefa, em um período de desenvolvimento econômico acelerado e planejado, acaba se tornando a própria defesa do regime democrático. Para legitimar sua fala dentre os demais agentes, o *UH* baseia seu discurso nos ideais de neutralidade e objetividade, quando afirma que tal situação precisa ser analisada “objetiva” e “desapaixonadamente”. Por fim, ao especificar que o *povo* não se refere apenas aos trabalhadores, mas inclui a classe média, o jornal abre a possibilidade para interpelação¹⁵⁵ do público leitor, deixando o conceito abstrato mais palpável e com isso poderia ampliar a sua própria autoridade no debate público.

Os processos de legitimação e deslegitimação relacionam-se com a capacidade de “fazer crer”, ou seja, cada jornal precisa fazer crer que é o mais legítimo para defender os interesses populares frente a quaisquer agentes, inclusive frente aos demais jornais, como no caso do *OG* em relação ao *UH*. Assim, podemos identificar alguns recursos discursivos recorrentes nos quatro jornais, vinculados ao contexto institucional dos mesmos, isto é, articulação de distintas *funções públicas* – *defensor dos interesses populares*, *auxiliar da coisa pública* e *intérprete do pensamento coletivo* – que podemos chamar de um discurso geral do campo jornalístico frente a agentes oriundos de outros campos, o político, por exemplo.

Nesse sentido, ao representar o *povo* como vítima – que sofre pelo aumento do custo de vida, pela inflação e pelos serviços públicos não prestados etc. – abre-se a possibilidade para se colocarem não só como mediadores entre “vítimas e algozes”, mas como defensores do *povo*. Ao se representarem como tal, também estão se construindo como defensores do regime democrático, tendo em vista todas as implicações negativas que um possível descontentamento popular poderia acarretar ao regime, por isso a constante preocupação em alertar os *homens*

¹⁵⁴ “Desenvolvimento com o povo, não contra o povo!”, *Última Hora*, 31 de agosto de 1959, 1°C, p.2. EP.

¹⁵⁵ Interpelação é quando alguém se reconhece no discurso de outrem (ALTHUSSER, 1992).

públicos responsáveis pelo destino do país. Contudo, a forma como cada jornal articula as *funções públicas* expõe as especificidades e as disputas internas ao campo.

Como síntese, a leitura dos textos dos quatro jornais expõe que eles foram construídos por um debate com outros textos – *dialogismo* – e a partir da intertextualidade (BAKHTIN). Esses debates deixam indícios dos conflitos existentes nos distintos contextos¹⁵⁶ de emergência dos enunciados, bem como evidenciam que o regime democrático brasileiro seria instável e estaria sob constantes ameaças: demagogos, populismo e crise econômica.

Seguindo com a análise das representações sobre *povo*, pode-se identificar na *fala dos jornais* que dentro do significado de *população* inerente a categoria *povo* existe outra importante segmentação, *povo* enquanto eleitor.

3.1.3 Povo enquanto eleitor

Neste caso, *povo* é mobilizado mais recorrentemente em anos eleitorais e, se compararmos o número de ocorrências de todas as categorias, identificaremos que *povo* como sinônimo de eleitores corresponde a 44,7% dos textos em que o termo *povo* foi identificado. Assim, a partir do Quadro 6, percebe-se que dos 418 textos com alguma ocorrência de *povo*, em 187 há correlação entre *povo* e *eleitores*.

Quadro 6 - Relação entre o número geral de textos com o termo *povo* e o número de ocorrências e de editoriais onde *povo* pode ser considerado como sinônimo eleitores

Subcategorias (categorização)	Jornais	Nº textos com o termo <i>povo</i>	Especificação por anos													
			1955		1956		1957		1958		1959		1960		Total	
			Nº OC	Nº ED	Nº OC	Nº ED	Nº OC	Nº ED	Nº OC	Nº ED	Nº OC	Nº ED	Nº OC	Nº ED	Nº OC	Nº ED
[P=E] Povo = eleitor	<i>CM</i>	67	34	18	3	2	2	2	7	6	3	2	15	9	64	39
	<i>JB</i>	109	41	16	13	9	6	2	12	5	18	9	37	15	12	56
	<i>OG</i>	107	20	13	--	--	2	2	3	3	8	6	14	10	47	34
	<i>UH</i>	135	54	25	12	10	4	4	25	13	1	1	9	5	10	58
Total geral		418	149	72	28	21	14	10	47	27	30	18	75	39	34	18

Fonte: Elaboração própria com base nos jornais *CM*, *JB*, *OG* e *UH*.

O *UH* é o jornal que possui mais textos onde *povo* corresponde a eleitores (58), seguido do *JB* (56), depois do *CM* (39) e do *OG* (34). Entretanto, para essa categoria importa colocarmos esses números em termos relativos, assim, o *CM*, com 58,2%, é o jornal que apresenta maior

¹⁵⁶ Aqui nos referimos a três níveis de contextos distintos: o contexto situacional imediato, o contexto institucional e o contexto sociocultural mais amplo, no interior dos quais se deu o evento comunicacional.

percentual de textos onde *povo* pode ser concebido como sinônimo de *eleitores* se comparado ao número total de texto onde a palavra *povo* foi identificada. Nesse mesmo termo percentual é seguido pelo *JB* com 51,3%, depois pelo *UH* com 42,9% e, por fim, pelo *OG* com 31,7%. Se aliarmos esses dados com a análise qualitativa, identificaremos algumas especificidades importantes para compreendermos as concepções sobre democracia encontradas nos jornais.

O Globo foi o jornal que menos utilizou a termo *povo* em sentido de eleitores, mas tal associação fica clara quando o diário afirma que em matéria eleitoral o *povo* iria proferir sua última palavra¹⁵⁷, ou seja, o *povo* seria aquele que escolheria os responsáveis pelos destinos do país¹⁵⁸, mas alerta que foi este mesmo *povo* quem teria conduzido Getúlio Vargas ao poder em 1950¹⁵⁹. Assim, da segurança do critério do *povo* “poderão decorrer benefícios incalculáveis e também males sem conta”¹⁶⁰. Não por acaso, o jornal se institui a *função pública* de *auxiliar da coisa pública* para falar ao *povo*, para aconselhar o *povo* asseverando que “com a proximidade da data do pleito presidencial, o **eleitorado tem** de compenetrar-se de que nas suas mãos é que se encontra o **futuro do nosso país**”. Assim, é preciso “votar com seriedade e meditação, como se do voto de cada um de nós dependesse o bom ou o mau Governo”. Entretanto, argumenta na sequência, “é certo que estes pensamentos não acodem infelizmente a todos os cérebros. A uns, por deficiência de cultura e por desconhecimento das necessidades públicas; a outros, porque as **paixões** cegam ou os vis interesses corrompem”. No entanto, *OG* é propositivo e reforça sua função de *auxiliar da coisa pública*, traçado uma solução:

Deveria haver cursos públicos para ensinar o povo a refletir sobre a gravidade do ato eleitoral, sobre a distinção entre as promessas dos candidatos e a possibilidade ou impossibilidade de realizá-las, além de noções de psicologia individual ou coletiva, do ponto de vista político-partidário. Só assim o **Estado democrático** estaria ministrando aos **cidadãos** as noções, do que eles em geral carecem, para preservá-lo do ataque dos seus inimigos, da antidemocracia.¹⁶¹

Observamos a preocupação com a capacidade de o *povo* escolher os seus governantes, escolha, como o jornal mesmo apontou, intrínseca ao regime democrático, mas que poderia

¹⁵⁷ “Kubitschek apelou para os diretórios pessimistas de Minas, a fim de que o salvem da derrota eleitoral”, *O Globo*, 14 de setembro de 1955, 1°C, p.1; “A situação dos políticos e o dever das forças armadas”, *O Globo*, 17 de novembro de 1955, 1°C, p.1; “Acima de tudo, a verdade constitucional”, *O Globo*, 11 de setembro de 1957, 1°C, p.1.

¹⁵⁸ “Ameaça ridícula”, *O Globo*, 31 de agosto de 1959, 1°C, p.1.; “Uma cilada, não uma solução”, *O Globo*, 27 de outubro de 1959, 1°C, p.1.; “A renovação nacional, por Juarez Távora e Milton Campos”, *O Globo*, 30 de setembro de 1955, 1°C, p.1; “Acima de tudo, a verdade constitucional”, *O Globo*, 11 de setembro de 1957, 1°C, p.1; “A política e o papel dos militares”, *O Globo*, 18 de fevereiro de 1960, 1°C, p.1; “Tampão ou tampinha?”, *O Globo*, 20 de dezembro de 1958, 1°C, p.1.

¹⁵⁹ “A declaração do General Távora e a candidatura Etelvino”, *O Globo*, 12 de abril de 1955, 1°C, p.1.

¹⁶⁰ “Mais vigorosa e retemperada deve sair a democracia da prova crucial de hoje”, *O Globo*, 03 de outubro de 1955, 1°C, p.1.

¹⁶¹ “Porque Juarez Távora?”, *O Globo*, 22 de setembro de 1955, 1°C, p.1.

conduzir a consequências negativas para o país, caso fossem efetuadas más escolhas. Por isso, defende a necessidade da criação de cursos preparatórios que ensinem “o povo a refletir”, como uma tentativa que visaria combater pelo menos duas das principais causas das más escolhas, “deficiência de cultura”, “desconhecimento das necessidades públicas”. Nesse sentido, podemos pensar que, para *OG*, ao “educar o povo”, poderia se defender o regime democrático de pelo menos uma de suas ameaças: políticos classificados como demagogos que “trabalhariam” o *povo* e que fariam promessas, sem possibilidade de serem cumpridas, apenas com o intuito de chegar ao poder e dele usufruir em benefício próprio.

Nesse sentido, a preocupação do *OG* com a educação “cívica do povo” e, por isso a defesa da necessidade de cursos para que o *povo* se torne politicamente mais consciente, ou seja, mais preparado para um regime democrático, converge com a ideia da necessidade de se “criar” o povo no Brasil, assim como comentado por Müller (2011, p. 61), identificando-se também com a maioria dos autores agrupados sob o “rótulo ‘pensamento social brasileiro’”¹⁶². Esses autores defendem a ideia da ausência de povo, “no sentido de um conjunto de cidadãos organizados e conscientes de seu papel político” (PEREIRA, 2016, p. 29), e para eles, no Brasil, não há “um povo adequado para a vida política moderna, para a participação num sistema representativo liberal e democrático. Logo, um Estado forte ou autoritário é em geral conclamado para tutelar o povo enquanto este segue sua marcha de formação” (PEREIRA, 2016, p. 29).

Lembrando que essa perspectiva era um dos fundamentos do pensamento de Oliveira Viana, uma das justificativas para a existência de um Estado autoritário tendo em vista que Brasil ainda estaria em um estágio não plenamente desenvolvido (nos mais distintos sentidos). Assim, o *povo* estaria ainda em um estágio semelhante a “infância”, por isso precisavam ser guiados, orientados pelos considerados mais aptos/desenvolvidos (CHAVES, 2020). Sendo que essa perspectiva também perpassa o pensamento de Afonso Arinos, reconhecido intelectual do período. O que no interessa particularmente seria que ao questionar a capacidade política do *povo* enquanto eleitor, o *OG* acabaria abrindo possibilidade para se questionar o próprio regime democrático, inclusive sobre a sua compatibilidade com a realidade brasileira, o que legitimaria medidas que visem equacionar o regime ao contexto brasileiro.

¹⁶² Sob esse rótulo, Luisa Pereira (2016) agrupou os viajantes (Auguste de Saint-Hilaire e Gustave Aimard), os “intérpretes do Brasil” (Euclides da Cunha, Alberto Torres, Capistrano de Abreu, Oliveira Vianna, Nestor Duarte, Azevedo Amaral e Francisco Campos), o marxismo da USP (*Seminário Marx* (1958-1964) e Caio Prado Júnior), e, de uma forma um pouco distinta, pois, afastaram suas análises da ideia da pura ausência de povo, mas acabaram corroborando essa perspectiva: Sergio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre.

Entretanto, essa perspectiva mais negativa se altera, em 1960, quando *OG* argumenta que “o povo libertou-se das injunções, aprendeu a votar e sabe que seu sufrágio é para valer”¹⁶³. Assim, a visão mais pessimista deu lugar a uma visão mais otimista em relação ao *povo* enquanto eleitor, mas quando identificamos tal alteração não podemos perder de vista que o contexto político sofreu alterações, pois enquanto nas eleições presidenciais de 1945, 1950 e 1955 os candidatos apoiados pelo *OG* foram derrotados, em 1960 o candidato encampado pelo diário saiu vitorioso, possivelmente condicionando a formação de opinião do periódico. Esse é um elemento importante para, de um lado, reforçar a escolha das balizas temporais da presente pesquisa e com isso tencionar as representações criadas e difundidas pelos jornais, e, de outro, para marcar que as representações estão condicionadas pelo contexto, assim como são construtivas desse mesmo contexto.

Assim, também identificamos uma articulação entre fatores internos ao campo e fatores externos na construção dos textos jornalísticos, pois as injunções e afinidades políticas interferiram na percepção sobre o *povo*, ao mesmo tempo que ao dizer que o “povo sabe que seu sufrágio é para valer”, se coloca da condição de *intérprete do pensamento coletivo*, construção típica do jornalismo.

Tal forma de se projetar no debate público também foi utilizada pelo *Jornal do Brasil*, quando afirma algo muito semelhante a *OG*, ou seja, que “o povo já adquiriu confiança nas eleições e está cada dia mais seguro de que o seu direito de escolha dos nomes que deverão ficar encarregados de dirigir os seus destinos será respeitado”¹⁶⁴. Dessa forma, se em 1955, os textos de *OG* permitem o questionamento da capacidade política do *povo*, o contrário ocorre no *JB*, que traz para o debate público representações positivas sobre o *povo* enquanto eleitores, ao afirmar que

O povo, que já adquiriu lucidez necessária, sabendo distinguir entre o equilíbrio, a moderação, a austeridade, a competência e os meros efeitos oratórios, em que a demagogia é prodiga, tem demonstrado o seu interesse pelos comícios, evidenciando que os propagandistas das insurreições não conseguiram arrefecer o seu ardor cívico, nem entibiar as suas convicções democráticas¹⁶⁵.

Dessa forma, a coletividade “de ano para ano se mostra mais esclarecida e capaz de julgar os **homens que se oferecem a resolver em seu nome** os complexos problemas

¹⁶³ “Grandeza e decadência do partido oficial”, *O Globo*, 08 de outubro de 1960, 1°C, p.1.

¹⁶⁴ “Sob a vigilância do Judiciário”, *Jornal do Brasil*, 04 de agosto de 1955, 1°C, p.5.

¹⁶⁵ “Sob a vigilância do Judiciário”, *Jornal do Brasil*, 04 de agosto de 1955, 1°C, p.5. A ideia de que povo teria adquirido lucidez foi identificada também no editorial “As perspectivas do pleito”, *Jornal do Brasil*, 25 de setembro de 1955, 1°C, p.5.

administrativos de nosso tempo”¹⁶⁶. A visão positivada sobre o *povo* enquanto eleitor não se restringe ao momento das eleições, mas também ao período posterior, afirmando que “o povo elegeu, mas depois passa a exercer uma rigorosa vigilância em torno da conduta do que alcançou aos pináculos do poder. Nada, hoje, escapa à sua percepção”¹⁶⁷, oferecendo, dessa forma, também um alerta aos candidatos, especialmente aos eleitos.

De outra parte, na sua busca pela valoração do *povo*, concebido como cidadão ativo, no editorial em comemoração à Proclamação da República o *JB* argumenta que “é bem verdade que muitos historiadores, só pelo fato do desfecho militar súbito, são levados ao equívoco de supor que o povo estivesse alheio ao movimento que culminou na proclamação a 15 de novembro de 1889”, bem como “muitos observadores **sustentam, também erradamente**, que o povo não estava amadurecido para essa forma de governo, não tendo ainda atingido o grau de cultura necessário ao exercício do regime”¹⁶⁸. Neste caso, o jornal estaria se contrapondo à perspectiva de “observadores” e também de historiadores que foi sintetizada na frase de Aristides Lobo, quando se referiu ao processo de Proclamação da República: “O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada”¹⁶⁹. Essa perspectiva perdurou e também seria utilizada para desqualificar a participação política do *povo* brasileiro, e, com isso qualquer regime que se baseasse na participação cidadã ativa.

O *JB*, no contexto das eleições de 1955, ainda argumenta que havia um “movimento contrário ao regime”, mas que teria provocado uma “vigorosa reação da parte do eleitorado”¹⁷⁰, que compareceu massivamente às urnas. Dessa forma, talvez essa perspectiva também pudesse servir como chave de leitura para compreendermos o empenho do *JB* em construir positivamente o *povo* enquanto eleitor, ou seja, em uma conjuntura política em que havia um movimento contrário ao regime democrático, o diário buscou legitimar a democracia a partir de um discurso positivo sobre o *povo* enquanto eleitor. Para isso, acabou tocando em elementos centrais da discussão sobre a capacidade política do *povo*, não sendo assim fortuita a recorrente utilização de termos como “lucidez” e “consciência”, já que a ideia da carência desses entre o *povo* seria uma das bases do argumento dos críticos à democracia.

¹⁶⁶ “Sob a vigilância do Judiciário”, *Jornal do Brasil*, 04 de agosto de 1955, 1°C, p.5. Perspectiva retomada em “Candidaturas e gastos públicos”, *Jornal do Brasil*, 31 de maio de 1955, 1°C, p.5. e “Evolução da mentalidade eleitoral”, *Jornal do Brasil*, 06 de dezembro de 1956, 1°C, p.5.

¹⁶⁷ “O eleito frente à realidade”, *Jornal do Brasil*, 06 de outubro de 1955, 1°C, p.5.

¹⁶⁸ “O dia da República”, *Jornal do Brasil*, 15 de novembro de 1955, 1°C, p.5.

¹⁶⁹ Artigo publicado no *Diário Popular* de 18 de novembro de 1889.

¹⁷⁰ “A vitalidade do regime”, *Jornal do Brasil*, 05 de outubro de 1955, 1°C, p.5.

Essa hipótese é reforçada quando identificamos que no momento em que os conflitos políticos se arrefeceram e passando o período eleitoral, o *JB* apresenta uma perspectiva um pouco distinta que inclusive tensiona algumas de suas tomadas de posição anteriores, como, por exemplo, quando difunde “o povo está sujeito a paixões momentâneas”, assim, “o povo às vezes surpreende por falta de penetração em certos assuntos”¹⁷¹.

Embora, o *JB* afirme que a “má preparação do eleitorado” tende “a encontrar o seu remédio no próprio sistema de representação popular”¹⁷², informa também que “não seríamos sinceros, e faltaríamos à verdade sabida, se disséssemos que”, entre os brasileiros, o ato de eleger os seus representantes, “em passado recente, revestiu-se sempre de sabedoria e acerto. Muito ao contrário, a multiplicidade de crises que assaltou o nosso país não se poderia deixar de refletir na escolha dos governantes”. Em consequência, “o nível de idoneidade e de capacidade dos que são postos à frente dos cargos públicos eletivos tem decaído de maneira assustadora”, certamente algo que traria críticas à democracia. Contudo, acredita que o *povo* aprenderá com seus “erros” e “virá afinal a saber escolher os melhores”¹⁷³.

Nesse sentido, observamos que, em 1955, quando havia um movimento contrário à democracia, o *JB* não abriu possibilidade para se criticar a capacidade política do *povo*, o que geraria maior legitimidade ao regime democrático. Assim, em período em que os embates políticos são acirrados, essa forma de legitimar um pelo outro é recorrente no *JB*. Já em outros momentos, em que a democracia não estava ameaçada, identificamos uma postura mais crítica do *JB*, mas sem perder a convicção na capacidade que o regime democrático teria de remediar a possível “má preparação do eleitorado” a partir do próprio sistema de representação popular.

Por seu turno, o *Correio da Manhã*, o jornal com maior percentual relativo de editoriais com ocorrência de *povo* enquanto eleitor, argumenta que “o povo decide, escolhe, elege”¹⁷⁴ e que a “vontade do povo é soberana”¹⁷⁵. No período eleitoral de 1955, afirma que o *povo* possuiria uma “participação profundamente interessada”¹⁷⁶, elogia a participação nos comícios pelo “respeito à ordem, à paz pública e ao princípio de autoridade”. Assim, “**o povo inteiro irá**

¹⁷¹ “Premeditado golpe no regime”, *Jornal do Brasil*, 31 de março de 1957, 1ºC, p. 5.

¹⁷² “Premeditado golpe no regime”, *Jornal do Brasil*, 31 de março de 1957, 1ºC, p. 5.

¹⁷³ “Hora da decisão”, *Jornal do Brasil*, 03 de outubro de 1958, 1ºC, p. 3.

¹⁷⁴ “Teu nome é boato”, *Correio da Manhã*, 27 de julho de 1955, 1ºC, p. 6.; “O outro golpe”, *Correio da Manhã*, 22 de maio de 1955, 1ºC, p. 6.; “Pela legalidade”, *Correio da Manhã*, 26 de julho de 1955, 1ºC, p. 6.; “Sejamos claros e objetivos”, *Correio da Manhã*, 10 de agosto de 1955, 1ºC, p.6.; “Jogo limpo”, *Correio da Manhã*, 02 de agosto de 1955, 1ºC, p. 6.; “Intimidação inaceitável”, *Correio da Manhã*, 21 de setembro de 1955, 1ºC, p. 6.;

¹⁷⁵ “Vontade de legalidade”, *Correio da Manhã*, 06 de setembro de 1955, 1ºC, p. 6.

¹⁷⁶ “Exame de consciência”, *Correio da Manhã*, 17 de julho de 1955, 1ºC, p. 6

às urnas não exclusivamente para eleger candidatos”, mas para afirmar “que não aceita outro sistema que não seja o da ordem legal”¹⁷⁷.

Nesses casos, o *CM*, além de definir *povo* enquanto aqueles que possuiriam o direito ao voto, acaba indicando um ideal de povo enquanto eleitor, ou seja, aquele que teria uma participação interessada, mas também que respeitaria o princípio da autoridade, da paz pública e da ordem, fatores que simbolizariam o sistema de ordem legal, para o *CM*, a própria democracia.

Quando as apurações no Distrito Federal foram encerradas, o *CM* constatou que “a incidência de votos na **área populista** foi bem mais ampla que a verificada na zona oposta”, mas o que importaria é que “bem ou mal, o eleitorado votou”, assim, “por enquanto queremos frisar que o eleitorado demarcou terrenos, estabeleceu fronteiras que não foram transpostas por candidatos ou partidos tradicionalmente vinculados às **chamadas elites**”. Diante disso, constata que haveria o surgimento de um fato novo, a saber, “**a ascensão das massas**” e, segundo o *CM*, isso foi possível em decorrência da “**incapacidade das elites brasileiras para o comando da vida social**. Elas são demissionárias de sua missão básica, a chefia, a liderança”, pois “não há espaço que possa permanecer vazio por muito tempo”¹⁷⁸.

Faz, assim, uma advertência categórica: “Ou as elites encontram seu processo de adequação às realidades novas que estão surgindo, ou terão de ceder lugar às forças mais aptas para o comando da vida brasileira”, pois ao se “declarar a vacância” das “classes dirigentes”, entrariam em seu lugar “as classes dirigidas”, mesmo que essas “não estejam culturalmente preparadas para os encargos de chefia”. Dessa forma, nas eleições de 1955, “o povo assumiu a chefia, à hora certa, e o resultado foi este: um pleito limpo, higiênico, saudável e salutar”, retomando a perspectiva de que “o Brasil vive uma hora decisiva: **a da ascensão de novas forças ao plano de direção de sua vida social**” e as antigas forças, “as da bacharelise rotineira e rabugenta, do eruditismo inútil, da inteligência retórica e do saber bizantino foram arquivadas. A nação está sob novo impacto, em processo novo”, isto é, a nação “quer o novo – o arrojadamente novo, o salutarmente novo”¹⁷⁹.

Nas eleições de 1958, essa constatação é retomada e ainda acrescenta que “os tempos estão mudando e, se alguma coisa há a lamentar é o descompasso entre elites e povo. Enquanto este amadurece para o exercício democrático, as elites mostram-se cada vez mais incapazes de dirigir”. Nesse sentido, faz uma indagação: “que pode esperar um país que suas elites se

¹⁷⁷ “Prélio Ordeiro”, *Correio da Manhã*, 30 de setembro de 1955, 1°C, p. 6.

¹⁷⁸ “Advertência às elites”, *Correio da Manhã*, 09 de outubro de 1955, 1°C, p. 6.

¹⁷⁹ “Advertência às elites”, *Correio da Manhã*, 09 de outubro de 1955, 1°C, p. 6.

mostram tão desapegadas às ideias?”¹⁸⁰. Em 1960, o *CM* registra que o *povo* teria adquirido “consciência”¹⁸¹, “amadurecimento cívico”¹⁸². Entretanto, retoma a ideia de que “os tempos mudaram” e que as “elites” precisam se adequar a essa nova realidade.¹⁸³

A partir desses excertos, podemos apreender elementos do pensamento político do jornal, especialmente sobre a democracia vigente. Há o reconhecimento de uma “educação democrática” por parte do *povo*, entretanto, naquele momento, para o jornal, isso ainda não significaria “qualidade do voto”, mas simplesmente comparecer às urnas e votar em alguém mesmo que seja em candidatos tidos como *populistas*, lembrando que o jornal via o *populismo* como algo negativo. Nesse sentido, podemos tentar estabelecer uma linha de argumentação: em páginas anteriores desta pesquisa identificamos, no *CM*, um sentido de evolução, sendo que o seu ponto final seria a consolidação da democracia, mas para isso se teria um caminho a seguir. Dessa forma, ao nosso entender, para o jornal, nessa fase da “evolução” política do país, era melhor o *povo* votar em *populistas* do que não votar, pois o não comparecimento às urnas evidenciaria, por parte do próprio *povo*, uma atitude negativa em relação à democracia, com isso, o regime perderia sua razão de ser.

Assim, acreditamos que, para o jornal, o *populismo* é algo negativo e que prejudicaria o regime, entretanto, valeria mais o risco dessa ameaça do que simplesmente impedir que o *povo* participe da escolha de seus dirigentes, elemento básico da democracia. Ou seja, podemos pensar que, para o *CM*, ainda estaríamos em uma fase muito incipiente do regime democrático, e o primeiro passo é justamente criar, fortalecer e consolidar a “educação democrática” do *povo*, isto é, a participação “interessada” e atuante do *povo*. Em outros termos, seria preciso “criar o *Povo*”. Em um segundo passo, se lidaria com os possíveis problemas – *populismo* – e seguindo esse caminho, a partir da prática democrática, se chegaria ao objetivo final desse percurso evolutivo: consolidação do regime democrático.

De outra parte, precisamos considerar que este seria um risco – *povo* votando em *populistas* – que o jornal assumiria, apenas por estar em um período em que o próprio regime está sob ameaça de eclipsar-se, haja vista a instabilidade política que se instaurou desde o suicídio de Getúlio Vargas. Assim, talvez seja a mesma estratégia discursiva utilizada pelo *JB* para buscar legitimar o regime em um contexto de acirramento dos conflitos políticos, mas que ao mesmo tempo deixaria entrever a instabilidade da democracia brasileira.

¹⁸⁰ “Em preto”, *Correio da Manhã*, 02 de outubro de 1958, p.6, 1°C, EP.

¹⁸¹ “Desenvolvimento e reformas”, *Correio da Manhã*, 07 de outubro de 1960, 1°C, p. 3.

¹⁸² “A meta política”, *Correio da Manhã*, 29 de setembro de 1960, 1°C, p. 3.; “Desenvolvimento e reformas”, *Correio da Manhã*, 07 de outubro de 1960, 1°C, p. 3.

¹⁸³ “Desenvolvimento e reformas”, *Correio da Manhã*, 07 de outubro de 1960, 1°C, p. 3.

Identificamos em todos os anos eleitorais a constatação de que o grupo antes dirigido estaria ascendendo aos postos de comando, mesmo que não estivessem “culturalmente preparados”. Isso teria ocorrido em função de um “vazio de poder” decorrente da “demissão das elites” do seu dever diretivo, que por sua vez teria ocorrido pela inadaptação das *elites* ao novo contexto decorrente das mudanças econômicas e sociais que estariam impulsionando mudanças políticas, como vimos no capítulo II.

Nesse sentido, pode-se pensar que para o *CM* essa *elite demitida* se refere, de um lado, às tradicionais oligarquias, ainda marcadas pelos métodos de se fazer política ligados à Primeira República (política dos governadores, coronelismo, voto de cabresto etc.)¹⁸⁴, políticos que se reuniriam basicamente no PSD. De outro lado, poderia se referir a alguns políticos ligados à UDN, isto é, segundo Benevides (2010), um grupo mais intelectualizado que não se preocupava em adequar o seu discurso “bacharelesco” ao vocabulário popular, o que os afastaria das novas forças em ascensão. Assim, os votos estariam sendo direcionados aos partidos e candidatos que conseguiram se adaptar a esse contexto de transformação e interpelar com os seus discursos o eleitorado, basicamente os líderes nacionais e regionais do PTB e, também, o PSP de Ademar de Barros.

Tal situação preocuparia o jornal, tanto que o título do editorial de 1955 é “Advertências às elites”. Assim, se coloca como falando em nome da coletividade ao fazer o alerta sobre qual tipo de *elite* o *povo* não aceitaria mais: bacharelesca, de erudição inútil, discussões estéreis, ou seja, aquela *elite* que não dialoga com o *povo*, ou melhor, que não buscaria se integrar ao novo contexto que está se formando, abrindo possibilidade de os votos migrarem para partidos e políticos tidos como *populistas*. Por isso, informa o jornal que a “nação quer o novo”, mas esse novo, para o *CM*, não significaria mudança no *status quo*, mas sim que a *elite* passaria a se integrar e capitanear as mudanças que estão ocorrendo justamente para a manutenção do *status quo*, e nisso se inclui a manutenção da democracia.

Dessa forma, talvez o *CM* já estivesse pensando na próxima etapa do processo de “evolução democrática”, aquele em que não aceitaria mais a eleição de políticos *populistas*, mas para isso a elite teria que se readmitir. Nesse sentido, podemos lançar um questionamento hipotético: caso a *elite* não atenda às advertências do *CM* e continue demissionária, não seria oportuno que o próprio jornal, *Correio da Manhã*, capitaneasse o grupo em ascensão, se não para dirigi-lo pelo menos para se tornar o seu porta-voz e com isso integrar-se de modo ativo nas mudanças em andamento, trabalhando em prol da consolidação da democracia?

¹⁸⁴ Conferir a síntese sobre esse período feita por Ferreira e Pinto (2006).

Por fim, para o *Última Hora* também seria o *povo* quem escolheria seus representantes¹⁸⁵ e, diferente de *O Globo*, argumenta que desde a eleição de Vargas, em 1950, “os pronunciamentos populares têm demonstrado um nível crescente de amadurecimento político, à base da compreensão dos problemas básicos do Brasil”¹⁸⁶, ao ponto que o “**amadurecimento político** vai já conduzindo o Brasil ao nível dos povos democráticos plenamente desenvolvidos”¹⁸⁷, colocando assim a democracia brasileira em outro patamar.

Entretanto, em um editorial reconhece que “o povo, votando livremente malgrado as falhas existentes no sistema eleitoral ou decorrentes da insuficiência educacional das massas, é que decidirá”¹⁸⁸. Aqui, percebe-se uma visão negativa do eleitorado, entretanto, para fazer essa crítica o jornal não utiliza o termo *povo*, mas sim massas, isso é muito significativo em um jornal que se diz defender o *povo* e trabalhar em prol do *povo*. Além do mais, em casos de interpelação, possivelmente o público irá se identificar com o termo *povo* e não com o termo massa, dessa forma, não perderia o prestígio junto ao público leitor.

Esse prestígio seria ampliado quando afirma que, nas eleições de 1955, o “Povo” teria oferecido “maravilhoso espetáculo de respeito à lei, amor às instituições e culto à democracia”¹⁸⁹. Dessa forma, segundo o jornal, seria ao “**Povo, organizado dentro de seus partidos, de suas organizações, de seus sindicatos, em seus comícios de essência democrática**”, que caberia a tarefa de consolidar “a socialdemocracia em nossa terra!”¹⁹⁰.

Nessas passagens, observamos a nomeação de “Povo” com “P” maiúsculo. Essa grafia não é aleatória, mas funcionaria como elemento de distinção para corroborar que no Brasil existiria o *Povo*, ou seja, aquele mobilizado e organizado politicamente. Assim, a partir da forma como o *UH* se expressou, parece haver uma dupla legitimação, primeiro a da participação ativa do *povo* na vida política e, por consequência, da democracia e o modo de escolha dos governantes inerentes a essa forma de governo. De outra parte, esses trechos se contrapõem às

¹⁸⁵ “A experiência Café Filho prova: Governo de força não é solução para o Brasil”, *Última Hora*, 10 de março de 1955, 1°C, p. 4. Coluna de Última Hora; “A atual campanha política não fugirá aos moldes democráticos”, *Última Hora*, 24 de junho de 1955, 1°C, p. 4. Coluna de Última Hora.

¹⁸⁶ “Votar pela democracia e pelo nacionalismo – pela Petrobrás”, *Última Hora*, 03 de outubro de 1958, 1°C, p. 3, “Flash do Momento”.

¹⁸⁷ “Confiar, desconfiando”, *Última Hora*, 02 de outubro de 1956, 1°C, p. 1. A questão do amadurecimento político do povo foi assunto recorrente em diferentes textos: “Encruzilhada dos partidos”, *Última Hora*, 02 de fevereiro de 1957, 1°C, p. 3, Coluna “Flashes” do momento; “Dez dias antes das eleições: Lembre-se do que ele disse – ‘É preciso que os brasileiros saiam da situação de minoridade econômica’ - Vote em Getúlio e pelo Brasil!”, *Última Hora*, 22 de setembro de 1955, 1°C, p. 1, EP.

¹⁸⁸ “Marchemos, dentro da ordem, para as urnas”, *Última Hora*, 04 de agosto de 1955, 1°C, p. 4. Coluna de Última Hora.

¹⁸⁹ “Nossa responsabilidade perante o mundo”, *Última Hora*, 07 de outubro de 1955, 1°C, p. 4, Coluna de Última Hora.

¹⁹⁰ “O sentido atual do Estado de Sítio”, *Última Hora*, 26 de novembro de 1955, 1°C, p. 4. Coluna de Última Hora.

perspectivas já mencionadas que atestariam pela ausência de *povo* nesse sentido de organização e consciência política.

Se falarmos em termos de disputa *intracampo*, o *UH* busca desconstruir algumas das representações encontradas no *OG*, inclusive lança críticas diretas a Afonso Arinos buscando desautorizar sua campanha para o Senado, pela UDN, para o Distrito Federal em 1958 ao afirmar que bastaria ler o livro de Arinos *Introdução à Realidade Brasileira* para identificar “uma concepção que nunca abandonou: para esse ‘democrata’ do caminhão de emergência, o povo jamais passou de manada de irracionais que devem ser tangido pelos homens de alto espírito, como ele próprio se considera”. Assim, “aos indivíduos de sua grei – é o que sustenta no livro – cabe a tarefa de tutelar o ‘povo inculto, inquieto, despreocupado das realidades, enamorado de mutações promissoras’ (trata-se do povo brasileiro)”. Dessa forma, “tudo isso de voto, de sufrágio universal, de vontade popular expressa nas urnas, para o candidato da UDN não passa de balela, de mistificação!”. Nessas passagens o *UH* se institui a tarefa de esclarecer o eleitorado sobre o pensamento de um candidato que lhes pediria voto ao mesmo tempo que não acreditaria na ideia de sufrágio universal, certamente tal crítica não é neutra, porém, a argumentação utilizada pelo jornal para desprestigiar Arinos ganha amplitude ao mesmo tempo que legitima as tomadas de posição anteriores de *UH*.

De outra parte, o *UH* se aproxima do *CM*, quando o jornal de Wainer argumenta que haveria uma “mudança dos tempos”, assim estaríamos em uma época em que os *trabalhadores* teriam se tornado “**a grande força política do quadro brasileiro**, a componente básica de todas as lutas de caráter nacionalista e democrático”¹⁹¹. Assim, surge outra segmentação, ou seja, dentro do *Povo*, com “P” maiúsculo, destaca um grupo específico, aqueles nomeados de trabalhadores e conceberia esses como a “grande força política” do momento, que iria auxiliar na consolidação do que o jornal chama de “socialdemocracia”. Por essa classificação percebe-se que o *UH* se refere à uma democracia que pressuporia a necessidade da intervenção do Estado em pontos estratégicos, para que seja possível promover o mínimo de justiça social dentro do modelo capitalista. Perspectiva alinhada com a linha editorial do jornal que concebe o nacional-desenvolvimentismo como o modelo econômico ideal para desenvolver o Brasil.

Dessa forma, “o traço da época, em países como o Brasil, tem de ser a instabilidade”, pois “**estamos renovando a estrutura política**”, estariam “esborçando-se os quadros partidários, ascendendo o papel das massas trabalhadoras, passando a segundo plano as

¹⁹¹ “O dever do Senado”, Última Hora, 27 de fevereiro de 1958, p. 3, “Flash” do momento. Ainda atesta pela “maturidade política dos trabalhadores” em “Três aspectos de relevo da conferência sindical”, Última Hora, 03 de abril de 1958, 1°C, p. 3, “Flash” do momento

orientações tutelares, a política de elites, a fuga aos julgamentos eleitorais - o povo está presente na vida brasileira”. Assim, o que estaria se presenciando seria “uma profunda alteração na posição relativa das classes, no Brasil”, onde a “a velha aristocracia colonial, o patriarcalismo que gerou as orientações tutelares, fundou-se como gelo no verão” e “surge uma classe média esclarecida e participante, surge uma burguesia que anseia tomar em suas mãos os destinos nacionais e a classe trabalhadora realiza as suas conquistas. O velho Brasil fica para trás, e o que era ontem estabelecido pode estar hoje negado”¹⁹².

Se compararmos o *UH* com o *CM*, identificaremos que o *UH* conceberia um grau de agência maior ao *povo* do que o *CM*, pois reconhece que estariam ficando “a segundo plano as orientações tutelares”, questão que ainda permeia a abordagem do *Correio*, pois o alerta que o jornal dos Bittencourt faz às *elites* seria no sentido de buscar retomar ao seu posto de dever – *dirigir o povo*, o que implicaria em alterações nos seus métodos de interpelação junto ao *povo*. O *UH* também deixa mais claro esse processo, já descrito pelo *CM*, nomeando os grupos em ascensão – classe média, burguesia e trabalhadores – e o grupo em declínio – aristocracia colonial. Tarefa muito relevante para a própria construção social desses grupos, pois ao nomear grupos o jornal também acaba criando esses grupos, que muitas vezes se reconhecem como tal somente após a nomeação (BOURDIEU, 2015).

Nesse sentido, o *UH* destaca, em texto de início de 1958: “**povo, cada vez mais esclarecido e consciente de seus direitos**, e pronto a defendê-los”¹⁹³. Enfatiza, em outubro do mesmo ano, que “o povo brasileiro, de tão acentuado instinto político, vai aos poucos transformando esse instinto em consciência”¹⁹⁴. E mesmo diante da derrota do candidato apoiado pelo jornal, General Lott, em 1960, argumenta: “o povo brasileiro procurou intensamente acertar” e “pode-se afirmar que **damos mais um grande passo para a conquista da democracia política**”, por fim, assinala que “**o povo brasileiro avança no caminho da democracia**”¹⁹⁵. Nesse sentido, a democracia para o *UH* estaria atrelada à participação ativa do *povo* nas eleições, mesmo que isso não implicasse em um voto tido como “acertado” pelo jornal, mas mais do que isso, implicaria em um *Povo* organizado politicamente também fora dos períodos eleitorais, em síntese, democracia para além de um conceito ou teoria, seria uma prática, um fazer constante. Para isso, o jornal, ao nomear o *Povo* da forma como o faz, também

¹⁹² “Instabilidade e progresso”, *Última Hora*, 18 de março de 1958, 1°C, p. 3, “Flash” do momento

¹⁹³ “Última sessão do atual Congresso: povo vai julgar os parlamentares!”, *Última Hora*, 25 de fevereiro de 1958, p. 3, “Flash” do momento

¹⁹⁴ “O pleito de ontem: dever cumprido”, *Última Hora*, 04 de outubro de 1958, 1°C, p. 3, “Flash” do momento.

¹⁹⁵ “Mais um grande passo no caminho da democracia”, *Última Hora*, 04 de outubro de 1960, 1°C, p. 3, Coluna de UH.

estaria participando ativamente na construção desse grupo concebido como a base da democracia, especialmente quando segmenta o *Povo* em um grupo mais restrito, os *trabalhadores*.

Entendemos que a linha discursiva de *UH*, representando o *povo* enquanto cidadãos ativos e qualificados, possibilita reconhecer que o próprio jornal estaria auxiliando na construção desse grupo e por isso, poderia se conceber enquanto *representante* do *povo*, ou se quisermos de modo mais específico, dos *trabalhadores*. Status que poderia legitimar o diário no debate público.

Sintetizando: embora em todos os jornais identificamos o reconhecimento de que seria o *povo* quem decidiria em matéria eleitoral, as formas de compreender o povo enquanto eleitor foram distintas entre os periódicos.

Em *O Globo*, a perspectiva mais recorrente é a que questionaria a capacidade política do povo, em última instância uma das bases da democracia e com isso a própria democracia. Contudo, instituído da função pública de auxiliar da coisa pública, *OG* é propositivo e sugere como solução a criação de cursos para o *povo*. Em sua relação com o *povo* ainda identificamos que o diário constrói a função pública de *intérprete do pensamento coletivo*.

No *Jornal do Brasil*, a concepção mais recorrente é que atestaria pela capacidade política do *povo*, mas sem deixar de reconhecer que o eleitorado brasileiro poderia estar mal preparado, porém, segundo o jornal, a solução estaria no próprio sistema de representação popular. A *função pública de intérprete do pensamento coletivo* é a mais utilizada pelo jornal ao tratar do *povo* enquanto eleitor.

O *Correio da Manhã*, ao representar o povo enquanto eleitor, concebe uma distinção entre a ação do *povo* e das *elites* diante das mudanças estruturais pelas quais o país estava passando e centra sua discussão em advertências às elites, que teriam perdido o comando que estaria sendo assumido pelo *povo*. No entanto, através da *função pública de auxiliar da coisa pública* expõe uma certa preocupação com tal situação, tendo em vista os recorrentes alertas que faz às elites a fim de que essas consigam retomar o comando da sociedade, que poderiam expressar incertezas frente ao processo de consolidação democrática projetada pelo jornal.

No *Ultima Hora* identificamos que a construção do *povo* enquanto cidadão ativo e “consciente” se tornou uma bandeira do jornal, pois ao construir esse *Povo* poderia se colocar como seu *representante*, o que lhe geraria consideráveis ganhos simbólicos. De outra parte, legitima o processo de transformação amplo que o país estava atravessando e o regime que estaria possibilitando tal transformação: a democracia.

Povo enquanto eleitor foi representado de diferentes formas, evidenciando discussões de fundo e aspectos do pensamento político de cada jornal, o que nos diz muito sobre a forma como cada periódico compreendeu a democracia vigente, bem como demarcou diferentes *funções públicas* construídas na relação entre os diários e povo. Essas *funções públicas* não estão inscritas na legislação, mas são autoatribuídas pelos próprios jornais. Assim, identificamos algumas *funções públicas* que são expressas textualmente pelos periódicos e outras através de relação que os diários constroem com os diferentes agentes do campo social.

Contudo, se analisamos a forma como os representados – *povo* – foram construídos discursivamente, é relevante que também consideremos as perspectivas sobre outro sujeito político, os representantes, isto é, os *homens públicos*.

3.2 “BRASIL, UM DESERTO DE HOMENS”: OS HOMENS PÚBLICOS

Se estamos falando de agentes representados, e se tratando de uma busca por apreender e compreender melhor as representações sobre a democracia vigente e as distintas *funções públicas* que os jornais se atribuem, não poderíamos deixar de considerar as construções que os jornais difundiram sobre os *homens públicos*. Assim, o objetivo da segunda parte deste capítulo é justamente esse. Para tanto, dividimos o presente subcapítulo em mais cinco partes centrais: na primeira, buscamos compreender como os diários representaram os *homens públicos* brasileiros de modo geral em sua relação com o regime democrático; depois, segmentamos a análise por periódico, ou seja, buscamos analisar como cada jornal se posicionou frente a *homens públicos* específicos, mas vale destacar que não houve uma seleção prévia de nomes que seriam estudados, mas selecionamos os *homens públicos* que mais foram *falados* pelos diários, com base em nosso *corpus* documental, mas que também tiveram maior relevância para atingirmos os objetivos da tese, por isso, nem sempre serão os mesmos *homens públicos* que aparecerão em nossa análise.

Dito isso, importa ainda esclarecer que partimos de uma concepção bem ampla de *homem público*, ou seja, que engloba tanto os indivíduos que já se dedicam às questões de interesse público ou que estejam no caminho de obtê-la, quer seja por mandato eletivo ou nomeação administrativa, assim, o sentido de *homem público* mais utilizado está associado ao meio político e/ou diplomático da administração pública, quanto englobam indivíduos que, de alguma forma, pela posição social que ocupam tem capacidade de intervenção na coisa pública mesmo que não estejam diretamente ligados à administração do Estado. Tal concepção é procedente dos próprios jornais.

As representações sobre os *homens públicos* são encontradas em todos os jornais analisados e aparecem em 449 dos 795 textos do corpus documental, dos quais 134 pertencem ao *CM*, o que equivale a 70,1% do total de textos desse jornal que integram o corpus documental; 97 ao *JB*, que equivale a 45,5% do total dos textos no corpus pertencentes a esse jornal; 115 ao *OG*, correspondendo 61,4% do total dos textos no corpus desse jornal; e 103 ao *UH*, o que equivale a 50,4%, como podemos observar no Quadro 7.

Quadro 7 - Número de textos com representações de homens públicos após as etapas de unitarização e categorização

Jornais	Nº total de textos corpus documental	Especificação por anos						Nº de textos com representação de homens públicos
		1955	1956	1957	1958	1959	1960	
<i>CM</i>	191	52	14	14	20	13	21	134
<i>JB</i>	213	24	20	9	18	10	16	97
<i>OG</i>	187	39	22	12	12	12	18	115
<i>UH</i>	204	38	23	13	17	3	9	103
Total	795	153	79	48	67	38	64	449

Fonte: Elaboração própria com base nos jornais *CM*, *JB*, *OG* e *UH*.

Assim como ocorreu com as representações sobre *povo*, a leitura dos textos levou a formação de diferentes subcategorias dentro da categoria *homens públicos*. Tais subcategorias podem ser identificadas no Quadro 8, onde há o também o levantamento do número de ocorrências de cada subcategoria em comparação com o número de textos em que cada subcategoria foi identificada.

Quadro 8 - Número de textos com representações de homens públicos após as etapas de unitarização e categorização, por subcategoria

Subcategorias	Jornais								Total	
	CM		JB		OG		UH			
	Nº OC	Nº ED	Nº OC	Nº ED	Nº OC	Nº ED	Nº OC	Nº ED	Nº OC	Nº ED
[HP=Id] – Identificação dos homens públicos	4	1	13	9	4	3	12	11	33	24
[HP-CG] - Crítica aos homens públicos no geral	30	21	93	39	10	6	9	5	142	71
[HP-CE] - Crítica a homens públicos específicos	124	68	50	23	231	80	99	52	504	223
[HP-EG] – Elogios aos homens públicos no geral	--	--	6	3	4	2	1	1	11	6
[HP-EE] – Elogios a homens públicos específicos	25	19	13	10	69	31	50	29	157	89
[FP=ACP-Ad/Es/Ac/In-HP/G] – Função pública = auxiliar da coisa pública - advertindo, esclarecendo, aconselhando, indicando o que deveria ser feito - aos homens públicos	133	74	89	37	126	64	95	49	443	224

Fonte: Elaboração própria com base nos jornais *CM*, *JB*, *OG* e *UH*.

Novamente, percebe-se que cada subcategoria pode aparecer mais de uma vez em cada texto e que pode aparecer mais de uma subcategoria em um mesmo texto. Contudo, um elemento importante é que a aplicação da Análise de Conteúdo. Nesse caso, conduziu-nos a criação de categorias muito polarizadas, basicamente críticas (visão negativa) e elogios (visão positiva), quer a *homens públicos* específicos, quer a *homens públicos* no geral, mas também possibilitou a identificação de uma *função pública* que classificamos de *auxiliar da coisa pública*, que ocorre quando os jornais intervêm no debate público para advertir, esclarecer, aconselhar os *homens públicos* e até indicar o que esses sujeitos deveriam fazer.

Dessa forma, como estratégia analítica, optamos por analisar *o que* os jornais falaram sobre os *homens públicos*, mas principalmente *como falaram* e o que foi mobilizado nessas representações. Entretanto, a partir desse quadro já conseguimos observar algumas tendências se formando: no *JB* identificamos que o jornal critica expressivamente mais os *homens públicos* no geral do que os *homens públicos* específicos, o que pode ser uma estratégia para não se incompatibilizar nominalmente com pessoas específicas, algo que está de acordo com a política adotada por Pereira Carneiro e possivelmente mantida pela Condessa, isto é, evitar a encampação de campanhas que pudessem de alguma forma prejudicar o jornal, questão também verificada na pouca utilização de nomes próprios.

Por seu turno, o jornal *OG* é disparadamente o que possui mais editoriais e mais ocorrências em que *homens públicos* específicos são criticados, seguido do *CM*, depois de *UH* e, por fim, o *JB*. De outra parte, o *OG* também é o jornal que mais faz elogios a *homens públicos* específicos, depois o *UH*, seguido do *CM* e do *JB*. Chama a atenção que o *CM* é o jornal que mais se atribui a *função pública de auxiliar da coisa pública*, seguido do *OG*, depois do *UH* e do *JB*. A partir disso, podemos indagar quais *homens públicos* foram *falados*? O que foi dito? Foram todos concebidos da mesma forma? Se relacionam de igual maneira com o regime democrático? Quais conselhos, advertências e indicações os jornais oferecem?

Para respondermos a essas perguntas, organizamos este subcapítulo da seguinte maneira: iniciamos com a análise da subcategoria que assinala a identificação de quem seriam os *homens públicos* para cada jornal, depois passamos para a compreensão que os diários possuem dos *homens públicos* no geral e, por fim, os específicos, buscando também compreender quais *funções públicas* os periódicos constroem para si quando se referem a tais agentes.

3.2.1 Identificando e qualificando os *homens públicos*

No *Última Hora* encontra-se a referência de *homens públicos* em sentido genérico como aqueles com capacidade de intervenção na coisa pública. Tal perspectiva pode ser identificada quando o jornal fala de sua série de reportagens intitulada “Juventude Transviada”, argumentando que “há muito vimos mantendo contatos frequentes com educadores, pais de famílias, autoridades e homens públicos em geral”, no intuito de “alcançarmos nosso verdadeiro escopo, o autêntico e exclusivo propósito de nossa campanha, que é, repitamos, o de mobilizar poderosa consciência coletiva capaz de preservar as novas gerações do tremendo perigo que a cerca”¹⁹⁶. Nessas passagens, além de conceber *homens públicos* como agentes com capacidade de ampla intervenção social, ainda estabelece que tipo de relação que esse jornal tem com tais agentes, ou seja, se apregoa a tarefa de mobilizar, de despertar os *homens públicos* para a formação de uma consciência coletiva para que se estabeleça a resolução de questões sociais, função que pode ser considerada central em um regime democrático.

Em *O Globo*, encontra-se *homens públicos* como sinônimo de quem chegaria ao *grande público*, quando se lê que “O GLOBO já hoje não receia confronto com qualquer dos maiores jornais do mundo”, sendo que essa seria a “afirmação de jornalistas e outros homens públicos estrangeiros, formulada quando em visita às atuais instalações de O GLOBO”.¹⁹⁷ Nesse sentido, *homens públicos* seriam aqueles que lidam com o público em sentido formulado por Gabriel Tarde e, por isso, teriam autoridade na sociedade, a ponto de *OG* buscar se legitimar a partir do discurso desses agentes.

Entretanto, diante dos objetivos que embasaram a formação do *corpus documental*, não é de espantar que a grande maioria das representações de *homem público* ou *homens públicos* seja concebida como políticos e/ou como integrantes da administração do Estado.

No *O Globo*, por exemplo, encontra-se a representação de *homem público* enquanto *político* eleito ou integrante da administração pública via indicação¹⁹⁸, perspectivas também encontradas no *Correio da Manhã*¹⁹⁹ e no *Jornal do Brasil*²⁰⁰. O *JB* também reconhece que os *homens públicos* seriam “encarregados de dirigir os nossos destinos”²⁰¹, registrando em outro

¹⁹⁶ “Os nomes, não!”, *Última Hora*, 15 de março de 1957, 1°C, p. 1.

¹⁹⁷ “O 31º aniversário de ‘O Globo’”, *O Globo*, 28 de julho de 1956, 1°C, p. 1.

¹⁹⁸ “O inquérito no Fundo Sindical e a candidatura Goulart”, *O Globo*, 27 de julho de 1955, 1°C, p. 1.; “De cabeça erguida”, *O Globo*, 21 de julho de 1959, 1°C, p. 1.;

¹⁹⁹ “O indesejável”, *Correio da Manhã*, 20 de abril de 1955, 1°C, p. 6.; “O voto indevassável”, *Correio da Manhã*, 16 de outubro de 1955, 1°C, p. 6.

²⁰⁰ “A democracia e seu exercício”, *Jornal do Brasil*, 27 de outubro de 1959, 1°C, p. 3.

²⁰¹ “Menos palavras e mais ação”, *Jornal do Brasil*, 08 de maio de 1956, 1°C, p. 5.

editorial que os *homens públicos* são aqueles “que tem, por dever de ofício, tratar de assuntos públicos. E se as normas do respeito e da cortesia devem presidir a conduta dos homens públicos, muito mais deve ser quando investidos de autoridade”²⁰².

Dentre todos os jornais analisados, o *JB* foi aquele que trouxe uma definição mais precisa de quem considera como *homem público* e quais suas funções na sociedade: “Se trata de alguém que **desempenha função pública ou esteja no caminho de obtê-la por mandato eletivo ou nomeação administrativa**”, aquele que “têm posição de destaque e que influem de uma ou de outra maneira nos negócios públicos, quer pelo prestígio que conquistaram, quer pelas funções reais que exercem, quer pelas aspirações que alimentam”²⁰³.

Em síntese, de modo geral, para os jornais analisados, para ser considerado um *homem público* tal agente precisa estar de alguma forma exercendo (por eleição ou indicação) ou disputando algum cargo público que possua caráter de representação da coletividade, o que o diferencia dos *homens privados* cuja atuação está ligada a interesses particulares. Contudo, o fato de um indivíduo ser considerado *homem público* não o impede de agir como *homem privado*.

Essa distinção é identificada explicitamente quando o *CM* se refere ao caso dos pinhos²⁰⁴, alegando que no ocorrido João Goulart não agiu com status de *homem público*, pois “João Goulart não era homem público em 1950. O homem público que existia, naquela época, era o sr. Getúlio Vargas, do qual o sr. Goulart era pupilo e o mensageiro, gravitando modestamente na sombra íntima do ex-ditador candidato à presidente”. Dessa forma, Goulart viajava para “Buenos Aires, sob a influência do sr. Getúlio Vargas, e não como ‘homem público’”²⁰⁵. Nesses casos, a expressão *homem público* foi encontrada entre aspas e pode-se interpretar que, para o *CM*, Goulart no caso dos pinhos não agiu instituído de poderes de Estado, não agiu a partir de um cargo de representação da coletividade, mas sim como *homem privado* atendendo aos pedidos de Getúlio Vargas, esse sim considerado *homem público*, então candidato à presidência da república no referido período.

Essa distinção também aparece no *O Globo*, mas quando esse jornal se refere a postura que João Goulart deveria ter frente ao inquérito do caso dos pinhos, ou seja, “o Sr. Goulart,

²⁰² “Processos totalitários”, *Jornal do Brasil*, 05 de abril de 1959, 1°C, p. 3.

²⁰³ “O silêncio do homem público”, *Jornal do Brasil*, 20 de setembro de 1955, 1°C, p. 5.

²⁰⁴ Abriu-se um inquérito para investigar a denúncia de que Juan Domingo Perón, presidente argentino, teria ordenado que se pagasse um preço sobrevalorizado para as toras de pinho dos madeireiros do sul do Brasil, importadas para a Argentina, sendo esse dinheiro usado para financiar a campanha presidencial de Getúlio Vargas em 1950, evidenciando um financiamento ilegal e ainda uma interferência de Perón no governo brasileiro. Nesse episódio, João Goulart, foi acusado de intermediar as conversações entre Vargas e Perón. Na data da investigação Goulart já ocupava o cargo de Vice-Presidente da República.

²⁰⁵ “O sr. João Goulart e o peronismo”, *Correio da Manhã*, 22 de agosto de 1956, 1°C, p. 6.

individualmente, pode acomodar-se com as trevas. O Vice-Presidente da República não. Esse terá de ser julgado as claras”²⁰⁶. Nesse caso, *OG* acaba tensionando os limites entre *homem público* e *homem privado* anteriormente estabelecidos pelo *CM*, como se, ao assumir um cargo público da dimensão da vice-presidência da república, o *homem privado* desaparecesse, questão muito atual, especialmente, em se tratando de redes sociais particulares de *homens públicos* que ocupam cargos na chefia do Estado.

Assim, caracterizado quem seriam os *homens públicos* para os jornais em estudo, é possível questionar qual a percepção dos mesmos sobre esses agentes. Como exposto no Quadro 8, onde especificamos as subcategorias decorrentes da categoria *homens públicos*, há representações que abordam os *homens públicos* em sentido geral, mais homoganeamente, e construções que se referem à *homens públicos* específicos. Em ambos os casos, há representações negativas e positivas, prevalecendo as de cunho negativo, o que não surpreende, tendo em vista as particularidades do fazer jornalístico (critérios de noticiabilidade e valores-notícia), importando, assim, identificar o que os discursos nos dizem sobre a democracia vigente e mesmo sobre a forma como os jornais constroem para si distintas *funções públicas*.

Quando o *OG* faz elogios aos *homens públicos* se refere a um tipo específico de forma de governar, dizendo que os bons *homens públicos* possuem as contas do Tesouro em dia e que isso significaria governar bem²⁰⁷. Acrescenta que “o segredo do dirigente supremo passou a ser o de arbitrar os conflitos entre os técnicos e de ajuizar com sabedoria e prudência acerca das soluções” e sobretudo, “manter, pela prática dos preceitos da moral, da pureza de atitudes, da correta seleção de auxiliares, da limpeza de processos, a confiança do povo na dignidade do poder público” ou seja, “o papel de um magistrado incorruptível, que vela pelo interesse coletivo e sua fiel execução²⁰⁸. Nesse sentido, encontramos descrito o que *OG* considera como ideal de *homem público*: o “magistrado incorruptível”.

De outra parte, em todos os jornais analisados, as críticas são em número maior. *OG* argumenta que “se alastra o descrédito dos homens públicos”, com isso, “a grande e honrada massa dos bons servidores da política se apresenta aos olhos dos maus observadores como participando dos erros e culpas de alguns”²⁰⁹. Assim, para *OG*, o “descrédito” que os *homens públicos* estavam sofrendo seria desencadeado por apenas alguns servidores da política, porém,

²⁰⁶ “O encerramento da comissão de inquérito e o voto do Sr. João Agripino”, *O Globo*, 10 de outubro de 1956, 1°C, p. 1.

²⁰⁷ “Jânio Quadros e o exemplo de São Paulo”, *O Globo*, 02 de fevereiro de 1957, 1°C, p. 1.

²⁰⁸ “A candidatura Távora e as incompatibilidades morais”, *O Globo*, 14 de maio de 1955, 1°C, p. 1.

²⁰⁹ “Os ataques e as represálias do PSD contra a dissidência”, *O Globo*, 31 de maio de 1955, 1°C, p. 1.

se estenderia ao demais, sendo possível pensar que para esse diário existem duas categorias de *homens públicos*, “os bons” e o “maus”.

Outra crítica que os *homens públicos* no geral recebem seria “falta do espírito de continuidade”, porém, nos comícios, quando candidatos à “chefia da Nação”, “quase sempre se excedem na ostentação de programas miraculosos”, sendo raros “os que se comprometem a executar coisas possíveis no lapso de seu mandato”²¹⁰. Nesse sentido, as críticas ganham maior peso quando se argumenta que “a palavra dos homens públicos, no sentido da firmeza de suas resoluções ou promessas, tem atualmente cotação muito baixa na bolsa dos valores morais” e “tudo isso é uma nova prova da instabilidade dos homens públicos, da sua ausência de ética entre o prometer e o cumprir, entre o dizer e o fazer”²¹¹.

Nesses trechos, observa-se duas temáticas centrais, muito caras aos jornais, especialmente para aqueles que apoiaram o golpe midiático-civil-militar²¹² de 1964. A primeira se refere a questão da moral, da ética, ou melhor, a escassez dela entre os *homens públicos* brasileiros. E a segunda se refere às promessas feitas ao eleitorado apenas para fins de aquisição de votos, ou seja, a demagogia. Sendo que ambas situações ofereceriam um perigo ao regime democrático, na perspectiva de *OG*.

No caso do *Correio da Manhã*, suas críticas, inicialmente, se dirigem aos *homens públicos* que desejariam chegar ou se manter no poder, fora das regras do jogo democrático, sendo essa situação classificada como “uma humilhação para o regime”²¹³. Assim se colocando na *condição de intérprete do pensamento coletivo*, argumenta que há “um traço característico da psicologia brasileira”, ou seja, “a admiração, o prestígio que cerca todo o indivíduo que, seja qual for o terreno de luta, respeita as regras do jogo e leva a sua lealdade para com o adversário até ao ponto extremo de sacrificar seus próprios interesses”. Entretanto, conclui o jornal que “no setor da política, esse indivíduo é raro em toda a parte, e, mais que em qualquer parte, no Brasil”²¹⁴.

Argumenta, ainda, que “houve uma terrível inflação de políticos e demagogos desde o ‘deserto de homens’ de 1930”, porém, “surgiram outros homens públicos, que o Brasil considera de padrão-ouro”, esses últimos “são homens de consciência”. Entretanto, até mesmo *homens públicos* que “o Brasil considera padrão-ouro”, segundo o *CM*, estariam falhando para

²¹⁰ “A renovação nacional, por Juarez Távora e Milton Campos”, *O Globo*, 30 de setembro de 1955, 1°C, p. 1.

²¹¹ “O recuo quanto à anistia ampla e os deveres do presidente”, *O Globo*, 16 de maio de 1956, 1°C, p. 1.

²¹² Conceito proposto por Juremir Machado da Silva (2014) para compreender os momentos anteriores e posteriores ao ato que resultou na ditadura militar brasileira.

²¹³ Não é questão militar”, *Correio da Manhã*, 08 de junho de 1955, 1°C, p. 6.; “Posse ao eleito”, *Correio da Manhã*, 27 de setembro de 1955, p. 6, 1°C, editorial principal.

²¹⁴ “A vice-presidência”, *Correio da Manhã*, 22 de setembro de 1955, 1°C, p. 6.

com o regime, ao se manterem em silêncio diante dos constates ataques à democracia daqueles que desejam ascender ou se manter no poder fora das regras democráticas²¹⁵. Nessas passagens identificamos, assim, como no *OG*, duas categorias de *homens públicos*: os demagogos e os “padrão-ouro”. Entretanto, até os últimos estão deixando de cumprir seu dever para com o regime. Dessa forma, os próprios *homens públicos* podem ser considerados um perigo ao regime democrático, nesse caso, por quererem se manter no poder, mas fora das regras democráticas.

Dentro dessa perspectiva, o *CM* constata, que quase todas as crises políticas tiveram origem no “boquirrotismo, na falta de senso de oportunidade e de medida, de equilíbrio e de seriedade dos nossos homens públicos, sobretudo os do governo. Por amor à retórica, o país caiu em mais de uma situação difícil”. Assim, o mais grave seria que muitas crises “nasceram, cresceram e alentaram-se no berço do oficialismo, estimuladas na sua perigosa expansão pelos portadores da autoridade pública”²¹⁶. Aqui, também, identifica-se a retórica de ameaça ao regime, mas nesse caso as crises se desencadearam dentro das regras democráticas em função do despreparo dos *homens públicos* responsáveis pelos destinos do país.

As críticas vão se tornando mais duras, como podemos acompanhar a seguir: “um estudioso de neuroses políticas teria aqui farto manancial para suas pesquisas” e certo que diagnosticaria a “acefalia política”, pois “o país está, com efeito, sem comando político dos dois lados: tanto do governo quanto da oposição”, assim, “desgovernam-se ambos. Nivelam-se na mesma sanha personalística”²¹⁷. Retoma a mesma perspectiva anos depois ao afirmar: “‘O Brasil, em deserto de homens’ – a velha frase do sr. Osvaldo Aranha, de há quase trinta anos, brilha nova em folha”²¹⁸. Dessa forma, o *CM* questiona: “Mas quem pensa em futuro, nesta terra, no intervalo entre as eleições?”²¹⁹ Questionamento que remete ao que o jornal considera como “um dos piores vícios de nossa formação política”, “falta de continuidade da vida pública brasileira”. Assim, parece que “o País tem fastio de seus próprios problemas. Tédio, aborrecimento pela grandeza das tarefas a enfrentar” e “esse sentimento domina a maior parte das elites políticas, interessadas só na futrica aldeã”²²⁰.

²¹⁵ “O voto indevassável”, *Correio da Manhã*, 16 de outubro de 1955, 1°C, p. 6.

²¹⁶ “O silêncio de ouro”, *Correio da Manhã*, 30 de dezembro de 1956, 1°C, p. 6.

²¹⁷ “Consciência mobilizada”, *Correio da Manhã*, 17 de abril de 1957, 1°C, p. 6.

²¹⁸ “Quem paga a conta”, *Correio da Manhã*, 16 de maio de 1959, 1°C, p. 6.

²¹⁹ “Programa para o intervalo”, *Correio da Manhã*, 25 de setembro de 1958, p. 6, 1°C, EP

²²⁰ “Descontinuidade”, *Correio da Manhã*, 07 de novembro de 1957, 1°C, p. 6.

Esses trechos nos reforçam o pensamento político do *CM*, em que expressões como “acefalia política” e “deserto de homens” remetem a um assunto já analisado anteriormente, “demissão das elites” e o quanto essa situação seria prejudicial ao país.

De outra parte, a referência à falta de continuidade da vida pública e a carência de projetos fora de períodos eleitorais retoma a questão da demagogia, mas agora com um agravante, tendo em vista que o *CM* permite que se pense que a demagogia estaria sendo estimulada por uma das instituições do regime democrático, as eleições, dessa forma, seria uma ameaça à democracia, fomentada pela própria lógica da democracia representativa.

Por seu turno, o *UH* também traz as críticas ao “fracasso das elites” e a distinção entre *elite* e *povo*, positivando o segundo em detrimento do primeiro, mas não se dedica muito a expor suas perspectivas sobre os *homens públicos* no sentido geral. Contudo, menciona em 1955 que há “espetáculo deprimente de anulação geral, em que ideias e convicções cedem lugar a palavras sem sentido nem conteúdo – velhas fórmulas protocolares de pretensão maquiavelismo cuja finalidade específica consiste em não deixar mal quem as pronuncia”²²¹.

Já em 1956, a perspectiva de *UH* se altera e o jornal argumenta que “um dos fatos mais relevantes da vida política brasileira atual é aquele que nos indica a elevação do nível do nosso parlamento” pela “compreensão demonstrada pelos representantes do povo a respeito dos problemas nacionais, a capacidade de luta que demonstram, nos momentos necessários”. Reconhece que “quando a história for escrita do quadro que vamos vivendo, e que é tão fecundo, há de ser feita justiça ao Congresso Nacional pela sua magnífica conduta nesta fase”²²².

Visão positiva, que sofre abalo diante das eleições de 1958, quando o *UH* difunde que, a partir de sua reportagem política, evidencia-se o que acontece: “durante este mês de agosto, os líderes de partidos não contam com o ‘quorum’ para a votação das matérias, e, em setembro, não haverá ordem do dia, o que significa a impossibilidade de encaminhar qualquer projeto antes de 3 de outubro”. Afirma, ainda: “É esta uma realidade política do nosso País contra a qual se pode protestar, mas que seria inútil modificar de um momento para outro”. Todavia, segue o texto “como sempre há mal que vem para bem, deste recesso parlamentar o País colhe, pelo menos, um benefício: é que o território do Congresso permanece vedado às manobras revisionistas cujo sentido nefasto já temos tido oportunidade de denunciar”²²³.

²²¹ “Juscelino, um homem”, *Última Hora*, 20 de abril de 1955, 1°C, p. 4.

²²² “Reencarnação do fascismo”, *Última Hora*, 18 de outubro de 1956, 1°C, p. 3, Coluna “Flashes” do momento.

²²³ “Caminha para o completo malogro a manobra revisionista”, *Última Hora*, 12 de agosto de 1958, 1°C, p. 3, “Flash” do momento

Essas representações demonstram a acuidade com que o jornal se detém às atividades dos poderes públicos, assumindo o papel de *vigilante do poder público*, mas que também denuncia e, ao denunciar objetivaria alertar os *homens públicos*, trabalhando em prol da coletividade. Em um regime democrático, tal *função pública* seria essencial e a construção desta é recorrente no jornalismo com fins de legitimação no debate público e como forma de criar a necessidade do seu produto (BOURDIEU, 2015b).

Identificamos ainda outra representação que faz pensar na relação entre os *homens públicos* e o *povo*, quando o jornal afirma que, em política, “a lição atual é de que as combinações de cúpula, os entendimentos fechados, perderam quase toda a sua consistência, descaíram de importância”, pois “hoje, com a participação do povo nos problemas políticos, e nem só nas fases eleitorais, a troca possível é justamente o oposto daquela que se fazia antigamente: hoje o negócio é trocar apoios de cúpula por apoio da massa popular”.

Assim, “o verdadeiro político é aquele que realiza essa troca em termos convenientes, alicerçando a sua posição, que deve coincidir com os anseios populares e nacionais”. De outra parte, “velhos políticos não compreendem isso, ou fingem que não compreendem, ou lhes convém não compreender. Insistem nos processos superados: a busca do apoio eleitoral, na fase de consulta, a sua substituição por apoios de cúpula, quando no Poder”. No entanto, atualmente, os entendimentos “já não são a sós, as longas conversas secretas, mas aqueles que se processam de público, na sua vigência atual: só há um caminho para o governo, no Brasil, o caminho do apoio popular”²²⁴.

Nesses trechos, observamos a construção do *povo* como legitimador do regime democrático e que essa legitimação se dá através da relação entre os *homens públicos* e o *povo*, sendo que tal conexão não se restringiria às épocas eleitorais, pois estender-se-ia a todos os momentos, especialmente àqueles de crise. Sendo assim, esse texto acaba servindo como um alerta aos políticos e como uma espécie de tutorial de como o governo deveria agir para obter sucesso, isto é, tomar decisões com base no apoio popular, em debates públicos e não em “entendimentos de cúpula”, e imbricado a isso estaria a construção e o reforço da *função pública de auxiliar da coisa pública*.

Por fim, chegamos ao jornal que mais se refere aos *homens públicos* no geral, o *JB*. Esse diário acompanhando a tendência do *CM* e do *OG*, identifica “duas categorias de homem

²²⁴ “Combinações de cúpula”, *Última Hora*, 02 de outubro de 1956, 1°C, p. 3, Coluna “Flashes” do Momento.

público”, de um lado “o verdadeiro homem público, de austeridade comprovada” de outro “o demagogo amorfo, oco, estrepitoso”²²⁵.

Diante dessas duas categorias de *homens públicos* não faltam críticas por parte do jornal aos segundos. Um tema recorrente no *JB* é a constatação de que após eleitos ou indicados para qualquer ocupação na administração do Estado, os *homens públicos* fariam “mais política que administração” e, com isso, deixariam para segundo plano seus compromissos para com a coletividade. Diante das eleições de 1955, os *homens públicos* estariam preocupados apenas “em conquistar posição-chave para robustecer as suas preensões políticas”. Tudo isso comprova que “os administradores estão completamente suplantados por essa segunda personalidade que possui todo homem público, principalmente no Brasil”²²⁶.

Em outro texto, o *JB* se coloca na *função de falar em nome da coletividade* para dizer aos *homens públicos* que “o povo espera deles menos fala, menos palavras e mais ação administrativa”. Ainda mais: “o povo não quer saber se discorrem bem sobre os assuntos que lhes cabe estudar e resolver: o povo espera pelos resultados de sua capacidade orientadora aplicada ao que é urgente e indispensável”²²⁷. Nesse caso, identificamos uma estratégia recorrente na imprensa em geral, ou seja, o jornal se coloca na *condição de falar em nome da coletividade*, através da utilização de termos coletivos como *povo*, para assim, autorizar sua *fala*. Também observamos que ao falar pela coletividade direcionando o seu discurso aos *homens públicos* o *JB* se constrói enquanto *intermediário* entre esses dois agentes, levando ao conhecimento dos *homens públicos* os desejos e anseios do *povo*.

Os textos de “advertência” são centrais na estratégia discursiva do *JB*. Nesse sentido, o jornal intervém funcionando como *auxiliar da coisa pública*, para de um lado, alertar e, de outro, aconselhar, como observado quando se lê: “Os poderes públicos, que não querem divorciar-se dos movimentos de opinião, não podem deixar de fazer uma seleção entre os problemas tempestivos e intempestivos”, ou seja, “o Governo não deve prescindir de uma tomada de posição, escolhendo, entre os problemas que merecem exame imediato, aqueles mais ligados ao bem-estar social”²²⁸.

O *JB* ainda torna mais ásperas suas críticas ao afirmar que, os *homens públicos* concebidos como aqueles “encarregados de dirigir os destinos do país”, que possuem “por dever

²²⁵ “A solução está com os partidos”, *Jornal do Brasil*, 20 de janeiro de 1955, 1°C, p. 5. Essa divisão dos homens públicos em duas categorias também foi identificada em: “Um conceito de Truman”, *Jornal do Brasil*, 25 de janeiro de 1957, 1°C, p. 5.

²²⁶ “Curto período administrativo”, *Jornal do Brasil*, 2 de março de 1955, 1°C, p. 5.

²²⁷ “Menos palavras e mais ação”, *Jornal do Brasil*, 08 de maio de 1956, 1°C, p. 5. Perspectiva retomada em: “Outro é o clima necessário”, *Jornal do Brasil*, 18 de novembro de 1955, 1°C, p. 5

²²⁸ “Problemas urgentes e problemas adiáveis”, *Jornal do Brasil*, 29 de abril de 1956, 1°C, p. 5.

de ofício, tratar de assuntos públicos”, estariam deixando se envolver por suas “paixões” particulares e esquecendo-se “de seus deveres para com a coletividade e suas responsabilidades perante a Nação”, ou seja, estariam estão colocando os interesses particulares acima dos interesses públicos, coletivos²²⁹. O que leva o diário a constatar que “para os nossos políticos, política é a arte de angariar votos e conquistar os cargos ou neles permanecer”²³⁰.

Percepções que poderiam evidenciar uma certa fragilidade da democracia brasileira, especialmente como meio de atender as demandas do povo em função da precariedade dos quadros dirigentes. Hipótese constatada quando o *JB* afirma que “a ordem democrática está sendo comprometida no Brasil por políticos ávidos de poder e que não medem meios para a ele chegar, numa ânsia que o bem público não é suficiente para justificar, mas que as fortunas facilmente feitas explicam”²³¹.

Nesse sentido, o *JB* afirma que “longo, ainda, é o caminho a percorrer para que os homens públicos deste país façam, das campanhas em que disputam postos eletivos, oportunidades de aprimoramento cívico e da capacidade de autogoverno de um povo”, pois “os assuntos em pauta, cujas alternativas de solução deveriam ser objeto de esclarecimento público, são obscurecidos pelas acusações e contra-acusações”, encobrendo, “frequentemente, a ausência de um pensamento construtivo”²³². Nesse contexto, “os candidatos têm respondido ao estímulo dos problemas com *slogans*, frases feitas ou declarações vagas”, trazendo uma perspectiva já encontrada no *CM* ao difundir: “sabemos que estamos vivendo num deserto de homens e ideias, que deixamos como está para ver como fica”²³³. Não por acaso que o jornal afirma que “o que precisa de reforma neste País são os homens, muito mais do que as leis”²³⁴.

Por fim, o jornal dialoga com representações já encontradas no *CM* e no *OG* quando se lê: “os esforços empenhados até hoje no aperfeiçoamento da democracia brasileira não bastaram, ainda, para sanar um de seus mais graves defeitos, qual seja o da falta de continuidade administrativa”. Sendo assim, “a descontinuidade administrativa é implemento de democracia imperfeita, fator de descrédito político e de prejuízos materiais”. Segundo o *JB*, tal situação decorre da “própria vaidade humana através da qual o homem transitoriamente governo procura ligar seu nome ao empreendimento em caráter exclusivista” e “o hábito da descontinuidade” conduz “periodicamente, um clima de recessão econômica”²³⁵. Nesse sentido, em função da

²²⁹ “Sob o imperativo da ordem”, *Jornal do Brasil*, 03 de maio de 1957, 1°C, p. 5.

²³⁰ “Contraproducente”, *Jornal do Brasil*, 17 de abril de 1957, 1°C, p. 5.

²³¹ “Complacência criminoso”, *Jornal do Brasil*, 24 de maio de 1959, 1°C, p. 3.

²³² “Hora da decisão”, *Jornal do Brasil*, 03 de outubro de 1958, 1°C, p. 3.

²³³ “Os candidatos sem programas”, *Jornal do Brasil*, 11 de junho de 1960, 1°C, p. 3.

²³⁴ “Demagogia reformista”, *Jornal do Brasil*, 20 de março de 1959, 1°C, p. 3.

²³⁵ “Desenvolvimento e continuidade”, *Jornal do Brasil*, 25 de setembro de 1960, 1°C, p. 3.

“ vaidade humana”, possivelmente dos “maus homens públicos”, poder-se-ia estar colocando o regime democrático em risco, tendo em vista que, para o jornal, a economia, ou melhor, as crises econômicas são um dos meios de os “totalitários” subverterem a ordem e com isso conduzir à derrocada do regime²³⁶.

Diante dessas representações, a própria forma como o jornal compreende a relação entre *povo*, *homens públicos* e imprensa não seria simplista. Segundo o *JB*, “a imprensa foi objeto de referências pouco lisonjeiras, por parte de alguns deputados numa das últimas sessões da Câmara Federal”, possivelmente “foram ditas coisas que se parecem como revide por críticas feitas por muitos jornais em torno de certas propostas encaminhadas à apreciação da Casa”. Assim, argumenta que “a imprensa, alvo dessas apreciações, conhece melhor que ninguém suas falhas e tem procurado corrigi-las através dos tempos”, já “alguns representantes do povo não enxergam os seus deslizes e se apaixonam facilmente por questões mais de seu próprio interesse do que do país”. A seguinte a argumentação assevera:

A existência da imprensa como órgão de opinião já não pode mais ser objeto de retificação, estando fixado o seu conceito no funcionamento do regime democrático.

Será que a imprensa pode ser incriminada por espelhar pontos de vista em discordância com certas correntes que nas suas atitudes pretendem dar de ombro ao que diversas camadas pensantes fixaram a respeito desse ou daquele assunto?

Muitas vezes a imprensa interpreta as vozes que não tem meios de chegar até o recinto das deliberações do Legislativo. Não é a sua opinião que se estampa nas colunas dos jornais, mas sim a do povo que os seus delegados se obstinam em desconhecer.

A imprensa não expõe o que pensa sobre determinados movimentos parlamentares, mas capta em diversas camadas os reflexos dessas iniciativas sobre a massa

É essa sua função e é justamente por esse desempenho que ela está passando pelo crivo das críticas de alguns delegados do povo, que não cogitam de saber antes de tomar certas atitudes, o que os eleitores pensam das hipóteses que com tanto entusiasmo abraçaram e que pretendem levar avante, apesar de todos os protestos da imprensa, que nesse particular está agindo como sua **legítima mandatária**²³⁷.

Nesse editorial, podemos observar que pela estratégia discursiva, primeiro o *JB* desqualifica os *homens públicos*, para depois, através do discurso autorreferencial, construir a sua inserção legítima no debate público, inclusive frente aos *homens públicos*, ou seja, como um “órgão de opinião”, com isso, uma instituição integrada ao funcionamento do regime democrático. Entretanto, salienta que como “órgão de opinião”, não seria a sua “opinião” que estaria estampada em suas páginas, mas a do “povo”, isso porque a imprensa funcionaria como intérprete do pensamento coletivo, ou melhor, daquelas “vozes” que só teriam os jornais como meio para chegar ao recinto parlamentar, tendo em vista que os *homens públicos* cerram ouvidos aos pensamentos do *povo*.

²³⁶ “Restos totalitários no continente”, *Jornal do Brasil*, 02 de agosto de 1955, 1°C, p.5.

²³⁷ “O Congresso faz restrições à imprensa”, *Jornal do Brasil*, 15 de novembro de 1957, 1°C, p. 3.

Nessas passagens identificamos registrado textualmente uma *função pública* que havíamos apenas observado via interpretação do *corpus* documental. Ainda mais, da forma como foi apresentada a *função pública de intérprete do pensamento coletivo* conduz quase automaticamente a outra *função pública*, aquela de *falar pela coletividade*, ou seja, dar voz a quem não tem meios para fazê-lo, agindo assim como “mandatária” do *povo*, em outros termos, o jornal estaria se construindo como representante do *povo*. Tal formulação leva a análise a outro patamar, pois o *JB* pelos seus discursos não estaria construindo apenas grupos (representados) e representantes, mas estaria construindo a si próprio como representante de um grupo, o mais legítimo dentro de um regime democrático, a saber, *o povo*.

Contudo, quando o jornal se coloca como “mandatário”, como representante do povo, pode evidenciar um conflito potencial de representação política que decorre da pretensão da imprensa em se colocar e disputar com o *campo político* a condição de *intérprete da vontade popular*. Isso nos leva a questionar se a imprensa no geral e o *JB* em específico se consideram um representante mais legítimo do interesse coletivo do que os próprios políticos? – ampliando assim esse conflito potencial entre *campos*.

De outra parte, não podemos esquecer que os jornais, mesmo que se autoproclamem defensores dos interesses coletivos, não deixam de ser empresas privadas e que estariam defendendo e reforçando tomadas de posição que seriam particulares, mas que poderiam ou não ser convergentes com parte da coletividade. Dessa forma, resta investigar quais tomadas de posições seriam essas.

Em síntese, identificamos que os *homens públicos* são considerados pelos jornais predominantemente como políticos e/ou como integrantes da administração do Estado, isto é, que ocupam ou estejam disputando algum cargo de representação coletiva.

Dentre esses, no *CM*, *JB* e *OG* identificamos a referência à duas categorias de homens públicos, uma benéfica ao regime, ou seja, aqueles que trabalhariam pelo bem coletivo e outra prejudicial que apenas pensaria em satisfazer seus interesses particulares e com isso, estaria conduzindo a democrática a constantes momentos de instabilidade. Dessa forma, as más administrações, a falta de continuidade administrativa, a carência de ideias entre os *homens públicos* estaria colocando a democracia em risco.

Nesse sentido, identificamos que os jornais buscam expor esses *homens públicos* prejudiciais ao regime, ao mesmo tempo, especialmente no *JB*, procura-se constantemente aconselhá-los, alertá-los e até indicar algumas soluções, possivelmente no intuito de fazer com que esses *homens públicos* se tornassem produtivos à coletividade. Dessa forma, os jornais se colocam como agentes da democracia. Para isso os jornais se instituem distintas *funções*

públicas, como *auxiliar da coisa pública* para alertar e aconselhar os *homens públicos*, *interprete do pensamento coletivo* e *falar pela coletividade* para levar os anseios e pensamentos do *povo* ao conhecimento dos *homens públicos*. Essas seriam formas de os jornais construir a relação entre *povo*, *homens públicos* e *imprensa*. Porém, também percebemos um possível conflito entre os dois *campos* – jornalístico e político - em função da disputa em torno de quem seria o interprete mais legítimo dos anseios populares.

No caso do *UH* este concebe sua relação com os *homens públicos* a partir de *função pública de vigilante do poder público*. Neste caso o jornal denunciaria as mazelas da sociedade para então cobrar soluções por parte dos poderes competentes, construindo assim seu valor para o regime democrático.

A partir das distintas *funções públicas* autoatribuídas pode-se dizer que os diários estariam construindo e reforçando sua função social.

Por seu turno, quando olhamos para os elogios e críticas feitas a *homens públicos* específicos, podemos identificar algumas correntes até antagônicas entre os jornais, o que torna mais instigante a investigação das representações sobre a democracia vigente que podem ser apreendidas a partir da análise dos discursos sobre os *homens públicos*.

Lembrando que o clima político de 1955 era de intensa agitação. Inicialmente ocorreu a tentativa de impugnação e/ou deslegitimação da candidatura de Juscelino Kubitschek à presidência. Posteriormente, Etelevino Lins lançado candidato pela UDN desiste de concorrer ao pleito, então a UDN passa a apoiar a candidatura de Juarez Távora. Sendo esta concebida por muitos como um sinal de que as eleições realmente iriam ocorrer tendo em vista que o General se colocara contrário a medidas extralegais para a questão da sucessão presidencial. Semanas antes do pleito, ainda foi publicada a chamada Carta Brandi, na tentativa de prejudicar a candidatura de João Goulart. Ao final saiu vitoriosa a aliança PSD-PTB com JK para presidente e Jango para vice.

Porém a instabilidade não se encerrou, se estaria articulando um golpe para impedir a posse dos eleitos. Golpe, como vimos no capítulo II, impedido pelo Movimento de 11 de novembro, que depôs o presidente interino Carlos Luz e empossou Nereu Ramos, Presidente da Câmara dos Deputados. Diante de um possível retorno de Café Filho ao posto de presidente foi decretado estado de sítio por trinta dias, prorrogado por mais trinta, até a consolidação da posse de Kubitschek e Goulart.

3.2.2 Juscelino Kubitschek: entre o retorno ao passado indesejável e a consolidação democrática

Identificamos que Juscelino Kubitschek, político pessedista, eleito para a Presidência da República em 1955 foi um dos nomes mais debatidos por CM, JB, *OG* e *UH*.

No *OG*, desde o lançamento da sua candidatura, Juscelino Kubitschek foi muito criticado, em inúmeros textos, por decorrências de três elementos centrais que são difíceis de serem dissociados: a) colocar seus interesses particulares acima dos interesses coletivos, ou seja, “na teimosia, na falsa fé, na desmedida ambição” em chegar ao poder em detrimento do “bem coletivo”²³⁸; b) estar intimamente associado à situação Vargas, à pessoas que haviam se constituído em “propugnadores de um continuísmo póstumo das tendências, métodos e predileções político-partidárias do extinto Presidente”. Segundo o jornal, há “um ciclo, que deveria ficar definitivamente sepultado a 24 de agosto, pelos desacertos administrativos, cujos ruinosos efeitos ainda vão pesar longos anos sobre o Brasil”²³⁹; c) ter se ligado a João Goulart²⁴⁰.

Nesse sentido, o jornal entra no debate público em uma *tomada explícita de posição* para reforçar esses pontos: “CONFIRMANDO tudo quanto este jornal não se cansou de mencionar desde o começo, ficou agora evidente que o Sr. Kubitschek foi candidato de uma conspiração pessedo-petebista” e “para estampilhar oficialmente sua ligação com os homens de agosto, a moção apresentada anteontem à Convenção Trabalhista favorece o nome do S. Ex., entre outras razões, ‘pela sua fidelidade ao inesquecível presidente Vargas’”²⁴¹. Inclusive, em “noticiário do vespertino que Vargas criara com o dinheiro do Banco do Brasil, já proclamavam enfaticamente que a aliança PSD-PTB iria cumprir, na administração Kubitschek, as promessas e compromisso do falecido Presidente em sua carta-testamento”²⁴².

Como estratégia, identificamos que o jornal, após publicar alguns textos que abordam as mesmas questões, entra no debate público para reforçar esses pontos, porém, agora o fez a partir de uma *tomada explícita de posição*, inserindo textualmente a expressão “este jornal”. Entretanto, só têm essa *tomada explícita de posição* quando consegue “provas”, ou melhor, a confirmação daquilo que mencionava anteriormente, ou seja, um trecho da moção apresentada

²³⁸ “Sentido da convenção udenista”, *O Globo*, 02 de agosto de 1955, 1°C, p. 1.

²³⁹ “Crise a evitar”, *O Globo*, 28 de janeiro de 1955, 1°C, p. 1.

²⁴⁰ Essas três críticas aparecem em diversos textos, cf. “Crise a evitar”, *O Globo*, 28 de janeiro de 1955, 1°C, p. 1.; “O coronel Kubitschek”, *O Globo*, 04 de abril de 1955, 1°C, p. 1.; “A entrevista e as decepções de São Borja”, *O Globo*, 2 de março de 1955, 1°C, p. 1

²⁴¹ “A aliança Kubitschek-Goulart”, *O Globo*, 20 de abril de 1955, 1°C, p. 1.

²⁴² “Crise a evitar”, *O Globo*, 28 de janeiro de 1955, 1°C, p. 1.

à Convenção Trabalhista, instaurando assim um grau maior de credibilidade às suas perspectivas diante do público, especialmente, se comparado a outros jornais que possuem posturas distintas em relação ao mesmo assunto e com os quais *OG* estaria em constante disputa e sempre que possível busca os desautorizar, como acima fez com *Ultima Hora*, mesmo sem citar nominalmente o jornal.

Dessa forma, Kubitschek e Goulart foram chamados pelo *OG* de “candidatos da restauração queremista”²⁴³, mas “ambos sabem que a opinião pública já os marcou com os estigmas de restauradores dos tristes dias do queremismo, de continuadores de tudo quanto houve de detestável do Governo passado”. E alerta: “com o Sr. Kubitschek no Catete e o Sr. João Goulart na Presidência do Senado, voltaremos ao domínio de todo o personalismo faccioso que desaguou no ‘mar de lama’. Cada um dos astros daquela criminoso companhia já se prepara para ‘voltar’”²⁴⁴, sintetizando em outro texto: “em suma, uma volta ao passado, que a Nação não esqueceu e ao qual não deseja nem pode regressar”²⁴⁵.

Nessas passagens, para legitimar sua fala *OG* se coloca como falando em nome da *opinião pública* e da *Nação* para criticar os candidatos pelos vínculos que possuem com o que o governo Vargas representou de negativo, na concepção do jornal. Conclui o texto com um sentido de alerta ao público do que poderia ocorrer caso ambos fossem eleitos – predomínio dos facciosismos em detrimento do coletivo – além de apelar para a negatividade associada à expressão “mar de lama”, desautorizando ou desacreditando a candidatura Kubitschek-Goulart

Nesse contexto, ainda acusam JK e João Goulart de um pacto com o Sr. Luis Carlos Prestes e os comunistas, através do Movimento Nacional Popular Trabalhista (M.N.P.T)²⁴⁶ para angariar votos nas próximas eleições. Como estratégia para corroborar sua fala *OG* cita uma entrevista de Prestes, dada ao jornal *Imprensa Popular*²⁴⁷, reconhecidamente comunista. Neste

²⁴³ Queremismo – “Movimento político surgido em maio de 1945 com o objetivo de defender a permanência de Getúlio Vargas na presidência da República. O nome ‘queremismo’ se originou do slogan utilizado pelo movimento: ‘Queremos Getúlio’. [...] Os queremistas reivindicavam o adiamento das eleições presidenciais e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Caso as eleições fossem mesmo confirmadas, queriam o lançamento da candidatura de Vargas”. Ocorreram grandes manifestações de massa que se sucederam em várias cidades, sobretudo no Rio de Janeiro, com apoio dos comunistas. (DHBB, 2010, s/p).

²⁴⁴ “‘El Gran Galeoto’”, *O Globo*, 30 de julho de 1955, 1^oC, p. 1.

²⁴⁵ “Enquanto falam as urnas”, *O Globo*, 08 de outubro de 1955, 1^oC, p. 1.

²⁴⁶ “Organização criada no meio sindical em maio de 1955 com o objetivo de obter o apoio dos sindicatos para os candidatos às eleições presidenciais de outubro daquele ano que apresentassem uma plataforma nacionalista e de defesa dos interesses populares. Acusado de ser controlado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), cessou suas atividades após a eleição de Juscelino Kubitschek e João Goulart” (LAMARÃO, 2010, s/p).

²⁴⁷ *Imprensa Popular*: “Jornal carioca diário criado em 1948 e fechado em 1958, vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Com o fechamento do jornal *Tribuna Popular* em dezembro de 1947 (ano da cassação do registro do PCB), tornou-se necessário criar um novo órgão de imprensa que preenchesse as mesmas funções do primeiro: ou seja, um órgão que funcionasse como um jornal de massa, apresentando formulações mais amplas do que o jornal oficial do partido. Com esse objetivo, no decorrer do ano de 1948, foi fundada a *Imprensa Popular*” (FERREIRA, 2010, s/p).

caso, o que parece preocupar *OG* seria que o tensionamento das defesas democráticas pelos comunistas estaria sendo permitido por *homens públicos* que estaria jogando o jogo democrático – pleito presidencial –, em outros termos, esse tensionamento estaria sendo possibilitado e instigado pelas eleições, isto é, por uma das instituições intrínsecas à democracia.

Para culminar, ainda se tem outra situação complexa, a ideia de que haveriam “clamores por um golpe militar”²⁴⁸, caso Goulart persistisse em sua candidatura ao lado de Kubitschek²⁴⁹. Lembrando que Meyrer já nos comentou sobre essa disputa entre “golpistas” e “legalistas”, os primeiros capitaneados pela UDN e os segundo pelo PSD, conflito que culminou no Movimento 11 de Novembro que depôs o presidente interino Carlos Luz acusado de ser cúmplice dos “golpistas”.

Entretanto, para *OG*, apenas quem estaria falando em golpe “é sempre o Sr. Kubitschek; são os seus adeptos na imprensa, os seus porta-vozes parlamentares”, diante dessa situação, fez um alerta a JK:

NADA é mais temível nem mais forte do que o poder das palavras. Supera o das armas e, por vezes, o desperta quando adormecido ou sonolento. **De tanto profligar o golpe, de tanto ‘cria-lo’** com as suas objurgatórias, com os seus temores, com a sua imaginação ou com a ideia de preveni-lo, **acabará por vê-lo mais popular do que está tornando, mais impositivo do que parece, mais inevitável.** Se o Sr. Kubitschek e seus acólitos fossem elementarmente familiarizados com os segredos da **psicologia coletiva**, jamais o transformariam em *leit motiv* das suas arengas, dos seus artigos, da sua publicidade paga. Se amanhã o país for abalado por um movimento, que ponha em terra as instituições, serão, por ele, principais responsáveis o Sr. Kubitschek e seus companheiros de aventura²⁵⁰

Inicialmente, o alerta seria direcionado a JK, ou seja, o *homem público* deveria ser prudente nos seus pronunciamentos, uma vez que estes produzem efeitos sobre os acontecimentos da nação, trazendo nessas passagens a discussão sobre a complexa relação entre palavras e ação (AUSTIN, 1990), inclusive fazendo alusão à psicologia coletiva. No trecho final da citação, o alerta passa a ser direcionado para a coletividade, colocando Kubitschek como responsável por qualquer possível ataque às instituições, isto é, ao regime democrático.

Dentro dessa mesma lógica de “criar coisas com as palavras”, segundo *OG*, os partidários de Kubitschek teriam “habilmente” outorgado “ao seu candidato os foros de **defensor da legalidade**”. Nesse sentido, “ele e o Sr. Goulart passaram a intitular-se sustentáculos da ordem civil. O senhor Kubitschek promoveu-se mesmo a ‘**mártir**’ (a

²⁴⁸ “A União Nacional, no discurso do líder Afonso Arinos”, *O Globo*, 10 de março de 1955, 1°C, p. 1

²⁴⁹ “Os que aceitam e os que rejeitam a candidatura Goulart”, *O Globo*, 06 de maio de 1955, 1°C, p. 1.

²⁵⁰ “El Gran Galeoto”, *O Globo*, 30 de julho de 1955, 1°C, p. 1.

expressão é do seu discurso na Bahia) **do espírito democrático!**”. Dessa forma, segundo o jornal, “quando alguém se insurge contra a ameaça de um neo-queremismo, é imediatamente incluído no rol dos golpistas²⁵¹. Esse trecho pode sinalizar uma defesa do jornal diante de suas tomadas de posição frente a candidatura de Kubitschek e Goulart, ou seja, por criticar JK e Goulart não poderia ser considerado como “golpista”

Após a vitória de JK nas eleições de 1955 e o desfecho do 11 de Novembro, o jornal volta ao assunto e argumenta: “ninguém haverá esquecido que o debate, travado em público a rezo nos últimos meses, versava sobre a instalação do País de uma invencível dualidade de espíritos: **o espírito legal e o espírito da aventura golpista**”. Ainda, “os partidários do ilustre Sr. Juscelino Kubitschek arrogam-se a encarnação do primeiro” e JK “reclamou sempre o direito de ser o sustentáculo da lei e da democracia contra seus adversários”. Em síntese, “**a legalidade contra o golpe** – constituiu a característica fundamental da luta pela futura presidência da República. **Não era Kubitschek contra Juarez, mas legalistas contra golpistas**”²⁵². Tais trechos são significativos para evidenciar qual a percepção do jornal sobre a movimentação política de 1955, tornando-se perceptível, como para *OG*, as instituições democráticas vigentes estariam frágeis, abaladas pelas constantes crises políticas. Expondo, assim, a ideia de que a democracia estaria em constante ameaça, o que nos leva a questionar como os demais jornais compreenderam a relação de Juscelino Kubitschek, sua candidatura e a democracia vigente.

No jornal *Última Hora* encontramos a argumentação que contra Kubitschek “se usou de tudo”, para que desistisse de sua posição de candidato, até Café Filho, “num dos gestos mais deploráveis de que há notícias na história republicana usou de um documento reservado de chefes militares²⁵³ para intimidar frontalmente o jovem governador de Minas”, mas esse, “escudado apenas no direito que lhe assegurava a Constituição, que para muitos representava então apenas uma utopia, vem à praça pública e reafirma a sua confiança neste direito e impõe-se a brasileiros como **campeão da legalidade democrática**”²⁵⁴.

²⁵¹ “Nuanças e variantes do legalismo”, *O Globo*, 13 de setembro de 1955, p. 1, EP

²⁵² “A situação dos políticos e o dever das forças armadas”, *O Globo*, 17 de novembro de 1955, 1ºC, p. 1.

²⁵³ “Em 31 de dezembro [de 1954], Juarez Távora, chefe do Gabinete Militar da Presidência, entregou a Café Filho um documento em que as altas autoridades militares, pronunciando-se acerca da situação nacional, apelavam por uma colaboração interpartidária e declaravam que uma candidatura militar não encontraria respaldo nas forças armadas, as quais consideravam conveniente o lançamento de um candidato único e civil. Café Filho mostrou-se solidário ao manifesto dos militares. Kubitschek, no entanto, interpretou o documento – divulgado na íntegra em 27 de janeiro de 1955, através do programa radiofônico *A Voz do Brasil* – como uma demonstração clara da oposição dos militares à sua candidatura” (PANTOJA, 2016, s./p.).

²⁵⁴ “Juscelino, um homem”, *Última Hora*, 20 de abril de 1955, 1ºC, p. 4.

Nesse sentido, argumenta-se que “o historiador do futuro terá elementos para julgar com mais segurança, a importância da função desempenhada pelo Sr. Juscelino Kubitschek, para defender a sobrevivência da Democracia brasileira”. Assim, acrescenta o jornal, “Juscelino Kubitschek ocupa no conturbado panorama da nossa política, lugar, não apenas de candidato, mas, antes de tudo, **o de defensor da Legalidade e Campeão das liberdades democráticas**”. JK afirma-se, dessa forma, “como das reservas mais autênticas da Nação, esperança de milhões de brasileiros, símbolo dos anseios de legalidade e paz social no nosso povo”. Seria fiel aos compromissos assumidos, “mas sobretudo fiel a si mesmo e às suas convicções, ei-lo junto ao túmulo de Vargas, selando com dignidade esses compromissos”, quais sejam, “de defender, através do programa mínimo trabalhista, a plataforma de justiça social e dignificação do trabalhador e do povo brasileiros, ideais supremos do Grande Líder morto”²⁵⁵.

Essas passagens, permitem identificamos que para o *UH* um dos elementos centrais da democracia estaria sendo contestado, ou seja, o direito de alguém, em condições legais, candidatar-se ao posto eletivo de presidente da República, inclusive tal tensionamento estaria ocorrendo pelas próprias forças que estariam ocupando o governo federal. Entretanto, quando Juscelino se fez candidato e se manteve como candidato, pode se construir e ser construído como o “campeão da democracia”, aquele que conseguiu “enfrentar e vencer” todos os obstáculos, amparado na Lei e no Direito. Dessa forma, para o *UH*, quando JK defendeu o seu direito de ser candidato teria defendido o próprio regime democrático.

UH apresenta JK como símbolo dos anseios do “nosso povo” e ao fazer isso assume o papel de *intérprete do pensamento coletivo*, bem como traz a autoridade do historiador a quem caberia julgar Juscelino, mesmo que o diário estivesse contando com um julgamento positivado, não podemos desconsiderar essa menção feita à História, especialmente em períodos de revisionismos e negacionismos. Neste quesito todos os jornais analisados, em algum momento, recorreram à autoridade da História para corroborar suas tomadas de posição, assim, a História e os/as historiadores/as seriam os juízes supremos, julgando *quem* e *como* “entraria para a História”.

Por fim, faz a vinculação de Kubitschek com o programa de Vargas. Ambas as construções – JK como campeão da democracia e continuador das ideias de Getúlio – gerariam ganhos simbólicos ao candidato e ao próprio jornal, mas também perdas simbólicas, se lembrarmos das tomadas de posição de *O Globo*.

²⁵⁵ “Juscelino, um homem”, *Última Hora*, 20 de abril de 1955, 1°C, p. 4.

Nessas disputas, o *Correio da Manhã* não poderia ter ficado de fora. Assim, se pensarmos em Juscelino Kubitschek, visualizando os dois polos que se construíram em relação a candidatura de Juscelino, de um lado *OG* e de outro o *UH*, podemos indagar: em qual desses polos o *CM* se direcionaria?

Em um primeiro momento, o jornal dos Bittencourt busca construir um discurso de conciliação no sentido de não polarização. Assim, em diversas *tomadas explícitas de posição*, difunde que “já temos dito que é preciso acabar com essa intolerável divisão do país em getulismo e antigetulismo, com um cadáver no meio”. Dessa forma, “não queremos que se estabeleça o domínio do ressentimento e da vingança, mas igualmente não admitimos a restauração de situações morfas e figuras por demais comprometidas num passado abominável”. Dentro desse contexto, o diário assume seu apoio a JK e destaca que “o nosso apoio ao sr. Juscelino Kubitschek partiu da convicção de que ele é um candidato em condições de abrir no governo uma nova época para o Brasil”, ao não “comprometer-se com o getulismo que ficou para trás, nem tornar-se um instrumento, por outro lado, dos que clamam por vingança e perpetuação da linha divisória entre os brasileiros”²⁵⁶.

O *CM* traz textualmente uma categorização muito utilizada pela historiografia para compreender o período, a divisão do país entre getulistas e antigetulistas, e veria em JK um *homem público* capaz de superar essa divisão e abrir uma nova época, talvez um “novo tempo”, perspectiva semelhante a que Meyrer (2012) já havia assinalado em *O Cruzeiro*. Entretanto, para conseguir essa finalidade e para continuar com o apoio do *Correio*, o jornal foi bem categórico no que Juscelino deveria efetuar: “pronunciamentos claros e inequívocos”, “logo no início de sua campanha”, especialmente “para limpar o seu caminho e afastar de si os adesistas do pior getulismo e rebotalhos de outras procedências, que tentam reaparecer por seu intermédio e penetrar à viva força no seu carro presidencial”. Ainda argumenta que o getulismo serve a JK apenas para “criar-lhe obstáculos e mal-entendidos”, então seria preciso que “a candidatura do governador de Minas continue a impor-se com o seu verdadeiro caráter”, isto é, “o caráter democrático e o sentido renovador com que a temos fixado, e que o candidato deverá confirmar nos seus pronunciamentos e atitudes durante a campanha presidencial”²⁵⁷.

Diante desse contexto, quando JK não teria se posicionado em relação a candidatura de João Goulart e não teria rompido com a tradição getulista, o *CM* lança editorial em que retira seu apoio à candidatura Kubitschek. Em uma *tomada explícita de posição*, difunde que “hoje nos desligamos da candidatura Juscelino Kubitschek e lhe retiramos o nosso apoio”, pois

²⁵⁶ “O candidato e os equívocos”, *Correio da Manhã*, 13 de fevereiro de 1955, 1^oC, p. 6.

²⁵⁷ “O candidato e os equívocos”, *Correio da Manhã*, 13 de fevereiro de 1955, 1^oC, p. 6.

“esgotaram-se todos os nossos prazos para que o candidato e seu partido fizessem um pronunciamento inequívoco contra a candidatura do sr. João Goulart”. Assim, “a falta de definição em tempo oportuno fechou para nós a porta do nosso apoio coerente com as tradições políticas, os princípios e o passado deste jornal”²⁵⁸. Dessa forma, identificamos que o jornal buscava legitimar sua fala a partir da construção de uma coerência entre tomadas de posição antigas – forte oposição a Vargas e seus métodos políticos – e a postura atual – fim do apoio à candidatura JK:

Mas faltou agora ao sr. Juscelino Kubitschek, no momento supremo, a coragem também suprema que esperávamos dele: romper de todo com o passado getulista, e segundo suas próprias palavras, ‘abrir uma nova época – uma época realmente nova – para o Brasil’. Ao contrário do que afirmou a este jornal, na referida entrevista, o sr. Juscelino Kubitschek, no dia 19 deste mês, ligou o seu destino político – até então completamente independente – a um passado, com o qual não estava comprometido, e que ele poderia ultrapassar com grande autoridade e prestígio. Capitulou diante desse passado, cedendo a falsas razões eleitorais, para ir render homenagem à memória do político que em carta-manifesto dividiu a nação entre getulistas e não-getulistas. Deixou-se prender o candidato livre à engrenagem política do getulismo. Voluntariamente foi receber unção getulista ao pé do túmulo. Deixou-se rotular quem não tinha rótulos. Mudou o candidato. Não mudamos nós”²⁵⁹.

Nesse sentido, o jornal argumenta que “manteremos as nossas posições de princípios e de tradição. Continuaremos na estacada, em defesa da legalidade, e jogando todo o peso da nossa **autoridade** na defesa do regime, que não deve ser imolado, qualquer que seja o candidato”. Assim, “não ficamos presos a quaisquer candidatos, nem adotamos no momento nenhuma candidatura, mas defenderemos com intransigência o direito dos cidadãos serem candidatos aos postos eletivos”. Concluindo, “deixamos aqui, nesta encruzilhada, o candidato que tínhamos até hoje, pois, com ou sem Jango Goulart, o sr. Juscelino já fez o pior para nós: aceitou marchar com Jango, isto é, rumo ao passado e não ao futuro”. Contudo, “o fato de estarmos sem candidato não nos afasta da luta. **Continuaremos lutando pela democracia, pela ordem constitucional, pela seriedade na vida pública brasileira**”²⁶⁰.

Nessas passagens, o jornal utiliza o discurso autorreferencial como elemento central para se legitimar no debate público. Para tanto, faz apelo ao seu passado, a posições anteriores, enfim, à sua tradição, e ao “peso” de sua “autoridade”, isto é, a autoridade adquirida em lutas anteriores (BOURDIEU, 1987), referendada pelo reconhecimento entre os pares (BARBOSA, 2007, p.156) e também do público. Tudo isso para reforçar sua legitimidade enquanto instituição que defenderia a democracia, pela ordem constitucional e, dessa forma,

²⁵⁸ “Desliga-se o ‘Correio’ do sr. Kubitschek”, *Correio da Manhã*, 28 de abril de 1955, 1°C, p. 6.

²⁵⁹ “Desliga-se o ‘Correio’ do sr. Kubitschek”, *Correio da Manhã*, 28 de abril de 1955, 1°C, p. 6.

²⁶⁰ “Desliga-se o ‘Correio’ do sr. Kubitschek”, *Correio da Manhã*, 28 de abril de 1955, 1°C, p. 6.

possivelmente, esse passado e essa tradição a que o jornal se refere estaria localizado especialmente em 1945, quando esteve entre os diários que se colocaram favoráveis ao fim do Estado Novo, episódio remorado constantemente. Nesse sentido, o *Correio* como combatente de Vargas e do getulismo não poderia mais apoiar a candidatura de JK, mas como “baluarte da democracia”, nada mais lógico que defender o direito de Kubitschek ser candidato, assim, para o *CM*, a democracia estaria relacionada ao direito de qualquer indivíduo, que estiver legalmente em condições, ser candidato à postos eletivos.

Em relação ao pensamento político do jornal identificamos que o getulismo foi concebido em termos negativos e simbolizaria o passado, um passado ruim – e nesse ponto se aproxima muito da perspectiva de *OG*. Uma das fraquezas de JK teria sido não ter conseguido se afastar desse passado em prol de “falsas razões eleitorais”, em última instância, na perspectiva do jornal, JK teria colocado os interesses particulares acima dos interesses coletivos.

Em síntese, nos três jornais não se critica ou elogia a atuação política de JK, no sentido de propostas, projeto e ações implementadas, e sim sua vinculação com um passado que para o *OG* e *CM* teria que ficar para trás, pois simbolizaria a “degradação dos métodos de se fazer política” onde os interesses facciosos se sobreporiam aos coletivos, mas para o *UH* a associação a esse passado representaria justamente a grande força de Kubitschek.

Identificamos que teria ocorrido uma luta de representação em torno da significação mais legítima sobre o contexto político de 1955, na qual os jornais lançaram mão das mais distintas estratégias discursivas para conseguir autorizar as suas tomadas de posição: mobilizaram conceitos como *opinião pública*, e funções públicas com *interprete do pensamento coletivo* e *falar pela coletividade*; fizeram referências aos próprios jornais e utilizaram citações de outros jornais para referendar suas tomadas de posição ou desautorizar seus concorrentes; utilizaram constantemente as *tomadas explícitas de posição*.

Dessa forma, pode-se argumentar que além de uma possível transposição de disputas políticas para o *campo jornalístico*, conseguimos observar disputas entre os jornais dentro do campo, para conquistar e ampliar o seu capital simbólico, para então conservar ou melhorar sua posição dentro desse campo (BOURDIEU, 1987). Sendo que a linha editorial assumida pelo *JB* de buscar não entrar abertamente em disputas que pudessem lhe gerar alguma forma de repressão, poderia explicar a sua ausência nesse debate, ou seja, como observamos o *CM*, *OG* e *UH*, usaram frequentemente as *tomadas explícitas de posição*, possivelmente o *JB* teria ficado receoso de receber retaliações, dependendo do desfecho político, caso entrasse abertamente nesse debate.

Se identificamos essas distintas disputas enquanto JK era candidato, quais representações poderemos encontrar sobre Kubitschek no cargo de presidente da República?

Inicialmente, identificamos que *OG* marca sua posição em relação a JK, agora Presidente da República, logo no início de seu mandato: “sem alienarmos um milímetro sequer das responsabilidades por nós tomadas durante a campanha presidencial [...], **não nos propusemos, após a posse do atual Presidente, a participar de uma oposição sistemática**”²⁶¹. Compreendemos esse esclarecimento sobre a forma como *OG* iria se colocar em relação ao governo recém-empossado como um meio de legitimar suas futuras tomadas de posição frente ao governo, perante o público e perante os pares e, nesse caso, pode-se dizer que o diário fez apelo ao ideal de objetividade, se o compreendermos no sentido de marcar o lugar de onde se fala.

No dia da posse de JK, o *Jornal do Brasil* também se posiciona frente ao novo governo: “Na aurora de novo governo, cumprimos o dever de expor a nossa opinião, sem animosidades ou reticências”. Então, afirma que “os ventos que desde logo cercaram o Sr. Juscelino Kubitschek não inspiravam confiança aos propósitos de refrear o surto de apetites vorazes em detrimento da vitalidade nacional”, bem como “**o nosso antagonismo** com a candidatura do Sr. Juscelino Kubitschek cresceu quando ele se submeteu às ânsias **demagógicas**, acolhendo como seu companheiro de chapa o Sr. João Goulart”. Diante da composição desse cenário, argumenta que “**por isto sentimo-nos à vontade para desejar** ao novo governo êxito satisfatório no desempenho de sua missão” e, para auxiliar que o presidente chegue ao êxito, o jornal indica como ele deveria se comportar:

Compenetre-se o Sr. Juscelino Kubitschek de seus deveres, afaste e destrua as prevenções que contra a sua candidatura se acumularam, reaja às malversações e aos abusos, integre-se na sua personalidade moça, abra-se na sua ambição de servir ao Brasil, e conquistará o apoio da **opinião independente do País**²⁶².

Essas passagens nos orientam na compreensão de como o jornal busca construir sua inserção no debate público. Primeiro, afirma que seria seu dever se posicionar frente ao novo governo, demarcando a característica de um jornal opinativo, mas na sequência busca legitimar suas tomadas de posição, a partir do discurso sobre a existência de um antagonismo prévio entre ambos. Essa situação colocaria o *JB* em uma posição de independência em relação a JK, o que seria um sinal dos ecos do ideal de objetividade, na mesma acepção que no *OG*, e, nesse sentido, para o *JB*, suas apreciações seriam mais válidas do que a de outros agentes, até mesmo jornais,

²⁶¹ “O discurso presidencial de ontem à noite”, *O Globo*, 28 de março de 1956, 1°C, p. 1.

²⁶² “O novo governo”, *Jornal do Brasil*, 31 de janeiro de 1956, 1°C, p. 5.

que possuiriam alguma vinculação ideológica e mesmo política com Juscelino. E seria, justamente, essa opinião independente que o Presidente deveria conquistar para saber se estaria cumprindo adequadamente seus deveres públicos.

Também no dia da posse de Juscelino Kubitschek como presidente, *UH* elabora um longo editorial afirmando que “encerra-se hoje uma fase histórica da vida brasileira. Com a posse dos Srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart, retorna o País à normalidade administrativa e política”, mas também se encerraria “mais uma fase da vida deste jornal”.

Por isso mesmo, temos o direito e temos autoridade para declarar categoricamente que, ao encerrar-se este período da nossa vida cívica, entramos num período novo para o nosso jornal. Agora, é a fase da vigilância permanente em torno da conduta dos homens que assumem o bastão do poder. Estaremos vigilantes a fim de impedir que seus eventuais erros ou suas omissões levem o nosso País ao clima das tempestades, que evidentemente devem ser dadas como encerradas na madrugada de 11 de novembro de 55.

Afirmamos aqui categoricamente a nossa completa independência em face ao novo Governo. A nossa crítica ou o nosso aplauso a seus atos jamais serão inspirados em interesses pessoais ou subalternos: serão invariavelmente, a ressonância da voz do povo.

ULTIMA HORA nunca se deixou perder, no passado, pela cegueira das posições sectárias: hoje, muito menos se deixará levar para o governo adulator e insincero, nem para o oposicionismo intransigente e irresponsável²⁶³.

O texto acima indica as estratégias utilizadas por *UH*, visando se legitimar no debate público em prol da democracia brasileira. Desde o início, o jornal concebe que estaria ao lado de JK em defesa da consolidação da democracia, e, agora que o país teria retornado à normalidade administrativa e política, seu dever para com a democracia também teria se alterado e da “defesa” passaria para a “vigilância”. Em ambos os casos o *UH* estaria trabalhando em prol do regime, instituindo-se assim a função pública de *vigilante do poder público*. Contudo, para que tal função seja legítima, isto é, reconhecida, seria necessário uma dupla independência: primeiro, entre vigilante e vigiado, por isso, a referência a ideia de uma “completa independência em face ao novo Governo”; segundo, entre interesses coletivos e “interesses pessoais ou subalternos”, assim, nada mais coerente do que o *UH* se propugnar como “a ressonância da voz do povo”²⁶⁴, o sujeito mais legítimo do regime democrático e já construído pelo jornal enquanto *Povo* ativo, mobilizado e organizado.

Com exceção do *CM*, os demais jornais marcaram sua posição em relação ao governo de Juscelino Kubitschek: *OG* e *JB*²⁶⁵ por terem combatido JK durante a campanha e *UH* por tê-

²⁶³ “Não devem ser traídas as promessas feitas ao povo!”, *Última Hora*, 31 de janeiro de 1956, 1°C, p. 1.

²⁶⁴ Vale ressaltar que, neste momento, não estamos buscando a efetividade ou mesmo relação entre discurso e prática, apenas buscamos analisar as estratégias discursivas utilizadas pelos jornais para se legitimar no debate público.

²⁶⁵ Mesmo que este combate não tenha sido identificado nos textos editoriais que formaram o corpus documental.

lo apoiado; *OG* afirmando que não faria uma oposição sistemática, o *JB* se concebendo enquanto a “opinião independente” que o presidente deveria conquistar para conseguir bem governar, e, o *UH* se construindo enquanto aquele que passaria para a *vigilância do poder público*. Interpretamos esses discursos como uma forma de cada jornal construir sua autoridade para as posições futuras em relação ao governo, e, o particularmente relevante para a nossa pesquisa é que o fizeram a partir de ideais vinculados ao jornalismo, especialmente ao ideal de objetividade, que segundo nossa concepção foi apropriado pelo jornalismo brasileiro do período e concebido enquanto marcar o seu lugar de fala. Assim, os jornais não estariam se construindo como objetivos a partir da ideia de não possuírem preferências políticas e/ou ideológicas, ao contrário seria marcando essas preferências e essas ideologias que se construiriam como “objetivos” e a partir desse ponto demarcado se inseririam no debate público.

Após terem demarcados suas posições em relação ao governo de Kubitschek os diários iniciam suas apreciações. *O Globo* afirma que “no Brasil, como nos Estados Unidos, os grandes rumos da vida pública são traçados e conduzidos pelo Chefe do Poder Executivo, sob o controle da **opinião nacional**”. Tal afirmativa seria essencial para que *OG* entre em um tema ao qual se dedicou de início ao final do governo Kubitschek, a saber, a necessidade de JK se libertar dos compromissos com os grupos e partidos que o teriam ajudado a se eleger, caso contrário sua autoridade estaria comprometida e com ela o Poder Executivo da República²⁶⁶, quiçá todo o regime, uma vez que, o governo JK estaria marcado pela paralisia administrativa decorrente de Juscelino ter “se demitido” de sua autoridade na formação do governo.

Nesse ponto, o diário argumenta que tal situação é decorrente de duas razões: primeiro, “porque, para vencer as eleições, foi levado ao erro (**que tantas vezes combatemos em letra de jornal**) de assumir compromissos (parece até que os houve por escrito!) quanto à formação do Ministério, o grande, como o pequeno” e nisso inclui “as pastas, de um lado, e os institutos, Banco do Brasil, autarquias e altos cargos, de outro”. Segundo, “porque, tendo-se amarrado a esses contratos bilaterais ou multilaterais, não logrou escolher seus auxiliares, nem em cima, nem em baixo”, assim, “teve de servir-se do simples direito de optar, dentro de listas de candidatos, que lhe eram apresentadas, pelos nomes que lhe pareciam melhores ou menos nocivos!”²⁶⁷.

²⁶⁶ Tal temática é recorrente no jornal, mas foi mais detalhadamente abordada em dois textos: “O discurso presidencial de ontem à noite”, *O Globo*, 28 de março de 1956, 1°C, p. 1.; e “Anistia para os comunistas é crime contra a pátria”, *O Globo*, 20 de março de 1956, 1°C, p. 1.

²⁶⁷ “A revolução jurídica do Sr. Bernardes Filho, seus perigos e consequências”, *O Globo*, 04 de julho de 1956, 1°C, p. 1.

Em síntese, o governo se encontraria em estado de paralisia e o Executivo em crise de autoridade, pois JK não teria ouvido as diversas advertências feitas “em letra de jornal” durante o processo de sucessão presidencial, “não auscultou a opinião nacional”, ou melhor, não deu atenção para a “opinião nacional” que *OG* considera como a legítima, pois se lembrarmos, em diversos momentos, o jornal dos Marinho deslegitima as *falas* do *Ultima Hora*. Nesse caso, até mesmo o que pode ser considerado como a “opinião nacional” estaria em disputa e possivelmente o que *OG* considera como a “opinião nacional” legítima não seria o mesmo que o *UH* ou os demais jornais poderiam considerar, ou seja, todo o processo estaria imerso em *lutas de representação* (CHARTIER).

Dessa forma, diante da possibilidade de se alterar da titularidade dos altos postos do Ministério, no mesmo editorial citado acima, *OG* alerta o então Presidente:

REFLITA bem o ilustre Sr. Kubitschek antes de tomar tão grave deliberação, porque, quando, com os novos ministros e auxiliares, a doença continuar enfraquecendo o Brasil, **nossos compatriotas poderão considerar que o regime é que está atacado de cupim**, ou que o Presidente é que não corresponde à expectativa nacional. Aí, o risco.

COMO ÓRGÃO de opinião pública, um jornal como O GLOBO, que não tem senão o partido do Brasil, e do bem-estar do povo, não se acha interessado em que permaneça o Governo em sua composição atual ou com outra²⁶⁸.

Retomando esse assunto, em 1960, conclui, falando em nome da coletividade, que “NINGUÉM deixou de ver claro, nesse painel, a crise de autoridade, essa fragmentação do Executivo, esse melancólico exemplo de quanto pode a conquista do poder por meios incompatíveis com as regras da moral política”²⁶⁹.

Nesses trechos, *OG* buscaria alertar JK, para tanto, procura legitimar sua fala, novamente, através do conceito de *opinião pública*. O que nos chama atenção seria o fato de *OG* se construir como um órgão *de* opinião pública, e não simplesmente *da* opinião pública, nessa opção, pode-se identificar que esse diário se conceberia como um dentre vários outros órgãos de *opinião pública*, isto é, relevante, pois deixa entrever que *opinião pública* não seria algo monolítico, ao contrário, seria algo mais dinâmico e que vários agentes (indivíduos e/ou instituições) integrariam a *opinião pública*. Assim, ao se construir como um órgão *de* opinião pública, estaria marcando que mesmo que fosse uma empresa privada entraria no debate público para discutir assuntos públicos, por isso o esforço em afirmar a sua isenção frente às correntes políticas, por exemplo, quando afirma que o seu “partido é o Brasil” e o seu interesse seria o

²⁶⁸ “A revolução jurídica do Sr. Bernardes Filho, seus perigos e consequências”, *O Globo*, 04 de julho de 1956, 1°C, p. 1.

²⁶⁹ “Candidatos e compromissos”, *O Globo*, 16 de janeiro de 1960, 1°C, p. 1.

bem-estar do povo. Dessa forma, como um *órgão de opinião pública* que desejaria apenas o bem-estar do povo, o jornal autorizaria o seu discurso e interviria no debate a partir da *função pública* que chamamos de *auxiliar da coisa pública* para advertir o então Presidente da República sobre o perigo da “doença continuar enfraquecendo o Brasil”.

Primeiro, podemos indagar, qual doença seria essa para *OG*? Ao que tudo indica, seria a paralisia administrativa gerada pela crise de autoridade de Kubitschek, sendo que essa crise de autoridade seria decorrente de sua pouca capacidade de manobra, especialmente na escolha dos nomes para a composição de seu Ministério, diante dos compromissos firmados previamente a sua eleição. Nesse caso, pode-se pensar que a causa de tal doença teriam sido os acordos – “todos os tipos de acordos” – efetuados para se vencer as eleições, inclusive com os comunistas, e que depois resultariam no atravancamento da administração pública; e se a administração pública não funcionaria, logo se questionaria a “saúde” do regime ou o seu governante imediato. De qualquer forma, as possíveis causas da doença estariam relacionadas a algo que seria próprio do regime – disputas eleitorais –, o que poderia nos levar a considerar que para *OG*, nesse aspecto, o regime estaria sendo comprometido por dentro, não pela violação de regras constitucionais, mas por desconsiderar as “regras da moral política”.

Nesse sentido, a analogia ao cupim não seria aleatória, pois eles atacam em silêncio, são quase invisíveis e quando seus primeiros vestígios são detectados já pode existir um grande estrago, galerias enormes já podem ter sido criadas, ou seja, corroem a madeira por dentro, em silêncio, mas deixando a casca quase intacta, e quando nos damos conta a madeira infectada estaria muito deteriorada. Entretanto, aqui precisamos ter atenção, pois o “cupim” não seria um componente da madeira, mas um agente externo que se infiltra na madeira a partir de alguma brecha (um pedaço mais sensível ou não tratado). Dessa forma, pode-se pensar que tal analogia também se referiria à infiltração comunista no regime democrático possibilitada pelos acordos pré-eleitorais, o que violaria as regras constitucionais, porém, para o jornal o mais grave seria a desconsideração das regras da moral política. Para o jornal, toda essa situação seria um grande risco ao regime democrático.

O *Jornal do Brasil*, possui a mesma preocupação de *OG*, como percebemos diante do questionamento que o diário faz à JK: “saberá ele desvencilhar-se dos pesados compromissos partidários que assumiu durante a campanha eleitoral, para só encarar os altos interesses nacionais?”²⁷⁰. Em 1958 o *JB* conclui que Juscelino não estaria conseguindo cumprir seu dever enquanto presidente e que aquilo que o jornal temia estaria ocorrendo, isto é, JK não conseguiu

²⁷⁰ “As responsabilidades de um governo”, *Jornal do Brasil*, 22 de janeiro de 1956, 1^oC, p. 5.

se desvencilhar dos compromissos partidários que assumiu durante a campanha eleitoral. Por isso, não estaria conseguindo se movimentar politicamente, então, sintetiza o editorial justificando suas tomadas de posição e fazendo mais um apelo a JK:

É na plena consciência dos **nostros deveres públicos** e no maior cuidado pela legalidade democrática, cujo destino está ligado à preservação, até o fim, do mandato que lhe foi conferido pela maioria relativa do eleitorado, coberto pela máquina jurídica e assegurado pelos controles militares, que daqui dizemos ao Presidente Juscelino Kubitschek, tão simpático nos dons humanos do trato pessoal: - governe, Governe, ou não tardará a subversão ou a substituição do regime. Governar é a única solução, o caminho único do Poder Civil²⁷¹.

De modo semelhante ao *OG*, o *JB* compreende que por escolhas que JK teria feito para conseguir se eleger e até mesmo para tomar posse, sua margem de manobra e sua autoridade teriam ficado comprometidas, assim, não estaria conseguindo governar adequadamente e essa situação poderia levar a subversão ou a substituição do regime democrático. No caso do *JB*, ao afirmar de que governar seria o “caminho único do Poder Civil”, deixa entrever que essa intervenção ou troca de regime partiria de grupos militares. Ao fazer essas advertências e recomendações ao então governo, *JB* insere-se no debate público autoinstituído da *função pública de auxiliar da coisa pública*.

Kubitschek também recebe críticas do *CM* pela sua falta ou crise de autoridade, assim, “a Nação vive suspensa em expectativas sombrias, por causa do poder civil desautorado e do regime à mercê das consequências dessa falta consentida de autoridade”. Entretanto, se no caso do *OG* e do *JB* eram os pagamentos das dívidas adquiridas no período eleitoral que estavam retirando a autoridade do Presidente, para o *CM* as funções do Executivo foram usurpadas e devastadas “pelos apetites vorazes dos competidores militares”.

Tendo o presidente da República se condenado ao vácuo, pela inapetência para o exercício da autoridade, ocupa um cargo que um grupo de militares exerce de fato, ditando-lhe ordens e procurando-o apenas para referendar atos que lhe escapam à iniciativa e prévio conhecimento. Isto poder ser cômodo para o sr. Juscelino Kubitschek, que loteou o governo para não ficar sem o Catete, mas será funesto para o regime, funesto como um cancro que se aprofunda e vai lançando colônias pelo organismo institucional, minando-lhe, em definitivo, todas as resistências, como já de há muito o está desfigurando, a ponto de não mais enganar ninguém²⁷².

Então, o jornal, exercendo a *função pública de auxiliar da coisa pública*, adverte que “o presidente da república não percebe o tumor que se está formando e ameaça consolidar-se. Está em ameaça de rápida consolidação, com a violência de carros de assalto. **O tumor se chama ditadura militar**”. Assim, “encontramo-nos à meia luz, nas sombras vacilantes de um poder

²⁷¹ “Solução”, *Jornal do Brasil*, 06 de maio de 1958, 1°C, p. 3.

²⁷² “Tumor militar”, *Correio da Manhã*, 23 de setembro de 1956, 1°C, p. 6.

civil dominado pelo tumor. Este, ou será extirpado, ou, no fim, não existirá organismo: o tumor terá tomado conta do sistema vital extinto”²⁷³. São os militares que “tutelam o governo”²⁷⁴.

Em fevereiro de 1957, o *CM* retoma a questão e argumenta que “o reconhecimento da existência de uma atmosfera tensa não justifica, no regime democrático, que os anseios de ordem e estabilidade das instituições se dirijam para outra autoridade que não a do chefe do poder civil”. Sendo assim, “a inversão desta tendência lógica constitui anomalia” e “os fatos aí estão demonstrando como o seu hábito de renúncias e omissões podem conduzir a uma deformação do regime”²⁷⁵. Justifica sua preocupação com tal situação, pois

Nos países como o Brasil, onde a democracia formal ainda é incipiente, em consequência de fatores mais diversos, a questão que todos os dias se impõe à consideração de governantes e governados, é a do respeito às regras e ao ritual da **sistemática democrática**. Na preservação desses princípios, que se cristalizam no prestígio do poder civil, aparte mais onerosa dos deveres de zelo e defesa cabe aos próprios governantes. Dispõe, eles, entre outras forças, da força do exemplo na edificação da **consciência democrática**²⁷⁶.

A questão da crise de autoridade de JK já foi identificada no *OG* e no *JB*, mas o que chama atenção é que tanto *OG* quanto *CM* ao falarem da crise de autoridade de Kubitschek utilizaram metáforas biológicas²⁷⁷, ambos falam em doença. Entretanto, diferente da analogia ao cupim utilizada pelo *OG*, o *CM* se refere a um tumor, o que torna a lógica da doença um pouco diferente. Embora novamente, identificamos a concepção de que haveria uma ameaça interna, ou seja, de que algo estaria maculando a democracia por dentro, a menção ao tumor implica que seria alguma anomalia causada por uma disfunção interna ao organismo democrático e não por algum agente externo que se infiltrou no organismo, como no caso do cupim. Essa disfunção estaria atrelada à perspectiva que até o momento não havia sido identificada, isto é, o presidente ser “tutelado” pelos militares, anomalia que está colocando em risco a “saúde do regime”.

Dessa forma, a anomalia seria possibilitada por um civil – crise de autoridade de Kubitschek –, mas articulada por militares. Dessa forma, estabelecem-se diversas disfunções, ou seja, tanto o poder civil quanto o poder militar não estariam cumprindo com a função que lhes caberia dentro do organismo democrático, criando um novo tipo de disputa, entre o poder civil e o poder militar. Na perspectiva do jornal, a manutenção da democracia dependeria da

²⁷³ “Tumor militar”, *Correio da Manhã*, 23 de setembro de 1956, 1°C, p. 6.

²⁷⁴ “Artigo quarenta”, *Correio da Manhã*, 10 de outubro de 1956, 1°C, p. 6.

²⁷⁵ “As armas e o microfone”, *Correio da Manhã*, 01 de agosto de 1957, 1°C, p. 6.

²⁷⁶ “As armas e o microfone”, *Correio da Manhã*, 01 de agosto de 1957, 1°C, p. 6.

²⁷⁷ As metáforas biológicas são estratégias discursivas que buscam explicar os diversos aspectos da sociedade a partir do estabelecimento de relações entre a vida orgânica e a vida social.

capacidade de o poder civil se impor frente ao militar. Para isso, o jornal trabalha ativamente na difusão de alertas e avisos ao presidente, na tentativa de fazer com que cada poder retorne a atuar corretamente na função que lhes caberia. Nesses termos, o jornal acaba expondo uma concepção organicista de sociedade²⁷⁸ e, ao conceber a ditadura militar enquanto um tumor, colocaria em voga a necessidade desse tumor ser extirpado, caso contrário o próprio organismo democrático não resistiria. Assim, a referência à doença acabaria mobilizando diversos elementos presentes no imaginário social (BACZKO, 1985) que possuem grande poder interpelativo, na medida em que a simbolização ligada à doença remete à ideia de uma alteração, de algo nocivo, que prejudica o bom funcionamento de um corpo.

Além dessa ameaça ao regime, ainda encontramos uma referência textual à incipiência da democracia no Brasil, ou melhor, a um aspecto da democracia, aquela nomeada de formal e que se refere a um “conjunto de regras de procedimento para a constituição de Governo e para a formação das decisões políticas (ou seja das decisões que abrangem a toda a comunidade)” (BOBBIO, 1986, p. 326)²⁷⁹. Nesse sentido, democracia receberia um significado essencialmente comportamental, isto é, vinculado às regras do jogo democrático.

Em síntese para *CM*, *JB* e *OG* a democracia estaria ameaçada em função da “demissão” do líder do Executivo de suas funções de governança e de distintas formas os jornais argumentam que a derrocada do regime pareceria eminente.

²⁷⁸ A teoria organicista faz uma analogia da sociedade com um organismo, onde as partes cooperam umas com as outras, formando um sistema. É uma concepção hierárquica de sociedade, onde as diferenças são consideradas naturais, por isso, cada parte tem uma função específica que deve ser desempenhada em prol do bom funcionamento do organismo. Segundo Radcliffe-Brown, é preciso cuidado, pois, assim como a sociedade, o “organismo não é em si a estrutura; é um acúmulo de unidades (células e moléculas) dispostas numa estrutura, isto é, numa série de relações; o organismo tem uma estrutura”. Por isso, a “estrutura deve, pois, ser definida como uma série de relações entre entidades” (RADCLIFFE-BROWN, 1973, p. 221).

²⁷⁹ Entre as regras do jogo democrático ou “procedimento universais” estão: “1) o órgão político máximo, a quem é assinalada a função legislativa, deve ser composto de membros direta ou indiretamente eleitos pelo povo; 2) junto do supremo órgão legislativo deverá haver outras instituições com dirigentes eleitos, como os órgãos da administração local ou o chefe de Estado (tal como acontece nas repúblicas); 3) todos os cidadãos que tenham atingido a maioria, sem distinção de raça, de religião, de censo e, possivelmente, de sexo, devem ser eleitores; 4) todos os eleitores devem ter voto igual; 5) todos os eleitores devem ser livres em votar segundo a própria opinião formada o mais livremente possível, isto é, numa disputa livre de partidos políticos que lutam pela formação de uma representação nacional; 6) devem ser livres também no sentido em que devem ser postos em condição de ter reais alternativas (o que exclui como democrática qualquer eleição de lista única ou bloqueada); 7) tanto para as eleições dos representantes como para as decisões do órgão político supremo vale o princípio da maioria numérica, se bem que podem ser estabelecidas várias formas de maioria segundo critérios de oportunidade não definidos de uma vez para sempre; 8) nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, de um modo especial o direito de tornar-se maioria, em paridade de condições; 9) o órgão do Governo deve gozar de confiança do Parlamento ou do chefe do poder executivo, por sua vez, eleito pelo povo” (BOBBIO, 1986, p. 327). “Valores considerados característicos do ideal democrático: solução pacífica dos conflitos sociais; eliminação da violência institucional no limite do possível; frequente revezamento da classe política; tolerância” (BOBBIO, 1986, p. 326).

O jornal *O Globo* no último dia de 1956 culpabiliza Kubitschek e a sua ânsia de chegar ao Catete por todos os problemas que o Brasil estaria sofrendo²⁸⁰. Nesse sentido, argumenta que “a nação é testemunha de **que o acolhemos como a um mal inevitável**, já que nos parecia mais fácil suportar cinco anos de desgoverno” ao invés de “correremos os riscos de uma crise revolucionária em profundidade, hoje infinitamente mais grave do que em 1930”, Assim, “sem cedermos uma linha nos deveres da crítica nem nos desviarmos uma polegada da posição assumida, temos feito o possível para estimular o Presidente da república a cumprir seus elementares deveres para com o povo²⁸¹”.

Dessa forma, quando o jornal dos Marinho acolhe JK, mesmo que como um “mal inevitável”, poderia, então, construir a *função pública de auxiliar da coisa pública*, pois estaria a “estimular o presidente” a trabalhar em prol do povo. Entretanto, nesse editorial, antes de proferir qualquer palavra desfavorável ao então Presidente, *OG* busca construir sua autoridade no debate público, como observado quando se lê:

Por índole pessoal de seus dirigentes, por formação jornalística, por estrita compreensão da ética profissional, O GLOBO não personaliza a discussão dos problemas públicos, nem se utiliza de matéria-prima sensacionalista para atração de leitores ou granjeio de publicidade. Sua destacada situação no seio da classe não brota dessas fontes envenenadas. Podem varezar nossas coleções; lá não encontrarão o emprego da violência verbal.

Isso nos redobra a autoridade nas campanhas que empreendemos, notadamente as de feição política, como a que se inaugurou com a mal-afortunada candidatura do atual Presidente da República. Nela **nossa tomada de posição** não conheceu preferências nem interesses, a não ser os do Brasil, desgraçadamente reduzido em suas perspectivas de grandeza imediata e progresso pela ação demagógica de um quarto de século de predominância das diretivas desconcertantes e desnorteadoras do Presidente Getúlio Vargas.

O Globo utiliza, para se legitimar no debate público, uma distinção essencial para Bourdieu quando esse último se refere ao campo jornalístico: jornais sensacionalistas e jornais “sérios”, sendo que os segundos seriam os que possuiriam alto reconhecimento e prestígio entre os pares. Também traz um elemento característico dos jornais da década de 1950, que seria o reconhecimento de que eles empreendem diferentes campanhas e/ou bandeiras de luta, havendo a constante necessidade de se construir como um “órgão” legítimo, ao mesmo tempo em que

²⁸⁰ Então, elenca o que seriam esses problemas: “Se os pelegos voltarem mais prejudiciais e arraigados do que nunca, se as Forças Militares se acham divididas e suspicazes uma das outras, se as dificuldades da vida cara e do emissionismo de papel-moeda prosseguem agravando e resultando da espiral inflacionária, se a Câmara se permite o privilégio de importar automóveis pelo câmbio livre, se outros querem até prorrogar-se nos mandatos parlamentares substituindo-se ao eleitorado, se os impostos acabam de ser majorados da maneira insuportável, se a insegurança pública é notória, não procurem os brasileiros outra explicação. Ela se exaure por completo na atitude do Sr. Juscelino Kubitschek”. “As contradições do presidente da República”, *O Globo*, 31 de dezembro de 1956, 1°C, p.1.

²⁸¹ “As contradições do presidente da República”, *O Globo*, 31 de dezembro de 1956, 1°C, p. 1.

ocorre a deslegitimação dos jornais que assumem posições distintas. Dessa forma, *OG* segue sua argumentação, afirmando que:

Um Presidente da Nação não tem o direito de comunicar-se com o povo pelas colunas de um jornal fundado com dinheiro desviado do Banco do Brasil, antiestatutariamente, inclusive sob a égide de uma pessoa jurídica que está sendo executada em juízo por aquele estabelecimento de crédito, depois de um inquérito espetacular. A mais elementar compreensão das delicadezas do cargo não lhe consentiria recorrer a tão suspeito conduto. Muito menos em descompensar-se das regras da austeridade, escrevendo, de seu punho, que o jornal é ‘um autêntico porta-voz das aspirações do povo’!²⁸².

Esse trecho é significativo, pois evidencia a clara disputa intracampo, bem como ocorre o reconhecimento da *função pública* da imprensa como *intermediadora entre estado e sociedade*, ao difundir que o presidente se comunicaria com o *povo* pelo jornal.

Anualmente, O Globo faz um balanço do governo, mas o de 1958 merece uma atenção especial, pois há a denúncia de que “NÃO há outra locução para definir a conduta dos dirigentes do Estado, senão essa: decadência da responsabilidade”. Em compensação, “UM DOS MAIS acentuados vícios da vigente administração consiste no favoritismo, quanto às nomeações. É o governo dos amigos e principalmente dos conterrâneos do Presidente”. Em síntese, “os políticos o que querem é mesa farta e comida de colher. Foi assim em 1929 em grau muitíssimo menos grave. Diga-se a verdade. Não obstante, houve 1930”. Então, conclui: “JORNAL que prima pelo espírito conservador, embora progressista, O GLOBO tem muita pena de apresentar este balanço oficial de 1958. Mas que vamos fazer? Calar seria criminoso”²⁸³.

É um texto inquietante, com tom até mesmo ameaçador, sendo a segunda vez que o jornal se refere à Revolução de 1930 na mesma data (31 de dezembro), e mais uma vez as críticas seriam direcionadas aos homens, nesse caso, à forma de governar – utilização do público em benefício do privado. Isso não significa necessariamente uma crítica ao regime, entretanto, não podemos desconsiderar essas alusões à subversão ao regime tão explícitas, ou seja, embora não se lance odes à democracia, o que estaria sendo possibilitado pelo regime democrático brasileiro seria inadmissível, na perspectiva do *OG*.

É necessário observar a dificuldade em distinguirmos as críticas feitas aos *homens públicos* das possíveis críticas feitas ao regime, se é que isso seria possível, pois as críticas direcionadas a Kubitschek e a Goulart não são necessariamente críticas ao regime. Entretanto, esses *homens públicos* chegaram ao poder dentro do regime democrático. Dessa forma, se esses e outros tantos *homens públicos* seriam tão prejudiciais à coletividade e mesmo assim se

²⁸² “As contradições do presidente da República”, *O Globo*, 31 de dezembro de 1956, 1°C, p. 1.

²⁸³ “Três anos de governo”, *O Globo*, 31 de dezembro de 1958, p. 1, EP

chegariam e se manteriam no poder, não seriam indícios de que algo não estaria bem com a democracia vigente no Brasil, na perspectiva dos diários?

Questão problemática, mas que tem uma importante contrapartida quando identificamos queda mesma forma como *CM*, *JB* e *OG* lançaram diversas críticas à JK, também reconheceram que teria trabalhado para o processo de consolidação democrática. Assim, argumenta *OG*

SEJAM quais forem as restrições que se possa fazer ao Presidente Juscelino Kubitschek, ninguém lhe poderá regatear a justiça de ter sido neste País um **consolidador da democracia** e dos princípios e ideais republicanos abalados durante o período tão largo da nossa vida política recente, **não pela ditadura mas pelo seu fantasma**, que, entre ensaios e previsões, sempre se encontravam nas encruzilhadas das conjecturas.

A VERDADE que importa proclamar e exaltar é que nenhum Presidente do Brasil excedeu o Sr. Juscelino Kubitschek no respeito às liberdades fundamentais do indivíduo e do cidadão e na determinação de proporcionar aos brasileiros, sem restrições nem disfarces, o gozo de todos os seus direitos cívicos, inclusive o de criticar e, principalmente, o de livremente escolher pelo voto os seus governantes”²⁸⁴.

Esse trecho é de extrema relevância, pois permite que apreendamos alguns valores, princípios e ideias que *OG* estaria associando à democracia, isto é, respeito às liberdades individuais e do cidadão, direitos civis, direito de crítica, diga-se de passagem, muito utilizado pelo jornal, e os direitos políticos, especificamente o do voto livre. Assim, gradativamente conseguimos compreender melhor a ideia de democracia difundida por *OG*.

O *Jornal do Brasil* também registra “o papel de consolidador que coube ao Presidente Juscelino Kubitschek”²⁸⁵, acrescenta, “justiça seja feita ao Presidente Juscelino Kubitschek, de quem tantas vezes discordamos: ele tem mantido o livre funcionamento das instituições e, nele, o respeito à imprensa”²⁸⁶. Nessas passagens, também identificamos alguns valores que o *JB* atrelaria à democracia: o livre funcionamento das instituições e o respeito à imprensa. Há um elemento importante de autopromoção do próprio jornal, pois não deixa de assinalar que reconhece o que alguém fez de positivo, mesmo que discorde constantemente desde alguém. Isso oferece ao *JB* a ideia de não facciosismo, pois o jornal poderia apenas ter silenciado e não ter emitido tal parecer favorável a JK.

Assim como os demais diários, o *Correio* não deixa de reconhecer que “o presidente da República cumpriu até aqui a sua meta política de consolidação do regime democrático representativo. A campanha se desenvolveu na plenitude das garantias constitucionais”²⁸⁷. Nesse sentido, “o presidente Juscelino Kubitschek merece o louvor e a gratidão dos brasileiros, por esse clima de civilização e de estabilidade que se deveu à sua atitude isenta e correta”, pois

²⁸⁴ “A conquista da liberdade e da democracia”, *O Globo*, 03 de outubro de 1960, 1°C, p. 1.

²⁸⁵ “O poder legítimo”, *Jornal do Brasil*, 04 de outubro de 1960, 1°C, p. 3.

²⁸⁶ “A ‘terceira data’”, *Jornal do Brasil*, 18 de novembro de 1958, 1°C, p. 3.

²⁸⁷ “A meta política”, *Correio da Manhã*, 29 de setembro de 1960, 1°C, p. 3.

“no instante da opção popular o país se encontrou, realmente, sob o comando da Justiça Eleitoral, sem intervenções e interferências do Executivo, e sem omissões que lhe pudessem sacrificar a eficiência e a autoridade”²⁸⁸. Assim, a consolidação do regime democrático representativo esteve atrelada a um princípio básico da democracia, a livre escolha por parte do povo de seus mandatários, sem coações de qualquer espécie, especialmente as provenientes da máquina oficial.

Quanto ao jornal *Última Hora* como este teria se pronunciado frente ao governo JK?

Inicialmente, como vimos, o jornal buscou construir sua autonomia em relação ao governo, afirmando que passaria para a *função de vigilante*, assim, após construir-se frente ao governo, *UH* atribui uma enorme responsabilidade a esse quando adverte que “um fracasso de Juscelino, nas condições atuais, não seria apenas o fracasso de um Governo, nem de uma geração de homens públicos: **seria também o fracasso do regime democrático vigente em nossa terra**”. Dessa forma, “**a crítica independente e vigilante será**” extremamente útil, “é por isso que, no dia em que ele assume o posto mais alto da República, indispensável é que alguém lhe diga, clara e categoricamente, aquilo que ele não pode fazer, nem deve permitir que façam aqueles que o cercam hoje ou irão cercar amanhã”²⁸⁹.

O *UH* se encarrega dessa tarefa e lembra que “o Sr. Kubitschek foi eleito com o apoio notório de alguns poderosos grupos econômicos nacionais” e que esses irão buscar óbvias compensações. Nesse momento, o jornal se institui a *função de auxiliar da coisa pública* para dizer: “o Sr. Juscelino não deve, no entanto, esquecer que os grupos econômicos que o apoiaram não podem nem devem merecer benefícios que transponham a linha do interesse nacional”; e “não esqueça o novo Presidente da República que este ponto é olhado como o seu **CALCANHAR DE AQUILES!**”. Ainda adverte Juscelino de que “sem o construtivo apoio das massas trabalhadoras que nele viram o líder capaz de sustentar a bandeira das conquistas sociais de Getúlio Vargas, o seu Governo será marcado pela frustração perigosa para o próprio regime”. Assim, instaura-se “a necessidade de que, na fase histórica que se inicia para a República, os trabalhadores tenham uma participação constante e fecunda na vida política do País”, o que, possivelmente, “dará sentido progressista e expressão popular à presença do Sr. Juscelino Kubitschek no Catete”²⁹⁰.

Ao colocar a situação nesses termos, o jornal adota uma estratégia discursiva que, contribuiria para a construção da legitimidade da *função pública de vigilante do poder público*,

²⁸⁸ “Eleições exemplares”, *Correio da Manhã*, 04 de outubro de 1960, 1°C, p. 6

²⁸⁹ “Não devem ser traídas as promessas feitas ao povo!”, *Última Hora*, 31 de janeiro de 1956, 1°C, p. 1.

²⁹⁰ “Não devem ser traídas as promessas feitas ao povo!”, *Última Hora*, 31 de janeiro de 1956, 1°C, p. 1.

mas também de *auxiliar da coisa pública*, indicando ao presidente o que deveria fazer – trabalhar em prol do coletivo, sem deixar de atender os interesses dos grupos econômicos que o apoiaram, mas não ao ponto de colocar os interesses privados acima dos coletivos. Uma tarefa complexa, quase uma *corda bamba* na qual o JK precisaria equilibrar as diferentes demandas para assegurar a manutenção do regime democrático. E nesse equilíbrio, o *UH* se conceberia como o bastão de auxílio, indicando o caminho a ser seguido, pautado nos ideais de Vargas, que, como já verificamos, tornaram-se os próprios ideais do jornal.

A partir de então passa a aplaudir, criticar e a indicar a Kubitschek o que deve ser feito, abusando da *função pública de auxiliar da coisa pública*. Antes mesmo de fechar o primeiro mês de governo, o *UH* aviaria JK que seria necessário “realizar um bom governo; um governo capaz de restabelecer a confiança nacional do Poder civil”²⁹¹.

UH, ainda no início do governo JK, entra no debate público para fazer algumas cobranças do presidente, a partir da *função pública de falar em nome da coletividade*, como observado quando se lê: “Dois meses quase são decorridos da posse. O que o povo deseja, ansiosamente, da parte do Senhor Juscelino Kubitschek é que ele comece a pagar as promessas formuladas em seus discursos de candidato”. Dessa forma, agora *falando em nome da coletividade*: “esperamos que o Sr. Juscelino Kubitschek escute a nossa advertência amável: o **povo**, presidente, **quer** menos letras e mais ação, quer mais atos e menos palavras, quer mais realização e menos promessas!”²⁹². Nesse caso, para ganhar legitimidade no debate público, o *UH* se utiliza da fala coletiva – “o povo deseja” e “o povo quer” –, mas como o jornal direciona a fala ao então presidente da República, pode-se dizer que *UH* se coloca como o *intermediário* entre a sociedade e Estado, assim, o apelo a fala coletiva também pode ser no sentido de interpelar o alvo central de seu discurso.

Poucas semanas depois, o jornal novamente intervém no debate público, sendo mais taxativo: “estagnando ou recuando, o sr. Juscelino Kubitschek terá falhado lamentavelmente. E com ele terá falhado a melhor chance que o Brasil já teve de solucionar normal e pacificamente os tremendo problemas sociais e econômicos que a sua crise de crescimento alarga cada vez mais”²⁹³. Em junho de 1956, diante das manifestações estudantis contra a alta do custo de vida, aconselha o Presidente da República a “deter-se na análise mais profunda do perigo que

²⁹¹ “O governo entre os planos da realidade e da fantasia”, *Última Hora*, 24 de fevereiro de 1956, 1°C, p. 1.

²⁹² “Manobra oratória”, *Última Hora*, 28 de março de 1956, 1°C, p. 1.

²⁹³ “Discurso pela metade...”, *Última Hora*, 16 de maio de 1956, 1°C, p. 3, Coluna “Flashes” do momento.

representa, para a sobrevivência do regime, a manifestação de descontentamento popular tão brutalmente expressa no protesto dos moços das escolas”²⁹⁴.

De outra parte, em novembro de 1956, o jornal argumenta que o depoimento de JK “sobre o que já realizou o seu Governo indicou os sinais de vitalidade que surgem por toda parte e que só os negativistas sistemáticos fingem não ver”. Dessa forma, “enquanto o golpismo intriga, conspira, divide e fomenta o ódio, o Governo batalha, produz e leva o desenvolvimento a todos os recantos do País, na realização de um programa nas proporções da grandeza geográfica do Brasil e de suas possibilidades”²⁹⁵.

Mesmo fazendo esse reconhecimento positivo do regime, provavelmente motivado por alguma onda de críticas intransigentes ao governo, em texto intitulado “A volta das reivindicações sociais”, de julho de 1957, o jornal aborda a greve na Viação Férrea do Rio Grande do Sul e o movimento dos bancários por melhores salários, exige que o Governo prove sua “correta posição”, pois apenas com a “solução dos anseios reivindicativos das classes trabalhadoras poderá permitir estabilidade ao regime e tranquilidade ao Governo para o prosseguimento de sua tarefa”. Assim, indica ao Presidente que este “deve enfrentá-lo ao lado do povo, que o escolheu e o levou ao poder – que representa a força com que poderá contar para a solução de tudo aquilo que pode esperar”²⁹⁶.

Em 1960, *UH* volta a argumentar que “o Sr. Juscelino Kubitschek se defronta hoje com uma crise social de agudeza e profundidade sem precedentes durante todo o seu Governo” e lamenta que o Governo tenha decidido tão tardiamente enfrentá-la. Lembrando que para o *UH* as reivindicações sociais não atendidas, “a ira, a revolta e o desespero, lentamente acumulados”, podem colocar em perigo o próprio regime,

Por isso mesmo, não só os que sinceramente são amigos de JK e apoiam o seu programa de governo – entre os quais nos incluímos – como todos os que desejam ver preservado o regime consideram chegado o momento de dizer ao Presidente que todas as suas metas estarão destinadas ao fracasso se, a esta altura, ele não souber agir para manter o apoio e a confiança do povo.

E, com isso, salvaguardar o regime. Também Juscelino não pode mais “fugir à sua grande responsabilidade política: a de contribuir, com os recursos de que dispõe, para o fortalecimento das forças democráticas do País”, no período pré-eleitoral “em que só um candidato de salvação nacional, como o é o Marechal Henrique Teixeira Lott, pode significar

²⁹⁴ “O que o povo espera do governo”, *Última Hora*, 01 de junho de 1956, 1°C, p. 1.

²⁹⁵ “O depoimento do presidente”, *Última Hora*, 20 de novembro de 1956, 1°C, p. 3, Coluna “Flashes” do momento.

²⁹⁶ “A volta das reivindicações sociais”, *Última Hora*, 08 de julho de 1957, 1°C, p. 3, Coluna “Flashes” do momento

para o povo a certeza de que os sacrifícios não foram inúteis e as compensações não hão de tardar”. Assim, Juscelino deve

Convocar, efetivamente, nesta última etapa do seu Governo, a cooperação de homens imbuídos do mesmo espírito popular e nacionalista que, em 3 de outubro de 1955, de a Juscelino Kubitschek a sua grande vitória eleitoral; galvanizar, encaminhando-os para um mesmo rumo, aqueles partidos que, depois de sobreviver ao impacto dramático do 24 de Agosto, souberam reencontrar o caminho do povo; proclamar, inequivocamente, que não se perdeu a semente de democracia e legalidade lançada pelas Forças Armadas na madrugada de 11 de novembro – só assim, a obra que o projetou como um dos maiores estadistas de nossa história poderá ser levada até o fim²⁹⁷.

Os trechos citados acima evidenciam a preocupação do jornal em colocar em pauta a situação política do país. *UH* o faz através de constantes alertas, conselhos e advertências direcionados ao presidente da República, o que nos faz indagar o que será que move o *UH*? Qual pano de fundo dessa discussão?

Defendemos que seria a legitimação das tomadas de posição do jornal no debate público. Por isso, o *UH* se institui a *função pública de auxiliar da coisa pública* para aconselhar, indicar, advertir o presidente da República, pois estariam em disputa distintos projetos políticos e econômicos e o *UH* precisaria evidenciar que as propostas e projetos defendidos pelo diário seriam as melhores ao Brasil e no caso um fracasso de JK significaria também um fracasso do jornal.

Dessa forma, não seria fortuito o reconhecimento de que o governo estaria levando “o desenvolvimento a todos os recantos do País” e, também, não seria sem sentido todo o apelo que o jornal faz para que JK trabalhe com o *povo* e não contra o povo, trabalhe para “manter o apoio e a confiança do povo”.

Diante de um cenário, em que diversas forças, chamadas pelo jornal de “golpistas”, tentariam atacar o regime democrático, incluindo entre eles alguns jornais, uma das melhores respostas a esse grupo seria “desmoralizar os golpistas” seria o Governo Kubitschek conseguir mostrar que o desenvolvimento econômico poderia ocorrer em regimes democrático com amplas liberdades civis, políticas e sociais. Sendo JK bem-sucedido, o *UH* também legitima sua posição, ou seja, a consolidação democrática, deveria ocorrer por via do desenvolvimento econômico baseado no modelo nacional-desenvolvimentista seria a melhor opção, o que lhe geraria ganhos simbólicos e materiais.

²⁹⁷ “Desenvolvimento com o povo, não contra o povo!”, *Última Hora*, 31 de agosto de 1959, 1°C, p. 2. EP.

Assim, a disputa *intracampo* pela visão mais legítima sobre a democracia, não questionava a democracia em si, entendida como “valor universal”. O que se discutia era a forma que conquistá-la, consolidá-la e, mesmo, o seu significado.

3.2.3 João Goulart: de ameaça à democracia à “síntese dos novos tempos”

Como observamos uma das críticas a JK, por parte de *OG* e *CM* seria em função de sua vinculação com João Goulart, assim, uma análise sobre as representações do petebista, eleito duas vezes Vice-Presidente da República e que se tornou presidente em função da Renúncia de Jânio Quadros em 1961 e deposto do poder pelo golpe midiático-civil-militar de 1964.

OG em uma tomada explícita de posição difunde: “Este jornal já se manifestou reiteradamente contrário à indicação do sr. João Goulart para companheiro de chapa do Sr. Juscelino Kubitschek”, isso porque “o senhor Goulart não dispõe de justos títulos para aspirar à segunda magistratura da República”, é “tão medíocre do ponto de vista intelectual, tão ignorante dos mais elementares princípios de Governo”, “um rapaz sem preparo para o cargo nem possibilidade de exercê-lo, ainda que obscuramente. Suas provas como homem público foram feitas de forma mais desastrada”²⁹⁸.

Na sequência fez uma síntese das críticas que o jornal direciona a Goulart ao longo do período pesquisado: a sua péssima atuação política – não cumpria minimamente suas funções nos cargos públicos a que foi eleito ou indicado; as viagens a Buenos Aires e Montevideo fazem referência a tão denunciada ligação de Goulart com Perón; e a demagogia utilizada para “enganar as massas” em benefício próprio e dos “amigos”, sendo, para *OG*, o ato demagógico supremo a duplicação do salário mínimo. Além disso, com sua demagogia também teria criado um clima de insegurança, inclusive incitaria à luta de classes, por isso, *OG* cita um trecho do “Memorial do Coronéis”²⁹⁹ para difundir que Jango seria uma “ameaça sempre presente de infiltração de perniciosas ideologias antidemocráticas”. Por fim, ele seria considerado corrupto, acusado de desviar “dinheiros públicos”³⁰⁰.

Acrescenta, como se não bastasse tal “*curriculum vitae* do senhor João Goulart”, surgem, agora, motivos que tornam sua candidatura “se não legalmente, ao menos moralmente

²⁹⁸ “O inquérito no Fundo Sindical e a candidatura Goulart”, *O Globo*, 27 de julho de 1955, 1°C, p. 1.

²⁹⁹ Manifesto dos Coronéis, “documento também conhecido por Memorial dos coronéis, assinado por 42 coronéis e 39 tenentes-coronéis e dirigido em fevereiro de 1954 à alta hierarquia militar, em protesto contra a exiguidade dos recursos destinados ao Exército e a proposta governamental de elevação do salário mínimo em 100%. O manifesto teve grande repercussão e contribuiu decisivamente para a demissão dos então ministros da Guerra, general Ciro do Espírito Santo Cardoso, e do Trabalho, João Goulart” (LAMARÃO, 2010, s/p).

³⁰⁰ “O inquérito no Fundo Sindical e a candidatura Goulart”, *O Globo*, 27 de julho de 1955, 1°C, p. 1.

inadmissível”, se referindo ao inquérito sobre a aplicação do Fundo Sindical, que atestaria que o candidato à Vice-Presidência seria funcionalmente corresponsável pelo desvio de dinheiros do Fundo Sindical. Tais acusações teriam sido tornadas públicas em função do debate travado entre Goulart, Alencastro Guimarães³⁰¹ e o jornal *Correio da Manhã*. Dessa forma, o *OG* intervém no debate público e exige que Goulart destrua as acusações “ou não pode aspirar ao alto cargo de segundo magistrado da Nação. Porque afinal o democratismo não pode ser igualado àqueles remédios milagrosos que tem, segundo as bulas de propaganda, o poder de apagar todas as manchas”³⁰².

Como decorrência, argumenta que “a escolha do líder nacional do PTB nos submete a inegável queda de nível intelectual e político”, mas o mais grave seria que “nunca se viu nada mais ousado nem mais grave sinal de decadência do regime do que a indicação desse moço para, possivelmente, vir a exercer nestes anos difíceis a direção dos destinos do Brasil”³⁰³.

Nesse editorial, também podemos identificar a mesma estratégia discursiva já utilizada anteriormente, ou seja, intervém no debate em uma *tomada explícita de posição*, utilizando a expressão “este jornal”, quando possui provas – a publicização do inquérito do Fundo Sindical – que considera favoráveis para suas tomadas de posições anteriores e que, nesse caso, foram reforçadas por terem sido tornadas públicas por outro jornal, o *Correio da Manhã*, que possuiria sua legitimidade comprovada entre os pares. Assim, além do que foi dito sobre João Goulart, a forma como foi dito fez com que se tornasse ainda mais legítima a *função pública* da imprensa enquanto *vigilante do poder público*, ainda mais em um país, segundo *OG*, com tantos *homens públicos* que estariam longe do ideal de *homem público* projetado pelo diário: o magistrado incorruptível. E ao autorizar tal *função pública*, acabaria por legitimar o jornalismo e o seu produto e com isso reforçaria a necessidade desse produto, que como afirma Bourdieu (1974), não seria algo produzido sem a intervenção dos agentes – produtores legítimos – do campo.

OG ainda constataria a decadência do regime em função da indicação de João Goulart para candidato à Vice-presidência da República. Nesse caso, pode-se dizer que para *OG* a decadência do regime estaria associada, de um lado, à própria falta de qualidade dos *homens públicos*, mas de outro lado, à própria lógica do regime, que não teria o “o poder de apagar todas as manchas”, mesmo assim permitiria que homens com o “*curriculum*” de João Goulart ocupem, por vias legais/democráticas, cargos públicos, bem como sejam indicados e eleitos,

³⁰¹ Napoleão de Alencastro Guimarães, foi revolucionário em 1930, senador pelo Distrito Federal de 1951 a 1954, ministro do Trabalho de 1954 a 1955 e novamente senador pelo Distrito Federal de 1955 a 1959.

³⁰² “O inquérito no Fundo Sindical e a candidatura Goulart”, *O Globo*, 27 de julho de 1955, 1°C, p. 1.

³⁰³ “O inquérito no Fundo Sindical e a candidatura Goulart”, *O Globo*, 27 de julho de 1955, 1°C, p. 1.

não uma, mas duas vezes para ocuparem a primeira e a segunda magistratura da República. Frente a uma constatação tão grave como essa, o que podemos inferir: Que para *OG*, o regime vigente no Brasil não estaria funcionando adequadamente, uma vez que estaria aberto à “infiltração comunista” e que homens como João Goulart tornaram-se por duas vezes Vice-Presidente da República, lembrando que as eleições para presidente e vice eram feitas individualmente.

De outra parte, frente a primeira candidatura de Goulart à Vice-Presidência da República, identificamos que defende o “direito legal” de Goulart ser candidato, se opondo a qualquer força que desejasse lhe retirar tal direito. Porém, enfatiza, “ainda que tenhamos de defender para o sr. João Goulart o direito *legal* de ser candidato”, ao mesmo tempo “continuaremos” “a impugnar e combater a candidatura do sr. João Goulart, por considerá-lo sem o direito *político e moral* de candidatar-se à vice-presidência da República”. Assim, “podemos defender o seu direito de ser candidato, mas como adversário e inimigo. Desejamos ser claros e estamos falando a tempo³⁰⁴.

Essas passagens reforçam a linha adotada pelo jornal e já evidenciada frente a candidatura de JK, isto é, a defesa de que se um indivíduo estiver legalmente apto para concorrer a qualquer cargo eletivo, esse direito deve ser preservado e para o *CM*, seria nisso que se basearia a lógica democrática.

Na sequência, o *CM* utiliza argumentos bem semelhantes aos de *OG* para combater a candidatura Goulart, ou seja,

O sr. João Goulart não está em condições, nem tem um passado de homem público que o habilite a ser o presidente do Senado e o vice-presidente da República. Deputado na legislatura passada, o que o tornou famoso foi a ausência, a incúria, a incapacidade para o exercício do mandato. Não deixou um projeto, uma intervenção parlamentar, uma palavra ao menos na tribuna da Câmara. Não comparecia sequer às sessões. Ministro do trabalho, o que lhe marcou a presença na pasta foi a atuação de agitador e demagogo. Ao seu nome ficou para sempre ligada a lembrança das aventuras da república sindicalista no tipo Perón, das agitações no Cais do Porto, do incitamento à luta de classe, do peleguismo sindical como instrumento de força política.³⁰⁵

Nesse sentido, o que deslegitima João Goulart a aspirar o posto de vice-presidente seria a sua péssima atuação enquanto *homem público*, ou seja, alguém que instituído de sua função de representante do coletivo não teria atuado em benefício desse coletivo, ao contrário, apenas teria criado situações que trouxeram instabilidade política e social ao país e, por extensão, à democracia.

³⁰⁴ “O indesejável”, *Correio da Manhã*, 20 de abril de 1955, 1°C, p. 6.

³⁰⁵ “O indesejável”, *Correio da Manhã*, 20 de abril de 1955, 1°C, p. 6.

Dessa forma, argumenta-se, “derrotaremos a pretensão do sr. João Goulart à vice-presidência da República: impedindo que seja companheiro de chapa do sr. Juscelino Kubitschek ou combatendo-o para que seja derrotado nas urnas”³⁰⁶. Tais palavras não foram vãs, pois o *CM* passa a difundir diversos editoriais bem críticos a Goulart, concebendo-o como “herdeiro do espólio sentimental do 24 de agosto. E é mais do que isto. Ele é o agitador por excelência do pior getulismo”, sendo que o “seu campo de ação não foi apenas o Palácio do Catete. Foi o amplo e largo campo de toda uma classe social, que tentou corromper com seus pelegos e com o dinheiro do fundo sindical para atirá-la contra o resto do país”, tudo isso em nome “de uma popularidade ilegítima, não conquistada na escola dos sacrifícios sérios do sindicalismo livre, e sim às custas do poder e dos recursos financeiros do Estado”³⁰⁷. Ainda mais, “O sr. João Goulart é um aventureiro e um demagogo, que não se acha à altura de ser vice-presidente da República”, dessa forma, deveria ser combatido e derrotado politicamente³⁰⁸.

Nessas passagens, as críticas são centradas na utilização por parte de Goulart de recursos provenientes do Estado para adquirir popularidade, por isso caracterizada de ilegítima, mas ainda há, no *CM*, a esperança de Goulart ser derrotado primeiro no debate público, e para isso o jornal dos Bittencourt está trabalhando ativamente difundindo diversos textos críticos ao candidato, expondo os motivos pelo qual ele estaria desautorizado não legalmente, mas moralmente a ocupar a segunda magistratura do país; e, segundo, nas urnas, não sendo eleito, ou seja, derrotado a partir de lógicas próprias do regime democrático: liberdade de opinião e eleições.

O *CM* ainda argumenta que por enquanto Goulart se “encontra em pleno gozo de seus direitos cívicos” de almejar a vice-presidência da República. Entretanto, “não é certo que o esteja depois de encaminhados à Justiça os inquéritos sobre o criminoso esbanjamento dos fundos do imposto sindical durante a gestão janguista no Ministério do Trabalho”, pois assim “poderá estar então sub judice, tal como o sr. Ademar de Barros”. Nesse sentido, “**damos hoje na última página a relação dos gastos**, sem prestação de contas legal, autorizados ou realizados durante a administração João Goulart com os recursos do imposto sindical”, isto é, dinheiro dos trabalhadores entregue à sua guarda. Com isso, se demonstra, “mais uma vez, que o dinheiro era aplicado com finalidade política e de agitação social”, pois “foram dispendidas

³⁰⁶ “O indesejável”, *Correio da Manhã*, 20 de abril de 1955, 1°C, p. 6.

³⁰⁷ “Desliga-se o ‘Correio’ do sr. Kubitschek”, *Correio da Manhã*, 28 de abril de 1955, 1°C, p. 6.

³⁰⁸ “Não é questão militar”, *Correio da Manhã*, 08 de junho de 1955, 1°C, p. 6.

quantias astronômicas na preparação de comícios em prol do salário mínimo, transporte de operários para esses comícios, nos planos ‘sindicalistas’, etc.”³⁰⁹.

Assim, “nas mãos do sr. João Goulart os recursos do imposto se converteram em elemento de luta de classes para a obtenção do salário mínimo e congressos sindicalistas de caráter nitidamente político, em frente única com os comunistas”, sendo esses “os episódios mais marcantes de sua presença anti-social no Ministério do Trabalho” e que “nos encarregamos de recordar”. Por fim, conclui com uma afirmativa bem categórica: “Iludem-se os que pensam entorpecer a opinião apresentando o sr. João Goulart como elemento bonzinho, convertido à democracia e paladino da conciliação de classes. Na primeira oportunidade que tivesse, Jango desmentiria essas ilusões”³¹⁰. Isso pois, segundo outro texto, “o simples fato de haver o ministro do Trabalho usado o prestígio do cargo e o prestígio palaciano no estímulo a uma campanha de aumento de salário destrói inteiramente a imagem que agora se tenta inventar de Jango, conciliador de classes e elemento a serviço da paz social”³¹¹.

Nesses pontos, além do que foi dito sobre Goulart, importa considerar a forma como foi dita, e, nessa forma, legitima-se a *função pública de vigilante do poder público*, algo central para que a imprensa amplie sua autoridade no debate público, bem como seu reconhecimento como instituição social que trabalharia em prol da coletividade denunciando aqueles que não zelam pelo “bem público”. Dessa forma, o *CM*, além de lançar críticas à atuação de Goulart enquanto ministro do Trabalho, especialmente no que se refere a utilização dos recursos do fundo sindical, também publica a relação dos gastos, isto é, coloca-se como vigilante do poder público, nesse caso, mais do que isso, constrói-se como uma instituição que zela pelos recursos provenientes dos trabalhadores ao difundir denúncias sobre possíveis maus usos de tais recursos. Além disso, o *CM* ainda acusa Goulart de provocar agitações sociais, ou seja, de não trabalhar em prol da “paz social”, questão que poderia colocá-lo como um perigo à democracia.

Se a argumentação de que Goulart faria mau uso dos recursos públicos explorada pelo *CM* para combater sua candidatura em 1955, essas críticas foram retomadas pelo *OG* e *JB* diante da candidatura de Jango à reeleição.

O Globo utiliza o editorial para lembrar os trabalhadores quando forem chamados às urnas para votar “que do atual Vice-Presidente da República (excetuados os inúteis aumentos do salário-mínimo, com que engoda os eleitores às vésperas dos pleitos) não se conhece uma única atitude com que tenha procurado beneficiar o povo”, teria deixado em estado caótico a

³⁰⁹ “Advertência ao agitador”, *Correio da Manhã*, 16 de julho de 1955, p. 6.

³¹⁰ “Advertência ao agitador”, *Correio da Manhã*, 16 de julho de 1955, p. 6.

³¹¹ “Crime de responsabilidade”, *Correio da Manhã*, 22 de julho de 1955, 1°C, p. 6.

“Previdência Social no Brasil, transformada em ‘bureau’ de empregos para os apaniguados e em foco de escândalos e negociatas”³¹². Dessa forma, afirma, se “comprova o que O GLOBO tantas vezes tem posto em destaque, isto é, que a poderosa máquina da Previdência Social é um instrumento das ambições do Sr. João Goulart e de seu cortejo de pelegos multicores”, pois indicaria os nomes dos dirigentes dos institutos e autarquias, sendo por isso “um político privilegiado”, que “tem as suas ordens uma massa considerável de funcionários obedientes à sua vontade, e dispõe de empregos e dinheiro a rodo para conquistar adeptos e votos”³¹³.

Nesse mesmo sentido *OG* acusaria o “PTB janguista e brizolista” de estarem “montando, no Sul, as peças de **uma perigosa máquina totalitária**, a expensas da União”, pois este grupo teria demitido, “de um só golpe”, quatro mil funcionários, nomeados nos últimos dois anos da administração Meneghetti”, para então “substituí-los pelos seus correligionários. Ainda agora, destituiu toda a diretoria do Banco do Rio Grande do Sul, para encaixar nas vagas os seus parceiros”³¹⁴. Em síntese, Goulart aliado ao seu cunhado Leonel Brizola representariam um perigo ao regime democrático.

Argumentação também encontrada no *JB* quando afirma que “num país em que a política se faz, ainda em boa medida, na base de empregos”, Goulart “tem se distinguido pelo aproveitamento a fundo da administração federal e autárquica, na dupla base do empreguismo e dos vastos recursos que, por estranhos caminhos, enchem as arcas do seu partido, sem dúvida o melhor financiamento”³¹⁵. Acrescenta, em outro texto, que Goulart dispõe “discricionariamente dos Ministérios da Agricultura e do Trabalho, cuja atuação se faz sentir no domínio dos interesses das duas classes mais numerosas”, serve-se “sem inibições dos empregos e dinheiros da Previdência Social, sem falar no que obtinha, para si mesmo e para sua política, no Banco do Brasil”, bem como “daquelas repartições e instituições, e de seus recursos, para a montagem de máquina política”³¹⁶. Nessas passagens, encontramos muita semelhança com *OG*, especialmente na exposição do pensamento político que vê a política brasileira muito atrelada a utilização do público pelo privado, sempre do primeiro em favor do segundo.

³¹² “O pão amargo do PTB”, *O Globo*, 07 de abril de 1960, 1°C, p. 1.

³¹³ “Com o dinheiro dos bancários”, *O Globo*, 27 de setembro de 1960”, 1°C, p. 1.

³¹⁴ “O ‘show’ do Sr. Brizzola”, *O Globo*, 06 de abril de 1959, 1°C, p. 1.

³¹⁵ “Fim de um sonho”, *Jornal do Brasil*, 12 de agosto de 1958, 1°C, p. 3.

³¹⁶ “Neutralidade a favor”, *Jornal do Brasil*, 24 de setembro de 1958, 1°C, p. 3. As mesmas acusações são retomadas no editorial: “Brizzola volta da guerra”, *Jornal do Brasil*, 12 de novembro de 1959, 1°C, p. 3., incluindo-se, nesse caso, também o nome de Brizola.

³¹⁶ “Procurando absolvição”, *Jornal do Brasil*, 25 de setembro de 1958, 1°C, p. 3

Diante da possibilidade da reeleição de Goulart, em 1960, viabilizada pela divisão das forças políticas que se oporiam a sua candidatura entre Milton Campos e Fernando Ferrari, o jornal argumenta que dos três candidatos à Vice-Presidência, Goulart seria o pior, pois “não cumpri o Sr. Goulart nenhuma das promessas que fez à classe operária nas eleições de 1955”, se referindo ao direito de greve; o controle do sindicatos pelo Ministério do Trabalho; a reforma agrária; além disso “a previdência social transformou-se numa vasta rede burocrática que serve para empregar os recomendados do PTB”³¹⁷.

Dessa forma, segundo o *JB* “O Sr. Goulart só se mantém na crista dos acontecimentos políticos porque os seus **oponentes tem demonstrado uma grande falta de percepção dos problemas sociais do Brasil**”. Goulart como “o herdeiro (e não se cansa de proclamá-lo) do espólio deixado pelo Presidente Getúlio Vargas”, sendo que “a herança é a de **um trabalhismo sentimental, demagógico e paternalista**. O Sr. Goulart limita-se a explorar a herança. Em nada contribui para o progresso do movimento trabalhista no Brasil”. Assim, “somente a omissão dos seus adversários e as intermitentes e demagógicas intervenções do Sr. Goulart no campo social (como a exploração em torno da concessão periódica de novos níveis de salário mínimo)” estariam “permitido que o atual Vice-Presidente se mantenha, parasitariamente, preso ao tronco do Governo Federal”.³¹⁸

Nesse editorial, que enfatiza o caráter demagógico de João Goulart, também identificamos que, para o *JB*, o trabalhismo não seria algo necessariamente ruim ou negativo, mas sim o trabalhismo ligado à Vargas e que ficou como herança para Goulart, pois seria utilizado apenas com intuítos demagógicos, não servido para o “progresso do movimento trabalhista no Brasil”³¹⁹.

Esse editorial também foi selecionado por nos indicar como o jornal estaria compreendendo a dinâmica dos grupos em disputa pelo poder no regime democrático brasileiro, ou seja, de um lado se teria a demagogia que estaria no poder, presa “ao tronco do Governo Federal”, sendo seu símbolo máximo João Goulart, e, de outro, a oposição que não conseguiria perceber os problemas sociais e por isso não estaria conseguindo ascender ao poder. Nesse sentido, pode-se dizer que o *JB* se coloca como um agente que, ao descrever essa situação, marca sua posição de oposição ao mesmo tempo que buscaria convencer os seus leitores a “acordarem” para essa realidade e então *trabalhar* para alterá-la.

³¹⁷ “Os candidatos à Vice-Presidência”, *Jornal do Brasil*, 28 de setembro de 1960”, 1^oC, p. 3.

³¹⁸ “Os candidatos à Vice-Presidência”, *Jornal do Brasil*, 28 de setembro de 1960”, 1^oC, p. 3.

³¹⁹ Pâmela Bekcer Souza, na sua dissertação, em que analisa as representações do trabalhismo e PTB nas páginas de *Ultima Hora* e *Correio da Manhã* (1951-1954), já havia chegado a constatação semelhante no caso do *CM*.

Certamente, o jornal estaria criticando situação e oposição, mas no caso da oposição essa crítica seria em sentido de alerta, de indicação de que algo deveria ser feito – semelhante ao *Correio da Manhã* quando critica as elites –, se não o regime poderia estar seriamente comprometido, em função da incapacidade ou impossibilidade de a oposição chegar ao poder, um dos elementos centrais que caracterizam o regime democrático. Na perspectiva desses jornais, se de um lado tem-se a oposição que não conseguiria se inteirar dos problemas sociais, o que dificultaria sua ascensão ao poder, de outro lado tem-se Goulart e o PTB, que a partir dos Ministérios da Agricultura e do Trabalho, da Previdência Social e do Banco do Brasil, estão montando uma “máquina política” ou nos termos do *OG* “uma perigosa máquina totalitária” que em pouco tempo impossibilitaria em definitivo a oposição de chegar ao poder.

Dentro desse panorama, não é furtivo que o *CM*, *JB* e *OG* reforça a função pública da imprensa enquanto *vigilante do poder público*, pois segundo o *JB*

Toda a máquina administrativa deve ser inspecionada, para que o bem público não seja sacrificado em benefício do bem particular, das conveniências privadas ou injunções partidárias.

A imprensa, na sua faina, desempenha alta missão inerente ao regime democrático, e para que esse papel não seja sacrificado é que ela reclama o privilégio de se manifestar de modo preciso, sem coação ou constrangimento.

O povo tem direito a saber a verdade e de como os delegados que escolheu para tomar conta do patrimônio nacional se conduzem no desempenho do mandato que lhes foi outorgado. Isto é essencial, é fundamental dentro do regime consagrado pelas nossas tradições políticas³²⁰.

A partir desse discurso, o *Jornal do Brasil* busca legitimar suas tomadas de posição sobre os *homens públicos*, bem como apresenta tais posições como necessárias ao regime democrático – não é pouca coisa. Dessa forma, a partir da *função pública de vigilante do poder público* as críticas e cobranças feitas aos *homens públicos* estariam justificadas e autorizadas, assim, a perspectiva de conflitos em potencial entre o campo político e o jornalístico também ganharia mais vigor.

Por fim, se para o *JB* Goulart só poderia ser reeleito em função da incapacidade da oposição de apreender os problemas sociais, para o *CM*, Jango só “ganhou pela traição e pelo suborno, preocupado, apenas, em salvar-se a si próprio”. Não ganhou em estados como Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas “e no Guanabara, que continua sendo a Capital da opinião pública brasileira”, isto é, perdeu “nos quatro contingentes eleitorais mais numerosos, nos centros mais politizados e independentes. Perdeu onde apenas poderia ganhar – sem traição e sem suborno – se fosse realmente um líder trabalhista”, expressando que Goulart “não é líder

³²⁰ “A imprensa na colaboração com o governo”, *Jornal do Brasil*, 15 de setembro de 1956, 1^oC, p. 5.

de coisa alguma. É um parasita da Nação, a explorar a boa-fé dos trabalhadores, cada dia mais sofridos e menos incautos”³²¹. Nesses termos, o jornal coloca que mesmo sendo eleito não teria saído vencedor nas zonas com maior autoridade e legitimidade para o jornal, isto é, os lugares com mais impacto na formação de uma “opinião pública brasileira”. Nesse caso, percebe-se que para o *CM opinião pública* seria aquela que emergiria do debate entre várias correntes de pensamento.

Dessa forma, pode-se questionar se, na perspectiva do *CM*, o regime, pelas suas regras do jogo e pela sua *opinião pública* conseguiria se depurar de *homens públicos* como Goulart ou tal depuração não seria alcançável? Se essa depuração seria possível, qual o caminho indicado: seguir as regras do jogo democrático ou seria necessária alguma alteração nessas regras? Por fim, caso seja constatada a incapacidade de se depurar a democracia dos Goularts, essa entraria em derrocada, pela sua própria incapacidade de elevar bons homens públicos à chefia da nação?

De outra parte a questão da vinculação de Goulart ao comunismo também foi recorrente. *OG* expôs: “APONTEMOS, porém, corajosamente o grande artifício da infiltração soviética no Brasil: é a direção do PTB, com o Vice-Presidente da República à frente. É dali que partem as mais veementes predicas ‘nacionalistas’”³²². Durante a preparação das eleições de 1958, o Partido Comunista teria ressurgido “pela mão e sob o poderoso amparo do Vice-Presidente da República”, que “fez um acordo” com os comunistas, mesmo que com o sacrifício de “velhos correligionários sacrificados, para que se elessem, dentro da sua ‘legenda’, marxistas chapados!” Dessa forma, conclui o texto: “o senhor João Goulart, atraíçou, com o mesmo gesto: a ordem democrática, a decisão da Justiça e seus próprios correligionários. Temos de reconhecer que, para um Vice-presidente da República é demais”³²³.

O *Jornal do Brasil* aborda a questão nesses mesmos termos: sabe-se que o Partido Comunista “nunca deixou de existir na ilegalidade, mas é hoje trazido para a luz dos comícios eleitorais pela mão do Vice-Presidente da República, pode ter-se ideia mais precisa das suas inevitáveis consequências no cenário nacional”, sendo que “as consequências da infiltração do Partido Comunista em agremiações de existência legal e a sua irrupção na vida pública não dependem apenas dos que com ele fizeram negócio”, mas “também da maneira por que o próprio partido as souber explorar – o que, reconheça-se, é uma sua especialidade”³²⁴. Contudo,

³²¹ “Democracia trabalhista”, *Correio da Manhã*, 12 de outubro de 1960, 1°C, p. 6.

³²² “As diretivas de Moscou executadas no Brasil”, *O Globo*, 02 de julho de 1958, 1°C, p. 1.; Temática também abordada em outros editoriais: “Símbolos da mediocridade reinante”, *O Globo*, 10 de julho de 1958, 1°C, p. 1.; “De mãos dadas a corrupção e o comunismo”, *O Globo*, 30 de setembro de 1958, 1°C, p. 1.

³²³ “Os que foram traídos no acordo comuno-petebista”, *O Globo*, 08 de outubro de 1958, 1°C, p. 1.

³²⁴ “Procurando absolvição”, *Jornal do Brasil*, 25 de setembro de 1958, 1°C, p. 3

o jornal não deixa de argumentar que “examinemos o assunto, não na base de intenções subjetivas, sujeitos à interpretação dos interessados, mas encarando objetivamente os fatos políticos e os efeitos que produzirão no espírito público”³²⁵, elemento essencial para autorizar suas tomadas de posição.

Nesse caso, haveria uma convergência com a perspectiva de *OG*, ou seja, a de que as regras do regime possibilitam que ele seja “atacado por dentro”, o que o poderia levar a derrocada. De outra parte, chamamos a atenção para a necessidade do *JB* legitimar suas posições frente a Goulart e, para isso, incorpora em seu discurso a ideia de objetividade, ecoando o processo de modernização pelo qual a imprensa carioca estava passando na década de 1950, lembrando que não nos interessa a efetividade ou não da incorporação de tal ideal, mas sim trabalhar sobre como a imprensa o utilizou para construir discursivamente sua inserção no debate público.

O *Correio da Manhã* denuncia, em uma sequência de textos, o que considera o “perigo da infiltração comunista nos partidos democráticos”, sendo que “cabe a responsabilidade direta deste fato ao vice-presidente da república, João Goulart, que não se limitou a aceitar o apoio dos comunistas: abriu-lhes sua legenda”³²⁶. Assim, quem lançou o sr. Luís Carlos Prestes na circulação política “não foi o Partido Comunista, que, este, continue na ilegalidade. Quem o trouxe ao primeiro plano da cena eleitoral, como uma vedeta mais gasta pelo tempo, foi o vice-presidente da República, sr. João Goulart”³²⁷.

Ainda mais, “O sr. João Goulart, líder outrora de greves internas, concentra hoje a sua liderança em objurgatórias demagógicas a serviço da União Soviética no conflito ideológico e de interesses com os Estados Unidos”. Nesse sentido, o jornal diz que Goulart faz “o jogo ‘nacionalista’ dos comunistas”³²⁸, em outros termos, na perspectiva do *Correio*, o atual vice-presidente da república, a quem caberia a defesa do regime, seria a pessoa que estaria constantemente abalando as bases de proteção da democracia de tipo liberal. E o *CM*, pelas suas reportagens seria quem estaria denunciando tal situação, ou seja, estaria trabalhando na defesa da democracia.

Quanto ao comunismo, na perspectiva do *CM*, *JB* e *OG* novamente identificamos que a democracia estaria sendo atraída por pessoas que estão dentro da ordem legal, permitindo

³²⁵ “Procurando absolvição”, *Jornal do Brasil*, 25 de setembro de 1958, 1°C, p. 3

³²⁶ “Programa para o intervalo”, *Correio da Manhã*, 25 de setembro de 1958, p. 6, 1°C, EP; “Piratas na costa”, *Correio da Manhã*, 26 de setembro de 1958, p. 6, 1°C, EP; “Jogo miúdo”, *Correio da Manhã*, 30 de setembro de 1958, 1°C, p. 6.

³²⁷ “Jogo miúdo”, *Correio da Manhã*, 30 de setembro de 1958, 1°C, p. 6.

³²⁸ “Advertência e abstenções”, *Correio da Manhã*, 21 de setembro de 1958, 1°C, p. 6.

que elementos da ilegalidade corrompam as bases democráticas. Nesse caso, estaria explícito que João Goulart poderia ser considerado um perigo ao regime democrático e os três jornais se construíram como “baluartes” na defesa do regime contra a infiltração comunista, para isso, estaria utilizando especialmente a “arma” da denúncia para alertar o *povo*.

Essa perspectiva foi retomada quando o *CM* traz para o debate a denúncia de que, embora João Goulart nunca tenha falado em “república sindicalista”, era seu desejo organizá-la no Brasil e só não obteve sucesso porque o *Correio da Manhã* denunciou em primeira página o “plano do sr. João Goulart de peronizar o Brasil através de uma greve geral” em 1953. Então, indaga: “Se eleito vice-presidente da República quem nos diz que não vai reiniciar a marcha?”. Ainda mais, que estará “em posição politicamente mais forte, porque conquistada nas urnas, e porque será a segunda pessoa da República e a primeira do P.T.B”³²⁹. Esses trechos são relevantes, pois evidenciam uma preocupação que estaria mais implícita no jornal, a saber, que a própria lógica do jogo democrático pode dar poderes a alguém que poderá usar esses poderes e a legitimidade deles decorrente para desfechar ataques à democracia.

Diante de tais representações sobre Goulart, se pensarmos na renúncia de Jânio Quadros em 1961, quando João Goulart assume a presidência do Brasil, a perspectiva que fica é que o golpe seria apenas uma questão de tempo, pois o regime vigente – democracia – teria conduzido legalmente ao poder um dos *homens públicos* menos aptos ao exercício do cargo, o *homem público* síntese de tudo de ruim que poderia existir em uma democracia, segundo os jornais.

Perspectivas que não identificamos no *UH*, pelo menos em relação à João Goulart. Enquanto candidato à Vice-Presidência da República, não receberia muita atenção nos textos que integram o corpus documental, mas já empossado seria constantemente elogiado como líder trabalhista e “autêntico líder popular do Brasil”. Ainda mais, seria considerado “uma perfeita síntese desse momento de evolução política, social e econômica que o Brasil atravessa”³³⁰.

Quando João Goulart assume interinamente a presidência da República, *Última Hora* publica um editorial em sentido de alerta a Jango, para que não ignore que “a reação brasileira jamais se conformou com a vitória do líder trabalhista e com a sua investidura na Vice-Presidência da República; muito menos cruzara os braços aceitando passivamente, a sua presença na suprema magistratura na Nação”, especialmente, “pelo que significa simbolicamente, ou seja, como expressão de progresso político em nosso país”. Então, narra o que seria um plano “dos setores reacionários”, visando a eclosão de um clima subversivo que

³²⁹ “A República janguista”, *Correio da Manhã*, 19 de julho de 1955, 1°C, p. 6.

³³⁰ “Jango leva uma bandeira que os americanos precisam conhecer”, *Última Hora*, 30 de abril de 1956, 1°C, p. 4.

obrigue “o Sr. João Goulart a violar a natural discrição em que certamente procurará manter-se nesses poucos dias de transitória presidência”. Por fim, o jornal justifica tais tomadas de posição:

Ao alertar o Presidente João Goulart para essas manobras, estamos certos de que apenas estamos lembrando-lhe algo que ele já anteviu pela sua experiência própria e sua visão das coisas brasileiras – e confiamos, por isso, que mais uma vez ele saberá frustrar as esperanças da reação mesmo porque, ao seu lado, em qualquer emergência estão as forças representativas das aspirações nacionais e garantidoras da continuidade democrática e do regime republicano em nossa terra!”³³¹.

Nesse editorial, identificamos uma sequência recorrente no jornal, ou seja, primeiro a exposição de uma situação, geralmente que coloca de um lado um grupo ou uma pessoa que estaria na defesa da continuidade democrática e, de outro lado, um grupo que desejaria subverter ou tumultuar a ordem democrática, e na sequência o jornal se institui a *função pública de auxiliar da coisa pública* para advertir os primeiros sobre o perigo que dos segundos. Entretanto, no caso de Goulart há uma especificidade: sua representação enquanto líder trabalhista e a sua eleição como Vice-Presidente como o símbolo da expressão de progresso político do Brasil, representação alinhada com o sentido ativo que *UH* conceberia ao *povo* enquanto eleitor, aquele “Povo” com “P” maiúsculo, identificado anteriormente, mas também estaria correlacionado ao reconhecimento de que haveria uma “mudança dos tempos”, e dentro desse “Povo” os trabalhadores seriam a “grande força política” do momento.

Como, na perspectiva do jornal, João Goulart simbolizaria a síntese desses novos tempos, *UH* busca reforçar constantemente a ideia de Goulart como líder trabalhista, como, por exemplo, a partir de sua posição assumida no Congresso Sindical, no qual os trabalhadores “viram na sua atuação positiva e esclarecida uma base para a confiança depositada no autêntico líder que demonstrou ser, o que não se distancia das massas trabalhistas, sente os problemas que a afetam e encaminha com firmeza e equilíbrio as suas soluções”³³².

Entretanto, em 1957, encontramos uma crítica aos líderes trabalhistas no geral e, possivelmente, em específico para João Goulart, quando o jornal afirma que “a crise atual do trabalhismo, pois, é uma crise dos quadros dirigentes – as massas trabalhadoras sabem o que querem, sabem querer e conhecem claramente o seu caminho”. Dessa forma, “quem as quiser ao seu lado, ou atrás de si, tem de dar apenas um passo à frente e colocar os problemas e as

³³¹ “Alerta contra as provocações”, *Última Hora*, 20 de julho de 1956, 1°C, p. 4.

³³² “Três aspectos de relevo da conferência sindical”, *Última Hora*, 03 de abril de 1958, 1°C, p. 3, “Flash” do momento.

soluções”, mas “esperar pelos prêmios eleitorais para, então, correr à praça pública e, do alto da tribuna dos comícios, dizer as frases habituais, é correr um sério risco”.

Em síntese, “o trabalhismo está com os seus quadros dirigentes na mais completa ausência”, pois “grandes acontecimentos ocorrem, grandes problemas se apresentam, grandes combinações se tramam – e os comandantes trabalhistas não tomam conhecimento. Não há herdeiros eternos, e nenhuma herança resiste a passividade”. Então, faz um alerta: “se os líderes não compareceram, o povo saberá encontrar novas figuras”³³³. Embora, sob a aparência de uma crítica aos quadros dirigentes do trabalhismo, em sentido geral, nesse período Goulart seria o grande líder do trabalhismo e a quem o *UH* havia reconhecido como herdeiro do trabalhismo de Getúlio Vargas, por isso, acreditamos que seria uma crítica direcionada mais a Goulart, que estaria em disputa pela hegemonia da herança trabalhista, especialmente Fernando Ferrari do PTB gaúcho.

Entretanto, nesse trecho tem outro elemento a ser destacado, relativo ao pensamento político do jornal, a saber, a relação entre representantes e representados, no sentido da complexa relação entre os líderes e os grupos ou movimentos sociais. No caso acima, já possuiríamos um movimento formado – trabalhista –, com seus representantes – os líderes – e os integrantes desse movimento – os representados. E como os líderes estariam “na mais completa ausência”, os integrantes do movimento não se sentem mais representados. Dessa forma, segundo o jornal, quando a identidade do grupo já estiver conformada, o grupo iria procurar novos líderes para ocupar o lugar dos “ausentes”.

Nesse caso, a ideia central do jornal seria que o trabalhismo já se tornou um movimento quase que autônomo de líderes específicos, sendo o exemplo máximo sua sobrevivência após a morte de Vargas, isto é, o trabalhismo não seria vinculado a um líder “X” ou “Y”, mas se tornaria um líder trabalhista aquele que conseguisse novamente fazer os integrantes do grupo se sentirem representados. Entretanto, sempre haveria a necessidade de algum líder. Dessa forma, toca em um elemento central do sistema democrático representativo, ou seja, “o papel do representante não apenas substituindo o representado, mas, também, constituindo-o publicamente na medida em que ele pode se tornar a sua única expressão visível e legítima” (MARTINS, 2020, p. 3).

3.2.4 Café Filho: “golpista” ou “moralizador”?

³³³ “A crise do trabalhismo”, *Última Hora*, 11 de fevereiro de 1957, 1°C, p. 3, Coluna “Flashes” do momento.

Sobre Café Filho os diários também se posicionaram de formas distintas. Por exemplo, durante o curto período em que Café Filho foi presidente da República foi aplaudido pelo *CM* por afirmar que nas eleições de 1955 “ficaria, como magistrado, acima dos partidos”. Podemos questionar o que isso quer dizer? Segundo o *Correio*, “ficar acima dos partidos, quer dizer, acima da campanha sucessória”, ou seja, “importa em não favorecer nem combater candidaturas, não influir nem fazer pressão nas deliberações partidárias, que são peculiares à responsabilidade e a missão dos partidos e não se confundem com o papel do Executivo”, sendo esta considerada a “posição de **verdadeiro magistrado**, isento e consciente”³³⁴.

Entretanto, em setembro, Café Filho, passa a receber diversas críticas, como é perceptível quando se lê: “é estranho como, sempre que o país entra numa fase de calma, o sr. Café Filho resolve, por força de enigmáticos desígnios, quebrar esse clima de confiança no destino das instituições”, a ponto de no dia anterior, na *Voz do Brasil*, “dar cobertura às interferências indevidas de militares na vida político-partidária e de endossar chavões de moralidade preparados sob medida contra candidatos, a referir-se, com evidente intenção recriminatória, contra uma ‘mística da legalidade’”, manifestações que “servirão tão bom pasto aos ruminadores do golpe”³³⁵.

Pode-se indagar, o que estaria ocorrendo, na perspectiva do jornal? Primeiro, identificamos que compartilha da perspectiva do *UH* de que, de fato, existiria um grupo de “golpistas” que desejam no mínimo “quebrar a confiança nas instituições” e isso faz com que divirja da fala de *OG* que argumenta que seriam apenas construções das palavras de Juscelino e dos adeptos de sua candidatura. E, nesse contexto, caberia ao então Presidente da República agitar constantemente o ambiente político já conturbado, colocando em risco as instituições que deveria proteger, tanto que após ocorridos em 11 de Novembro (o movimento militar que depôs Carlos Luz que estava interinamente na Presidência em função do afastamento de Café Filho por motivo de saúde) Café Filho seria chamado pelo *Correio* de “patrono de todos os golpistas”³³⁶.

Quando se cogita o retorno de Café Filho à Presidência da República, o *CM* se coloca em posição contrária. E para firmar essa posição se institui a *função pública de falar pela coletividade*.

Nestes termos é que a Nação coloca, hoje, o problema da volta do sr. Café Filho: um problema clínico, se visto do ângulo pessoal – um enfermo sujeito a crises cíclicas não pode estar exposto a emoção cardiologicamente contraindicadas. Do ponto de

³³⁴ “Normalidade e eleição”, *Correio da Manhã*, 20 de janeiro de 1955, 1°C, p. 6.

³³⁵ “Vontade de legalidade”, *Correio da Manhã*, 06 de setembro de 1955, 1°C, p. 6.

³³⁶ “Tática para a ditadura”, *Correio da Manhã*, 17 de novembro de 1955, 1°C, p. 6.

vista coletivo, não se pode igualmente retornar às condições geradoras de uma neurose pânica, da qual a Nação começa a se restabelecer. Ao lado da subversão do regime, da derrocada da democracia, a propaganda golpista colocou o país às margens de um colapso nervoso³³⁷.

Assim, argumenta em texto seguinte, “nada justifica a volta do sr. Café Filho. Nada há, de todo o território nacional, notícia de uma única violência ou informe sobre o menor ato abusivo do governo”, pois há o “pleno funcionamento de todas as liberdades civis e franquias democráticas”, então “por que, pois, interromper esse processo de reconquista da tranquilidade política, com a volta do sr. Café Filho ao Catete?”³³⁸.

Nessas passagens, também fica explícita a percepção do *CM* sobre Café Filho, em resumo considerado como uma ameaça ao regime e, por isso, não poderia retornar ao comando da suprema magistratura da Nação, mesmo que suas condições clínicas permitissem. Assim, como solução, o jornal defenderia a manutenção da intervenção no regime em prol da “defesa da democracia”, impedindo que Café Filho retornasse ao posto de presidente da República – elemento considerado como central para a manutenção do regime nesse contexto, porém, que abre precedentes para a legitimação de novas intervenções.

O *Ultima Hora* também se refere de forma negativa ao então presidente Café Filho, sendo inclusive acusado de ser “quem maneja os cordéis do diretor do vespertino do ‘Patrimônio Nacional’”, *A Noite*³³⁹, “puxando as brasas para a sardinha dos golpistas”. Nesse caso, deve ser frisada, particularmente, a responsabilidade do Presidente da República, “Homem habituado ao jogo político, gostaria ele de agir através do jornal pertencente à Nação, sem maior responsabilidade”³⁴⁰. O que estava sendo colocado em causa seria o fato de o presidente estar desvirtuando a função a que o jornal estaria, naquele momento, projetado a seguir, isto é, ser um órgão oficial do governo para se tornar instrumento de luta de um grupo que estaria, então, no poder, situação que deslegitimava a ambos: jornal e presidente.

De outro modo, se em 1955 o *OG* temia o “retorno ao pior de 1954”, o *UH* estava com medo do “retorno ao passado mais sombrio que constituem os métodos políticos de 1937”, tendo em vista que Café Filho teria mobilizado diversos ministros ligados ao Estado Novo³⁴¹

³³⁷ “O inaceitável regresso”, *Correio da Manhã*, 18 de novembro de 1955, 1ºC, p. 6

³³⁸ “Convite à viagem”, *Correio da Manhã*, 19 de novembro de 1955, 1ºC, p. 6

³³⁹ Jornal carioca diário e vespertino, fundado em 18 de junho de 1911 e extinto em 27 de dezembro de 1957. Em 8 de março de 1940, pelo Decreto-Lei nº 2.073 legalizou a encampação de *A Noite*, sendo integrado ao patrimônio da União, continuando nessa situação até a sua extinção (FERREIRA, 2010, s/p)

³⁴⁰ “Os intrigantes perderam terreno”, *Última Hora*, 17 de outubro de 1955, 1ºC, p. 6. Coluna de Última Hora.

³⁴¹ “Mobiliza, entre os políticos despidorados, os seus pontas-de-lança e atira-se à luta. Entrega a fim de ajudá-lo na tarefa impatriótica e desastrosa, a Pasta da Justiça ao Sr. Marcondes Filho, que é, antes de tudo, um técnico, de inteligência fria, dos métodos e das manobras do Estado Novo. Antes já havia trazido para a Pasta da Educação, como ministro, precisamente o Chefe de Gabinete do antigo ministro do ‘Boa-noite, trabalhadores’, e que tem

para compor seu governo, até Francisco Campos³⁴² teria sido chamado para elaborar um projeto de Constituição que permite ao atual presidente da república prorrogar “o seu mandato por mais um ou dois anos, em suma, implantando o ‘Estado Novíssimo’”, ou seja, um “plano de liquidação do regime”³⁴³. Ainda, argumenta: “Os apetites do homem que conspirou da forma mais desleal e desumana contra o seu heroico e imortal companheiro de chapa, revela-se agora em toda a sua hediondez. Para ele, todos os meios servem, desde que seja garantida a sua continuação no Poder”. O jornal alerta Café Filho, caracterizado como “político profissional”, mas que “cego completamente em suas ambições, não vê mais que o Poder lhe chegou as mãos pela ponta das espadas e que estas poderão agir em sentido contrário”, isto é, “identificadas com os sentimentos democráticos do povo, as Forças Armadas podem dar-lhe a réplica, ou seja, o contragolpe”³⁴⁴.

Para *UH*, Café Filho seria o exemplo clássico do “político profissional” que, ao chegar ao poder, não quer mais deixá-lo e para isso mobilizaria os meios que possui para continuar no poder o máximo possível. Assim, na perspectiva do jornal, na tentativa de estender seu mandato por “mais um ou dois anos” estaria liquidando o regime, pois iria alterar a lógica de troca regular dos cargos eletivos, em data pré-fixada na Constituição ainda vigente, algo que seria intrínseco ao regime democrático. Dessa forma, a nova Constituição, ao violar esse princípio, poderia comprometer todo o regime. Entretanto, *UH* não deixa de alertar Café Filho sobre a possibilidade de um contragolpe, caso realmente se coloque em prática o seu “golpe” contra a democracia.

Nesse contexto, *UH* faz a interessante afirmação de que “a verdade histórica é uma lição admirável de democracia”. Assim, “por não possuir qualidades de estadista, o sr. Café Filho emaranhou-se no cipoal das intrigas políticas. Não pode superar o primarismo das manobras estreitas, nem a sua irresistível vocação demagógica”, bem como “confiou negligentemente o trato das questões fundamentais da administração pública, inclusive as econômicas e financeiras, a seus ministros e auxiliares categorizados, que passaram a agir à maneira dos antigos barões feudais”, gerando consequências que “o povo tem sentido na própria carne”.

coluna de honra na ‘Tribuna da Imprensa’, o Sr. Cândido Mota”. “A conspiração de Café ameaça levar o Brasil à guerra civil”, *Última Hora*, 14 de fevereiro de 1955, 1°C, p. 4. Coluna de Última Hora.

³⁴² “Doutor Francisco Campos, que se celebrizou no País por ter sido autor maquiavélico da famosa constituição de 1937, apelidada justamente de ‘Polaca’, decalcada que foi na Constituição fascista da Polônia de Pilsudsky”. “A conspiração de Café ameaça levar o Brasil à guerra civil”, *Última Hora*, 14 de fevereiro de 1955, 1°C, p. 4. Coluna de Última Hora.

³⁴³ “A conspiração de Café ameaça levar o Brasil à guerra civil”, *Última Hora*, 14 de fevereiro de 1955, 1°C, p. 4. Coluna de Última Hora.

³⁴⁴ “A conspiração de Café ameaça levar o Brasil à guerra civil”, *Última Hora*, 14 de fevereiro de 1955, 1°C, p. 4. Coluna de Última Hora.

Dessa forma, “em seis meses apenas de existência, a aura popular de que se viu, por equívoco do povo, rodeado nos primeiros dias, transformou-se já agora em ostensiva e densa impopularidade³⁴⁵.”

Sem entrarmos no debate sobre a questão da “verdade histórica”, pode-se dizer que, para o jornal, a lição de democracia que seria trazida pela “verdade histórica” diria respeito ao apoio popular que todo regime democrático deveria possuir, apoio primeiramente conquistado nas urnas, mas especialmente mantido e, se possível, reforçado, ao longo do governo, momento em que o regime se efetivaria e prosseguiria para consolidação ou não, dependendo de como se manejaria o poder e de como o povo responderia a quem está no poder. Sendo assim, democracia estaria ligada ao apoio popular ao governo e às suas medidas. No entanto, esse deveria ser adquirido através das medidas do governo, através das “qualidades de estadista” de quem ocupa temporariamente o poder, e não pela força, posição sintetizada no título do texto: “A experiência Café Filho prova: Governo de força não é solução para o Brasil”.

Sobre Café Filho, o *UH* interveio, ainda, no debate público para tratar do inquérito envolvendo a família do então Presidente acusada de contrabando. Segundo o jornal, “o resultado do inquérito, realizado pelo General Alcides Etchegoyen em torno de contrabandos feitos por parentes do Presidente Café Filho, não recebeu da imprensa sadia o realce que o fato merecia”, pois “jornais conspícuos divulgaram a informação solicitada pela Câmara dos Deputados, mas escondida, maltratada, havendo até quem a apresentasse com um salutar ‘nariz de cera’, no qual quase que se podia desculpas aos contrabandistas pelo imperativo daquela publicação”. Dessa forma, assevera:

O público que acompanha com espírito cívico o desenrolar da campanha que há anos vem sendo dirigida ferozmente contra o getulismo, a pretexto de irregularidades não provadas da administração passada, saberá calcular o teor de sinceridade dos jornais, e dos homens públicos que chamam a si mesmos de ‘puritanos’, ante o tratamento que dão ao ‘affaire’ da pequena, mas bastante cúpida família do Sr. Café Filho...³⁴⁶.

A discussão que o *UH* levanta nesses trechos estaria associada ao não cumprimento do dever da “imprensa sadia”, ao noticiar adequadamente uma questão que estaria relacionada a família do então presidente da República, mesmo que ele, particularmente, não estivesse envolvido no escândalo. Dessa forma, os jornais estariam falhando com a coletividade, em última instância, com o próprio regime ao deixar a parcialidade se sobrepor ao coletivo. O *UH*,

³⁴⁵ “A experiência Café Filho prova: Governo de força não é solução para o Brasil”, *Última Hora*, 10 de março de 1955, 1°C, p. 4. Coluna de Última Hora.

³⁴⁶ “À margem dos contrabandos dos parentes e amigos do presidente...”, *Última Hora*, 19 de setembro de 1955, 1°C, p. 4, Coluna de Última Hora.

colocando a situação nesses termos, acaba por desautorizar tomadas de posição anteriores e também futuras, especialmente, as lutas travadas contra o getulismo, pois questiona a “sinceridade dos jornais” da “imprensa sadia”, que se pressuporia que trabalhassem em prol da coletividade, por isso o adjetivo “sadia”. Possivelmente, o *UH* esteja se referindo aos jornais que não sejam órgãos partidários, nem oficiais do governo, nem em estilo panfletário ou sensacionalista, subordinados aos desmandos do dono. Ao que tudo indica, seriam os jornais que comporiam a “grande imprensa”.

Por seu turno, *O Globo* compreenderia Café Filho de modo distinto, foi elogiado pelo jornal, por ter se comportado “em sua gestão, acima de interesses de facção ou de grupos”, velado pela “boa ordem da administração” e, sobretudo, por ter instituído “um regime de **severa moralidade** no Governo. Os escândalos, que desgraçaram a gestão de Vargas, os assaltos ao Banco do Brasil, as negociatas crescentes em volume e audácia desapareceram por completo”. Nesse sentido, “o Banco do Brasil desde muito é o termômetro dos bons e dos maus governos. É nele que se verifica até onde o presidente da República se conduzem com **lisura, imparcialidade e patriotismo**”. Nesse mesmo texto, Carlos Luz também recebe diversos elogios: “político de límpidas credenciais”, “representante autêntico da antiga escola de dignidade, correção e espírito conciliatório dos homens da velha Minas”, “patriotismo” e “espírito público”³⁴⁷.

3.2.5 Juarez Távora: entre “renovação moral” e “dever democrático”

Para *OG*, se de um lado tínhamos JK e Jango que, segundo o jornal, pensavam no particular e não no coletivo, além do último abrir caminho ao comunismo e estar envolvido com desvio de dinheiros públicos do Fundo Sindical e outras irregularidades, *OG* concebe que há um “grupo de homens públicos” que “**colocam o bem comum acima de tudo**”, possuem um “acentuado **desinteresse e patriotismo**”³⁴⁸. Dentre esses³⁴⁹, estaria o General Juarez Távora, pois “nada lhe falta” para desempenhar o papel do “magistrado incorruptível”, ou seja, do homem público ideal do jornal³⁵⁰. Ao longo da disputa presidencial de 1955, foram diversos

³⁴⁷ “Considerações oportunas sobre o afastamento do presidente Café-Filho”, *O Globo*, 09 de novembro de 1955, 1°C, p. 1.

³⁴⁸ “Etelvino e os dissidentes pernambucanos ao lado de Juarez-Milton”, *O Globo*, 16 de setembro de 1955, p. 1, EP.

³⁴⁹ *O Globo* cita especialmente Etelvino Lins, Milton Campos, Café Filho e Juarez Távora

³⁵⁰ “A candidatura Távora e as incompatibilidades morais”, *O Globo*, 14 de maio de 1955, 1°C, p. 1.

os textos que apontavam para as diferenças entre os candidatos Juarez Távora e Milton Campos em relação a Juscelino Kubitschek e João Goulart, sendo os primeiros elogiados e os segundos, como já vimos, duramente criticados, pois estaria “**vilipendiando a democracia e o povo**”, podendo até se interpretar que representariam um perigo para a democracia. Por seu turno, o “General Juarez Távora e o sr. Milton Campos são homens sem mancha nas suas vidas, capazes pelo menos de reestabelecer um Governo de **moralidade**, de **decência**, de **justiça**”. Nesse sentido, são os mais aptos “ao exercício da primeira magistratura, que o velho **Montesquieu já denominava o regime da virtude**”³⁵¹, pois pensam e agem em nome do “bem público”. Reforçando que o General Távora e Milton Campos “são duas garantias de honradez para os negócios públicos, duas sentinelas indispensáveis para que não voltemos aos escândalos que motivaram a crise do ano passado. O problema agora é moral, muito mais do que qualquer outra coisa”³⁵².

Ainda mais, o General Távora não se utiliza da demagogia em sua campanha, mas “vai percorrendo o país, pregando suas ideias sem mudar a cor dos vocabulários, nem afeiçoá-los ao gosto dos autoritários. O que é branco em São Paulo não fica preto em Minas”. Assim, expõe aos “brasileiros o fruto de longos anos de estudo sobre os nossos problemas, de meditação acerca das soluções que tem por melhores. Não só melhores, senão possíveis. Porque há as ótimas, que são inacessíveis a uma realização à base dos nossos recursos”. Nesse sentido, “não há, em seus discursos, nem promessas cor-de-rosa, nem apego intransigente a fórmulas ou a preceitos sectários”, bem como “seu indiscutível mérito foi o de colocar-se democraticamente na mesma linha de possibilidades de seus competidores”, ou seja, não tirou vantagem de sua condição de militar. Nesse sentido, seria o “**teor moral**, que caracteriza a candidatura do ‘tenente de cabelos brancos’”³⁵³.

Nesse sentido, “há um aspecto decisivo que torna o General Távora o homem adequado para o momento; é o seu apaixonado senso de justiça, sua intransigente hostilidade ao comunismo internacional, hoje descaradamente atuando na pareceria Kubitschek-Goulart”. Por fim, o jornal identifica-se com o conceito de democracia estabelecido por Távora em um discurso proferido em São Paulo, no qual afirma que a democracia “não é o abominável nivelamento forçado, de baixo para cima, mas iguais oportunidades para todos”.³⁵⁴ Concluindo

³⁵¹ “Perspectivas para 3 de outubro”, *O Globo*, 06 de setembro de 1955, 1°C, p. 1.

³⁵² “Ainda as confissões do candidato”, *O Globo*, 15 de setembro de 1955, p. 1, EP.

³⁵³ “Eles querem ‘currais’”, *O Globo*, 17 de setembro de 1955, p. 1, EP.

³⁵⁴ “Porque Juarez Távora?”, *O Globo*, 22 de setembro de 1955, 1°C, p. 1.

que Távora e Campos “simbolizam a dignidade nacional na escolha dos métodos e caminhos para salvar o Brasil, arruinado, tanto quanto puderam, por oligarcas e aproveitadores”³⁵⁵.

Busca, também, legitimar suas tomadas de posição, quando critica JK e Goulart o faz quando elogia Távora e Milton Campos: “Não escrevemos estas palavras por um sentimento de facção, que não temos nem jamais impulsionou a conduta deste jornal nos trinta anos de sua vida”³⁵⁶, bem como “mais de uma vez salientamos que as pessoas dos candidatos estavam fora da mira dos nossos debates”, mas sim o que eles representam. Sendo assim, “FIÉIS à nossa norma invariável de conduta, batemo-nos e tornaremos a bater-nos pela vitória dos mesmos ideais que nos levaram à luta. Nesta, jamais individualizamos as questões”. Dessa forma, “DETESTANDO a neutralidade cômoda, batemo-nos pela escolha do eminente General Juarez Távora” e a linha de conduta do jornal não foi adotada “por antipatias ao Sr. Kubitschek, nem por apreço ou despreço a quaisquer pessoas. Apenas por dever para com o povo e em atenção aos compromissos do nosso passado democrático”³⁵⁷.

O *Correio da Manhã*, de forma distinta de *OG* critica a atitude de Juarez Távora que, enquanto candidato à presidência da república em 1955, enviou um telegrama circular a todos os prefeitos do país “para lhes solicitar simpatia, solidariedade, apoio pra a sua candidatura! Se isto obtivesse êxito, chegaríamos ao seguinte resultado: os chefes dos governos municipais transformados em cabos eleitorais de um candidato”, abrindo caminho para que outras autoridades façam o mesmo, inclusive o presidente da República³⁵⁸.

Dessa forma, “fez apelo o general Juarez Távora ao que mais tem sido combatido neste país em todas as campanhas liberais e democráticas: a máquina oficial nas eleições, os governos a serviço de partidos, o poder público como fonte de opressão e corrupção em favor de um candidato”. Então, o jornal questiona: “É por intermédio dessa máquina eleitoral que se quer eleger o general Juarez, passando por cima de todas as considerações e éticas políticas?”. Na sequência, o jornal faz uma constatação sobre “a contradição gritante entre o gesto do candidato com o seu apelo à máquina oficial e o seu passado de revolucionário”, passa então a relembrar as lutas do ainda tenente Távora, que na sua juventude de revolucionário encampou as revoluções de 1922, 1924 e 1930, que “foram feitas, precisamente, contra a intervenção dos governos federais, estaduais e municipais no processo eleitoral, de modo tal que os eleitores surgiam como expressão do poder oficial e não da livre escolha do povo”³⁵⁹.

³⁵⁵ “A renovação nacional, por Juarez Távora e Milton Campos”, *O Globo*, 30 de setembro de 1955, 1°C, p. 1.

³⁵⁶ “Para o Brasil a decisiva opção: Goulart ou Milton Campos?”, *O Globo*, 23 de setembro de 1955, p. 1, EP.

³⁵⁷ “Enquanto falam as urnas”, *O Globo*, 08 de outubro de 1955, 1°C, p. 1.

³⁵⁸ “Somando demais”, *Correio da Manhã*, 28 de julho de 1955, 1°C, p. 6.

³⁵⁹ “Somando demais”, *Correio da Manhã*, 28 de julho de 1955, 1°C, p. 6.

Os trechos são bem explícitos quanto ao pensamento político do jornal em relação a utilização da máquina oficial em benefício de algum candidato e como tal ação é quase que uma anulação do regime democrático, pois interferia em um dos princípios básicos da democracia, isto é, a livre escolha por parte “do povo” de seus governantes. Juarez Távora recebeu fortes críticas, mas o interessante foi a estratégia utilizada pelo *CM* para desmobilizar Távora de sua ação, ou seja, apelou para seu passado revolucionário de luta, para que ele se conscientizasse que sua ação no presente estava indo em sentido contrário às batalhas das décadas anteriores, deixando, assim, Juarez em uma situação complicada perante o público, ou melhor, eleitores.

O *Última Hora* diante da candidatura do General Juarez Távora, também emite seu parecer, mas primeiro argumenta que

é indispensável examinar fria e objetivamente o significado dessa candidatura, saudada com espasmos de ódio e desapontamento precisamente por aqueles que, aparentemente, estavam até ontem mais íntima e solidariamente ligados ao pensamento e ação política do primeiro Chefe da Casa Militar do Sr. Café Filho. Por outro lado, urge examinar essa candidatura fora da atmosfera de justa e apaixonante reação que ela veio despertar entre aqueles que veem no General apenas o foco central da grande conspiração que resultou na morte de Getúlio Vargas.

Acreditamos que ninguém poderá negar a *ULTIMA HORA* o direito de realizar esse exame, não só porque dentre os candidatos até agora surgidos nem um só fez jus ao nosso apoio integral, como dentre os que estão na lista o General Juarez Távora é daqueles que ideológica e emocionalmente estão mais afastados de nós³⁶⁰.

Esse posicionamento de *UH* seria fundamental para legitimar sua fala no debate público, pois primeiro explicita de onde está falando, para a partir desse lugar autorizar suas tomadas de posição diante da candidatura de Juarez. Isso nos leva a reforçar a hipótese de que podemos pensar que a ideia de objetividade incorporada pelos jornais estaria atrelada a essa perspectiva de demarcar o lugar de fala, especialmente no que se refere aos textos editoriais.

Dessa forma, justamente por se construir como vinculado ideológica e emocionalmente a Vargas e distanciado nesses mesmos termos de Juarez³⁶¹, *UH* se acharia no direito de realizar uma apreciação sobre a candidatura desse que supere as interpretações negativas de dois grupos opostos: de um lado, o grupo até então vinculado a Juarez Távora que, segundo o jornal, veriam sua candidatura como inoportuna ao gerar um empecilho ao plano de golpear as instituições democráticas, pois a candidatura de uma militar significaria que as eleições iriam ocorrer como previa a Constituição; de outro lado, estava o grupo ligado a Vargas, que culpabilizariam o

³⁶⁰ “Grandeza e tragédia do ‘tenente’, Juarez!”, *Última Hora*, 23 de maio de 1955, 1ºC, p. 4.

³⁶¹ Lembrando que Juarez Távora foi eleito vice-presidente do Clube Militar em 1954, também era apoiador do movimento que exigia a renúncia de Vargas. Depois do suicídio de Getúlio, assumiu a chefia do Gabinete Militar do governo de Café Filho, permanecendo no posto até abril de 1955, quando foi lançado candidato à presidência de República pela UDN.

General pela conspiração que levou Getúlio ao suicídio, assim a candidatura de Távora seria a consumação de seu plano para chegar ao poder.

Entre essas duas perspectivas negativas o *UH* buscaria dar sua interpretação sobre a candidatura ao defender, mas primeiro o jornal constrói a legitimidade de sua fala ao afirmar que seus compromissos são apenas com os interesses do “nosso povo”. Assim, afirma que Juarez Távora estaria em uma “encruzilhada” entre entrar para a história como “triste símbolo de uma mera ambição pessoal” ou poderia “compensar alguns de seus erros com uma ação que liberte definitivamente o povo da chantagem do golpismo reacionário e do pesadelo de uma guerra civil”³⁶². Dessa forma, a verdadeira razão de ser da candidatura Távora só dependeria das próximas ações do então candidato, chamando novamente a legitimidade da história enquanto julgadora de homens e mulheres.

Neste caso, assim como grande parte das vezes em que o se efetuou apelo ao “tempo histórico” é possível fazermos um paralelo com a concepção de Koselleck (2006) sobre o tempo histórico onde o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa” estão intimamente imbricados e na tensão entre experiência e expectativa seria onde ocorreria a conformação do tempo histórico. O(s) jornais usam e abusam dessa temporalidade moderna que tem como base o progresso, possivelmente para dar sentido a ideia de democracia.

UH segue sua argumentação, “dentre as chamadas elites da atual classe dirigente do Brasil – que é como o General Távora gosta de classificar o grupo que detém o poder político e econômico em nosso país”, são “poucos, muito poucos tem o direito de candidatar-se a presidência da república como o que se outorga o General Távora”. Então, passa a narrar o passado revolucionário de Juarez, sendo que “hoje, por direito de conquista, Juarez apossou-se da bandeira do ‘tenentismo’ reformista e é com impressionante franqueza que ele faz sentir que ninguém lhe pode negar a oportunidade que por duas vezes Eduardo Gomes³⁶³ não soube ou não conseguiu aproveitar”³⁶⁴.

E tão fortes e profundas são as convicções de Juarez tão seguro parece ele do seu direito de comandar com êxito a última arrancada do ‘tenentismo’ reformista, que ele fez aquilo que Eduardo Gomes nunca teve coragem de fazer, aquilo que inequivocamente fez da candidatura Eduardo Gomes, por duas vezes, a expressão da derrota e da frustração antipopular. Juarez desceu à rua. Teve a suprema coragem de compreender que aquele grupo de conspiradores de cartola que o julgavam ideal como candidato a ditador no mais puro estilo fascista, lhe negavam o direito de candidatar-se a Presidente dentro do regime pelo qual o seu irmão Joaquim lutou e morreu. Veio

³⁶² “Grandeza e tragédia do ‘tenente’, Juarez!”, *Última Hora*, 23 de maio de 1955, 1°C, p. 4.

³⁶³ Duas vezes candidato à presidência da República pela UDN, derrotado em 1945 e 1950.

³⁶⁴ “Grandeza e tragédia do ‘tenente’, Juarez!”, *Última Hora*, 23 de maio de 1955, 1°C, p. 4.

à rua e apontou à luz do dia as negras fisionomia dessa ‘máfia’ que **corveja** sobre a nossa **insipiente democracia**³⁶⁵.

Para o *UH*, “a grandiosidade desse gesto de Juarez retornando ao seu passado e cortando as amarras que o prendiam à cúpula de uma quadrilha de políticos que o povo odeia”, “nós, seus adversários irreduzíveis e irreconciliáveis, respeitamos e reconhecemos”³⁶⁶. Nessas passagens, há todo um apelo ao passado revolucionário de Juarez Távora e uma construção de Juarez enquanto alguém que poderia se redimir de seus atos mais recentes, cujas consequências, na perspectiva do jornal, conduziram ao suicídio de Vargas e desestabilizaram o regime, para agora trabalhar em prol da democracia, defendendo-a da “máfia” que quase levou o ainda incipiente regime a derrocada, meses antes – ficando clara a referência a pelo menos um integrante dessa “máfia”, Carlos Lacerda, pelo termo “corveja”. Tal construção, como o próprio jornal expõe, adquire maior legitimidade, pois provém de um diário que é seu adversário, por isso, tem maior autoridade do que aqueles que são seus simples críticos ou mesmo companheiros.

Nesse mesmo texto, passa-se a argumentar que se a grandiosidade da reintegração de Juarez Távora “no campo democrático fortaleceu ainda mais as suas credenciais ao direito de ser candidato”, entretanto “falta-lhe ainda tudo para ter o direito de ser Presidente de um povo do qual ele tanto se afastou”, e que mesmo hoje, “nessa caudalosa torrente de manifestações através da imprensa, do rádio, da televisão, Juarez trata como um personagem secundário”³⁶⁷.

Conclui o texto afirmando que “a nós, como expressão individual, Juarez pouco interessa. Mas, como símbolo, como derradeira expressão de uma das mais ponderáveis alas de um movimento da nobreza e do idealismo como o ‘tenentismo’, Juarez nos interessa e muito”. Dessa forma,

Não deixaremos de vigiá-lo um só minuto, **leal e objetivamente**, não para dar-lhe o nosso voto – pois este ele nunca o terá – mas para saudá-lo e estimulá-lo sempre que prosseguir na senda da recuperação que acaba de tomar, assim como não deixaremos de combater-lo e denunciá-lo enquanto não se libertar dessa atmosfera farisaica em que ainda se apresenta, julgando que basta um histórico ‘mea culpa’ político para conquistar o direito de presidir os destinos de um povo para quem a legalidade eleitoral nada significa, enquanto não conquistar definitivamente a sua legalidade social e econômica”³⁶⁸.

Nesse jogo de aplausos e críticas, dois elementos chamam a atenção: primeiro, o fato de *UH*, a todo momento, sentir a necessidade de marcar seu lugar de fala e de certa forma de

³⁶⁵ “Grandeza e tragédia do ‘tenente’, Juarez!”, *Última Hora*, 23 de maio de 1955, 1°C, p. 4.

³⁶⁶ “Grandeza e tragédia do ‘tenente’, Juarez!”, *Última Hora*, 23 de maio de 1955, 1°C, p. 4.

³⁶⁷ “Grandeza e tragédia do ‘tenente’, Juarez!”, *Última Hora*, 23 de maio de 1955, 1°C, p.4.

³⁶⁸ “Grandeza e tragédia do ‘tenente’, Juarez!”, *Última Hora*, 23 de maio de 1955, 1°C, p.4.

justificar suas posições sobre Juarez, estratégia essencial para autorizar sua argumentação; segundo, a crítica a Juarez por relegar para plano secundário quem seria o sujeito por excelência do regime democrático – *o povo* –, situação que lhe tiraria qualquer direito de almejar ser presidente do Brasil. Todavia, podemos questionar, o que significaria, para o *UH*, relegar ao plano secundário *o povo*? Ao que tudo indica, seria não reconhecer a luta do “povo brasileiro” para sair da “condição de nação semicolonial”, não compreender que *povo* precisaria de “legalidade eleitoral”, mas também de “legalidade social e econômica”. Em outros termos, significa que um *povo* colocado em primeiro plano por um *homem público* precisaria de um regime democrático associado ao desenvolvimento econômico, porém, a forma como esses processos devem ocorrer geraram muitos impasses, a ponto de ser uma das causas do 24 de Agosto de 1954.

Também elogia Távora, quando ele pediu reforma, para assim “prosseguir na sua vocação democrática, colocando-se à frente das forças de Oposição para uma vigorosa jornada cívica”, mas não deixa de argumentar “que se precavenha, entretanto, o General Távora contra as seduções dos que, por certo, hão de querer arrastá-lo pelos atalhos do golpe de Estado, ou da chamada ‘revolução’ neofascista”. Isso porque, “já agora, alguns **jornais de tendência golpista** começaram a explorar as possíveis amarguras do General Távora ao pedir a sua reforma”, mas “não é com ressentimentos pessoais, nem com azedumes que se poderá conduzir um amplo movimento de opinião de caráter nacional, senão num rumo negativo fermentando ainda mais o ambiente político e perturbando o desenvolvimento histórico da democracia brasileira”. Assim, “deve assumir perante a Nação o compromisso” de que, “qualquer que sejam os seus desencantos não o conduzirão a dar o mergulho sinistro nas águas turvas da conspiração neofascista, nem a lançar o País na Guerra civil”³⁶⁹.

A partir dos trechos, vê-se, novamente, Távora colocado entre um grupo, que o cerca e que deseja a todo custo o golpe de Estado, e as suas próprias posições assumidas publicamente em prol dos rituais e instituições democráticas. Também percebemos que *UH* faz constantes apelos a Juarez para que ele não cedesse as tentações dos “golpistas”, chamando a atenção a referência aos “jornais de tendência golpista”. Dessa forma, a partir dessas representações, fica evidente que atrelado a incipiência do regime democrático estaria a fragilidade desse mesmo regime. De outra parte, ao se instituir da *função pública de auxiliar da coisa pública* e buscar advertir e até indicar o melhor caminho a ser seguido por Távora, o *UH* acabou difundindo para

³⁶⁹ “O dever do cidadão Juarez Távora”, *Última Hora*, 14 de agosto de 1956, 1°C, p. 3, Coluna “Flashes” do momento.

o grande público a perspectiva de que o regime estaria em constante ameaça, tendo em vista a recorrência do termo “golpe” e “golpista” no vocabulário do jornal.

Em síntese, em torno dos próprios *homens públicos* específicos há lutas de representação, nas quais cada jornal defende que a sua representação é a mais legítima com base em sua visão de mundo, mas que ao mesmo tempo legitima tal visão de mundo, e assim não apenas representa a realidade que diz descrever, mas também cria essa realidade.

Os homens públicos estariam divididos em dois grupos, aqueles que se esmeram pelo bem público e os que apenas se utilizam da política democrática para obter vantagens para si e seus próximos, mas até o momento apenas os segundos estariam sendo beneficiados com o regime democrático. Essa divisão e os qualificativos correlatos estariam pautados por tomadas de posição políticas de cada jornal.

Em sua relação com tais homens públicos os jornais reforçam a *função pública de auxiliar da coisa pública*, aconselhando, advertindo e sugerindo caminhos a serem seguidos, e as constantes críticas aos *homens públicos* que ocupam postos-chave na administração do país, autoriza a *função pública de vigilante do poder público* pela qual os diários afirmam estar zelando pelo bem público, pelo erário, pela moral política.

4 SISTEMAS POLÍTICOS REPRESENTADOS

Se fizermos uma analogia desta tese com um quebra-cabeças, podemos pensar que já colocamos a moldura (delimitação temática, temporal e espacial), também inserimos dentro dessa moldura algumas peças que dão o pano de fundo de nossa análise (contexto histórico, referencial teórico e metodologia) e já colocamos algumas peças iniciais quando analisamos as representações sobre dois sujeitos construídos – os representados (*povo*) e os representantes (*homens públicos*) – que são essenciais, à democracia. Então, agora precisamos inserir novas peças para fecharmos mais esse quebra-cabeças e assim chegar ao objetivo final que apreenderemos as representações sobre a democracia vigente no Brasil e sobre os papéis institucionais autoconstruídos pelos periódicos.

Quais seriam essas peças? Tais peças se referem a algumas lógicas ou, se quisermos, instituições do regime democrático, a saber: os partidos, o voto e as eleições. Dessa forma, no presente capítulo, iniciamos com a análise das representações sobre os partidos políticos brasileiros, na sequência abordamos as construções sobre o voto e, por fim, sobre as eleições brasileiras.

4.1 PARTIDOS POLÍTICOS

Como já mencionamos no capítulo sobre o contexto histórico, no período pós 1945 os partidos adquiriram maior centralidade no regime democrático com reconhecimento reforçado em lei, a partir da Constituição de 1946, que também primava pela abrangência nacional dos partidos. De antemão, podemos destacar que a percepção de Delgado (2003) de que, embora legalmente se previsse o pluralismo partidário, mas na prática havia um triângulo partidário (PTB, PSD e UDN), fez refletir nos diários analisados, pelo menos em nosso corpus documental, que as representações sobre os partidos centram-se nos três partidos do triângulo. Assim, antes de entrarmos na análise das representações sobre os partidos políticos, faremos breves apontamentos sobre os principais partidos do período.

A *União Democrática Nacional* (UDN) não começou sua organização da estaca zero, em 1945. Segundo Campello de Sousa (1976, p. 108), o “Manifesto dos Mineiros”, de 1943, marcou o início da oposição ao Estado Novo e também a formação da UDN. Essa legenda congregava diversos grupos, alguns até antagônicos³⁷⁰, mas que se unificavam em torno da

³⁷⁰ Segundo Benevides (1981, p. 29-31), “na época da fundação os seguintes grupos compunham a UDN: a) as oligarquias destronadas com a Revolução de 1930; b) os antigos aliados de Getúlio, marginalizados em 1930 ou

oposição ao Estado Novo (1937-1945) e a Getúlio Vargas, por isso, as bandeiras mais defendidas por esse partido eram o antigetulismo e o antitrabalhismo (DELGADO, 2003).

Ainda mais, a UDN ficou marcada pela sua vinculação com os militares e com o udenismo. O udenismo não pode ser compreendido como uma doutrina partidária, mas como um conjunto de crenças e práticas políticas que extrapolaram os limites de um partido, UDN. Assim sendo, era a “expressão de mentalidades e estilos de ver e fazer política, o udenismo caracterizou-se pela defesa do liberalismo clássico, o apego ao bacharelismo e ao moralismo e o horror aos vários ‘populismos’” (BENEVIDES, 2010, s/p.). Nesse sentido, pode atuar politicamente defendendo posições contraditórias, sem que seja classificado como infidelidade ideológica, pois as posições podem ser contraditórias em relação ao conteúdo, mas são coerentes em função do modo pelo qual são utilizados.

Dessa forma, mesmo dentro da UDN existem formas distintas de se adequar ao ideário udenista, o que remete a argumentação de Maria Vitória Benevides (2010, s/p.), ou seja, dentro da UDN existiam diversas UDNs, não por acaso que as “contradições e cisões acompanharam a trajetória udenista”. A autora argumenta que dentro do partido coexistiram

teses liberais e autoritárias, progressistas e conservadoras. O partido que vota a favor do monopólio estatal do petróleo (1953) e contra a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas (1947) é o mesmo que se opõe à intervenção do Estado na economia, denuncia a ‘infiltração comunista’ na vida pública e contesta os resultados quando perde as eleições. (BENEVIDES, 2010 s/p.).

É recorrente na bibliografia classificar a UDN como o “partido das classes médias”. Segundo Benevides (2010), tal associação é correta tendo em vista que “era o único grande partido que se dirigia diretamente e explicitamente às classes médias”, porém, em termos econômicos, o partido expressava também os interesses dos proprietários de terras e da indústria ligada ao capital estrangeiro e na origem social de seus membros não havia uma singular identificação do partido com os setores médios.

Nesse sentido, além da defesa das liberdades formais, algo arraigado no liberalismo clássico, no programa oficial aprovado em 1957 ocorre um reforço da “visão liberal e privatista, assim como o estímulo ao capital estrangeiro”, ainda “a referência à intervenção do Estado era muito mais cautelosa do que em 1946”, assim, defendiam “a autonomia do Banco do Brasil, a reforma cambial, a redução dos gastos improdutivo e o controle, pelo Congresso, das emissões de papel-moeda”. Percebe-se que ao longo do período de 1946 a 1964 a questão social deixou de ser algo prioritário, a referência explícita ao direito de greve desaparece já em 1953 e ocorre

1937; c) os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 1945; d) os grupos liberais com forte identificação regional; e) as esquerdas”. Para maiores detalhamentos sobre esses grupos, ver Benevides (1981).

um acirramento no programa em relação a ação política de combate aos prevaricadores, em uma clara postura moralista, bem como a defesa do papel agregador da família e da igreja (BENEVIDES, 2010, s/p.).

Essas mudanças nos programas do partido podem estar ligadas a diversidade de grupos e estilos existente dentro da UDN, fazendo com que se possa falar em várias UDNs, das quais destacaremos os grupos pautados em estilos diferentes: “os liberais históricos, os bacharéis, os realistas, os golpistas, a ‘Banda de Música’ e a ‘Bossa-Nova’”.

Desses grupos, a “Banda de Música”³⁷¹ foi o que mais se destacou na oposição constante e implacável aos governos Vargas (1951-1954), Kubitschek (1956-1961) e Goulart (1961-1964). Já a partir de 1953, passou a atacar o ministro do Trabalho João Goulart, acusando-o de “lançar as bases para a construção de uma república sindicalista”; em 1954 “o impacto causado pelo suicídio de Getúlio Vargas contribuiu para arrefecer momentaneamente a violenta oposição da ‘Banda de Música’, que se manifestaria novamente por ocasião dos episódios do 11 de novembro de 1955” (BENEVIDES, 2010, s/p.). Suas batalhas principais foram contra o getulismo, a corrupção administrativa e o comunismo. Já o grupo da “Bossa Nova” e dos realistas atuavam de modo mais pragmático, inclusive, compondo com o governo quando lhes era vantajoso, nesse sentido, pode-se dizer que para esse grupo a política se fazia mais nos bastidores do que na tribuna.

Distintamente da UDN, o *Partido Social Democrático* (PSD) foi criado de dentro para fora do Estado. Seu quadro possuía os “interventores do Estado Novo, alguns segmentos da classe média urbana e, principalmente, representantes das oligarquias estaduais” (DELGADO, 2003, p. 139). A organização do PSD nos estados iniciou “sob a liderança dos interventores, reunindo prefeitos (todos nomeados pelos interventores), membros da administração estadual e outras forças que apoiavam o governo, como proprietários rurais, industriais, comerciantes, funcionários públicos etc.” (HIPÓLITO, 2000, p. 2). Em outras palavras, dispunha de bases socioeconômicas e de um aparelho organizacional nos níveis municipais e estaduais (SOUSA, 1976, p. 115), elementos que favoreceram o excelente desempenho do PSD nas eleições de 1945, sendo geralmente associado à forte penetração no meio rural, embora não se possa desconsiderar seu eleitorado urbano.

³⁷¹ O nome era decorrente do fato de “seus integrantes sentavam-se sempre na primeira fila do plenário e frequentavam quotidianamente a tribuna com uma oratória inflamada e agressiva” (BENEVIDES, 2010, p. 1). Entre seus principais nomes figuravam: Afonso Arinos de Melo Franco, Prado Kelly, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto e Carlos Lacerda.

O PSD foi concebido para ser um “partido de centro, mantenedor do equilíbrio partidário, seus integrantes desenhavam um perfil pragmático e hábil, o que lhes garantia força eleitoral” (GATTI, 2008, p. 29). Na Assembleia Nacional Constituinte, o partido teve intensa participação nos assuntos econômicos e sociais, “incluindo tópicos como a participação dos empregados nos lucros das empresas, a intervenção do Estado para coibir abusos do poder econômico, o direito de greve, a confirmação da legislação trabalhista etc.” (HIPÓLITO, 2000, p. 3).

Como ocorreu nos outros partidos, o PSD também acabou se cindindo em duas facções, ainda no início do governo Dutra: os dutristas e os getulistas, em decorrência de conflitos em torno da escolha dos nomes que seriam lançados às candidaturas, o que gerou inclusive algumas dissidências. Nas primeiras eleições, o PSD getulista saiu derrotado, sendo o conflito acirrado quando Getúlio Vargas lança sua candidatura, pois os líderes se dividiram entre os que apoiavam Cristiano Machado, homologado como candidato à presidência pelo PSD, e a lealdade ao ex-presidente, mas as lideranças pessedistas mais expressivas aderiram à candidatura Vargas.

Com a eleição de Juscelino Kubitschek, o PSD não apenas volta ao governo, mas passa a ser o próprio governo. No Congresso, “o apoio legislativo do PSD a Juscelino foi total, encampando todas as medidas propostas pelo Executivo”. Tal afinidade era decorrente da postura de JK não tomar “qualquer medida que contrariasse os interesses do partido: a política fundiária não foi alterada, a reforma administrativa não foi implementada e todas as tentativas de estender a legislação trabalhista ao campo foram abortadas”, questões caras ao partido (HIPÓLITO, 2000, p. 11). Nesse sentido, o grupo denominado de “Ala Moça” foi fundamental para dar respaldo a Juscelino. A “Ala Moça” do PSD era formada por um “grupo de jovens deputados que lutavam por uma renovação no comando do partido e que se ligaram a Juscelino logo no início da campanha presidencial de 1955” (HIPÓLITO, 2000, p. 11).

Por seu turno, o *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB), na época de seu registro, alicerçou sua organização nos sindicatos, na burocracia do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em intelectuais e em profissionais liberais³⁷², elementos que configuraram sua

³⁷² Os grupos que integraram o PTB podem ser classificados em três tendências: os *getulistas pragmáticos* seriam os burocratas vinculados à estrutura do Estado pelo Ministério do Trabalho e pelos sindicatos oficiais, além de políticos profissionais ligados à Vargas, assim, “essa tendência propugnava um partido dirigido à representação dos trabalhadores sindicalizados nas esferas parlamentar e governamental. Nesse grupo a centralidade de Vargas era exacerbada, assim, possuía no intervencionismo estatal e no nacionalismo suas premissas centrais, assim como, a defesa da legislação trabalhista, mas de outro lado, utilizavam-se de artifícios clientelistas, pois utilizavam-se da máquina do Ministério do Trabalho e dos Institutos de previdência como instrumentos de consolidação política e eleitoral do partido” (SILVA, 2011, p. 183-184). A segunda corrente é a nomeada de *doutrinários trabalhistas*, integrada por intelectuais e profissionais liberais, caracterizados como reformistas, que estavam preocupados em

vinculação com os trabalhadores urbanos, que também eram os alvos eleitorais privilegiados do Partido Comunista (PC). Entretanto, Ângela de Castro Gomes (2002, p. 2) argumenta que o PTB “não deve ser entendido como um partido cujo móvel e sentido fosse o anticomunismo, o que significa que esse anticomunismo podia sofrer ‘flexibilizações’ em circunstâncias políticas específicas”. Divergindo da literatura tradicional, que concebe a criação do PTB como uma “invenção de última hora”, a autora argumenta que

O PTB nasce ao mesmo tempo que o PSD, já que ambos resultam da frustração de um projeto de “partido único de massas”, que vinha sendo acalentado entre setores da cúpula do Estado Novo, mas que não conseguira superar dificuldades políticas, sobretudo as que diziam respeito às alianças entre lideranças regionais e lideranças sindicais. (GOMES, 2002, p. 2).

Nesse contexto, uma das características expressivas do PTB era a forte centralização decisória sob as mãos dos estratos dirigentes nacionais, chegando a ser classificado como possuidor de um autoritarismo interno. Todavia, externamente é marcado pela faceta democrática, pois se relaciona ativamente com o ambiente social e eleitoral (SILVA, 2011).

Importa destacar que, inicialmente, o PTB não dispunha de uma base organizacional partidária propriamente dita (SOARES, 1981, p. 8), inclusive teve dificuldades em apresentar o número mínimo de assinaturas necessárias para a obtenção do registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), bem como não possuía nenhum grande nome da política nacional ou estadual, concorrendo em apenas 14 unidades da Federação nas eleições de 1945. Entretanto, contou a seu favor com a “mítica” getulista, que transcendia os regionalismos, e com o voto operário, mobilizado pelo Ministério do Trabalho e pela “máquina sindical”. Assim, o PTB, “além dos eleitores, tinha dois poderosos trunfos: o getulismo e o trabalhismo” (GOMES, 2002, p. 5). Contudo, o partido “passou a viver o dilema de ser tanto um partido de trabalhadores e lideranças sindicais, quanto um partido de Vargas”, encontrando-se conturbado e cindido, pois, de um lado, “se a marca do PTB era a de ser um partido defensor e o continuador da obra social de Vargas, as variantes e os matizes ideológicos que poderiam derivar dessa proposta seriam múltiplos”, por outro lado, a própria “definição do que seja trabalhismo foi e continua sendo

delinear os contornos programáticos e ideológicos do PTB³⁷², não por acaso, que mantiveram uma ativa produção intelectual, por isso, também essa corrente é caracterizada por um viés educativo preocupado “não apenas às suas iniciativas no seio do partido ou na relação deste com a sociedade, mas também nas propostas de reformas sociais” (SILVA, 2011, p. 185). Um dos principais conflitos dessa corrente em relação às demais é a defesa de uma coerência entre o programa partidário e as iniciativas dos representantes petebistas. Por fim, os *pragmáticos reformistas* incorporaram as ideias e princípios das outras alas, unindo as propostas discursivas do trabalhismo doutrinário com uma prática política que integrava traços do trabalhismo e getulismo, tendo nos gaúchos Alberto Pasqualini e João Goulart seus principais representantes. As principais preocupações dessa ala era promover iniciativas que promovessem o bem-estar das camadas populares, urbanas e rurais, promover o “aprofundamento da democracia, por meio da ampliação da participação popular no processo decisório nacional (SILVA, 2011, p. 188).

bastante polêmica e disputada” (GOMES, 2002, p. 7), extrapolando, inclusive, a legenda PTB, assim como o udenismo extrapola a legenda UDN.

Com a morte de Vargas, o partido sofre um forte golpe que desorientou seus eleitores e também seus próprios membros e lideranças. Nesse momento, o partido precisou se reestruturar em duas frentes: expandiu a máquina do partido para vários estados da federação, incluindo os municípios rurais, só então atingindo a capilaridade nacional, e lutou pelo monopólio do carisma de Vargas. Nessa reestruturação, o partido, “sem abandonar o getulismo, aposta na renovação ideológica do trabalhismo”, mas tal renovação esteve imbricada em uma luta simbólica entre as lideranças do partido pelo controle desse recurso de poder (GOMES, 2002).

Dessa forma, o partido passa a dar ênfase em temas como as reformas de base, sem esquecer das bandeiras do nacionalismo e do sindicalismo, bem como a manutenção da tendência do intervencionismo estatal (GOMES, 2002). Essas questões eram percebidas já no seu programa, lançado em 14 de setembro de 1945, que contava com 27 pontos, dos quais destacamos, resumidamente: o amparo da legislação aos trabalhadores rurais, das autarquias e servidores públicos quando seus direitos fossem inferiores aos dos trabalhadores nas empresas privadas; a ampliação da representação das classes sem preponderância de qualquer delas, em todos os órgãos que interessassem ao capital e ao trabalho; a planificação econômica atingindo todos os setores e visando, por meio da orientação, intervenção ou gestão do Estado, que a produção do país atendesse às necessidades internas; a melhor distribuição de riqueza; a extinção dos latifúndios improdutivos; e o direito de greve pacífica e a distinção entre greve legal e ilegal.

Ainda havia outros partidos que se destacaram, como o *Partido Social Progressista* (PSP), fundado por Ademar de Barros, que em 1964 já era o quarto maior partido representado na Câmara dos Deputados (FLEISCHER, 1981)³⁷³. Por fim, o *Partido Comunista Brasileiro* (PCB), dirigido por Luis Carlos Prestes e organizado ainda na década de 1920, que mesmo com curta atuação na legalidade (1945-1948), tornou-se a terceira força política na Assembleia Estadual e contribuiu para a vitória de Ademar de Barros à vereança da cidade de São Paulo. Em 1947, estava em vias de se tornar um partido de âmbito nacional, pois já era a quarta força

³⁷³ “Existiam, ainda, diversos partidos menores: *Partido Social Trabalhista* (PST); *Partido Trabalhista Nacional* (PTN); *Partido Rural Trabalhista* (PRT) *Partido Socialista Brasileiro* (PSB); *Partido Democrata Cristão* (PDC); *Partido de Representação Popular* (PRP); *Esquerda Democrática* (ED); *Partido Republicano* (PR); *Partido Libertador* (PL)” (FLEISCHER, 1981, p. 49-61).

política do país depois do PSD, UDN e PTB (FLEISCHER, 1981), caindo, porém, na ilegalidade e sendo mantido nessa situação no restante desse ínterim democrático³⁷⁴.

Na bibliografia especializada sobre partidos políticos do período de 1945 a 1964, há uma convergência quanto à perspectiva de que tanto o *Partido Social Democrata* (PSD) quanto a *União Nacional Democrática* (UDN) saíram com vantagens eleitorais em 1945 em função de uma dada organização prévia. Entretanto, perderam representatividade política ao longo do período democrático, o que foi mais significativo no caso do PSD do que da UDN. Ao mesmo tempo, o *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB) saiu com certa desvantagem na disputa eleitoral de 1945, se comparado ao PSD e à UDN, mas, posteriormente, foi o partido com maior crescimento entre 1945 e 1964.

Assim, podemos indagar, como os jornais representaram os partidos políticos no Brasil entre 1955 e 1960?

Inicialmente, pode-se dizer que todos os jornais analisados efetuaram construções sobre os partidos políticos e as representações foram em maior número em anos eleitorais, mas houve uma significativa diminuição no número de textos que abordam os partidos em cada um dos anos eleitorais. Essa situação pode ser explicada pelo fato de o pico ser no ano de 1955, período de grande agitação política, pois nos anos eleitorais posteriores houve um certo equilíbrio, mas os partidos também foram *falados* em anos em que não houve eleições, como podemos observar no Quadro 9.

Quadro 9 - Número de textos com representações de partidos políticos após as etapas de unitarização e categorização

Jornais	Nº total de textos corpus documental	Especificação por anos						Nº de textos com representação de partidos políticos
		1955	1956	1957	1958	1959	1960	
<i>CM</i>	191	21	2	4	14	4	10	55
<i>JB</i>	213	8	--	--	8	4	12	32
<i>OG</i>	187	9	6	5	5	7	7	39
<i>UH</i>	204	13	11	6	10	1	2	43
Total	795	51	19	15	37	16	31	169

Fonte: Elaboração própria com base nos jornais *CM*, *JB*, *OG* e *UH*.

Nesse quadro, também identificamos que aparecem em 169 dos 795 textos do *corpus* documental (que corresponde a 21,2% do *corpus*), dos quais 55 pertencem ao *CM*, o que equivale a 28,7% do total de textos desse jornal que integram o *corpus* documental, 32 ao *JB*, que equivale a 15% do total dos textos no *corpus* pertencentes a esse jornal, 39 ao *OG*,

³⁷⁴ Neste episódio é preciso considerar a Constituição de 1946, que em função da necessidade de atestado de critério ideológico para o registro dos partidos, permitia a interpretação de que o PCB poderia ser colocado na ilegalidade.

correspondendo 20,8% do total dos textos no *corpus* desse jornal, e 43 ao *UH*, o que equivale a 21%. A partir desse *corpus* documental, formamos a categoria partidos políticos, mas esta precisou ser segmentada em subcategorias, que ainda continuam sendo amplas, a saber: as passagens em que identificamos elementos que apontem para a relação entre partidos políticos e a democracia [P-SD]; quando se fala em partidos de oposição [PO] e quando os jornais se posicionam sobre a conduta dos partidos no geral, nesse caso, tivemos apenas ocorrências negativas [P=CG]; e, por fim, as passagens onde se tecem pareceres direcionados a partidos específicos [P=CE=PTB], [P=CE=PSD], [P=CE=UDN], [P=VP=PTB], [P=VP=PSD], [P=VP=UDN]. Essa categorização pode ser observada no Quadro 10.

Quadro 10 - Número de textos com representações de partidos políticos após as etapas de unitarização e categorização, por subcategoria

Subcategorias	Jornais								Total	
	CM		JB		OG		UH			
	Nº OC	Nº ED	Nº OC	Nº ED	Nº OC	Nº ED	Nº OC	Nº ED	Nº OC	Nº ED
[P-SD] – Partidos no sistema democrático	15	11	9	6	2	2	11	7	37	26
[PO] – Partidos de oposição	14	10	3	2	4	1	4	2	25	15
[P=CG] – Críticas aos partidos em geral	25	16	26	16	13	9	10	6	74	47
[P=CE=PTB] - Críticas a partidos específicos = PTB	14	10	26	11	41	22	3	2	84	45
[P=CE=PSD] – Críticas a partidos específicos = PSD	11	6	7	4	23	16	2	2	43	28
[P=CE=UDN] - Críticas a partidos específicos = UDN	41	20	2	2	1	1	70	29	114	52
[P=VP=PTB] – Visão positiva PTB	--	--	--	--	--	--	7	3	7	3
[P=VP=PSD] Visão positiva do PSD	--	--	--	--	--	--	7	3	7	3
[P=VP=UDN] Visão positiva da UDN	--	--	--	--	3	1	--	--	3	1

Fonte: Elaboração própria com base nos jornais *CM*, *JB*, *OG* e *UH*.

Esse quadro evidencia que o que predomina é uma postura crítica em relação aos partidos, mas também fica evidente que nas representações sobre os partidos específicos há ênfases distintas em cada diário. Essa situação nos faz indagar: quais críticas são essas? O que elas nos dizem em relação a representação sobre a democracia vigente? E sobre o papel institucional difundido pelos jornais? Para respondermos a essas questões, seguimos essa mesma ordem das categorias para compormos este subcapítulo. Assim, iniciaremos com a análise das passagens que se referem a relação entre os partidos políticos e a democracia.

4.1.1 Partidos políticos *no e para* o regime democrático

Para *O Globo*, partido não seria uma “rinha de galo”, na qual ocorreriam lutas infrutíferas, ao mesmo tempo em que o partido não deveria ficar sob a égide de apenas uma figura ou um líder ao qual o restante dos membros seria submisso e seguiria sem contestações. Ao contrário, “partido político, no verdadeiro sentido da expressão, pressupõe um grupo de homens em torno de algumas ideias fundamentais, e obediente a uma direção livremente escolhida entre os mais capazes”, seria “um exército, grande ou pequeno, dispondo de um objetivo certo, de uma estratégia estudada e resolvida, e de um estado-maior formado na luta, com suas provas de capacidade já prestadas”³⁷⁵. Assim, um partido, para *OG*, pressuporia a existência de hierarquias onde os mais capazes devem liderar o respeito a tal hierarquia e uma certa coerência doutrinária conferida pelo compartilhamento de ideias basilares, que seriam o mote para a projeção dos objetivos. Somente assim se configuraria um partido útil à democracia.

No caso do *Jornal do Brasil*, enfatiza-se a função dos partidos no sistema democrático, quando o jornal entra no debate público efetuando uma *tomada explícita de posição* para argumentar que “já tivemos ocasião de dizer, mais de uma vez, que aos partidos, dentro dos quadros traçados pela Constituição”. Assim, exclui o Partido Comunista: “cabe decidir sobre a matéria eleitoral, quer apresentando candidatos, quer realizando uma aglutinação de forças, pela aliança com outras agremiações legais, para a escolha de um nome que mereça a confiança de seus líderes e se imponha à simpatia dos eleitores”³⁷⁶.

Para o *Última Hora*, também caberia aos partidos apresentar os nomes à consulta popular, para assim dar uma solução pacífica à “**escolha democrática** de um sucessor para o Sr. Café Filho”³⁷⁷. Disso decorre que o *UH* defenderia a necessidade do fortalecimento dos partidos, “porque, através deles, é que o povo legalmente exprime a sua vontade”³⁷⁸, além de que “através dos partidos, pode-se conduzir o País a dias melhores”³⁷⁹. Já o *CM* é bem categórico ao afirmar que “**os partidos políticos são, por natureza e definição, a própria vida do regime**”³⁸⁰, são “os órgãos hábeis para a prática política, num regime democrático”³⁸¹.

³⁷⁵ “O veto do Sr. Goulart ao nome do Sr. Loureiro da Silva”, *O Globo*, 18 de outubro de 1956, 1°C, p.1.

³⁷⁶ “A solução está com os partidos”, *Jornal do Brasil*, 20 de janeiro de 1955, 1°C, p. 5. Posição retomada nos editoriais: “Os destemperos da nova legislatura”, *Jornal do Brasil*, 05 de fevereiro de 1955, 1°C, p. 5. “Os perigos da paixão política”, *Jornal do Brasil*, 10 de março de 1955, 1°C, p. 5.; “Clima para o voto livre”, *Jornal do Brasil*, 18 de março de 1955, 1°C, p. 5; “Sob a vigilância do Judiciário”, *Jornal do Brasil*, 04 de agosto de 1955, 1°C, p. 5.

³⁷⁷ “A experiência Café Filho prova: Governo de força não é solução para o Brasil”, *Última Hora*, 10 de março de 1955, 1°C, p. 4. Coluna de Última Hora.

³⁷⁸ “Tiradentes: a luta ainda não terminou”, *Última Hora*, 21 de abril de 1956, 1°C, p. 1.

³⁷⁹ “O dever do cidadão Juarez Távora”, *Última Hora*, 14 de agosto de 1956, 1°C, p. 3, Coluna “Flashes” do momento.

³⁸⁰ “O jogo dos partidos”, *Correio da Manhã*, 07 de março de 1957, 1°C, p. 6.

³⁸¹ “Política dos governadores”, *Correio da Manhã*, 02 de julho de 1955, 1°C, p. 6.

Percebe-se a constante reafirmação da função dos partidos como elemento-chave dos regimes democráticos por três dos jornais analisados, *CM*, *JB* e *UH*. Tais posições, possivelmente, estariam relacionadas ao contexto que definimos como “democracia ameaçada”, especialmente em 1955, quando, como vimos no capítulo anterior, por exemplo, o *CM* denunciou que forças de fora do campo político estariam tentando vetar candidaturas de *homens públicos* que legalmente possuíam o direito a se candidatar. Em termos bourdianos, forças que não possuiriam o capital político como legitimar de suas *falas e atuações* na sociedade estariam tentando intervir em decisões que cabem aos partidos nas convenções partidárias, isto é, decisões puramente políticas, ou seja, esses grupos estariam intervindo na autonomia do *campo político*. Situação incompatível com o regime democrático e já denunciada pelo *CM* e *UH*, e no caso do *JB*, mesmo que explicitamente não tenha saído em defesa do direito de JK e Jango manterem sua candidatura, o faz indiretamente, ao afirmar que “o momento político atual não autoriza a que se procure refrear as deliberações dos partidos, que já tomaram rumos na questão sucessória”³⁸².

Diante desse contexto, não seriam sem sentido as críticas encontradas no *UH* e *CM* em relação a Jânio Quadros, pela tentativa de retorno da política dos governadores, sendo essa considerada como “processo de esfacelamento das forças políticas, o aniquilamento das organizações partidárias nacionais”. Ainda mais, “é a restauração do caudilhismo dentro do formulário democrático, quebrando toda a possibilidade de ordenação e aperfeiçoamento do regime”, pois mesmo que “com as suas deficiências e erros, o P.S.D. e a U.D.N, representam **correntes definidas da opinião pública**. Nas suas legendas, se podem identificar e julgar tendências da vida política organicamente expressas”. Dessa forma, “oferecem pontos de advertência e disciplina para o exercício do voto popular. São partidos, figuras do regime. Não são pessoas, desligadas de compromissos para o exercício exclusivo de sua vontade e reações individuais”³⁸³.

A política dos governadores “só pode enfraquecer os partidos, só pode enfraquecer os únicos instrumentos de que uma democracia dispõe para sobreviver como regime”, tendo em vista que “ainda não se descobriu para a prática da democracia, meio melhor do que os partidos. Todas as demais tentativas, corporativas e soviéticas, redundaram em regimes de força, ainda que mascarados sob nomes pomposos”. O retorno “à política dos governadores também teria esse fim”, pois “ela não fortalece os Estados em face do poderio da União, porque o equilíbrio de poder entre eles se faz hoje, no plano nacional, exatamente através dos partidos nacionais”,

³⁸² “Miragem da unificação”, *Jornal do Brasil*, 10 de outubro de 1959, 1°C, p. 3.

³⁸³ “Candidato contra os partidos”, *Correio da Manhã*, 14 de maio de 1955, 1°C, p. 6.

ao contrário, “a política dos governadores acabaria na formação de blocos regionais de interesses contrários, de um caos oposto ao da era anterior a 1930, com governadores a se lançarem contra os partidos e contra a União”³⁸⁴.

Nesse sentido, no *CM* encontramos a defesa da relevância dos partidos em suas funções eleitorais e para a manutenção da própria lógica democrática a partir de uma perspectiva muito semelhante à ideia da necessidade da formação de *esferas públicas* (no sentido de espaço onde indivíduos ou grupos debatem sobre a *coisa pública*). Ou seja, nesse caso, os partidos são constituídos enquanto correntes de opinião que integrariam a *opinião pública*, que é justamente o cerne do ideal democrático – possibilidade de exposição, formulação e debate de opiniões distintas sobre assuntos públicos. Assim, de modo semelhante ao definido pelo *OG*, os partidos deveriam ser constituídos a partir do compartilhamento de ideias, valores, linhas de pensamento, formando, com isso, “correntes definidas de opinião” no debate público e o povo, então, diante dessas diferentes correntes definidas, escolheria, ou melhor, votaria, na corrente que melhor lhe conviesse.

Uma das especificidades dos partidos nacionais estaria em formarem uma corrente definida de opinião baseada nos compromissos para com a coletividade de um país e não em interesses particulares ou mesmo regionais. Por isso, os partidos seriam “figuras do regime”, a “vida do regime”, ao mesmo tempo em que seriam essenciais para a manutenção da democracia, oferecendo meios para o equilíbrio de poder. E através das aferições periódicas – eleições – das correntes de opinião, conduziria ao aperfeiçoamento do regime.

Assim, quando o *CM* se refere à restauração de elementos do caudilhismo dentro do regime democrático, alude à questão da formação de grupos que passariam a disputar o poder não de forma democrática, isto é, através dos partidos que pensam e agem pelo interesse do país como um todo, mas sim simbolizariam disputas movidas por interesses particulares, quer pessoais, de um grupo ou até regionais, o que possivelmente poderia degenerar na instalação de um regime de força. A Primeira República é novamente tomada como exemplo do que não deve mais ser feito para a manutenção da ordem constituída e, conseqüentemente, do regime democrático.

Além disso, teria outro fator no caudilhismo que preocupa o jornal e estaria associado à liderança, pois um líder caudilho formava sua liderança política a partir do impacto sentimental e emocional que causava na “massa” que, assim, passava a segui-lo (TELES, 2015, p. 103). Diante dessas concepções, não é sem sentido que o *CM* condene qualquer contato político direto

³⁸⁴ “Política dos governadores”, *Correio da Manhã*, 02 de julho de 1955, 1^oC, p. 6.

com o *povo*, pois “nas democracias, a vida política se faz através dos partidos, precisamente porque nos partidos – o que não acontece nos sindicatos – tanto se encontram o patrão quanto o empregado”. Nesse caso, a crítica se direciona ao Ministro da Guerra, Lott, e ao Presidente da República, Kubitschek, que visitaram a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, isto é, efetuaram uma “procura de contato político direto com as massas, através de sindicatos ou instituições de classe”³⁸⁵.

Nesses termos, o jornal buscaria, através dos partidos, deslegitimar o conceito marxista de luta de classes, construindo o partido como um lugar em que não cabe a luta de classes, pois nele os interesses dos patrões e empregados convergiriam, diferente dos sindicatos e das instituições de classe. Isso reforçaria os partidos enquanto órgãos que trabalhariam pela sociedade como um todo e não por interesses facciosos, por isso, a vida política deve ocorrer através dos partidos. Assim, legitima os partidos enquanto instituição intermediária entre o Estado e a sociedade, ao mesmo tempo em que desaconselha o contato direto com “a massa”, possivelmente para limitar o surgimento de líderes “carismáticos” e/ou de caráter messiânico.

Essa preocupação também é expressa quando o jornal se coloca contra a ideia da UDN de que os candidatos mais votados do partido tivessem privilégio quanto a orientação partidária. Isso, segundo o jornal, equivaleria “a atribuir-lhes voto de qualidade – o que é uma aberração”. Além do mais, “aceitar aquele raciocínio implica em favorecer o carisma no seio dos partidos, ou seja, transformá-los em propriedade de pessoas ou de castas encrustadas na sua direção” e não foi isso que o país decidiu, pois “o país votou no partido, como instituição democrática”, assim, “a vida política no Brasil, em face das leis, é feita através dos partidos e não de pessoas”³⁸⁶. Não é sem sentido tal preocupação, tendo em vista que o passado recente traria como exemplos Hitler, Vargas e Perón.

Em síntese, identificamos nos jornais a construção dos partidos enquanto essenciais ao regime democrático. Sendo assim, ao defenderem os partidos como instituições essenciais ao regime, que possuem funções específicas a serem cumpridas, sem as quais o próprio regime perde sua razão de ser, os jornais estariam construindo a si como os próprios defensores do regime. Entretanto, também observamos que o constante reforço dos partidos como os únicos autorizados a selecionar e apresentar os candidatos às eleições está relacionado à conjuntura política instável do período, especialmente em 1955. Dessa forma, abre-se a possibilidade para interpretarmos que os partidos brasileiros ainda seriam frágeis, pois estariam sujeitos à distintas injunções tanto internas quanto externas, o que acabaria por limitar sua capacidade de ação

³⁸⁵ “Dos pelegos ao latim”, *Correio da Manhã*, 26 de outubro de 1956, 1°C, p. 6.

³⁸⁶ Os perigos da vitória”, *Correio da Manhã*, 16 de outubro de 1958, 1°C, p. 6.

enquanto defensor dos interesses coletivos e da própria democracia. Dessa forma, deixaria exposto que a própria democracia estaria sob ameaça em um momento – nas eleições – em que esse regime deveria ser reforçado.

Diante dessas constatações, torna-se necessário buscarmos compreender melhor quais seriam as características gerais dos partidos políticos brasileiros atribuídas pelos jornais.

4.1.2 Partidos políticos brasileiros e suas características gerais

De um lado, se os partidos políticos seriam considerados essenciais ao regime e, de outro, se considerarmos que parte da historiografia sobre a imprensa brasileira a considera como submissa aos interesses de partidos políticos e os jornais como meras armas de luta política, se esperaria apreciações positivas ou no máximo críticas construtivas em relação aos partidos brasileiros. Entretanto, se atentarmos para as subcategorias surgidas a partir da leitura do *corpus documental*, que estão expostas no Quadro 10, identificaremos que a expressiva maioria das representações sobre os partidos os concebe de forma negativa, tanto no geral quanto nos casos específicos.

Por exemplo, *O Globo* argumenta que o “crédito dos partidos desceu a zero. Não é uma temperatura animadora para assegurar a eles uma longa sobrevivência em face das divisões militares. É bom não esquecê-lo!”.³⁸⁷ *O Jornal do Brasil* também argumenta que a existência dos partidos estaria em risco, pois eles estariam engolfados no facciosismo³⁸⁸.

Em uma *tomada explícita de posição*, argumenta: “O GLOBO, que vem proclamando há tempos a falência desses grêmios inadequados a escolas de civismo, não poderia encontrar melhor testemunho do que a do Deputado Fernando Ferrari³⁸⁹” (PTB). Dessa forma, “de um modo geral, o Sr. Fernando Ferrari está certo quando acusa os partidos nacionais de carência interna de espírito democrático”, pois “com as devidas exceções, são propriedade de odiosas oligarquias. Enchem a boca com a palavra democracia para os outros; por dentro, a ditadura de uns poucos”³⁹⁰. Acrescenta, ainda, em outro texto, que nos partidos “há uma indisciplina

³⁸⁷ “O recuo quanto à anistia ampla e os deveres do presidente”, *O Globo*, 16 de maio de 1956, 1°C, p. 1.

³⁸⁸ “Apelos à unidade”, *Jornal do Brasil*, 19 de novembro de 1955, 1°C, p. 5.

³⁸⁹ “Com o processo de enfraquecimento do Estado Novo em 1945, Ferrari ajudou a fundar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ao qual se filiou. [...] Eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul em outubro de 1950 para a legislatura de 1951 a 1955, foi reeleito em 1954 com mandato de 1955 a 1959 e escolhido vice-líder do PTB na Câmara. [...] Descontente com a maneira como vinham sendo tomadas as decisões dentro do PTB — cujo diretório nacional era presidido por João Goulart desde 1952 — Ferrari iniciou uma aproximação com os trabalhistas mais dispostos a uma renovação dos mecanismos partidários. [...] Durante o ano de 1957, Ferrari dedicou-se à luta interna no PTB, procurando ampliar o apoio às propostas de renovação partidária” (LEMOS, s./d., s./p.).

³⁹⁰ “O farisaísmo petebista e o testemunho do Deputado Ferrari”, *O Globo*, 15 de março de 1957, 1°C, p. 1.

generalizada, uma falta de apego aos programas, um personalismo que corrompe e desvirtua todas as iniciativas” e “no meio dessa desordem de iniciativas contraditórias, não há partido que mereça esse nome, dentro da elevada concepção da democracia orgânica”³⁹¹.

Em 1959, *O Globo* foi mais enfático e instituído da *função pública de intérprete do pensamento coletivo*, difundindo que “não há quem ignore que os nossos partidos políticos são nacionais apenas ‘ex vi legalis’. Não nasceram nacionais. Foi o decreto-lei da ditadura que os obrigou a assumir aquele caráter”. Assim, “embora apelidados nacionais, os nossos partidos só o são ‘in nomine’, pois não passam de verdadeiras alianças de seções locais”³⁹². Em termos gerais, *OG* oferece uma abordagem que poderia autorizar a própria extinção dos partidos, especialmente por utilizar como estratégia discursiva para referendar o seu discurso a fala de um político filiado a um dos partidos mais criticados pelo jornal (PTB), constatação verificada no Quadro 10.

Por fim, afirma que os partidos estariam “marcados pela desestima nacional. Estão vazios de substância. Não correspondem mais às imposições da atualidade. Urge que se transformem para sobreviver”³⁹³. Embora não exponha em que termos tal transformação deveria ocorrer, compreende que os partidos estariam sob ameaça e por extensão o próprio regime, caso a transformação não ocorra.

Por seu turno, o *JB* afirma que não existiriam “no Brasil, partidos políticos nacionais diferenciados e organizados”³⁹⁴, mas em função da falta de apego aos programas, pela semelhança dos programas e pela ausência de coerência, que geraria a “falta de distinção entre os partidos” imperando, assim, “por mais que isso nos desagrade”, o critério quase que inteiramente personalista “na escolha dos candidatos”³⁹⁵. O *Correio da Manhã* coloca a questão dos partidos nesses mesmos termos, ao afirmar: “jogo de interesses acobertados por uma legenda – eis como se define a mesquinha vida partidária brasileira. A falta de nitidez e caráter na vida dos partidos começa com a própria indistinção que há entre programas e estatutos de cada um deles”, bem como “as reformas fundamentais de que a Nação carece não figuram, nem mesmo metaforicamente, em seus programas”³⁹⁶.

Em função dessa suposta falta de nitidez entre os partidos, o jornal constata que “**a miscigenação ideológica é geral**”, pois em épocas eleitorais os mais disparatados acordo são

³⁹¹ “O PTB e o caso das Comissões Parlamentares”, *O Globo*, 23 de março de 1957, 1°C, p. 1.

³⁹² “Os partidos políticos e suas características”, *O Globo*, 30 de abril de 1959, 1°C, p. 1.

³⁹³ “Grandeza e decadência do partido oficial”, *O Globo*, 08 de outubro de 1960, 1°C, p. 1.

³⁹⁴ “O sentido de uma eleição”, *Jornal do Brasil*, 06 de outubro de 1960, 1°C, p. 3.

³⁹⁵ “Outubro”, *Jornal do Brasil*, 15 de junho de 1958, 1°C, p. 3.

³⁹⁶ “O jogo dos partidos”, *Correio da Manhã*, 07 de março de 1957, 1°C, p. 6.

verificados entre partidos e candidatos³⁹⁷, referindo-se especialmente às alianças com os comunistas. Por isso, tais acordos “são sobretudo melancólicos pelo que de grave denunciam. **Mostram um absoluto desapego pelas ideias. Nenhum partido é fiel à sua bandeira**”³⁹⁸. Esses fatores propiciariam “as mais estranhas combinações políticas”, a tal ponto que “a promiscuidade dos cambalachos têm impressionado a opinião pública e ferido a sensibilidade ética do País que ela se transformou no principal argumento contra a existência dos partidos nacionais”³⁹⁹. Retoma-se, assim, uma constatação encontrada no *JB* e *OG*, ou seja, a precariedade do caráter nacional dos partidos.

Por fim, o jornal *Ultima Hora* traz uma abordagem distinta, na *função pública de auxiliar da coisa pública*, e avisa sobre a necessidade “de voltarem os partidos as suas atenções para a realidade, sob pena de serem por ela ultrapassados, perdendo o comando da opinião”⁴⁰⁰. O *UH* ainda argumenta que se, de um lado, teríamos “maturidade política demonstrada pelos trabalhadores”, de outro, possuiríamos a “desarticulação dos partidos” e a “desorientação parlamentar”⁴⁰¹.

Em resumo, pode-se interpretar que para os jornais, os partidos, na configuração que possuíam, estariam fadados ao fracasso. Mais grave, o *OG* e o *JB* chegaram ao ponto de afirmar que no Brasil não existiriam partidos segundo a concepção democrática. Mas tal afirmação não significaria o mesmo que dizer que no Brasil não há democracia? Ou que existiria um regime que apenas se chama de democrático? Diante de diagnósticos tão negativos, especialmente do *OG*, *JB* e *CM*, no qual os diários sustentariam nada menos que os partidos estão com sua sobrevivência comprometida, o que colocaria na condicional a própria continuidade do regime, pode-se questionar se os jornais teriam proposto alguma solução?

A resposta é positiva e passaria pela defesa da **necessidade de uma reformulação partidária**, constatada especialmente após as eleições de 1960, com a vitória de Jânio Quadros.

O *JB* também argumenta que “já se pode ver que o eleitorado rejeita os atuais partidos”, pois “cada urna que se apura é uma prova de que os eleitores votaram mais nos indivíduos do que nas legendas”, e demonstra também “que está cansado de ver a vida pública brasileira dominada por velhos grupos de políticos que se mantêm no Poder desde 1930”⁴⁰². Isso leva o

³⁹⁷ “Não é só o PTB que se alia aos comunistas. Não é só os integralistas que se acasalam no ninho em que, aos ouvidos dos comunistas, gorjeia o sr. Brizola”. Diversos candidatos da UDN estão com os comunistas”.

³⁹⁸ “Em preto”, *Correio da Manhã*, 02 de outubro de 1958, p. 6, 1°C, EP.

³⁹⁹ “Liquidação dos partidos”, *Correio da Manhã*, 23 de fevereiro de 1958, p. 6, EP.

⁴⁰⁰ “Encruzilhada dos partidos”, *Última Hora*, 02 de fevereiro de 1957, 1°C, p. 3, Coluna “Flashes” do momento.

⁴⁰¹ “Três aspectos de relevo da conferência sindical”, *Última Hora*, 03 de abril de 1958, 1°C, p. 3, “Flash” do momento

⁴⁰² “Quem ganhou”, *Jornal do Brasil*, 05 de outubro de 1960, 1°C, p. 3.

JB a concluir que “torna-se, portanto, **mais do que urgente uma reformulação partidária no Brasil**. É de presumir-se que ela se faça, inicialmente, em torno das duas figuras mais expressivas da política brasileira: os Srs. Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek”⁴⁰³. Assim, o *JB* também retoma a questão do personalismo como predominante em detrimento das legendas partidárias, ao mesmo tempo em que projeta que a reformulação partidária irá ocorrer em torno de *homens públicos* específicos e não em torno de ideias, valores e conceitos, a não ser os que estejam atrelados a cada um desses *homens públicos*. Dessa forma, o próprio jornal não consegue se desligar do apelo às personalidades.

JB acrescenta que “as eleições de 1960 provaram, de maneira definitiva, que os partidos políticos brasileiros são anacrônicos”, pois “não souberam adaptar-se às transformações que o processo de desenvolvimento – desencadeado durante o Governo do Sr. Juscelino Kubitschek – provocou nas estruturas econômicas e sociais do País”. Por isso, seriam “pouco representativos das forças que atuam na sociedade brasileira e que a estão modificando com uma grande rapidez”, sendo que o *JB* nomeia tais forças, seriam “a chamada burguesia industrial, a classe média e o proletariado urbano”, que desejariam “varrer” da vida pública “os resíduos arcaicos, feudais e retrógados”⁴⁰⁴. Observamos que o *JB* nomeia tais forças com os mesmos termos já empregados pelo *UH*, quando analisamos as representações sobre povo.

O *Correio da Manhã* utiliza-se da mesma perspectiva do *JB*, ao afirmar que as eleições de 1960 evidenciam “o colapso, de velhos processos, métodos e homens, que caíram no descrédito popular”, mas que também “poderá significar, oportuna à **revisão político-partidária**”. Chegou, assim, “a hora de buscar-se nas fontes genuínas da democracia – que se encontram no povo – uma nova estrutura para os partidos políticos, a fim de traduzirem ao vivo as tendências deste momento histórico do Brasil”⁴⁰⁵.

Dessa forma, a reformulação partidária se faz necessária para acompanhar o processo mais amplo de desenvolvimento do país e a nomeação dos grupos emergentes pode ser considerada como uma diretriz articulada pelo jornal, a fim de tornar mais palpável tal proposta para que os partidos consigam se tornar representativos de tais forças emergentes, caso contrário, sucumbiriam e, possivelmente, com eles a democracia.

⁴⁰³ “Lições de uma eleição”, *Jornal do Brasil*, 07 de outubro de 1960, 1°C, p. 3. A necessidade de reformulação partidária também é encontrada em “A eleição e os partidos (I)”, *Jornal do Brasil*, 12 de outubro de 1960, 1°C, p. 3.

⁴⁰⁴ “A eleição e os partidos (I)”, *Jornal do Brasil*, 12 de outubro de 1960, 1°C, p. 3. Argumentação retomada em: “Oposição e adesão”, *Jornal do Brasil*, 11 de outubro de 1960, 1°C, p. 3.

⁴⁰⁵ “Desenvolvimento e reformas”, *Correio da Manhã*, 07 de outubro de 1960, 1°C, p. 3.

Mas pode-se lançar novo questionamento: em algum momento os jornais pensaram nos termos em que tal reformulação deveria ocorrer? Respondemos afirmativamente à questão. O *UH* atesta pela necessidade de uma reorganização partidária e foi propositivo ao estabelecer que “o caminho da reorganização” seria “aquele de aproximação com o povo”, mesma proposta já apontada pelo *CM*. Assim, “para isso é indispensável a sensibilidade política que permite acompanhar **as inclinações da vontade popular. Sem o que a vida partidária é uma ficção**”. Na sequência, assevera que “é comum a afirmação de que os programas partidários são idênticos ou tão próximos que podem ser confundidos. Isso é que tem permitido alianças aparentemente contraditórias”⁴⁰⁶.

Essa pontuação converge com a descrição dos demais jornais, sendo que o *UH* não combate tal afirmativa, entretanto, difunde que “isso é justamente o passado, isto é justamente o fardo de que os partidos necessitam libertar-se, por uma decidida opção em face de cada um dos problemas nacionais em foco”. Por fim, aponta que “o quadro político brasileiro vai entrar numa fase de grandes mudanças” e essas não seriam bruscas, mas já estariam sendo anunciadas, como, por exemplo, na eleição de Adhemar de Barros para Governador de São Paulo, de Vargas para o Catete e de Jânio Quadros para a Prefeitura paulista⁴⁰⁷.

Assim, “em política, o erro fundamental está no alheamento da realidade. O **sentido da opinião popular** tem sido muito claro, – só não o entende quem não tem interesse em entendê-lo”⁴⁰⁸. Nesse caso, o *UH* estaria descrevendo o mesmo cenário já anunciado pelo *CM*, quando *CM* afirma que nas eleições de 1955 teria se verificado uma incidência maior de votos na área populista se comparada aos partidos tradicionalmente vinculados às chamadas elites.

O *UH* frequentemente retoma a perspectiva de que seria com o *povo*, isto é, escutando os grupos populares, que dever-se-ia resolver os problemas, crises e dificuldades do Brasil. Tal posição foi identificada quando analisamos os sujeitos políticos *povo* e *homens públicos* e reaparecendo nos trechos acima, possivelmente, essa postura seja uma forma particular de *UH* entrar de modo legítimo no debate público, a partir de sua construção de um jornal voltado às causas populares. Sendo assim, nada mais coerente do que defender a aproximação dos *homens públicos* e dos partidos do *povo*, sujeito legítimo do regime democrático. Ainda mais, o jornal está atento às transformações econômicas e sociais, que engendraram mudanças políticas e alçaram “as massas” como sujeito de expressão e pressão política, e, por isso, avisaria aos partidos que se não atentarem para tais mudanças, que eles mesmo seriam ultrapassados,

⁴⁰⁶ “Encruzilhada dos partidos”, *Última Hora*, 02 de fevereiro de 1957, 1°C, p. 3, Coluna “Flashes” do momento.

⁴⁰⁷ Idem.

⁴⁰⁸ Idem.

ficariam obsoletos ou, nos termos do jornal, não passariam de ficção. Assim, o jornal insiste em que os partidos se atentem para o “sentido da opinião popular”, mas o que isso poderia significar para o *UH*?

A resposta a essa pergunta pode ser encontrada quando o *UH* faz uma análise do que chama “de decomposição das linhas tradicionais em que se repartia a vida partidária brasileira”, onde, de um lado, se teria o esforço de penetração de grupos econômicos e em partidos de base popular” e, de outro, a divisão dos partidos “entre orientação conservadora e orientação populista”. Dessa forma, o centro de gravidade das próximas eleições estaria “nas diretrizes nacionalistas do desenvolvimento brasileiro, a que é impossível enfrentar com a estrutura tradicional da vida partidária”, pois “os valores mudaram tanto que já não é mais possível alguém apresentar-se ao julgamento popular defendendo posições colonialistas e entreguistas típicas e ostensivas”⁴⁰⁹. Assim, para o *UH*, ouvir o “sentido da opinião popular” quer dizer incluir o nacionalismo nos programas dos partidos, posição que reforçaria a própria bandeira de luta do jornal e com isso ampliaria seu capital simbólico no debate público, bem como auxiliaria na acumulação de volume de capital, a partir das lutas em que se envolve.

Por fim, o *UH*, diante da constatação do descompasso entre a maturidade política dos trabalhadores e a desarticulação dos partidos, sugere que “a própria delimitação nítida das agremiações partidárias, daqui por diante, como a organização mais firme dos grupos parlamentares, será ajudada pela demonstração de unidade oferecida pelos trabalhadores”⁴¹⁰. Nesse caso, constrói o grupo genericamente chamado de trabalhadores como referencial para a reestruturação das linhas partidárias. Se quisermos, pode-se dizer que para o *UH* o destino dos partidos e, conseqüentemente, da democracia está na capacidade de os partidos conseguirem se adequar à nova realidade política, social e econômica. E, para isso, o jornal se institui a *função pública de auxiliar da coisa pública* para indicar aos partidos políticos caminhos a seguir.

Se para o *UH* a remodelação partidária passaria pela inclusão do *nacionalismo* nos programas dos partidos, o *Jornal do Brasil* oferece outra resposta, argumentando que “o Brasil está precisando, neste momento, é de definições, distinções, diferenças entre os partidos políticos. O ideal talvez fosse a formação de dois grandes partidos, um **liberal-conservador** e um **trabalhista-socialista**”. Entretanto, segue a argumentação, “as perspectivas de um tal reagrupamento de forças parecem mais remotas do que nunca”, pois “todos os políticos se queixam de seus atuais partidos, mas nenhum se atreve a voar mais alto. A primeira providência

⁴⁰⁹ “Composições e decomposições”, *Última Hora*, 28 de fevereiro de 1958, p. 3, “Flash” do momento.

⁴¹⁰ “Três aspectos de relevo da conferência sindical”, *Última Hora*, 03 de abril de 1958, 1°C, p. 3, “Flash” do momento

seria a discussão e a aprovação de uma lei dos partidos. **Mas como fazer isso se ninguém está cuidando das ideias?**⁴¹¹.

O *Correio da Manhã* também sugere uma solução, ou seja, deveria se pensar em uma união dos partidos do centro, mas argumenta que é uma união que deveria ocorrer antes do pleito, “para que, no País, ficassem delimitados os campos de ação partidária e, em consequência, facilitado o jogo político”, pois “a simples constituição do bloco de centro provocaria fatalmente a caracterização das forças políticas, pois obrigaria a unificação dos partidos populares”. Então, usa palavras de ordem para indicar um caminho a seguir: “‘Partidos do centro – uni-vos!’ era realmente um ‘slogan’ e um programa. E será, para o futuro, para depois das eleições. Mas quem pensa em futuro, nesta terra, no intervalo entre as eleições?”⁴¹². Em 1960, retoma a argumentação e expõe a necessidade da formação de “um forte e coeso **partido de centro** e um forte e autêntico – sobretudo autêntico – **partido trabalhista**, que garanta o jogo das instituições”⁴¹³.

O *JB* e o *CM*, ao estabelecerem soluções para o problema da sobrevivência dos partidos, ou seja, formação de apenas dois partidos ou blocos bem definidos (um liberal-conservador e um trabalhista-socialista, no caso do *JB*; partido do centro e partido trabalhista, no caso do *CM*), acabam imprimindo a percepção de que o multipartidarismo não estaria funcionando no Brasil, talvez que fosse inadequado à realidade brasileira. Ambos os jornais também chegam a mesma conclusão, de que as propostas sugeridas pelos jornais dificilmente serão implementadas em função da carência de ideias por parte dos *homens públicos*, tema levantado no capítulo anterior.

Em síntese, todos os jornais se instituíram da *função pública de auxiliar da coisa pública* para indicar a necessidade de uma reformulação partidária como essencial para a sobrevivência dos partidos, tendo em vista que tais partidos não estariam atentos à opinião popular, seriam anacrônicos diante do processo maior de transformação pelo qual o Brasil estava passando. No *OG* não conseguimos identificar nenhuma proposta de reformulação partidária, o *UH* parece confiante que os partidos, ao ouvirem a opinião popular e incluírem o nacionalismo em seus programas, conseguirão sobreviver. No *CM* e no *JB* identificamos uma proposta que se assemelha ao bipartidarismo, entretanto, há um pessimismo em relação a essa possibilidade em função da carência de ideias. Nesses casos, abre-se a possibilidade de se pensar que haveria uma incompatibilidade entre a realidade e as instituições o que poderia autorizar medidas que alterassem ou até suprimissem instituições como os partidos.

⁴¹¹ “Partidos e ideias”, *Jornal do Brasil*, 16 de agosto de 1960, 1°C, p. 3.

⁴¹² “Programa para o intervalo”, *Correio da Manhã*, 25 de setembro de 1958, p. 6, 1°C, EP

⁴¹³ “Agonia criadora”, *Correio da Manhã*, 09 de outubro de 1960, 1°C, p. 3.

A partir dessas perspectivas, pode-se pensar que a fragilidade dos partidos poderia ser um dos fatores que contribuiriam para a situação de instabilidade do regime, para as constantes ameaças a que a democracia brasileira estaria submetida, pois se os partidos seriam a expressão do regime, mas esses mesmos partidos não seriam representativos das forças emergentes, o que significaria a democracia no Brasil? Por fim, a constatação da necessidade da formação de um verdadeiro partido trabalhista nos leva a pensar sobre quais representações foram difundidas sobre o PTB, bem como sobre o PSD e a UDN.

4.1.3 Um triângulo partidário⁴¹⁴: PTB, PSD e UDN em perspectiva

Neste subcapítulo abordaremos as distintas representações elaboradas pelos jornais estudados sobre os três principais partidos políticos do período. Para tanto, iniciaremos com as representações sobre o PTB, seguido do PSD, finalizando com a UDN.

O Globo, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã* acusam o PTB de conluio com os comunistas⁴¹⁵. Assim, esse partido não impediria, antes propiciaria e negociaria “a infiltração comunista”⁴¹⁶, o que o caracterizaria como um perigo para o regime democrático. Dentro do PTB, existiu o “baixo petebismo, isto é, aquele que se beneficiou do Fundo Sindical e aqueles comprometidos na aventura queremista”⁴¹⁷, em outras palavras, o “petebismo janguista”⁴¹⁸. Seria um partido, “sobretudo fabricante de um baixo eleitoralismo”⁴¹⁹, com grande carência de coesão⁴²⁰. Sobre a cúpula do PTB, afirma-se que, “refletindo as preocupações da opinião nacional, O GLOBO nunca cessou de destacar o personalismo, o egocentrismo, a falta de espírito público da cúpula do P.T.B.”⁴²¹.

Nessas passagens, destacamos o fato dos três jornais *CM*, *JB* e *OG* associarem os principais elementos negativos do PTB a uma ala, numerosa obviamente, mas específica, ou

⁴¹⁴ Em alusão a perspectiva de Delgado (2003).

⁴¹⁵ “Ainda as confissões do candidato”, *O Globo*, 15 de setembro de 1955, p. 1, EP.; acusação retomada em diversos textos: “A advertência do Cardeal-Arcebispo e os deveres do Eleitorado Católico”, *O Globo*, 27 de setembro de 1955, p. 1, 1°C.; “A propósito das eleições francesas”, *O Globo*, 06 de janeiro de 1956, 1°C, p. 1; no editorial “De mãos dadas a corrupção e o comunismo”, *O Globo*, 30 de setembro de 1958, 1°C, p. 1.

⁴¹⁶ “Advertência e abstenções”, *Correio da Manhã*, 21 de setembro de 1958, 1°C, p. 6.

⁴¹⁷ “Etelvino e os dissidentes pernambucanos ao lado de Juarez-Milton”, *O Globo*, 16 de setembro de 1955, p. 1, EP.

⁴¹⁸ “A democracia no Governo Café Filho”, *O Globo*, 21 de setembro de 1955, p. 1, EP; “A anistia restrita, a eleição do Clube e a última entrevista de Lott”, *O Globo*, 24 de maio de 1956, 1°C, p. 1. Percepção similar à do *JB* em “Procurando absolvição”, *Jornal do Brasil*, 25 de setembro de 1958, 1°C, p. 3. O *CM* também fala em um “PTB do sr. João Goulart”. “Regime consolidado”, *Correio da Manhã*, 01 de outubro de 1960, 1°C, p. 3.

⁴¹⁹ “Renovação no governo ou troca de Ministro?”, *O Globo*, 02 de outubro de 1956, 1°C, p. 1.

⁴²⁰ “O veto do Sr. Goulart ao nome do Sr. Loureiro da Silva”, *O Globo*, 18 de outubro de 1956, 1°C, p. 1.

⁴²¹ “Samokritika”, *O Globo*, 20 de novembro de 1959, 1°C, p. 1.

seja, aquela ligada a João Goulart, chegando a chamar esse grupo de “petebismo janguista” ou de “PTB do João Goulart”. Se lembrarmos das representações sobre os *homens públicos*, tais construções não chegam a ser surpresa. Dessa forma, se Jango foi construído como um possível perigo para o regime democrático, não é de estranhar que o mesmo ocorra com toda a ala petebista a ele vinculada.

Nesse sentido, *OG* argumenta que “o que impera é o caudilhismo do Sr. Goulart, com sua corte de pelegos”. Por isso, “o PTB vai tentando colocar, parlamentarmente, nos grandes postos, figuras inaptas para exercê-los ou de comprovada idoneidade moral”. Assim, constata que **“a democracia está se transformando no reino dos incapazes ou dos incorretos, que pretendem alçar-se a postos decisivos pelo voto de suas bancadas”**. Para o jornal, “isso é um começo de fim: tentar constranger os deputados dos outros partidos para que votem, por solidariedade de clãs eleitorais, em nomes que não estão nas condições de ocupar presidências ou vice-presidências das Comissões Técnicas, do mais alto relevo”⁴²².

JB compreende que por ser favorecido oficialmente, o PTB estaria se constituindo em um atalho ideal para aqueles que veem “nas legendas, não compromissos programáticos, mas caminhos para galgar postos e alcançar benesses”, assim, “o partido estaria repleto de figuras inaptas”⁴²³. Dessa forma, em outro texto, *JB* indaga: “Que importa aos práticos, apenas sequiosos de poder, que essa conduta atraia para o partido o rebotalho da política nacional, se essa escória dispõe de votos, comprados, trocados, fraudados ou por qualquer outro meio?” Nesse sentido, argumenta que “não se trata, evidentemente, de executar um programa, mas de **construir uma máquina baseada nos favores do Estado e na demagogia**”⁴²⁴.

Essas afirmações do *OG* e do *JB* são graves, pois reconheceriam que um dos partidos que mais cresceu e que dispõe de consideráveis postos de comando está colocando na direção do país *homens públicos* inaptos, fator que prejudicaria a administração do país. Ao colocar a situação nesses termos, pode-se indagar se *OG* e *JB* não estariam criticando a forma de governo que possibilitou que tais *homens públicos* fossem lançados aos cargos de chefia da nação, ou a forma como a democracia estaria sendo aplicada no Brasil. Nesse caso, ainda, quando o *JB* faz

⁴²² “O PTB e o caso das Comissões Parlamentares”, *O Globo*, 23 de março de 1957, 1°C, p. 1.

⁴²³ O *JB* cita como exemplo: O “seu assalto à Previdência Social propiciou-lhe larga margem de empreguismo e a gestão de vultosos capitais”, já “no Ministério do Trabalho, seu único empenho, que se saiba, é evitar o surgimento de um sindicalismo livre e autêntico, capaz de entregar aos próprios trabalhadores a representação e a defesa dos seus interesses”, por fim, “a pasta da Agricultura tem-lhe servido para assenhorar-se de órgão criados para assistir os lavradores, mas postos a servir os seus exclusivos interesses políticos e eleitorais”. Para corroborar essas afirmações, “seria suficiente ver quantos candidatos do PTB saíram, diretamente, da chefia de repartições daqueles Ministérios ou de entidades da Previdência Social para a disputa dos cargos eletivos”. “PTB: origem e fim”, *Jornal do Brasil*, 26 de setembro de 1958, 1°C, p. 3.

⁴²⁴ “PTB e PSD”, *Jornal do Brasil*, 10 de outubro de 1958, 1°C, p. 3.

referência à formação de “máquina política”, remete à perspectiva já identificada quando analisamos as representações sobre os *homens públicos*, especificamente as críticas do *JB* e *OG* à João Goulart, o que deixaria entrever que a preocupação desses diários estaria centrada na possibilidade de o PTB montar para si uma “máquina política” que, além de colocar *homens públicos* inadequados na administração do país, com o tempo impossibilite que a oposição chegue ao poder em função do favoritismo que o partido recebe do Estado e dos diferentes cargos públicos a que tem acesso, o que acabaria com a possibilidade de rotação dos partidos no poder.

Isso dialoga diretamente com a perspectiva do *JB*, quando afirma que “**o seu vício de origem, instrumento demagógico** de uma ditadura de inclinações totalitárias, impediu se formasse um partido de compromissos democráticos definidos e dignos de confiança”⁴²⁵. Nesse sentido, como a criação do PTB estaria atrelada aos homens da ditadura, o jornal não conseguiria visualizar o caráter democrático do partido, vendo-o com suspeição.

A partir dessa perspectiva da existência de “vícios de origem” no PTB, *O Globo* admitiria que “NÃO HÁ quem possa ser contrário à existência de um partido formado e inspirado pelos trabalhadores. Mas esse não é o PTB, que dos trabalhadores só se serve, sem servi-los. O PTB não veio do povo”, pode não ser um partido de cúpula, mas também não é de origem popular⁴²⁶. O *JB* coloca a situação do PTB nesses mesmos termos, ao afirmar que “é de desejar que se consolide um movimento trabalhista e influa na vida brasileira e na evolução pacífica do seu povo; mas o PTB nada tem a ver com isso”⁴²⁷.

O *Correio da Manhã* segue essa mesma linha: “no mundo atual, é uma exigência da democracia a existência de partidos trabalhistas”, justamente “porque eles, polarizando as aspirações de reformas que andam no ar, impedem que os trabalhadores caiam no ‘conto de vigário’ – vigário, não! - dos comunistas”. Entretanto, “o Partido Trabalhista Brasileiro o que está fazendo, porém, é o inverso do que fariam ou fazem os partidos trabalhistas do mundo inteiro”, isto é, “o nosso PTB está empurrando o trabalhador brasileiro para o campo de ação e atração comunista. Transformou-se numa ante-sala do Kremlin”⁴²⁸.

Pode-se dizer que, diante das transformações econômicas, sociais e políticas em nível mundial e nacional, a existência e legitimidade de partidos trabalhistas tornou-se um consenso.

⁴²⁵ “Procurando absolvição”, *Jornal do Brasil*, 25 de setembro de 1958, 1°C, p. 3. Perspectiva compartilhada pelo *OG* em “O veto do Sr. Goulart ao nome do Sr. Loureiro da Silva”, *O Globo*, 18 de outubro de 1956, 1°C, p. 1.

⁴²⁶ “Trabalhismo, eleitoralismo, nacionalismo”, *O Globo*, 05 de outubro de 1957, 1°C, p. 1. Questão retomada em “O pão amargo do PTB”, *O Globo*, 07 de abril de 1960, 1°C, p. 1.

⁴²⁷ “Presunção e água benta”, *Jornal do Brasil*, 28 de dezembro de 1958, 1°C, p.3.

⁴²⁸ “Veredas tropicais”, *Correio da Manhã*, 27 de setembro de 1958, 1°C, p. 6.

Dessa forma, como não se tem como negar a legitimidade de partidos de matriz trabalhista, o que se faz é deslegitimar a atuação desse partido no Brasil⁴²⁹. Nesse caso, a ênfase não está tanto no que se diz, mas em como se diz, pois ao afirmar que o PTB não seria um partido trabalhista, não só se desautoriza esse partido como se abre possibilidade para que se projetem alternativas. E nesse ponto os jornais se lançam no debate público como aqueles que possuem a melhor alternativa, como vimos anteriormente na defesa de um bipartidarismo para a realidade brasileira como forma de salvaguardar a instituição partido e, por conseguinte, o regime democrático. E no caso do PTB e do trabalhismo, não é diferente.

Assim, os três jornais traçam soluções. *O Globo*, por exemplo, argumenta que o PTB “ideologicamente, é um Partido bem situado no quadro brasileiro e deve prosperar, para o bem da democracia, **mas ao preço de alijar**, de cima a baixo, esses falsos trabalhistas”. Isto é, “os latifundiários que se dizem amigos do trabalhador do campo e o exploram, os ricos industriais que se apropriam do esforço dos industriários, os falsos intelectuais que desprezam as massas iletradas”. Nesse sentido, “o grito do Sr. Fernando Ferrari há de tornar-se clamor e vencer, a prazo”⁴³⁰.

O *JB* também veria em Fernando Ferrari uma possibilidade de salvação, especialmente do trabalhismo, na medida em que gradualmente se tem evidenciado, dentro do PTB, uma “divisão em dois sentidos: um o da defesa dos verdadeiros postulados trabalhistas, outro o da defesa dos gozos que a defesa desses postulados proporciona”, sendo a primeira encabeçada por Fernando Ferrari e a segunda por João Goulart⁴³¹, sendo esse último “exponente do trabalhismo de Estado, viciado e corrompido”⁴³².

Embora, o *Correio* não projete o nome de Fernando Ferrari, defende a necessidade da “democratização do PTB”, pois a “índole caudilhista” de Goulart “mantém o PTB fechado para os verdadeiros trabalhistas – os que pensam, vivem e sentem trabalhisticamente – e apenas aberto à administração e usurpação dos pelegos”. Assim, “os que pensam, vivem e sentem trabalhisticamente tem hoje uma imperiosa reivindicação a fazer. Uma reivindicação legítima e simples: **a democratização do PTB**”, ou seja, “antes de tudo, que se restaure o PTB para os processos democráticos das decisões e escolhas, instaurando-se ali, internamente, um regime de democracia partidária. Quer-se o PTB um partido, e não um curral de portas batidas, refúgio de lacaios e de aventureiros”⁴³³.

⁴²⁹ Novamente instigo a conferir Souza (2021).

⁴³⁰ “O farisaísmo petebista e o testemunho do Deputado Ferrari”, *O Globo*, 15 de março de 1957, 1°C, p. 1.

⁴³¹ “Dois PTB”, *Jornal do Brasil*, 09 de janeiro de 1959, 1°C, p. 3.

⁴³² “O trabalhismo e as eleições”, *Jornal do Brasil*, 08 de outubro de 1960, 1°C, p. 3.

⁴³³ “Democracia trabalhista”, *Correio da Manhã*, 12 de outubro de 1960, 1°C, p. 6.

Nesses casos, após admitirem que um regime democrático precisaria de um partido com bases trabalhistas ao mesmo tempo em que constataram que, no caso brasileiro, o PTB não representaria positivamente esse partido e esse trabalhismo útil ao regime, *OG*, *JB* e *CM* lançam algumas propostas: tanto o *OG* quanto o *JB* veem na figura de Fernando Ferrari uma possibilidade de salvação do PTB e do “verdadeiro trabalhismo”; e o *CM* defende a necessidade de democratização do PTB, para se abrir as portas para os verdadeiros trabalhistas. Assim, há todo um jogo discursivo para que os próprios jornais se legitimem no debate público enquanto instituições que estão formulando soluções, que estão pensando no futuro, que estão tendo ideias, diferente da maioria dos *homens públicos* e dos partidos vigentes. Isso reforçaria a perspectiva de que o jornalismo, na década de 1950, não vende apenas a notícia como seu produto legítimo, mas também diferentes *funções públicas*.

Dentro desse contexto, *Ultima Hora* não deixa de entrar no debate público, mas identificamos uma abordagem bem distinta em relação a atuação do PTB na democracia brasileira. Para o *UH*, o PTB seria o “partido que representa as aspirações e mais firmemente defende os direitos dos trabalhadores em nosso País”. Assim, destruir o PTB seria para “os entreguistas, os plutocratas, os inimigos do desenvolvimento brasileiro, que tem como porta-vozes o empavonado democrata Afonso Arinos e o delirante demagogo Lacerda”, uma “obsessão feroz” e “para isso articulam a sua rede de mentiras e calúnias, chegando a manter ostensivamente um centro distribuidor de noticiário contra os líderes petebistas, que sai com redação idêntica em vários jornais do Rio e de São Paulo”⁴³⁴.

Assim, o jornal indaga: “POR que esse ódio contra um Partido que, afinal de contas não está ainda em condições de, sozinho, conquistar o poder?”. O próprio *UH* responde, afirmando que, de um lado, a presença do PTB no cenário político brasileiro seria ainda a presença de Vargas e, de outro lado, na medida em que o “País avança no caminho da industrialização e do progresso político, cresce a força das massas trabalhadoras que, sendo os principais artífices deste processo, também serão, muito em breve, e inevitavelmente, a maior força política da Nação” e ao PTB estaria “predestinada” “a missão histórica de dirigir politicamente o processo”, sendo que com tudo isso “os corvos”, em referência a Lacerda, “não podem conformar-se”⁴³⁵.

⁴³⁴ “Destruir o PTB: objetivo supremo dos que levaram Vargas à morte”, *Ultima Hora*, 29 de setembro de 1958, 1°C, p. 3, “Flash” do momento.

⁴³⁵ “Destruir o PTB: objetivo supremo dos que levaram Vargas à morte”, *Ultima Hora*, 29 de setembro de 1958, 1°C, p. 3, “Flash” do momento.

Por isso, “barrar o caminho da evolução social, pacífica e democrática, procurando impedir que os trabalhadores, e com eles as classes médias, tenham a participação e a responsabilidade que merecem na vida política do País – eis o papel que hoje desempenha a reação” e “para isso está disposta a tudo. E como não pode evitar que a crescente importância do operariado se manifeste através do voto, prega a revolução pura e simples, o ‘putsch’, o golpe”. Acrescenta que tal campanha de intrigas e calúnias visaria ainda separar o PSD-PTB, pois “a reação”, os “eternos inimigos da democracia Brasileira” teriam a consciência “de que não há outra tática para abrir caminho ao entreguismo, para forçar um recuo no processo democrático e **impedir a crescente participação das grandes massas**, especialmente dos trabalhadores, na vida política do País”⁴³⁶.

De outra parte, o *UH* busca legitimar o PTB com base nas cifras eleitorais que atestariam “que o PTB é uma grande força eleitoral e constituirá, certamente, em 3 de outubro, a agremiação que deverá apresentar o maior índice de crescimento”. Se institui a *função pública de falar em nome da coletividade* para firmar que os números “revelam a tendência marcante do eleitorado brasileiro, que segue a **bandeira da democracia, da justiça social, da emancipação econômica**, empunhada pelo PTB, e repele categoricamente os grupos políticos da reação e do entreguismo”⁴³⁷.

Observamos uma compreensão distinta do *UH* em relação ao PTB, pois entenderia que as críticas e denúncias endereçadas ao partido fazem parte de um projeto de destruição do partido, como observado no título do editorial “Destruir o PTB: objetivo supremo dos que levaram Vargas à morte”. Contudo, para o *UH* não seria apenas isso, levar o PTB à derrocada faria parte de um projeto maior, no qual o objetivo final seria a própria destruição da democracia, tendo em vista que os proponentes do golpe não estariam em acordo com a realidade de estava se conformando, isto é, a ascensão das massas no cenário político capitaneada pelo PTB. Por isso, todo o empenho no combate ao partido, pois o PTB simbolizaria a crescente participação das *massas* na vida política nacional possibilitada pelo desenvolvimento industrial em curso, que, segundo nossa perspectiva, para o jornal só poderia ocorrer em bases democráticas tendo em vista o projeto de justiça social atrelado ao desenvolvimento em curso e que também seria defendido pelo PTB.

⁴³⁶ “Esquecer divergências para o bem do Brasil”, *Ultima Hora*, 06 de outubro de 1958, 1°C, p. 3, “Flash” do momento.

⁴³⁷ “Cifras eleitorais de 10 anos demonstram a derrota da UDN diante do trabalhismo”, *Ultima Hora*, 01 de outubro de 1958, 1°C, p. 3, “Flash” do momento.

De outra parte, ao afirmar que o PTB representaria as ideias de Vargas e se lembrarmos que o próprio *UH* afirmou que as ideias de Vargas se tornaram as do jornal, podemos dizer que ao defender o PTB o jornal estaria defendendo as próprias tomadas de posição. Assim, mesmo que não compreendamos o *UH* como subordinado ao PTB ou como um órgão do partido, precisamos considerar a afinidade ideológica existente entre o partido e o jornal.

Entretanto, mesmo entrando no debate público para defender o PTB, o *UH* reconhece que “seria prematuro, sem dúvida, afirmar que o PTB, tal como é atualmente, já pode tomar em seus ombros, sozinho, a responsabilidade de dirigir a vida política do País. Ainda é cedo para isto”, pois “bem conhecemos a debilidade dos quadros dirigentes desse partido, a infiltração em seu seio de muitos aventureiros e falsos progressistas, a atuação ainda imbuída de primarismo caudilhesco de um ou outro de seus líderes”⁴³⁸. Sendo que um dos principais lugares em que “seus quadros deixam a desejar” seria a Capital da República, por isso, alerta que “correções se impõem, ditadas pela realidade”⁴³⁹.

Nesses termos, retoma algumas das críticas feitas pelo *CM*, *JB* e *OG*, mas tendo em vista o histórico anterior, parece-nos que seria mais no sentido de um alerta para que o partido busque melhorar nesses pontos específicos e, se possível, limitar a ação ou mesmo retirar de seus quadros os “aventureiros” e “falsos progressistas”.

Dessa forma, para o *CM*, *JB* e *OG* o PTB não seria um partido trabalhista. Além disso, ainda se configuraria em um séria ameaça ao regime, pois na perspectiva dos jornais, colocaria indivíduos “não capacitados” em postos de comando e tentaria montar uma “máquina política” que, em última instância, poderia coibir a troca dos partidos no poder, especialmente a chegada dos partidos de oposição aos cargos da primeira magistratura, o que desconfiguraria o dos ideais democráticos. Já para o *UH*, o PTB seria um partido autenticamente trabalhista e responsável por capitanear politicamente as mudanças estruturais em curso, e isso estaria dessagrando grupos que seriam contrários a ascensão das “massas”, segmentadas pelo jornal em trabalhadores e, com eles, as classes médias. Em função desse desagrado com a realidade, esses grupos chamados pelo jornal de “reação” estariam projetando a derrocada do regime, o que estaria possibilitando a ascensão de tais grupos e com eles o próprio PTB. Em síntese, de uma forma ou de outra, a democracia estaria ameaçada.

⁴³⁸ “Destruir o PTB: objetivo supremo dos que levaram Vargas à morte”, *Última Hora*, 29 de setembro de 1958, 1°C, p. 3, “Flash” do momento.

⁴³⁹ “Coesão das forças populares – único caminho para defender o regime e o progresso do Brasil”, *Última Hora*, 08 de outubro de 1958, 1°C, p. 3, “Flash” do momento.

Também identificamos que os jornais foram propositivos e traçaram algumas possíveis soluções para o caso do PTB, reforçando-se assim a *função pública de auxiliar da coisa pública*. Contudo, o PTB não foi o único partido *falado*, os diários também elaboraram representações sobre o PSD.

No geral, sobre o PSD observamos basicamente três constatações no *CM*, *JB* e *OG*. A primeira é de que o partido estaria em decadência⁴⁴⁰. Ligada a primeira estaria a alegação de que o partido teria perdido sua envergadura em decorrência do constante favorecimento de JK ao PTB⁴⁴¹. A terceira se refere ao fato de que teria se habituado “ao calor oficial”⁴⁴². A essa última constatação, *OG* acrescenta que “o que falta ao PSD nacional – o que sempre lhe faltou – é a capacidade de luta. Nasceu no ventre do oficialismo. Há de sucumbir nele. Tem a vocação e o gosto da obediência incondicional”⁴⁴³. Em uma tomada explícita de posição, afirma que “tantas vezes explicamos, desta coluna, a falta de envergadura cívica do partido majoritário, seu horror à independência, sua volúpia da doce servidão oficial”⁴⁴⁴.

O PSD também não escapou de ser acusado de aliar-se aos comunistas. “Todas as agremiações partidárias do nosso país teriam relativa desculpa para descer a tanto, menos o PSD sob o comando dos conservadores mineiros”. Entretanto, segundo *OG*, cedeu aos caprichos de JK⁴⁴⁵ e, assim, “não trepidaram em conluiar-se com o Sr. Luis Carlos Prestes a troco de votos para a chapa do PSD-PTB”⁴⁴⁶.

De outra parte, o *JB* argumenta que a partir da primeira caravana enviada pelo PSD em apoio à candidatura de Lott para presidência da República, o partido inicia o processo de “reintegrar-se na rotina democrática do processo eleitoral”. Assim, “nos próximos dias” se veria “cada vez mais tranquilo o grande partido” e com isso “só terão a lucrar a segurança do regime e a ordem pública, até a pouco constantemente ameaçadas, direta ou indiretamente, pelas

⁴⁴⁰ *OG* assinala a “deterioração do que foi o maior partido nacional”, “O P.S.D. não soube prever nem soube prover. Perdeu por ambas as omissões”. “Grandeza e decadência do partido oficial”, *O Globo*, 08 de outubro de 1960, 1ºC, p. 1.

⁴⁴¹ “A aliança Kubitschek-Goulart”, *O Globo*, 20 de abril de 1955, 1ºC, p. 1. argumenta ainda em outro texto que a tendência do PSD a sucumbir se refere ao tratamento privilegiado que JK dispensa ao petebismo: “duas das mais importantes Pastas, toda a máquina da previdência Social e autarquias correspondentes, a Carteira Agrícola do Banco do Brasil. Esta dispõe no Estado de enorme rede de influência” “O almoço dos cardeais”, *O Globo*, 28 de janeiro de 1958, 1ºC, p.1. “PTB e PSD”, *Jornal do Brasil*, 10 de outubro de 1958, 1ºC, p. 3.

⁴⁴¹ “PTB e PSD”, *Jornal do Brasil*, 10 de outubro de 1958, 1ºC, p. 3.

⁴⁴² “A advertência do Cardeal-Arcebispo e os deveres do Eleitorado Católico”, *O Globo*, 27 de setembro de 1955, p. 1, 1ºC. O *Jornal do Brasil* argumenta que “O PSD, que nunca passou de organização política governista”. “A eleição e os partidos (I)”, *Jornal do Brasil*, 12 de outubro de 1960, 1ºC, p. 3.

⁴⁴³ “O almoço dos cardeais”, *O Globo*, 28 de janeiro de 1958, 1ºC, p. 1.

⁴⁴⁴ “Grandeza e decadência do partido oficial”, *O Globo*, 08 de outubro de 1960, 1ºC, p. 1.

⁴⁴⁵ “A advertência do Cardeal-Arcebispo e os deveres do Eleitorado Católico”, *O Globo*, 27 de setembro de 1955, p. 1, 1ºC.

⁴⁴⁶ “A propósito das eleições francesas”, *O Globo*, 06 de janeiro de 1956, 1ºC, p. 1.

manobras, pelas agitações convulsas da agremiação que nasceu governista e governista, a certa altura, quis morrer”. O jornal utiliza da *função pública de falar pela coletividade* para aconselhar: “Siga assim o partido, de caravana em caravana, de comício em comício, cada vez mais perto de sua vocação legalista e sempre mais e mais longe das tentações golpistas que um momento passaram pelas cabeças que pensam por ele” e “deixe de lado, de uma vez por todas, as mezinhas de urgência, os atalhos suspeitos e as mágicas tolas, que tudo isso apenas serve para cansar o povo e desgastar o regime”⁴⁴⁷.

Nesses trechos, identificamos a exposição de uma possível tendência “golpista” do partido diante da possibilidade de deixar de ser governo. De certa forma, essa perspectiva já havia aparecido no *Correio da Manhã* em um editorial intitulado “A importância da política da fraude”, onde o diário acusa o “P.S.D. juscelinista” e o “P.T.B. janguista” de combater “todas as emendas realmente moralizadoras, principalmente aquelas que podem neutralizar a influência dos situacionistas estaduais e municipais do partido majoritário”, para não “mexer num estado de coisas que lhe é ostensivamente favorável”⁴⁴⁸, referindo-se especificamente à reforma eleitoral⁴⁴⁹.

Dessa forma, argumenta que ao PSD “não interessam pleitos inquestionáveis, estabilidade política e legitimidade de mandatos”, pois “precisa ele da máquina do *coronelismo* para manter-se na posse dos votos da área rural – tanto dos votos que existem, como dos que, na sua química, ele sabe fazer surgir magicamente em urnas que o povo jamais viu”. Assim, pode-se “admitir que o PSD deseja realmente tumultuar o processo eleitoral, para não se arriscar a perder a maioria”. Por isso, o jornal argumenta que “estamos assistindo o desenvolvimento de uma conspirata contra a renovação do Congresso, e a possibilidade de uma mudança de orientação política no País”⁴⁵⁰.

Nesses casos, haveria uma desconfiança em relação ao PSD diante de uma possível perda de cargos eletivos, o que poderia gerar questionamentos em relação ao seu caráter democrático. De outra parte, acaba-se questionando a própria legitimidade do partido diante da utilização da “máquina do coronelismo”, isto é, diante de eleições possivelmente adulteradas, com isso, poder-se-ia questionar o processo de escolha dos representantes brasileiros, em última instância, um dos fundamentos da democracia. Assim, são críticas a um partido, o partido

⁴⁴⁷ “Um bom começo”, *Jornal do Brasil*, 20 de novembro de 1959, 1°C, p. 3.

⁴⁴⁸ “A importância da política da fraude”, *Correio da Manhã*, 31 de maio de 1955, 1°C, p. 6.; Assunto retomado em: “A marcha da solução”, *Correio da Manhã*, 20 de agosto de 1955, 1°C, p. 6.; “O jogo dos partidos”, *Correio da Manhã*, 07 de março de 1957, 1°C, p. 6.

⁴⁴⁹ “Retrocesso”, *Correio da Manhã*, 17 de agosto de 1957, 1°C, p. 6.

⁴⁵⁰ “Tumulto premeditado”, *Correio da Manhã*, 25 de agosto de 1957, 1°C, p. 6.

majoritário, e que por isso mesmo possuem implicação para o regime democrático vigente, como um todo.

Por seu turno, o jornal *Última Hora*, de forma semelhante ao ocorrido com o PTB, é o único jornal do nosso *corpus* documental que enfatiza pontos positivos do PSD, como pode ser observado no título do editorial “O PSD pioneiro da democracia dinâmica”. O *UH* conceberia o PSD como um baluarte do regime democrático, após o partido ter elaborado um documento em que sustentaria “a legítima tese dos partidos”, por defender “que a candidatura do Sr. Juscelino Kubitschek é um assunto estritamente privativo do partido que preside, sem que ninguém, por nenhuma razão, tenha o direito legal, e muito menos o direito moral de interferir nessa escolha”. Segundo o jornal, a “tese dos partidos” significaria uma “evolução progressiva do regime”, pois “abandona, definitivamente, a técnica eleitoralista e antidemocrática dos conchavos de cúpula, caracterizados pelo adesismo sem bases doutrinárias, de tão funestos resultados em nossa história”.

Dessa forma, o PSD teria iniciado a “linha de **partidarismo autêntico**” e ao fazer isso “se converte em pioneiro da democracia dinâmica”, a exemplo dos Estados Unidos, onde “nunca um partido sofreu ‘intervenções’ no processo interno da eleição de seus candidatos”. Assim, toma como exemplo o discurso do Presidente dos EUA, Roosevelt, no qual havia indicado “o caminho da fidelidade norte-americana a suas instituições” em uma “feliz síntese, muito aplicável à presente conjuntura política brasileira, proclamou: ‘**Jamais tentemos salvar a democracia com medidas antidemocráticas, senão acabaremos na ditadura**’”. É nessa linha que o PSD teria feito a sua “ofensiva” e “as circunstâncias históricas que vivemos, indicam que essa ofensiva coincide com a do próprio regime na procura de sua sobrevivência para a felicidade de todos os brasileiros”⁴⁵¹. Por fim, elogia o PSD por ser um partido que “tem representado um verdadeiro eixo de equilíbrio entre as tendências mais extremadas da política nacional”⁴⁵².

Nesses termos, o que estaria em jogo para o *UH* seria um tema já levantado pelo *CM* e *JB*, isto é, a questão da *autonomia do campo político* em relação a outras forças que desejariam interferir em escolhas que seriam estritamente provenientes do *campo político*, como a indicação e escolha dos nomes dos candidatos às eleições. Por ter defendido que essa decisão caberia exclusivamente aos partidos, o *UH* argumenta que o PSD teria defendido e fortalecido a “democracia partidária”.

⁴⁵¹ “O PSD pioneiro da democracia dinâmica”, *Última Hora*, 12 de janeiro de 1955, 1°C, p. 4. Coluna de Última Hora.

⁴⁵² “Missão de um embaixador”, *Última Hora*, 12 de julho de 1956, 1°C, p. 4.

Essa perspectiva também seria uma forma de defesa do partido frente às acusações provenientes dos demais jornais, que reconheceriam um certo caráter “golpista” no PSD, inclusive, abrindo possibilidade para se questionar a legitimidade dos cargos obtidos pelo partido. Isso poderia conduzir a questionamentos sobre o próprio processo eleitoral brasileiro, sobre uma das bases do regime democrático. Os diários ainda construíram sua relação com os partidos, predominantemente a partir da função pública de auxiliar da coisa pública e, para autorizar sua fala, o *JB*, por exemplo, instituiu-se a função pública de falar pela coletividade.

Dessa forma, do triângulo de que nos fala Delgado (2003), restaria averiguarmos as representações sobre a UDN.

O Globo se posiciona de forma crítica à UDN quando se instituiu da *função pública de auxiliar da coisa pública* para indicar que o partido precisa separar o que seria o “principal”, ou seja, “proscrever a demagogia e a desordem reinantes e até ufanas” do “relativamente acessório no tocante as combinações de chapas”⁴⁵³. De outra parte, lança elogio ao fato de a UDN, após a renúncia de Etelvino Lins, ter adotado a candidatura do General Juarez Távora, reinserindo-se na “batalha eleitoral”⁴⁵⁴. Diferente dos partidos anteriores que foram muito *falados* por *O Globo*, no caso da UDN observamos que tal partido não ganha muito destaque nos seus editoriais, porém, alguns *homens públicos* vinculados a UDN ganharam maior visibilidade. Constatamos que a linha editorial do jornal seria mais em sentido combativo. Assim, quem ganharia maior espaço em seus editoriais seriam aqueles criticados, denunciados e/ou avisados, o que não seria uma especificidade de *OG*, mas uma tendência geral do jornalismo. Nessa perspectiva, considerando a afinidade ideológica do jornal com a UDN, aliada à sua linha editorial, ficaria mais compreensível a reduzida menção à UDN no *OG*, se comparada com os demais partidos já analisados.

O Jornal do Brasil é levemente mais crítico e, diante das eleições de 1955, difunde que “**é do nosso dever** fazer um rápido exame da UDN, o grande partido da chamada Oposição”. A abordagem do jornal aponta que “o mal da UDN é não ter evoluído. Mantém-se repetindo sempre o que aprendeu a fazer no momento em que foi fundada para combater a ditadura, em 1945”, ou seja, teria guardado “uma espécie de automatismo político”. Contudo, um dos elementos mais problemáticos estaria na UDN representar “uma certa mentalidade, uma compenetração jurídica e uma maneira de encarar a realidade, destituídas, hoje, de qualquer atualidade”, seria, assim, “um partido velho para o Brasil novo, que aí está”. Dessa forma, “a UDN não sabe que não quer o poder”, ou melhor, ela temeria assumir o poder em função de

⁴⁵³ “Jânio e o problema da vice-presidência”, *O Globo*, 03 de junho de 1960, 1°C, p. 1.

⁴⁵⁴ “Sentido da convenção udenista”, *O Globo*, 02 de agosto de 1955, 1°C, p. 1.

todas as responsabilidades de governar o país, pois teria se acostumado a não participar do governo “ou dele fazer parte apenas como coadjuvante e de uma maneira mais agressiva e inconformada”, então, “tem a vocação do assessoramento e não o impulso de tomar o poder”⁴⁵⁵.

O *JB* entra no debate público legitimando suas tomadas de posição a partir da afirmativa de que seria seu dever fazer essa apreciação sobre a UDN, justamente porque levanta questões importantes que tencionariam a lógica do sistema partidário, pois difunde que o “grande partido da Oposição”, de um lado, não teria evoluído, assim, não estaria adequado à realidade brasileira em acelerada e constante modificação, e, de outro, não desejaria o poder ou teria medo das responsabilidades que dele advém. Nesse caso, pode-se questionar: como o sistema partidário, que seria uma das bases da democracia, conseguiria se equilibrar ou tornar-se útil à coletividade, tendo em vista que a oposição, não estaria exercendo o seu papel adequadamente no jogo político-partidário? O que seria da democracia brasileira? Como já vimos, a tendência seria a deterioração, caso a reformulação partidária não ocorra no Brasil.

Por seu turno, o *Correio da Manhã*, no início de 1955, já difunde que se presenciaria o “espetáculo da diluição e decomposição da U.D.N.”, um “partido hoje dilacerado pelas divisões internas, pela incapacidade de colocar-se à altura do seu programa, do seu passado e do conteúdo com que impregnamos a sua legenda, **todos nós**, os dois milhões de brasileiros do movimento brigadeirista”⁴⁵⁶.

Ao assumir que possuía um vínculo com o partido em função da figura do Brigadeiro Eduardo Gomes e mesmo do programa da UDN, possivelmente o *CM* tenha feito algumas projeções para a UDN. E na medida em que elas não foram cumpridas e que o próprio partido foi se afastando do conteúdo de seu programa, as incompatibilidades entre o diário e a legenda foram aumentando, a ponto de o *Correio* se tornar um dos grandes críticos do partido, chegando a acusar a UDN de desejar se manter no poder fora dos preceitos democráticos, isto é, “sem as canseiras e os riscos de uma campanha eleitoral”. Assim, “A U.D.N. pretendia, na verdade, continuar a manter a sua aparência cafônica de ‘limpeza’ e ‘pureza’ ao mesmo tempo que, instalada com o sr. Café Filho no governo e nas ante-salas do Catete, continuaria a usufruir cargos, favoráveis, benesses e cartórios”⁴⁵⁷.

Essa mesma constatação foi feita pelo *Ultima Hora*, ao afirmar diante da preparação para o pleito de 1955 que “a cúpula udenista já tem seus rumos traçados e seu objetivo não é a realização normal do pleito nem o fortalecimento das instituições”, pois “eles querem o golpe

⁴⁵⁵ “UDN sem vocação para o poder”, *Jornal do Brasil*, 13 de março de 1960, 1ºC, p. 3.

⁴⁵⁶ “A sacudidela”, *Correio da Manhã*, 24 de junho de 1955, 1ºC, p. 6.

⁴⁵⁷ “A sacudidela”, *Correio da Manhã*, 24 de junho de 1955, 1ºC, p. 6.

– e até o ritual democrático da convenção partidária lhes repugna, como um passo atrás nos seus desígnios”. Isso porque “toda a participação dos dirigentes udenistas, até hoje nas combinações sucessórias tem se caracterizado pelo empenho de resolver o problema contornando-o – e contornando-o pelo golpe”. Assim, a UDN e a direção udenista “são na verdade o ápice e o ponto de encontro de todas as tendências antilegais e antidemocráticas”⁴⁵⁸.

Essa construção da UDN enquanto “golpista”, enquanto um partido que desejaria chegar ao poder de forma não democrática, foi muito recorrente no *UH*. Todavia, tais representações abrem espaço para que se pense que haveria algo, no mínimo incomum, na democracia vigente, tendo em vista que um partido poderia subsistir mesmo que o seu principal intuito fosse enfraquecer as instituições para então chegar ao poder subvertendo o ritual democrático de escolha regular dos representantes do país por parte do *povo*.

O *UH* pondera que se na UDN existiriam “aqueles homens da ala negra, os negativistas; os que, em política, querem o retrocesso, a **reação** ao processo democrático atual”, dos quais o jornal cita “o corvo”, isto é, Carlos Lacerda, Bilac Pinto e Balieiro, também haveria “homens de alto senso, os patriotas esclarecidos, os democratas progressistas”, ala a qual pertenceria Milton Campos. Para o *UH*, com a presença de Campos como vice na chapa presidencial de Juarez Távora, “o partido poderá dar maior relevo a um líder em torno do qual poderão se agrupar, para a prática de uma **política de real democracia**, e não de histerismos alarmantes”, sendo que “**este é um ponto de vista de um jornal adversário**”⁴⁵⁹.

Se atentarmos minimamente, verificaremos que o *UH* concebeu a situação da UDN da mesma forma como *OG* e *JB* representaram o PTB, ou seja, não seria todo o partido que seria ruim e prejudicial às instituições e ao regime, existiriam elementos bons, porém, as atitudes dos *homens públicos* nocivos estariam se sobrepondo aos *homens públicos* probos. Da mesma forma que *OG* e o *JB* enxergariam em Fernando Ferrari a figura capaz de salvar o PTB, o *UH* veria Milton Campos como capaz de dar novo sentido, um sentido mais democrático, à UDN, ao ponto de o próprio título do editorial ser “Milton Campos poderá salvar a UDN”. Assim, novamente observa-se a contradição entre a defesa partidária como esteio da democracia e o enaltecimento personalista.

O *Correio da Manhã* também concebe essa dualidade de *homens públicos* dentro da UDN, de um lado, os “miúdos da UDN” da “zona udenolanternista”⁴⁶⁰ e, de outro lado, *homens públicos* “padrão ouro”, como Eduardo Gomes, Prado Kelly e Milton Campos. Entretanto, o

⁴⁵⁸ “Convenção clandestina”, *Última Hora*, 28 de abril de 1955, 1^oC, p. 4. Coluna de Última Hora.

⁴⁵⁹ “Milton Campos poderá salvar a UDN”, *Última Hora*, 16 de julho de 1955, p. 4.

⁴⁶⁰ Em referência ao Clube da Lanterna chefiado por Carlos Lacerda.

CM argumenta que “está ficando **assustador** o silêncio desses três homens em torno da vergonhosa mistificação pelos miúdos da UDN”,⁴⁶¹ o que poderia ser considerado “como sanção tácita a tudo que de atentatório ao regime se faz ou anuncia na zona udenolanternista”⁴⁶². No caso, o *CM* estaria repudiando o “golpismo político-udenista”, que após ter perdido a batalha eleitoral, teria iniciado outra, a “*batalha judiciária*”, na qual pediriam a anulação do pleito sob a alegação de que votos de comunistas teriam favorecido os candidatos vitoriosos. Tese que “o *Globo*, líder e porta-voz desse golpismo incruento” faz questão de difundir, e o jornal *Tribuna da Imprensa*, sempre sujeito aos “arroubos de seu diretor”, replicar.

Nesse sentido, para o *CM*, a UDN colocaria em circulação a intranquilidade que funcionaria como arma política, pois desejariam espalhar “o terror para colherem a ditadura”⁴⁶³. Por isso, o jornal compreende que a política empregada pela UDN seria “de delenda, de extermínio e esmagamento” dos adversários” e “esta, precisamente, tem sido a pregação do estado-maior udenista pelos seus **panfletários na imprensa** e por vários dos seus oradores no Congresso”⁴⁶⁴.

Nesses trechos, as acusações contra esse grupo da UDN são gravíssimas, mas o mais estarrecedor é a citação nominal dos jornais *O Globo* e *Tribuna da Imprensa* como integrantes do grupo golpista. Em outros termos, os “miúdos da UDN” possuiriam respaldo na imprensa, não só no jornal de Carlos Lacerda, mas em um dos jornais que mais cresceu em vendas na década de 1950, um dos expoentes da chamada “grande imprensa”. Assim, pode-se pensar que, na perspectiva do *CM*, parte da imprensa e, também, dos congressistas estaria conspirando contra o regime, difundindo e sedimentando as ideias golpistas na sociedade.

Tanto o *CM* quanto o *UH* associaram a UDN com a “conspiração dos golpistas”, que teria se armado com o intuito de impedir a posse dos eleitos em 3 de outubro de 1955, ou melhor, na “busca de uma solução que lhe assegure de qualquer forma e a qualquer preço o poder que não soube ou não pode conquistar nas urnas”⁴⁶⁵. Algo que nos impressionou foi a similitude entre os conceitos e expressões utilizados pelo *CM* no editorial “Audácia de mentir” e pelo *UH* no texto “Povo e Forças Armadas de mãos dadas”, para compreender essa “conspiração”.

Ambos a concebem como um plano ao nível de um “putsch”, de caráter “neo-fascista”, “terrorista” para o *CM* e “organizações do tipo Ku-Klux-Klan” para o *UH*. O *Correio*

⁴⁶¹ “O voto indevassável”, *Correio da Manhã*, 16 de outubro de 1955, 1°C, p. 6.

⁴⁶² “Passadismos e confusões”, *Correio da Manhã*, 25 de outubro de 1955, 1°C, p. 6.

⁴⁶³ “A lógica do absurdo”, *Correio da Manhã*, 02 de novembro de 1955, 1°C, p. 6.

⁴⁶⁴ “Audácia de mentir”, *Correio da Manhã*, 13 de novembro de 1955, 1°C, p. 6.

⁴⁶⁵ “Audácia de mentir”, *Correio da Manhã*, 13 de novembro de 1955, 1°C, p. 6.

compreendeu que os organizadores do “putsch” provinham da “zona udenolanternista” e o *UH* do “grupo udeno-lanterno-golpista”⁴⁶⁶. No entanto, ao nomearem dessa forma, acabaram fazendo uma importante segmentação, pois embora a palavra “udeno” se refia a UDN, na sequência a palavra “lanterno” ou “lanternista” acaba por indicar que seriam os filiados à UDN, mas também seriam ligados ao Clube da Lanterna, ou seja, não seriam todos os integrantes do partido. Diante dessa segmentação, ambos jornais exigem, a partir de palavras de ordens, que sejam tomadas atitudes contra a fração “super-reacionária da U.D.N.”⁴⁶⁷, que segundo o *UH* teria como “principal porta-voz o traidor nacional Carlos Lacerda”⁴⁶⁸.

Ao longo de 1956, o *Última Hora* segue com suas tomadas de posição referentes a UDN, enfatizando dois elementos: “a vocação inata da UDN para a confusão e o golpismo” e a existência de jornais que dariam respaldo e amplificariam suas ações, sendo assim chamados de “jornais golpistas” e incluídos no rol dos chamados “coveiros da democracia”⁴⁶⁹. Mesmo que não os cite nominalmente, dois diários acusados de “coveiros da democracia” são de fácil identificação, pois foram nomeados anteriormente pelo *CM: Tribuna da Imprensa* e *O Globo*.

O *UH* busca também desvincular o nacionalismo do golpismo, para colocar “a nu o disfarce nacionalista” utilizado pelo “udenismo golpista”, evidenciando que “nacionalismo e golpismo são coisas que se repelem”, pois “o nacionalismo vive de bases populares, do profundo interesse que o nosso **povo, em todas as suas camadas**, manifesta pelos problemas que afetam o nosso desenvolvimento”, já o “golpismo” seria “absolutamente antipopular” e, por consequência, seria “antinacional e coroado em tudo o que, no Brasil, representa o atraso econômico, político e social”⁴⁷⁰. Tal posicionamento pode ser compreendido a partir da linha editorial do jornal, ou seja, o nacionalismo foi uma bandeira de luta do jornal, claro, um nacionalismo específico, aquele ligado aos ideais de Getúlio Vargas, dessa forma, nada mais coerente do que o *UH* buscar fazer essa desvinculação. É interessante o jornal fazer esses esclarecimentos em dezembro de 1957, anos depois do ocorrido em 11 de novembro e sem ser ano eleitoral, tal posição seria sintomática da forte correlação que passou a se efetuar entre

⁴⁶⁶ “Audácia de mentir”, *Correio da Manhã*, 13 de novembro de 1955, 1°C, p. 6.; “Povo e Forças Armadas de mãos dadas”, *Última Hora*, 14 de novembro de 1955, 1°C, p. 1, EP.

⁴⁶⁷ *Sem título*, *Última Hora*, 08 de fevereiro de 1956, 1°C, p. 1.; “Estratégia para a ditadura”, *Correio da Manhã*, 16 de novembro de 1955, p. 6.; “O direito dos eleitores”, *Correio da Manhã*, 26 de novembro de 1955, 1°C, p. 6.

⁴⁶⁸ *Sem título*, *Última Hora*, 08 de fevereiro de 1956, 1°C, p. 1.

⁴⁶⁹ “Os coveiros da democracia”, *Última Hora*, 18 de junho de 1956, 1°C, p. 3, Coluna “Flashes” do momento.

⁴⁷⁰ “O nacionalismo e o tarturismo”, *Última Hora*, 02 de dezembro de 1957, 1°C, p. 3, Coluna “Flashes” do momento.

UDN e “golpismo”, pelo menos no *UH* e no *CM*⁴⁷¹, mesmo que se possa segmentar o “golpismo” apenas a um determinado grupo da UDN.

Por seu turno, no ano eleitoral de 1958, o *UH* e o *CM* passam a efetuar distintas publicações criticando a UDN. Nesse ano, a questão central abordada por ambos os diários foi as alianças com os comunistas. O *UH* busca desconstruir as abordagens que atestariam que apenas o PTB faria alianças com os comunistas, buscando inclusive trechos no “órgão oficial dos comunistas, a ‘Voz Operária’”, para comprovar que a UDN realizou em diversas ocasiões acordos com os comunistas. Assim, seriam tingidas “de vermelho as imaculadas candidaturas da UDN...”, por isso, “faz o que eu digo e não faça o que eu faço: é o lema político desses refinados tartufos!”⁴⁷².

O *CM* afirma que “a UDN que é muito pouco original e, por isto, combate os adversários fazendo precisamente o que eles fazem”, então, “para suprir a falta de um estoque de líderes que o país estime, atirou-se nos braços do sr. Prestes, que é hoje uma espécie de passivo estuário de quantos tenham ânsia de poder neste País”. Assim, “todos desembocam nele – e a mistura das águas, além de tumultuosa, é barrenta, puxando, naturalmente, a vermelho”⁴⁷³.

O *CM* ainda destaca outro fator negativo na UDN, identificado quando critica o discurso de Prado Kelly sobre a lei de imprensa, isto é, o “hábito de enveredar pela doutrina”, que teria “servido apenas para distanciar a UDN da opinião pública”⁴⁷⁴. Essa situação é identificada em outro texto quando atesta que a “incapacidade” da UDN “para dar ressonância às aspirações legítimas do país é impressionante. **Continua sendo um partido de doutores, perdido na estratosfera jurídica**”⁴⁷⁵.

Dessa forma, a UDN possuiria uma ala marcada por fortes objetivos “golpistas” e outro grupo que até acata a lógica democrática de ascensão ao poder, mas que estaria distanciado da realidade. Nesse ponto, dialoga com a perspectiva do *JB* de que a UDN parou no tempo, ela não teria condições de capitanear as mudanças sociais e políticas que estariam em marcha. Nesse caso, o que fazer? Se os demais partidos também recebem as mais distintas críticas? Como resposta, os jornais teriam sugerido a já citada reforma partidária.

⁴⁷¹ O *CM* retoma a perspectiva da UDN possuir posturas “antidemocráticas”, por ter se omitido “do dever democrático de vetar pedido do estado de sítio, em violenta discrepância com a conduta de todos os demais partidos”. “Subdesenvolvimento mental”, *Correio da Manhã*, 13 de novembro de 1960, 1°C, p. 6.

⁴⁷² “Lema dos tartufos da UDN: faz o que eu digo e não faça o que eu faço!”, *Última Hora*, 26 de setembro de 1958, 1°C, p. 3, “Flash” do momento; “Para o plutocrata Arinos, estabilidade do trabalhador é convite à malandragem”, *Última Hora*, 30 de setembro de 1958, 1°C, p. 3, “Flash” do momento.

⁴⁷³ “Piratas na costa”, *Correio da Manhã*, 26 de setembro de 1958, p. 6, 1°C, EP.

⁴⁷⁴ “Dos pelegos ao latim”, *Correio da Manhã*, 26 de outubro de 1956, 1°C, p. 6.

⁴⁷⁵ “O jogo dos partidos”, *Correio da Manhã*, 07 de março de 1957, 1°C, p. 6.

Em resumo, verificamos que na percepção de todos os diários os partidos são essenciais ao regime. O *CM* chega a dizer que são “a vida do regime”. Entretanto, quando representam os três maiores partidos do Brasil no período, a constatação é a de que não existiriam partidos no sentido dado pela democracia orgânica. Contudo, os mesmos diários que criticam tanto o PTB quanto a UDN especialmente, também afirmam que nem todos os seus partidários são maléficos ao regime. Assim, os jornais, mesmo que criticando os partidos políticos do Brasil, defenderiam sua existência, assinalando, a necessidade de uma reformulação partidária. Essa proposta reforça a atuação dos jornais na sociedade através do que chamamos de *função pública de auxiliar da coisa pública*, que serviu para traçar uma saída para a sobrevivência dos partidos e, por extensão, do regime, mas também serviu diversas vezes para aconselhar e indicar o caminho que cada jornal considerava o melhor a ser seguido, ou seja, tentar impor sua visão de mundo.

Encontramos muitas semelhanças nas abordagens dos jornais, especialmente em relação ao PTB e UDN: 1) concebem a existência de uma dualidade nos partidos, uma ala boa e outra ruim, sendo que a segunda estaria prevalecendo sobre a primeira; 2) dentro da ala boa identificam uma figura que poderia salvar o partido; e 3) de forma explícita, a UDN foi acusada de golpista e o PTB de desejar montar uma “máquina partidária”, em ambos os casos a democracia estaria ameaçada.

A última impressão é a que prepondera, quando analisamos de forma geral os partidos, isto é, aquela instituição que deveria zelar pela conservação do regime, estaria oferecendo argumentos para se pudesse autorizar mesmo a extinção da instituição partido nos moldes vigentes ou eles próprios estariam tentando levar o regime à derrocada. Entretanto, se as perspectivas em torno dos partidos políticos não são as melhores, podemos questionar como os jornais se posicionaram frente a outra instituição democrática: o voto.

4.2 VOTO UMA INSTITUIÇÃO CONSOLIDADA?

Se pensarmos novamente na tese/quebra-cabeça, as peças que trazem as representações sobre o voto nos auxiliarão a ter novas perspectivas em relação às construções sobre o regime democrático vigente.

Lembrando que a partir da Lei Agamenon, o voto passou a ser obrigatório, adulto e universal (homens e mulheres), secreto e alfabetizado. Ocorreu uma considerável ampliação numérica de cidadão com direito ao voto, que conduziu a alterações qualitativas no eleitorado, com a incorporação de indivíduos proveniente das camadas de menor renda e instrução, (LIMA Jr., 1981). Fator que também estimulou alterações nos processos de captação dos votos. A

Constituição fixou ainda o dia da votação, sempre em 3 de outubro, de cada ano eleitoral e essa data foi marcada como feriado nacional no calendário.

As referências ao voto aparecem em 105 dos 795 textos do *corpus* documental (que corresponde a 13,2% do *corpus*), dos quais 24 pertencem ao *CM*, o que equivale a 12,5% do total de textos desse jornal que integram o *corpus* documental, 22 ao *JB*, que equivale a 10,3% do total dos textos no *corpus* pertencentes a esse jornal, 28 ao *OG*, correspondendo 14,9% do total dos textos no *corpus* desse jornal, e 31 ao *UH*, o que equivale a 15,1%. Como pode ser visualizado no Quadro 11.

Quadro 11 - Número de textos com representações sobre voto após as etapas de unitarização e categorização

Jornais	Nº total de textos corpus documental	Especificação por anos						Nº de textos com representação de partidos políticos
		1955	1956	1957	1958	1959	1960	
<i>CM</i>	191	11	2	3	4	--	4	24
<i>JB</i>	213	10	2	--	4	--	6	22
<i>OG</i>	187	8	--	4	4	3	9	28
<i>UH</i>	204	17	3	--	7	--	4	31
Total	795	46	7	7	19	3	23	105

Fonte: Elaboração própria com base nos jornais *CM*, *JB*, *OG* e *UH*.

Nesse quadro, como já era de se esperar, a concentração das ocorrências das representações sobre voto ocorreu em anos eleitorais, mas destacadamente o ano de 1955 foi o que mais ocorrências teve.

A partir desse *corpus* documental, formamos a categoria geral voto, entretanto, tivemos que segmentá-la em quatro subcategorias: voto no sistema democrático [V-SD]; voto no sistema democrático = como dever [V-SD=D]; voto no sistema democrático = como um direito [V-SD=Di]; e voto no sistema democrático = como arma [V-SD=A], como podemos observar no Quadro 12. Esse quadro também deixa claro que a subcategoria mais recorrente foi a mais geral de voto no sistema democrático [V-SD], encontrada em grande profusão em todos os diários. Também fica claro que no *UH* não encontramos a categoria voto no sistema democrático = como arma [V-SD=A], o que nos faz indagar sobre os motivos de tal ausência. E, de modo mais geral, o que tais categorias nos dizem em relação às representações sobre a democracia vigente e como os jornais formulam funções públicas atreladas ao voto?

Quadro 12 - Número de textos com representações sobre voto após as etapas de unitarização e categorização, por subcategoria

Subcategorias	Jornais				Total
	CM	JB	OG	UH	

	Nº OC	Nº ED	Nº OC	Nº ED	Nº OC	Nº ED	Nº OC	Nº ED	Nº OC	Nº ED
[V-SD] - voto no sistema democrático	33	23	19	11	36	24	51	31	139	89
[V-SD=D] – voto no sistema democrático = como dever	1	1	18	6	4	3	3	3	26	13
[V-SD=Di] – voto no sistema democrático = como um direito	2	2	3	3	4	2	4	4	13	11
[V-SD=A] – voto no sistema democrático = como arma (de transformação)	7	5	12	10	3	3	--	--	22	18

Fonte: Elaboração própria com base nos jornais *CM*, *JB*, *OG* e *UH*.

Para respondermos essas questões, precisaremos passar para a análise qualitativa do *corpus* documental.

Quando analisamos os trechos dos textos em que há referências ao voto, no *OG* identificamos um posicionamento bem claro de que um dos fundamentos clássicos do regime democrático seria o voto universal⁴⁷⁶. Nesse sentido, institui-se a *função pública de auxiliar da coisa pública* para falar ao eleitorado, para lhe alertar que no próximo pleito “não bastará votar, por cumprimento do dever ou por simples rotina. Cada voto é uma escolha, que pode ser decisiva, já que se pode ganhar qualquer eleição pela maioria de um sufrágio”. Dessa forma, “votar com liberdade não é tudo; cumpre votar com seriedade e meditação, como se do voto de cada um de nós dependesse o bom ou o mau Governo”⁴⁷⁷.

Nesses trechos, já encontramos alguns elementos importantes sobre o pensamento político do jornal: primeiro, compreende o voto como um dever; segundo, é perceptível a frustração em relação a eleição ser por maioria simples de votos e não por maioria absoluta; e terceiro, a afirmação de que votar com liberdade não seria tudo (o que seria uma afirmação no mínimo mal colocada se considerarmos o histórico da Primeira República brasileira). Contudo, na sequência fica mais clara a preocupação do jornal ao argumentar que “ou a democracia aplicada nas urnas é a arte de escolher os melhores, ou não passa de simples maratona esportiva para se votar em quem alcança mais sufrágios”, bem como “ou é um ato cívico executado com seriedade pelo povo, ou é simples competição demagógica”. Assim, “do seu correto exercício resulta um bom Governo. Do falseamento da escolha, por paixões desatadas ou por interesses de grupos, sobretudo os econômicos, advém o perigo das administrações medíocres, quando não criminosas”⁴⁷⁸.

Se pensarmos que pelos menos nos pleitos presidenciais de 1945, 1950 e 1955 o candidato apoiado pelo *OG* sempre perdeu as eleições e se lembrarmos das representações

⁴⁷⁶ Os erros e esquecimentos do Sr. Plínio Salgado”, *O Globo*, 22 de abril de 1959, 1ºC, p. 1.

⁴⁷⁷ “Porque Juárez Távora?”, *O Globo*, 22 de setembro de 1955, 1ºC, p. 1.

⁴⁷⁸ “A renovação nacional, por Juárez Távora e Milton Campos”, *O Globo*, 30 de setembro de 1955, 1ºC, p. 1.

negativas sobre Juscelino Kubitschek e João Goulart, bem como da campanha antivarguista, por associação, pode-se pensar que para esse diário até o momento a democracia tem sido apenas uma maratona esportiva, pois, segundo seus critérios, o povo não votou nos *melhores*. Essa perspectiva pode ter sido alterada após a eleição de Jânio Quadros, mas para isso precisamos seguir em nossa análise para verificarmos tal hipótese.

OG entra novamente no debate público para reforçar seus *conselhos* ao eleitorado, reiterando que “do seu critério e de seu equilíbrio vai depender a estabilidade do regime – benefícios incalculáveis ou males sem conta, as consequências do voto que vai ser depositado nas urnas”. O eleitor, “no momento em que dá o seu voto a um candidato”, seria o “árbitro supremo, tribunal de alçada ampla e sem apelação”. Por isso, “fazemos votos para que, em seu próprio benefício, o povo brasileiro **corresponda à magnitude da responsabilidade que lhe é confiada** e vote bem, como votará em paz e em liberdade”, pois “que vote bem, não permitindo que o seu voto seja governado ou influenciado por outro motivo que não seja o bem da Pátria”⁴⁷⁹.

O *JB* compreende que “o voto é o aperfeiçoamento da vontade popular dentro das etapas da evolução social”⁴⁸⁰ e entende o voto, ao mesmo tempo, como um “dever cívico” e como um “direito de escolha”. Conceber o voto enquanto um aperfeiçoamento abre possibilidade para que diversos agentes trabalhem em prol desse aperfeiçoamento e, dentre esses agentes, figuraria o próprio *JB*. Essa hipótese se verifica diante dos diversos textos de cunho pedagógico que o jornal oferece ao eleitorado para quando for votar, como, por exemplo, quando argumenta que o eleitorado deverá ser guiado “apenas pela sua vontade e pelo impulso de escolher o que lhe parece mais indicado para conduzir os destinos da Nação”, pois “não vai ele decidir apenas um problema seu ou de sua família, vai ele com o seu voto ajudar a resolver o problema de todos, vai ele influir na direção dos negócios públicos” ou “vai fechá-lo ainda mais, se não souber selecionar os verdadeiros valores, para indicar o mais apto à suprema investidura”.

Para legitimar a sua fala, o *JB* utiliza a “palavra da Igreja, que soube se colocar acima das competições partidárias” – lembrando que o *JB* se constrói no debate público como um jornal católico – e defende que “todos deverão votar, e votar bem, indicando os nomes que mais confiança inspirarem na direção dos negócios e na defesa dos interesses da coletividade”, isto é, “chegou a hora de o eleitor fazer a sua parte, cumprindo o seu dever com independência e

⁴⁷⁹ “Mais vigorosa e retemperada deve sair a democracia da prova crucial de hoje”, *O Globo*, 03 de outubro de 1955, 1°C, p. 1.

⁴⁸⁰ “A solução está com os partidos”, *Jornal do Brasil*, 20 de janeiro de 1955, 1°C, p. 5.

elevação de propósitos”⁴⁸¹. Assim, “cada votante assumirá uma posição de excepcional relevo no imenso plenário democrático e deve conduzir-se com a consciência esclarecida, para que também ele **se mostre à altura do acontecimento de que se torou protagonista**”⁴⁸².

Percebemos entre o *OG* e o *JB* similitudes na abordagem. Ambos entram no debate público para tentar convencer o eleitor o quão séria e complexa seria a responsabilidade de votar, apontando as consequências desse ato, ao ponto de ambos intimarem o eleitorado a comprovar que estaria à altura dos direitos conquistados. O *OG* expõe que as condições para o voto seriam propícias: paz e liberdade, então, teria que votar bem, sendo guiado apenas pelo desejo de querer “o bem da Pátria”, ou seja, o “bem coletivo”, fator que, também para o *JB*, deveria guiar o voto. Ainda encontramos nos dois jornais a perspectiva do eleitor como juiz e/ou árbitro, ou seja, o voto enquanto julgador dos *homens públicos*, governos, políticas públicas, linhas de ação, enfim, tudo o que se fez ou se deixou de fazer.

Para inculcar no eleitorado a relevância do “dever de votar”, o *Jornal do Brasil* lança dois editoriais com o mesmo título: “O dever de votar”, um em 18 de setembro 1955 e outro em 28 de setembro 1958, ou seja, um pouco antes de cada pleito. Nesses textos, o jornal evidencia que a reforma no Código Eleitoral tem como diretriz fundamental o dever de votar. Assim, “a vontade de escolha é livre, mas não deve esquecer o cidadão que o seu comparecimento é obrigatório” e quem “deixar de comparecer ao recrutamento ou mesmo deixar de ir votar será considerado um desertor, além de configurar como infração punível”⁴⁸³.

De outra parte, alerta os indivíduos que dizem que iriam votar em branco: “Votar em branco implica em aumentar a chance de más escolhas” e “mesmo para os mais exigentes no julgamento dos homens impõe-se o dever de votar, de escolher um que pareça menos ruim. É uma batalha o pleito, e de consequências decisivas, exigindo a participação de todos os que dispõem da arma do voto”⁴⁸⁴. Em 1958, a questão é retomada nos mesmos termos e o jornal enfatiza “vamos repetir aqui em prosa, o que temos dito sempre: vote no próximo dia 3. Vá votar e não vote em branco. Sua arma é o voto”⁴⁸⁵. Nesse caso, identificamos campanhas do *JB* para que se vote, tanto em 1955 quanto em 1958.

⁴⁸¹ “A palavra está com o eleitor”, *Jornal do Brasil*, 28 de setembro de 1955, 1°C, p. 5. Perspectiva retomada em “A responsabilidade do eleitorado”, *Jornal do Brasil*, 02 de outubro de 1955, 1°C, p. 5.

⁴⁸² “A responsabilidade do eleitorado”, *Jornal do Brasil*, 02 de outubro de 1955, 1°C, p. 5

⁴⁸³ “O dever de votar”, *Jornal do Brasil*, 18 de setembro de 1955, 1°C, p. 5. Argumentação retomada em “O pleito e o Tribunal Eleitoral”, *Jornal do Brasil*, 09 de outubro de 1955, 1°C, p. 5, onde o *JB* faz um levantamento de vários prejuízos que o eleitor teria caso não fosse votar.

⁴⁸⁴ “O dever de votar”, *Jornal do Brasil*, 18 de setembro de 1955, 1°C, p. 5.

⁴⁸⁵ “O dever de votar”, *Jornal do Brasil*, 28 de setembro de 1958, 1°C, p. 3.

Nas eleições de 1958, *OG* muda um pouco a abordagem e centra mais na construção do ato de votar enquanto um dever, mas não no sentido de que haveria penalidades, mas como ato cívico, ou seja, consciente ao argumentar que “numa democracia, votar não constitui sacrifício nem castigo. É função decorrente do dever cívico, como o serviço militar, o júri e semelhantes”. Sendo assim, “precisamos varrer esse preconceito. Um país, que com razão se considera civilizado, não há de confundir o encargo de votar com o cumprimento de uma penalidade”⁴⁸⁶. Dessa forma, esclarece ao eleitorado que “quando se aproxima a hora de votar é que cada eleitor deve proceder a um rigoroso exame de consciência porque o sufrágio, longe de constituir um passatempo, representa o exercício de uma grave magistratura cívica”, pois “quem vota escolhe e delega poderes a outrem para governar. Razão de sobra para não se decidir às tontas, por solicitação ou simpatias, mas por convicções arraigadas, pelo convencimento de que seu candidato é o mais capaz de bem servir o povo e o País”⁴⁸⁷.

Já nas eleições de 1960, predomina novamente a perspectiva de inculcar no eleitorado o quão sério é o dever de votar. Para isso, utiliza palavras exortativas, retomando a perspectiva de que caberia ao eleitorado provar que estaria “à altura da liberdade que lhe é assegurada”, que “escolham-se, portanto, os melhores, com a certeza de que, se a decisão for tomada com consciência e critério, não poderá haver erro nessa escolha”. Dessa forma, “não deixe ninguém de ir às urnas”, pois “a abstenção é um crime não apenas contra a Pátria, mas contra a própria liberdade individual, que acaba caducando e sendo colhida pelos aventureiros do poder, quando o cidadão abdica do seu direito de ser, como o é neste dia de festa cívica, o árbitro supremo da Nação e do seu futuro”⁴⁸⁸. Nesses trechos, ainda identificamos que em 1960 o jornal se pronuncia em sentido de exigir o comparecimento às urnas, algo não identificado nas eleições anteriores.

Percebemos que *OG* e *JB* concebem o voto na democracia predominantemente como um dever. Disso decorre que esses diários evidenciam uma grande preocupação em construir no eleitorado o sentido da relevância do ato de votar tanto para o bem quanto para o mal, salientando que pelo voto se decidiria o destino do Brasil. Nesses termos, pode-se lançar a hipótese de que se as escolhas não forem corretas, se os votos não conduzirem a “escolha dos melhores” e, se por isso, se instaurar um estado de coisas na qual se faz necessária algum tipo de intervenção para corrigir os erros, em última instância a culpa seria do eleitorado que não

⁴⁸⁶ “Tampão ou tampinha?”, *O Globo*, 20 de dezembro de 1958, 1^oC, p. 1.

⁴⁸⁷ “Na hora do exame de consciência”, *O Globo*, 28 de setembro de 1960”, 1^oC, p. 1

⁴⁸⁸ “A conquista da liberdade e da democracia”, *O Globo*, 03 de outubro de 1960, 1^oC, p. 1.

soube votar. Diante dessas percepções, fica mais compreensível a insistência do *OG* no projeto que visa a elaboração de cursos públicos para preparar o povo para o ato eleitoral de votar.

A frequência com a qual *OG* e *JB* se dirigem ao eleitorado para lembrá-lo da importância do ato de votar, pode indicar duas abordagens distintas. Primeiro, a constatação de que o voto não seria ainda algo naturalizado, por isso, haveria por parte desses jornais o empenho em “construir o eleitor”, preferencialmente um eleitor ideal. Dessa forma, o *JB* e o *OG* seriam agentes desse processo⁴⁸⁹, investindo-se da *função pública de auxiliar da coisa pública* para se construírem como uma instituição que trabalha em prol do interesse coletivo.

A segunda abordagem, que não entra em conflito com a primeira, indicaria que ambos os diários possuiriam desconfiças em relação ao eleitorado e em relação a ideia de sufrágio universal, em última instância, sobre a própria democracia vigente no Brasil. Essa hipótese fica mais clara quando o *JB*, um dia após transcorridas as eleições de 1955, afirma que o pleito transcorreu em ordem, porém, argumenta que tal situação “não quer dizer que se possa esperar um resultado brilhante do pronunciamento”, pois “eleger constitui uma operação muito delicada e raras são as comunidades humanas que estejam em estado de aperfeiçoamento mental que permita realizá-la sem engano mais ou menos grosseiro”. Dessa forma, “por toda parte onde o sufrágio universal é o método para a escolha dos que devem ocupar os postos de direção, nota-se a mesma oscilação, a mesma instabilidade. Poucos são os países em que o sistema funciona com cem por cento de exatidão”, isso em decorrência de considerar que “o homem” seria uma “máquina de emoção, é máquina de produzir opiniões, conceitos, sentenças, pronunciamentos, que oscila de acordo com o seu estado de ânimo”⁴⁹⁰.

Tendo isso em vista, “os candidatos, ainda que vitoriosos, não podem encarar a sua vitória sem pensar nos equívocos a que estão sujeitos todos os atos humanos, ainda aqueles que aparecem mais livres e espontâneos”, pois “os que surgirem carregando maior número de sufrágios não devem esquecer toda a série de equívocos que cercam esses pronunciamentos, como uma fatalidade inexorável”, como “por um desses equívocos que turvam o raciocínio dos homens”⁴⁹¹. O *JB*, nessas passagens, parece menosprezar a vitória nas urnas. O jornal, assim, relativiza o voto universal enquanto garantidor da democracia.

⁴⁸⁹ Argumentação inspirada nas pesquisas Douglas Angeli (2018, p. 342), nas quais ele busca compreender o papel das campanhas eleitorais na construção do eleitor no período inicial da “experiência democrática”. Para tanto, inclui a imprensa como parte do objeto de pesquisa, constatando que os “veículos de imprensa cumpriram um papel ativo tanto na construção de um interesse público pela competição política quanto na conquista do voto”.

⁴⁹⁰ “Humildade na vitória”, *Jornal do Brasil*, 04 de outubro de 1955, 1°C, p. 5.

⁴⁹¹ “Humildade na vitória”, *Jornal do Brasil*, 04 de outubro de 1955, 1°C, p. 5.

Entretanto, tais posições contrastam com as representações difundidas um dia após as eleições de 1960. Uma das primeiras referências do *JB* ao voto o concebia como o aperfeiçoamento da vontade popular, e o jornal retoma essa perspectiva ao afirmar que “o voto como exercemos – secreto, direto e universal – é uma forma insubstituível de **pedagogia popular**”, pois em “cada eleição que se fere [sic] revela um amadurecimento do povo todo inteiro e cada vez que se vota tem-se uma consciência mais clara e urgente de fatos básicos configuradores da própria Nação”⁴⁹².

Nesse sentido, argumenta, “com as eleições realizadas ontem, em todo o País, assinala-se, sem sombra de dúvida, uma vitória democrática de decisiva importância para o presente e para o futuro do Brasil: o pleito revestiu-se de plena segurança para o exercício da liberdade de escolha de cada um”, foi o coroamento dos “primeiros momentos de esperança da Revolução de 1930 – quando o voto secreto, universal e direto institucionalizou-se entre nós”, mas somente agora “o ato de votar livremente começa a estruturar-se como fato da vida normal da nossa democracia representativa”. Conclui que “instrumento de consolidação e, sobretudo, de transformação política, o voto que os brasileiros depositaram ontem nas urnas é bem o símbolo de uma autenticidade que se projetará na constituição do governo escolhido pelo povo, para o povo e que é do próprio povo”⁴⁹³.

Como explicar essa mudança de perspectiva do *JB*? De uma postura no mínimo receosa em relação ao voto para a constatação de que ocorreu a “consolidação democrática pelo voto”⁴⁹⁴?. A resposta a essa pergunta é dada pelo próprio jornal, ao afirmar que essa tarefa de consolidação “só se tornou possível graças à participação de uma nova geração de eleitores que não foi influenciada pela propaganda do Estado Novo”⁴⁹⁵ e “a vitória do candidato oposicionista, Sr. Quadros, veio demonstrar que o patronato político acabou no Brasil e que os famosos coronéis do interior serão, dentro de pouco tempo, seres tão mitológicos quanto os hipogrifos”⁴⁹⁶.

Em outros termos, o *JB* retomou a perspectiva de aperfeiçoamento pelo voto, quando se conseguiu, pelo voto, conduzir a oposição ao governo, uma posição legítima. Dessa forma, talvez o receio do *JB* em relação ao voto estava centrado na perspectiva de que alguns *homens públicos* e mesmo partidos tivessem conseguido montar uma máquina política tão eficiente que tornasse impossível a oposição chegar ao poder por vias legais, democráticas. De outra parte,

⁴⁹² “O poder legítimo”, *Jornal do Brasil*, 04 de outubro de 1960, 1°C, p. 3.

⁴⁹³ “O poder legítimo”, *Jornal do Brasil*, 04 de outubro de 1960, 1°C, p. 3.

⁴⁹⁴ “Lições de uma eleição”, *Jornal do Brasil*, 07 de outubro de 1960, 1°C, p. 3.

⁴⁹⁵ “Lições de uma eleição”, *Jornal do Brasil*, 07 de outubro de 1960, 1°C, p. 3.

⁴⁹⁶ “Lições de uma eleição”, *Jornal do Brasil*, 07 de outubro de 1960, 1°C, p. 3.

precisa-se considerar que a partir de 1956 ocorreu uma renovação no processo de alistamento realizado, bem como um aperfeiçoamento do sistema e da legislação eleitoral, fatores que podem ter concorrido para a perspectiva mais positiva em relação ao voto, especialmente em relação ao que seria considerado como a autenticidade.

OG também concebe positivamente o que chama de “evolução do voto”, ao afirmar que “nem as leis atuais, com o sigilo do sufrágio, nem a vigorosa aquisição de personalidade cívica por parte do povo, permitem mais o ‘cabresto’, o ‘voto de caixão’ e outras designações tristemente pitorescas retratando a força dos mandos sobre a massa dos eleitores”⁴⁹⁷. Após as eleições de 1960, *OG* atribui um sentido ao voto ainda não identificado no diário ao argumentar que “perder eleições é certamente um acidente democrático tão natural como ganhá-las. **A beleza do regime reside precisamente nessa possibilidade de serem modificadas as posições por obra da soberania do povo**”. Assim, “quem está em cima passa para baixo e vice-versa, de acordo com os sufrágios. Estes é que determinam colocação das peças no tabuleiro do xadrez político”⁴⁹⁸.

Dessa forma, “não há, para qualquer partido, a menor desonra em perdê-lo. Trata-se de uma inevitável contingência democrática: e uma das belezas dos **regimes de opinião** é que jamais – quando praticados com decência – eles se escravizam a homens ou grêmios políticos”⁴⁹⁹. No caso do *OG*, também identificamos uma alteração em sentido ao voto, de um dever passou a ter um caráter mais ativo e positivo, de “colocar as peças no tabuleiro do xadrez político” e possibilitar que o poder mude de mãos.

Para compreendermos essas alterações nas perspectivas do *JB* e do *OG*, precisamos considerar as afinidades dos jornais com os candidatos e partidos eleitos até então. A partir das representações sobre os *homens públicos* e os partidos, fica claro que as perspectivas negativas sobre a possibilidade de Kubitschek simbolizam o regresso dos métodos e meios de fazer política de Vargas, assim como todas as representações negativas sobre Goulart e mesmo sobre o Lott. Possivelmente, isso tenha estimulado a elaboração das representações que desconfiavam do voto, do sufrágio universal, enfim, da democracia, por considerar que, pelo voto, os “mais aptos”, os “verdadeiros homens públicos” estavam sendo preteridos em relação aos *homens públicos* menos adequados, segundo os critérios dos jornais.

Todavia, nos parece problemático, para o próprio regime democrático vigente, haver jornais que veriam com desconfiança o voto quando o candidato por eles apoiado perde as

⁴⁹⁷ “A vitória da democracia”, *O Globo*, 05 de outubro de 1960, 1°C, p. 1.

⁴⁹⁸ “Perca-se a eleição, mas salve-se a face”, *O Globo*, 12 de outubro de 1960, 1°C, p. 1.

⁴⁹⁹ “Um programa de vinditas”, *O Globo*, 28 de outubro de 1960, 1°C, p. 1.

eleições, mas quando o candidato que lhes parece o mais apto vence, passariam a compreender positivamente o exercício do voto. Isso permite que pensar que, ao tirarmos as diversas camadas de representação, o que estaria sedimentado no pensamento desses dois diários é a perspectiva de que o sufrágio universal, no caso brasileiro, dificilmente produzirá bons governos. Segundo os critérios de cada jornal, assim, uma das bases da democracia não seria adequada à realidade brasileira, haja vista que em 1961 Jânio Quadros renuncia e quem assume é o criticado João Goulart. Entretanto, novamente os jornais não afirmam isso abertamente, mas a forma como *falam* sobre as principais instituições democráticas, especialmente sobre os *homens públicos*, partido e voto, abre possibilidade a essa interpretação.

De outra parte, o *Última Hora* representa o voto como o “mais democrático dos instrumentos”⁵⁰⁰. Diante das eleições de 3 de outubro de 1955, o jornal argumenta que seria a “data que deverá libertar o Brasil do clima de intranquilidade, golpismo, rapinagem e aventurismo. Nunca, na história do nosso País, o voto teve, por isso, maior significação”. Então, institui-se a *função pública de auxiliar da coisa pública para aconselhar* os eleitores: “pense bem, pois, cidadão, nessa grande decisão. Pense que o seu voto pode trazer para si, seus filhos, sua família, seus amigos um pouco mais de paz e segurança”. Ainda mais, “o seu voto, cidadão, pode ajudar a acelerar” a independência econômica e a consolidar o equilíbrio social, “assim como, mal escolhido, pode contribuir para a destruição de tantas conquistas que já nos custaram tantos sacrifícios. Pense, pois, duas vezes, cidadão, antes de depositar a sua cédula nas urnas que serão abertas a 3 de outubro”⁵⁰¹.

Nesses trechos, o jornal usa uma estratégia semelhante ao *OG* e *JB*, ao destacar a relevância do voto e apontar as consequências positivas ou negativas da escolha dos eleitores, intervindo do debate público de modo exortativo, ao aconselhar o “cidadão” na hora dessa escolha. Dessa forma, poderíamos supor que o *UH* também veria o voto, especialmente o voto universal, com desconfiança, tendo em vista a necessidade de aconselhar o eleitorado e evidenciar as consequências de seu voto. Entretanto, precisamos considerar que a própria utilização do termo “cidadão” geraria um caráter maior de responsabilidade no eleitorado, ao mesmo tempo em que pode gerar um grau maior de interpelação, pois os eleitores não são considerados genericamente como *povo*, mas como *cidadãos*. Disso decorre que o jornal

⁵⁰⁰ “O sacrifício de Getúlio e o novo desafio de seus algozes”, *Última Hora*, 24 de agosto de 1960, 1°C, p. 3, Coluna de UH

⁵⁰¹ “Faltam apenas 27 dias para as eleições: Vote em Getúlio, cidadão!”, *Última Hora*, 06 de setembro de 1955, 1°C, p. 1.

também compreenderia o ato de votar como um “dever cívico”, que não poderia deixar de ser cumprido, votar “é um dever cívico votar sempre”⁵⁰².

A partir de então, há uma significativa diferença entre as representações de voto do *UH* para o *JB* e *OG*. Isso porque, segundo o *UH*, as eleições de 1955 representariam “mais do que um dever: é o único meio de salvarmos a democracia em nossa terra!”. Nesse sentido, para o *UH*, “o voto passa a ser, assim, uma arma de defesa da legalidade e do regime constitucional vigente. O voto será a arma de combate à ditadura, com que pretendem aniquilar a nossa liberdade!”. Em síntese, “a consciência democrática do Brasil deve, pois, estar alerta a 3 de outubro, a fim de que ninguém falte às urnas. Votem em quem quiser: no Juscelino, no Juarez, no Adhemar, e até no Plínio Salgado...”, poderiam até cometer “um erro, se não votarem no melhor deles, se o escolhido não for o mais digno. Mas, de qualquer modo, a democracia estará salva e, **através de seu exercício pleno**, poderemos concertar o erro”. De outra parte, “não indo às urnas, não votando, ou votando em branco, teremos praticado um erro maior, pois teremos aberto o caminho para a marcha da ditadura, de um governo extralegal, baseado na força e não nas leis em vigor”. Portanto, votar “em defesa da liberdade, é o primeiro de todos os deveres de cada cidadão, de cada brasileiro eleitor, no dia 3 de outubro”⁵⁰³. Assim, “Vote em quem quiser, mas vote – este é o lema que o nosso jornal proclama”⁵⁰⁴.

Na conjuntura de 1955, o *UH* daria um novo sentido ao voto, seria também um dever, porém, um dever cívico em defesa do regime, pois nesse momento o voto não se destinaria apenas a “escolher os melhores”, mas seria um voto que indicaria o desejo de se continuar tendo o direito de escolher os dirigentes. No dia seguinte às eleições, o jornal argumenta que o “voto que ontem foi dado menos aos candidatos, do que ao regime, pela sua continuação, pela sua prática, pelo cumprimento da Constituição!”⁵⁰⁵, tanto que o próprio título do editorial assevera: “Venceu o regime na maior das eleições realizadas no Brasil”.

⁵⁰² “O voto é arma de defesa da liberdade”, *Ultima Hora* 13 de setembro de 1955, p. 4, Coluna de Ultima Hora.

⁵⁰³ “O voto é arma de defesa da liberdade”, *Ultima Hora* 13 de setembro de 1955, p. 4, Coluna de Ultima Hora.; Argumentação retomada em “Dez dias antes das eleições: Lembre-se do que ele disse – ‘É preciso que os brasileiros saiam da situação de minoridade econômica’ - Vote em Getúlio e pelo Brasil!”, *Última Hora*, 22 de setembro de 1955, 1°C, p. 1; e “Quinze milhões de brasileiros afirmarão, nas urnas de três de outubro, seu anseio de progresso, soberania e tranquilidade: No povo é que está a força”, *Última Hora*, 30 de setembro de 1955, 1°C, p. 1, EP.

⁵⁰⁴ “Dez dias antes das eleições: Lembre-se do que ele disse – ‘É preciso que os brasileiros saiam da situação de minoridade econômica’ - Vote em Getúlio e pelo Brasil!”, *Última Hora*, 22 de setembro de 1955, 1°C, p. 1, EP.

⁵⁰⁵ “Venceu o regime na maior das eleições realizadas no Brasil”, *Ultima Hora*, 04 de outubro de 1955, 1°C, p. 4, Coluna de Ultima Hora.

De modo idêntico ao *UH*, encontramos as representações sobre o voto no *Correio da Manhã*, ao compreender o exercício do voto enquanto “admirável instrumento de correção e aperfeiçoamento da vida nacional”⁵⁰⁶ e ao afirmar que

É um lugar comum dizer que as democracias só se aperfeiçoam pelo seu exercício. É um lugar-comum porque é uma verdade que não precisa de maiores esforços para ser compreendida. Não chegaremos a afirmar que nossas instituições, acalentadas num berço que as fadas da ditadura cercam, sejam perfeitas. A perfeição de que carecem só lhes poderá ser atribuída pelo povo. O povo votando, eis o grande caminho, a magnífica tarefa a cumprir. [...] O que é preciso é ir votar, é caminhar para as urnas com a máxima decisão. Com a decisão não só de quem vai eleger um presidente e um vice-presidente, mas, sobretudo e fundamentalmente, a firme decisão de quem vai defender o regime.

A abstenção será um crime. Cada voto deitado nas urnas a Três de Outubro será uma couraça protegendo o regime contra as armas do inimigo⁵⁰⁷.

Nesses termos, ambos os diários defendem que a democracia possuiria capacidade de se aprimorar pela prática, sem necessidade de intervenções de outras forças que não são as provenientes do que poderia ser considerado como *campo político*. Por isso, segundo nossa perspectiva, estabeleceu-se a campanha em prol do voto, do comparecimento em massa às urnas, independente de quem se vote.

Dessa forma, nas eleições de 1955, no *UH* e no *CM* o voto seria apresentado quase que como uma escolha sobre a continuidade ou não da democracia, sendo que o comparecimento em massa às urnas comprova que o *povo*, pelo voto, teria escolhido pela continuidade do regime, isto é, pelo seu aperfeiçoamento. Para auferir maior legitimidade no debate público, *UH* se institui da *função pública de falar em nome da coletividade* para proclamar que “o Povo quer, impõe a continuação da obra de pacífico aprimoramento das instituições, ao mesmo tempo que condena todos os fomentadores de agitação e serviço consciente ou inconsciente, mas sempre a serviço, de interesses antinacionais”⁵⁰⁸. De outra parte, o comparecimento do *povo* às urnas expressaria que a democracia possuiria receptividade na sociedade brasileira, o que comprovaria que seria um regime compatível com a realidade brasileira.

Um dia após as eleições de 1958, essas mesmas constatações foram retomadas, isto é, que haveria “**confiança das grandes massas populares no regime democrático** como o único instrumento capaz de tornar vitoriosas as suas aspirações e dar corpo aos seus interesses vitais, que se confundem com os próprios interesses da Nação”. Dessa forma, lança um alerta a quem

⁵⁰⁶ “A Constituição”, *Correio da Manhã*, 18 de setembro de 1955, p. 6, EP

⁵⁰⁷ “As armas e a couraça”, *Correio da Manhã*, 13 de setembro de 1955, p. 6, EP. Retoma essas posições em: “A Constituição”, *Correio da Manhã*, 18 de setembro de 1955, p. 6, EP; “Intimidação inaceitável”, *Correio da Manhã*, 21 de setembro de 1955, p. 6, EP e “Evocação do candidato”, *Correio da Manhã*, 29 de abril de 1956, 1°C, p. 6. EP.

⁵⁰⁸ “Nossa responsabilidade perante o mundo”, *Ultima Hora*, 07 de outubro de 1955, 1°C, p. 4, Coluna de Ultima Hora.

o diário chama de “incorrigíveis golpistas”, que estariam “sempre ansiosos” por “substituir o ‘Veredictum’ das urnas”: “Tentar acabar com o sufrágio popular, a esta altura, não é apenas uma aventura capaz de fascinar os eternos pretendentes a ‘mentores’ do povo: é um crime cujos autores teriam de pagar caro, e muito caro”, pois “ao contrário do que possam supor esses indivíduos, o voto se incorpora cada vez mais aos hábitos do povo, que o considera como uma necessidade essencial e que não delega a ninguém, senão aos seus representantes eleitos, o direito de decidir sobre os problemas que dizem respeito à comunidade brasileira”⁵⁰⁹.

O *UH* constrói o voto em termos não identificados nos outros jornais, como uma necessidade que o *povo* não abriria mais mão, concepção que a nosso entender é reforçada, especialmente, como uma forma de o diário, fazer frente às ameaças constantes que a democracia sofreria, pois ao conceber positivamente o voto exercido no Brasil, ao afirmar que haveria uma “margem cada vez menor de imponderável e fatores acidentais”, acaba legitimando o próprio regime representativo, baseado no voto universal. O jornal afirma isso textualmente ao proclamar que a “democracia funciona no Brasil”. Inclusive, o diário reforça a perspectiva de que é pela sua prática – “de eleição em eleição” – que a democracia se aperfeiçoará, pois naquele período se ela ainda seria imperfeita, com a sua prática, ela conseguiria eliminar os possíveis obstáculos ao seu pleno desenvolvimento⁵¹⁰.

O jornal *CM*, nas eleições de 1958, inicia nova campanha para o comparecimento às urnas e contra o voto em branco, defendendo que “o voto não é apenas a indicação de um nome para um posto eletivo. É, sobretudo e acima de tudo, uma afirmação das ideias que defendemos, das aspirações que acalentamos, de nossa filosofia de vida e não apenas de nossas concepções políticas”, assim, “com o voto dizemos como queremos viver”. Por isso, “quando sabemos que nosso candidato não tem chance, é neles que devemos votar, para que a outra parte do país conheça nossas ideias”, pois “assim, os vitoriosos sabem que foram eleitos pelos seus correligionários mas – e isto é da maior importância – ficam sabendo que há outras correntes de opinião e pensamento que não se afinam pela sua clave”, poderiam dessa forma “governar com senso democrático bem mais demarcado”⁵¹¹.

Nesses trechos, pode-se apreender no *CM* que a concepção do voto como a expressão de uma determinada corrente de opinião converge com sua perspectiva de que os próprios partidos políticos seriam correntes de opinião. Nesse caso, democracia para o *CM* significaria

⁵⁰⁹ “O pleito de ontem: dever cumprido”, *Ultima Hora*, 04 de outubro de 1958, 1°C, p. 3, “Flash” do momento.

⁵¹⁰ “O pleito de ontem: dever cumprido”, *Ultima Hora*, 04 de outubro de 1958, 1°C, p. 3, “Flash” do momento.

⁵¹¹ “Em preto”, *Correio da Manhã*, 02 de outubro de 1958, p. 6, 1°C, EP; Argumentação retomada em “Revolução no feriado”, *Correio da Manhã*, 03 de outubro de 1958, p. 6, 1°C, EP.

a existência e o respeito às diferentes correntes de opinião, que serviriam como guia das ações e projetos dos governantes.

O *CM* ainda reforça a perspectiva de que a democracia formal ainda seria incipiente no Brasil, em consequência, haveria todo um ritual e até um feriado consta na Constituição para que o povo possa exercer o seu direito de votar, diferente dos “países onde o voto já se tornou quase automático”⁵¹². Possivelmente, em função dessa incipiência, o jornal insistiria em suas campanhas em prol do voto, do comparecimento em massa às urnas.

Por seu turno, em 1960, quem fez campanha para o comparecimento às urnas foi o *UH*, utilizando palavras de ordens: ““ÀS urnas, cidadãos!””, pois apenas nas urnas, “só através do direito da livre escolha democrática, poderá cada brasileiro em gozo dos seus direitos eleitorais influir decisivamente para que o destino de sua Pátria seja plenamente realizado. Eleitor: medite profundamente antes de cumprir o seu dever sagrado”. *UH* recorre seguidamente à *fala* direta com o leitor: “faça você também a sua opção, leitor. Mas, seja qual for o destino do seu voto, não pense que o seu dever se encerra com o ato de depositar o voto na urna. Não: você – como todos nós, vencedores ou vencido – deve continuar mobilizando”⁵¹³.

No dia seguinte às eleições, o jornal argumenta que “sejam quais forem os obstáculos a vencer, **o povo brasileiro avança no caminho da democracia**, demonstrando que pode conseguir, com seu voto esclarecido” e “com sua consciência cívica, os instrumentos políticos necessários para levar a cabo o processo de emancipação nacional que caracteriza a presente fase da nossa evolução histórica”⁵¹⁴.

Nessas passagens, identificamos estratégias distintas do *UH*: primeiro, ao buscar mobilizar o eleitor recorre à construção do voto enquanto direito, mas quando pede que os eleitores e também os leitores meditem sobre a relevância do ato de votar, concebe o voto enquanto um dever; segundo, ao solicitar que mesmo após às eleições os eleitores/leitores se mantivessem mobilizados como uma forma de manter o regime democrático em vigência no Brasil, o *UH* se coloca como exercendo uma *função pública* essencial à democracia, construindo seu valor para o regime perante o público e entre os pares.

No caso do *CM*, no pleito de 1960, encontramos novamente representações positivas do voto, como se observa quando o *CM* afirma que se registrou um “ânimo cívico” e alegria do eleitorado ao comparecer às urnas, assim, “a alegria de votar é um bom sinal de vitalidade

⁵¹² “Revolução no feriado”, *Correio da Manhã*, 03 de outubro de 1958, p. 6, 1°C, EP.

⁵¹³ “Às urnas pelo Brasil”, *Última Hora*, 03 de outubro de 1960, 1°C, p. 1. EP

⁵¹⁴ “Mais um grande passo no caminho da democracia”, *Última Hora*, 04 de outubro de 1960, 1°C, p. 3, Coluna de UH.

democrática, em uma Nação jovem, que ainda aperfeiçoa e consolida o seu processo político”⁵¹⁵. Dessa forma, o jornal conclui que já estamos em um estágio de “aperfeiçoamento do sistema de votar em segurança e segredo. O voto foi uma alegria, representou um exercício vivo e genuíno”⁵¹⁶. Reforça, assim, a legitimidade do regime democrático a partir do ato de votar.

Em síntese, no *UH* e no *CM* há a ênfase na construção do voto enquanto um direito, mais do que um dever. Algo bem sintomático, pois acaba gerando maior legitimidade a uma das principais instituições do regime democrático e, ainda, concebe que pelo voto a democracia pode corrigir eventuais erros, ou seja, pela sua prática ela se aperfeiçoará. Essas posições são relevantes, tendo em vista que o *JB* e o *OG* levam a interpretações bem distintas, que podem conduzir ao questionamento da compatibilidade entre a democracia e a realidade brasileira.

Antes de encerrarmos a análise das representações sobre o voto, mais duas questões serão abordadas: a discussão sobre a extensão do voto aos analfabetos e a concepção do voto enquanto arma.

Em relação à concessão de voto aos analfabetos, o *CM* afirma que essa proposição tem apenas como objetivo balburdiar o processo de alistamento eleitoral em andamento. Isso porque “o debate sobre o mérito da concessão do direito de voto aos analfabetos é hoje questão acadêmica”, sendo considerada “absolutamente inoportuna” a “reforma constitucional em que implica aquela concessão”, assim, “é uma proposição altamente suspeita”, pois “se encadeia numa série de atos do governo ou da maioria cometidos contra a marcha normal do novo alistamento”⁵¹⁷.

Para *O Globo*, a questão do voto do analfabeto já seria algo resolvido, pois “a questão de dever ou não votar o analfabeto é matéria constitucional, decidida pela negativa. Está certo? Está errado? Cada qual tem direito de opinar”. Entretanto, o direito “que não tem os legisladores é de fraudar a Constituição. Portanto, até que ela seja modificada, a regra é que o eleitor precisa saber ler e escrever. Rudimentarmente, é certo. Mas precisa saber. O mais é velhacaria eleitoreira. Isso basta”⁵¹⁸.

Para o *UH*, a questão da extensão do voto aos analfabetos também seria algo já resolvido pela Constituição, mas compreende que esse assunto não seria o objetivo da proposta de reforma enviada ao Congresso. O *UH* coloca, assim, a questão do voto dos analfabetos em

⁵¹⁵ “Eleições exemplares”, *Correio da Manhã*, 04 de outubro de 1960, 1°C, p. 6.

⁵¹⁶ “As três responsabilidades”, *Correio da Manhã*, 06 de outubro de 1960, 1°C, p. 3.

⁵¹⁷ “Tumulto premeditado”, *Correio da Manhã*, 25 de agosto de 1957, 1°C, p. 6.

⁵¹⁸ “Acima de tudo, a verdade constitucional”, *O Globo*, 11 de setembro de 1957, 1°C, p. 1.

outros termos, afirmando que a “**imprensa vespertina-entreguista**” estaria investindo contra a reforma eleitoral, isto é, contra “**a evolução política e se realize a autêntica democracia social**” e, pela “ausência de argumentos”, estaria “gritando que, nesse andar, iremos ter o direito de voto estendido aos analfabetos”. Todavia, o jornal esclarece que “não se cogita isso agora, todos sabem. Mas, apenas, de simplificar o processo de alistamento, tendo em vista ampliar-se o colégio eleitoral”⁵¹⁹.

Dessa forma, o que objetiva “**o grito da imprensa vespertina** contra a reforma é evitar a evolução política e democrática do País”, mas “o povo não se iludirá, entretanto, com a lábia da traição do entreguismo corrupto e desmoralizado”. Dessa forma, “ele sabe onde está o seu verdadeiro interesse e não se deixará engambelar pelos que falam em defesa da ‘arma do povo’ – **arma que eles querem usar para matar a nossa democracia e entregar as riquezas do Brasil ao estrangeiro**”⁵²⁰.

Dentro dessa temática, *UH* faz uma reflexão sobre a relação entre voto do analfabeto a Constituição e o conceito de sufrágio universal:

Não se cogita, agora, de alistar o homem brasileiro analfabeto (por culpa do Estado). Embora esse homem, em face do Estado, tenha todos os deveres, pague impostos e preste o serviço militar, como qualquer alfabetizado. Não se cogita disto, pois seria preciso reformar a Constituição, que reza: não podem alistar-se os analfabetos. Mas a Constituição diz também: o sufrágio é universal. E universal é o que abrange tudo, é o que provém de todos, é o que tem caráter de absoluta generalidade. **Excluindo-se da obrigação cívica os analfabetos, que no Brasil representam mais da metade da população, o voto deixa de ser universal. É preciso, portanto, corrigir a Constituição para que o voto seja universal em nosso País**⁵²¹.

Essa é uma tomada contundente de posição do *UH*, quando a questão da extensão do voto aos analfabetos era muito questionada de todos os lados por políticos, juristas e imprensa. O jornal, em sua argumentação, tocava no cerne da questão, ou seja, de um lado, a Constituição prega o sufrágio universal e, de outro, limita esse sufrágio aos alfabetizados. O *UH* já apontou a solução, não seria na base de uma reforma eleitoral, pois essa seria inconstitucional, mas seria necessária uma revisão mais profunda na própria Constituição.

Nessa discussão, um argumento consistente do jornal seria sobre a condição da democracia, isto é, só possuiríamos uma autêntica democracia social quando aqueles que teria

⁵¹⁹ Segundo o jornal: “No momento, porém, trata-se somente de simplificar a substituição de títulos eleitorais. Quando se trata de eleitor já inscrito, a nova inscrição far-se-á mediante petição manuscrita, impressa ou datilografada, acompanhada do título anterior e dos retratos exigidos pela lei. O projeto de reforma nada altera no tocante ao alistamento que vem sendo processado. Nenhum título já expedido perderá o seu valor. O que se tem em vista é facilitar o processo de alistamento, arredando as dificuldades existentes para os eleitores do interior, para o homem do campo”. “Entreguismo e reforma”, *Última Hora*, 17 de Agosto de 1957, 1°C, p. 1. Coluna “Flashes” do Momento.

⁵²⁰ “Entreguismo e reforma”, *Última Hora*, 17 de Agosto de 1957, 1°C, p. 1. Coluna “Flashes” do Momento.

⁵²¹ “Entreguismo e reforma”, *Última Hora*, 17 de Agosto de 1957, 1°C, p. 1. Coluna “Flashes” do Momento.

o dever de prestar o serviço militar e pagar impostos também teria o direito de escolher quem vai lhe representar no governo, assim como a parcela alfabetizada da população.

Por fim, chamamos atenção para outro fator na abordagem do *UH*, a referência à “imprensa vespertina entreguista”, ou seja, aquela imprensa ligada ao mesmo grupo que quer se alçar ao poder fora da lógica democrática, em uma usurpação da arma do povo que é o voto, arma que esse grupo diz que quer proteger, para então “entregar o Brasil ao estrangeiro”. A gravidade da denúncia estaria na perspectiva de que esse grupo, que constantemente deseja garrotar a democracia, possui respaldo em parte da imprensa, que amplificaria as suas investidas, ou seja, seria uma instituição que deveria zelar pela democracia, que teria na liberdade de opinião a sua razão de ser, mas que estaria se colocando contra os postulados democráticos, com o objetivo de colocar em prática um plano que primeiro visaria retirar as liberdades políticas para depois submeter economicamente o país. Nesse caso, para o *UH*, a manutenção da democracia seria, possivelmente, a única forma de se manter uma relativa autonomia econômica.

Observamos mais uma concepção compartilhada sobre o voto, isto é, a representação do voto enquanto uma arma. Nesse caso, também constatamos a existência de representações distintas. Enquanto para o *UH* seria uma arma em defesa da democracia, para os demais jornais o voto seria uma arma de transformação.

Para *OG*, nas eleições de 1960, ao *povo* incumbiria decidir se desejaria “mudar a rota do barco”⁵²². Nesse caso, não se fala em renovação, mas sim em mudar, em alterar o trajeto, em buscar algo novo. E se em 1955 o voto não teria sido capaz de gerar uma renovação nos costumes políticos⁵²³, segundo a perspectiva do jornal, em 1960 o voto teve esse caráter de transformação, de alteração projetada pelo *OG*.

Para o *Correio*, “a vitória do sr. Jânio Quadros tal como se deu, representou uma revolução civil, uma revolução pelo voto, partida de um povo que adquiriu consciência, amadurecimento civicamente”. Também menciona que “a votação magnífica” de Fernando Ferrari, “indicou que o **país deseja mudar de homens e de métodos**”, bem como Ferrari teria conseguido “sozinho” derrubar “máquinas políticas montadas e cevadas pela Previdência Social”.⁵²⁴

Nas passagens do *CM* fica mais evidente o sentido de mudança, isto é, mudar de métodos e de homens à frente desses métodos, e quando o país, segundo o *CM*, teria conseguido

⁵²² “A política e o papel dos militares”, *O Globo*, 18 de fevereiro de 1960, 1°C, p. 1.

⁵²³ O voto da Mocidade”, *O Globo*, 01 de outubro de 1955, p. 1, 1°C.

⁵²⁴ “Desenvolvimento e reformas”, *Correio da Manhã*, 07 de outubro de 1960, 1°C, p. 3.

fazer essa “revolução pelo voto”, o diário atrelou essa “revolução” ao fato de o *povo* ter adquirido consciência e amadurecimento cívico. Chamamos atenção para a referência à Fernando Ferrari como *homem público* que teria conseguido quebrar as máquinas políticas do PTB janguista. Pode-se dizer que, para o *CM*, essa situação traria esperanças para a formação de um verdadeiro partido dos trabalhadores e um trabalhismo benéfico ainda poderia vingar e, assim, de certo modo, a própria democracia estaria melhor assegurada.

Essa percepção é compartilhada pelo *JB*, que é o diário que mais argumenta em termos de voto como arma de transformação, inclusive se constrói como um agente que teria trabalhado efetivamente em prol do voto se tornar no Brasil um instrumento de transformação. Ao afirmar que o *JB* teria concorrido para “a revisão forçada do alistamento”, isso teria propiciado que o voto se tornasse uma “arma de transformação”. Assim, as urnas de 1958 sugerem “grandes esperanças, as de que pode o povo – para repetir a fórmula simples, mas precisa, do Sr. Seabra Fagundes – **pode o povo, através do voto, modificar os quadros dirigentes**”, porém, se “se juntarem novamente os vícios renovados do processo eleitoral e a insinceridade dos eleitos, a Reforma se tornou impossível. **Estaremos no caminho da Revolução**”⁵²⁵.

Em texto seguinte, o *JB* volta a argumentar que seria “esse o sentido geral da eleição, o de uma verdadeira **revolução**. O povo, em toda parte, quer mudar de governo, e o demonstrou. A revisão do alistamento provou-lhe, e a todos nós, que não precisará de fazê-lo pelas armas”. Dessa forma, o *JB* branda que “**o povo quer a reforma, uma reforma que inutilize a Revolução**”, mas argumenta que não seria com o atual Presidente, “seus sonhos, Ministros, Generais, partido, escritores provados e portas públicos, que será possível fazê-la”⁵²⁶.

Esses textos são significativos do pensamento político do jornal, pois comprovaria que o *JB* trabalha pelo bem coletivo, no caso, pelo aperfeiçoamento do processo eleitoral, que em última instância seria o mesmo que trabalhar para a democracia. Assim, teve-se uma reforma eleitoral que tornou possível que o voto se tornasse uma arma de transformação. Entretanto, o diário alerta que se os vícios voltassem a atingir o processo eleitoral, bem como a insinceridade dos eleitos (demagogia), não haveria reforma que fosse suficiente, então, somente uma “Revolução”, com “R” maiúsculo, poderia transformar o estado de coisas que se instauraria.

Diante das posições, o *JB* compreenderia que para a democracia vigente se manter e resolver suas questões, pelo menos nos aspectos políticos, muitas reformas seriam necessárias: a reformulação partidária, a reformulação eleitoral e outras que poderiam surgir. Na perspectiva do jornal, essas reformas deveriam ser propostas, votadas e colocadas em prática por forças do

⁵²⁵ “Experiência”, *Jornal do Brasil*, 04 de outubro de 1958, 1°C, p. 3.

⁵²⁶ “O derrotado”, *Jornal do Brasil*, 07 de outubro de 1958, 1°C, p. 3.

campo político, dentro do jogo democrático. Nesse caso, pode-se dizer que para a manutenção da democracia, algumas regras teriam de ser alteradas, mas por forças próprias do campo político e não externas. Essa seria a primeira opção, entretanto, o *JB* alerta que se mesmo assim a democracia não conseguisse corrigir os erros e deficiências de suas instituições (pelo menos as que vimos: voto, partidos e sujeitos), apenas uma Revolução teria a capacidade de trazer alguma modificação, porém, os termos e as consequências de tal Revolução não foram explicitadas, mas possivelmente seriam provenientes de poderes externos ao campo político, que nesse período seria o mesmo que dizer: militares.

O *JB* ainda entra no debate público instituído da *função pública de falar pela coletividade* para argumentar que seria o próprio *povo* que desejaria “uma reforma que inutilize a Revolução”, mas acrescenta que não seria com o atual governo que isso seria possível. Então, podemos indagar: com quem seria? Em que contexto?

A resposta vem com os resultados das eleições de 1960, quando o jornal retoma a argumentação e afirma que “é preciso reconhecer-se que o povo votou para mudar”, “mudar de meios, mas não de fins”. Assim, “parece-nos, antes, que o povo decidiu livrar-se dos quadros políticos que vinham de 1930 e que continuavam no Poder com a persistência dos resíduos”⁵²⁷. Então, “pela primeira vez na história do País, ficou caracterizado a vitória do voto popular sobre as forças políticas da situação”, pois desde 1930, “somente agora, em 1960, com a eleição do Sr. Jânio Quadros por surpreendente maioria de votos é que o situacionismo foi derrubado, de maneira incontestável”⁵²⁸. Portanto, o jornal compreende que “no dia 3 de outubro de 1960, fez-se no Brasil uma revolução pelo voto”⁵²⁹, seria o mesmo que a democracia foi revigorada pelo voto, e o voto apontaria para o modelo que se desejaria seguir.

Dentro das distintas reformas que o jornal julga necessárias, a reforma agrária prometida por Jânio Quadros figuraria como central. Assim, “se conseguir fazê-la, terá dado o passo mais decisivo para a consolidação da democracia e para o desenvolvimento econômico no Brasil”, pois para esse diário, “só com a transformação das estruturas agrárias é que se conseguirão a consolidação de Brasília e o progresso do interior do País”. E apenas “um Presidente com plena consciência dos problemas industriais, como é o caso do Sr. Quadros, é que poderá realizar uma tal reforma, que em outras nações está sendo feita de maneira violenta e antidemocrática”⁵³⁰.

⁵²⁷ “O sentido de uma eleição”, *Jornal do Brasil*, 06 de outubro de 1960, 1°C, p. 3.

⁵²⁸ “Lições de uma eleição”, *Jornal do Brasil*, 07 de outubro de 1960, 1°C, p. 3. Argumentação retomada em “O poder econômico”, *Jornal do Brasil*, 20 de outubro de 1960, 1°C, p. 3.

⁵²⁹ “O mandato de Jânio”, *Jornal do Brasil*, 09 de outubro de 1960, 1°C, p. 3.

⁵³⁰ “O mandato de Jânio”, *Jornal do Brasil*, 09 de outubro de 1960, 1°C, p. 3.

Dessa forma, ao considerar a necessidade da reforma agrária para a consolidação da democracia, mesmo que o *JB* não se detenha em explicar em que termos tal reforma se daria, identificamos uma mudança significativa da linha editorial do jornal em relação ao problema. Pelo menos até 1954, o jornal via com, no mínimo, muita desconfiança a reforma agrária, até cogitou que ela seria necessária em terras devolutas, à beira das estradas, onde seus proprietários não desejariam aproveitar de nenhum modo⁵³¹, entretanto, nada mais do que isso. A mudança nesse posicionamento pode estar ligada, de um lado, ao processo de modernização editorial do jornal empreendido a partir de 1960 e, de outro, ao próprio processo de transformação econômica, social e política pelo qual o país, como um todo, estava passando, ou seja, seriam fatores internos e externos ao campo jornalístico que precisam ser considerados nas análises.

Sintetizando: quando os jornais representam o voto em sentido geral, identificamos duas concepções predominantes, expressas pelo *UH* e *CM*, para os quais há ênfase na construção do voto enquanto um direito, mais do que um dever. Algo bem sintomático, pois acaba gerando maior legitimidade a uma das principais instituições do regime democrático e, ainda, concebe que pelo voto a democracia pode corrigir eventuais erros, ou seja, pela sua prática ela se aperfeiçoará. Essas posições são relevantes, tendo em vista que o *JB* e o *OG* levam a interpretações bem distintas, que podem conduzir ao questionamento da compatibilidade entre a democracia e a realidade brasileira.

Foram duas perspectivas distintas que também marcaram as posições dos jornais em relação a uma possível proposta de extensão do voto aos analfabetos. O *CM* compreenderia como uma proposta colocada em debate, que se enquadraria em diversos atos do governo e da maioria, isto é, do PSD e do PTB, apenas para balburdiar o processo de alistamento eleitoral. O *OG* concebe a problemática como já resolvida pela Constituição, pela negativa dessa extensão, o restante para esse diário seria pura “velhacaria eleitoreira”, aproximando-se, assim, da perspectiva do *CM*.

O *UH* possui uma postura distinta e até crítica às interpretações do *CM* e *OG*, ao defender que não se cogitaria, no momento, a extensão do voto aos analfabetos, apenas se desejaria, por outras vias, facilitar o processo de alistamento, mas a questão da extensão do voto aos analfabetos teria sido trazida para o debate pelos grupos que desejam golpear a democracia, utilizando esse tema como forma de construir ameaças à democracia, o que poderia autorizar alguma intervenção que conduziria o regime à derrocada. Assim, de uma forma ou outra, ambas perspectivas atestariam que o assunto da extensão do voto ao analfabeto teria sido trazido ao

⁵³¹ “A reforma agrária”, *Jornal do Brasil*, 10 de agosto de 1951, p. 5, 1º caderno, editorial menor.

debate apenas com o intuito de causar transtornos no *campo político*, uma constatação no mínimo inquietante, pois novamente evidenciaria a fragilidade e instabilidade da democracia vigente. Por seu turno, no *JB* não encontramos referências à questão da extensão do voto ao analfabeto em nosso *corpus* documental, como possível explicação poder-se-ia pensar que pelas diversas implicações de tal debate o jornal tenha preferido o silêncio.

Em relação a concepção do voto enquanto arma, duas correntes novamente se formaram, mas que não seriam opostas, apenas enfatizam questões diferentes. Para o *UH*, o voto seria uma arma de consolidação da democracia frente às constantes ameaças dos “inimigos do regime”. Já para *CM*, *JB* e *OG*, seria uma arma de transformação, assim, a eleição de Jânio Quadros gerou euforia nos três diários, pois sua eleição seria a comprovação de que o povo poderia, com a arma do voto, alterar os quadros dirigentes do país. Essa constatação pode ter renovado a esperança na democracia desses três jornais. Por seu turno, o *UH* não conceberia o voto enquanto uma arma de transformação, possivelmente em função dos valores, ideias e conceitos do jornal estarem em consonância com a ordem estabelecida, com o *status quo* do período.

De outra parte, observamos que os jornais utilizaram frequentemente da *função pública de auxiliar da coisa pública*, especialmente com objetivo de expor que estariam trabalhando em prol da democracia. E para legitimar suas falas, colocaram-se na condição *de falar em nome da coletividade*.

Diante de tais perspectivas, podemos questionar como esses diários se posicionaram em relação a outra instituição do regime democrático: as eleições.

4.3 ELEIÇÕES: ENTRE “GOLPES” E LEGALIDADE

O tema das eleições é recorrente nos jornais. Das três instituições democráticas que analisamos neste capítulo (partidos, voto e eleições), eleições é a que mais possui ocorrências, como verificado no Quadro 13.

Quadro 13 - Número de textos com representações sobre eleições após as etapas de unitarização e categorização.

Jornais	Nº total de textos corpus documental	Especificação por anos						Nº de textos com representação de partidos políticos
		1955	1956	1957	1958	1959	1960	
<i>CM</i>	191	40	3	7	7	5	12	74
<i>JB</i>	213	19	5	1	11	4	9	49
<i>OG</i>	187	20	5	5	7	6	20	63
<i>UH</i>	204	31	3	3	21	1	6	65
Total	795	110	16	16	46	16	47	251

Fonte: Elaboração própria com base nos jornais *CM*, *JB*, *OG* e *UH*.

Nesse quadro, verificamos que as referências às eleições aparecem em 251 dos 795 textos do *corpus* documental (que corresponde a 31,5% do *corpus*), dos quais 74 pertencem ao *CM*, o que equivale a 38,7% do total de textos desse jornal que integram o *corpus* documental, 49 ao *JB*, que equivale a 23% do total dos textos no *corpus* pertencentes a esse jornal, 63 ao *OG*, correspondendo 33,6% do total dos textos no *corpus* desse jornal, e 65 ao *UH*, o que equivale a 31,8%.

Entretanto, dentro desse *corpus* documental, além da categoria eleições, foi necessário efetuar a segmentação em subcategorias a partir das temáticas que foram surgindo atreladas às eleições. Há uma subcategoria bem ampla quando os jornais se referem de modo geral às eleições ([E-SD=CFG] – Eleições no e para o sistema democrático = Características e funções gerais); depois uma subcategoria que trata das diversas teses ou propostas que foram abordadas em relação às eleições ([E-Ts] – Eleições e teses (maioria absoluta, participação comunista, abstenções, unificação nacional); ainda, a subcategoria que se refere à relação entre a Justiça Eleitoral e as eleições ([E-JE] – Eleições – Justiça Eleitoral); outra subcategoria que sinaliza os trechos em que há referências à fraudes ([E-Fr] – Eleições – Fraudes (no sentido de o eleitorado não conseguir expressar seu verdadeiro desejo); por fim, subcategorias ligadas às eleições específicas de 1955, 1958 e 1960 ([E3O1955] – Eleições de 3 de outubro de 1955; [E3O1958] – Eleições de 3 de outubro de 1958; [E3O1960] – Eleições de 3 de outubro de 1960). Para visualizarmos o número de ocorrências e de editoriais em cada subcategoria, criamos o Quadro 14.

Quadro 14 - Número de textos com representações sobre eleições após as etapas de unitarização e categorização, por subcategoria

Subcategorias	Jornais								Total	
	CM		JB		OG		UH			
	Nº OC	Nº ED	Nº OC	Nº ED	Nº OC	Nº ED	Nº OC	Nº ED	Nº OC	Nº ED
[E-SD=CFG] – Eleições no e para o sistema democrático = Características e funções gerais	55	37	38	18	49	31	54	34	196	120
[E-Ts] – Eleições e teses (maioria absoluta, participação comunista, abstenções, unificação nacional)	29	18	17	9	24	16	15	9	85	52
[E-JE] – Eleições – Justiça Eleitoral (Judiciário)	31	20	23	13	10	9	7	4	71	46
[E-Fr] – Eleições – Fraudes (no sentido de o eleitorado não conseguir expressar seu verdadeiro desejo)	40	22	27	11	20	12	1	1	88	46
[E3O1955] – Eleições de 3 de outubro de 1955	7	6	12	7	26	15	23	13	68	41
[E3O1958] - Eleições de 3 de outubro de 1958	4	4	16	7	9	5	22	19	51	35

[E3O1960] – Eleições de 3 de outubro de 1960	20	15	16	7	21	15	9	6	66	43
--	----	----	----	---	----	----	---	---	----	----

Fonte: Elaboração própria com base nos jornais *CM*, *JB*, *OG* e *UH*.

No Quadro 14 podemos identificar que a subcategoria em que há referências às características e funções gerais das eleições no e para o sistema democrático é a mais numerosa, seguida da categoria relacionada às fraudes e eleições, que é segunda subcategoria com mais ocorrências, mesmo que o *UH* tenha contribuído com apenas uma ocorrência. Poderia ser esse o indicativo de alguma tendência já esboçada pelo jornal? Outra subcategoria que teve muitas ocorrências é a que se refere às teses e propostas, podemos questionar como os jornais se posicionaram frente a cada uma? Ocorreram convergências e divergências? Ou mesmo lutas de representação?

4.3.1 Eleições e suas significações na democracia brasileira

Para responder a essas questões, iniciaremos com as perspectivas mais gerais em relação às eleições. Por exemplo, *O Globo* expôs que “eleição é uma forma seletiva de que só usam os regimes de opinião. Nos outros não se vota. O poder é uma dádiva de força. Quando não também da astúcia e da falsa fé”⁵³².

Quando pensa na relação entre eleições e democracia no Brasil, o jornal acaba remetendo a sua análise para a Primeira República⁵³³, que teria sucumbido “sob o peso dos seus erros”, onde a “oligarquia era o equivalente de falta de eleições” que “nunca passaram de atos simbólicos”, nelas “os diplomas dos deputados, dos senadores e até dos presidentes traziam a marca da fraude, da ata falsa, da compressão e do suborno. Total: não havia representação”. Mesmo que “homens brilhantes” ocupassem as cadeiras da Câmara e do Senado, “o povo não os considerava seus legítimos representantes”. Aliada a essa questão estava a situação econômica, que havia chegado “à exaustão”, em função da política de valorização do café⁵³⁴. Em suma, na perspectiva do jornal a Revolução de 30 teria ocorrido pela confluência de fatores políticos (falta de representação) com crises econômicas, assim, pode-se dizer que, para *OG*, o regime democrático seria dependente de uma economia minimamente estável e de eleições que representem a vontade do eleitorado.

⁵³² “Com o dinheiro dos bancários”, *O Globo*, 27 de setembro de 1960”, 1ºC, p. 1.

⁵³³ Também chamada pejorativamente de *República Velha* ou, ainda, de *República Oligárquica*, *República do Café com Leite* ou *República dos Coronéis*, nomenclaturas expoentes dos métodos de se fazer política no período que corresponde de 1889 a 1930.

⁵³⁴ “O Brasil na sua Terceira República”, *O Globo*, 15 de novembro de 1957, 1ºC, p. 1.

Dessa forma, para *OG*, “é claro que o progresso nacional e o bem-estar do povo **não se conseguem apenas com a pureza dos sufrágios políticos**, mas **demandam capacidade de parte dos governos**”, como exemplo, estabeleceria que até 1930 “os observadores” vinham “sustentando que à falta de representação legítima é que se deviam os males públicos. Removido o obstáculo, os mesmos males, entretanto **continuam**. Os mesmos, e até mais graves. **Sinal de que nem tudo depende de boas eleições**”. Para *OG*, o que importaria seria “o advento de uma administração que encare, em conjunto, todos os nossos problemas e os problemas de todas as nossas regiões, e não se limite a ajudar apenas uma ou algumas delas”⁵³⁵.

Nessa linha de argumentação, precisamos considerar que o *OG* desejaria promover o candidato à presidência que apoiou. Segundo o diário, Jânio Quadros realizou uma boa administração em São Paulo, pois teria sanado as dívidas e não gasto mais do que arrecadou e ainda teria sido eleito em um pleito correto, assim, seria o candidato síntese do regime democrático, na perspectiva do jornal. Entretanto, não se pode desconsiderar as implicações da argumentação que daria base ao possível apoio a Quadros, ou seja, ao afirmar que boas eleições não garantiriam uma boa administração, abre-se a possibilidade de pensar que se a administração fosse ruim, poder-se-ia questionar o regime que teria permitido a ascensão daqueles *homens públicos* ao poder, no caso, o democrático. Esse questionamento poderia conduzir até a uma “revolução”, como teria ocorrido em 1930, e o exemplo trazido pelo jornal seria repleto de significações.

Nas eleições de 1960, ainda reconhece a relevância da Justiça Eleitoral, que valeria “pela exação dos sufrágios e a apuração regular dos pleitos”, dessa forma, “já não é indispensável imprimir dramaticidade às lutas. Tudo pode desenrolar-se no campo de um proselitismo civilizado”⁵³⁶. Dentro dessa perspectiva progressiva, afirma que “há de chegar para este País o dia em que a liberdade e a verdade eleitoral sejam características tão arraigadas e normais da vida brasileira que escusado será lembrá-las ou remetê-las” e, quando tais objetivos seriam atingidos, chegaríamos “a esse tempo de **maturidade política e plena consciência democrática** – e esperamos que não esteja muito longe”⁵³⁷.

Assim, “desde a redemocratização do País em 1945, as eleições se processam cada vez melhores pela seriedade e liberdade que as têm caracterizado”, se comparado com a Primeira República, quando “o candidato à Presidência era designando pelo ocupante do Catete, que organizava a candidatura desde muito antes do findo o seu mandato, e a impunha aos líderes

⁵³⁵ “A missão dos cariocas”, *O Globo*, 30 de setembro de 1960, 1°C, p. 1.

⁵³⁶ “Nuvens sobre a campanha eleitoral”, *O Globo*, 01 de setembro de 1960, 1°C, p. 1.

⁵³⁷ “A conquista da liberdade e da democracia”, *O Globo*, 03 de outubro de 1960, 1°C, p. 1.

estaduais”. Entretanto, após o fim da ditadura do Estado Novo, “quem queira pleitear o cargo terá que dispor de apoio no povo e de empreender uma verdadeira maratona de viagens, comícios e discursos, percorrendo o território pátrio de lés a lés”. E o mais importante, “não há ninguém que ouse realmente acreditar-se previamente vencedor, mesmo com o testemunho de simpatias, aplausos e aclamações”, pois “a palavra final pertence aos eleitores e estes, por vezes, só se resolvem na hora de entrar nas respectivas seções. **ENTRETANTO, o aperfeiçoamento democrático** é mais do que evidente para que possa ser negado, mesmo pelos mais céticos”. Dessa forma, “**O CAMINHO da verdadeira democracia está aberto**. Tudo correu em paz e ordem, como convém a uma grande Nação”⁵³⁸.

Essas avaliações do jornal, aliadas a outras que afirmam ser o candidato apoiado pelo jornal, Jânio Quadros, a síntese do regime democrático, auxiliam a entender o sentido de tais posicionamentos de *OG*, ou seja, reforçar a legitimidade da vitória de Jânio. Nesse sentido, afirma: “O CAMINHO da verdadeira democracia está aberto”, ou seja, seria esse o equilíbrio entre eleições limpas, eleições que representem a vontade popular. Nisso, reconhece a relevância da Justiça Eleitoral e a elevação à presidência da República de uma figura que já fez suas provas de bom administrador na chefia do Estado de São Paulo, tanto que o título do editorial citado é “A vitória da democracia”.

O *Jornal do Brasil* também reconhece o regime republicano e dentro dele a democracia como o regime “sustentado pela opinião pública”, compreendendo a relação entre eleições e democracia de modo bem explícito, quando argumenta que “afinal, a maioria se convenceu de que as **eleições** representam o meio único de acalmar a opinião pública, que se tornou, depois que o país reconquistou a legalidade, a ser a **única forma de construir um governo estável**, nos moldes traçados pela Carta Política republicana”⁵³⁹, isto é, o “pronunciamento popular é o único que confere o exercício legítimo do poder público, sendo qualquer outro pura usurpação, que se deve negar apoio ou complacência”⁵⁴⁰. Nesses termos, encontramos a forte correlação entre democracia e república, sendo em algumas ocasiões tomadas como sinônimos. Contudo, a ênfase seria centrada na questão de as eleições conferirem legitimidade ao poder, com apelo ao conceito de *opinião pública*, que nesse caso pode ser compreendida como o resultado das urnas.

Dentro dessa lógica, o *JB* entra no debate público ditando palavras de ordem: “precisamos demonstrar que o nosso sistema democrático não é apenas uma imitação do de

⁵³⁸ “A vitória da democracia”, *O Globo*, 05 de outubro de 1960, 1ºC, p. 1.

⁵³⁹ “A responsabilidade do eleitorado”, *Jornal do Brasil*, 02 de outubro de 1955, 1ºC, p. 5.

⁵⁴⁰ “Fidelidade à soberania popular”, *Jornal do Brasil*, 14 de maio de 1955, 1ºC, p. 5.

outros povos e que o mesmo se encontra arraigado na consciência da coletividade”. Assim, se de um lado, “um país onde a democracia criou raízes profundas não tem medo de sua prática através das eleições livres”, de outra parte, “o **medo ao pronunciamento popular é sinal de que o sistema não encontra a necessária receptividade**”. Dentro dessa dualidade, o jornal argumenta que, “nos últimos tempos, toda vez que se cogita da escolha do dirigente supremo de nossos destinos, estabelece-se uma verdadeira confusão”, inclusive com ameaças de “alterar pela violência os desígnios da massa”, mas defende o jornal que o eleitorado pelo seu voto seria “o árbitro da contenda, cabendo-lhe decidir, sem constrangimento de nenhuma espécie, a quem caberá dirigir os destinos nacionais”. Dessa forma, enfatiza que “fora desses limites não haverá solução que se coadune com o normal funcionamento do regime democrático”⁵⁴¹.

Nesses trechos, o *JB* reinsere no debate público uma discussão complexa sobre a democracia ser ou não apenas uma ideia importada de outros lugares e implantada no Brasil, mas sem possuir ressonância com a realidade brasileira, por isso, fadada ao fracasso. Essas ideias são encontradas, especialmente, nos teóricos do autoritarismo, como Azevedo Amaral e Oliveira Viana, mas que deixaram seu legado no pensamento social brasileiro.

Assim, o *JB* utiliza palavras de ordem para solicitar que se prove que o sistema democrático já se encontraria arraigado na consciência da coletividade, ao mesmo tempo em que evidencia que a democracia não possuiria a receptividade adequada em função da frequente contestação dos resultados das urnas através da violência. Nesse sentido, as próximas eleições deveriam desconstruir a imagem de que a democracia não seria compatível com a realidade brasileira, algo que ainda estaria em suspenso até o momento em função dos acontecimentos dos últimos pleitos. E no final do texto o jornal se constrói como aquele que defende que somente com as eleições e o respeito ao seu resultado é que se estaria de acordo com o funcionamento normal da democracia.

Dentro desse posicionamento, lança um editorial, em 1960, em que novamente utiliza palavras de ordem para argumentar que “um país como o Brasil, de unidade assegurada e de destino político traçado livremente, não pode mais dar-se ao Luxo de tumultuar o processo de escolha pelo povo”, não poderia mais “injetar-lhe, como reação infantil, a carga negativa de ressentimentos e de falsas configurações de teses estranhas à própria estrutura do governo do povo, para o povo e pelo povo”. Dessa forma, seria preciso “não confundir entusiasmo político, veemência partidária e exercício legítimo de preferências programáticas e de candidatos – que são sempre expressão de interesse patriótico e de respeitável boa-fé – com a caricatura da

⁵⁴¹ “A solução está com os partidos”, *Jornal do Brasil*, 20 de janeiro de 1955, 1°C, p. 5.

participação na luta democrática”, que geralmente “se traduz em manobras, em necessidade de criar, através de **táticas de efeitos psicológicos**”, pois “a evolução política não pode ser desviada pelos caminhos da mistificação, uma vez que esta é propriamente a negação do **processamento espontâneo** daquele **aperfeiçoamento**”⁵⁴².

Novamente, o jornal, ao exigir que não se tumultue o processo eleitoral, deixaria exposto que esse processo ainda receberia certo grau de resistência por parte de alguns grupos, o que poderia estar travancando o processo de aperfeiçoamento político do país, evidenciando a instabilidade da democracia brasileira.

No *Ultima Hora* também identificamos a correlação entre eleições e o regime democrático, ao reconhecer que as eleições “são os atos políticos por excelência, em nosso país”⁵⁴³. Ainda mais, em um pleito realmente democrático, “ninguém tem a certeza de que será este ou aquele o vencedor. Nenhum desses candidatos tem a convicção da vitória. E isto é um sinal de que iremos ter um pleito razoavelmente livre”, isto é, “nele não interferem forças ostensivas, oligárquicas, decidindo no resultado final”. O povo iria decidir “e o que ele decidir, soberanamente, terá de ser respeitado, sem o que o Brasil não poderá ser tido como um país civilizado, nem muito menos democrático...”⁵⁴⁴.

Nessas passagens, o *UH*, após fazer um diagnóstico positivo das eleições, comparando-as com a Primeira República, especialmente com relação a soberania popular, institui-se da *função pública de auxiliar da coisa pública* para alertar sobre os cuidados com as possíveis manipulações eleitorais. Possivelmente esses “alertas” decorrem da contradição entre o discurso sobre democracia e a prática efetiva do processo eleitoral no Brasil. Conforme já assinalado, houve movimentos que visariam contestar os resultados das eleições, objetivando, inclusive, impedir a posse dos eleitos, movimentos que não chegaram a obter sucesso, mas sempre agitavam e tumultuavam as eleições. Então, seria nesse sentido que o *UH* compreende o processo eleitoral brasileiro, ou seja, em termos legais as eleições estariam dentro do esperado, entretanto, os movimentos contestatórios sempre ofereceriam alguma apreensão. Essas posições podem ser identificadas quando o jornal afirma que “o caminho para a solução da crise brasileira terá de ser o democrático, a fim de que o povo possa, através de eleições livres, escolher o futuro Presidente da República” e, ao exortar em uma *tomada explícita de*

⁵⁴² “Espírito de normalidade”, *Jornal do Brasil*, 17 de setembro de 1960, 1°C, p. 3.

⁵⁴³ “Encruzilhada dos partidos”, *Última Hora*, 02 de fevereiro de 1957, 1°C, p. 3, Coluna “Flashes” do momento.

⁵⁴⁴ “Marchemos, dentro da ordem, para as urnas”, *Última Hora*, 04 de agosto de 1955, 1°C, p. 4. Coluna de Última Hora.

posição: “condenemos os histerismos ou os extremismos que só podem agravar a crise”⁵⁴⁵.

Assim,

Que os partidos resolvam sobre a apresentação dos mesmos à consulta popular. Que o povo, nas urnas, decida soberanamente a 3 de outubro. Este é o caminho pelo qual preservamos as formas democráticas da vida política brasileira e poderemos estabelecer, por meio de reformas não só de caráter político, mas também econômico de estrutura, um sistema social verdadeiramente democrático, no qual o povo esteja real e efetivamente presente, varrendo-se da face do Brasil os reticentes vestígios feudais, tão nitidamente perturbadores da marcha da nossa jovem civilização⁵⁴⁶.

UH retoma a mesma argumentação ao afirmar que “só democraticamente, devemos resolver os problemas da política nacional”, isso quer dizer que deveria haver eleições livres e que o eleito fosse empossado⁵⁴⁷, em síntese, “o caminho do Brasil é o das eleições sob o clima da paz democrática”⁵⁴⁸. Nesse sentido, identificamos no *UH* uma campanha contra toda e qualquer movimentação que viesse a contestar ou impedir a posse dos eleitos, pois somente assim se estaria preservando as formas democráticas.

Podemos pensar o que moveria as tomadas de posição do jornal? Sua afinidade com Kubitschek e Goulart, pois tais posicionamentos se encontram nos editoriais de 1955? Certamente essa afinidade não poderia ser desconsiderada, entretanto, não seria suficiente para apreendermos que há um debate de fundo e que já foi levantado anteriormente, sobre a possibilidade de em uma democracia se resolver as crises econômicas, financeiras e sociais, além das políticas. Ou seja, como seria possível equilibrar as crescentes demandas sociais com o desenvolvimento econômico, sem que se reprima pela força física ou legal as primeiras, e sem que as primeiras travem o segundo?

Embora não explique como fazê-lo, o *UH* defende enfaticamente que seria possível resolver democraticamente essas crises, mas mais do que isso, defende que seria possível construir um sistema social verdadeiramente democrático – e tudo isso iniciaria com o respeito ao resultado das urnas, esse poderia ser considerado o primeiro passo. No caso, haveria um projeto de Brasil no jornal que tem como base o sistema democrático como mediador dos conflitos sociais e as eleições seriam uma forma de educar “politicamente o povo”, como explicitado quando o jornal assevera que, se de um lado, “há seis meses atrás, quase ninguém acreditava que no Brasil pudessem haver eleições”, a “campanha mostrou, de resto, que na luta

⁵⁴⁵ “A experiência Café Filho prova: Governo de força não é solução para o Brasil”, *Última Hora*, 10 de março de 1955, 1°C, p. 4. Coluna de Última Hora.

⁵⁴⁶ “A experiência Café Filho prova: Governo de força não é solução para o Brasil”, *Última Hora*, 10 de março de 1955, 1°C, p. 4. Coluna de Última Hora.

⁵⁴⁷ “Devemos todos pensar e agir de maneira nova”, *Última Hora*, 11 de julho de 1955, 1°C, p. 4. Coluna de Última Hora.

⁵⁴⁸ “A hora da decisão”, *Última Hora*, 26 de julho de 1955, 1°C, p. 4. Coluna de Última Hora.

é que se educa politicamente o povo. Os comícios decorreram, sem arruaças, dentro da ordem, despertando o entusiasmo cívico das populações”⁵⁴⁹.

No jornal *Correio da Manhã* encontramos explicitada o que seria o significado de eleições para esse jornal: “Eleições significam escolha pelo povo, reconhecimento dos eleitos pelo poder competente, e, finalmente, a posse tranquila e normal dos eleitos. A eleição não se resume apenas no ato de votar. Ela se completa na obediência à vontade do eleitorado”. Do contrário, o jornal questiona: “por que votariam os eleitores? Para se verem depois espoliados, por uma minoria detentora do poder físico?”⁵⁵⁰. Essa abordagem é reforçada em outro texto, ao se afirmar que

As eleições não são, porém, só o ritualismo da votação. Assim, como elas começam antes da votação – iniciam-se no ato da homologação dos candidatos pelos partidos, prolongam-se nas jornadas da propaganda – só vão terminar, não na apuração, puro fato contábil, mas na proclamação e posse dos eleitos, momento alto do processo democrático, porque aquele que comprova, pela leal aquiescência dos derrotados, o grau de maturidade política do país. O inconformismo ante a derrota é um sintoma de ambição descontrolada que não pode ocorrer numa paisagem democrática limpa. **O povo**, fonte suprema do poder, em nome do qual ele se organiza, recusa seu apoio e seu aplauso ao inconformismo justamente porque nele vê mais do que uma querela entre pessoas, um inominável atentado às regras do jogo democrático. Eis porque toda **a nação** não discrimina favoravelmente entre cidadão quando defende e exige a posse dos eleitos⁵⁵¹.

Sobre o *Correio da Manhã*, identificamos que esse diário concebe as eleições como um processo complexo organizado em diversas fases, mas diante do contexto brasileiro a fase a que o jornal mais dá ênfase são as duas finais, ou seja, o reconhecimento e a posse dos eleitos, pois compreende que é esse o “momento alto do processo democrático”, justamente porque os derrotados reconhecem a vitória e evidenciam o grau de maturidade política do país. Entretanto, se considerarmos que em quase todos os pleitos se teve movimentos de contestação do resultado das urnas, isso implicaria em assumir que o grau de maturidade política do país não seria muito elevado. E mesmo a ênfase do jornal em construir esses momentos finais do processo eleitoral como os mais relevantes sugere que seriam justamente nesses momentos que ocorreria algum tipo de perturbação, seria nesse momento que mais se feriria as regras do jogo democrático⁵⁵². Dessa forma, não é aleatório que na parte final do texto acima o jornal se institua a *função*

⁵⁴⁹ “Quinze milhões de brasileiros afirmarão, nas urnas de três de outubro, seu anseio de progresso, soberania e tranquilidade: No povo é que está a força”, *Última Hora*, 30 de setembro de 1955, 1°C, p. 1, EP.

⁵⁵⁰ “Intimidação inaceitável”, *Correio da Manhã*, 21 de setembro de 1955, p. 6, EP.

⁵⁵¹ “Ação pela legalidade”, *Correio da Manhã*, 11 de outubro de 1955, p. 6, 1°C, editorial principal

⁵⁵² Argumento reforçado quando o jornal afirma: “a Nação está em guarda. De hoje até o dia 3 de outubro. E continuará vigilante, porque sabe que a eleição não se encerra naquele dia. Naquele dia, ela apenas começa”, pois “as fases que transcorrem entre a votação e a diplomação e posse dos eleitos são partes integrantes do 3 de outubro. E o pleito precisa ser protegido em todos os seus episódios – sobretudo nos que possam ocorrer após o dia da votação”. “Vontade de legalidade”, *Correio da Manhã*, 06 de setembro de 1955, 1°C, p. 6.

pública de falar em nome da coletividade, a partir dos coletivos *povo* e *nação* para ampliar a legitimidade do seu discurso em prol da posse dos eleitos.

Em síntese, quando se fala em eleições, a preocupação de *OG* estaria centrada no fato da necessidade de o processo eleitoral conduzir bons administradores ao poder, caso contrário, mesmo com eleições limpas, haveria grandes chances de ocorrerem processos revolucionários para “livrar o país de crises”. Essa posição é contrária de *UH*, que enfatiza as eleições como o primeiro passo pelo qual se conseguiria resolver democraticamente os problemas do país. Contudo, também identificamos que existiria uma preocupação latente no *CM*, *JB* e *UH*, ou seja, com a necessidade de se consolidar o processo eleitoral no Brasil, pois esse ainda estaria sujeito a muitos sobressaltos e à movimentos que contestariam os resultados das eleições, em resumo, indícios de que a democracia representativa ainda não encontraria toda a receptividade necessária para se estabilizar.

Interessante que o *OG* não coloca a situação nesses termos, ao contrário, afirma que no Brasil não se admitiria mais soluções extralegais, sem dar maior atenção ao assunto que os demais jornais trouxeram diversas vezes ao debate público. Assim, pode-se perguntar se o jornal consideraria normais ou mesmo apoiaria os processos de contestação dos resultados? Para tentarmos responder a esse questionamento, faz-se necessário observarmos algumas especificidades apontadas pelos diários sobre cada pleito.

Dentro da concepção de que as eleições seriam uma forma seletiva, *O Globo* compreende que “depois do ‘mar de lama’” a campanha de 1955 seria “antes de tudo, um esforço de renovação moral”⁵⁵³. Aliando esse trecho às representações analisadas anteriormente, pode-se constatar que para *OG* a campanha de 1955 simbolizaria uma possibilidade de renovação moral, em sentido bem amplo: renovação moral dos métodos de se fazer política (pelo “bem público” e não em prol de interesses facciosos); de se captar votos (negação da demagogia), de administração (não gastar mais do que se arrecada); enfim, seria uma renovação em relação ao que estava estabelecido até 1954. Por isso, se justificaria a impugnação ao nome de JK, que simbolizaria justamente o retorno ao “mar de lama”, ao “queremismo”.

Nessas eleições, “ter-se-á a imperiosa necessidade de entrarmos numa fase de purificação dos métodos de Governo, na proscrição dos elementos suspeitos, no aproveitamento não só dos **mais capazes como dos probos**”. Então, institui-se da *função pública de auxiliar da coisa pública* para aconselhar os eleitores, pois “na próxima segunda-feira o povo terá de

⁵⁵³ “A candidatura Távora e as incompatibilidades morais”, *O Globo*, 14 de maio de 1955, 1°C, p. 1.

escolher quem faça frente às tempestades, desabaladas sobre o país”, quem “inaugure uma nova época na restauração das nossas finanças, de nossa economia, da limpeza dos costumes”⁵⁵⁴.

OG ainda concebe que as eleições de 1955 simbolizariam uma “luta pela reintegração democrática da Nação”⁵⁵⁵. Essa afirmação seria muito significativa de uma linha de pensamento, pois não estaria pregando pela consolidação da democracia, isso porque ainda estaria alguns passos atrás desse processo, ou seja, estaria pedindo a reintegração democrática do Brasil. Isso quer dizer que para o jornal nesse momento não se estaria vivendo democraticamente. Mas, então, pode-se perguntar o que seria viver democraticamente para *OG*?

Pode-se dizer que seria algo mais amplo do que apenas realizar as eleições em data fixada pela Constituição, pois possui um caráter qualitativo de fundo, ou seja, democracia. Para *OG*, seria a eleição dos *melhores* e o pensamento do jornal estaria centrado nesse ponto, isto é, nos *homens públicos* que dirigem o Brasil, ou melhor, no fato de que até então, segundo os critérios do jornal, o *povo* não teria elegido “os probos”, mas sim os “farsantes”, “demagogos” e “criminosos”. Tanto que *OG* defenderia a necessidade de cursos públicos para ensinar o *povo* a refletir sobre a importância do ato de votar e, também, entra no debate público instituído da *função de auxiliar da coisa pública*, diversas vezes, para aconselhar o *povo*, guiar o *povo*, na hora da escolha do candidato.

Por seu turno, para o *JB*, as eleições de 1955 possuiriam outra significação. O jornal evidencia que “a propaganda golpista” estaria perdendo “terreno face à movimentação da campanha dos principais candidatos” e, também, diante dos comícios que entusiasma multidões. Dessa forma, “o ambiente eleitoral é a antítese do que esperava certo grupo que se fez porta-voz do resto do totalitarismo que ficou da derrocada da ditadura”⁵⁵⁶. Para o *JB*, a campanha estaria mostrando que o *povo* não era apático, ao contrário, desejaria participar dos acontecimentos políticos, desejaria ser sujeito em oposição a um movimento contra a legalidade, que visaria justamente lhe retirar a condição de sujeito. Nesse sentido, apesar de evidenciar que o regime possuiria inimigos, ao que tudo indica, a democracia sairia mais fortalecida das eleições de 1955.

Dessa forma, o *JB* atestou que o dia do pleito ocorreu “normalmente”, “em ordem”⁵⁵⁷, além de afirmar que “todos os observadores que apreciaram o panorama eleitoral com

⁵⁵⁴ “A renovação nacional, por Juarez Távora e Milton Campos”, *O Globo*, 30 de setembro de 1955, 1°C, p. 1.

⁵⁵⁵ “Mais vigorosa e retemperada deve sair a democracia da prova crucial de hoje”, *O Globo*, 03 de outubro de 1955, 1°C, p. 1.

⁵⁵⁶ “Sob a vigilância do Judiciário”, *Jornal do Brasil*, 04 de agosto de 1955, 1°C, p. 5.

⁵⁵⁷ “Humildade na vitória”, *Jornal do Brasil*, 04 de outubro de 1955, 1°C, p. 5.; “A vitalidade do regime”, *Jornal do Brasil*, 05 de outubro de 1955, 1°C, p. 5.

imparcialidade chegaram a colocar o pleito atual como o mais disputado, o mais concorrido, o que mais interesse despertou em todas as camadas”. Argumenta que tal fenômeno se deve à vários fatores: ao amadurecimento político do povo, à importância do Vice-Presidente e às inovações no processo eleitoral. Nesse último quesito, o jornal argumenta que outras reformas “que ainda poderão vir decerto permitirão melhoras que darão ao regime democrático maior solidez e estabilidade”, pois “um bom regime não se faz da noite para o dia. Leva tempo”⁵⁵⁸.

Assim, segundo o *JB*, apesar dos sobressaltos, as eleições de 1955 teriam oferecido um saldo positivo ao regime democrático, especialmente por evidenciar que a partir de reformas de caráter legal seria possível aperfeiçoar a democracia. Seria na experiência que surgiria as propostas que conduziriam ao aprimoramento democrático, desautorizando, assim, medidas de caráter extralegal.

Essa percepção é compartilhada pelo *Ultima Hora*, quando afirma que “ninguém tem o direito de se opor à decisão das urnas, muito menos quando o faz a pretexto de defender a democracia, que só praticada, só na base de sua própria experiência, poderá ganhar vigor e frutificar”⁵⁵⁹. Assim, “o caminho da democracia não será cortado: não haverá golpe”, a *opinião pública* tranquiliza-se. Assim, instituído da *função pública de auxiliar da coisa pública*, afirma que “a Nação está sendo advertida e não se deixará enganar, nem humilhar!”⁵⁶⁰. Nesse caso, está sendo advertida pelo próprio jornal *UH*, que está cumprindo sua função de zelar pelo regime democrático.

Nessa tarefa de *advertir a nação*, o diário se empenha, progressivamente, com a aproximação do dia do pleito, alertando que os “provocadores golpistas” que desejariam evitar a todo custo a “decisão nítida das urnas, atiram-se às mais torpes manobras visando obter novos elementos para o golpe a posteriori”.

O público porém que se previna contra os escândalos que no curso dos últimos dias que antecedem as eleições presidenciais, poderão surgir, em face da frenética atividade interna e externa dos provocadores tendo por veículos ‘**O Globo**’ e a ‘**Tribuna da Imprensa**’, **para sombrear a atmosfera de tão importante pleito!**⁵⁶¹.

Essas acusações são muito graves, pois o *UH* trouxe nominalmente os jornais que estariam funcionando como meio para que os “golpistas” conseguissem atingir seus objetivos, isto é, impedir as eleições, ou contestar seus resultados e até investir em um *golpe a posteriori*.

⁵⁵⁸ “Grande interesse no pleito”, *Jornal do Brasil*, 08 de outubro de 1955, 1°C, p. 5.

⁵⁵⁹ “Homenagem do Senado à ‘ÚLTIMA HORA’ serve como exaltação ao nosso estilo de imprensa”, *Última Hora*, 16 de junho de 1955, 1°C, p. 4. Coluna de Última Hora.

⁵⁶⁰ “Vozes do bom senso”, *Última Hora*, 01 de agosto de 1955, 1°C, p. 4. Coluna de Última Hora.

⁵⁶¹ “‘O Globo’ e a ‘Tribuna da Imprensa’ unidos na empreitada de Falsidade e Torpezas”, *Última Hora*, 26 de setembro de 1955, 1°C, p. 4, Coluna de Última Hora.

Dessa forma, novamente identificamos denúncias de que existiriam jornais e jornalistas que estariam trabalhando contra as instituições democráticas, contra a lógica normal de qualquer processo eleitoral, em qualquer democracia. Isso indicaria que há distintas correntes inadaptadas ao jogo democrático ou que não considerariam a democracia vigente como adequada à realidade brasileira, elementos que justificariam intervenções legais, como a revisão da legislação ou até mesmo ilegais como “golpes”.

A campanha ainda teria provado “aos descrentes e desmentiu os intrigantes que a vocação do nosso povo é para a democracia”. Ainda mais, “ela constituiu decerto, uma demonstração nítida de vitalidade democrática, capaz de atordoar a caterva dos provocadores com pretensão ao golpismo”⁵⁶².

A partir da campanha eleitoral de 1955, o *UH* faz uma constatação relevante para autorizar suas tomadas de posição no debate público, ao afirmar que “antes mesmo da decisão das urnas, Getúlio Vargas está plenamente vitorioso”, pois os três candidatos à presidência da república com mais chances de vitória teriam incluído em seus programas pontos de vista de Vargas, assim, “**nacionalismo e populismo** constituem portanto, programa de Brasil!”. Então, pode-se questionar no que consiste esse nacionalismo e populismo, para o *UH*? Como resposta, mencionamos “os planos de assistência social aos trabalhadores num sentido que permita serem atendidas as reivindicações dos assalariados agrícolas, a política de industrialização dos recursos nacionais sob o critério nacionalista”, lado a lado ao “**respeito à Constituição** e a **garantia das liberdades democráticas**”, elementos que “são encontrados em todas as plataformas”⁵⁶³.

Em termos gerais, para o *UH* as eleições de 1955 teriam simbolizado a vitória do sufrágio universal frente às soluções extralegais, a vitória da democracia frente aos “golpistas”, a vitória do *povo* frente a uma “minoría objeta e sórdida”. Ademais, teria conseguido ampliar sua autoridade no debate público e legitimar suas tomadas de posições anteriores e futuras ao afirmar que o “nacionalismo e o populismo” teriam se tornado um programa do Brasil.

⁵⁶² “Getúlio venceu antes do pleito”, *Última Hora*, 28 de setembro de 1955, 1°C, p. 4, Coluna de Última Hora. Perspectiva retomada em: “Maturidade”, *Última Hora*, 01 de outubro de 1955, 1°C, p. 4, Coluna de Última Hora.; “Venceu o regime na maior das eleições realizadas no Brasil”, *Última Hora*, 04 de outubro de 1955, 1°C, p. 4, Coluna de Última Hora.; “Pelegos do sindicato do golpe não enganam mais...”, *Última Hora*, 10 de outubro de 1955, 1°C, p. 6, Coluna de Última Hora. “A lição dos golpes extremistas”, *Última Hora*, 08 de novembro de 1955, 1°C, p. 4, Coluna de Última Hora.

⁵⁶³ “Getúlio venceu antes do pleito”, *Última Hora*, 28 de setembro de 1955, 1°C, p. 4, Coluna de Última Hora.

Em relação as eleições de 1955, o *Correio da Manhã* argumenta que “o episódio normal de uma sucessão presidencial é desenhado com cores negras de Cassandra⁵⁶⁴, como um drama público, uma comoção nacional, quase como uma catástrofe”⁵⁶⁵. Assim, “é uma vergonha para a educação política deste país que um processo de sucessão presidencial, ordinariamente comum nos regimes democráticos, esteja a desdobrar-se por entre anúncios de golpes, terrores periódicos, sobressaltos nas portas dos quartéis”, ainda mais, “é uma humilhação para o regime que tantos políticos continuem a intrigar, a rastejar, a degradar-se em busca de uma solução, que não seja dignamente política eleitoral, mas simplesmente golpista”, pois “não querem enfrentar o povo na decisão pelas urnas; querem o poder por intermédio dos generais, coronéis e majores”⁵⁶⁶.

Dessa forma, inicia uma campanha em prol da desmoralização da ideia de golpe⁵⁶⁷, na qual expõe que “já denunciámos mais de uma vez essa burla e protestamos sempre contra essa mistificação”, também não “admitimos o golpe *a priori*, que seria a solução primária contra todos os candidatos, nem o golpe *a posteriori*, que seria o golpe dos vencidos contra os vitoriosos”. O *CM* institui-se da *função pública de falar pela coletividade* para assegurar que “o povo quer votar, quer escolher entre os candidatos, quererá depois que a sua decisão seja respeitada. E isto é que é correto, é que é decente, **é que é democrático**”⁵⁶⁸.

Argumenta, ainda, que “para nós, todas as candidaturas estão maculadas”, entretanto, “estamos fixados no princípio de que inda o pior **governo legal e constitucional** será preferível à melhor e mais sedutora das ditaduras ou situações de força”. Concluindo: “**Eis o nosso lema, o nosso programa, a nossa deliberação; posse aos eleitos; garantia aos eleitos, o poder aos eleitos**”⁵⁶⁹. Em texto seguinte, institui-se a *função pública de falar pela coletividade* a partir do coletivo nação para difundir que “a nação, que sabe que respeitar o resultado de eleições é condição básica de garantia da ordem e preservação da paz pública, está decidida a opor-se à enxurrada em que sobrenadam a incompetência, a má-fé, a deslealdade e a vontade do esbulho”⁵⁷⁰. Nesse caso, identificamos uma estratégia discursiva recorrente para legitimar a fala dos jornais, ou seja, o jornal expõe uma tomada explícita de posição para na sequência, ou antes dela, difundir que tal posição pertence ao coletivo, normalmente povo, nação ou país.

⁵⁶⁴ Cassandra sai da Antiguidade Clássica com o seu traço mais marcante definido, ou seja, como aquela que adivinha o futuro, mas em cujas profecias ninguém acredita. Teve visões negativas sobre o futuro de Tróia.

⁵⁶⁵ “A Voz do Brasil”, *Correio da Manhã*, 28 de janeiro de 1955, 1°C, p. 6.

⁵⁶⁶ “Não é questão militar”, *Correio da Manhã*, 08 de junho de 1955, 1°C, p. 6.

⁵⁶⁷ “Teu nome é boato”, *Correio da Manhã*, 27 de julho de 1955, 1°C, p. 6.

⁵⁶⁸ “Mortos e vivos”, *Correio da Manhã*, 05 de agosto de 1955, 1°C, p. 6.

⁵⁶⁹ “Mortos e vivos”, *Correio da Manhã*, 05 de agosto de 1955, 1°C, p. 6.

⁵⁷⁰ “A bizarra bufonaria”, *Correio da Manhã*, 04 de novembro de 1955, 1°C, p. 6.

Dentro desse contexto, o *Correio* afirma que a data de 3 de outubro de 1955 “não está sendo mais considerada pelo país, como de um simples pleito eleitoral, mas a data de um teste supremo: o teste que dirá se realmente a vontade do povo é soberana e se, como tal, será acatada, respeitada e cumprida”⁵⁷¹. Nesse sentido, as eleições de 3 de outubro irão reafirmar a preferência do *povo* pelo regime democrático: “as eleições deste ano não teriam mesmo a excepcional importância de que se revestem se fossem unicamente inaugurar um novo ciclo presidencial”⁵⁷².

O que podemos apreender das representações sobre as eleições de 1955? Que para os diários ainda é longo o caminho para que a democracia brasileira possa minimamente se comparar aos “países civilizados”, nos quais o ato de votar é algo rotineiro, corriqueiro. Contudo, nesse caminho, as eleições de 1955 possuem um lugar especial, pois podem evidenciar que se está mais perto de se chegar ao objetivo alcançado pelos países civilizados ou, ao contrário, pode demonstrar que se está mais longe do que antes, por isso, a associação das eleições com um teste. Nesse teste, o *CM*, de forma semelhante ao *UH*, tem confiança na opção que o povo irá tomar, mas teme pelo que os *homens públicos*, ou melhor, os golpistas, possam realizar.

Nas eleições de 1958, dois assuntos interligados preocuparam *O Globo*: a crítica aos conchavos eleitorais e as denúncias sobre a “ameaça do populismo”. Dessa forma, para o diário, “hoje, não se procura o melhor governante, mas o *melhor* candidato; vale dizer o que tem mais lábia para prometer e enganar os eleitores!”. Nesse contexto, a atenção nacional estaria direcionada aos embates eleitorais que estariam ocorrendo no Rio Grande do Sul e em São Paulo, pois “em ambos há um denominador comum: a resistência dos verdadeiros democratas contra a arrasadora **ameaça do populismo**”. *CM* afirma que o embate no Rio Grande do Sul decidiria o próximo destino do Brasil, porque se “**vencedores os Srs. Brizzola e Ademar de Barros, a democracia terá entrado no fim do seu atormentado ciclo, iniciado em 1946**”, pois “ambos representam a marcha da corrupção, do personalismo, do caciquismo da proscricção dos métodos de governos republicanos, isto é, governos que o povo escolhe com liberdade e controla pelos meios legais”⁵⁷³.

Essa posição é idêntica ao *JB*, quando o último concebeu as eleições de 1958 em termos de “confiança”, confiança de que esse pleito seria uma etapa de um processo amplo de reforma, reforma necessária para que não seja preciso uma revolução no Brasil. Entretanto, ressalta que não se pode superestimá-la e nem a subestimar, pois “o leitor já imaginou o que será do Brasil

⁵⁷¹ “Vontade de legalidade”, *Correio da Manhã*, 06 de setembro de 1955, 1°C, p. 6.

⁵⁷² “Prélio Ordeiro”, *Correio da Manhã*, 30 de setembro de 1955, 1°C, p. 6.

⁵⁷³ “Ademar, Prestes e cia”, *O Globo*, 28 de agosto de 1958, 1°C, p. 1.

se tiver no governo de S. Paulo o Sr. Ademar de Barros, no Rio Grande do Sul o Sr. Brizzola, em Pernambuco ou no Estado do Rio candidatos comprometidos com o Sr. João Goulart?”⁵⁷⁴.

Após os primeiros resultados das urnas, o *JB* caracterizaria a vitória de Leonel Brizzola no Rio Grande do Sul como uma “**derrota das forças democráticas**”. Contudo, o número reduzido de abstenções e a confirmação de que homens como Carvalho Pinto, Afonso Arinos, Milton Campos, Otávio Mangabeira e Juraci Magalhães haviam sido eleitos “por grandes massas eleitorais”, “é alguma coisa de fazer levantar os corações para o alto”⁵⁷⁵.

Essas concepções são problemáticas, especialmente as de *OG*, pois questionaria a continuidade do regime democrático, iniciado em 1946, pela simples eleição de dois *homens públicos* à cargos não vitalícios, que dentro de cinco anos seriam colocados novamente para apreciação do *povo*. Nesse caso, os diários expressariam, novamente, sua preocupação com a (in)capacidade de a democracia brasileira elevar *os melhores* ao poder.

Por seu turno, no *JB* identificamos uma certa esperança de que o regime ainda seria capaz de conduzir *os melhores* ao poder. No entanto, como já havíamos comentado, atestar positivamente pelo regime apenas quando os *homens públicos* que o jornal considera os mais indicados fossem eleitos, não significaria adaptação às regras do jogo democrático, ao contrário, evidenciaria uma relutância em acatar a decisão das urnas.

De outra parte, tanto *OG* quanto *JB*, através das eleições de 1958, trazem novas perspectivas para o jornalismo. Por exemplo, após da decisão da Justiça Eleitoral de que os partidos poderiam utilizar o rádio e a TV para propaganda, *OG* anuncia que a Rádio Globo⁵⁷⁶ “franqueará seus microfones”, uma hora pela manhã e outra à noite, de forma gratuita à todas as agremiações políticas interessadas⁵⁷⁷. Nesses termos, serviu para conferir uma imagem de que os meios de comunicação atrelado à *O Globo* estariam trabalhando em prol da democracia, democratizando o acesso dos partidos à radiodifusão. A decisão do TSE em possibilitar a utilização do rádio e da TV para as propagandas eleitorais inaugurou uma nova forma de os candidatos se relacionarem com o público, pois novas formas de captação de voto foram lançadas.

O *JB* também procurou reforçar sua atuação nas campanhas eleitorais através de seus repórteres, dos “jovens companheiros que mandamos ao Sul e ao Nordeste”, e que estariam

⁵⁷⁴ “Confiança”, *Jornal do Brasil*, 21 de setembro de 1958, 1°C, p. 3.

⁵⁷⁵ “Primeiras indicações”, *Jornal do Brasil*, 05 de outubro de 1958, 1°C, p. 3.

⁵⁷⁶ “Emissora de rádio fundada pelo jornalista e empresário Roberto Marinho no Rio de Janeiro em 2 de dezembro de 1944. Parte do grupo de empresas integrado originalmente pelo jornal *O Globo* e liderado pela Rede Globo de Televisão, a Rádio Globo tornou-se a principal emissora do Sistema Globo de Rádio” (LATTMAN-WELTMAN, 2010, s./p.).

⁵⁷⁷ “Partidos pobres e ricos terão propaganda eleitoral grátis”, *O Globo*, 05 de setembro de 1958, 1°C, p. 1.

dando conta do que representariam as lutas estaduais, “com isenção que não falta pitoresco nem coragem”, pois “os flagrantes vivíssimos das suas correspondências mostram quanto heroísmo, quanto ânimo de luta, mas ao mesmo tempo quanto escândalo, quanta mistura de cores, quanta inexpressividade democrática há nessas paixões desencadeadas e nesse ‘vale-tudo’ eleitoral”⁵⁷⁸.

Observamos que, primeiro, o jornal busca autorizar a *fala* dos seus repórteres e com isso a do próprio jornal com base no ideal de isenção/neutralidade. Nesse ponto, possivelmente em função da modernização iniciada em 1956, o jornal inova consideravelmente, tendo em vista que até esse período a ideia de reportagem e o envio de repórteres a diferentes lugares do Brasil era sub-representada no *JB*. Assim, identificamos que a modernização se fez sentir nas mais diferentes áreas do *Jornal do Brasil*, reforçando a ideia de institucionalização do jornalismo. Ainda mais, o envio de repórteres de Sul a Norte do país, também evidenciaria que distintas formas de relacionamento entre imprensa e política estavam em marcha.

Dessa forma, os *homens públicos* teriam que se adaptar à utilização dos meios de comunicação como forma de se relacionar com o *povo* nas campanhas eleitorais e os próprios meios de comunicação – aqui especificamente imprensa, rádio e televisão – teriam de se adaptar à nova dinâmica. Com isso, a reportagem e o repórter ganhariam maior destaque, com um acompanhamento das campanhas, nos comícios, no dia das eleições, na contagem dos votos e na posse, estimulando também a *função pública de vigilante do poder público*.

O *UH* compreende que nas eleições de 1958 se marcharia para um dos mais “importantes pleitos eleitorais e é isso que alarma os inimigos do Brasil, já incapazes de sustentar as posições sob a vigência de **liberdades democráticas** que detestam porque importam em destruição definitiva do que ainda existe de colonial na estrutura brasileira”. Assim, “o **que mais temem os elementos do atraso é, justamente, a manifestação livre da vontade popular**”⁵⁷⁹.

Dessa forma, chega a argumentar que do resultado das eleições de 1958 “**depende a consolidação das liberdades democráticas e da emancipação econômica do Brasil**”. Assim, para o *UH*, a esquematização política estaria dividida em dois polos: de um lado, o grupo que chama de “entreguistas”, composto especialmente pela UDN e Clube da Lanterna; e de outro lado, aqueles que se prenderam aos princípios da ‘carta-testamento’ de Getúlio Vargas,

⁵⁷⁸ “Sentido da eleição”, *Jornal do Brasil*, 30 de setembro de 1958, 1^oC, p. 3.

⁵⁷⁹ “Ofensiva antinacional”, *Última Hora*, 11 de abril de 1958, 1^oC, p. 3, “Flash” do momento.

encontrando respaldo especialmente no PTB⁵⁸⁰, defendendo a “bandeira de defesa dos direitos cívicos, da justiça social e da política nacionalista”⁵⁸¹.

Na véspera do pleito, o jornal novamente entra no debate público para alertar os leitores/eleitores em uma tomada explícita de posição: “Temos insistido, nestas colunas sobre a importância do que está em jogo”, em síntese:

Trata-se, em substância, de saber se o Brasil vai avançar no caminho de sua **emancipação econômica**, para a posição de grande potência que lhe é destinada com todos os benefícios daí resultantes no sentido da **elevação do nível de vida de nosso povo, e para o aperfeiçoamento do regime democrático e da justiça social**; ou se, ao contrário, essa marcha vai ser interrompida pelas intrigas e maquinações dos grupos reacionários, a serviço de interesses antinacionais, dos interventores golpistas e inimigos dos direitos do trabalhador”⁵⁸².

Quando os primeiros resultados começam a ser divulgados, o jornal efetua a mesma constatação que realizou em 1955, ou seja, que as urnas “consagraram a **vitória do nacionalismo**”, pois “a bandeira nacionalista foi o fator dominante em toda a campanha eleitoral. Assim, “está hoje provado, de maneira irrefutável, que não há outra maneira de fazer-se entender pelas grandes massas do povo brasileiro, senão falando-lhe a linguagem do nacionalismo”. Dessa forma, “não há quem se apresente mais o eleitorado como partidário de qualquer matiz do entreguismo, nem mesmo sob o aspecto do liberalismo clássico que vê em tudo o que seja estatal uma excrescência monstruosa e temível”⁵⁸³.

O que moveria o *UH* em sua análise das eleições de 1958 seria um aspecto já identificado, a saber, a forte ligação entre democracia e desenvolvimento econômico pautado na industrialização acelerada e planejada com intervenção estatal⁵⁸⁴. A manutenção da

⁵⁸⁰ “Nove dias antes da eleição: firme o povo na luta contra o entreguismo”, *Ultima Hora*, 25 de setembro de 1958, 1°C, p. 3, “Flash” do momento. Também retoma argumentação semelhante em: “Destruir o PTB: objetivo supremo dos que levaram Vargas à morte”, *Ultima Hora*, 29 de setembro de 1958, 1°C, p. 3, “Flash” do momento.

⁵⁸¹ 12 dias antes do pleito: volta o ‘Clube da Lanterna’, pregando terrorismo político, subversão da ordem pública e entreguismo!”, *Última Hora*, 22 de setembro de 1958, 1°C, p. 1.

⁵⁸² “Palavras de Vargas que devem estar na memória de todos os brasileiros”, *Ultima Hora*, 02 de outubro de 1958, 1°C, p. 3, “Flash” do momento.

⁵⁸³ Como símbolos da vitória do “nacionalismo” cita Leonel Brizzola (PTB) para Governador do Estado no Rio Grande do Sul, no Estado do Rio, onde a candidatura de Roberto Silveira ganha dianteira a cada momento, “também há triunfos de candidatos udenistas que se inscrevem no grande susto do nacionalismo brasileiro, como é o caso do Sr. Cid Sampaio, em Pernambuco e inclusive do Sr. Juracy Magalhães, cujo companheiro de chapa para o Governo da Bahia é um destacado e conhecido membro da nova geração nacionalista, o Sr. Rômulo de Almeida”. Por fim, reconhece que “o nacionalismo foi a bandeira do Sr. Carvalho Pinto” (UDN), vencedor das eleições em São Paulo. “Populismo sem nacionalismo é incapaz de empolgar o povo”, *Ultima Hora*, 07 de outubro de 1958, 1°C, p. 3, “Flash” do momento.

⁵⁸⁴ Algo que fica claro quando o jornal argumenta: “Ainda uma vez, este pronunciamento das urnas estará revestido de características especiais, em que as razões de compadresco, amizade ou simpatia, devem ceder lugar às razões mais fortes dos interesses fundamentais do país. O que se jogará nos resultados de 3 de outubro não será apenas a vitória pessoal ou a derrota de um ou de outro candidato, mas, acima de tudo, o próprio destino da Nação. Não há exagero na afirmação. Esta é uma encruzilhada histórica em que se encontra o Brasil. Na transformação de sua estrutura econômica, para a grande conquista do desenvolvimento industrial, dois caminhos abrem-se à sua

democracia era considerada como necessária ao empreendimento de desenvolvimento do país, que, segundo o próprio *UH*, deve ocorrer com o *povo* e não contra o *povo* e só o regime democrático permite tal relação, pois é uma barreira à espoliação do Brasil.

Assim, a consolidação econômica e a manutenção das liberdades democráticas estariam interligadas, na perspectiva do jornal, a partir do nacionalismo propalado por Getúlio Vargas, pois o *UH* argumenta que o objetivo primeiro dos “entreguistas” seria submeter politicamente o *povo* para depois entregar as riquezas do país. E um dos fatores que geraria a amálgama entre desenvolvimento econômico e democracia seria a questão da “elevação do nível de vida de nosso povo”, em resumo, da justiça social, o que só seria possível, para o *UH*, em um regime democrático. Por fim, o jornal constata que um dos resultados do 3 de outubro de 1958 seria o surgimento de novos líderes políticos, o que atestaria pela vitalidade do regime democrático. Inclusive, *UH* vê positivamente essa mesma renovação ocorrendo entre as hostes udenistas⁵⁸⁵.

Por fim, o *Correio da Manhã*, se dedica a análise dos resultados das eleições, constatando a perda de posições do PSD no Congresso e nos governos estaduais. Para o *CM*, tal situação seria o resultado de uma “oposição política e social ao governo”, “oposição política representada na vitória dos candidatos udenistas e de partidos coligados a ele” e “oposição social representada na vitória dos candidatos do PTB no Rio Grande do Sul e no Estado do Rio”⁵⁸⁶.

O *CM* efetua um diagnóstico positivo sobre o regime a partir da queda do PSD ao argumentar que “as urnas abriram, com o esfacelamento do PSD, o caminho da ascensão política e da liderança da vida brasileira e outras correntes de opinião. O rodízio nas posições do comando da vida pública é episódio natural e salutar nos regimes democráticos”. Dessa forma, a tomada das posições parlamentares e executivas antes pertencentes ao PSD, por membros de outros partidos, “não tem significado além daquele ditado pelas regras do jogo democrático”⁵⁸⁷.

Sendo assim, “as eleições do dia três mostraram o quanto a **Nação está ansiando por uma renovação de seus quadros dirigentes, não só no que se refere a nomes quanto em relação a processos de governo e ideia de governo**”. Ainda mais, “a derrota do ademarismo em São Paulo, do petebismo e do comunismo em vários pontos do país, a começar por São

decisão: um que reclama pelo desenvolvimento em termos nacionais; outro que, sub-repticiamente, favorece a infiltração estrangeira na dominação de nossa fonte de riqueza”. “Nove dias antes da eleição: firme o povo na luta contra o entreguismo”, *Ultima Hora*, 25 de setembro de 1958, 1°C, p. 3, “Flash” do momento.

⁵⁸⁵ “Repelido nas urnas o vedetismo político: novos nomes aparecem”, *Ultima Hora*, 09 de outubro de 1958, 1°C, p. 3, “Flash” do momento.

⁵⁸⁶ “Sentido das eleições”, *Correio da Manhã*, 07 de outubro de 1958, p. 6, 1°C, EP.

⁵⁸⁷ “Meditação para o Visconde”, *Correio da Manhã*, 10 de outubro de 1958, p. 6, 1°C, EP.

Paulo e Distrito Federal, indica a repulsa popular pelos demagogos”. Dessa maneira, “o **Brasil amadurece democraticamente**”⁵⁸⁸.

Em síntese, para os jornais, as eleições de 3 de outubro teriam, no geral, um saldo positivo para o regime, precisamente por evidenciar que o “Brasil amadurece democraticamente”, teria trazido o rodízio nas posições do comando da vida pública, algo que seria salutar ao regime, e demonstraria que as regras do jogo democrático estariam sendo seguidas e oferecendo resultados benéficos ao regime, incluindo a tendência à renovação dos quadros dirigentes. Ou seja, pela aplicação constante das regras do jogo democrático, a democracia pela sua prática, de eleições em eleições, conseguiria produzir bons frutos, conseguiria elevar bons *homens públicos* aos postos de comando, possibilidade que ainda ficaria em suspenso na perspectiva do jornal *O Globo*.

Se, para *OG*, em 1955, havia uma preocupação com “golpes” reais ou “imaginados”, em 1960 o jornal argumenta que “já alcançamos maturidade política, que tornaria ridícula qualquer tentativa de golpe contra o processamento normal de nosso sistema democrático”. Tal perspectiva interessaria apenas “a uma minoria alarmada com as perspectivas que acena o próximo pleito, não ao povo, às classes armadas ou a quem quer ver o País realmente grande e respeitado”. A ideia de um golpe seria vislumbrada apenas por aqueles “que não confiam em possível êxito nas urnas”, pelos que “colocam interesses pessoais e de facção acima da felicidade coletiva” ou por aqueles que desejariam se apossar de altos postos administrativos “a qualquer preço”, somente esses iriam “idealizar ou apoiar tão monstruoso atentado ao direito de o povo selecionar, entre os que se apresentam ao seu julgamento, aquele que deve, pelo tempo fixado na Constituição, governar o País”⁵⁸⁹.

A eleição de 1960, colocada nesses termos, pouco se assemelha aos textos publicados anteriormente pelo *OG*. Identificamos uma significativa alteração na linha argumentativa do jornal, isto é, o jornal se colocando abertamente contra qualquer solução extralegal e ainda defendendo que o golpe “só interessa a uma minoria alarmada”. Na sequência, concebe positivamente a exoneração do Marechal Lott de suas funções de Ministro da Guerra, pois assim se “dissipa a esperança de muitas esferas, sobretudo as que sofrem a influência do Sr. Goulart e do Sr. Brizzola”. Segundo o jornal, Goulart e Brizzola, “durante meses, não pensaram em outra coisa e nem outra desejaram firmemente senão um desfecho anticonstitucional”, para que

⁵⁸⁸ “Os limites do candidato”, *Correio da Manhã*, 09 de outubro de 1958, p. 6, 1°C, EP.

⁵⁸⁹ “Ameaça ridícula”, *O Globo*, 31 de agosto de 1959, 1°C, p. 1.

“de um lado, os pusesse a paz e salvo das incertezas eleitorais: e de outro lhes permitisse a sobrevivência da oligarquia, com seus gozos e benefícios, lícitos e ilícitos”⁵⁹⁰.

Dessa forma, *OG* considera que a transmissão da pasta da guerra “representa a melhor das garantias de que haverá eleições a 3 de outubro, eleições livres e honestas, como se impõe ao Brasil e o Brasil impõe aos seus governantes”⁵⁹¹. Dentre as diversas representações possíveis sobre Lott, o jornal achou pertinente abordar a transmissão do cargo de Ministro da Guerra como uma garantia de que haverá eleições, de modo similar ao *CM* e *UH* quando eles reconheceram na candidatura de Juarez Távora um dos melhores indicativos de que haveria realmente eleições em 1955.

De outra parte, anuncia que “nossa presente campanha apresenta uma repugnante singularidade”, isto é, a intervenção do Partido Comunista chefiado pelo Sr. Luis Carlos Prestes⁵⁹². Entretanto, após ocorrido o pleito, o jornal constataria que as urnas evidenciariam o “fracasso dos comunistas, a total incapacidade desses fanáticos de interessar os brasileiros nas suas ideias impatrióticas, de agitação, de falsa renovação”. Assim, argumenta, *falando em nome da coletividade*, “não pode haver mais dúvida de que o sentimento, a percepção, o patriotismo dos brasileiros – repelem o comunismo”. Então, certifica que “está aí demonstrada, eloquentemente demonstrada, vitoriosa nos resultados das eleições, a índole democrática do povo brasileiro, naturalmente infenso a qualquer espécie de tirania”⁵⁹³.

Em termos gerais, o jornal aborda positivamente as eleições de 1960, inclusive, utilizaria termos não empregados nas demais campanhas e chega a concluir que teria se demonstrado que a índole do povo brasileiro seria democrática. Não se argumentou sobre abstenções, nem sobre a desolação do *povo* para com os *homens públicos*, o foco das críticas foram os comunistas e aqueles que a eles se aliaram, mas não identificamos nenhum combate ferrenho a *homens públicos* específicos. Essas posições poderiam indicar uma mudança na linha editorial do jornal? Ou uma mudança de estratégia? Ou mesmo a confiança na vitória do candidato encampado pelo jornal, Jânio Quadros? Acreditamos que todos esses fatores em conjunto, pois tanto fatores internos quanto externos ao fazer jornalístico seriam relevantes no condicionamento das tomadas de posição nos textos jornalísticos.

O Jornal do Brasil atesta pela excepcionalidade das eleições de 1960, pois “depois de longa noite do Estado Novo, o clima político do Brasil, até a metade do mandato do atual

⁵⁹⁰ “O militar e o civil”, *O Globo*, 10 de fevereiro de 1960, 1°C, p. 1.

⁵⁹¹ “O militar e o civil”, *O Globo*, 10 de fevereiro de 1960, 1°C, p. 1.

⁵⁹² “Voto contra o comunismo”, *O Globo*, 24 de setembro de 1960, 1°C, p. 1.

⁵⁹³ “Lição de 3 de outubro”, *O Globo*, 11 de outubro de 1960, 1°C, p. 1.

Presidente, foi sempre de inquietação”. Seriam também excepcionais as atitudes de isenção de Kubitschek, assim, enquanto *intérprete do pensamento coletivo*, *JB* afirma que “a esperança do povo inteiro é que a exceção se transforme em regra, graças à evolução política e ao progresso econômico do País”⁵⁹⁴.

O *JB* vê nas eleições de 1960 a possibilidade do conagraçamento da normalidade democrática, isto é, a consolidação da meta política de JK⁵⁹⁵. Parece que haveria esperança em relação ao aperfeiçoamento da democracia brasileira no discurso do diário. Esse fator é constatado um dia após as eleições, quando o *JB* reconhece que “com o pleito de ontem, nas suas grandes linhas, colocado sob a forma de opção entre desenvolvimento e atraso, entre emancipação econômica e portas abertas aos monopólios estrangeiros”, por fim, “entre a ascensão das massas populares ao poder e o predomínio das elites conservadoras – pode-se afirmar que **damos mais um grande passo para a conquista da democracia política**”⁵⁹⁶. Essa constatação é relevante, pois encontramos em um jornal que se constrói como conservador uma perspectiva positiva em relação a possibilidade da conquista da democracia política, com respaldo das massas populares. Assinalamos, ainda, que tais constatações surgiram antes de saírem os resultados das urnas, ou seja, o fator externo à produção jornalística – afinidade com o candidato vitorioso – ainda não estaria condicionado às tomadas de posição do jornal.

Quando os primeiros resultados da votação foram publicados, o *JB* tornaria mais enfáticas suas tomadas de posição, ao afirmar “que o povo brasileiro deu prova de maturidade e critério nestas eleições de 1960”. Constata, ainda, “que os comunistas e os anticomunistas frenéticos pouco pareciam haver conseguido nestas eleições”⁵⁹⁷. Com base nessas colocações, pode-se dizer que *JB*, assim como *OG*, atribui sua esperança no sucesso da democracia, naquele momento, ao fato de os comunistas não terem obtido resultado nas eleições.

Nas eleições de 1960 teria ocorrido a “consolidação democrática pelo voto” e “pela primeira vez, desde 1945 (isto para tomarmos uma data mais recente e marcante), a transferência do Poder se fará normalmente, sem que haja ambiente para golpes, intentonas ou pronunciamentos”⁵⁹⁸. Nesses termos, observamos que a ideia de consolidação da democracia estaria diretamente ligada à transferência “normal” e legal do poder, lembrando que o *CM* já havia feito afirmação semelhante, ou seja, seria na diplomação e posse dos eleitos que se pode

⁵⁹⁴ “A definição presidencial”, *Jornal do Brasil*, 01 de outubro de 1960, 1°C, p. 3.

⁵⁹⁵ “A definição presidencial”, *Jornal do Brasil*, 01 de outubro de 1960, 1°C, p. 3.

⁵⁹⁶ “Mais um grande passo no caminho da democracia”, *Última Hora*, 04 de outubro de 1960, 1°C, p. 3, Coluna de UH.

⁵⁹⁷ “Quem ganhou”, *Jornal do Brasil*, 05 de outubro de 1960, 1°C, p. 3. Argumentação retomada em: “Lições de uma eleição”, *Jornal do Brasil*, 07 de outubro de 1960, 1°C, p. 3.

⁵⁹⁸ “Lições de uma eleição”, *Jornal do Brasil*, 07 de outubro de 1960, 1°C, p. 3.

verificar o grau de maturidade democrática do país, pois seria nesse momento que ocorreria o reconhecimento por parte dos vencidos de sua derrota.

Por fim, o *JB* noticia outra especificidade do pleito de 3 de outubro de 1960, isto é, que “jamais se tentou uma tal mobilização de massas na história do Brasil. Os candidatos procuraram, pessoalmente ou por meio de representantes, visitar os municípios mais distantes”, também utilizaram “amplamente, o rádio, a imprensa e a televisão, participando – além dos comícios – de programas, debates, entrevistas etc. e utilizando a publicidade planejada por agências”, inclusive, “tentaram ajustar-se aos reclamos do povo, encomendando, a organizações especializadas, frequentes inquéritos de opinião pública. Esse trabalho intensivo foi a consequência lógica e impressionante aumento do eleitorado e da adoção da cédula única, em 1955”⁵⁹⁹.

Nesse processo de mobilização das massas, percebe-se que o *JB* reconhece a utilização dos meios de comunicação pelos candidatos como crucial, inaugurando uma nova fase na relação meios de comunicação – candidatos – eleitores. Isso porque, especialmente, o jornalismo não teria ficado passivo, como evidenciado já em 1958 com a iniciativa propalada pelo *JB* de enviar repórteres à diferentes regiões do Brasil com o intuito de registrar do modo mais fidedigno o processo eleitoral. Assim, além do contato direto com o *povo* pelos comícios, os candidatos poderiam auscultar o *povo* por intermédio do jornalismo e vice-versa. Também poderiam averiguar a *opinião pública* previamente, a partir das sondagens de opinião. Nesse sentido, o conceito de *opinião pública* remete aos resultados das pesquisas de opinião, para a partir desse resultado traçar estratégias.

O jornal *Correio da Manhã*, no editorial intitulado “Regime consolidado”, insere as eleições de 1960 em um contexto bem mais amplo de defesa do regime democrático quando afirma que “trata-se da crise internacional, da guerra fria, que ameaça o mundo democrático cujos princípios estamos praticando, e, através deles, aperfeiçoando a escolha livre e consciente dos dirigentes brasileiros”. Assim, “a consequência desses pronunciamentos, identificando a unidade de pensamento das forças do regime, deverá refletir-se, em primeiro lugar, em um pleito tranquilo”, já “em segundo lugar, na posse do eleito, sem crise, sem sofismas e sem golpes. E em terceiro lugar, no repúdio aos extremismos, os da corrupção e os da subversão”⁶⁰⁰.

Dessa forma, um dia após as eleições, afirma que “o pleito de ontem, em todo o Brasil, decorreu de maneira exemplar”, de um lado, “pela ordem, segurança e tranquilidade, que incumbiam ao governo garantir, e ele garantiu” e, de outro lado, pelo “ânimo cívico” que

⁵⁹⁹ “Lições de uma eleição”, *Jornal do Brasil*, 07 de outubro de 1960, 1°C, p. 3.

⁶⁰⁰ “Regime consolidado”, *Correio da Manhã*, 01 de outubro de 1960, 1°C, p. 3.

motivou o eleitorado, situação que atesta pela “**vitalidade democrática**”⁶⁰¹. Em termos gerais, o diagnóstico das eleições foi positivo, especialmente por ter dado sinais de vitalidade, novamente por parte do eleitorado – do *povo* –, mas também ressalta que a posse dos eleitos estaria assegurada em processo normal, constitucional, sem alusão à golpes ou outras medidas extralegais, em um claro aperfeiçoamento do processo político no Brasil, também por parte dos *homens públicos*.

Por fim, conclui, diante da invocação de se “implantar no Brasil uma ditadura militar de direita para combater na América eventuais ditaduras militares de esquerda”, que “o resultado das urnas de 3 de outubro demonstram limpidamente que qualquer tentativa de sustar, no país, o processo democrático, levará o Brasil à guerra civil”. Isso porque tanto os eleitores de Jânio Quadros quanto os do Marechal Lott “não concordarão com a supressão do regime, pois votaram num candidato à presidência da República – votaram, portanto, na continuidade do regime. Esses eleitores saberão se mobilizar contra qualquer eventual atentado contra as instituições”⁶⁰². Nesses termos, a grande afluência às urnas seria concebida novamente como elemento de vitalidade do regime e como expoente do aperfeiçoamento democrático.

O *Ultima Hora* inicia sua argumentação sobre as eleições de 1960 a partir de uma perspectiva negativa, citando três fatores que teriam prejudicado a escolha dos eleitores: primeiro, e “o mais importante deles: a força do dinheiro a serviço da demagogia”, teria se identificado “um verdadeiro ‘dumping’ eleitoral. Os milhões correram fartos dos cofres de poderosos grupos econômicos para financiar as candidaturas que se opõem ao movimento de emancipação nacional”. Segundo, o processo de votação teria sido prejudicado “por um sistema difícil, demasiado complexo”, para os eleitores “de poucas letras e sem grande desembaraço político”. Assim, por exemplo, “a inovação dos candidatos numerados, devendo o número ser colocado no quadro correspondente ao respectivo partido, sob pena de anular-se o voto, tendeu evidentemente a prejudicar os candidatos que se apoiam em outros setores que não as elites letradas”. Terceiro “a dispersão dos votos em candidatos que surgiram para perder, e que para perder se mantiveram, estabelecendo a confusão e o divisionismo entre as forças populares”⁶⁰³.

⁶⁰¹ “Eleições exemplares”, *Correio da Manhã*, 04 de outubro de 1960, 1°C, p. 6.

⁶⁰² “Segurança Nacional”, *Correio da Manhã*, 22 de novembro de 1960, 1°C, p. 6.

⁶⁰³ Cita, como exemplo, Ademar de Barros no plano nacional e o Estado da Guanabara, pois “nenhuma ilusão na vitória poderia ter o Sr. Tenório Cavalcanti. Estava claro para todos que a grande disputa se travava entre Sérgio Magalhães e Carlos Lacerda. A inclusão de candidaturas como as do Sr. Tenório Cavalcanti ou do Marechal Mendes de Moraes teve um propósito óbvio de dispersar votos. E em benefício de quem? Do candidato da reação, do chefe do Clube da Lanterna, o Deputado Carlos Lacerda. Se as forças populares vierem a perder a eleição na Guanabara, será fundamentalmente por este motivo”. “Mais um grande passo no caminho da democracia”, *Última Hora*, 04 de outubro de 1960, 1°C, p. 3, Coluna de UH.

Entretanto, apesar desses aspectos que dificultaram o processo de votar e mesmo diante da possível derrota de Lott nas eleições de 1960, *UH* argumenta que “**a consolidação do regime, a predominância da legalidade, eis o resultado principal, acima do nome dos eleitos**”⁶⁰⁴. Esse fator é essencial para contrapor ao *OG* e ao *JB*, que geralmente concebiam de forma predominantemente negativa os pleitos em que os candidatos encampados por cada diários perdiam as eleições. Também existe um fator ligado a lógica do campo que precisa ser considerado, ou seja, como todos os demais jornais estavam concebendo positivamente o pleito, que teria ocorrido sem sobressaltos, onde a legalidade teria sido preservada.

O *UH* tomar uma posição em sentido contrário ou mesmo ficar em silêncio poderia lhe gerar perdas simbólicas e deslegitimação, primeiramente, entre os pares, mas também perante o público. Além de deixar claro que o que moveria, predominantemente, suas tomadas de posição não seria uma lógica ligada ao *campo jornalístico*, mas sim fatores externos, como a afinidade a partidos e/ou *homens públicos*. Não queremos dizer que tal tendência não ocorra, mas destacamos que em um jornalismo que se institucionaliza em um *campo jornalístico* em formação, deixar evidente que o que estaria condicionando as tomadas de posição seriam fatores externos, especialmente afinidades políticas, seria cair em desprestígio junto aos pares, por isso, diferentes estratégias discursivas de legitimação de fala seriam utilizadas.

Se uma das características das eleições brasileiras seria o seu caráter tumultuado, situação minimizadas apenas nas eleições de 1960, outra associação recorrente às eleições se refere às fraudes. Todavia, pode-se questionar se, entre os jornais, as perspectivas seriam as mesmas quanto ao tipo de vinculação feita entre eleições, fraudes e o regime democrático.

4.3.2 Eleições, fraudes e democracia: perspectivas em conflito

O Globo concebe positivamente as asseverações brotadas no encerramento da Convenção da UDN, que defenderiam o “dever de impedir que as eleições se efetuem sob o signo do império da fraude e da corrupção, que estão nos últimos tempos viciando os pronunciamentos do povo”. Entretanto, “os partidários do senhor Juscelino Kubitschek” não estariam possibilitando que houvesse “uma modificação profunda no estatuto eleitoral, capaz de evitar-se a fraude, o eleitorado-fantasma, a predominância das máquinas inexoráveis em seu propósito de desnaturação da vontade do povo”. Como exemplo, citou que a bancada pessedista e alguns de seus aliados do PTB teriam criado “todos os empecilhos à votação da cédula oficial,

⁶⁰⁴ “Marechal Lott de cabeça erguida: salvou a legalidade e garantiu as eleições”, *Ultima Hora*, 06 de outubro de 1960, 1°C, p. 3. EP (no lugar da CUH, mas sem esse título).

que, sem ser uma panaceia, possibilita em magna parte um aperfeiçoamento da **verdade eleitoral**⁶⁰⁵.

Nesse mesmo contexto, o jornal afirma que “infelizmente nem o alistamento é perfeito (ainda nele se encontra o célere eleitorado fantasma das inscrições automáticas), nem a fraude encontrou na **cédula-única** o indispensável corretivo”. Nesse quesito, “só a **cédula oficial** afastaria das urnas a interveniência dos analfabetos e do eleitorado ‘de curral’”, mas que não teria sido aprovada pela “maléfica influência do Sr. Kubitschek e do Sr. Goulart”⁶⁰⁶. Entretanto, reconhece que o “Brasil melhorou muito” com a instituição da Justiça Eleitoral⁶⁰⁷. Assim, o *OG* apoia a UDN “na sua difícil, mas necessária missão de sustentar perante a Justiça Eleitoral todas as objeções legais e constitucionais que entenderam com o pronunciamento das urnas”. Para o jornal, “é tarefa que só enobrece os que a executam e que se contém dentro dos mais rigorosos preceitos da legalidade”⁶⁰⁸.

Em 1957, a questão das fraudes é retomada e se argumenta que “o problema da representação cada vez mais se desenha com maior nitidez. Nosso País tem sido vítima das eleições viciadas”. Assim, “toda gente está aflita por ver-se livre desse pesadelo. Ganhe quem puder ganhar os pleitos, contando que os resultados não possam ser inquinados de falsos ou de fruto da galopinagem oficial”. Dessa forma, “o essencial é acabar com a opção, em que temos vivido: ou as eleições honestas ou levantes revolucionários para reparar pela força das armas o que ao povo é negado pela fraudulenta decisão das urnas. 1930 não foi outra coisa”⁶⁰⁹.

Em 1960, *OG* centra suas acusações de fraude na suposta interferência do Poder Executivo, que viciaria as eleições, pois ajudaria “seus companheiros” e lesaria “as oposições”. João Goulart é tomado como exemplo, pois teria montado a “poderosa máquina da Previdência Social” para obter benefícios particulares, situação que o deixaria em vantagem em relação aos seus contendores⁶¹⁰.

A partir das passagens acima, identificamos em *OG* denúncias de que existem fraudes eleitorais que impossibilitariam a “**verdade eleitoral**”. E o processo de eliminação das fraudes estaria sendo, de alguma forma, prejudicado pelo partido oficial, bem como os partidos que estariam no governo se utilizariam das fraudes para permanecer no governo. Nesses termos, o

⁶⁰⁵ “Sentido da convenção udenista”, *O Globo*, 02 de agosto de 1955, 1°C, p. 1.

⁶⁰⁶ “Perspectivas para 3 de outubro”, *O Globo*, 06 de setembro de 1955, 1°C, p. 1. Retoma a mesma argumentação em “Porque Juarez Távora?”, *O Globo*, 22 de setembro de 1955, 1°C, p. 1.

⁶⁰⁷ “Perspectivas para 3 de outubro”, *O Globo*, 06 de setembro de 1955, 1°C, p. 1.

⁶⁰⁸ “Considerações oportunas sobre o afastamento do presidente Café-Filho”, *O Globo*, 09 de novembro de 1955, 1°C, p. 1.

⁶⁰⁹ “Acima de tudo, a verdade constitucional”, *O Globo*, 11 de setembro de 1957, 1°C, p. 1.

⁶¹⁰ “Com o dinheiro dos bancários”, *O Globo*, 27 de setembro de 1960”, 1°C, p. 1.

OG dá a entender que até aquele momento os governos seriam ilegítimos, pois as eleições ocorreriam sob o signo das fraudes. Dessa forma, novamente a referência à Revolução de 1930 não pode ser desconsiderada, pois é utilizada como exemplo do que ocorreu quando a questão da falta representação chegou ao seu ápice.

Dentro da discussão sobre uma possível forma de anular ou diminuir significativamente as fraudes, *OG* defendeu que fosse aprovado no Congresso a “cédula-oficial” para a votação do Presidente e Vice-Presidente, porém, aprovou-se a “cédula-única”. Qual seria a diferença entre ambas, ou melhor, o que *OG* defenderia com a “cédula-oficial”? Pregava pela necessidade de apenas o Tribunal Superior Eleitoral imprimir e distribuir as cédulas de votação, o que não aconteceu, pois o Art. 2º da Lei nº 2.282 previa essa tarefa ao TSE, mas sem retirar dos partidos a possibilidade de também imprimir e distribuir a cédula de igual modelo à impressa e distribuída pelo TSE. Diante dessa possibilidade é que o *OG* se colocaria frontalmente contrário. Em outros termos, o jornal teria encampado a proposta da cédula-oficial que foi preterida em favor da cédula-única, isto é, o jornal teria perdido mais uma batalha no debate público, o que possivelmente interferiu nas suas posições frente às fraudes nas eleições brasileiras do período, especialmente quando identificamos que o *UH* concebe a questão da cédula oficial x cédula única da seguinte forma:

O Ministro da Guerra, já ontem, fez declarações que poderiam tranquilizar a Nação, não fora a persistência dos políticos ‘democráticos’ que insistem em opor à cédula única, já aprovada pela Câmara dos Deputados, a ‘cédula oficial’ – última nuance eleitoralista da politicagem de certos setores udenistas. Ainda que venha a ser adotada a famigerada CÉDULA OFICIAL, ainda que a Justiça Eleitoral declare o pleito como o mais puro e o mais democrático entre todos os realizados até agora no Brasil, a fauna dos **‘democráticos’ frustrados**, desamparada da confiança popular, prosseguirá no seu intento de forçar a SOLUÇÃO EXTRALEGAL, pois esta é a que convém à SOLUÇÃO DE SEUS PROBLEMAS PESSOAIS. A boataria, portanto, continuará...⁶¹¹.

Em síntese, para o *Ultima Hora*, o embate entre as duas propostas nada mais seria do que um pretexto, entre outros, para que se consiga instaurar uma solução extralegal para a sucessão presidencial. Dessa forma, expõe que o regime ainda encontraria muitas resistências, especialmente no meio político, entre os *homens públicos* que nomeou de “democráticos frustrados”, possivelmente por não conseguirem ascender ao poder por vias democráticas. Nesse caso, o *UH* reforça a perspectiva de que haveria uma constante ameaça às instituições democráticas.

Por seu turno, o *Jornal do Brasil* também se posiciona sobre a relação entre fraudes, eleições e democracia em sentido bem categórico: “os que lançam no horizonte o fantasma da

⁶¹¹ “A economia do país e a insensatez golpista”, *Última Hora*, 29 de agosto de 1955, 1ºC, p. 4.

fraude desenfreada se esquecem de que, desde a qualificação do eleitor, convocação das eleições, organização das normas que as orientarão, votação, apuração e diplomação”, enfim “todas essas fases fundamentais em um pleito estão dentro da órbita da competência do Judiciário, que saberá sanear as irregularidades, pondo uma barreira à ação dos deturpadores da vontade do cidadão”⁶¹². Nesse ponto, o jornal concebe um papel de central relevância para a Justiça Eleitoral (Judiciário), pois “quando os políticos tinham a primazia de orientar o pleito até o final, o fantasma da fraude poderia espantar”, mas a partir do momento em que “o Judiciário passou a ocupar o primeiro plano nas questões eleitorais, está muito reduzida a margem dos manipuladores de vitórias fáceis”⁶¹³.

Dessa forma, o pleito de 1955 teria demonstrado “que a reforma do sistema eleitoral feita sob a orientação do Judiciário contribuiu em grande parte para a maior afluência às urnas e regularidade da votação”. A partir dessa constatação, entra no debate público instituído da *função pública de auxiliar da coisa pública* para indicar: “o que convém fazer, aqui para o futuro, é observar tanto quanto possível as sugestões do Tribunal”, pois os **órgãos técnicos** “fornecerão o material necessário a elaboração de reformas do código eleitoral para adaptá-lo às necessidades correntes, tudo com a **finalidade de reajustá-lo às realidades correntes**”⁶¹⁴.

Nesses termos, tendo como base a ideia de evolução, o *JB* conceberia a Justiça Eleitoral com um grande avanço no aperfeiçoamento do processo eleitoral, que em seu trabalho contínuo não deixaria de ser um aperfeiçoamento do próprio regime democrático. Nesse processo, segundo o *JB*, seria necessário que as leis fossem ajustadas às realidades e não o inverso, o que remete a um debate complexo sobre qual a melhor forma de criarmos e organizarmos as leis em uma sociedade, opondo, de um lado, os que defendem que seria a sociedade que precisaria se ajustar às leis e, de outro, que as leis deveriam ser criadas de acordo com cada realidade, para a melhor ordenação e desenvolvimento da sociedade.

Quando o *JB* aborda as fraudes, em momento posterior ao ato de votar, ou seja, segundo o *UH* e o *CM* em um dos períodos mais críticos do processo eleitoral, manifesta-se favorável a chamada “Declaração Conjunta”, “um documento nitidamente político, saído da esfera civil, no qual os candidatos da U.D.N. e do P.D.C. se declaram dispostos a exigir um expurgo eleitoral antes do pronunciamento definitivo do Judiciário”. Isso porque o *JB* reconheceria o importante papel dos “recursos eleitorais, como capazes de realizar um expurgo que venha dar aos resultados das urnas a sua força comprobatória de vitória definitiva”. Nesse sentido, “sob

⁶¹² “Sob a vigilância do Judiciário”, *Jornal do Brasil*, 04 de agosto de 1955, 1^oC, p. 5.

⁶¹³ “Sob a vigilância do Judiciário”, *Jornal do Brasil*, 04 de agosto de 1955, 1^oC, p. 5.

⁶¹⁴ “O pleito e o Tribunal Eleitoral”, *Jornal do Brasil*, 09 de outubro de 1955, 1^oC, p. 5.

suspeita de que teria havido compressão e fraude generalizada, que falsificaram a vontade popular”, os candidatos que assinaram a “Declaração Conjunta se mostraram decididos a promover os recursos cabíveis na hipótese a fim de expurgar as urnas dos vícios que comprometem o **fundamento básico do regime**, que é o da **representação popular**”⁶¹⁵.

Nesse caso, o *JB* se mostraria favorável a um dos movimentos de contestação das eleições, liderado pelos candidatos dos partidos derrotados nas eleições de 1955. Esse fato nos faz questionar se isso não seria uma contradição com o pensamento exposto pelo jornal anteriormente? Dizemos que não, pois anteriormente, quando o jornal afirmava que as possíveis contestações das eleições poderiam indicar que o regime ainda não possuiria a necessária receptividade, estaria se referindo às manifestações de força, de violência e não a um documento que o jornal fez questão de assinalar que seria “nitidamente político” saído da área civil, que visaria, por meios legais, previstos pela Justiça Eleitoral contestar alguns votos em função de suspeita de fraudes.

A “Declaração Conjunta” se difere do chamado “Memorial dos Coronéis”, que era um documento saído da área militar – assinado apenas por militares – que visaria interferir no meio político, por isso, considerado um documento ilegítimo, pelo *CM* e *UH*, para ser utilizado nos embates políticos, pois significaria que uma força externa ao *campo político* estaria tentando ditar as regras do jogo político, aprovando ou desaprovando candidaturas. Entretanto, o “Memorial” foi aceito como documento legítimo pelo *OG*, inclusive, utilizado para deslegitimar a candidatura de João Goulart. Em razão disso, possivelmente, *OG* não tenha se mostrado muito preocupado que forças não políticas interferissem em assuntos puramente políticos.

Dessa forma, pode-se dizer que haveria dois tipos de movimentos de contestação dos resultados das eleições: um legal, por ser previsto na legislação eleitoral; e outro ilegal, aquele que visaria mudar os resultados das eleições através da força. O *JB* se posiciona favorável ao primeiro e contrário ao segundo. Já *OG* se posiciona favorável aos primeiros, mas identificamos um silêncio sobre o segundo, o que poderia ser no mínimo suspeito, ainda mais que os outros três periódicos se posicionaram contrários.

Em abril de 1958, o *JB* lança um editorial intitulado justamente de “Verdade eleitoral”, onde faz uma exposição minuciosa da significativa diferença entre o número de alistados em relação aos inscritos na última eleição em Minas Gerais. O *JB* retira os números e informações de uma série de reportagens publicadas por um “conhecido jornalista” no “Estado de Minas”,

⁶¹⁵ “Declaração conjunta”, *Jornal do Brasil*, 08 de novembro de 1955, 1°C, p. 5.

jornal insuspeito aos olhos do Governo”. Após trazer o levantamento de dados, o *JB* argumenta que o maior índice de “votos fantasmas” atingiria justamente as “zonas em que o atual Presidente da República teve grande maioria, aquela maioria que o credenciou para o exercício do mandato”⁶¹⁶. Dessa forma,

O fenômeno assustará os tímidos. Outros, maliciosos, se convencerão facilmente de que homens do Governo, se não alistam, é porque desconfiam das chuvas que podem vir, ou mais exatamente das eleições que podem não vir. Os inclinados à divagação histórica sustentarão que com isso se prova que o **Poder no Brasil**, nos seus ramos representativos, não só **não é representativo**, mas sem defesa possível, **ilegítimo**. Mas os homens de bom senso, voltados para o futuro, o que esperam é que das próximas eleições saiam classes dirigentes mais esclarecidas, escolhidas por sufrágios livres e limpos⁶¹⁷.

Nesse editorial, observamos uma importante estratégia do *JB* para legitimar sua argumentação, ou seja, inicia apontando a fonte que utilizou para compor o seu texto, um jornalista conhecido, que publicou reportagens em um jornal “insuspeito aos olhos de governo”. Após construir essa autoridade da sua fala com base em um dos pares, o *JB* coloca sob suspeição a legitimidade das eleições e, por conseguinte, do mandato do atual Presidente da República. Na sequência, difunde que no Brasil os mandatos representativos poderiam ser compreendidos como não sendo representativos, em função das fraudes, e por isso, acima de tudo, seriam ilegítimos. Contudo, ao difundir tais perspectivas, o diário não o faz a partir de uma *tomada explícita de posição*, pois constrói o texto como se aquelas afirmações não fossem palavras suas, mas dos “inclinados à divagação histórica”. Da mesma forma, que ao expor, no final da citação, uma perspectiva positiva, projetando que talvez um cenário mais promissor pudesse surgir das próximas eleições, o *JB* não coloca como termos seus, mas sim dos “homens de bom senso”. Assim, pode-se dizer que seria uma estratégia de segurança, muito recorrente no jornal, mas que não tiraria o peso das palavras propagadas.

De outra parte, ao comentar sobre as reportagens de um colega, o jornal reforça e legitima a *função pública de vigilante do poder público*, pois seria o jornalismo, pela sua reportagem, que estaria investigando e denunciando as possíveis fraudes em torno do alistamento, que estariam adulterando a representação popular.

Dessa forma, com sua autoridade ampliada no debate público, é bem categórico em outro texto ao defender que “o vício da ilegitimidade política tem de ser banido de vez da vida

⁶¹⁶ “Por exemplo “o Maranhão rendia mais de 400 mil votos (escrevemos votos pelo natural pudor de dizer ‘eleitores’): acabada a inscrição ‘ex-officio’, andará aí pelos 150 mil...” “Verdade eleitoral”, *Jornal do Brasil*, 03 de abril de 1958, 1°C, p. 3.

⁶¹⁷ “Verdade eleitoral”, *Jornal do Brasil*, 03 de abril de 1958, 1°C, p. 3.

brasileira, antes que a eiva fatal que dele decorre venha a pesar sobre as próprias instituições”⁶¹⁸. Essa afirmativa em tom de ameaça explícita que as instituições democráticas estariam em sério perigo caso não se conseguisse sanar o vício da ilegitimidade política. Já próximo das eleições de 1958, o jornal argumenta que um dos causadores do “vício” teria sido frontalmente atacado com o novo processo de alistamento, no qual teria se expurgado milhares de inscritos e títulos irregulares, “abrindo uma esperança para os próximos pleitos”. Dessa forma, em sentido confiante, afirma que pode haver coações aqui e ali, “mas os corações não perturbados pela paixão sabem que estamos progredindo”⁶¹⁹.

Nesse sentido, em outro texto invoca um exemplo da Inglaterra⁶²⁰ “apenas para dizer que a corrupção, na Inglaterra, modelo da verdade democrática, teve se der extirpada, e só **o foi pela prática permanente do voto**”, ou seja, “só se aprende a nadar nadando, e tivemos de **reaprender a democracia** como quem aprende a nadar em noite de temporal”⁶²¹. Mesmo assim, enfatiza que o maior dos “vícios que maculam, na atualidade, o processo eleitoral” “é a corrupção sob todas as formas”. Nesse tocante, “a presença do dinheiro – do big Money, como diria o Sr. John dos Passos – na vida pública brasileira representa uma espécie de censo alto, desta vez do lado dos votados e não dos votantes”⁶²².

Nesses termos, identificamos que o *JB* reconhece que ainda existiriam falhas no processo eleitoral, especialmente em relação a ação corruptora do dinheiro. No entanto, também identificamos um sentimento de esperança decorrente das reformas eleitorais implementadas e que, segundo o jornal, propiciaram resultados considerados positivos nas eleições de 1958. Isso implicaria na concepção de que pela prática se chegaria às eleições ideais.

Quando se fala na *função pública de vigilante do poder público* e no aferimento dos alistamentos, o jornal *Correio da Manhã* traz contribuições interessantes, como podemos identificar no título do editorial “A importância da política da fraude”, em que ocorre a constatação da “existência real de um eleitorado fantasma no Brasil”. Nesse editorial o *CM* retoma uma série de reportagens sob a epígrafe “A Fraude Eleitoral no Brasil”, no qual utilizou informações do IBOPE para “provar” “Estado por Estado, a existência de 2 milhões 421 mil e

⁶¹⁸ “Comissões de inquérito”, *Jornal do Brasil*, 11 de abril de 1958, 1°C, p. 3.

⁶¹⁹ “Confiança”, *Jornal do Brasil*, 21 de setembro de 1958, 1°C, p. 3

⁶²⁰ O exemplo se refere a essa passagem: “Não se pode esperar que o Brasil chegue àquele extremos, célebre na história eleitoral da Inglaterra, do candidato liberal por Oxford que, eleito uma vez por esmagadora maioria na base do contato pessoal com os eleitores, preparava-se para a reeleição preparando ele mesmo o chá na casa dos pobres, a quem evitava falar me voto, e parecia invencível, quando o adversário descobriu que ele gastara, sem dar por isso, algumas libras a mais; e a reeleição se foi por água abaixo, e com ela a carreira política...” “O dever de votar”, *Jornal do Brasil*, 28 de setembro de 1958, 1°C, p. 3.

⁶²¹ “O dever de votar”, *Jornal do Brasil*, 28 de setembro de 1958, 1°C, p. 3.

⁶²² “O Culpado”, *Jornal do Brasil*, 02 de outubro de 1958, 1°C, p. 3.

712 votos fraudulentos nas eleições de 1950, que puseram no Catete o sr. Getúlio Vargas. Esta impressionante cifra não foi contestada de maneira cabal, ficando de pé as denúncias que fizemos”⁶²³. Nesse caso, observamos uma estratégia discursiva semelhante à empregada pelo *JB*, ou seja, o *CM* denuncia, a partir de dados retirados do IBOPE, a existência de votos fraudulentos, mas diferente do *JB*, o faz a partir de uma tomada explícita de posição. Assim, legitima novamente a *função pública* do jornalismo enquanto *vigilante do poder público*.

A partir desses dados, o jornal cobra soluções para que se extinga esse “monstruoso eleitorado fantasma”. Para tanto, o *CM* encampa a proposta da cédula única e oficial de votação como forma de sanar os pleitos e com isso aperfeiçoar o regime democrático, a ponto de tornar essa uma bandeira de luta do jornal, como pode-se observar quando o jornal argumenta que “nos dois anteprojetos inspirados na **solução que apresentamos** são sanados imediatamente dois males da legislação vigente”, isto é, o eleitorado fantasma e os votos de “currais”⁶²⁴.

Nesse sentido, o *CM* não se constrói apenas como aquele que encampa um projeto para sanar parte do processo eleitoral, mas como aquele que apresentou uma proposta que foi a inspiração para ambos os anteprojetos, cédula única e cédula oficial, apresentados à Câmara. Com isso, o diário obteria ganhos simbólicos, além de vencer uma batalha no debate público, o que ampliaria sua autoridade nesse mesmo espaço. Assim, o *CM* poderia construir jornalismo enquanto instituição que estaria trabalhando em prol do aperfeiçoamento do regime e em especial o próprio *Correio da Manhã*.

Reforça ainda mais essa perspectiva quando proclama: “Eis, portanto, o nosso lema, o nosso programa, a nossa deliberação: posse aos eleitos, garantia aos eleitos, o poder aos eleitos”, independente de quem for⁶²⁵. Nesse caso, o *CM* firmou categoricamente sua posição como uma forma de combater o “expediente golpista e insidioso” que desejaria “incriminar de *fraudulentas* as eleições, antes mesmo que elas se realizem”. Dessa forma, argumenta que “esta campanha feita *a priori* só pode ter a intenção de criar condições psicológicas para um golpe *a posteriori*”. Na sequência, institui-se da *função pública de auxiliar da coisa pública* para brandir palavras de ordem: “Vamos acabar, isto sim, com essa vergonhosa mentalidade de tudo explorar no sentido de abrir caminho para as soluções extralegais a curto ou a longo prazo”⁶²⁶.

Acrescenta, novamente, usando palavras exortativas, que “todos os candidatos e partidos devem ir para as urnas com o ânimo de vencer lisamente, com a disposição de realizar

⁶²³ “A importância da política da fraude”, *Correio da Manhã*, 31 de maio de 1955, 1°C, p. 6.

⁶²⁴ “A marcha da solução”, *Correio da Manhã*, 20 de agosto de 1955, 1°C, p. 6.

⁶²⁵ “Pela legalidade”, *Correio da Manhã*, 26 de julho de 1955, 1°C, p. 6.

⁶²⁶ “Jogo limpo”, *Correio da Manhã*, 02 de agosto de 1955, 1°C, p. 6.

as eleições de maneira mais honesta e verídica”, pois “a lei regulamenta e possibilita a apuração de todos os direitos e a verificação de todas as acusações”, mas isso só depois do pleito e para essa função teria sido criada a Justiça Eleitoral. No momento “em que a Justiça Eleitoral proclamar, depois de julgados os possíveis recursos e impugnações que está legalmente eleito – esta decisão haverá de ser por todos respeitada e acatada”. Somente a Justiça Eleitoral teria o poder competente de atestar pela lisura ou fraude das eleições. Tal julgamento não poderia ficar a critério de qualquer pessoa ou partido, “pois ninguém pode ser ao mesmo tempo candidato, parte interessada, juiz e árbitro na disputa eleitoral”, menos ainda esse julgamento poderia “ficar a critério dos golpistas, dos aventureiros, dos desesperados”⁶²⁷.

Dentro desse contexto, o *CM* nomeia quem considera como “golpistas” que estariam inquirindo previamente o pleito de fraudulento: o general Canrobert e o Deputado João Agripino, Secretário Geral da UDN⁶²⁸. O diário ainda chama os “golpistas” de “desvairados do Sindicato do Golpe”⁶²⁹, que estariam armando uma “conspirata contra o regime”. Nesse embate, o jornal coloca os golpistas de um lado e aqueles que defenderiam a legalidade, entre eles guarda posição especial para si mesmo, de outro lado. Como fator central do seu discurso estaria a atuação da Justiça Eleitoral. Assim, o *CM* busca, em diversos momentos, validar a atuação desse órgão. Para isso, usou como exemplo a negação do “registro a candidatos tidos como comunistas”, o que também serviu para atestar “que é possível impedir a violação da lei sem recorrer a outra violação maior” e para isso “não foi preciso ameaçar o regime para impedir que os conspiradores comunistas colocassem o pé na legalidade”⁶³⁰. Nesse quesito, “o combate implacável à conspiração comunista é uma tarefa atribuída pela Constituição à polícia e a todos os ramos da Justiça. Não pode haver descanso nesse combate”, entretanto, esse combate “não pode ser mascarado ao ponto de ameaçar o país com um ‘*putch*’ de caráter indisfarçavelmente fascista”⁶³¹.

⁶²⁷ “Jogo limpo”, *Correio da Manhã*, 02 de agosto de 1955, 1°C, p. 6.; Retoma as mesmas argumentações das notas 22 e 23 em mais 5 editoriais: “Não morreu pela desordem”, *Correio da Manhã*, 03 de agosto de 1955, 1°C, p. 6.; “Mortos e vivos”, *Correio da Manhã*, 05 de agosto de 1955, 1°C, p. 6.; “Estranha coincidência”, *Correio da Manhã*, 09 de agosto de 1955, 1°C, p.6.; “Sejamos claros e objetivos”, *Correio da Manhã*, 10 de agosto de 1955, 1°C, p. 6.; “Os cinco pontos”, *Correio da Manhã*, 28 de agosto de 1955, 1°C, p. 6.

⁶²⁸ “Estranha coincidência”, *Correio da Manhã*, 09 de agosto de 1955, 1°C, p. 6. Nesse editorial, retoma a mesma argumentação do editorial “Jogo limpo” e, posteriormente, no editorial “As armas e a couraça”, *Correio da Manhã*, 13 de setembro de 1955, p. 6, EP.

⁶²⁹ “Reconhecimento dos eleitos”, *Correio da Manhã*, 07 de outubro de 1955, p. 6, 1°C, editorial principal

⁶³⁰ Ainda argumenta que “a Justiça Eleitoral pode e deve impedir o registro de candidatos comunistas nas chapas dos partidos de existência legal. Pode e deve contrariar uma iniciativa que só serve para intranquilizar a nação, fornecendo aos golpistas pretextos conspiratórios. A Justiça Eleitoral pode e deve concorrer decisivamente para que os comunistas não saiam do isolamento político em que ainda se encontram”.

⁶³¹ “O isolamento dos comunistas”, *Correio da Manhã*, 14 de setembro de 1955, 1°C, p. 6

Nesses casos, percebe-se que o jornal se coloca francamente contra qualquer movimento que conceberia o pleito de fraudulento antes mesmo deste ter ocorrido, classificando tais movimentos de “golpistas”. Nessa disputa, o jornal entra diversas vezes no debate público, a partir de *tomadas explícitas de posição* e se instituindo a *função pública de falar pela coletividade* para intermediar o debate, mas principalmente para deixar claro que seria uma instituição que estaria trabalhando em defesa das instituições democráticas, como a eleição. Nesse processo, busca esclarecer que o regime democrático possuiria meios para combater eventuais problemas e usa como exemplo a Justiça Eleitoral, no caso de todo o processo eleitoral, e a própria Constituição, no caso específico do combate ao comunismo.

Dessa forma, em muitos textos evidencia que medidas extralegais ou excepcionais não possuiriam a mínima justificativa, pois o próprio regime democrático, nas letras da lei, teria meios para averiguar qualquer fraude, assim como impedir que os comunistas comprovados participassem das eleições como candidatos. Essa situação desautoriza qualquer medida que se utilize da justificativa de que estaria violando a lei em prol de um “bem maior”. Tal posicionamento é fundamental, pois demonstra que em 1955 o *CM* se colocaria contra o discurso que, em 1964, justificou o Golpe que implementou uma ditadura que durou 20 anos.

De outra parte, o *CM* deixa claro que o ritual democrático seria constantemente ameaçado e perturbado, ao ponto de ser necessário que fosse defendido, e nessa defesa o jornal se construiria como um agente ativo, o primeiro na batalha da legalidade. Entretanto, ao colocar a situação nesses termos, expôs que o regime democrático representativo possuiria um longo caminho até a sua estabilização, tendo em vista que as eleições que seriam um processo de rotina em qualquer democracia, no caso brasileiro, seria constantemente perturbado. O, então, jornal se conceberia como um agente que trabalharia para essa estabilização, porém, a ênfase que o *CM* concede a esse processo abre possibilidade para se pensar que seriam tantos entraves que talvez não seria possível chegar ao ideal da consolidação democrática no Brasil.

Diante de possíveis movimentos que visariam contestar os resultados do pleito, o *CM* entra no debate público para *falar* às chamadas elites, constringendo-as a agir de acordo com os preceitos legais, pois haveria a constatação de que existiriam muitos *homens públicos* que não teriam se adaptado ao jogo democrático e que desejariam de forma ilegal chegar ou se manter no poder e, para tanto, se aproveitariam das falhas ainda existentes no regime⁶³². Dessa forma, o *CM* inicia nova campanha em defesa da necessidade de se reformar a lei eleitoral vigente para aperfeiçoar o regime representativo e assegurar a legitimidade dos pleitos.

⁶³² “Reconhecimento dos eleitos”, *Correio da Manhã*, 07 de outubro de 1955, p. 6, 1°C, editorial principal

Argumenta que a “sua reforma responde a uma necessidade de pôr a cavaleiro de dúvida e contestações o resultado dos pronunciamentos populares, retirando-lhes o caráter de fraudulência”, ou seja, “é necessário reformar a lei eleitoral, para que não pesem mais sobre as eleições futuras as dúvidas que abrem caminho ou servem de pretexto a pregação antidemocrática, favorecendo o trabalho subversivo dos inimigos do regime”. Nesse sentido,

A existência de *currais*, nos quais são confinados os ditos *eleitores de cabresto*, é em si mesma uma acusação viva contra o atual código eleitoral. Pode-se dizer, e com razão, que os currais, existindo como existem, no interior, são uma diátese do nosso sistema rural, onde o senhor de terras é tanto o proprietário dos votos atirados na urna como do gado enfiado nos estábulos. Só a reforma agrária, nesse particular, mais que qualquer outra providência, terá forças para libertar os votos da área rural, emancipando eleitores que ainda se encontram em condições de servos⁶³³.

O *CM* conclui trazendo a Revolução de 1930 como um alerta sobre os perigos dos “vícios eleitorais”. Nesse editorial, percebe-se um tom de crítica bem maior às possíveis fraudes existentes do que nos textos anteriores, que centravam a crítica nos usos políticos que estavam fazendo das fraudes no sistema eleitoral. Como compreender essa mudança de ênfase? Como resposta, apelamos para o próprio contexto, ou seja, ao longo do ano de 1955 surgiram propostas de impugnação das eleições das mais diversas áreas – militar, civil e política. Então, nesse cenário o jornal possivelmente não desejaria dar mais argumentos aos propugnadores de soluções extralegais para a sucessão presidencial, até pelo peso que as suas tomadas de posição possuiriam no debate público, colocando-se, assim, categoricamente contrário ao “Sindicato do Golpe”.

Dessa forma, embora não deixasse de reconhecer que haveria fraudes, seu foco estava no combate aos “inimigos do regime” que desejariam, a todo custo, classificar o pleito ainda não realizado de fraudulento, mas com a aproximação da data da posse dos eleitos, o *CM* deve ter se sentido mais seguro em apontar as possíveis fraudes que ainda existiriam nas eleições brasileiras. Entretanto, não o faz em um sentido apenas condenatório, pois aponta as falhas e exige que essas teriam de ser sanadas, justamente, para impedir que se armassem novas situações que abririam caminho ou serviriam “de pretexto a pregação antidemocrática”, para que então se conseguisse aperfeiçoar a lógica democrática de escolha dos representantes.

Contudo, ao longo dos anos, o jornal vai expondo que tal tarefa não seria nada simples, pois encontrava relativa oposição às medidas realmente sanadoras do processo eleitoral, sendo esse o caso do PSD, o partido do governo, que visava revalidar os títulos peremptos, que foram cassados em 1956 “por que representavam instrumento de fraude, veículo de mentira eleitoral.

⁶³³ “Legitimidade do poder”, *Correio da Manhã*, 06 de janeiro de 1956, 1°C, p. 6.

Eram, em sua grande totalidade, títulos expedidos *ex-officio* pela ditadura, em 1945”. Assim, “forçando a sua revalidação o governo revela que deseja a permanência do país na área das eleições fraudadas”. Como alerta ao governo, cita novamente que “a Revolução de 30 foi feita para restabelecer a legitimidade do voto”⁶³⁴.

Lança, ainda, críticas à Juscelino Kubitschek, por não se empenhar em sanar as eleições, pois nada resolveria JK afirmar que agiria como magistrado nas próximas eleições se essas “se vão ferir sob o signo da corrupção, e esta corrupção só pode ser feita pelos que estão no poder”. Como exemplo, expõe que “para apurar os vícios eleitorais – vícios de suborno, de corrupção, de uso e abuso de dinheiros públicos e tráfico de influência – instalou-se na Câmara uma Comissão Parlamentar de Inquérito”, porém, o governo não concorda que a oposição participe da sua organização nos postos-chave da presidência ou da função de relator. Disso só poderia se concluir, segundo o jornal, que essa negativa seria decorrente do fato de o governo “na apuração da fraude e da corrupção eleitoral está ele diretamente implicado”. Assim, “eleições fraudadas não representam a vontade popular. Poder que brota da corrupção não é poder legítimo. A Câmara está no dever de tornar inquestionáveis as eleições de outubro. Ainda que contra a vontade do sr. Juscelino Kubitschek”⁶³⁵.

O jornal faz ainda uma importante defesa do “uso político franco do rádio”, pois o “Rádio é hoje o jornal do analfabeto ou do semianalfabeto – da grande maioria, portanto, dos que votam”, ainda mais, “nos Estados, de precária rede de comunicações e transportes, é ele o veículo que permite ao candidato a cargo eletivo estar em todos os pontos de sua região”. Dessa forma, “se esse instrumento cair sob o controle dos régulos de província e dos sobas municipais, estaremos privando a parte mais ponderável do eleitorado de se esclarecer. Chegamos, portanto, a eleições ilegítimas, realizadas sob o clima evidente de coação e violência”. Assim, “fácil será imaginar o que, em consequência, possa ocorrer – a abertura, no País, de uma era de diplomas contestados, de mandatos suspeitos, enfim de representação popular viciada e consequente agitação política”⁶³⁶. Nesse ponto, vale destacar a relevância que o *CM* dá aos meios de comunicação enquanto “instrumentos de educação política”, o que consolidaria a *função pública de auxiliar da coisa pública*, construindo os meios de comunicação de modo geral como “agentes de vida cívica” do país, que trabalhariam para *educar o povo*. Todavia, também se

⁶³⁴ “Brasília na conspiração”, *Correio da Manhã*, 23 de março de 1957, 1°C, p. 6. Retoma as críticas ao PSD em “Retrocesso”, *Correio da Manhã*, 17 de agosto de 1957, 1°C, p. 6.

⁶³⁵ “Corrupção”, *Correio da Manhã*, 03 de abril de 1958, 1°C, p. 6.

⁶³⁶ “Momento calmo”, *Correio da Manhã*, 05 de outubro de 1957, 1°C, p. 6.

percebe, a partir dos textos do *CM*, que o aperfeiçoamento do sistema eleitoral pareceria quase impossível de ser atingido e, em função disso, provavelmente o regime sucumbiria.

Entretanto, em 1960 o jornal modifica um pouco o tom e defende que nas eleições daquele ano a palavra de ordem é “confiar”: os candidatos precisariam “confiar na Justiça Eleitoral para a apuração dos sufrágios e a triagem da fraude, na fase posterior ao pleito. Na fase anterior, a que agora se esgota, confiar em que as liberdades não sofram atentados”⁶³⁷. E algo que parecia difícil, se não impossível, foi alcançado e diante da eleição de 1960, onde faz uma exposição positiva sobre pleito, argumenta que a “fraude cada vez mais impossível, enquanto aperfeiçoamos o nosso sistema de votar, assim, eliminando, senão no todo, na sua maior parte, o expediente criminoso da distorção interessada”⁶³⁸.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o jornal defenderia que apenas com a prática eleitoral se aprimoraria o sistema e com isso o regime, algumas reformas teriam sido necessárias, mas teriam sido propostas criadas no meio político e votadas por políticos eleitos pelo *povo*, ou seja, teria se aprimorado as regras do jogo para haver maior coerência entre a teoria, a letra da lei e a prática, sendo que a primeira teria se adequado à segunda, mesma fórmula proposta pelo *JB*. Essa aprimoração, tanto para o *CM* quanto para o *JB*, teria acontecido de forma legal a partir do próprio jogo democrático e a partir de forças próprias do campo político, e não como se temia a partir de movimentos extralegais partidos de forças de fora do campo. E dentro dessas forças políticas existiria uma que recebeu especial atenção dos jornais e já foi citada pelo *CM* e *JB*, a saber a Justiça Eleitoral.

Dentro desse contexto, não passou despercebido o fato de que o *UH* não se posicionou em relação às fraudes, falsas ou reais, apenas entrou no debate público para denunciar o que seria mais um expediente golpista que se formava em torno da discussão entre a cédula oficial e a cédula única. Conclui que mesmo que as eleições fossem as mais limpas possíveis, os “democratas frustrados” tentariam alguma artimanha para se instaurar uma solução extralegal no caso da sucessão presidencial. No caso desse silêncio, como nas demais ausências já identificadas, pode-se compreender como mais um sintoma do posicionamento do jornal em relação ao real, ou seja, o *UH*, ao silenciar sobre assuntos que os demais jornais abordaram, estaria buscando não deslegitimar a ordem estabelecida.

Entretanto, algumas referências à Justiça Eleitoral podem ser identificadas, por exemplo, frente ao ocorrido durante o pleito de 1955, quando “surgiu no ar a Rádio Globo, contra as determinações legais tentando lançar o pânico entre o eleitorado, com a irradiação de

⁶³⁷ “Os candidatos e a confiança”, *Correio da Manhã*, 24 de setembro de 1960, 1°C, p. 3.

⁶³⁸ “Eleições exemplares”, *Correio da Manhã*, 04 de outubro de 1960, 1°C, p. 6.

versões evidentemente especulativas em torno da carta falsa⁶³⁹, forjada para efeito eleitoral”, contra o então candidato à Vice-Presidência da República, João Goulart. Nesse “vergonhoso episódio”, “era evidente que a irradiação visava não só deixar em suspenso o eleitorado do PTB e do PSD, mas ao mesmo tempo achincalhar a Justiça Eleitoral, cujas determinações foram menosprezadas mesmo no curso do processo de votação”. De outra parte, após a realização do pleito, o jornal argumenta que “o povo cumpriu, galhardamente, seu dever”, e agora a Justiça Eleitoral também “cumprirá o seu, sem vacilação. O candidato eleito será empossado”, assim “o Brasil terá o seu Governo legal, emanado da vontade popular e não de um golpe armado; não de um governinho extralegal...”⁶⁴⁰. Defende a posse dos eleitos nos mesmos termos que o *CM*, inclusive, nesse cenário de contestação dos resultados das eleições de 1955, o jornal se utiliza de expressões iguais ao jornal dos Bittencourt, que parece ser uma referência para *UH*, por exemplo, quando chama o grupo que deseja uma solução extralegal para a sucessão presidencial de “pelegos do Sindicato do Golpe”⁶⁴¹.

Ainda nesse contexto, vê positivamente a atuação do Ministro Luiz Galloti, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que estaria conseguindo defender “a autoridade do Tribunal a sua de juiz, com uma dignidade e uma clareza exemplares”, pois “cada resposta do ilustre magistrado às investidas dos futriqueiros golpistas, é uma lição admirável. Destrói os intuitos de confusão, desmancha os mexericos e afugenta os mentirosos!”⁶⁴². Da mesma forma que o *CM* e o *JB*, permite que se compreenda que o regime democrático brasileiro possuiria meios para sanar ou contornar possíveis problemas eleitorais, nesse caso específico.

Por fim, o *UH* argumenta que “o triunfo obtido pelo Governador Jorge Lacerda de Santa Catarina, no Tribunal Superior Eleitoral, mais uma vez tira a máscara à UDN”, evidenciando que a UDN possuiria “duas faces” em relação às decisões do T.S.E., a saber: “uma agressiva, intolerante, desrespeitosa, quando pretende sacrificar os adversários, outra mansa, e até mesmo cordial e compreensiva, senão entusiástica, quando se sente ferida nos seus direitos. Uma atitude já desmoralizada pela sua constante repetição”⁶⁴³. A partir dessas passagens, identificamos que novamente o *UH* busca criticar a UDN, mas agora em relação à Justiça Eleitoral e ao próprio T.S.E.

⁶³⁹ Em referência a Carta Brandi.

⁶⁴⁰ “Pelegos do sindicato do golpe não enganam mais...”, *Ultima Hora*, 10 de outubro de 1955, 1°C, p. 6, Coluna de Ultima Hora.

⁶⁴¹ “Os intrigantes perderam terreno”, *Última Hora*, 17 de outubro de 1955, 1°C, p. 6. Coluna de Ultima Hora.

⁶⁴² “Os intrigantes perderam terreno”, *Última Hora*, 17 de outubro de 1955, 1°C, p. 6. Coluna de Ultima Hora.

⁶⁴³ “A UDN e a Justiça Eleitoral”, *Última Hora*, 04 de julho de 1956, 1°C, p. 3, Coluna “Flashes” do momento.

Em síntese, a questão das fraudes também expôs perspectivas distintas entre os diários. *OG* atestaria que as fraudes eleitorais estariam impossibilitando a “**verdade eleitoral**”. E o processo de eliminação das fraudes estaria sendo, de alguma forma, prejudicado pelo partido oficial, bem como os partidos que estariam no governo se utilizariam das fraudes para permanecer no governo. Nesses termos, o *OG* dá a entender que até aquele momento os governos seriam ilegítimos, pois as eleições ocorreriam sob o signo das fraudes. Investido da *função pública de auxiliar da coisa pública*, como solução defendeu a proposta da cédula oficial, mas sua proposta foi preterida em favor da cédula única.

O *JB* reconhecera a existência de fraudes eleitorais, para tanto instituiu ao jornalismo a *função pública de vigilante do poder público*, para averiguar tais fraudes. Porém, tendo como base a ideia de evolução, conceberia a Justiça Eleitoral com um grande avanço no aperfeiçoamento do processo eleitoral, que em seu trabalho contínuo não deixaria de ser um aperfeiçoamento do próprio regime democrático.

O *CM* denuncia, a partir de dados retirados do IBOPE, a existência de votos fraudulentos, legitima assim a *função pública* do jornalismo enquanto *vigilante do poder público*. De forma, semelhante ao *OG* também traça soluções, mas no caso do *CM* este se considera vencedor na batalha da opinião pública, enfatizando que os dois anteprojeto enviados à Câmara seriam inspirados na solução que o diário teria apresentado. Em relação às fraudes em 1955, o jornal encampa uma bandeira de luta, em que defende que o pleito não pode ser classificado de fraudulento antes mesmo de ter acontecido, nomeando de “golpistas” quem estariam inquirindo previamente o pleito de fraudulento. Neste caso, o diário se constrói como um baluarte em defesa da legalidade, argumentando que pela Justiça Eleitoral o regime possuiria os meios de averiguar e punir possíveis fraudes.

Por fim, o *UH* pouco se pronuncia em relação às fraudes, possivelmente um silêncio decorrente de suas afinidades políticas, assim não desejaria deslegitimar a ordem estabelecida. De outra parte conceberia positivamente a atuação da Justiça Eleitoral, assim, da mesma forma que o *CM* e o *JB*, permite que se compreenda que o regime democrático brasileiro possuiria meios para sanar ou contornar possíveis problemas eleitorais. Questão que nos leva às distintas teses e propostas que surgiram em cada pleito.

4.3.3 Eleições: teses e propostas em disputa

Como pode-se perceber, em cada eleição surgiram diferentes teses e propostas relacionadas ao processo de troca regular dos “representantes do povo”. Podemos citar algumas:

cédula oficial ou cédula única; eleições fraudadas versus eleições com possibilidade de fraude, mas tendo na Justiça Eleitoral o seu corretivo; e golpe x legalidade e posse dos eleitos. Entretanto, além dessas questões ainda podemos elencar diversas outras: a questão da maioria absoluta, participação comunista, propostas de unificação nacional, possíveis abstenções e mais articulações de golpes. Esses são os pontos que analisaremos nos próximos subcapítulos.

4.3.3.1 “União Nacional” – solução golpista ou patriótica?

Iniciaremos a análise com uma das propostas mais recorrentes no *O Globo*, para as eleições de 1955, isto é, a defesa da necessidade “de uma **fórmula conciliatória** entre as correntes, evitando-se os choques prejudiciais à obra de reconstrução do país”. No entanto, tal fórmula, segundo o jornal, teria sido rejeitada pelas “ambições de Juscelino Kubitschek”⁶⁴⁴. Essa proposta visaria “**uma solução patriótica, acima de miseráveis competições de pessoas ou de regiões**”⁶⁴⁵. Em outro texto, afirma que “a paz política, para um bom Governo, tem de ser fundada sobre **uma conciliação interpartidária que anteceda as eleições, à base de um plano de administração e de reformas**” e “do contrário, é um simples cambalacho flutuante, ao sabor das conveniências e interesses de cada grupo”.⁶⁴⁶

Aos poucos a proposta de “união nacional” vai ficando mais clara, por exemplo, ao defender que “a sucessão do atual presidente devia proceder-se num clima de entendimento entre os partidos políticos, dele resultando a escolha de um candidato revestido de todas as qualidades indispensáveis ao cargo”. Justificaria essa tomada de posição argumentando que, em decorrência da crise político-militar de agosto passado, “o instinto de conservação do regime, as exigências da recuperação nacional no campo econômico-financeiro, a necessidade do desarmamento dos ânimos impunha o advento de uma trégua entre as facções”⁶⁴⁷.

Segundo *OG*, caberia ao PSD fortalecer esse espírito geral de concórdia, bastaria lembrar que a própria UDN havia prometido “apoio a três ou quatro nomes pessedistas”. Assim, “unidos os dois partidos, não só quaisquer perspectivas de agitações seriam frustradas, como o candidato que fosse escolhido seguramente contaria com a solidariedade de outras agremiações”. Entretanto, reforça, Juscelino “não admitiu, a respeito, a menor discussão nem

⁶⁴⁴ “Crise a evitar”, *O Globo*, 28 de janeiro de 1955, 1°C, p. 1.

⁶⁴⁵ “A entrevista e as decepções de São Borja”, *O Globo*, 2 de março de 1955, 1°C, p. 1.

⁶⁴⁶ “A União Nacional, no discurso do líder Afonso Arinos”, *O Globo*, 10 de março de 1955, 1°C, p. 1.

⁶⁴⁷ Argumento também encontrado em: “Kubitschek apelou para os diretórios pessimistas de Minas, a fim de que o salvem da derrota eleitoral”, *O Globo*, 14 de setembro de 1955, 1°C, p. 1. e “Enquanto falam as urnas”, *O Globo*, 08 de outubro de 1955, 1°C, p. 1.

mesmo a possibilidade de uma aliança em torno de outro nome mineiro. O candidato teria de ser ele, só ele, sem remissão nem apelo!”⁶⁴⁸.

Assim, expõe: “o que O GLOBO advogou desde a primeira hora foi que, sem confusão de suas fronteiras, os partidos chegassem a um acordo à base de um programam de recuperação nacional”⁶⁴⁹. Mesmo após iniciado o mandato de JK, o jornal ainda argumenta que a melhor alternativa para o pleito passado seria um governo “brotado da união nacional”, pois assim daria “a força política e a autoridade moral do decidir-se, tendo em conta exclusivamente o **bem público**; não a tirania das facções ou de apetites subalternos. E isso seria quase tudo”⁶⁵⁰.

Para compreendermos as tomadas de posição em favor da proposta de “união nacional”, faremos articulações com algumas representações já trabalhadas anteriormente. Reitera-se que a partir dos seus editoriais, *OG* permite que se pense que até aquele momento os *melhores* não teriam sido eleitos e disso decorreriam uma série de problemas: tais *homens públicos* não pensariam com espírito coletivo e sim com espírito particularista ou “faccioso”, não efetuariam uma administração saudável (que para *OG* significaria equilíbrio entre gasto e receita), mas uma administração que gasta muito mais do que arrecada.

Essas perspectivas nos levam a refletir que, em um país que está se desenvolvendo economicamente, tal equilíbrio seria quase impossível e, se forçado, atingiria especialmente as classes com menor poder aquisitivo, atingiria políticas públicas afirmativas, atingiria a possibilidade de redistribuição de renda, possivelmente, os avanços trabalhistas seriam feridos. Em outros termos, por trás dessa democracia projetada pelo jornal existiria um projeto de Brasil que a princípio não visaria a inclusão das camadas populares e se contraporía às conquistas já alcançadas nesse quesito. Contudo, para isso seria necessário, primeiro, restringir a atuação política das camadas populares ou limitar seus efeitos, por exemplo, através de acordos prévios sobre os possíveis nomes de quem concorreria aos postos de Presidente e Vice-Presidente da República, que em resumo seria a proposta de “união nacional” em 1955.

De outra parte, se lembrarmos que para *OG* o que se estaria vivendo não poderia ser considerado uma democracia⁶⁵¹, nada mais coerente do que acabar com esse estado de coisas – lembrando que em 1964, estava no poder o *homem público* mais criticado e combatido pelo jornal – com a finalidade de instaurar a “verdadeira democracia”. Nos jornais, dificilmente

⁶⁴⁸ “O apoio dos dissidentes gaúchos e pernambucanos à chapa Juarez-Milton”, *O Globo*, 12 de agosto de 1955, 1°C, p. 1.

⁶⁴⁹ “Enquanto falam as urnas”, *O Globo*, 08 de outubro de 1955, 1°C, p. 1.

⁶⁵⁰ “O problema dos servidores civis e os abalos nas fileiras da maioria”, *O Globo*, 16 de fevereiro de 1956, 1°C, p. 1.

⁶⁵¹ Tendo em vista que considera que as eleições de 1955 simbolizariam a “luta pela reintegração democrática da Nação”.

encontraremos a defesa da instalação de um regime que não seja o democrático. Assim, precisamos considerar o que seria esse democrático para cada um, no caso do *OG*, ao que tudo indica seria uma democracia com cidadania limitada, próximo ao modelo do liberalismo clássico em que as liberdades se confundiam, em muitos casos, com privilégios de grupos (MEYRER, 2017). Em síntese, o jornal, ano após ano, estaria legitimando e construindo argumentos, consciente ou inconscientemente, para o golpe de 1964.

Entretanto, em 1960, quando essa mesma proposta surgiu, por parte do grupo que apoiaria o Marechal Teixeira Lott, *OG* critica a proposta afirmando que o objetivo de seus autores seria o de “dividir a Convenção udenista e enfraquecer a candidatura Jânio Quadros”, sendo que essa “interpretação parece verdadeira que jamais acudira antes aos dirigentes do situacionismo vantagem da ‘união nacional’”. Já “os partidários do Sr. Jânio Quadros contestaram liminarmente a vantagem da solução. Desde logo **porque ela retiraria ao povo a possibilidade de decidir, entre muitos nomes, o que merecesse suas simpatias e confiança. Já era uma boa razão democrática**”. Então, argumenta que “**NA ATUALIDADE, as cúpulas, como hoje se diz, podem pouco, se não se acham sincronizadas com as aspirações da periferia nacional**”. Assim, encerra-se a manobra, “o pano de boca desce sobre ela, melancolicamente, deixando no espírito do povo a sensação de que a maior parte dos políticos pensa em tudo, menos no bem público”. Nesse sentido, a “‘união nacional’, não era uma solução. Era uma cilada”⁶⁵².

Notamos uma radical mudança de perspectiva no *OG*, inclusive os argumentos utilizados para criticar a proposta de união nacional surgida de grupos vinculados à candidatura de Lott poderiam ser utilizados para desautorizar totalmente a proposta formulada e defendida pelo jornal em 1955.

OG, nessa situação, não teria caído em contradição ou mesmo perdido legitimidade no debate público? Acreditamos que a resposta a essa questão não passaria pela ideia de coerência, mas pela identificação de que fatores externos ao *campo jornalístico*, como suas afinidades políticas e ideológicas, teriam sido um dos elementos predominantes na articulação das tomadas de posição do jornal em relação a proposta de “união nacional”.

Dessa forma, observamos que o *OG*, para conseguir adesão à sua proposta e evidenciar que seria a melhor solução para a sucessão presidencial, em 1955 recorreu a conceitos com alto grau de interpelação, como “solução patriótica”, “bem público”, “programa de recuperação/reconstrução nacional” e a própria expressão “união nacional”. Por seu turno, em

⁶⁵² “Uma cilada, não uma solução”, *O Globo*, 27 de outubro de 1959, 1°C, p. 1.

1960, argumenta que a proposta não visaria o “bem público”, ao contrário seria uma “cilada”, mas de qualquer forma, as ocorrências da defesa da “união nacional” em 1955 foram significativamente superiores do que as vezes em que ocorreram críticas a tal proposta em 1960.

De modo distinto, o jornal *Ultima Hora* se posiciona contrário em relação a proposta em 1955, quando argumenta que “união nacional” seria um tipo de “solução de cúpula”. No entanto, segundo o jornal, as “**soluções de cúpula não convencem mais ao povo**, nem o entusiasmam, nem sequer o iludem mais”, pois seria a diversidade de candidatos, isto é, “candidatos para todas as tendências, para todos os gostos”, que “constitui na verdade uma vitória da grande **massa** eleitoral brasileira, que deseja escolher com independência e sem pressões, o mais digno entre os que se julgam dignos de disputar o seu sufrágio”⁶⁵³.

Em outro texto também argumenta que “ninguém de boa-fé” admite a “viabilidade de ‘união nacional’”, pois “é tarde demais para levar-se a prática a tese do candidato único. Os prazos estão vencidos, e as experiências completamente fracassadas.... Só por malícia, poder-se-á cogitar do assunto considerado, por todas as pessoas sensatas, inteiramente morto”⁶⁵⁴. Por fim, contraria um dos argumentos do *OG*, ao afirmar que “a paz política não significa ‘união nacional’ ou abandono de posições ideológicas ou meramente partidárias...”, mas “ela significa que os partidos possam disputar no terreno eleitoral, sem riscos de violência, os postos eletivos, na posse dos quais devem trabalhar no sentido do progresso do país e do bem-estar coletivo”⁶⁵⁵.

Por outro lado, diante da proposta surgida por parte do PSD e PTB, em 1960, no *corpus* documental há um silêncio eloquente do *UH*, pois também permite que se identifique as afinidades políticas como fator central para esse silêncio.

No *Correio da Manhã*, encontramos a seguinte indagação frente a proposta de união nacional: “como impor, de resto, um candidato ‘de união nacional’? Que candidato seria este, que homem público relevante e de responsabilidade aceitaria o papel e a incumbência, nas circunstâncias?”⁶⁵⁶. Assim, argumenta que “o pretexto da nunca definida ‘união nacional’ esboroou-se no decorrer das semanas, ruiu na própria vacuidade”, o que tria criado um vazio, “que os ‘unionistas’ cogitam agora de preencher encontrando um candidato”. Então, acrescenta, *instituído da função pública de falar pela coletividade* “e o que a Nação aguarda é que encontrem o seu candidato, o competidor do sr. Juscelino na campanha da sucessão presidencial”. Desconstrói a argumentação utilizada por *OG* ao afirmar que:

⁶⁵³ “Vitória do povo”, *Última Hora*, 14 de maio de 1955, 1°C, p. 4. Coluna de Ultima Hora.

⁶⁵⁴ “A atual campanha política não fugirá aos moldes democráticos”, *Última Hora*, 24 de junho de 1955, 1°C, p. 4. Coluna de Ultima Hora.

⁶⁵⁵ “Nem guerra, nem golpe”, *Ultima Hora*, 21 de julho de 1955, 1°C, p. 4.

⁶⁵⁶ “A Voz do Brasil”, *Correio da Manhã*, 28 de janeiro de 1955, 1°C, p. 6.

A emulação política não infunde medo a ninguém, porque não põe em perigo as instituições. O que põe em perigo as instituições é o argumento de que se precisa simular o processo democrático com um candidato único, porque a dois ou três elas não resistem. **A resistência das instituições democráticas está na autenticidade do seu sistema de livre consulta à vontade popular. Está na capacidade de escolher pelo voto**.⁶⁵⁷

Dessa forma, argumenta em outro texto que “os golpistas nas hostes ‘unionistas’”, estão “intrigando contra o regime”, mas “um país não abre falência como um banco ou casa comercial; o regime resistiu sólido ao vácuo artificial que tentaram criar no plano político os golpistas infiltrados nas hostes do ‘unionismo’, com o fito de asfixiar a candidatura Kubitschek e com ela a democracia”⁶⁵⁸.

Quando a mesma proposta surgiu em 1960, o *CM*, em um editorial de título sugestivo, “Fantasmas de 55”, reprovava a “impatriótica” proposta de “união nacional” como fórmula para a sucessão, que teria sido criada pelo PSD junto com JK, para afastar Jânio Quadros da campanha eleitoral⁶⁵⁹. Entretanto, o posicionamento, em editoriais, do *CM*, nessa ocasião, não foi além desse texto, provavelmente pelo fato de a proposta ter logo se mostrado inviável.

No *Jornal do Brasil*, não identificamos, no *corpus* documental, um posicionamento sobre a “união nacional” em 1955, mas quando a proposta surge como solução para a questão sucessória de 1960, o *JB* argumenta que,

A unificação nacional é, na realidade, uma miragem e só a justificaria uma situação interna de tal gravidade que ameaçasse a segurança das instituições. Solução alta, no caso vertente, é o apelo às urnas. Só o povo deve decidir dos seus destinos e não os cambalachos de cúpula, em que os mandarins ou os supostos mandarins da política se julgam com o direito de frustrar os anseios populares⁶⁶⁰.

No *JB*, percebe-se uma crítica aos “cambalachos de cúpula”, na qual a “unificação nacional” estaria enquadrada, mas reconhece que tal solução seria plausível em determinadas situações, porém, frente às disputas em torno da possibilidade ou não da união nacional em 1955, o jornal não teria se posicionado. Essa postura, assim como a dos demais jornais, poderia ser compreendida sob a perspectiva de as afinidades políticas condicionarem as tomadas de posição, contudo, talvez não seja suficiente para compreendermos todo o processo. Possivelmente, a atitude do *JB* de não se posicionar em 1955 estivesse imbricado em uma decisão editorial de longa data, isto é, poderia estar ligada à sua forma de inserção no debate público e com isso no possível *campo jornalístico*, uma vez que desde a década de 1930 o jornal

⁶⁵⁷ “Um candidato para eles”, *Correio da Manhã*, 18 de março de 1955, 1°C, p. 6.

⁶⁵⁸ “Definições ou traições?”, *Correio da Manhã*, 12 de abril de 1955, 1°C, p. 6.

⁶⁵⁹ “Fantasmas de 55”, *Correio da Manhã*, 10 de junho de 1959, 1C, p. 6.

⁶⁶⁰ “Miragem da unificação”, *Jornal do Brasil*, 10 de outubro de 1959, 1°C, p. 3.

adotou a perspectiva de não assumir posições inflexíveis em assuntos políticos que pudessem gerar problemas ao jornal, como “empastelamentos” e censuras diretas ou indiretas.

Nessa mesma lógica, embora a questão das afinidades políticas de cada diário pudesse condicionar as tomadas de posição, defendemos que essa não seria a única variável explicativa, seria necessário observar as tomadas de posições anteriores e mesmo a própria relação entre jornais. Por exemplo, ao lembrarmos que o *UH* faz uma dupla legitimação quando representa o *povo*, primeiro por conceber uma participação ativa do *povo* na vida política, considerando-o capaz e organizado politicamente, expresso na utilização de *Povo* com “P” maiúsculo, e, assim, por consequência acabaria legitimando a democracia e o modo de escolha dos governantes inerentes a essa forma de governo, baseada na diversidade de candidatos disponíveis para livre escolha do eleitorado. Assim, estaria dentro de sua lógica argumentativa considerar não apenas como ilegítima a proposta de “união nacional”, mas como antidemocrática. Todavia, toda essa legitimação pode ser comprometida tendo em vista o silêncio do *UH* diante da proposta em 1960.

A mesma lógica de análise pode ser utilizada para o *CM* – legitimação do *povo* enquanto eleitor e, por conseguinte, deslegitimação da proposta de “união nacional”. No entanto, também precisamos considerar que foi esse diário o mais ferrenho opositor da proposta de “união nacional”, tanto em 1955 quanto em 1960. E nessas críticas identificamos uma ligação com aspectos que já haviam entrado no debate público, como a questão do “golpismo” que tentaria minar as instituições democráticas e, também, a crítica à partidos, tudo para defender a bandeira da legalidade e o direito de voto do *povo*, a partir da argumentação de que o regime democrático seria baseado no “sistema de livre consulta à vontade popular”, mas essa consulta estaria comprometida, caso se restringisse as opções de candidatos. Novamente, embora quisesse tranquilizar o país, é lícito indagar se a recorrência do assunto golpe não traria um clima de insegurança, podendo validar medidas de força por parte de grupos interessados em acabar com o regime democrático? Ou, por outro lado, será que já não estava acusando de golpistas, aqueles que deram o golpe efetivamente em 1964?

Por fim, *OG* não só defenderia a “união nacional” como solução para a sucessão presidencial, mas se colocaria como aquele que teria sugerido tal questão com base na perspectiva de que, em função dos acontecimentos que motivaram o 24 de agosto, o ideal seria que houvesse entendimentos prévios às eleições, pois as disputas entre vários partidos e grupos poderiam ser nocivas para o país, em outros termos, a disputa intrínseca ao regime democrático poderia ser prejudicial à própria democracia. Nesse sentido, suas teses sobre as (in)capacidades políticas do *povo*, sugerindo a criação de cursos preparatórios, indicando a necessidade de se

“formar” o *povo* no Brasil, poderiam legitimar essas “falas”. Isso abre possibilidade para diversos questionamentos: para *OG*, como se daria a participação do *povo* na política? O *povo* deveria ter a supremacia nas escolhas políticas ou os assuntos de interesse público deveriam passar primeiro pelos “políticos profissionais” e partidos, chegando devidamente selecionado ao *povo*? Nesse sentido, que tipo de democracia seria essa, indiretamente projetada por este jornal? Dessa forma, ao que tudo indica, existem projetos políticos distintos para a participação política do *povo* e *OG* se aproximaria muito da perspectiva implementada após o Golpe de 1964.

4.3.3.2 Abstencões: reais ou desejadas?

Outra tese que aparece nos diários seria a difundida pelo *OG*, quando argumenta que o pleito de 1955 terá grande número de abstencões, como observado quando se lê: “um jornal como O GLOBO, que não se deixa cegar por **paixões** de partido, é obrigado a confessar que o povo está atualmente dominado por uma alarmante descrença nos partidos e nos líderes”, pois “depois de tantas promessas descumpridas, de tantas malogradas experiências, uma grande e perigosa indiferença invadiu todas as camadas sociais, a tal ponto que **a corrente de abstenção alcançará índices inesperados**. Eis um péssimo sintoma”⁶⁶¹. Acrescenta, ainda, que auxiliaria nessa onda de pessimismo, o fato de os candidatos dificilmente elaborarem programas exequíveis nos anos que lhe cabem o mandato, “não por outro motivo foi o povo invadido por uma onda de pessimismo”⁶⁶².

Se pensarmos nas representações anteriores sobre os *homens públicos*, bem como nas duas batalhas perdidas pelo jornal – cédula oficial e união nacional –, não é de se surpreender que *OG* ateste pela possibilidade de ser elevado o número de abstencões. Assim, pode-se pensar que antes de ser uma projeção, tais afirmações representam o desejo de que as abstencões fossem reais, para que, assim, o jornal conseguisse comprovar que suas propostas seriam as mais acertadas, ganhando *a posteriori* a “batalha da opinião pública”⁶⁶³, hipótese reforçada quando se percebe que nos pleitos de 1958 e 1960 essa argumentação não foi identificada. Entretanto, também precisa-se considerar que para o *OG* a causa das abstencões teria base na desilusão, por parte do *povo*, em relação aos *homens públicos*.

⁶⁶¹ “Perspectivas para 3 de outubro”, *O Globo*, 06 de setembro de 1955, 1°C, p. 1.

⁶⁶² “A renovação nacional, por Juarez Távora e Milton Campos”, *O Globo*, 30 de setembro de 1955, 1°C, p. 1.

⁶⁶³ Expressão encontrada em *UH* no editorial “Crime dos derrotados”, *Última Hora*, 18 de novembro de 1955, 1°C, p. 4. Coluna de Última Hora.

De outra parte, a questão das abstenções foi compreendida pelo *OG* como uma certa apatia do povo em relação aos assuntos politicamente relevantes, e, assim, poderia funcionar como um legitimador do discurso de que o *povo* não deveria possuir a supremacia nas escolhas políticas. Dessa forma, primeiro se deveria passar os problemas políticos pelos “políticos profissionais”, pelos “probos”, pelos partidos, para então chegar mais bem lapidado ao *povo*. Isso remete a um projeto político nos editoriais do *O GLOBO*, corroborado pela defesa da proposta de “união nacional”.

Observamos, ainda em *OG*, uma estratégia discursiva de legitimação muito comum nos jornais analisados, ou seja, primeiro construiria a sua legitimidade no debate público – ao se conceber como um agente que não se deixa cegar pelas paixões de partido, o que o lhe conferiria objetividade e neutralidade – para, então, lançar sua argumentação. Aqui ainda importa fazer uma observação: ao falar que não se deixaria cegar por paixões de partido, não quer dizer que esse jornal não possuísse afinidades ou mesmo ligações com algum partido, mas que, segundo o discurso do *OG*, no caso de afinidades e/ou ligações, estas não iriam interferir nas suas tomadas de posição. Lembrando que não entraremos no debate sobre a veracidade ou não de tais afirmações, pois o que nos interessa é a forma como os jornais construíram sua legitimidade no debate público.

O Jornal do Brasil também comenta sobre a tese das abstenções, ao informar que, “segundo os prognósticos de **alguns observadores**, a abstenção do pleito de 3 de outubro será dos maiores já observados”. No entanto, em uma tomada explícita de posição, o jornal enfatiza: “**não acreditamos** muito nesses prognósticos, porque os comícios realizados têm sido muito concorridos, transcorrendo em ambiente de muito entusiasmo, não só os realizados nos grandes centros, como nas pequenas cidades do interior”⁶⁶⁴.

Após transcorrida a votação, o jornal informa que “o pleito ocorreu normalmente e o número de pessoas que foram às urnas foi maior do que nas eleições anteriores”. Então, explica que “desta coluna havíamos previsto o fenômeno, contrariando a opinião de alguns observadores que prognosticavam elevado índice de abstenção, talvez levados pelo grande número de candidatos e falta de ressonância de seus nomes do seio da massa”. Assim, “**foi o que havíamos previsto**, agora confirmado por informações que vão chegando de vários Estados e já divulgadas através da nota distribuída pela Secretaria do Palácio do Catete”⁶⁶⁵.

⁶⁶⁴ “O dever de votar”, *Jornal do Brasil*, 18 de setembro de 1955, 1°C, p. 5.; argumentação inicial também encontrada em “Últimas horas da propaganda”, *Jornal do Brasil*, 01 de outubro de 1955, 1°C, p. 5.; Argumentação retomada em: “As perspectivas do pleito”, *Jornal do Brasil*, 25 de setembro de 1955, 1°C, p. 5.

⁶⁶⁵ “A vitalidade do regime”, *Jornal do Brasil*, 05 de outubro de 1955, 1°C, p. 5.

Interessante a estratégia do *JB* para abordar a tese sobre possíveis abstenções. O jornal construiu um interlocutor, um sujeito no discurso – os observadores –, a quem o *JB* se contraporia, para então se colocar como aquele que possuiria a interpretação mais fidedigna do real. Dessa forma, procuraria ampliar seu capital simbólico, ao mesmo tempo em que reforçaria o próprio regime democrático, já que sua vitalidade pode ser averiguada a partir do grande comparecimento às urnas. Nesse caso, se pensarmos nas representações de *OG*, pode-se dizer que o *JB* teria saído vitorioso na luta de representação em torno do assunto das abstenções, inclusive faz questão de difundir e marcar tal vitória.

Ultima Hora, por seu turno, possui novamente uma percepção distinta em relação a tese das abstenções, quando argumenta que “depois de tantas intrigas e tantos subterfúgios, ainda restam uma última intriga e um último subterfúgio aos inimigos da democracia”, apelam agora para a abstenção, tendo em vista que não teriam conseguido impedir a realização das eleições. Ou seja, “querem agora convencer o eleitorado de que, em face de candidatos tão ruins, devem votar em branco. O voto negativo, de certo, seria interpretado como a vontade popular contrária ao regime democrático, contra a Constituição vigente!”⁶⁶⁶.

Segundo o jornal, a “aventura sinistra dos golpistas” não teria se encerrado nesse ponto, pois a ideia das abstenções “poderia conduzir a outros resultados”, por exemplo, a um eventual empate entre os candidatos mais votados que poderia levar a Justiça Eleitoral a anular o pleito” e a determinar novas eleições. Isso colocaria o país numa situação singular: “sem Presidente nem Vice-Presidente da República, a chefia do Governo iria cair nas mãos do Presidente da Câmara dos Deputados”. Contudo, “se a Câmara dos Deputados estiver, como deve estar, em férias, não haverá o Presidente, que regularmente é eleito em cada início de ano legislativo”. Nessa situação, “poderia subir à cadeira presidencial, ‘eventualmente’, um general... Ou teríamos um triunvirato, o governo enfaixado nas mãos de três personagens que ninguém hoje poderá prever quais sejam...”⁶⁶⁷.

Dentre os jornais, essa posição seria a mais particular, classificando a tese das possíveis abstenções como um expediente golpista, que visaria em última instância abalar as instituições democráticas. Nessa luta de representações, cada jornal construiu a tese das abstenções da forma que consideraria adequada para proporcionar ganhos simbólicos e capital de prestígio. Todavia, da mesma forma que os demais jornais, a tese das abstenções se restringe apenas às eleições de 1955.

⁶⁶⁶ “O voto é arma de defesa da liberdade”, *Ultima Hora*, 13 de setembro de 1955, p. 4, Coluna de Última Hora.

⁶⁶⁷ “O voto é arma de defesa da liberdade”, *Ultima Hora*, 13 de setembro de 1955, p. 4, Coluna de Última Hora.

4.3.3.3 Votos comunistas: velha mistificação

Outra tese que com frequência é propalada é a da interferência dos votos de comunistas. *OG* argumenta, no início de 1956, que “a diferença de votos entre os três principais candidatos ao Catete foi tão reduzida que, por ela se vê como seria fácil a qualquer deles beneficiar-se com a vitória, às custas de uma composição com o Sr. Prestes. Coube ao Sr. Juscelino Kubitschek efetuar-la, a título oneroso”. Segundo o jornal, “as circunstâncias supervenientes no mês de novembro não permitiram à oposição alegar que a um Partido fora da lei não é lícito decidir de uma contenda entre forças democráticas”⁶⁶⁸. O jornal deixa livre a interpretação para quem quisesse afirmar que a maioria eleitoral de JK teria sido decorrente de votos e apoio do extinto PCB, assim, ilegítima, posição assumida textualmente quando afirma que “é certo que o Sr. Kubitschek foi realmente vencedor, no pleito, graças ao imoralíssimo pacto celebrado com eles [os comunistas], segundo ficou então estrepitosamente apurado até pela Polícia de São Paulo”⁶⁶⁹.

Nessa questão, o *JB* argumenta que seriam os próprios candidatos que não teriam crença na tese “dos votos dos partidários do comunismo”, pois como os candidatos, antes do pleito, não haviam “declarado que não aceitariam essa antidemocrática colaboração que afinal foi engrossar as fileiras de outros partidos, não quiseram, agora, se prevalecer desse desvio de sufrágios para inquinar, por esse motivo, de nulidade as eleições de 3 de outubro último”⁶⁷⁰.

No jornal *UH*, encontramos uma posição em relação a tese dos votos de comunistas muito semelhante à das abstenções, como observamos ao ler: “quando desviam, no Distrito Federal, o centro da questão eleitoral para os votos comunistas, os dirigentes da UDN estão deliberadamente recorrendo à mais deslavada mistificação. Querem lançar uma cortina de fumaça para confundir o eleitorado”, porque “ao conceder o título eleitoral, o Estado não pede a ninguém um atestado de ideologia política, e todo cidadão, seja qual for o seu credo, tem o direito de votar em qualquer candidato registrado”⁶⁷¹. Assim, coloca-se em posição contrária à de *OG* e se inicia nova batalha no debate público. Nessa batalha, o *CM* argumenta em termos bem semelhantes aos de *UH* e chama a tese do voto comunista de “um dos talismãs golpistas”,

⁶⁶⁸ “A propósito das eleições francesas”, *O Globo*, 06 de janeiro de 1956, 1°C, p. 1.; argumentação também encontrada em “Um acerto e um erro entre dois homens e duas épocas”, *O Globo*, 14 de janeiro de 1956, 1°C, p. 1.

⁶⁶⁹ “A anistia restrita, a eleição do Clube e a última entrevista de Lott”, *O Globo*, 24 de maio de 1956, 1°C, p. 1.

⁶⁷⁰ “Declaração conjunta”, *Jornal do Brasil*, 08 de novembro de 1955, 1°C, p. 5.

⁶⁷¹ “Para o plutocrata Arinos, estabilidade do trabalhador é convite à malandragem”, *Última Hora*, 30 de setembro de 1958, 1°C, p. 3, “Flash” do momento.

“voto que é uma espécie de botija de tinta, pois que entornado na urna colore todos os outros, na estranha radioscopia do udeno-lanternismo”. Assim,

A insolência, a má-fé a insustentabilidade não mais jurídica, mas lógica, das teses agora perfilhadas pelo udenismo e seu aliado dos Campos Elíseos são um depoimento doloroso de **subdesenvolvimento político**, de **imaturidade democrática**, de **incapacidade para a vida pública**. Homens que se dão ao desplante de defender ideias desse jaez já perderam o respeito de si próprios. Não podem esperar que nação os respeite. Porque, acima de tudo, o que a nação **cultua é a lei, seu império de dignidade e de lisura, a ordem que ela cria nos espíritos antes de criar nas coisas**. Jamais poderá inclinar-se aos manipuladores da desordem, aos organizadores do caos, aos promotores da anarquia, hoje destruidora de votos legítimos, amanhã destruidora de vidas. As vidas que só a ordem democrática pode preservar, na paz que sabe criar, e, no trabalho que pode estimular⁶⁷².

Na batalha no debate público, pode-se colocar o *UH* e o *CM* do mesmo lado, em oposição ao *OG*. As passagens do *CM* são bem categóricas, as acusações são bem direcionadas ao grupo “golpistas” do “udeno-lanternismo”. Embora a referência ao “subdesenvolvimento político”, “imaturidade democrática” e “incapacidade para a vida pública” sejam direcionadas a esse grupo, acabaria atingindo o regime como um todo, pois seria um grupo que estaria constantemente articulando diferentes meios para conduzir o regime à liquidação, sem, até aquele momento, obter sucesso, mas também sem conseguir ser extirpado. No último caso, possivelmente porque possuiria algum respaldo nas altas instâncias políticas, por isso a referência aos Campos Elísios, que se referiria especificamente à Café Filho e também na sociedade, inclusive entre os meios de comunicação, como seria o caso de *OG*, que teria encampado todas as teses e propostas do grupo que o *UH* e o *CM* chamam de “udeno-lanternismo”, tanto que o *CM* mesmo classifica o *OG* como “líder e porta-voz desse golpismo incruento”.

4.3.3.4 A famigerada maioria absoluta

Uma tese que gerou intenso debate na eleição de Getúlio Vargas e foi retomada em 1955 seria a da maioria absoluta. Curiosamente, *OG* não toca no assunto da maioria absoluta em seus editoriais que formaram o *corpus* documental da pesquisa. Já no *JB* encontramos algumas referências, quando difunde que “a tese de maioria absoluta, que vinha sendo objeto de acalorada discussão entre alguns especialistas do Direito Constitucional”, acabou sendo “afastada, não havendo mais esperanças de vê-la retornar à pauta dos debates”⁶⁷³.

⁶⁷² “A lógica do absurdo”, *Correio da Manhã*, 02 de novembro de 1955, 1°C, p. 6.

⁶⁷³ “Declaração conjunta”, *Jornal do Brasil*, 08 de novembro de 1955, 1°C, p. 5.

Dessa forma, quando o *JB* aborda o assunto da proposta de reforma constitucional, na qual um dos tópicos referia-se à reforma da eleição presidencial, exigindo-se a maioria absoluta como critério para considerar vitorioso um candidato, afirma que, na eleição de 1950, se os que sustentaram a maioria absoluta possuísem “um pouco mais de prestígio constitucional”, “teriam imposto o seu ponto de vista, readaptando-o aos próprios textos constitucionais vigentes”. Entretanto, com a proposta que se estaria cogitando e que foi levada à Câmara, “com a exigência da maioria absoluta, será muito difícil que alguém venha a ser eleito por sufrágio direto”, pois “não será fácil, dada a pluralidade de partidos, encontrar nome de excepcional prestígio que obtenha a maioria absoluta de sufrágios” para “ser diplomado sem o recurso de apelar para o Congresso para que este se pronuncie, em última instância, sobre qual deles deverá ser investido das altas funções de dirigir a Nação”. Assim,

Se vingar a reforma, neste ponto, pode-se dizer que o povo não elegerá ninguém diretamente. Comparecerá às urnas, num ingente esforço físico e mental, para nada resultar, transferindo-se a prerrogativa ao Parlamento, que decidirá em definitivo sobre o impasse criado pela escassez de sufrágios atribuídos aos concorrentes.

O panorama político atual não permite augurar outras soluções. De antemão já se conhecerá o resultado das urnas; ninguém alcançará o nível necessário, impondo-se a escolha indireta com a intervenção inexorável do Congresso.

Não há meio de se evitar essa solução de segundo pleito. O povo concorrerá às urnas, as abstenções serão em maior número, mas ao Congresso caberá a última palavra sobre a matéria.⁶⁷⁴

Em editorial seguinte, sobre a mesma temática, sua posição fica mais clara quando afirma que “enquanto uns proclamam a necessidade de dar ao país um chefe de governo que fosse eleito por maioria absoluta, outros também, em grande número, sustentavam que não vale a pena alterar o sistema de maioria numérica”.

Os adeptos desta orientação, que vingou na Assembleia de 1946, entendem que o assunto democrático deve começar e concluir dentro do mesmo plano popular, dando ao povo a primazia do problema, não devendo haver intervenção de outro poder, a não ser para a operação de contagem e de proclamar os eleitos.

Com o sistema atual poder-se-á pouco a pouco tornar em realidade o slogan que foi usado largamente por um dos candidatos – Regeneração pelo voto. A segunda eleição pelo congresso, escolhendo entre os candidatos mais votados, poderá ser inspirada no critério político, e, se tal acontecer, abrirá margem a grande agitação interna.

Já vimos que a inquietação é latente. Qualquer coisa poderá provocar abalos e sobressaltos que o País não suportará sem crises de consequências alarmantes.

Então, o jornal conclui que “o ambiente nacional, dada a progressão dos distúrbios econômico-financeiros, **não convida a tentar** a aventura de uma reforma como a que se projeta, restrita, é verdade, mas que poderá adquirir ritmo e ampliação imprevistos”⁶⁷⁵.

⁶⁷⁴ “Aspectos da reforma constitucional”, *Jornal do Brasil*, 28 de março de 1956, 1ºC, p. 5.

⁶⁷⁵ “Uma aventura parlamentar”, *Jornal do Brasil*, 13 de abril de 1956, 1ºC, p. 5.

Ao que tudo indica, o *JB* consideraria até saudável a proposta da maioria absoluta, mas o formato como foi enviado à Câmara levaria ao esvaziamento das eleições e, com isso, gradativamente do regime, o que abriria a possibilidade para que outras formas de escolha dos dirigentes, diferente do sufrágio universal, fossem propaladas, ou seja, se retiraria um dos princípios básicos do regime democrático. Diante de uma constatação tão grave, o jornal não teria encampado tal proposta, possivelmente por julgar antidemocrática, mas especialmente por antever que a aceitação desse projeto conduziria a um desprestígio do diário.

De modo semelhante, o *CM* também se posiciona totalmente contra a emenda à Constituição, proposta pelo senador pernambucano Novais Filho, que determinaria a maioria absoluta de votos para a eleição do presidente. Isso porque “se nenhum candidato obtiver maioria absoluta, o Congresso escolherá o presidente da República entre os candidatos que concorrerem à eleição direta ou entre ‘outros nomes’”. Nesse primeiro momento, o jornal ainda possui um tom ameno e em uma *tomada explícita de posição* difunde: “acreditamos na boa fé e nas intenções corretas do senador pernambucano, mas consideramos inoportuna, inaceitável e inviável a sua emenda constitucional”. Então, justifica a sua tomada de posição ao afirmar que

Nem moral, nem politicamente, é lícito alterar-se as regras do jogo, quando ele já começou. A ideia da emenda constitucional, estabelecendo a maioria absoluta, não é nova. Vem ocorrendo a muitos parlamentares, e até a políticos sem mandato legislativo desde 1950. Fomos contra, naquela ocasião, pelo mesmo motivo porque somos contra agora: ela surgiu quando as regras do jogo estavam lançadas e havia candidatos inscritos. É da tradição deste jornal o *fair-play* em todos os aspectos.

Como argumento irrefutável, alega que entre a campanha presidencial de 1950 e a de 1955 teria havido tempo hábil para a “formulação e encaminhamento da iniciativa, em ambiente de isenção e tranquilidade. A emenda constitucional não visaria candidatos nem situações, seria legítima e oportuna a sua discussão; seria viável como disposição normativa”. Por isso, “somos radicalmente contra esta usurpação do sufrágio universal, direto e secreto, esta revogação do sistema vigente para infiltrar no mecanismo político um golpe parlamentar sob o disfarce de emenda aditiva ao texto constitucional”⁶⁷⁶.

A partir de então, o tom fica mais áspero quando acrescenta: “não sabemos, nem nos interessa saber a quem aproveita ou a quem prejudica a emenda projetada. Mas ela será vista e interpretada como o outro golpe, o golpe legal”.

Pelo caminho da emenda constitucional, pretende-se chegar ao mesmo fim: impedir e frustrar o resultado das urnas, proclamando-se um presidente da República, não

⁶⁷⁶ “O outro golpe”, *Correio da Manhã*, 22 de maio de 1955, 1^oC, p. 6.

escolhido pelo voto do povo, mas escolhido pelo Congresso. E isto poderia resultar, afinal de contas, numa escolha sob pressão militar. Sabe-se que é mais fácil fazer pressão sobre o Congresso, do que sobre o povo, para escolher, deixar de escolher ou substituir candidatos. O Congresso pode ser dirigido pelo medo direto da perda de mandatos mais eficientemente do que o povo pela atmosfera de boatos e intimidações.⁶⁷⁷

Nessas passagens, percebe-se que o jornal, mais do que suas concepções sobre a maioria absoluta, construiria e reforçaria a sua imagem no debate público como um “jornal de opinião”, como a propósito ele mesmo se define, tomando posições explícitas diversas vezes. E nas tomadas de posição, o *CM* argumenta em defesa da “soberania do povo”, algo que pode estar ligado à forma positivada que concebe o *povo*. Ainda reforça a ideia de ser uma instituição que preza pelas regras estabelecidas do jogo, assim, qualquer mudança nessas, com o jogo em andamento, seria ilegítimo. Nesse sentido, fortaleceria a sua bandeira de luta, a legalidade, que seria uma forma particular de inserção no debate público e dentro do *campo jornalístico* em formação.

Dando continuidade ao debate, o jornal se posiciona mais criticamente e passa a direcionar suas condenações quando chama as teses da maioria absoluta e da participação dos comunistas, “pelas quais se pretende deformar e desvirtuar, *port festum*, o resultado do pleito”, de “famosas teses constitucionais”⁶⁷⁸. Assim, argumenta que seriam teses que representariam “uma insofrecível ambição de poder pela qual a UDN não hesitará um instante em sacrificar a vida do país”, pois o que se desejaria seria “forjá-las como motivo de agitação, como pretexto preparatório de um clima que possa favorecer a vilania de um pronunciamento contra a legalidade”. Segundo o *CM*, se prevalecesse a “tese antijurídica”, todos os cargos que foram eleitos por maioria pura e simples teriam seus mandatos revogados, o que jogaria o país no caos. Seria exatamente “a esta monstruosidade” que conduziria a tese da maioria absoluta. Dessa forma, “advogam-na somente os que querem a subversão da ordem constitucional, espalhando o terror para colherem a ditadura”⁶⁷⁹.

Observamos que gradativamente as críticas do *CM* a proposta de maioria absoluta foram se ampliando. Primeiro, pois teria sido colocada quando o jogo sucessório já teria iniciado. E segundo, pois simbolizaria uma usurpação do sufrágio universal, chegando novamente na máxima de ser mais um expediente golpista para dar uma solução extralegal à sucessão

⁶⁷⁷ “O outro golpe”, *Correio da Manhã*, 22 de maio de 1955, 1°C, p. 6.

⁶⁷⁸ “O manifesto dos derrotados”, *Correio da Manhã*, 08 de novembro de 1955, 1°C, p. 6.

⁶⁷⁹ “A lógica do absurdo”, *Correio da Manhã*, 02 de novembro de 1955, 1°C, p. 6. Retoma a argumentação em: “Audácia de mentir”, *Correio da Manhã*, 13 de novembro de 1955, 1°C, p. 6.; e “O sofisma”, *Correio da Manhã*, 14 de janeiro de 1956, 1°C, p. 6.; e “A bizarra bufonaria”, *Correio da Manhã*, 04 de novembro de 1955, 1°C, p. 6.

presidencial. Mais grave, teria sido promovida por um dos maiores partidos políticos do período.

Seguindo a mesma perspectiva do *CM*, o *UH* sintetiza as teses e propostas da seguinte forma:

Parlamentarismo, a que servem os inocentes úteis de vários partidos: maioria absoluta, que é um velho ‘slogan’ somente lembrado à véspera das eleições: cédula oficial, que continua a servir ainda aos institutos dos agitadores: ou comunismo – tudo são pretextos para manter o País nesse clima de suspensão, de perplexidade em face do mistério, da mágica brutal ou espetacular que se anuncia com o nome de golpe de Estado!...⁶⁸⁰.

Em um texto apenas, tentou desautorizar as principais teses e propostas que surgiram com o processo eleitoral de 1955, colocando-as como “expediente golpista”. De outra parte, coloca-se, assim como o *CM*, como um agente que denuncia e combate tais ameaças de “golpe de Estado”, mas ao fazer isso, ambos expõem a instabilidade da democracia vigente.

Mas se essas foram as principais propostas e teses levantadas com a eleição de 1955, o que se poderia esperar nas demais eleições?

4.3.3.5 Prorrogação de mandatos, um golpe legal

Diante da proposta de prorrogação de mandatos do Governador e dos Deputados Estaduais de Goiás, o *OG* argumenta que não existiriam “razões jurídicas próprias a validar o esbulho da soberania popular que tal ato representa”. Assim, as alegações de necessidade de continuidade de um programa administrativo e de fazer coincidir mandatos seriam apenas subterfúgios para “manter no poder quem para tanto não recebeu delegação expressa do eleitorado”. Assim, tal proposta seria uma “fraude da vontade popular”, onde o próprio regime estaria comprometido em outros termos, é um “princípio malsão que poderá, inclusive, **infeccionar o sistema democrático e levá-lo a crises sérias e penosas**”. Isso porque “o que caracteriza a força da democracia é a intangibilidade dos seus princípios fundamentais. Entre estes não há outro mais decisivo que o da emanção de todo o poder do povo. O que houve em Goiás foi a negação desta vontade”⁶⁸¹. No momento em que a proposta que foi rejeitada pelo Supremo Tribunal Federal, *OG* argumenta que se estabeleceu “a plenitude da Constituição no que ela tem de mais **vinculado à pureza do regime democrático**”⁶⁸².

⁶⁸⁰ “A economia do país e a insensatez golpista”, *Última Hora*, 29 de agosto de 1955, 1°C, p. 4.

⁶⁸¹ “Não há defesa”, *O Globo* 13 de junho de 1957, 1°C, p. 1.

⁶⁸² “A Constituição e o regime”, *O Globo*, 19 de setembro de 1957, 1°C, p. 1

O *JB* também não deixa de se pronunciar contra a prorrogação dos mandatos e, de antemão, em uma *tomada explícita de posição*, estabelece responsabilidade ao Congresso: “**acreditamos** que o Congresso não se deixará envolver pelo canto da sereia e resistirá ao propósito de decepcionar a **opinião pública** com essa iniciativa antidemocrática de prorrogação dos mandatos”⁶⁸³. Dessa forma, reconhece a *opinião pública* como reguladora das ações do governo. Posteriormente, defende que “os argumentos usados para adiar a próxima eleição servem também para dispensá-la: os males da agitação partidária, o drama do passionalismo político, a divisão entre os brasileiros”, argumentos que, segundo o jornal, seriam utilizados “durante o Estado Novo para descrever o desastre nacional que era cada eleição...” Por isso, tratar-se-ia de um golpe, uma alteração considerável na legitimidade dos mandatos, “porque foram eleitos para função determinada e prazo certo. E é tão fundamental o prazo quanto a função”.

Assim, truncado o regime numa das coordenadas essenciais, estará aberto o caminho para as soluções de força, para a ditadura militar ou para a revolução: porque, uma vez que os mandatos já não se alicerçam, bem ou mal, nas urnas – únicas que legitimam no regime democrático – de um sopro dos que detém o Poder armado se não provocar a revolta coletiva de um povo sacrificado no seu primeiro direito político⁶⁸⁴.

O *Correio da Manhã* se posiciona contrário à proposta de prorrogação dos mandatos, por considerar sem substância jurídica e porque no aspecto político seria “uma usurpação declarada de poder. Com efeito, pela prorrogação os prorrogados se substituem ao povo no ato da escolha dos representantes. Auto elegem-se. Ora, nenhum ato pode atentar mais contra a natureza do regime democrático”. Para o *CM*, na prorrogação acumulariam dois crimes: “um contra o texto constitucional; outro, contra a essências das instituições, a índole do regime. E sendo, por isto, ato nulo, não poderia produzir efeitos”, portanto, “ao declarar a sua ineficácia o Supremo preservou de ruptura a ordem legal”⁶⁸⁵.

O jornal ainda classifica tal proposição como “conspiração contra o voto popular” e como “ato de usurpação de poder”. Ainda mais, “representa, com todas as letras, um atentado ao que há de mais vital no funcionamento do regime: o princípio da autenticidade da representação popular. Esta autenticidade é apurada à boca das urnas”. Assim, a prorrogação de mandatos não seria apenas um ato de legislação em causa própria, pois “ela atinge fundamentalmente a essência do regime, por que cria no País uma **ditadura parlamentar** – a

⁶⁸³ “Tentativa parlamentar antidemocrática”, *Jornal do Brasil*, 22 de agosto de 1956, 1^oC, p. 5.

⁶⁸⁴ “Prorrogação e Golpe”, *Jornal do Brasil*, 13 de outubro de 1957, 1^oC, p. 3.

⁶⁸⁵ “Defesa da Constituição”, *Correio da Manhã*, 19 de setembro de 1957, 1^oC, p. 6.

tiranía de uma Assembleia que se atribui a si própria a faculdade régia de decidir por cima da Constituição e do respeito devida à **vontade popular**”⁶⁸⁶.

Nesses casos, percebe-se que a crítica dos três jornais se direciona a possíveis medidas de quem já estaria ocupando algum cargo eletivo com a finalidade de permanecer no poder por mais algum tempo. Assim como as críticas anteriores à UDN eram complexas, essas direcionadas aos partidos que fazem parte do governo não deixam de ser. O golpe não seria algo extralegal, mas um golpe legalizado. Entre os dois casos, o que sobressai é a sensação de fragilidade das instituições democráticas brasileiras. Novamente, identificamos o silêncio do *UH* frente a essas propostas, silêncio que interpretamos de duas formas: primeiro, como um modo de não cair em desprestígio no debate público, caso apoiasse a proposta de prorrogação dos mandatos; segundo, como forma de evitar alguma retaliação por parte dos propugnadores das propostas que faziam parte do governo de então, caso o jornal se posicionasse contrário à prorrogação.

⁶⁸⁶ “Mal secreto”, *Correio da Manhã*, 10 de dezembro de 1957, 1ºC, p. 6.

5 DEMOCRACIA E CONCEITOS EM PERSPECTIVA

Neste capítulo, vamos abordar a forma como os diários analisados relacionaram a democracia com conceitos como *opinião pública*, *liberdade*, *liberdade de imprensa* e *legalidade*. Dessa forma, aliado às representações presentes nos capítulos anteriores, pretendemos concluir a montagem do nosso quebra-cabeça sobre o regime democrático e os papéis institucionais que os jornais se atribuem na e para a sociedade. Será que todas as peças irão se encaixar? Ou faltarão ainda algumas peças?

5.1 DEMOCRACIA E OPINIÃO PÚBLICA

Para iniciar essa etapa, destacamos que, nos capítulos anteriores, em diversos momentos os diários se referiram à chamada *opinião pública*: a) para legitimar suas tomadas de posição a partir do peso que o conceito carrega; b) utilizaram o coletivo *opinião pública* para se colocar na condição de *falar pela coletividade*; c) enquanto resultados das urnas e pesquisas de opinião; e d) enquanto uma complexidade de fatores que conduz a “um resultado incerto”, mas acima de tudo, que não pode ser controlado por apenas um agente (indivíduo ou instituição) e sim envolve diferentes agentes, como partidos e jornais. Assim, tem-se, por exemplo, a “opinião oficial”, a “opinião política (partidária)” e a “opinião jornalística” como integrantes da opinião pública. Nesses termos, tal definição se aproxima muito do conceito de *opinião pública* formulado por Patrick Champagne (1996). E dentro dessas concepções entendemos que os diários, de uma forma geral, compreendem a democracia como o “regime da opinião” e “sustentado pela opinião pública”.

Tratando dos diários específicos, identificamos que o *OG* se autoconstruiu enquanto um “órgão de opinião pública”, isto é, um órgão entre outros que integraria a *opinião pública*, mas que possuiria sua especificidade em relação aos outros e essa especificidade seria marcada pelas regras do *campo jornalístico*, com a aproximação ao modelo norte-americano baseado nos ideais de neutralidade e objetividade jornalísticos. Essa situação possibilitaria, pelo menos em discurso, que empresas privadas (jornais) se construíssem como defensoras de interesses públicos (coletivos) e que adquirissem legitimidade e autoridade no debate público em função dessa autoimagem. Nesses termos, podemos indagar: em um regime democrático, os jornais não se conceberiam como os órgãos mais legítimos, mais autorizados da *opinião pública*? Para responder a essa pergunta, precisamos analisar mais algumas representações sobre *opinião pública* encontradas nos jornais.

O *JB*, quando se referiu ao processo de reabertura democrática, concebeu um lugar especial à *opinião pública*, ao reconhecer que “a opinião pública reagiu diante da pressão de força e reestabeleceu, em 1945, o regime democrático”⁶⁸⁷. Essa perspectiva também foi identificada quando o jornal afirma que a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial “despertou a opinião pública nacional”, que “pouco a pouco foi dando conta da disparidade com o passado, e daí por diante a ditadura entrou em eclipse, **recuperando a vontade coletiva** a sua **verdadeira posição no regime democrático**”. Assim, “as instituições que velam pelo regime político no centro do qual se coloca como **poder soberano a opinião pública**, revelada através dos pronunciamentos eleitorais, vieram à tona, passando a resguardar as liberdades e os direitos fundamentais da pessoa humana”⁶⁸⁸.

Nessas passagens, identificamos o papel central que o *JB* concebe ao que chama de *opinião pública* para o movimento que teria colocado fim à ditadura em 1945 e, com isso, reestabelecido o regime democrático, mas esses trechos também permitem pensar que quando o diário fala em *opinião pública* nem sempre estaria se referindo à mesma *coisa*. No último caso, fica evidente que a *opinião pública* foi tomada como resultados das urnas, ou seja, como uma soma de *opiniões* na qual se formou uma maioria em relação a um assunto, a partir do ato de votar. Já nos dois primeiros casos em que a expressão *opinião pública* foi mencionada, também indicaria que se refere a uma opinião que se tornou consensual entre a maioria da população, porém, a diferença estaria nos meios como isso ocorreu, até porque as urnas ainda estavam fechadas. Nesse caso, contemplaria mais a ideia de diferentes correntes de opinião debatendo um assunto *público* e a partir desse debate se teria chegado a uma ideia consensual entre a maioria das correntes, aproximando-se, assim, da definição de Champagne (1996).

Em uma data comemorativa, 15 de novembro de 1955, e poucos dias após o movimento de 11 de novembro, o *JB* entra no debate público para comemorar os 66 anos da Proclamação da República, quando afirma que “com o amadurecimento do espírito democrático, que não consegue dissociar a paz – bem supremo – da noção de legalidade, que lhe serve de sustentáculo, a República cada dia se torna mais resistente, escudada **na opinião pública**, arma com que tem vencido todos os combates que seus inimigos lhe impuseram no curso da história”⁶⁸⁹. Nesse caso, a *opinião pública*, que proviria de um regime baseado na legalidade – democracia –, seria fundamental para a consolidação da República, justamente porque possibilitaria uma proteção baseada no conceito de *opinião pública*, que foi reificado.

⁶⁸⁷ “A mensagem sobre a imprensa”, *Jornal do Brasil*, 10 de outubro de 1956, 1°C, p. 5.

⁶⁸⁸ “Preito de saudade e gratidão”, *Jornal do Brasil*, 02 de novembro de 1955, 1°C, p. 5.

⁶⁸⁹ “O dia da República”, *Jornal do Brasil*, 15 de novembro de 1955, 1°C, p. 5.

No dia seguinte ao editorial anterior, ainda sob os abalos dos acontecimentos que levaram ao 11 de novembro, o *JB* declara que “a restauração da calma e da normalidade, a que o País tem o direito de aspirar, depende essencialmente da serenidade e patriotismo da ação do governo, indo ao encontro dos anseios da **opinião pública**”. Para auxiliar nessa tarefa de estabelecer uma aproximação entre as “ações do governo” e os “anseios da opinião pública”, o *JB* se coloca na condição de *auxiliar da coisa pública*, para dizer aos *homens públicos*, que aqui representariam o governo, o que deveriam fazer: “É a hora em que os **homens públicos** devem sondar a alma nacional, aí buscando inspiração para os atos marcados pela sua fé de ofício a serviço do regime democrático”⁶⁹⁰, pois, segue a argumentação,

Como entre nós, dentro das ‘constantes’ políticas e sociais do País, a **opinião pública**, por mais que tentem sufocar os seus impulsos no sentido da restauração da paz, tão somente dirigida pelo respeito às normas jurídicas, consegue sobrepor-se às agitações momentâneas, estamos convencidos de que será, afinal, afugentado o espírito de prepotência, esse eterno ameaçador, que por onde passa deixa trevas nas consciências, ruínas e destroços por toda a parte.

A **opinião pública** vela pelo nosso presente e preserva o futuro de interrogações impressionantes, e, como elemento ordenatório, sempre esteve presente nas horas sombrias, abrindo clareiras e inspirando aqueles que ocasionalmente se colocam na posição de orientadores.

Os homens não devem esquecer-se de seus deveres para com a Nação, e só a ela são chamados a prestar contas de suas atitudes e de seus atos, com mais precisão e ainda mais severidade nos momentos em que se tenta por todos os meios toldar o espírito de compreensão e de harmonia, para precipitar o País nas garras da desordem, que é o clima propício à infiltração ideológica.

Os homens que tem a responsabilidade de orientar o País nesta encruzilhada de sua história devem capacitar-se de que suas ideias, suas opiniões, suas simpatias ou aversões pessoais devem ceder diante dos irresistíveis impulsos populares em favor da ordem, da compreensão entre as classes, da paz e da concórdia social”⁶⁹¹.

Diante do cenário em que os conflitos políticos estão exacerbados, o jornal reforçaria a ideia da *opinião pública* enquanto um baluarte na defesa da democracia, mas nessa construção identificamos alguns elementos peculiares. Primeiro, é possível identificar que entenderia governo e *opinião pública* como coisas distintas. O governo seria formado por *homens públicos* “responsáveis pelos destinos do país”. Já a *opinião pública*, nesse caso, seria procedente dos “impulsos populares”, isto é, como uma opinião que emergiria das camadas populares, que pode ser tomada como aquele significado de *povo* enquanto camadas populares da população, uma definição bem abrangente que praticamente só o diferenciaria do que seria considerado como elite. Segundo, o *JB*, ao dizer aos *homens públicos* o que deveria ser feito e como deveriam proceder em relação à *opinião pública*, estaria se autoconstruindo como *auxiliar da coisa pública*, bem como nessa condição é possível classificar o diário como um *intermediador entre*

⁶⁹⁰ “Serenidade e patriotismo”, *Jornal do Brasil*, 16 de novembro de 1955, p. 5.

⁶⁹¹ “Serenidade e patriotismo”, *Jornal do Brasil*, 16 de novembro de 1955, p. 5.

estado e sociedade, ao levar os anseios populares – aqui concebidos como a própria *opinião pública* – ao conhecimento dos *homens públicos* – concebidos enquanto governo.

A *função pública de auxiliar da coisa pública* que autorizaria os diários a *dizerem* o que deveria ser feito foi novamente identificada quando o *JB* se posiciona frente ao levantamento do estado de sítio, decretado após o 11 de novembro de 1955, quando argumenta que “o governo, sem o sítio, procurará maior apoio na opinião pública, que constitui a grande força, a única insubstituível dentro do regime democrático”. Dessa forma, se o governo “conseguir, pela sua atuação dentro de altos propósitos, conquistar o seu beneplácito, nada poderá interromper o ritmo da administração”, nem mesmo “a ação corrosiva dos profissionais da desordem, da confusão, dos que se dizem patriotas e altruístas, que querem ver o Brasil marchar para a frente”, mas “tudo fazem preparando o clima que conduz à inquietação, ao sobressalto, à paralização do trabalho construtivo e das iniciativas úteis”.

Nesse caso, o jornal aconselharia o governo não só a ouvir a *opinião pública*, mas também conquistar a sua aprovação, pois “a **opinião pública esclarecida, serena, refletida e lúcida**, representa o melhor antídoto contra a ação dissolvente dos preparadores de insurreições” e o governo que conseguisse esse antídoto, através de atuação “voltada para o interesse coletivo, passará a suportar com mais firmeza e resignação todo e qualquer movimento de insubordinação e de rebeldia que tentarem desencadear”, com a finalidade de abrir “a cova para sepultar não só a democracia, como o próprio futuro do País”. Acrescenta que, “enquanto o governo permanecer como tutor da legalidade, não terá que temer a ação escancarada ou escondida dos que se fizeram felizes coordenadores de sublevações”, bem como “a opinião pública conhece os seus planos e já não se ilude com os seus propósitos e saberá formar um acero em torno da Nação, protegendo-a dos incêndios que tentarem atear, por ambição, por ódio, por prevenções, recalques e ressentimentos partidários”⁶⁹². Então,

Se o governo se comportar à altura dos compromissos assumidos, se o governo não resvalar pelo facciosismo, se souber por uma barreira entre os aproveitadores de todo gênero, o Tesouro e os guichês oficiais, se o governo souber agir com a necessária inflexibilidade na luta dos interesses criados e das injunções políticas, inclinando-se sempre para o lado do bem-estar social, não terá nada a recear da atoarda dos **demagogos** e dos **paladinos** da confusão.

Só existe um antídoto contra essa praga, própria do regime democrático, é o apoio da opinião pública. Se o governo não conseguir equilibrar-se no meio das dificuldades, nem tomar rumo seguro, abrindo clareiras no meio das crises, a opinião passará a vacilar na sua posição, podendo até deixar o governo entregue à sua própria sorte. Começará, então, o seu drama⁶⁹³.

⁶⁹² “Suspensão do sítio”, *Jornal do Brasil*, 16 de fevereiro de 1956, 1°C, p. 5.

⁶⁹³ “Suspensão do sítio”, *Jornal do Brasil*, 16 de fevereiro de 1956, 1°C, p. 5.

O *JB* manifesta sua posição sobre a crise política e adverte o governo sobre o perigo de perder o apoio da opinião pública, mas não seria qualquer *opinião pública*, seria aquela que o diário adjetiva de “esclarecida, serena, refletida e lúcida”, ou seja, praticamente uma *opinião pública* saída da *esfera pública* que Habermas⁶⁹⁴ descreve, voltada exclusivamente para o debate da *coisa pública*, livre de paixões e conduzida pela razão, mesmos ideais que deveriam motivar as ações do governo. Entretanto, outra questão também chama atenção, a identificação de uma dualidade: de um lado, essa esfera pública esclarecida e, de outro, a demagogia; a primeira concebida como uma proteção à democracia e a segunda como uma “praga própria do regime democrático”. No caso, seriam dois elementos próprios ao regime democrático, mas para que esse sobreviva seria necessário que a “opinião pública esclarecida” se sobrepusesse à demagogia e que governo estivesse em alta cotação com a primeira.

O *JB* ainda expõe sua opinião em forma de aconselhamento: “o Governo **tem que olhar para** as reações da opinião pública”, seria “preciso olhar bem para ela, a fim de não decepcioná-la e desiludi-la”⁶⁹⁵. Aqui, a *opinião pública*, próxima ao sentido empregada por Champagne (1996), é concebida como um guia para as ações do governo, que se tornará tanto mais forte quanto conseguir interpretar as reações da *opinião pública* no sentido de atender suas demandas.

Por ocasião da proposta de criação do Ministério da Economia⁶⁹⁶, em março de 1956, o *JB* publica um editorial sob o título “A ordem garantida pela opinião”, onde argumenta que “essa ampliação não encontrou ambiente na **opinião pública**, tendo tido algum acolhimento favorável apenas nos **meios políticos**”. Em uma tomada explícita de posição, afirma que “**sempre achamos** que a ideia era perigosa”⁶⁹⁷. Nesse caso, a perspectiva do jornal sobre a *opinião pública* se assemelha à abordagem de Lippmann (2010), que reconhece a opinião pública como decorrência da ação da mídia sobre um público mais ou menos difuso, sendo que tal ação seria fundamental para a formação da opinião, especialmente a política.

Essa perspectiva fica mais clara quando o diário afirma que “a **imprensa não foi** feita para guardar silêncio em questões básicas de ética administrativa. Se tal acontecesse, a imprensa estaria faltando aos seus deveres de **orientadora da opinião pública**”⁶⁹⁸. Assim, ao se posicionar sobre assuntos politicamente relevantes para o conjunto da população, como o *JB* fez em relação a criação de um novo Ministério, por exemplo, os diários estariam orientando a

⁶⁹⁴ Em nosso trabalho não objetivamos discutir a possibilidade de tal esfera pública e mesmo o tipo de opinião pública dela decorrente, apenas sinalizamos uma aproximação que poderia ser feita.

⁶⁹⁵ “A ordem garantida pela opinião”, *Jornal do Brasil*, 20 de março de 1956, 1°C, p. 5.

⁶⁹⁶ Embora houvesse o cargo de Ministro da Economia, não havia um Ministério próprio, entretanto, a proposta de criação de um Ministério da Economia não obteve sucesso.

⁶⁹⁷ “O perigo de novos ministérios”, *Jornal do Brasil*, 14 de agosto de 1956, 1°C, p. 5.

⁶⁹⁸ “Antagonismos do legislativo”, *Jornal do Brasil*, 14 de dezembro de 1956, 1°C, p. 5.

opinião pública ao jogar no debate público suas tomadas de posição. Nesse sentido, compreende-se melhor o motivo do *JB* enfatizar que “o governo” observe as reações da opinião pública, que em última instância, nesse caso, seriam as reações da própria imprensa.

Em nova data comemorativa, agora da Independência do Brasil, o *JB* volta a falar sobre a relevância da *opinião pública* e também da imprensa para o regime democrático. Nesse sentido, afirma que “em todas as etapas marcadas pelos episódios que culminaram no grito do Ipiranga” e “através de toda a evolução, em todos os momentos decisivos da vida nacional, aí estavam figuras representativas **da imprensa desempenhando a sua tarefa como intérpretes dos anseios populares**”⁶⁹⁹. Assim,

Transcorre a data magna da nacionalidade, neste 7 de setembro de 1956, com um movimento insidioso contra a **nobre missão que a imprensa** desempenhou, desempenha e desempenhará, porque ela outra coisa não é senão **o espelho que reflete o estado de espírito da comunidade pátria**, e, se a imagem do panorama aparece embaciada ou escura, a culpa deve ser procurada nos aspectos de uma realidade áspera e tosca.

A opinião pública fala pela imprensa, e os líderes e legítimos intérpretes do pensamento coletivo devem estar atentos aos mínimos detalhes do sentir profundo da alma popular, a fim de atender aos que nela existe de sentido permanente e irresistível nas suas manifestações políticas.

É preciso não esquecer, nos instantes de fermentação das paixões, em que a razão entra em eclipse, que nada até hoje se realizou de salutar e construtivo, dentro de nossas fronteiras, que não fosse movido pelo impulso espontâneo da massa e exteriorizado nas páginas **da imprensa ou através do verbo dos tribunos**.

Tudo que se tentou fazer sem a livre manifestação do pensamento coletivo só trouxe ao País inquietações inúteis e dissabores estéreis. Essa é a lição da História, não só fonte de ensinamentos benfazejos, como corregidora implacável”⁷⁰⁰.

Nesses trechos, o discurso autorreferencial foi usado para construir distintas imagens da imprensa, sua atuação no regime democrático e, também, sobre sua relação com a *opinião pública*. Primeiro, encontramos textualmente a referência a uma *função pública* que já havíamos identificado em estratégias discursivas de legitimação da fala, a qual chamamos de *função pública de intérprete do pensamento coletivo*. Entretanto, ao deixar explícito tal papel, o jornal reforça os elementos para que a fala proveniente da imprensa ganhe mais autoridade no debate público, especialmente por segmentar esse coletivo em populares, e, com isso, autoriza suas tomadas de posição, fator essencial, tendo em vista que o jornal é uma empresa privada. Para essa legitimação, a segunda forma com a qual o *JB* constrói a imprensa seria essencial, pois ao construir a imprensa enquanto um espelho que apenas reflete o que ocorre na sociedade, confere o caráter de neutralidade e objetividade necessários a atividade jornalística. Mas, dessa forma, pode-se questionar se a condição de intérprete não se oporia à condição de

⁶⁹⁹ “A jornada da independência”, *Jornal do Brasil*, 07 de setembro de 1956, 1°C, p. 5.

⁷⁰⁰ “A jornada da independência”, *Jornal do Brasil*, 07 de setembro de 1956, 1°C, p. 5.

espelho? Defendemos que não, justamente porque os ideais que legitimam ambas as construções são os mesmos, isto é, neutralidade e objetividade, tanto que em outro texto, ao qual nos referimos nos capítulos anteriores, o *JB* já havia afirmado que a “opinião” que difunde em suas páginas não seria a sua, mas do *povo*.

Diante disso, fica mais fácil compreender a afirmativa de que *opinião pública* falaria pela imprensa, isto é, primeiro difunde, em texto anterior, que os anseios populares compõem a opinião pública, agora defende que a imprensa é intérprete dos anseios populares, por isso, pode-se dizer que, segundo essa concepção, a *opinião pública* falaria pela imprensa. Contudo, tal concepção tem um sentido maior, pois nesses termos, defender que o governo deveria ouvir os anseios populares seria o mesmo que dizer que deveria ouvir a imprensa e, com isso, torna mais evidente a *função pública de auxiliar da coisa pública*, na qual advertiria, aconselharia, indicaria caminhos e modos de se resolver questões que dizem respeito ao interesse coletivo. E, também, a partir desse conjunto de *funções* e *condições* que o *JB* relegou à imprensa, em síntese formariam uma das *funções públicas* que o jornalismo mais propalaria, ou seja, de *mediadora entre sociedade e estado*.

Por fim, percebe-se que o *JB* constrói a relação entre imprensa e opinião pública de duas formas distintas. Primeiro, a imprensa como orientadora da *opinião pública*. E depois, a *opinião pública* que falaria pela imprensa. No entanto, em ambos os casos se conduz a um fim comum: o governo, a administração pública e os *homens públicos* deveriam ficar atentos ao que a imprensa *diz* (publica). Nesses casos, há também um objetivo comum, a saber, a imprensa trabalhar em prol do regime, assim como seria um dos sustentáculos da lógica democrática de debate público de assuntos politicamente relevantes. Dessa forma, não é aleatório que o *JB* faz associação entre imprensa, *opinião pública* e democracia de modo mais sistemático, sempre em datas comemorativas (15 de novembro; 7 de setembro), tal decisão já vem imbricada em muitas camadas de significação.

Diante da candidatura de Ademar de Barros para Governador de São Paulo, o jornal é bem categórico ao afirmar que “há um processo oral, que anda de boca em boca e que o condenou inapelavelmente no julgamento da opinião pública desde o dia em que ele soltou a frase que correu célere o vasto território nacional: “Roube, mas faça”, essa é uma mera opinião, mas que por si só condena mais que as decisões de todos os juízes e tribunais de Justiça”⁷⁰¹. Nessa passagem, identificamos outra forma de conceber a *opinião pública*, como aquela que se origina de conversas de boca em boca que possuem também a força de julgar e absolver como

⁷⁰¹ “Lembraí-vos da frase, cidadãos paulistas!”, *Jornal do Brasil*, 23 de março de 1957, 1°C, p. 5.

a opinião pública que se origina de outros meios, especialmente quando a imprensa dá amplitude ao debate difundindo em suas páginas esse boca a boca. Pode-se, assim, interpretar que, nesse caso, a opinião pública fala pela imprensa.

Por fim, o *JB* vê positivamente a atitude de Juscelino Kubitschek ao chamar no Catete diretores dos jornais do RJ para entrevista juntamente com Lucas Lopes, o Ministro da Fazenda, e afirma: “o JORNAL DO BRASIL compareceu. Não tinha porque deixar de fazê-lo, tratando-se de convite do Chefe de Estado, cuja legalidade nunca nestas colunas se contestou, para expor assunto que não lhe pertencia privadamente ou politicamente, mas a todo o povo brasileiro”, pois “**se não comparecêssemos, seríamos acusados – e desta vez com razão – de facciosos ou apaixonados. Fomos – e ouvimos**”. Dessa entrevista, o *JB* destaca que o Ministro da Fazenda expôs “suas ideias a parlamentares e jornalistas, e através **dos jornalistas a todo o povo**, e se propõe a debatê-las, a defendê-las, não através da corrupção ou da pressão parlamentar, mas através da conquista da **opinião pública**”⁷⁰².

Primeiro, a imprensa se faz enquanto intermediária, levando ao conhecimento do povo os assuntos discutidos na esfera administrativa, ou seja, meio pelo qual os *homens públicos* falam ao *povo*, publicizando os assuntos políticos. E nessa função de intermediária, acaba agindo sobre um público amplo e essa ação auxilia na formação da *opinião pública*, como exposto por Lippmann (2010).

Essa perspectiva de a mídia agir sobre um público amplo e por isso ser fundamental para a formação da *opinião pública* também aparece no jornal *Ultima Hora*, quando, diante do episódio da carta Brandi, afirma que “as últimas e irritadas declarações do general Maurell Filho sobre a carta que ‘O Globo’ e a ‘Tribuna de Imprensa’ estamparam como sendo dirigida pelo deputado argentino Brandi ao sr. João Goulart, não deixam mais dúvida sobre a origem criminosa do singular documento”. Assim, destaca que “o que, porém, torna-se indispensável, é que **o povo** seja, ininterruptamente, esclarecido. A **opinião pública** que foi durante dias e dias enganada com a divulgação de boatos e mentiras em torno da carta falsa reclama agora informações nítidas e verdadeiras”⁷⁰³. E nesse caso, o próprio *UH* iria trabalhar em prol desse esclarecimento, o que já vinha fazendo em relação à política econômica do café, quando argumenta que “os termos brutais em que o problema vem sendo colocado de parte dos entreguistas corresponde a uma realidade: é que a opinião pública, cada vez mais esclarecida, prepara-se para resistir com todas as suas energias à ofensiva contra a emancipação econômica

⁷⁰² “A reunião de ontem”, *Jornal do Brasil*, 24 de outubro de 1958, 1°C, p. 3.

⁷⁰³ “Que seja esclarecida a opinião pública sobre a falsidade da carta Brandi”, *Ultima Hora*, 11 de outubro de 1955, 1°C, p. 4. Coluna de Ultima Hora.

do Brasil”. Assim, na tarefa de esclarecer a *opinião pública*, o jornal se empenha fortemente, fazendo constantes denúncias sobre o “entreguismo”⁷⁰⁴.

Em ambas as referências à *opinião pública*, identificamos que seria a perspectiva de que a imprensa age sobre um público, assim, contribui para formar a *opinião pública* (LIPPMANN, 2010). No entanto, diferente dos jornais anteriores, o *UH* traz a perspectiva de que tal ação também poderia ser negativa, tendo em vista que alguns integrantes da imprensa poderiam estar trabalhando não para esclarecer a *opinião pública*, mas ao contrário, para enganá-la e com isso alcançar o objetivo de desestabilizar a democracia para, assim, “impedir a marcha do progresso”. Dessa forma, há o reconhecimento de que nem sempre a *opinião pública* seria esclarecida e os diários podem trabalhar em favor desse esclarecimento ou para turvá-la, sendo que o centro da exposição do *UH* estaria nessa capacidade da imprensa agir sobre o público, trazendo a observação de que nem sempre tal ação seria em defesa da democracia. Essa situação permite que se identifique um conflito entre os diários para estabelecer a visão mais legítima sobre um assunto (CHARTIER), que de modo mais profundo seria uma disputa para ver quem estaria no comando da *opinião pública*, quem conseguiria orientar a *opinião pública*, não apenas colocando as pautas para debate, mas coordenando as posições sobre cada pauta (BOURDIEU).

Por fim, o *CM* traz uma apreciação bem particular ao afirmar “que a opinião pública esclarecida pode não ganhar eleições, mas certamente se levantará contra um pleito fraudado na base de dois milhões de votos”⁷⁰⁵. Nesse caso, a *opinião pública* estaria relacionada ao resultado das urnas, mas a novidade está no reconhecimento de que o resultado nem sempre seria fruto da vontade da *opinião pública* tida como esclarecida. Em outros termos, levanta a hipótese de haver uma opinião pública que não seria esclarecida e que poderia tomar o comando da opinião quando essa teria como origem o resultado das urnas. Ao lembrarmos das críticas aos *homens públicos*, pode-se dizer que tal situação para a democracia brasileira poderia ser muito problemática, pois, na perspectiva dos jornais, poderia conduzir pessoas inadequadas aos postos de comando.

Diante desse cenário, o *CM* argumenta que “o poder, politicamente falando, está tanto nas posições do Executivo quanto nas do Legislativo, do Judiciário, e nas posições que definem roteiro político”, assim, “nas posições de liderança, de captação e direção de opinião, de força opinativa. **As democracias são regimes destinados não a coagir, mas a viver sob uma**

⁷⁰⁴ “Café e petróleo: e entreguismo não esconde seus propósitos”, *Última Hora*, 05 de setembro de 1958, 1°C, p. 3, “Flash” do momento

⁷⁰⁵ “A importância da política da fraude”, *Correio da Manhã*, 31 de maio de 1955, 1°C, p. 6.

esplêndida coação – a da opinião pública⁷⁰⁶. E certamente, nesse ponto, a “opinião pública esclarecida” não se calaria diante dos possíveis ataques à democracia, funcionando como um contrapeso diante das ações daqueles que estariam no poder. Considerando que a *opinião pública* teria tido importante ação nos movimentos de novembro de 1955, segundo o *CM*, “os movimentos de novembro tiveram, assim, um sentido democrático, reunindo, na ocasião, forças ecléticas no quadro da **opinião pública**, forças que estiveram eventualmente identificadas em face à emergência que para o país queriam criar os golpistas”⁷⁰⁷. Por isso, argumenta em outro texto que “a anestesia da **opinião pública** somente favorece a ação dos que, por uma forma ou outra, desejam subverter a ordem constitucional. Esta ordem já começou a ser subvertida no plano econômico”, então, não espanta “que a obra iniciada naquele setor seja concluída pelos empreiteiros da desordem política”⁷⁰⁸.

Se tentarmos uma aproximação entre os autores que trabalham conceitualmente a *opinião pública*, o *CM* se identifica mais com a perspectiva de Champagne (1996), mas o que destacamos seria a ênfase do jornal em construir a *opinião pública* como essencial ao regime, à sua conservação. Assim, o diário evidencia que a *opinião pública* não seria una, não seria coesa, nem monolítica, ao contrário seria formada por diferentes forças que simbolizam distintas correntes de opinião e aí residiria o seu caráter democrático, mas essas distintas forças deixariam de lado suas diferenças em função de um objetivo partilhado, o combate a um inimigo comum – os *golpistas* que desejavam subverter a ordem constitucional, descrição próxima da abordagem de Laclau⁷⁰⁹ quando se refere à formação dos grupos, ou melhor, da identidade dos grupos.

Questões que também nos remete à perspectiva de Bourdieu sobre a “opinião pública”, ou seja, esta seria “um instrumento de ação política” e que “o estado da opinião em um dado momento do tempo é um sistema de forças, de tensões” (1987, p. 138 – 139).

5.2 DEMOCRACIA E LIBERDADE

⁷⁰⁶ “Posse ao eleito”, *Correio da Manhã*, 27 de setembro de 1955, p. 6, 1°C, editorial principal.

⁷⁰⁷ “Convivência impossível”, *Correio da Manhã*, 18 de outubro de 1956, 1°C, p. 6.

⁷⁰⁸ “Dos pelegos ao latim”, *Correio da Manhã*, 26 de outubro de 1956, 1°C, p. 6.

⁷⁰⁹ Laclau (2013) preocupa-se com formação de grupos sociais. Para ele, existiriam alguns elementos comuns que unificariam em um grupo indivíduos socialmente distintos, e geralmente um dos elementos que geraria a amálgama do grupo seria a luta contra um inimigo comum a todos os indivíduos heterogêneos. Assim, as diferenças não seriam suprimidas, porém, ocorreria a formação da identidade do grupo a partir desses elementos comuns a todos os integrantes do grupo. Para a construção dessa identidade, o discurso teria papel central.

Se a democracia, segundo a concepção extraída dos jornais, seria o regime da opinião, por extensão também seria o regime da *liberdade*. Será que os diários partilham dessa percepção?

Um dos primeiros elementos ligados à *liberdade* e democracia que o *OG* apontou se refere à liberdade de culto, “sem distinções nem preferências”. Nesse sentido, argumenta que no Brasil “**ninguém se pode queixar, nem se queixa, de ser, neste capítulo, tratado desigualmente**”⁷¹⁰. Em função do Congresso Eucarístico ocorrido em 1955 no Brasil, *OG* volta a falar sobre religião e liberdade, ao afirmar que a formação política do Brasil seria “senão reflexo dos preceitos do cristianismo, quando colocamos na primeira linha de uma tábua de direitos e garantias o **respeito pela pessoa humana, pela sua liberdade**”. Acrescenta que “por duas vezes nos associamos aos graves conflitos mundiais”, justamente pela “nossa identificação com a regra da vida moral, que aceitamos como indispensável da fé cristã”, mas a batalha não teria sido encerrada, pois “pelas mesmas razões continuamos a lutar contra o totalitarismo vermelho e ateu, que nos ameaça do Oriente”, isso porque não “aspiramos à paz marxista, a que considera a Religião como o ópio dos povos, a que destrói todas as franquias espirituais, civis e políticas, a que não conhece cidadãos, mas simples membros do ‘Partido’, do partido único – **negação de todas as conquistas democráticas**”⁷¹¹.

O Globo elabora uma complexa associação entre os ideais democráticos e os preceitos da religião cristã (em específico a católica), para deslegitimar o comunismo. Assim, o diário colocaria em lados opostos a democracia, com a liberdade de culto e o comunismo que não possuiria culto nenhum. Dessa forma, o “totalitarismo vermelho”, na perspectiva do *OG*, não desejaria acabar apenas com a liberdade de as pessoas escolherem uma religião, mas desejaria acabar com a possibilidade de existir qualquer religião. Contudo, a oposição entre democracia como símbolo de liberdade e comunismo como símbolo de escravidão não se encerraria nos argumentos baseados na religião.

Ainda argumenta que “a vantagem **do sistema democrático está principalmente na possibilidade, que tem a crítica**, de se exercer livremente, e por igual de permitir aos atacados a garantia de ampla defesa e máxima publicidade desta. É o que não consentem as ditaduras, mesmo as mais brandas”⁷¹². Dessa forma, “os regimes ditatoriais totalitários são corroídos pelo impiedoso câncer da supressão da liberdade. Foi essa chaga incurável, mais que os azares da Guerra, que destruiu Hitler com todas as suas ‘panzer’ e Mussolini com todas as suas baionetas”

⁷¹⁰ “Pela paz religiosa entre os argentinos”, *O Globo*, 16 de junho de 1955, 1°C, p. 1.

⁷¹¹ “O Brasil e o Congresso eucarístico”, *O Globo*, 16 de julho de 1955, p. 1.

⁷¹² “A democracia no Governo Café Filho”, *O Globo*, 21 de setembro de 1955, p. 1, EP

e, também, “há de ser ela que destruirá as ditaduras vermelhas”. Nessa classificação, entraria o comunismo russo, que segundo o jornal “não passa de um sistema bárbaro de escravizar homens e de anular consciências em nome de benefícios futuros”, ao ponto de se “negar aos comunistas a condição humana consciente e livre”, pois “os homens servilizados pelo comunismo são autômatos”. Para corroborar essa afirmação, usa o exemplo de Stalin que enquanto vivo seria visto e seguido como o líder supremo e após sua morte teria sido execrado. Assim, “os comunistas conseguiram realizar o maior de todos os seus planos, a supressão da liberdade. Mas a sua vitória é o começo da derrota”, pois “a história mostra com exemplos fartos, remotos uns e bem próximos outros, que nenhuma sociedade se mantém indefinidamente nesse estado de absoluta supressão da liberdade. Por menor que o pareça, a campanha anti-stalinista bem pode ser o começo do fim”⁷¹³.

Em editorial intitulado “O malogro do nacionalismo e do estatismo no mundo”, *OG* alega que o *nacionalismo* e o *estatismo* teriam sido essenciais para o fascismo e o nazifascismo e como ambos os conceitos não seriam compatíveis com os ideais democráticos, especialmente com o conceito de *liberdade*. De um lado, porque pelo estatismo, o fascismo⁷¹⁴ teria conseguido absorver pelo Estado “todas ou quase todas as atividades nacionais, em quaisquer campos”. De outra parte, o *nacionalismo* “foi a bandeira da xenofobia e o preconceito da guerra, em que acabaram perecendo”. Dessa forma, *OG* defende que, agora no pós-guerra, a luta que se trava, seria “um renovado conflito entre a liberdade ameaçada agora pelo comunismo e os povos, que não querem abrir mão das franquias democráticas”. Assim, “o que realmente divide a humanidade é o choque de duas concepções⁷¹⁵. Numa, a pessoa humana é que conta; noutra, o Estado, esmagador, síntese de todas as forças, propulsor e monopolizador de todas as iniciativas”. Por isso, “nenhum democrata pode estar, senão por engano, do lado dos que

⁷¹³ “O começo do fim”, *O Globo*, 05 de abril de 1956, 1°C, p. 1.

⁷¹⁴ *O Globo* utiliza o conceito de *fascismo* tanto para o Itália de Mussolini quanto para a Alemanha de Hitler.

⁷¹⁵ No editorial “Flagrantes e contrastes entre dois mundos”, *O Globo*, 24 de fevereiro de 1959, 1°C, p. 1. *OG* afirma que “BERLIM é, na atualidade, o teste definitivo entre os dois mundos antagônicos”, o mundo livre – Ocidente democrático - e o mundo escravizado – Oriente comunista, assim, “toda aquela imensa categoria de povos, situados atrás da cortina de ferro, apenas nominalmente se constitui em Estados soberanos”. Essa mesma distinção entre “dois mundos” é retomada em “Com os dedos cruzados”, *O Globo*, 16 de setembro de 1959, 1°C, p.1. No editorial “Na soleira do ano novo”, *O Globo*, 31 de dezembro de 1959, 1°C, p.1.” a ideia de que “dois blocos políticos em que se divide o mundo” reaparece e se faz novamente uma comparação entre ambos. *O Globo* no editorial “Fidel Castro contra as Américas”, *O Globo*, 06 de julho de 1960, 1°C, p. 1. “Também compreender as posições de Fidel Castro a partir dessa dualidade: “mundo livre e o mundo comunista, entre a civilização cristã e o marxismo materialista e ateu”, sendo que “nesse conflito colossal, o governo de Fidel Castro está consistente e deliberadamente servindo o totalitarismo comunista e bandeando-se francamente para o outro lado. A sua preferência seria apenas lamentável, se não fosse também perigosa, pondo em risco a segurança da América. E isso que é preciso acentuar, isso e que basta ver, isso e que deve ser o princípio diretor para a ação inevitável dos outros povos da América”.

suprimem a liberdade. **Seja a do indivíduo, seja a da empresa particular. A democracia tem sua base no indivíduo**, suas prerrogativas e seus direitos. O estatismo é o oposto; é a opressão do indivíduo pelo Estado”. Assim “como escreveu um dos mais lúcidos espíritos da atualidade europeia, ‘um povo que depende por inteiro do Estado **não é um povo; é uma plebe**’”⁷¹⁶.

OG constrói uma intrincada argumentação. Primeiro, associa o nazismo e o fascismo ao comunismo, como uma estratégia que autorizaria sua fala no debate público ao mobilizar imagens (Segunda Guerra Mundial) que construiriam o comunismo como a negação dos ideais democráticos, nesse caso, especialmente em relação à *liberdade*. Para isso, relaciona os conceitos de *nacionalismo* e *estatismo*, que seriam os preceitos básicos do fascismo e do nazismo, como pertencentes também ao comunismo. Como resultado, o jornal passa a deslegitimar as ações políticas, econômicas e sociais que são embasadas no *nacionalismo* e no *estatismo*, com o intuito último de chegar ao caso brasileiro e desautorizar a intervenção do Estado na sociedade, classificando-a como não democrática, pois interferiria na liberdade de iniciativa.

Essa argumentação é corroborada quando *OG* acrescenta que o Brasil estaria se defrontando “com uma nova ‘poussee’ do nacionalismo que Vargas cunhou como um princípio, quando criou o Estado Novo, ou seja, a **supressão do regime de opinião**”. Entretanto, lembra que “o nacionalismo fascista empobreceu a Alemanha e a Itália que só agora, vivendo democraticamente se estão recuperando. A ressurreição da Alemanha causa mesmo assombro ao mundo” e o seu exemplo demonstraria que “**o progresso de qualquer grupo humano não é incompatível com o regime de liberdades**. Ao contrário; a servidão estatal e xenófoba é que cria a miséria e leva à revolução ou à guerra”. E “no BRASIL a economia dirigida, a administração do Estado nos serviços públicos tem sido simplesmente catastrófica. Poderemos sem risco insistir nessa direção?” Como resposta, *OG* afirma que “**parece que nenhuma força verdadeiramente democrática será capaz de inclinar-se por essa, já comprovadamente ruínosa, solução**”⁷¹⁷. Isso nos leva a interpretar que, na percepção do jornal, quem iria por esse caminho (intervenção estatal) não seria “verdadeiramente democrático” e, nesse caso, haveria uma situação que autorizaria uma intervenção para “restituir ao regime sua pureza democrática”, lembrando qual foi o discurso que legitimou 1964.

Dessa forma, o que permeia o debate seria a discussão sobre até onde, em uma democracia com base no ideal de liberdade, a intervenção do Estado poderia chegar, ou seja,

⁷¹⁶ “O malogro do nacionalismo e do estatismo no mundo”, *O Globo*, 21 de junho de 1957, 1°C, p. 1.

⁷¹⁷ “O malogro do nacionalismo e do estatismo no mundo”, *O Globo*, 21 de junho de 1957, 1°C, p. 1.

em um Estado altamente interventor, a democracia ficaria em segundo plano por cercear a livre iniciativa. Nesses termos, pode-se levantar a hipótese de que *OG* utilizaria o ideal democrático de liberdade para defender o *laissez faire* da ortodoxia econômica.

Sintetizando, quando *OG* faz associação entre democracia e *liberdade*, o faz basicamente em comparação com o comunismo, que segundo o jornal tornaria os seres humanos autômatos. Assim, a *liberdade*, para *OG*, diria respeito aos cultos, ao pensamento, à crítica e à livre iniciativa e o Estado, ou o que chama de *estatismo*, coibiria qualquer dessas iniciativas, cercearia a individualidade humana. De outro lado, tem-se a democracia-liberal, que possui como base o ideal de liberdade fundada na figura do indivíduo e nas suas iniciativas. Assim, ao falar em *liberdade*, o diário faz uma associação direta entre democracia e capitalismo. Dessa forma, o jornal se aproxima grupo que Capelato (1989) define como imprensa liberal brasileira, que apesar de suas diferenças possuíam alguns pontos em comum, como o combate à inflação, a posição amplamente favorável ao capital estrangeiro, o antinacionalismo, a defesa do livre comércio e por fim, o anti-intervencionismo. Afastando-se assim do modelo nacional-desenvolvimentista (MEYRER, 2017).

Duas semanas após *OG* lançar o editorial sobre *nacionalismo* e *estatismo*, o *JB* publica o texto “Privatismo e Estatismo”, onde argumenta que “a celeuma em torno dessas duas categorias transpôs-se nos últimos tempos do campo teórico para a aplicação prática na vida brasileira”. Diante dessa afirmação, o *JB* ratifica a sua posição, ao afirmar que de tal maneira o debate sobre privatismo e estatismo “se tornou absorvente que impõe a **reafirmação nítida de pensamento desta folha, conservador nos seus objetivos e liberal na sua essência**”. Pode-se indagar o que isso significaria e o próprio jornal esclarece: “Conservador no seu espírito de manter a continuidade, através do tempo, da nossa maneira de ser brasileiros, da nossa fisionomia nacional” e “liberal na sua preocupação de defender, em face das ideologias agressivas do mundo moderno, o senso cristão da pessoa humana e o conceito jurídico da legalidade democrática. Dessa diretriz, que data da fundação do JORNAL DO BRASIL, não temos motivo para desviar-nos”⁷¹⁸.

Esses esclarecimentos são significativos, pois em qualquer verbete ou trabalho sobre o *Jornal do Brasil*, ele sempre é classificado de liberal-conservador e católico, sem que haja, no entanto, uma preocupação em definir tais conceitos, o que fica mais claro com a declaração do próprio *JB* exposta acima. Ou seja, o conservador descrito pelo periódico permite que o associemos aos costumes, à moral e a cultura, e, nesse ponto, o liberal seria uma das

⁷¹⁸ “Privatismo e Estatismo”, *Jornal do Brasil*, 07 de julho de 1957, 1°C, p. 5.

características da “maneira de ser brasileiro”, baseado no ideal cristão e na legalidade democrática. Nesse sentido, o liberal caracterizado pelo *JB* pode estar associado às escolhas, a liberdade de escolher como se quer viver e esse ponto é justamente o que o aproxima do conservadorismo, especialmente do clássico ligado à Edmund Burke (2014)⁷¹⁹. Essa concepção é coerente com a afirmativa do jornal feita no início da análise desta pesquisa, sobre as representações de *povo*, onde o diário assevera que até aceita que Cuba vire socialista, se isso fosse um desejo de seu povo, se houvesse lastro cultural para isso, e que não fosse uma mera imposição de forças estrangeiras⁷²⁰.

Ainda podemos questionar como tais afirmações, especialmente os conceitos de privatismo e estatismo, se relacionam à liberdade e essa, por sua vez, à democracia? O *JB* mesmo trata de responder a essa questão:

A obsessão do Estado se tornou, nos dias que correm, tanto mais grave quanto nem sempre decorre das reivindicações da justiça nem dos imperativos da ordem, mas aparece como fenômeno próprio do século XX. Ela começa por preconizar, nos limites de uma economia nacional fechada, a abolição da concorrência e o exercício da ditadura econômica por uma burocracia de técnicos onisciente ou de chefes onipotentes, e termina por produzir, no plano político, uma vasta organização concentracionista, a que – à direita como à esquerda - se aplica o esquema que Tomsky⁷²¹ com experiência própria, denunciava no Estado soviético: ‘Um partido no poder e todos os outros na prisão’⁷²².

Acrescenta que, no caso brasileiro, “o problema do estatismo” atinge duas áreas diversas. De um lado, tem-se a “defesa de um patrimônio condicionado pelo interesse direto para a segurança nacional, pela significação histórica da realização material, e pelo perigo para as **liberdades públicas** que resultaria da concentração de riquezas de base em mão de particulares”, nesses caso, enquadram-se Volta Redonda e a grande siderurgia, os poços e as refinarias de petróleo, a eletrificação de Paulo Afonso que simbolizariam não apenas conquistas econômicas, “mas também da história da energia do homem brasileiro”. De outro lado, “a ação do Estado atinge às vezes o ridículo e, infelizmente, dados seus poderes discricionários, não só o ridículo, é quando intervém em zonas próprias da economia privada”⁷²³. Entretanto, não deixa

⁷¹⁹ Burke (2014) em *Reflexões sobre a revolução na França*, considerado como a obra fundadora do conservadorismo argumenta que os povos deveriam ser livres para escolher a maneira como desejariam viver e tal escolha não poderia ser uma imposição, nem algo arbitrário ela teria que ser baseada nas tradições forjadas pela experiência.

⁷²⁰ “As revoluções”, *Jornal do Brasil*, 09 de setembro de 1960, 1°C, p. 3.

⁷²¹ Mikhail Pavlovitch Tomsky (1880-1936) autor de “Os sindicatos, o partido e o Estado”, livro composto de uma seleção de palestras do Tomsky. Foi presidente do Conselho Central dos Sindicatos da União Soviética entre setembro de 1922 a maio de 1929 e integrou o Partido Operário Social-Democrata Russo, no qual se aproximou da facção bolchevique deste, sendo posteriormente expurgado da liderança do partido.

⁷²² “Privatismo e Estatismo”, *Jornal do Brasil*, 07 de julho de 1957, 1°C, p. 5.

⁷²³ Como exemplo, o jornal difunde: “o leitor, se correr os olhos do espelho de preços que o JORNAL DO BRASIL publica dia a dia, verá a que alturas de inconsciência atinge essa tentativa de contenção do mercado num País em

de argumentar que seria injusto acusar o Governo de conspirar “para implantar um Estatismo ainda mais radical”, porém, “pela ausência de sentido realmente construtivo, pelo espírito falsamente dinâmico, pelo jogo das hesitações e indefinições, ele abre, infelizmente, oportunidade aos adversários, notórios ou encobertos, do regime, para que sonhem com todas as aventuras”. Finaliza o texto reforçando que “**nossa posição, porém, queremos que fique bem nítida**. Somos contra as hemiplegias ideológicas que limitam a liberdade do homem à sombra da ação do Estado”. Ainda acrescenta: “somos contra a ressurreição artificial de um individualismo econômico obsoleto. E confiamos nas soluções brasileiras em que se aproveite a trágica experiência do homem moderno para fazer desta Nação uma terra de homens livres – e felizes”⁷²⁴.

Nessas passagens, identificamos que o *JB* concordaria com a intervenção do Estado em áreas estratégicas da economia, mas o mesmo não se aplicaria às áreas da iniciativa privada. Assim, deveria haver um equilíbrio na intervenção estatal. Dessa forma, a discussão de fundo seria a mesma já identificada no *OG* – até onde o Estado poderia intervir –, sendo que o *JB* concede um grau de intervenção maior do *OG*, achando inclusive necessária a intervenção para que não houvesse excesso de concentração de riqueza, o que também deturparia o ideal democrático, especialmente uma possível democracia social.

Contudo, o *Jornal do Brasil* deixa explícito em outros textos que a ordem democrática se funda “na liberdade e na supremacia do Direito”⁷²⁵. Então, para que a “democracia, com o seu patrimônio de liberdade, não sofresse um colapso, pisada pelas legiões totalitárias”, os soldados brasileiros foram enviados à 2ª Guerra Mundial⁷²⁶. Por fim, afirma que “vivemos numa democracia”, mas pode-se questionar o que isso significa? Para o diário, quer dizer “o livre funcionamento das instituições e, nele, o respeito à imprensa”⁷²⁷.

Dessa forma, o *JB* marcaria uma importante diferença em relação à *OG*. Para o jornal dos Marinho, o ideal de liberdade estaria associado à democracia concebida como não intervenção do Estado nas atividades econômicas, sociais e culturais, especialmente o não cerceamento das iniciativas privadas. O *JB*, embora não desconsidere esses elementos, defende um grau de intervenção estatal maior do que *OG*, concebendo a relação entre liberdade e democracia por outro prisma, ao considerar o regime democrático como aquele baseado na

que não há distribuição organizada e em que órgãos oficiais ora querem que o varejo venda por menos do que compra, ora se esquecem de reajustar as tabelas à baixa que as condições econômicas impõem”.

⁷²⁴ “Privatismo e Estatismo”, *Jornal do Brasil*, 07 de julho de 1957, 1°C, p. 5.

⁷²⁵ Sob o imperativo da ordem”, *Jornal do Brasil*, 03 de maio de 1957, 1°C, p. 5.

⁷²⁶ “Preito de saudade e gratidão”, *Jornal do Brasil*, 02 de novembro de 1955, 1°C, p. 5.

⁷²⁷ A ‘terceira data’”, *Jornal do Brasil*, 18 de novembro de 1958, 1°C, p. 3.

liberdade de opinião/expressão. Com isso, quando há a associação entre liberdade e democracia, no *JB* identificou-se também uma relação com a liberdade de imprensa.

O *Ultima Hora* traz um tom distinto. Em 1955, quando associa liberdade e democracia, anuncia que “o essencial, agora, é superar a crise, a fim de que a campanha eleitoral decorra normalmente”, para na sequência fazer a defesa de alguns ideais e valores democráticos: “uma marcha democrática, limpa, legal, sem quebra dos princípios de liberdade que constituem a fonte criadora das reformas sociais, nos conduzirá a objetivos acordes com a aspiração popular”. Assim, “as **paixões** e os apetites devem ser arrefecidos, a fim de evitarmos que, na confusão, os direitos do povo sejam escamoteados”, pois “a lição do passado é de que, sempre que os atritos no campo da política se aguçam, as liberdades, temporariamente embora, perecem, são rudemente sacrificadas”, ou seja, “por melhores que tenham sido, em todas as emergências, as vontades dos líderes, tal desgraça a História tem registrado invariavelmente”. Finaliza o texto instituído da *função pública de auxiliar da coisa pública* para proferir palavras de ordens: “Que todos, pois, assumam um compromisso perante a Nação e perante a própria consciência: as liberdades, em quaisquer circunstâncias, devem ser mantidas. Que, pelo menos neste ponto, não falte a lealdade mais real. **Sejamos enérgicos e duros, na defesa da liberdade!**”⁷²⁸.

Nessa defesa, *UH* é incisivo, como podemos observar na declaração de março de 26 de 1955: “ULTIMA HORA tem denunciado, dia a dia, que no Brasil o governo é que empreita a subversão, cumprindo implacável um plano sinuoso – como devem ser todos os planos liberticidas” – orientado “à sinistra tarefa de desesperar a Nação a fim de forçá-la a aceitar como remédio heroico a revisão da política nacionalista de defesa dos minérios e, finalmente, a supressão de todas as **liberdades públicas**”⁷²⁹.

Também utiliza a queda de Perón como exemplo “aos que, entre nós, desejam uma mudança no sentido de restringir as liberdades democráticas. É o fim de um ditador que não foi feito pelas massas, nem pela preferência do homem da rua. O poder lhe foi transmitido pela força dos quartéis”⁷³⁰, assim, com a queda de Perón os argentinos voltariam à “Liberdade”⁷³¹. Retoma a argumentação de que a experiência do General Perón não demonstraria apenas que o

⁷²⁸ “A propósito da lealdade partidária”, *Última Hora*, 2 de março de 1955, 1°C, p. 4. Coluna de Ultima Hora.

⁷²⁹ “A verdadeira missão da nova COFAP”, *Última Hora*, 26 de março de 1955, 1°C, p. 4. Coluna de Ultima Hora.

⁷³⁰ Tal afirmação decorre da percepção que “Fundamentalmente, o peronismo era uma ditadura militar que, para melhor defender-se da predominância de determinados setores capitalistas, atraiu o apoio dos trabalhadores. Na base de favores oficiais, criou-se uma CGT peronista, que dava cobertura popular à ditadura. No momento em que surgiu a divergência no seio das forças armadas argentinas, Perón que havia resistido a todas as campanhas internas e externas dos seus adversários de tendências várias, perdeu a sua substância vital. Começou a morrer aos poucos, sentiu-se que a CGT era uma força falsa, artificial, não lhe garantindo a estabilidade”.

⁷³¹ “A lição do Peronismo”, *Ultima Hora*, 20 de setembro de 1955, 1°C, p. 4, Coluna de Ultima Hora.

“assunto golpe no Brasil está ultrapassado”, mas de modo mais amplo evidenciaria que “é o fim, nesta altura de nossa história política, de qualquer pretensão ditatorial na América, onde se luta pela liberdade – e liberdade para todos e não somente para alguns!”. Nesse sentido, “a Argentina é, portanto, uma advertência séria e, talvez, oportuna e salutar...”⁷³².

Especificamente no caso brasileiro, o *UH* não deixa de reforçar que “*a nossa Constituição garante a liberdade para todos, e não apenas para uma parcela de brasileiros*”. Dessa forma, institui-se a *função pública de falar pela coletividade* para difundir que “*ele [o povo] quer o respeito às leis, à prática da Constituição, porque ele ama a liberdade que só pode ser, realmente, desfrutada, sob o império da Lei*” (grifo do jornal)⁷³³. Entretanto, também reconhece “que o Brasil de hoje, o Brasil da siderurgia e do petróleo (campo, portanto, de um choque de interesses e competições muito mais brutal e agressivo que o do Brasil pré-revolucionário de 30), precisa equipar a Justiça”, que seria a “suprema garantida dos direitos individuais – com os instrumentos indispensáveis a sobrevivência não apenas da **liberdade de imprensa, mas de todas as liberdades que formam a base do regime democrático**”. Nesse sentido, ao relacionar democracia e liberdade, inclui no rol das liberdades a liberdade de imprensa, de modo semelhante ao *JB*.

No caso do *UH*, percebemos que a tônica da relação entre democracia e liberdade seria um pouco distinta do *OG*, que centrou sua preocupação na intervenção do Estado em áreas privadas, ou melhor, argumentou que tal intervenção desmedida acabaria com a liberdade e, em decorrência, com a democracia. Já o *JB* também evidenciou essa preocupação, mas enfatizou que liberdade e democracia estariam associadas especialmente pela existência da liberdade de imprensa. Por seu turno, o *UH* também se preocupa com as possíveis ameaças que a liberdade estaria sofrendo no regime democrático brasileiro, mas essas ameaças não seriam decorrentes do *estatismo*, mas de grupos que desejariam chegar ao poder de forma não democrática. Nesse caso, observa-se uma recorrente necessidade de defesa do ideal de liberdade, ou melhor, das liberdades públicas e, para isso, busca-se a legitimidade na Constituição, de modo especial a liberdade de imprensa. Assim, no *UH*, o conceito de liberdade estaria associado a constitucionalidade, não existindo democracia sem liberdade, e para que se preserve a primeira seria necessário que a última estivesse sempre garantida.

⁷³² “A catástrofe argentina tornou o golpe no Brasil um assunto ultrapassado”, *Ultima Hora*, 23 de setembro de 1955, 1°C, p. 4, Coluna de Última Hora.

⁷³³ “Quinze milhões de brasileiros afirmarão, nas urnas de três de outubro, seu anseio de progresso, soberania e tranquilidade: No povo é que está a força”, *Última Hora*, 30 de setembro de 1955, 1°C, p. 1, EP.

Por sua vez, o jornal *Correio da Manhã* deixa explícito que o regime democrático seria o “regime de liberdades e de legalidade”⁷³⁴, mas o jornal não fica apenas nessas afirmações vagas, e defende que

A liberdade que desfrutamos não é alguma coisa abstrata e formal, simples direito a expressar de maneira negativa. A democracia é ato de comunhão com os interesses populares. A defesa da liberdade faz-se estendendo, ampliando e fortalecendo o desejo de mantê-la e enraizá-la na consciência de todas as classes. A liberdade garantida pelo regime democrático deve ser una e equânime. **Este é o problema da consolidação da democracia brasileira.** Este é o problema do momento.

O passo à frente que devemos dar exige do Poder Legislativo imaginação bastante para despertar o ânimo popular. Vamos estender a área da liberdade por zonas ainda não vitalizadas pelos seus benefícios. Vamos interessar essas zonas na **defesa das liberdades tão caras a nós.** É um terreno virgem que desde 1945 está esperando o cultivo dos partidos políticos, através de leis e iniciativas⁷³⁵.

O *CM* busca reforçar a liberdade existente no Brasil. Primeiro, por considerar que seria algo muito além da liberdade permitida pelo Estado, estaria diretamente associada ao regime democrático. Nesse sentido, estender a liberdade até “zonas ainda não vitalizadas” seria também consolidar o regime e isso se tornou uma bandeira do jornal, tanto que o diário entra no debate público para apelar ao Legislativo a extensão da liberdade. E nesse ponto, sua ênfase estaria centrada nas camadas populares, ou seja, seria para esse grupo que se deveria estender a liberdade, atribuindo essa tarefa ao Legislativo, pois ao despertar o ânimo popular e com isso o seu interesse, a defesa da liberdade ganharia novo impulso.

O *CM* ainda busca deslegitimar os “movimentos ‘salvadores’ de caráter liberticida”, que visariam implantar regimes de força como solução para a crise econômica que o Brasil atravessaria, pois argumenta que “sem as liberdades democráticas o consumidor não poderá reagir contra a alta dos preços conveniente aos interesses egoístas do Estado, principalmente voltado para a sua salvação, como Estado”, pois “os consumidores não teriam a quem delegar representação nesta luta de sobrevivência com os preços, se aqui se implantasse um regime de força”. Volta a argumentar que “quanto mais aguda seja a crise, mais importante será manter e fortificar o exercício das liberdades políticas para que as minorias não prevaleçam na elaboração e na orientação econômica do governo”.

O *CM* acrescenta que “as cassandras da crise são no fundo socialmente covardes”, pois desejariam “romper a legalidade, que só tem um nome e um sentido, e não pode ser adjetivada (como fazem os comunistas ao falar em democracia *popular*, por exemplo) porque lhes falta a verdadeira coragem de defender a arena livre, e com franqueza, os interesses dos menos

⁷³⁴ “O isolamento dos comunistas”, *Correio da Manhã*, 14 de setembro de 1955, 1°C, p. 6.

⁷³⁵ “A Câmara e o mausoléu”, *Correio da Manhã*, 05 de fevereiro de 1955, 1°C, p. 6.

aquinhoodos da sorte”⁷³⁶. Nessa defesa da liberdade, concebe que a ausência de liberdade prejudicaria justamente as camadas mais populares, o que dialoga com a perspectiva anterior da necessidade de levar a liberdade à todas as zonas para evidenciar as vantagens desse conceito especialmente nos meios populares. Ao fazer isso, o jornal reconheceria também a força política desses grupos.

Dentre o já citado editorial em que o *CM* elenca cinco pontos essenciais para a causa da legalidade, um deles seria justamente a manutenção das liberdades públicas e individuais, pois “estas liberdades não representam para os brasileiros uma dádiva ou uma mercê de quem quer que seja. Foram conquistadas”. Assim, institui-se a condição de *falar pela coletividade* para difundir que “de nenhuma delas o povo abre mão. Ao contrário: deseja ampliá-las mais tarde”. Por isso, em uma tomada explícita de posição, argumenta que “não admitimos que nenhuma delas seja suprimida, limitada ou suspensa. Nada de estados de sítio, nem de estados de emergência, nem qualquer outro expediente que venha colocar as liberdades ao arbítrio de um poder executivo hipertrofiado”⁷³⁷.

Na perspectiva do *CM* sobre a liberdade, pode-se identificar a recorrência na defesa da necessidade de se expandir o máximo possível a liberdade ao país. Nesse ponto, encontramos uma estratégia discursiva de legitimação da fala recorrente nos diários, ou seja, o jornal difunde uma ideia, nesse caso, a necessidade de expandir a liberdade, como se fosse uma tomada de posição sua, ao mesmo tempo em que traz a mesma argumentação, mas como se fosse uma posição da coletividade e, para isso, institui-se da *função pública de falar pela coletividade*.

Dentre os jornais analisados, o *CM* é o que mais enfatiza a defesa da liberdade, pois para o jornal, a liberdade seria o regime em si, assim, defende-a em diferentes frentes. Outro fator que apareceu especialmente no *JB* e *UH* e que está diretamente ligado ao conceito de opinião pública é a relação entre democracia e liberdade de imprensa. Então, se de modo direto ou indireto a questão da liberdade de imprensa apareceu nos diários, será oportuno compreender melhor o que os jornais teriam a dizer a respeito.

5.3 DEMOCRACIA E LIBERDADE DE IMPRENSA

⁷³⁶ “Preços e golpes”, *Correio da Manhã*, 26 de março de 1955, 1°C, p. 6.

⁷³⁷ “Os cinco pontos”, *Correio da Manhã*, 28 de agosto de 1955, 1°C, p. 6.

O *Jornal do Brasil*, quando se refere à liberdade de imprensa, traz para o debate a tarefa do Conselho de Imprensa Interamericano⁷³⁸, declarando que esse organismo, há algum tempo, “tem desenvolvido pesquisas e informações, por todo o Continente, com o intuito de divulgar com imparcial critério o que realmente ocorre em cada país sobre as disposições dos respectivos governos no que toca à liberdade de imprensa”. Informa que em alguns países haveria uma boa vontade “em relação ao funcionamento dos **órgãos de opinião**”, já em outros o que se observa seria uma “evidente indisposição, sem nenhum sinal de que possam melhorar essas desfavoráveis condições da imprensa que não esteja disposta a transformar-se em turibulo, louvando incondicionalmente as autoridades superiores, achando que tudo se passa como no melhor dos mundos”. Nesse segundo caso, o que estaria em jogo, ou melhor, o que não estaria conseguindo ser efetiva seria a *função pública de vigilante do poder público*, pois “esse abastardamento da opinião contamina todas as camadas, para que não apareçam as mazelas de uma administração cujo único propósito é implantar a demagogia, de modo a esconder a verdade aos olhos de quantos podem divulgá-la”⁷³⁹.

Nesse sentido, segue a argumentação, na supressão da liberdade de imprensa os países se tornam “presa fácil do totalitarismo”, visto que “suprimem todas as garantias individuais, sufocam todas as condições que permitem o funcionamento dos **órgãos de opinião**”. No entanto, “a democracia permanece com o seu conceito tão elevado, que eles procuram todos os meios de ocultar a sua supressão dentro de certas fronteiras, simulando que vivem sob o funcionamento do regime único que ampara a liberdade individual”, em tais países, o diário afirma, que existiriam “simulacros de democracia”. Assim, argumenta que “as democracias tem na liberdade um ponto de contato, invariável sob todas as latitudes, enquanto os governos totalitários, francos ou disfarçados, se parecem no modo de suprimir a faculdade de pensar”, pois “sabem que com liberdade de imprensa os golpes políticos não conseguem impressionar a **opinião pública**, denunciados nos seus primeiros movimentos pelos órgãos que são o espelho do pensamento coletivo”⁷⁴⁰.

⁷³⁸ Conselho ligado a SIP – Sociedade Interamericana de Imprensa, “uma organização sem fins lucrativos que se dedica a defender a liberdade de expressão e de imprensa em todas as Américas”. “Tudo começou em 1926, quando o Primeiro Congresso Pan-americano de Jornalistas, realizado em Washington, D.C., aprovou uma resolução que recomendava a criação de um órgão interamericano permanente de jornalistas. Essa resolução, no entanto, ficou esquecida até 1942, quando se realizou no México o Congresso Pan-americano seguinte, também denominado “primeiro”, e quando se decidiu criar uma Comissão Permanente. Conferências posteriores realizadas em Caracas, Bogotá e Quito estabeleceram a SIP com seu nome atual e aprovaram seus Estatutos e Regulamentos. Conferências posteriores realizadas em Caracas, Bogotá e Quito estabeleceram a SIP com seu nome atual e aprovaram seus Estatutos e Regulamentos” (SIP, 2022).

⁷³⁹ “Restos totalitários no continente”, *Jornal do Brasil*, 02 de agosto de 1955, 1°C, p. 5.

⁷⁴⁰ “Restos totalitários no continente”, *Jornal do Brasil*, 02 de agosto de 1955, 1°C, p. 5. Argumentação retomada ao difundir que na Argentina, pós-queda de Perón, a democracia renasceu marcada pela “ideia de liberdade” que

Assim, para o jornal, um regime que cerceia a imprensa, que limite sua liberdade, não poderia ser chamado de democrático, mas vale o destaque que o jornal deu à necessidade de os regimes buscarem sua legitimidade a partir da construção de que são democráticos. Tal situação evidencia dois pontos: o primeiro, já mencionado pelo *JB*, de que a democracia já teria adquirido “conceito tão elevado” nas sociedades que mesmo os regimes não democráticos buscam construir uma aura democrática; e, segundo, que a imprensa livre seria a legitimadora e a fiadora dos regimes democráticos. Novamente, o diário concebe que a tarefa essencial do jornalismo seria funcionar como órgãos de opinião, porém, eis uma especificidade do discurso jornalístico, os diários se constroem como o espelho do pensamento coletivo, ou melhor, da “opinião coletiva”. Nesse sentido, pode-se dizer que há uma mescla entre a ideia de espelho, baseada nos ideais de neutralidade e objetividade, vinculada ao modelo de jornalismo norte-americano, com a necessidade de ser expor opiniões, algo próprio do jornalismo francês. Na concepção, especialmente do *JB*, seria nesse ponto que o jornalismo se tornaria útil e necessário ao regime democrático, na verdade, tornar-se-ia a sua condição de existência, especialmente por agir sobre um público, auxiliando na formação da *opinião pública*.

Nesse mesmo editorial, *JB* apresenta alguns elementos do jornalismo do período. Primeiro, haveria um esforço interamericano, a partir da América Latina, para possibilitar melhores condições da imprensa, de modo geral, e do jornalismo, em específico, exercerem suas *funções*, algo impossibilitado em países com cerceamento da liberdade de imprensa. Denota-se o esforço, a partir dos Congressos Pan-americanos de Jornalistas, de buscar marcar a especificidade da profissão jornalismo, antes mesmo, por exemplo, de existir o diploma de jornalista no Brasil. Assim, o movimento em prol da institucionalização do jornalismo e, também, da formação de um campo jornalístico no Brasil, na década de 1950, responde a um processo mais amplo que busca ao mesmo tempo maior reconhecimento e autonomia ao jornalismo, em especial na América Latina, justamente em função dos diversos governos ditatoriais instalados no continente.

Dentro desse contexto e possivelmente ligado a esse processo mais amplo, surge no Brasil a proposta de criação da Ordem dos Jornalistas, que para vigorar precisaria ser aprovada pelo Congresso. O *JB* esclarece que “a Ordem dos Jornalistas é uma velha aspiração da classe,

é a “ideia central do regime democrático”, e como “sinal mais evidente de que um povo vive em regime democrático”, restabeleceu a liberdade de imprensa. Assim, afirma, que “as ditaduras não podem viver senão no regime de coação, de restrições, de censura ao exercício da profissão jornalística. É necessário, para dominar as massas, impedir que os jornais estampem livremente suas ideias, interpretando o pensamento nacional, únicos meios de adulterar a personalidade coletiva. Sem isso, não conseguem durar os governos discricionários”. “Sintomas de nova ordem”, *Jornal do Brasil*, 27 de setembro de 1955, 1^oC, p. 5.

que passa, assim, a controlar a atividade do profissional da pena, como a Ordem dos Advogados controla a ação dos profissionais do Direito. Fica, deste modo, feita a equiparação entre as duas nobres profissões”. Assim, o “jornalista passará a ser submetido ao Conselho da Ordem dos Jornalistas”. Com isso, desloca-se “para a própria classe a competência para se entender com os jornalistas, garantindo seus direitos e velando pelo cumprimento de seus deveres, devendo guardar na sua conduta diária os preceitos de ética que serão formulados, de modo a que a classe se sinta senhora de suas responsabilidades”.

Os jornalistas terão a sua conduta apreciada pelos jornalistas, reunidos no Conselho, e se esta conduta fugir aos padrões estabelecidos, se a sua linguagem não corresponder à censura íntima ditada pelo respeito à reputação alheia, o Conselho examinará as hipóteses que forem surgindo no atropelo da atividade de todas as horas, procurando corrigir excessos e derrames que podem ser incluídos entre as transgressões dos preceitos de ética.

Este corpo de regras tem por finalidade conferir à classe a posição de relevo que ela merece, pelo relevante papel que desempenha na sociedade atual, **sendo chamada a sexta arma**, pela eficiência que tem a imprensa na vida moderna, cheia de complexidade, com os seus problemas emaranhados e que estão a merecer o mais cuidadoso exame, cabendo à imprensa destacar; na multiplicidade das facetas dos fatos atuais, aqueles que poderiam concorrer para soluções mais adequadas.⁷⁴¹

A emergência dessa proposta dialoga diretamente com o processo de institucionalização do jornalismo e, também, com a formação do *campo jornalístico*, pois teria o objetivo de dar mais autonomia aos jornalistas no sentido de serem julgados e avaliados pelos pares e não mais por agentes externos à prática jornalística. A Ordem ainda funcionaria como uma entidade que vela pelos seus interesses e que lhes construa um padrão de conduta ou, nos termos do próprio jornal, para que a “classe se sinta senhora de suas responsabilidades”. Tudo isso daria maior legitimidade ao jornalismo no debate público e mesmo no desempenho de suas funções. Dentro dessas funções, o jornal destaca a imprensa como sexta arma, que parece ser associada a funções próprias do jornalismo, que é a de selecionar, selecionar dentre os milhões de acontecimentos, aqueles que merecem se tornar acontecimentos jornalísticos para então serem focalizados pelos poderes públicos competentes para que se encaminhe uma solução.

Dentro da temática da liberdade de imprensa, a partir de agosto de 1956, o *JB* ocupou-se por meses em se posicionar em relação as mudanças na Lei de Imprensa, ou melhor, na “atual lei que regula os delitos derivados dos excessos da palavra escrita”. O *JB* argumenta que em seus comentários anteriores “tivemos oportunidade de declarar que a **liberdade de imprensa** é um bem permanente e que não pode mais estar sujeito às veleidades doutrinárias ou às

⁷⁴¹ “Ordem dos jornalistas”, *Jornal do Brasil*, 20 de agosto de 1955, 1^oC, p. 5.

explosões de vindita”⁷⁴². Nesse mesmo dia, tanto o *Correio da Manhã* quanto o *Ultima Hora* se posicionaram frente à proposta.

O *CM* logo se coloca contrário a qualquer modificação da legislação de imprensa e se institui da *função pública de falar pela coletividade*, ao afirmar que “a decisão do presidente da ABI, sr. Herbert Moses, de defender com a maior intransigência, a liberdade de imprensa, que o governo ou forças paralelas pretendem golpear, através de uma legislação draconiana, encontrou a mais viva ressonância na consciência democrática do país”. Assim, “a imprensa carioca e a de todo o país mobilizam-se neste instante para a defesa de um princípio constitucional básico: o da liberdade de opinião”, pois “não é um princípio cuja intocada manutenção interesse apenas à imprensa. Nele consubstanciam-se a própria essência e a vida mesmo do regime. Não é possível, em face da investida liberticida, nenhuma posição de indiferença”. Nesses termos, “ou a imprensa mantém inatingida a sua liberdade ou o país descarrilhará para a ilegalidade”. Ainda acrescenta que “considerar aplicável a lei de segurança do Estado à atividade jornalística não é pensamento que possa ocorrer a nenhum cidadão identificado com a cultura política, e muito menos a um legislador que encontre nas liberdades civis o substrato do regime democrático”. Conclui, em uma *tomada explícita de posição* que:

Batize com o nome que batizar o sr. Vieira de Melo ao seu decálogo, chamando-o nova lei ou simples alteração, encontrará, no desempenho dessa melancólica tarefa, a oposição inflexível do *Correio da Manhã* a qualquer tentativa de mascarar de jurídica a prisão de jornalistas, a apreensão, suspensão, interdição ou fechamento de jornais, tenham a orientação que tiverem. A cada pressão que o Congresso venha a sofrer, para votar, em cadência de *marche-marche*, o aparato liberticida, a imprensa saberá oferecer pressão maior aos que se acovardarem e não reagirem a esse atentado que se dirige ao próprio coração do regime. Nação e imprensa são idênticas: não podem viver sob regime de coação⁷⁴³.

Nessa defesa da liberdade de imprensa, onde o *CM* se utiliza em diversos momentos da condição de *falar pela coletividade* para defender sua argumentação, o *JB* e o *CM* consideram que a liberdade de imprensa seria diretamente atacada, pois a revisão permitiria a prisão de jornalistas, apreensão de jornais já impressos, a interdição e até o fechamento de jornais. Para ambos os diários, caso tal lei fosse aprovada, o país escorregaria para a ilegalidade, pois seria atacado em um de seus elementos centrais, a liberdade de opinião, ou melhor, se atacaria o próprio coração do regime. Certamente, os diários estão legislando em causa própria, mas isso não desautoriza suas tomadas de posição.

⁷⁴² “Reforma precipitada e inoportuna”, *Jornal do Brasil*, 30 de agosto de 1956, 1°C, p. 5.

⁷⁴³ “Decálogo liberticida”, *Correio da Manhã*, 30 de agosto de 1956, 1°C, p. 6.

Quanto ao *Ultima Hora*, o que esse diário tem a dizer sobre a proposta de revisão da Lei de Imprensa? O *UH* inicia sua apreciação sobre o assunto diferente dos demais periódicos: “dissemos em nosso editorial de segunda-feira última que a liberdade de imprensa no Brasil está no limiar de uma nova era: a da integração de nosso jornalismo aos princípios modernos da grande imprensa mundial”. Acrescenta que ao se fazer “um balanço da expressiva reação da unanimidade dos mais responsáveis **órgãos de opinião** no País e de suas associações de classe, diante da perspectiva de uma decisão do Congresso para elaboração de uma lei de responsabilidade contra a indústria da difamação”, acaba por “conduzir-nos à conclusões as mais animadoras em torno da maturidade que já atingimos no plano jornalístico”.

Então, o *UH* afirma que “é preciso primeiro destacar a maciça condenação que partiu de todos os grandes jornais contra a chamada imprensa do achincalhe e da subversão”, até mesmo alguns órgãos, que são “politicamente afins com o pasquim que encarna os métodos amorais da chamada ‘imprensa amarela’, reconheceram publicamente que não é mais possível qualquer solidariedade com o que denominaram ‘excessos de linguagem e desvio de temperamento’”. Dessa forma,

Reconhecendo implicitamente a oportunidade e a necessidade de uma revisão no campo da total irresponsabilidade que protege os ‘profiteurs’ da calúnia e da **falsificação**, os grandes jornais no País concluem que não é, não pode e não deve estar em jogo a liberdade de imprensa. O que está em causa é uma definição das responsabilidades daqueles que usam a imprensa para a prática de delitos comuns, crimes que qualquer cidadão, seja qual for o seu setor de atividades, não pode cometer sem incidir nas penas da lei.

Daí a conclusão praticamente unânime de que o melhor caminho a seguir não é o da elaboração de uma nova lei de imprensa, mas sim de uma lei de responsabilidades, moldada na já clássica e comprovadamente eficiente lei anglo-saxônica, o ‘Libel Law’, sob cuja égide jornais com a força moral de um ‘Times’ transformaram-se num símbolo universal da liberdade de crítica e de respeito a autoridade legítima e à dignidade humana.

Nesse sentido, argumenta que “estamos nesse ponto inteiramente de acordo com a advertência partida de um grande matutino carioca no sentido de que nenhum aqodamento deve desfigurar o histórico debate em que o Congresso se vai empenhar para extirpar da vida nacional toda e qualquer modalidade de ‘gangsterismo’ escrito”. Acrescenta:

Estamos, por outro lado, perfeitamente seguros de que não passam de provocação primária as tendenciosas ‘manchettes’ que falam em ‘regimes de supremacia’ que teriam sido decididos pela Maioria do Congresso para a discussão e aprovação do novo código de responsabilidades contra a indústria da difamação e do ‘assassinato moral’. Todas **as entidades de classe, os nossos sindicatos patronais e profissionais, além da A. B. I.**, são vozes imprescindíveis no debate e na elaboração dessa legislação, cuja conquista, no conjunto que forma a estrutura jurídica em que a Nação tem vivido e crescido, corresponde hoje a uma aspiração de todas as camadas de opinião do País.

Para justificar sua argumentação, traz exemplos da França, Itália e Inglaterra para afirmar que não será pela “falta de jurisprudência que nossos legisladores terão dificuldades em elaborar uma lei de responsabilidades que atenda efetivamente à nova fisionomia política, social e econômica que o Brasil apresenta nessa sua última arrancada para **defender a verdadeira liberdade de imprensa**”. Conclui que a “**verdadeira liberdade de imprensa**” “jamais se confundiu com o jornalismo liberticida, cujos excessos e desregramentos felizmente, acabaram por despertar o insopitável movimento de autodefesa que a imensa maioria da Nação apoia”⁷⁴⁴.

Nessas passagens, identificamos que o *UH* enveredou por uma linha de argumentação distinta do *CM* e do *JB*, mas não oposta aos dois matutinos, pois o que o *CM* e o *JB* estão discutindo seria algo que para o *UH* já estaria resolvido. Ou seja, nessa proposta de legislação, assim como defendem “os grandes jornais no País”, a liberdade de imprensa não estaria e nem poderia estar em jogo, segundo o *UH* não seria essa a tônica do projeto, tanto que para resolver qualquer impasse o diário lança a proposta de que o assunto não deveria ser tratado em termos de elaboração de uma nova lei de imprensa, mas de uma “lei de responsabilidades”. E sobre a necessidade dessa lei de responsabilidade, que puna quem utilizaria a pena para cometer crimes, há um consenso, evidentemente, não sobre o seu conteúdo, mas sobre a necessidade em si.

Dentro desse debate é possível identificar que a crítica do *UH* se direcionaria especialmente a um jornal ideologicamente seu opositor, isto é, o *Tribuna da Imprensa*, ou melhor, o que o *UH* estaria combatendo seria um método de fazer jornalismo, aquele com linguagem virulenta, de ataques pessoais, bem no estilo pasquim como o próprio diário mencionou. E para reforçar sua posição, argumenta que os jornais de maior responsabilidade do país se colocaram contra o que o *UH* chama no próprio título do editorial de “indústria da infâmia e da calúnia”, movimento apoiado, inclusive, por jornais politicamente próximos ao *Tribuna da Imprensa*. Pode-se pensar que, nesse caso, estaria se referindo à *O Globo*, mas quando o *UH* argumenta que pela legislação atual os “‘profiteurs’ da calúnia e da **falsificação**” estariam de certo modo protegidos de responder criminalmente pelos seus atos, o diário deixa explícito que aquilo que o motivaria na defesa da necessidade de se elaborar a lei de responsabilidade foram os acontecimentos durante a campanha presidencial de 1955, especificamente o episódio da publicação da Carta Brandi, que envolveu diretamente *OG* e a *Tribuna*, além do apoio ao movimento que culminou no contragolpe de 11 de novembro de 1955. Essa hipótese fica mais sólida quando lemos apenas o título de um editorial já citado: “‘O Globo’ e a ‘Tribuna da Imprensa’ unidos na empreitada de Falsidade e Torpezas”. Assim,

⁷⁴⁴ “Lei de responsabilidade contra a indústria da infâmia e da calúnia”, *Última Hora*, 30 de agosto de 1956, 1^oC, p. 3, Coluna “Flashes” do momento.

também não é aleatório que a posposta da lei de responsabilidade tenha saído de um líder do PSD – tal situação também deve ser considerada e, possivelmente, interferiu de algum modo no posicionamento do *UH*.

Entretanto, não podemos desconsiderar que para legitimar sua tomada de posição o *UH* recorre a um expediente propriamente jornalístico, ou seja, a perspectiva de que, ao se aprovar a lei de responsabilidade, o jornalismo brasileiro estaria se aproximando dos “princípios modernos da grande imprensa mundial”, que dizem respeito ao modelo de jornalismo norte-americano, especialmente ao exercido pelo *Times*. E, também, se pensarmos pela lógica bourdiana, estaria se travando uma disputa no interior do campo entre os jornais que Bourdieu chama de “sensacionalistas” e os jornais “sérios”, obviamente o *UH* se colocando entre os últimos em combate ao modo de fazer jornalismo dos primeiros.

De outra parte, o *CM* e o *JB* consideravam que a nova legislação seria um ataque à liberdade de imprensa, lembrando que o *CM* afirmou que a imprensa ofereceria pressão para que a legislação não fosse aprovada e tal pressão se confirmou. Nesse sentido, o *JB*, para reforçar a relevância da imprensa aos governos, lança o editorial intitulado “A imprensa na colaboração com o governo”, onde em uma *tomada explícita de posição* difunde que “já tivemos ocasião de dizer que a liberdade de imprensa é mais favorável ao governo do que aos que manejam a pena e se inspiram nos propósitos de servir à comunidade brasileira”. E tal serviço é prestado através da *função pública de vigilante do poder público*, como pode ser melhor compreendido quando se lê:

Eles não estão mourejando dia e noite, sempre à espreita, vigilantes na observação dos fatos e ocorrências, só com o mero **propósito de estabelecer aos olhos do povo certas mazelas sociais, apontando falhas nos serviços públicos, focalizando incúrias, negligências, transgressões das autoridades** que tergiversam e cochilam no desempenho de suas atribuições essenciais.

Toda a máquina administrativa deve ser inspecionada, para que o bem público não seja sacrificado em benefício do bem particular, das conveniências privadas ou injunções partidárias.

A imprensa, na sua faina, desempenha alta missão inerente ao regime democrático, e para que esse papel não seja sacrificado é que ela reclama o privilégio de se manifestar de modo preciso, sem coação ou constrangimento.

O povo tem direito a saber a verdade e de como os delegados que escolheu para tomar conta do patrimônio nacional se conduzem no desempenho do mandato que lhes foi outorgado. Isto é essencial, é fundamental dentro do regime consagrado pelas nossas tradições políticas.

Ainda, acrescenta que “essa liberdade de informação decorre do sistema de representação qualquer obstáculo que lhe venha a ser criado não prejudica tanto ao exercício da profissão como ao próprio regime e aos órgãos do poder constituído”. Assim, “a **liberdade de opinar** ou a **liberdade de informar** atuam como elementos permanentes de colaboração com

as autoridades públicas, animadas, como estão, do alto propósito de servir, e não de exercer os seus cargos como expressão de veleidade ou de honrarias”. Conclui que “**essa função que a imprensa exerce está inspirada e é movida pelo espírito público**, e não pode sofrer coação ou freamento, pois qualquer restrição poderá atingir o próprio exercício da nobre profissão, que deve ser realmente livre para poder ser útil à coletividade”⁷⁴⁵.

Tratando-se de discurso autorreferencial, esse texto é repleto de construções que visam legitimar a necessidade de uma imprensa livre para o funcionamento e manutenção do regime democrático, enfatizando que o jornalismo seria algo intrínseco ao regime. E nessas construções, o jornal destaca a *função pública de vigilante do poder público*, que seria um controle externo ao governo, em nome do interesse dos cidadãos, por isso toda a tônica em afirmar que a imprensa seria movida por interesses coletivos, ou melhor, pelo “espírito público”. Outro fator relevante é a enunciação de que somente uma imprensa livre pode ser útil à coletividade, no caso, o *JB* estava se referindo às pressões políticas que naquele momento estavam emergindo, mas poderíamos pensar que implicaria também em uma busca de autonomia em relação a outras formas de pressões políticas e econômicas, pressões abertas ou veladas que poderiam interferir na forma e no conteúdo dos textos jornalísticos.

Por fim, uma distinção trazida pelo *JB* vale a ressalva, a referência entre “a **liberdade de opinar**” e “**liberdade de informar**”. Sobre a questão, o jornal defende que nesse período, tão importante quanto os diários informarem, estaria a sua *função pública de opinar*, lembrando que para legitimar as suas tomadas de posição o *JB* afirma que interpreta e publica as opiniões que seriam as do *povo*, da *nação*. Nessa função de opinar, entra novamente em jogo a relação entre a imprensa e a *opinião pública*, a primeira sendo essencial para a formação da segunda e ambas seriam o sustentáculo do regime de opinião, isto é, a democracia, representação diretamente associada ao elemento motivador da publicação desse editorial.

A partir de então, pode-se dizer que o *JB* e o *CM* iniciaram uma verdadeira campanha em prol da liberdade de imprensa. Do final de setembro até o final do mês de outubro de 1956, encontramos a publicação de textos editoriais, na mesma data e com a mesma temática em ambos os diários. No dia 23 de setembro, o *JB* publica o editorial “Abolido o direito de defesa” e o *CM* o seu texto “Tumor militar”. No texto do *JB*, a tônica da questão centrava-se na crítica a uma das medidas do projeto de legislação, que permitia que edições inteiras fossem

⁷⁴⁵ “A imprensa na colaboração com o governo”, *Jornal do Brasil*, 15 de setembro de 1956, 1°C, p. 5. A função pública de vigilante do poder público é novamente enfatizada do editorial “Polícia quer silêncio”, *Jornal do Brasil*, 08 de maio de 1959, 1°C, p. 3.

confiscadas sob a alegação de conter “escrito ou apenas frases isoladas que podem ser interpretadas como propaganda de guerra ou de subversão da vida constituída”⁷⁴⁶.

O *Correio da Manhã*, nesse mesmo dia, compreende que aqueles que estão preparando o “tumor da ditadura militar”, isto é, os militares que tutelariam o governo, encontraram uma barreira apenas na liberdade de imprensa, por isso, “preparam a lei de remonta contra os jornais, porque se consideram desacatados”. Tal lei “traz a justificativa típica dos sistemas ditatoriais: lei de desacato”, dessa forma, para saciar as ambições dos militares, “é preciso, é inevitável, o sacrifício das liberdades públicas, que começam pelas **fundamentais de opinião e de crítica**. É preciso isto para o eclipse total”⁷⁴⁷.

Nesse momento, identificamos uma mudança na estratégia argumentativa de ambos os jornais, que passaram da defesa da liberdade de imprensa como essencial à democracia, para o ataque àqueles que estariam projetando a nova legislação, acusando-os de desejarem subverter o regime a partir do cerceamento da liberdade de opinião e crítica. Nesse ponto, identificamos que a preocupação do *CM* estaria centrada especialmente no cerceamento da liberdade de opinião e não tanto na liberdade de informação, não que ambas não estejam interligadas, mas não se pode desconsiderar que o diário enfatiza o aspecto opinativo do jornal, mantendo-se coerente com a linha adotada pelo jornal que, desde a sua fundação, insere-se no debate público como um jornal de opinião e sem vínculos político-partidários, também uma forma particular de inserção e legitimação no *campo jornalístico*. Pensando em uma lógica bourdiana, precisamos considerar que a nova legislação não partiu, nem foi projetada, pelo *campo jornalístico*, mas sim do campo político, o que nos orienta na melhor compreensão do sentido das críticas à proposta da lei.

Essa perspectiva fica mais explícita quando o *JB* afirma que o governo a “preparou durante longos dias, às ocultas”, configurando-se em “uma peça infeliz, que procura justificar a iniciativa visando criar uma série de restrições à propagação de ideias e comentários através dos órgãos de opinião, interrompendo, assim, uma tradição do regime republicano, que até os governos de fato não tiveram a coragem de interromper”. Desde que a democracia voltou a ser reestabelecida, “a liberdade de opinar figura como preceito central. É a forma de vigilância do povo aos delegados e representantes de sua soberania, para dela fazerem uso determinado”⁷⁴⁸, ou seja, novamente identificamos o destaque dado à *função pública* da imprensa enquanto *vigilante do poder público*. Identificamos, nesses comentários, mais uma vez, uma aproximação

⁷⁴⁶ “Abolido o direito de defesa”, *Jornal do Brasil*, 23 de setembro de 1956, 1^oC, p. 5.

⁷⁴⁷ “Tumor militar”, *Correio da Manhã*, 23 de setembro de 1956, 1^oC, p. 6.

⁷⁴⁸ “A mensagem sobre a imprensa”, *Jornal do Brasil*, 10 de outubro de 1956, 1^oC, p. 5.

com a perspectiva de Lippmann (2010) sobre a relevância da mídia para a formação da opinião pública. Assim, o *JB* também considera os diários enquanto “órgãos opinativos” e não apenas informativos, destacando a necessidade do acesso do público à propagação de ideias e comentários que, a partir das reformas na década de 1950, passaram a ser melhor delimitadas através da separação gráfica e editorial. Ao trazeremos esse comentário, não desejamos opor modelos de jornalismo, apenas desejamos evidenciar que o caso brasileiro possui suas particularidades, onde apropriações foram feitas e utilizadas dependendo do contexto e do debate em jogo.

Cabe novamente mencionar que o *UH* concebeu a proposta de nova legislação como uma aproximação do jornalismo brasileiro aos “princípios modernos da grande imprensa mundial”, tendo como exemplo máximo o jornal norte-americano *Times*. Já o *CM* e o *JB* compreenderam a proposta como um ataque à liberdade de imprensa, inclusive como uma tentativa de levar a democracia à derrocada, e na defesa da liberdade de imprensa enfatizaram a necessidade da difusão de ideias e comentários. Esse pode ser apenas um destaque dado em função da disputa em curso ou como decorrência da especificidade do texto componente do *corpus* documental – editorial.

Hipoteticamente, poderíamos pensar que estaria havendo também uma crítica a alguns elementos do modelo norte-americano, por exemplo, a padronização da linguagem e especialmente o *copydesk*, julgado por alguns jornalistas como uma intervenção, como Ribeiro deixou explícito a partir dos depoimentos de Nelson Rodrigues (2007)⁷⁴⁹. Entretanto, nesse caso, tem-se um agravante, ou seja, o fato de a proposta não ter partido do meio jornalístico, especialmente no caso do *CM* que não realizou mudanças editoriais, apenas inovou tecnicamente com a aquisição de máquinas novas. O *JB*, por sua vez, concebido *a posteriori* como ícone da modernização, iniciou o processo gradativamente a partir de 1956.

Mas, afinal, o que tal reforma visaria, em que ela seria baseada? Segundo informações retiradas do próprio *JB*, trata-se de uma revisão na interpretação do art. 141 da Constituição de 18 de setembro de 1946⁷⁵⁰, ou seja, o Congresso regulamentou o referido texto no Decreto nº

⁷⁴⁹ Uma das fontes utilizadas por Ana Ribeiro em sua tese que foi publicada em livro foram os depoimentos de distintos jornalistas. Nesses depoimentos Nelson Rodrigues chega a chamar a equipe do *copydesk* de “idiotas da objetividade” (2007).

⁷⁵⁰ “Art. 141 - A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, a segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes”. Esse artigo é composto de 38 incisos, dentre os quais a crítica a nova interpretação se refere especialmente ao inciso “5º - É livre a manifestação do pensamento, sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar pelos abusos que cometer. Não é permitido o anonimato. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do Poder Público. Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe” (BRASIL, 1946).

2.083 de 12 de novembro de 1953, mas agora o Executivo desejaria dar uma interpretação distinta. Entretanto, o *JB* considera a primeira interpretação como autêntica, pois ela “se origina do próprio órgão que a elaborou”, isto é, do Congresso que fez a Constituição, do Poder Legislativo. Assim “essa é, pois, a interpretação autêntica, a que se sobrepõe a todas as demais da tecnologia jurídica” e “o Executivo, por seus assessores, dá uma reviravolta na lógica e na hermenêutica e se coloca em oposição ao que já estava assentado em lei regular”.⁷⁵¹

O *Correio da Manhã*, no mesmo dia, publica o editorial intitulado “Artigo quarenta”, no qual faz uma crítica já elaborada pelo *JB* em relação ao Artigo 40, que prevê o direito a “qualquer chefe de Polícia, de farda ou de jaquetão, de apreender na boca das rotativas a palavra escrita livre e independente”. Diante disso, assevera:

O que tínhamos e anunciamos aconteceu. O governo eleito nas mais dramáticas condições políticas e cuja posse assumiu, naquele momento, o significado histórico de reafirmação da vontade democrática do país - este governo, em menos de um ano, violenta a Constituição para atingir o **regime em seu próprio fundamento: a liberdade de imprensa.**

Se o Congresso votar a lei militar que o sr. Kubitschek lhe enviou, terá sido atravessada a linha que separa a legalidade da ilegalidade. Esta linha foi ultrapassada, ontem, pelo sr. Kubitschek, sob evidente pressão dos militares que tutelam o governo.

Segue argumentando que “é uma ironia: o homem que dois dias depois de empossado, sob estado de sítio, suspendeu a censura aos jornais (legal sob estado de sítio), esquece-se de que existe este remédio constitucional, justamente para defender o Estado e o regime quando ocorrerem desordens nas ruas...”. Dessa forma, “o tutelado presidente da República” “não meditou sobre o erro político que cometeu ao assinar a mensagem contra a imprensa”, pois “os que lutam pela preservação do regime, daqui por diante jamais descansarão enquanto a Constituição e o regime não voltarem a vigorar em toda a sua plenitude: com o arquivamento pelo Congresso ou através de um pronunciamento do Supremo Tribunal Federal contra a lei liberticida”. E para que isso ocorra, “a imprensa está convencida de que é preciso destruir o jugo militar sobre o poder civil da República”, concluindo que “sob o pretexto de regulamentar o 5º do art. 141 da Constituição, o artigo 40 da lei ontem enviada ao Congresso é uma ponte que a qualquer momento poderá conduzir o país de volta à ditadura”⁷⁵².

Enquanto o *JB* atesta pela ilegitimidade da nova interpretação que agora quer ser dada ao art. 141 da Constituição, observamos nova estratégia do *CM*, isto é, apela para a “consciência democrática” do então Presidente da República. Para tanto, relembra as condições em que foi empossado e suas primeiras medidas após tomar posse, que seguiam pelo caminho da legalidade. Contudo, também convoca toda a imprensa para que se mobilize contra a

⁷⁵¹ “A mensagem sobre a imprensa”, *Jornal do Brasil*, 10 de outubro de 1956, 1ºC, p. 5.

⁷⁵² “Artigo quarenta”, *Correio da Manhã*, 10 de outubro de 1956, 1ºC, p. 6.

regulamentação e, como forma de legitimar suas tomadas de posição, retoma a questão de JK estar sendo tutelado pelos militares e a necessidade de se quebrar o jugo militar. Se essa foi uma bandeira inicialmente erguida pelo *CM*, agora o jornal a constrói como sendo uma bandeira de toda a imprensa, estratégia – construir uma bandeira que é sua como sendo da coletividade – já identificada nos demais periódicos.

Conforme os dias se passam, o tom de ambos os diários vai ficando mais duro, como percebido quando o *JB* argumenta que o elemento mais preocupante da proposta “é o espírito que inspirou a reforma, é o sopro totalitário que percorre todo o arcabouço do anteprojeto endossado pelo Executivo. Isto não poderá ser corrigido”, pois “a babugem totalitária, por mais que se raspe aqui e ali no projeto, estará sempre presente, como o denominador comum”⁷⁵³. Nessa mesma data, o *CM* também se pronuncia de modo bem semelhante ao argumentar que os golpistas “são todos semelhantes na inadaptação ao regime de liberdades democráticas”. Então, o próprio jornal indaga: “quem são os golpistas? Claro está que são, ainda, todos aqueles que insistem em falar em ‘regime de exceção’. Em novembro de 1955, eram apenas eles”, mas “agora são eles e os outros, isto é, os que afrontam o país querendo obrigar o Poder Legislativo à aprovação da lei contra a imprensa, querendo fazer tábua rasa da Constituição e da liberdade de expressão uma franquia democrática perseguida”. Conclui que “golpistas por golpistas, são todos semelhantes na inadaptação ao regime de liberdades democráticas, tentando furtar violentamente suas pessoas, seus interesses e vinculações ao exercício da crítica e da fiscalização públicas” e reforça a posição do jornal: “nunca fomos, nem seremos jamais cúmplices dos que atentam contra o regime – quer o façam armados de um estatuto de exceção ou de uma lei contra a imprensa”⁷⁵⁴.

Ainda na defesa da liberdade de imprensa, o *CM* declara que, “com objetividade, devemos nesta hora dizer ao país que a luta pela liberdade de imprensa não é luta que interesse só a uma classe, ou que se deve fazer apenas em nome de princípios abstratos”. Ainda mais, “devemos mostrar ao povo que a maior vítima de uma imprensa censurada não são os jornais, mas o povo, que não terá mais quem lhe defenda as reivindicações, quem caustique os erros do governo”, pois “sem liberdade de imprensa não haverá luta contra carestia, contra a especulação, contra os assaltos à economia popular. Começa-se censurando a imprensa para se

⁷⁵³ “Repulsa nacional à reforma”, *Jornal do Brasil*, 18 de outubro de 1956, 1ºC, p. 5. A perspectiva de que tal revisão possui um cunho totalitário é retomada em: “A situação da imprensa no continente”, *Jornal do Brasil*, 26 de outubro de 1956, 1ºC, p. 5.

⁷⁵⁴ “Convivência impossível”, *Correio da Manhã*, 18 de outubro de 1956, 1ºC, p. 6.

terminar liquidando o direito de reunião”, ou seja, “com a censura iniciam-se os governos discricionários – o governo de alguns contra todos”⁷⁵⁵.

Percebe-se que a discussão se radicaliza, o *CM* e o *JB* insistem no argumento do perigo para a democracia do cerceamento da liberdade de imprensa, que conduziria inevitavelmente a uma ditadura. E para isso, ambos os jornais, ao longo do debate, conceberam à função pública de *vigilante do poder público* um papel de destaque, na defesa dos interesses do *povo*. Assim, dentre as *funções públicas* talvez essa seja a que mais conseguiria interpelar e mobilizar a população na defesa da liberdade de imprensa. A partir do exposto podemos observar que o *CM* e o *JB* lançam mão de diversos argumentos para mobilizar diversos setores da *opinião pública*: a imprensa, os parlamentares, o Executivo e a população em geral, em prol do que se tornou uma bandeira para ambos: a luta pela liberdade de imprensa.

Essa perspectiva também pode ser percebida quando o *JB* publica o editorial que trata da reunião convocada pela Sociedade Interamericana de Imprensa, em Havana, Cuba, para qual o *JB* enviou como seu representante Manuel Francisco do Nascimento Brito⁷⁵⁶. A “Associação Brasileira de Imprensa comparece, na pessoa de seu presidente Herbert Moses⁷⁵⁷; são duas autênticas vozes a se pronunciarem sobre os aspectos assumidos pelo funcionamento da imprensa dentro de nossas fronteiras”. Então, aproveita para divulgar que:

Essas duas vozes estarão ali para dizer que a Nação persiste no seu culto à liberdade e que a iniciativa que agora apareceu com o objetivo de criar restrições à manifestação do pensamento encontrou por toda parte a mais decidida repulsa da **elite cultural** do País, assim como da grande massa popular, que se dispuseram a combater o ensaio de reforma da legislação de imprensa, recebida com perplexidade pela **grande opinião**, estando já formada, dentro do próprio Congresso, uma expressiva corrente oposicionista, que se prepara para obstruir a passagem da reforma nos termos propostos pelo Executivo.

Dessa forma, “os autênticos representantes da imprensa estarão em Cuba reafirmando o espírito de luta de toda a classe, defendendo as suas prerrogativas dentro do programa de ação da Sociedade Interamericana de Imprensa” e o tema central dos debates “será a liberdade de

⁷⁵⁵ “Dos pelegos ao latim”, *Correio da Manhã*, 26 de outubro de 1956, 1°C, p. 6.

⁷⁵⁶ Manuel Francisco do Nascimento Brito, “em 1946 assumiu a Superintendência do Sistema Jornal do Brasil, que incluía o jornal, a agência de notícias, uma gráfica e redes de rádio. [...] em 1949, a convite do conde Pereira Carneiro, tornou-se consultor jurídico do *Jornal do Brasil* e da *Rádio Jornal do Brasil*. Em 1952 ingressou na Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), como membro do Comitê pela Liberdade de Imprensa”. Quando se iniciou o processo de reformas no *JB*, “Nascimento Brito — que adquirira grande influência no jornal — foi encarregado da compra de novo equipamento gráfico, necessário à expansão pretendida. Em 1956, trocou a Superintendência do Sistema Jornal do Brasil pelo cargo de diretor executivo da empresa. [...] Ainda em 1956 foi eleito membro do conselho executivo da SIP e diretor-secretário da União dos Proprietários de Jornais e Revistas” (KUSHNIR, 2010, s./p.).

⁷⁵⁷ Herbert Moses em maio de 1931 foi eleito presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Sucessivamente reeleito, permaneceria à frente da entidade por um período de 33 anos”, isto é, até do Golpe Militar de 1964. (Ferreira, 2010, s./p.).

imprensa na América Latina, face às frequentes violações dos preceitos democráticos, acrescentando que será focalizada a situação da Nicarágua e do Brasil”. Então, conclui que “nós, que antes ocupávamos um lugar de eleição, baixamos a ponto de nos tornar assunto dos debates em torno das violações da norma tradicional, como nos governos de fato!”⁷⁵⁸.

Dias depois, o jornal *Ultima Hora* também se posiciona frente a reunião convocada pela Sociedade Interamericana de Imprensa, mas sob uma perspectiva distinta. Argumenta que “os **jornais golpistas** se servem agora da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), ora reunida em Havana, não só para atacar o Governo do Sr. Juscelino Kubitschek”, mas “também para comprometer o prestígio internacional do Brasil, através de um noticiário tendencioso e equívoco, quando não contrário à própria tese que eles defendem”. Assim, “o sr. **Herbert Moses**, o sr. **Chagas Freitas**⁷⁵⁹ e um incerto sr. **Nascimento Brito**, que ninguém conhece, estão oferecendo os pretextos para essa exploração política, como delegados do Brasil àquela assembleia. Mas a contradição é flagrante”.

Se, de um lado, “o sr. Chagas Freitas apresenta na Sociedade um parecer, recomendando à assembleia que se dirija ao Presidente da República brasileira, protestando contra as ameaças à liberdade de imprensa no Brasil”, de outro, “reconhece o trabalho da própria comissão de ‘liberdade de imprensa’ da SIP que afirma: ‘existe no momento completa liberdade de imprensa no Brasil’”, justamente pelo fato de Kubitschek, em um de seus primeiros atos ao assumir o governo, ter abolido o estado de sítio que privava os jornalistas brasileiros do direito de crítica. Então, questiona o que fez Moses, presidente da ABI, “portanto, de presidente dos jornalistas brasileiros e não apenas de ‘certos jornalistas’ interessados na provocação e na baderna”, diante de tal depoimento? “Dá o seu apoio ao parecer do sr. Chagas Freitas e oferece à imprensa americana um quadro inteiramente falso da verdadeira imprensa no Brasil”. Então, lança mais questionamentos:

Por que o sr. Moses não diz aos seus colegas da SIP que o projeto da nova lei de imprensa está no Congresso, onde será debatido, discutido e analisado livremente pelos legítimos representantes do povo? Por que o sr. Moses não explica aos seus colegas americanos que uma coisa é liberdade e outra é responsabilidade? Defende, acaso, o presidente da ABI o direito de caluniar, difamar e subverter as instituições democráticas? Que espécie de jornalismo defendem os srs. Moses e Chagas Freitas? Que papel estão representando na assembleia da Havana? Os jornalistas americanos ali reunidos precisam ser esclarecidos, com isenção e objetividade, sobre a exata situação da imprensa brasileira. Esta deveria ser a

⁷⁵⁸ “A situação da imprensa no continente”, *Jornal do Brasil*, 26 de outubro de 1956, 1°C, p. 5.

⁷⁵⁹ Chagas Freitas possuía o controle direto sobre os jornais *O Dia* e *A Notícia*, e exercia grande influência nos meios jornalísticos cariocas. Em 1956, foi eleito presidente do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas, iniciando um período de 14 anos à frente da entidade” (*Keller; Xavier*, 2010, s./p.).

verdadeira missão do já venerado sr. Moses e de seus colegas de delegação. O Brasil não foi a Havana defender a ‘imprensa amarela’. Ou foi?”⁷⁶⁰.

Nesses casos há uma verdadeira luta de representações (CHARTIER, 2002c): o *UH* mantém a mesma posição desde o início da discussão, enfatizando que a proposta de nova legislação não se trataria de uma lei de imprensa que visaria cercear a liberdade de imprensa, mas apenas da elaboração de uma lei para punir os exageros na palavra escrita, ou seja, para coibir um estilo de jornalismo ligado ao sensacionalismo, marcado que está pelos acontecimentos de 1955, basta observar que retoma a expressão “jornais golpistas”. Assim, durante o período em que o *CM* e o *JB* fizeram uma campanha em prol da liberdade de imprensa, o *UH* não se pronunciou em seus editoriais, porém, quando o debate ganhou repercussão internacional, o diário volta a se posicionar, criticando a forma como o assunto vem sendo tratado por alguns jornais da grande imprensa. Então, coloca-se a tarefa de esclarecer os jornalistas americanos presentes na reunião da SIP.

Para o *UH*, há um conflito entre o “verdadeiro jornalismo”, aquele que deseja se aproximar dos padrões do moderno jornalismo mundial, baseado nos ideais de neutralidade e objetividade jornalísticos e que responde à lei anglo-saxônica ‘Libel Law’, e o jornalismo ligado à “imprensa amarela”, que se utilizaria do sensacionalismo, mas no caso brasileiro nem tanto para ampliar seu público, mas para tumultuar política, econômica e socialmente o país, algo extremamente prejudicial à democracia. Já o *JB* e o *CM* compreendem a proposta e tratam do início de um processo que pode conduzir a derrocada do regime democrático. Dessa forma, tanto em uma abordagem quanto na outra, a democracia aparece como ameaçada.

O *JB* e o *CM* são os diários que mais se preocupam com a questão da liberdade de imprensa em textos editoriais. Em sentido oposto, tem-se *OG*, no qual encontramos apenas duas referências e que estavam relacionadas à subcategoria liberdade. Por sua vez, o *UH* se pronunciou sobre a liberdade de imprensa, mas em termos numéricos de forma bem inferior ao *CM* e *JB*, e no pouco que se pronunciou ofereceu uma interpretação alternativa a esses dois matutinos. As diferenças se manifestam, sobretudo, com relação a proposta de lei de regulamentação de imprensa de 1956. Se de um lado, *JB* e *CM* criticam veementemente tal proposta, *UH*, sem desmerecer a liberdade de imprensa, não se opõe à proposta proveniente do governo apoiado explicitamente por esse jornal etc.

Um elemento que vem perpassando as representações sobre liberdade e liberdade de imprensa é a questão da legalidade, que será tratado a seguir.

⁷⁶⁰ “Que espécie de imprensa o Brasil defende em Havana?”, *Última Hora* 03 de novembro de 1956, 1°C, p. 3, Coluna “Flashes” do momento.

5.4 DEMOCRACIA E LEGALIDADE

Sobre a legalidade, *OG* busca legitimar sua fala a partir do vivido. Dessa forma, afirma que “a história demonstra que os regimes de força nunca se estabilizam nos quadros de tranquilidade política nem da social. Vivem num constante movimento de transformações quase cotidianas”. Assim, “negam hoje o que afirmaram na véspera, enquanto constroem pirandeltaneamente [sic] a ‘verdade’ de amanhã”. A partir desse comentário, constata que “**só a legitimidade dos poderes e o império da lei é que conferem às formas de governo a possibilidade de duração natural, e essa mesma limitada pela renovação periódica dos mandatários do povo**”. Nesse caso, para *OG*, a legalidade estaria associada a dois fatores: a legitimidade dos poderes, adquirida através de eleições sem fraudes, e o império da lei. Entretanto, na sequência, o jornal argumenta que “é certo que a excelência de uma obra de administração não decorre necessariamente da legalidade, porque resulta do esforço e da capacidade dos que dirigem o Estado”, pois “aqui e alhures se pode apreciar muitas vezes o contraste entre a desordem, que vem de cima, e a infraestrutura constitucional das instituições”. Dessa forma, para *OG*:

a superioridade da democracia está em que ela contém, com a prática dos seus princípios, o corretivo aos desmandos, pelo direito de objeção e de debate, além de equilibrar a autoridade com a responsabilidade, cerceando o arbítrio e proscrevendo a violência, como método de impor soluções”⁷⁶¹.

Esse argumento é muito semelhante ao utilizado pelo *OG* ao afirmar que nem tudo depende de boas eleições, ou seja, eleições sem fraudes, limpas e corretas não garantem uma boa administração. Nesse caso, retoma a mesma linha de raciocínio para afirmar que a legalidade na qual as eleições estão inclusas, também não garantiria uma administração eficiente.

Tais constatações novamente ligam diretamente a democracia aos *homens*, ou melhor, pode-se dizer que, para *OG*, para o funcionamento pleno da democracia, seria necessária a existência de *homens* à altura dos cargos eletivos, ao mesmo tempo em que um *povo* que consiga elevar tais homens aos postos de comando, senão pouco adianta “boas eleições” e a “legalidade”, o fracasso tende a vir. Em resumo, a democracia não produziria necessariamente bons governos, tanto que *OG* acentuou a superioridade da democracia no seu caráter de permitir o debate, de resolver os conflitos de forma pacífica e na possibilidade de se eliminar a violência

⁷⁶¹ “Pela paz religiosa entre os argentinos”, *O Globo*, 16 de junho de 1955, 1°C, p. 1.

institucional no limite do possível (BOBBIO, 1986). Dessa forma, aliado às representações anteriores, o ideal associado à democracia, mais valorizado pelo jornal, seria a liberdade.

OG abre espaço para reforçar um questionamento que surgiu no decorrer da campanha presidencial de 1955: “se as soluções – e algumas urgentes – de que o Brasil carece poderiam ser alcançadas dentro do quadro legal”, acrescenta que “a indagação não é nova nem original. Ao contrário, constitui um velho tema que se reproduz por toda parte”. Então, traz como exemplo a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, afirmando que em ambos os países “a sabedoria dos homens ou o seu espírito prático souberam suprir com boa-vontade e com arranjos fáceis, para o bem comum, o que não constava expressamente das leis ou dos costumes”. Entretanto, no Brasil, “quando uma iniciativa útil se choca com um texto da Constituição ou da lei, ou a iniciativa não vai a diante, com prejuízo para todos, ou o espírito reformista reclama revisão apressadas, é uma questão de temperamento nacional. Nada é mais perigoso do que contrariá-lo”⁷⁶².

Dentro dessa lógica, o jornal afirma que “não vale a pena indagar, nem a isso se presta um artigo de jornal, se o Brasil está precisando de uma transformação nas suas instituições políticas e nos seus métodos de administração. **Toda gente sabe que está**”. Há um “excesso de burocracia” que impede “muitas realizações, reclamadas pela Nação”, assim, “sem qualquer atinência à batalha presidencial, teremos de reconhecer a insuficiência da nossa organização institucional, a ferrugem que impede a máquina de trabalhar com rendimentos e celeridade”. Por isso, “quem quer que venham para o governo terá de falhar, se a transformação não se fizer, e profunda”. Depois de ter difundido tais tomadas de posição, justifica-as alegando que “não há nessa afirmação nenhum espírito golpista, como hoje melancolicamente se diz”, e acrescenta: “ESTE JORNAL nunca propugnou em favor de soluções extralegais, embora sempre assinalando que a reforma terá de vir inevitavelmente. Só não veio, ainda, exatamente por obra facciosa dos correligionários do Sr. Kubitschek”⁷⁶³.

Ainda lembrando que o *OG* associa a legalidade à legitimidade dos poderes e o império da lei, e o último corresponde ao respeito aos preceitos constitucionais, por isso, para o diário, preserva-se “pela **prática correta** a normalidade das instituições brasileiras”⁷⁶⁴. Por esse

⁷⁶² “Nuanças e variantes do legalismo”, *O Globo*, 13 de setembro de 1955, p. 1, EP.

⁷⁶³ Afirmação decorrente da constatação de que “um grupo, que se apoderou, por isso ou por aquilo, da maioria do Congresso. E, porque dela dispõe, não permite nenhuma mudança. Derrotou a emenda parlamentarista para vigorar lá e lá. Derrotou a cédula oficial. Derrotou a maioria absoluta. Há de derrotar tudo que não for manter de pé um presidencialismo perempto, contanto que assegure aos Srs. Kubitschek e Goulart, quando vierem (se vierem), a totalidade dos poderes enfeixados nas mãos de poucos contra os interesses de quase todos”. “Nuanças e variantes do legalismo”, *O Globo*, 13 de setembro de 1955, p. 1, EP.

⁷⁶⁴ “A demissão do Ministro da Fazenda”, *O Globo*, 06 de outubro de 1955, 1^oC, p. 1.

motivo, *OG* defenderia que “temos de reagir no Brasil contra a mentalidade de se avaliar da validade de uma lei de acordo com os interesses de cada um. Se o texto legal satisfaz, somos seus defensores intransigentes; se, porém, nos contraria, passamos a considerá-lo letra morta e a desrespeitá-lo acintosamente”. Dessa forma, “não pode existir ordem legal nem estabilidade jurídica. Não pode haver ordem e tampouco progresso”⁷⁶⁵. Em outros termos, significa afirmar que o “Império da Lei” também não possui ressonância entre os *homens públicos* brasileiros.

Nessas passagens, identificamos que para o *OG* existiria uma divergência entre a legislação existente no Brasil e a realidade brasileira, distância ampliada em função da incapacidade de os *homens públicos* brasileiros equacionarem a realidade com as leis (existentes ou não) e com os problemas nacionais. Dessa forma, o diário defende que o Brasil necessitaria de reformas para que fosse possível “destravar o país”. Tal constatação não possui em si elementos de um discurso antidemocrático. Entretanto, podemos questionar para *OG*: como tais reformas seriam instituídas? A partir dos *homens públicos* que compõe o governo? A partir da oposição? A partir das leis existentes e das lógicas legais previstas em uma democracia?

Mas como isso ocorreria? Para o *OG*, se desde o retorno à democracia em 1945, não foram *os melhores* alçados ao poder, e se os partidos nem existiriam segundo as normas da Constituição, em síntese, retomando uma constatação já efetuada, tudo indica que para o *OG* a democracia brasileira não possuiria meios para conseguir fazer as reformas que o diário julga necessárias ao Brasil. Assim, esse discurso negativo pode perfeitamente fundamentar a opção revolucionária/golpista para implantar tais reformas que *OG* aponta como necessárias.

Dessa forma, não é por acaso que *OG* vê a necessidade de se construir como não sendo um jornal com espírito golpista e que não propugnou por soluções extralegais. Isso porque, se de um lado, a afirmação em si de que seria necessário que houvesse reformas nas “instituições políticas e nos seus métodos de administração” evidenciariam um “espírito golpista”, de outro, seu discurso deslegitimador e difamador das instituições democráticas vigentes indiretamente dariam margem para a possibilidade de ações extralegais como alternativa para solução dos aos “problemas do país”.

O Jornal do Brasil também concebe a legalidade como um dos preceitos democráticos, ainda a associa ao “funcionamento regular das instituições republicanas” e ao “direito de manifestar livremente o pensamento através da imprensa escrita e falada”⁷⁶⁶. Dessa forma, após os movimentos que culminaram “no trágico 24 de agosto”, o jornal afirma que agora o poder

⁷⁶⁵ “A Constituição e o regime”, *O Globo*, 19 de setembro de 1957, 1^oC, p. 1

⁷⁶⁶ “Sob a vigilância do Judiciário”, *Jornal do Brasil*, 04 de agosto de 1955, 1^oC, p. 5.

civil estaria em “vias de ser fortalecido, em consequência do prestígio reconquistado pela legalidade”. Assim, assume seu posicionamento: “nós ainda **cremos** nas possibilidades de uma ressurreição do bom senso, numa reintegração dos espíritos e na união das forças que não descreram das virtudes da Legalidade”, forças que “marchando coesas com **elementos civis e militares, consigam ditar a palavra de ordem na hora exata, quando os adversários da democracia se considerarem donos de todos os trunfos**”. Isso porque “em nenhuma parte do mundo os governos de arbítrio conseguiram realizar nada em proporções às suas mirabolantes promessas”. Em sentido contrário, “deixaram por todos os lados conflitos, guerras, crises econômicas, que o restabelecimento da Legalidade procurou corrigir, num ingente esforço das forças políticas e econômicas de cada povo”⁷⁶⁷.

Nesses trechos, pode-se identificar que a legalidade, para o *JB*, estaria associada diretamente ao poder civil fortificado, mas reconhece que para a manutenção da “Legalidade” seria necessário que tanto as forças civis como as militares estivessem unidas, obviamente cada uma exercendo apenas as funções que lhes caberiam.

Dessa forma, no dia seguinte ao movimento de 11 de novembro de 1955, o *JB* afirma que “o Congresso foi convocado e, numa de suas sessões de maior significação política, resolveu restaurar a legalidade interrompida, dando a solução para pôr fim à anormalidade provocada”, com a aprovação da “moção considerando o Presidente do Senado, Sr. Nereu Ramos, como substituto legal do Presidente da República”. Instituído-se a *função pública de intérprete do pensamento coletivo*, difunde que “o povo aguardava essa decisão com ansiedade, porque ela não vinha apenas restaurar os quadros da normalidade jurídica, como devolver-lhe a paz e a ordem”⁷⁶⁸. Nesses trechos, o jornal afirma que com o movimento de 11 de novembro a legalidade havia sido suspensa, pois levou ao afastamento do então presidente interino, Carlos Luz, então, como o cargo de Presidente da República estava vago, as instituições republicanas não poderiam funcionar normalmente, elemento que caracterizou a quebra da legalidade para o *JB*. Contudo, no dia seguinte, com a aprovação do nome de Nereu Ramos para o cargo de Presidente da República, a legalidade havia sido reestabelecida.

Dentro desse contexto, argumenta que “ninguém quer para o País soluções extralegais. Pouco a pouco vão se convencendo as elites políticas de que os nossos problemas não são de ordem militar, apresentando características técnico-administrativas que devem ser resolvidas dentro da realidade jurídica que nos envolve”. Isso porque “os nossos problemas são de ordem técnica, e dentro da lei devem ser solucionados, com muito mais probabilidades do que fora

⁷⁶⁷ “Clima para o voto livre”, *Jornal do Brasil*, 18 de março de 1955, 1°C, p. 5.

⁷⁶⁸ “No interesse da normalidade”, *Jornal do Brasil*, 12 de novembro de 1955, 1°C, p. 5.

dela. Já experimentamos o arbítrio, e ele foi o criador de crises que ainda evoluem e castigam nos nossos dias⁷⁶⁹.

Identificamos, assim, que o jornal busca evidenciar que um regime pautado na legalidade seria sempre superior a um regime de arbítrio. Parecem afirmações óbvias e possivelmente se fossem observadas em outro contexto não fariam muito sentido, tanto que após a metade de 1957 praticamente não se fala em legalidade no *JB*, o que nos leva a concluir que foi uma temática que emergiu a partir do contexto politicamente conturbado. Entretanto, não podemos deixar de ressaltar que a maioria dos conselhos e observações difundidas pelo *JB* foram direcionadas às “elites políticas”, ou seja, aos *homens públicos* e não ao *povo*. Dessa forma, em mais um diário encontramos a ideia de que seriam os *homens públicos* os que mais estariam com dificuldades para seguir na legalidade, isto é, dentro da lógica democrática.

O jornal *Ultima Hora*, já em janeiro de 1955, manda um recado para Café Filho, “eis um fenômeno que o Sr. Café Filho certamente não esperava: o respeito à legalidade e às instituições está injetando novas forças ao movimento democrático que, acima de partidos e idiosincrasias, está unificando a resistência ao golpe”. A posição de *UH* é explicitada quando declara que “há dias divulgamos através destas colunas o nosso programa de ação para 1955” e nele o jornal declarou que apoiariam todos os candidatos “que, pela sua ação, se colocassem ao lado da legalidade e do regime⁷⁷⁰. No dia seguinte às eleições, argumenta que até o momento se conseguiu fazer “recuar os golpistas em seus intentos maquiavélicos, devem estar vigilantes ante as novas ameaças que surgem”, mas alerta que “a **defesa da Legalidade** é, assim, uma bandeira em torno da qual os partidos deverão permanecer unidos e dispostos a lutar contra qualquer aventura golpista, seja qual for a sua modalidade⁷⁷¹”.

O *UH* faz da defesa da legalidade uma de suas bandeiras de luta. Primeiro, defenderia a legalidade dos “golpistas” que levaram Vargas ao suicídio e assim Café Filho ao poder, e, depois dos “golpistas” que desejariam impedir as eleições – em ambos os casos se referiria a praticamente o mesmo grupo de pessoas. Para tanto, institui-se diversas vezes da *função pública de auxiliar da coisa pública* para dizer ao *povo* e aos homens que estão no governo o que deveria ser feito. Nesses termos, aquela disputa anunciada pelo *OG* entre, de um lado, os que se constroem como legalistas e, de outro, os “golpistas”, vai ficando mais clara.

⁷⁶⁹ “A ordem legal favorece as soluções”, *Jornal do Brasil*, 04 de julho de 1956, 1ºC, p. 5.

⁷⁷⁰ “É o regime, e não um homem, que está ameaçado”, *Última Hora*, 28 de janeiro de 1955, 1ºC, p. 4.

⁷⁷¹ “Venceu o regime na maior das eleições realizadas no Brasil”, *Ultima Hora*, 04 de outubro de 1955, 1ºC, p. 4, Coluna de Ultima Hora.

Isso pode ser percebido diante do editorial que se refere à posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, no qual o *UH* afirma que o país retorna à normalidade administrativa e política, pois “desde o memorável dia da posse de Getúlio Vargas, em 31 de janeiro de 1951, que o Brasil passou a viver, pela incompreensão e o egoísmo de uma minoria irresponsável, em sobressaltos, registrando-se, então, os mais impressionantes episódios da sua história”. Nesse sentido, decorre “a ânsia nacional de que chegasse este dia: 31 de janeiro de 1956, marcando a grande vitória sobre a conspiração reacionária e consolidando o espírito de Legalidade e respeito à Constituição, de que o País necessita para trabalhar e viver em paz”. Entretanto, também argumenta que o próprio jornal encerra uma fase, “a fase de sua grande batalha pela sobrevivência da Lei em nosso País. Desde o nosso primeiro número até agora, em combates de vida ou morte, *ULTIMA HORA* jamais deixou de estar à **frente da luta pela Legalidade**”. Ainda, acrescenta que “as urnas escolheram Juscelino Kubitschek. Mas, se o eleito houvesse sido Juarez Távora ou Ademar de Barros, a nossa posição de combatente pela Legalidade seria a mesma. **Nunca olhamos pessoas e, sim, princípios!**”⁷⁷².

Nesses termos, ao se construir no debate público enquanto um agente que lutaria pela legalidade, o *UH* auferia ganhos simbólicos. Dessa forma, ainda argumenta: “Compreendam todos que em 11 de novembro, a legalidade foi defendida e não golpeada para que atingíssemos determinados fins no campo do desenvolvimento econômico e da democracia”, pois

A legalidade não vive de seu aparato formal. Vive é do que encerra, do que representa seu conteúdo... a legalidade no Brasil em nossos dias, atente à necessidade de defender as riquezas nacionais contra os apetites e manobras estrangeiras, visa permitir o engrandecimento da nação e um padrão de vida realmente digno para as massas trabalhadoras. Em suma: a legalidade tem por fim possibilitar o diálogo entre o Governo e a nação com o objetivo de encontrarmos as soluções brasileiras para os problemas do Brasil. O nosso processo de democratização, assim, acha-se íntima e profundamente ligado ao processo de desenvolvimento industrial, preparando-nos um futuro de bem-estar, de cultura e prosperidade”⁷⁷³

Encontramos explícito, nesses trechos, o que já havíamos constatado a partir de tomadas de posições anteriores, ou seja, para o jornal, a democracia não poderia ser dissociada do desenvolvimento industrial, ao mesmo tempo defende que desenvolvimento não seria apenas compatível com um regime democrático, como o regime democrático seria essencial para que o desenvolvimento fosse positivo para a coletividade e não apenas para alguns grupos já favorecidos, e tudo isso amalgamado e permitido pela legalidade. Lembrando que a linha editorial do *UH* defende um modelo econômico específico, aquele projetado por Vargas e

⁷⁷² “Não devem ser traídas as promessas feitas ao povo!”, *Última Hora*, 31 de janeiro de 1956, 1°C, p. 1.

⁷⁷³ “A reforma ministerial e a realidade brasileira”, *Última Hora*, 20 de maio de 1957, 1°C, p. 1.

colocado em prática por JK, ou seja, o nacional-desenvolvimentismo, que como vimos no capítulo II, pressuporia o Estado como agente condutor do processo de industrialização e também como promotor da ampliação da cidadania política (PÉCAULT, 1990; MEYRER, 2017).

Essa perspectiva é reforçada quando o *UH* afirma que os dispositivos da Constituição seriam a “base mínima do regime democrático. Não se trata, para nós, de respeitar apenas o sentido literal dos dispositivos que, em 1946, os representantes do povo tornaram lei fundamental. Trata-se de dar-lhes conteúdo profundo, sem o qual não há legislação que subsista”. A compreensão da legalidade para *UH* pode ser auferida do seguinte texto:

A GRANDE lição desse decênio constitucional foi, sem dúvida, a do consenso de que **só o regime democrático assegura o desenvolvimento brasileiro** e toda ameaça contra ele esconde ou acoberta um atentado à nação. Dispositivos constitucionais representam, assim, os fundamentos para uma política capaz de permitir a solução dos problemas próprios da nossa época, abrindo as perspectivas para a solução de todos os outros. Só com as franquias da lei e com a vigilância dos direitos que ela assegura poderemos enfrentar as grandes lutas que vamos travando, contra o golpismo desvairado, contra as tendências de exclusivismo aristocrático, contra as ameaças as nossas riquezas e à nossa liberdade, primeiro passo dos inimigos do Brasil, pois, caracterizado por ser um passo contra a lei básica, um atentado à Constituição.

UH conclui que “a **Constituição é uma bandeira, - de democracia, de liberdade, de desenvolvimento**, que os brasileiros honraram ontem, com as homenagens próprias do dia, e horam continuamente”. Assim, “sob a sua proteção é que realizaremos as grandes tarefas que nos cabem, de transformar o Brasil na grande nação com que todos sonhamos e que breve há de ser”⁷⁷⁴. Dessa forma, o conteúdo dado à legalidade, à legislação, refere-se a propiciar um desenvolvimento que seja partilhado entre os diferentes grupos na sociedade brasileira. Seria um projeto de Brasil em que o “bolo” não precisa primeiro “crescer” para depois ser dividido⁷⁷⁵, mas é um crescimento que desde o início beneficie o máximo de indivíduos possíveis, eis o cerne do conceito de democracia defendido pelo *Última Hora*. Dessa forma, a defesa da legalidade não seria apenas uma forma do jornal buscar legitimidade no debate público e com isso auferir ganhos simbólicos e porque não reais, mas integraria seu projeto de Brasil, que teria como base três premissas: democracia, legalidade e desenvolvimento, que deveriam permanecer amalgamadas, ou seja, pelo projeto nacional-desenvolvimentista a cidadania em todas suas formas deveria ser ampliada à medida que a modernização econômica promovesse a independência nacional (PÉCAULT, 1990).

⁷⁷⁴ “Constituição e democracia”, *Última Hora*, 19 de setembro de 1957, 1°C, p. 3. Coluna Flash do momento.

⁷⁷⁵ Em alusão a famosa frase do então Ministro da Fazenda Delfin Netto na ditadura militar, durante os governos Costa e Silva (1967-1969) e Medici (1969-1973).

Por fim, o jornal *Correio da Manhã*, é um dos diários que mais toca no tema da legalidade e, como já identificamos nos capítulos anteriores, fez da defesa da legalidade a sua bandeira de luta, inclusive, de modo mais recorrente do que o *UH*. Essa posição é exposta no editorial publicado quando deixa de dar apoio à candidatura JK por ele ter aceitado “marchar” com Jango, defendendo que mesmo sem candidato o *CM* segue “em defesa da legalidade”, pois “acima das pessoas está o regime, e **este ou se depura por meio dos recursos legítimos de que dispõe ou afunda na mais torpe das ditaduras**”⁷⁷⁶.

Esse trecho indica que o *CM* acredita que a democracia, enquanto regime, possui meios para se depurar, mas seria preciso ver se a democracia brasileira conseguiria executar essa tarefa. Em outros termos: será que a democracia brasileira conseguiria se depurar dos Joãos Goulartes? Caso não conseguisse, o *CM* já traçou o seu destino. E nesse caso, possivelmente o jornal estivesse se referindo a uma ditadura de cunho personalista, baseada na ascensão de um líder carismático ao poder, inclusive por via eleitoral, e que a partir dessa posição passe a instalar um regime ditatorial, próximo ao que ocorreu com Perón na Argentina. Dessa forma, pode-se perguntar se o *CM* não estaria, assim como constantemente fez *OG*, criando argumentos que legitimariam um golpe para “cortar o mal pela raiz”?

Nesse sentido, o próprio jornal esclarece suas tomadas de posição frente a João Goulart e tenta desfazer algumas possíveis interpretações equivocadas:

Ninguém pense que o nosso propósito é dar uma carta branca aos aventureiros e oportunistas nestes termos: - se o sr. João Goulart é assim, como o *Correio* o descreve, **então podem dar o golpe militar, desde que ele é candidato à vice-presidência da República. Não, de modo nenhum.** Exatamente o oposto é o nosso pensamento. Combatemos a candidatura do sr. João Goulart, mas defendermos e defenderemos o seu direito de empossar-se e ocupar o cargo, se for eleito. Defendemos e defenderemos esse direito do sr. João Goulart, como de quiser outros candidatos, mesmo do sr. Ademar de Barros se for eleito e diplomado pela Justiça Eleitoral. **Faremos essa campanha legalista** na defesa ainda daqueles que menos desejamos no governo – defesa leal e correta do direito de adversários dentro da lei. Pois acima do problema dos candidatos – **o Correio coloca hoje o problema da legalidade e do regime.** Esta é a nossa primeira, fundamental e imutável posição. Uma posição antigolpista e pela legalidade⁷⁷⁷.

Nesses termos, a questão da legalidade seria inarredável para o *CM* e, nesse momento, consiste em dois aspectos: primeiro, defender o direito de que qualquer cidadão possa, dentro das regras constitucionais, ser candidato; e segundo, a posse aos eleitos independentemente de quem for, desde que diplomado pela Justiça Eleitoral.

Essa perspectiva é reforçada quando o *CM* afirma que “ainda ontem, **levantando mais uma barreira de legalidade contra a nova onda de boatos golpistas, escrevemos nestas**

⁷⁷⁶ “Desliga-se o ‘Correio’ do sr. Kubitschek”, *Correio da Manhã*, 28 de abril de 1955, 1°C, p. 6.

⁷⁷⁷ “Pela legalidade”, *Correio da Manhã*, 26 de julho de 1955, 1°C, p. 6.

colunas que só à Justiça Eleitoral caberá reconhecer, proclamar e diplomar os eleitos”. Todavia, reconhece que “entre nós, as ondas de boatos de golpes não precisam de nenhum motivo para subir e avançar”, já se caracterizam como movimentos cíclicos. Entretanto, argumenta que

Ninguém terá recursos para promover atentados contra as instituições sem contar ao mesmo tempo com uma movimentação da opinião pública. Pelo lado militar, o general Teixeira Lott liquidou ontem mais uma vez as possibilidades golpistas e as tendências para soluções extralegais. Para fixar a atitude da **opinião pública – estamos contribuindo com a nossa invariável posição antigolpista e legalista**. Sem compromissos com quaisquer candidaturas, com os movimentos livres e independentes, estamos à vontade para colocar acima do problema dos candidatos – o problema do regime e da legalidade.⁷⁷⁸

É importante a afirmação do *CM* de que sem apoio da *opinião pública* qualquer movimento que apele para ações extralegais que visasse atingir as instituições democrática não atingiria seu objetivo. Com isso, coloca novamente a *opinião pública* como defensora do regime ao defender a legalidade. O diário se coloca nominalmente como aquele que estaria à frente da *opinião pública*. Nesses termos, a imprensa seria considerada como a própria *opinião pública* e o *CM* como aquele que capitanearia os movimentos da opinião, uma forma bem particular de se legitimar no debate público e, também, no *campo jornalístico*.

A questão da legalidade é tão central que o *CM* publica um editorial onde elenca cinco pontos essenciais para a causa da legalidade, e a justifica dessa forma:

No meio da confusão e dos debates descontrolados - **vamos** nos fixar em alguns pontos essenciais para a causa da legalidade. **Precisamos** destacá-los, nitidamente, como realidades concretas. Tudo o mais deve ficar de lado. **Não vamos** perder tempo com preocupações secundárias ou com detalhes. A mobilização pela legalidade deve se concentrar e cerrar fileiras em torno de um programa mínimo a ser cumprido, a todo o custo, para a defesa e manutenção do **regime democrático: Isto é: regime das liberdades públicas e individuais**.

Para o *CM*, os cinco pontos para a causa da legalidade seriam: 1) a Constituição de 1946 mantida na íntegra e inviolável; 2) autonomia do Poder Legislativo; 3) respeito às decisões do Poder Judiciário; 4) realização das eleições na data marcada e inadiável; e 5) manutenção das liberdades públicas e individuais. A escolha desses cinco pontos não foi furtiva, mas segundo o diário porque seriam justamente esses pontos “os alvos dos ataques dos golpistas e pregadores de regimes de exceção”. Assim, “**vamos** sustentar os nossos cinco pontos essenciais para a causa da legalidade e das liberdades. E esta causa não é estática nem platônica”, pois “ela está

⁷⁷⁸ “Não morreu pela desordem”, *Correio da Manhã*, 03 de agosto de 1955, 1°C, p. 6. Argumentação retomada em “Mortos e vivos”, *Correio da Manhã*, 05 de agosto de 1955, 1°C, p. 6.

mobilizando a consciência civil e militar da nação. É uma causa de homens livres, de homens sem vocação para os regimes de escravidão e servidão moral”⁷⁷⁹.

Dentro desse contexto, apoia o “movimento da legalidade”, nascido para “se opor à agitação conspiratória do **neo-fascismo indígena**”. Tal “expansão mostra como os sentimentos legalistas são os de toda a nação e constituem a inalterável vocação do povo brasileiro. Estão isolados do país aqueles que o querem garrotear, em nome de soluções salvadoras”. Então, reconhece que “nos **regimes de ordem jurídica** a salvação está precisamente no **exercício da democracia** e não na sua extinção. Morta, ela é um foco de infecção a poluir todo o corpo da nacionalidade”. Assim, “a legalidade uniu **acima dos partidos** os brasileiros, colocando-os indistintamente sob a égide da causa suprema: a da sobrevivência do regime”. No entanto, alerta: “é vital para o país que o movimento da legalidade continue a se desenvolver com máxima energia em todo o território nacional”⁷⁸⁰. Ainda no editorial “Ação pela legalidade”, o *CM* afirma categoricamente que

Durante meses este jornal teve uma causa: a da legalidade. Defendeu-a em todas as frentes. Não se imobilizou ante o perigo dos julgamentos equívocos. Permaneceu fiel à linha que é a única compatível com os nossos brios de nação politicamente organizada. As deformações de julgamento a que se arriscava não seriam como jamais o foram as do povo e do país que confundiram sua sorte com o próprio destino da legalidade. Elas provinham de uma zona difusa, dos grupos que, instalados no poder, do poder dependentes ou só do poder sedentos, não tinham como não tem, para a imediata satisfação de suas ambições, outro caminho a seguir que não o da supressão das liberdades públicas e do garroteamento das instituições democráticas. Acima desse vozerio do golpe está o magnífico instinto de liberdade⁷⁸¹.

Nessas passagens, o jornal novamente concebe a sua batalha pela legalidade como sendo da coletividade da *nação* e do *povo*, fazendo questão de expor que todo o movimento “golpista” era proveniente de um pequeno grupo que estava no poder, isto é, aqueles que foram alçados ao poder após o suicídio de Getúlio Vargas. A busca por deslegitimar tal movimento também pode ser identificada a partir da classificação do movimento como “neofascismo indígena”, ou seja, uma cópia ‘ala brasileira’ do neofascismo. Nesse sentido, há uma dupla deslegitimação: primeiro, por ser caracterizado como neofascista, que por si só já carrega uma carga negativa; e segundo, por ser adjetivado de “indígena”, tal expressão que remete ao que seria local, às peculiaridades adquiridas quando incorporadas ao contexto brasileiro, e geralmente essas novas

⁷⁷⁹ “Os cinco pontos”, *Correio da Manhã*, 28 de agosto de 1955, 1°C, p. 6.

⁷⁸⁰ “Vontade de legalidade”, *Correio da Manhã*, 06 de setembro de 1955, 1°C, p. 6.

⁷⁸¹ “Ação pela legalidade”, *Correio da Manhã*, 11 de outubro de 1955, p. 6, 1°C, editorial principal. A defesa da legalidade também é feita nos editoriais: “Reconhecimento dos eleitos”, *Correio da Manhã*, 07 de outubro de 1955, p. 6, 1°C, editorial principal.; “Estratégia para a ditadura”, *Correio da Manhã*, 16 de novembro de 1955, p. 6.

característica adquirem sentido pejorativo, nesse caso, seria o mesmo que dizer que seria um movimento neofascista “piorado”, remetendo à ideia de atraso.

Em sua batalha em defesa da legalidade, o *CM* se coloca na linha de frente não apenas nominalmente, mas o faz a partir de diversos textos em que se institui a *função pública de auxiliar da coisa pública* para *dizer* o que deveria ser feito, traçar caminhos, construir objetivos para atingir uma meta que é a manutenção da legalidade. Para tanto, chama atenção a frequente utilização de palavras exortativas, especialmente o “vamos”, destacando assim que seria uma luta coletiva, que o *CM* estaria à frente da *opinião pública*, mas não seria uma luta apenas sua, seria uma “causa de homens livres”.

Essa estratégia discursiva, aliada ao reconhecimento que o jornal já possui entre os pares e o público, ampliaria o seu poder de interpelação e com isso o respaldo na sociedade, aumentando o seu volume geral de capital, que também lhe geraria ganhos econômicos. Para corroborar tal situação, basta lembrarmos das cifras que passamos no capítulo dois, quando identificamos que em 1955 o jornal atingiu a maior volume de publicação exemplares/dia durante o período de nossa pesquisa. Nesse sentido, pode-se dizer que a causa da legalidade lhe gerou capital simbólico e econômico, embora não tenhamos como averiguar a recepção de suas tomadas de posição, não se pode desconsiderar que o *CM* e o *UH* foram de fato relevantes para que, dentre todos os sobressaltos políticos de 1955, JK conseguisse tomar posse em 31 de janeiro de 1956.

Depois de tantos textos em defesa da legalidade, não é de espantar que o *CM* reivindique o levantamento do estado de sítio e o faz *falando em nome da coletividade* ao escrever que “a Nação espera que o primeiro ato de autoridade do presidente Juscelino Kubitschek seja o imediato levantamento do sítio, reencontrando-se o seu governo, através desse gesto, com a indomável vocação do país para o regime da liberdade responsável”. Acrescenta, a partir da *função pública de intérprete do pensamento coletivo*, que “deverá fazê-lo o novo governo, honrando assim os anseios de legalidade de que se nutre a nação, e que constituíram mesmo o motivo do seu apoio a medidas de força destinadas a garantir a posse dos eleitos pelo povo”. Isso porque “os sentimentos legalistas que empolgaram o Brasil não cessaram no dia em que se realizaram as eleições, como não cessarão ante o ato da posse”, eles “desdobram-se em vigilância em torno da organização ministerial, cujo teor moral e técnico deve ser impecável. E envolverão todos os atos do governo”⁷⁸².

⁷⁸² “Liberdade responsável”, *Correio da Manhã*, 22 de janeiro de 1956, 1^oC, p. 6.

No ano de 1956, *CM* faz questão de recordar a sua batalha na defesa da ordem legal, ao argumentar que “numa luta terrível de vários meses, enfrentando a maior onda de insanidade política que já dominou este país, este jornal, dia a dia, sobrepondo-se a todos os interesses e a todas as considerações, batalhou tenaz e intransigentemente pelo respeito e o acatamento da ordem legal”. Assim, o governo que emergiu dessa luta é compreendido como “expressão de uma alta consciência nacional legalista”, sendo que “legalidade não significa apenas respeito à voz das urnas e posse dos eleitos. Significa, também, respeito às liberdades individuais, respeito à liberdade de informar, respeito à imunidade parlamentar”⁷⁸³. Por fim, em um de seus últimos textos editoriais em prol da legalidade, conseguimos apreender novos sentidos atrelados a esse ideal democrático e, também, percebendo que o jornal ainda busca adquirir ganhos simbólicos a partir de sua bandeira de luta e tomadas de posições anteriores.

Dentre os jornais, o *CM* foi o que mais ferrenhamente defendeu a legalidade, transformando-a em uma verdadeira bandeira de luta, na qual ficou explícito que a legalidade seria um conjunto amplo de princípios e valores. Entretanto, toda essa defesa nos faz pensar que se precisam ser defendidos quer dizer que estariam ameaçados, assim não seria por acaso que uma das subcategorias com mais ocorrências foi a que associa a democracia com situações de ameaça (ver anexos, 17, 18, 19, 20).

⁷⁸³ “Violência na trégua”, *Correio da Manhã*, 01 de junho de 1956, 1°C, p. 6.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivamos com essa pesquisa analisar como o *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Ultima Hora* representaram a democracia vigente entre 1955 e 1960, bem como, buscamos averiguar as formas como esses jornais construíram discursivamente o seu próprio papel institucional nesse regime democrático. O problema central da pesquisa foi compreender as *tomadas de posições* desses diários em relação à democracia, a fim de averiguar se essas posições, considerados os espaços ocupados pelos veículos estudados e o contexto político e jornalístico pré-golpe midiático-civil-militar de 1964, podem ter contribuído para legitimação de ações de apoio à manutenção do regime democrático ou medidas que avalizariam a derrubada desse regime.

Assim, partimos do princípio de que, para compreender adequadamente as representações sobre a democracia, seria necessário que também analisássemos como os jornais construíram o seu papel institucional na democracia. Considerando as mudanças estruturais em andamento, em diferentes campos - político, econômico, social e na própria imprensa - levantamos a hipótese de que as mudanças pelas quais a imprensa estava passando possam ter influenciado na perspectiva sobre o seu papel legítimo nessa sociedade também em transformação, bem como nas representações sobre a política do período. O desenvolvimento dessa hipótese pauta no conceito de “político” de Rosanvallon (1995), que teria justamente essa dimensão simbólica, o espaço de criação do social, local responsável por produzir sentido, ou seja, “lugar onde se articulam o social e sua representação”.

Dessa forma, conseguimos confirmar nossa hipótese, pois compreendemos que o processo de formação do *campo* e o de institucionalização do jornalismo, legitimaram as tomadas de posição dos diários, pois estes passaram a utilizar de modo particular as ideias de neutralidade e especialmente de objetividade, isto é, a partir de uma lógica atrelada a perspectiva de que uma das *funções públicas* centrais da imprensa seria a de difundir opiniões, mas opiniões objetivas, no sentido de que os diários marcariam o seu lugar de fala. Como observamos quando os jornais abordam a questão da *opinião pública* e da liberdade de imprensa, ou seja, a objetividade não significaria ausência de afinidades ideológicas, ao contrário, seria marcar esses posicionamentos e a partir dessa demarcação efetuar as tomadas de posição. Assim, a partir da incorporação do ideal de objetividade apropriado enquanto demarcador do lugar de fala de cada diário, especialmente nos textos editoriais, os jornais obtiveram maior autoridade para atuar também como agentes políticos.

Em nossa pesquisa, identificamos que a democracia foi associada constantemente a alguns *sujeitos* (*povo e homens públicos*), instituições (partidos, voto e eleições) e ideais (*opinião pública, liberdade, liberdade de imprensa e legalidade*). A partir dessas associações observamos que os jornais construíram distintas *funções públicas* com base na relação que estabeleceram com esses sujeitos, instituições e ideais. Para essa análise criamos algumas categorias específicas que consideramos definidoras dessas *funções públicas* que os jornais se autoatribuíram: *defensor dos interesses populares, auxiliar da coisa pública, interprete do pensamento coletivo, falar pela coletividade e vigilante do poder público*.

No entanto, o significado de *povo* nos jornais em geral, apresentou uma alternância entre *povo nação, povo população, povo-eleitor, povo trabalhador*. Em qualquer um desses significados o *povo* seria representado em uma linha evolutiva, estaria em um estágio ou processo de amadurecimento. Delineiam-se duas linhas principais de interpretação: uma que concebe o *povo* de forma mais pessimista em relação à sua participação política e outra mais positiva, porém, ambas indicavam que a democracia vigente estaria passando por problemas, enfatizando-se, assim, a instabilidade da democracia no Brasil.

A forma como cada jornal articulou tal *função pública*, expõe uma disputa entre os jornais sobre qual deles seria o mais autorizado a desempenhar a *função pública de defensor dos interesses populares* e com isso auferir os ganhos simbólicos e materiais decorrentes. Tal função pública, também sinalizava que o regime democrático brasileiro estaria sob constantes ameaças: demagogos, populismo e crise econômica apareciam como fatores da crise. Assim, os diários ao se colocarem na condição de *defensores dos interesses populares* estariam também defendendo a democracia.

Já as funções de *auxiliar da coisa pública e vigilante do poder público* são acionadas principalmente com relação aos *homens públicos*. Estes, de modo geral, foram concebidos como aqueles que estariam exercendo (por eleição ou indicação) ou disputando algum cargo público que possua caráter de representação da coletividade, o que os diferencia dos *homens privados* cuja atuação está ligada a interesses particulares. Dentre os jornais, o *JB* foi o que mais se preocupou em delimitar quem seriam os *homens públicos*. Encontramos representações em que os diários se referem aos *homens públicos* brasileiros em sentido geral e também a *homens públicos* específicos, em ambos casos predominam as representações negativas.

Em *JB, CM e OG* duas categorias de *homens públicos* podem ser identificadas: o “verdadeiro homem público” e o “demagogo”. Sendo que a principal crítica aos *homens públicos* estaria no fato de colocarem os interesses particulares acima dos coletivos, visando

apenas a manutenção do poder. Situação que colocava em evidência a imperfeição da democracia brasileira e a dificuldade em atender as demandas do *povo* devido, em parte, a precariedade dos quadros dirigentes. Ao mesmo tempo, deixava claro que a própria ordem democrática estaria sendo comprometida pelos políticos “ávidos pelo poder”.

Nesse contexto, os diários se instituem da *função pública* de *falar pela coletividade* para dizer o que o *povo* espera deles, com isso também se constituíam como *intermediários* entre *povo* e *homens públicos*. Os jornais com frequência recorreram a função de *auxiliar da coisa pública* para, de um lado, alertar e, de outro, aconselhar os homens públicos. Questão que leva a outra temática, a possível disputa entre os *campos* (jornalístico e político) sobre quem seria o interprete mais legítimo dos anseios populares. No caso do *JB* essa função é mais explícita, ao declarar-se um “órgão de opinião”, porém não seria a sua opinião que estaria estampada em suas páginas, mas a do *povo*, dessa forma, a imprensa seria a legítima “mandatária” do *povo*.

Desse modo, os jornais ao tratar do *homens públicos*, o fizeram especialmente a partir dos lugares de *auxiliar da coisa pública*, aconselhando, advertindo e sugerindo caminhos a serem seguidos e/ou *vigilante do poder público* para zelar pelo bem público, tendo em vista a má qualidade da maioria dos *homens públicos*, possivelmente como uma forma de suprir o propalado “deserto de homens” e com isso minimizar os efeitos da citada “acefalia política”.

O que permite que se pense que, de um lado, esses diários estariam afirmando sua posição na sociedade como defensores dos “cidadãos de bem” e da democracia e, de outro que estariam construindo para si um papel maior do que meros intermediários entre o *povo* e os *homens públicos*. Nesse sentido, podemos colocar em perspectiva a hipótese de que os jornais poderiam estar construindo a si como uma espécie de *homens públicos* exemplos, expressando o desejo de assumir um lugar no campo político, extrapolando, com isso, o campo jornalístico. Marcando novamente uma possível disputa/conflito entre campos.

Quando os diários se referem aos partidos identificamos que estes são considerados como essenciais ao regime democrático. Entre os quatro diários *OG* é o mais crítico de todos, declarando a “falência desses grêmios”, se utilizando da função pública de *interprete do pensamento coletivo* para autorizar sua fala. A crítica à falta de apego aos programas, que facilitaria a miscigenação ideológica, inclusive com os comunistas seria recorrente nos diários com exceção de *UH*, mas que também reconhecia a necessidade de os partidos voltarem sua atenção para a realidade, caso contrário seriam suplantados por ela.

De uma forma, ou de outra, constata-se que os partidos, na configuração que possuiriam, estariam fadados ao fracasso, assim, os quatro jornais indicam a necessidade de uma reformulação partidária, para evitar a derrocada dos partidos e com eles a democracia. A fim

de afirmar e defender a necessidade da imprensa para a coletividade, na defesa da democracia, os jornais lançam alguns projetos, reforçando a função pública de *auxiliar da coisa pública*.

Em todos os casos a visão que preponderou foi a de que a democracia estaria sob ameaça na medida que os partidos, que seriam instituições que deveriam zelar pela conservação do regime, atuavam no sentido contrário, podendo levar a sua derrocada. Assim, o que predominou foi uma representação negativa dos partidos no geral, sendo que, em cada diário, a crítica era dirigida aos partidos com menor afinidade ideológica, tendo como resultado a deslegitimação dos partidos brasileiros, um dos pilares da democracia moderna.

Uma das instituições fundamentais da democracia, o voto, é outro tema em que os jornais se manifestaram, exercendo *função pública de auxiliar da coisa pública*, especialmente aconselhando os eleitores. Nas representações sobre o voto, identificamos duas correntes. O *OG* e *JB* concebem o voto na democracia predominantemente **como um dever**. Disso decorre que esses diários evidenciam uma grande preocupação em construir no eleitorado o sentido da relevância do ato de votar tanto para o bem quanto para o mal, salientando que pelo voto se decidiria o destino do Brasil. No *UH* e no *CM* há a ênfase na construção **do voto enquanto um direito**, mais do que um dever. Essa última posição dá maior legitimidade ao voto, instrumento pelo qual a democracia poderia corrigir eventuais erros, ou seja, pela sua prática ela se aperfeiçoaria. Porém o *JB* e o *OG* questionam sobre a capacidade do voto como fundamento da democracia no Brasil, ao mesmo tempo em que levantam dúvidas sobre a compatibilidade entre a democracia e realidade brasileira.

Assim como na questão dos votos, os jornais tematizaram as eleições no país principalmente se investindo da *função de vigilante* e de *auxiliar da coisa pública* aconselhando e propondo meios para tornar as eleições mais limpas possíveis. De um modo geral, o discurso predominante é de que existiria uma preocupação latente com a consolidação do processo eleitoral no Brasil, pois esse ainda estaria sujeito a muitos sobressaltos e à movimentos que contestariam os resultados das eleições. Em síntese, havia indícios de que a democracia representativa ainda não encontraria toda a receptividade necessária para se estabilizar.

Por fim, os diários associaram a democracia a conceitos. Em diversos momentos ao longo do trabalho utilizaram o conceito de *opinião pública*, em alguns momentos para legitimar suas tomadas de posição a partir do peso que o conceito carrega, outras vezes utilizaram o coletivo *opinião pública* para se colocar na condição de *falar pela coletividade*. Foi concebida também enquanto resultados das urnas e pesquisas de opinião.

Nesse sentido a utilização dos conceitos acima estabelecem ligações com a definição de *opinião pública* enquanto uma complexidade de fatores que conduz a “um resultado incerto”, mas acima de tudo, que não pode ser controlado por apenas um agente (indivíduo ou instituição) e sim envolve diferentes agentes, como partidos e jornais. Assim, tem-se, por exemplo, a “opinião oficial”, a “opinião política (partidária)” e a “opinião jornalística” como integrantes da opinião pública Champagne (1996). E também enquanto a ação da mídia sobre um público, perspectiva que se aproxima do conceito definido por Lippmann (2010).

A partir dessas concepções os diários buscaram autorizar sua atuação em defesa da democracia, geralmente se concebendo enquanto integrantes da *opinião pública*, construindo sua especificidade em relação aos demais agentes, a partir da lógica de produção jornalística. Os diários reforçaram, explicitamente funções públicas como *interprete do pensamento coletivo* e *vigilante do poder público*. Ocorrendo a mesma legitimação quando os diários se colocavam na defesa da liberdade de imprensa.

Os jornais, assim, se auto-proclamaram defensores das *liberdades* e da *legalidade* política em conformidade com o ideário hegemônico no mundo Ocidental capitalista. Mesmo divergindo quanto a maior ou menor participação do Estado, era o “mundo livre” nos moldes capitalistas que defendiam, sendo que o conceito de *liberdade* variava conforme os interesses das empresas jornalísticas.

Identificamos que ocorreram diversas lutas de representação entre os jornais, nos distintos temas analisados. Os jornais a partir da *função pública de falar pela coletividade* e *interprete do pensamento coletivo* buscaram autorizar sua fala no debate público, bem como construir a necessidade do seu produto, questão reforçada pelas *funções públicas de vigilante do poder público* e *auxiliar da coisa pública*. A partir dessas *funções* os diários também construíram sua relação com os sujeitos *povo* e *homens públicos*, com a instituição partido, ou seja, como um *intermediário* entre essas instâncias.

O que nos chamou atenção foi o constante conflito entre os jornais. Em cada uma dessas temáticas, ocorreram lutas de representação, geralmente com dois blocos distintos e nessas lutas de representação os diários buscavam deslegitimar os oponentes do bloco oposto. Dessa forma, esse conflito entre os diários seria um indicativo da incipiência do *campo jornalístico*, onde as disputas entre os jornais ainda estavam dando a forma ao campo. Assim, centraram-se mais no estabelecimento de posições no interior desse campo em formação, sendo que são essas disputas que conferem a especificidade de cada campo, e nessas disputas também ocorre a delimitação

das condições de produção consideradas legítimas, sendo desprestigiados os agentes que não seguem as regras legítimas.

Nessas lutas de representação *intracampo*, segundo nossa hipótese, quem teria saído mais desprestigiada foi a própria democracia vigente. Assim, se pudermos falar em uma representação do *campo* sobre a democracia seria uma representação negativa, pela qual não se critica diretamente o regime democrático em si, mas se condena seus *homens públicos*, suas principais instituições, deixando entrever que a democracia vigente seria uma “democracia instável”, sob constante ameaça, “incipiente”, “imatura”. Defendemos que as disputas internas ao *campo* geraram como **subproduto uma visão negativa em relação à democracia vigente**. Sendo que essa representação poderia ser apropriada por distintos grupos, de distintas formas, inclusive para legitimar medidas extralegais que levassem à derrocada do regime. Como conformador dessa visão, não desconsideramos os fatores externos ao campo, especialmente o político, que condicionaram as tomadas de posição e acirraram os conflitos.

Nessas associações e construções de *funções públicas*, a perspectiva preponderante seria que a democracia brasileira, de distintas maneiras, estaria sob constante ameaça, principalmente por parte dos agentes que deveriam protegê-la, entre eles alguns jornais e ocupantes dos principais postos de comando do país.

Segundo nossa perspectiva, os diários, na ânsia de defender seus pontos de vista, suas tomadas de posição, sua linha editorial, acabaram tentando impor sua visão de mundo sobre os demais, especialmente dentre os outros jornais, o que não trouxe um saldo positivo à democracia.

Da mesma forma acreditamos que, ao se imputarem distintas *funções públicas* os jornais buscam obter o reconhecimento da coletividade como defensores legítimos da democracia. No entanto, em sua visão negativa ou, mais especificamente, da fragilidade democrática do país, ameaçada por uma parcela do povo não engajado ou imaturo, por partidos frágeis, políticos corruptos, eleições ainda ameaçadas por fraudes, esses jornais acabaram contribuindo para a conformação de um ideário, já na década de 1950, que justificariam medidas de caráter extralegal para que se “conduzisse à verdadeira democracia”, pois pode-se concluir que, direta ou indiretamente, para os jornais, não se estaria vivendo em uma democracia plena, havendo necessidade de correções. Nesse sentido, os jornais analisados, assumiram a função de questionar as instituições democráticas vigentes com base nos seus pressupostos ideológicos, alianças políticas e interesses econômicos. Ao fazê-lo abriam cada vez mais a “ferida” da democracia brasileira.

Acreditamos que portas para outras pesquisas foram abertas, como continuação do presente estudo. Dessas portas destacamos duas que nos interessam particularmente; estabelecer paralelos entre o discurso dos jornais com o discurso proveniente de outros *campos*, por exemplo, os discursos parlamentares, de intelectuais, de especialistas, buscando assim, a partir do conceito de Campo de Produção Ideológica, compreender os discursos de distintos campos sobre a democracia. Outra possibilidade seria dar seguimento na análise dos jornais, estendendo o recorte temporal até 1965 e talvez incluindo mais diários.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. A. de. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. *In*: GÔMES, Â. de C. (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- ABREU, A. A. de. *et al.* (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.
- ABREU, A. A. de; LATTMAN-WELTMAN, F. **A Imprensa em Transição: O Jornalismo Brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ABREU, Marcelo de P. O processo econômico. *In*: SCHWARRCZ, L. M. **História do Brasil Nação: 1808-2010**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2003.
- ABREU, Maurício de P. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO: Zahar, 1987.
- ALDE, A. Imprensa e política no segundo governo Getúlio Vargas. **Redes**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, set./dez. 1997.
- ALTHUSSER, Lois. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro. Graal, 1992.
- ANGELI, D. S. Santinhos, comícios e apertos de mão: sobre o estudo da mobilização eleitoral na experiência democrática. *In*: DOMINGOS, C. S. M.; BATISTELLA, A.; ANGELI, D. S. (Orgs.). **Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens**. São Leopoldo: Oikos, 2018.
- AREAS, D. M. Imprensa e política na década de 1950: o caso do Correio da Manhã. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, XV, São Gonçalo, 2012. **Anais...** 2012.
- AUSTIN, J. L. Quando dizer é fazer: palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- AZEVEDO, L. C. de. **No tempo do rádio: Radiodifusão e cotidiano no Brasil – 1923-1960**. 2002. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, 2002.
- BACZKO, Bronislaw. **A imaginação social**. Porto: Enciclopédia Einaudi, 1985.
- BAER, W. **A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966.
- BARBOSA, M. “Cinquenta anos em cinco”: Consolidando o mito da modernização (1950-1960). *In*: BARBOSA, M. **História cultural da imprensa: Brasil – 1990-2000**. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BENEVIDES, M. V. de M. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BENEVIDES, M. V. de M. União Democrática Nacional (UDN). *In*: ABREU, A. A. de. *et al.* (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010. [recurso eletrônico]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BENEVIDES, M. V. de M. Banda de Música da UDN. *In*: ABREU, A. A. de. *et al.* (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010. [recurso eletrônico]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/banda-de-musica-da-udn>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BOBBIO, N. **Estado, governo, Sociedade**: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

BONAVIDES, P. **Ciência Política**. 10. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.

BOURDIEU, P. Gêneses e estrutura do campo religioso. *In*: MICELI, S. (Org.). **Pierre Bourdieu: a economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, P. O mercado de Bens simbólicos. *In*: MICELI, S. (Org.). **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Perspectiva, 1989.

BOURDIEU, P. O campo intelectual: um mundo à parte. *In*: BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. Três estados do campo. *In*: BOURDIEU, P. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, P. Sobre a Televisão. *In*: BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. **A Economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. 2. ed. rev. Porto Alegre: Zouk, 2015a.

BOURDIEU, P. **A produção da crença**: contribuições para uma economia dos bens simbólicos. Porto Alegre: Zouk, 2015b.

BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. *In*: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Edições 70, LDA, 2016.

Bourdieu, P. A opinião pública não existe. In Michel Thiollent, *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1987.

BURKE, E. **Reflexões sobre a revolução na França**. São Paulo: Edipro, 2014.

CABRERA, M. Á. Cultura Política e História. In: LEDESMA, M. P.; SIERRA, M. (eds.). **Culturas políticas: teoria e história**. Zaragoza: História Global, 2010.

CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. **O Bravo Matutino: imprensa e ideologia, o jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo** (Imprensa Paulista 1920-1945). São Paulo: Brasiliense, 1989

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CHALABY, J. O Jornalismo como invenção anglo-americana - Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920). **Media & Jornalismo**, n. 3, 2003.

CHAMPAGNE, P. **Formar a opinião: o novo jogo político**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

CHARTIER, R. A Mediação Editorial. In: CHARTIER, R. **Os Desafios da Escrita**. São Paulo: Editora Unesp, 2002a.

CHARTIER, R. **Do Palco à Página: publicar teatro e ler romances na época moderna (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002b.

CHARTIER, R. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002c.

CHARTIER, R. **A história Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COLLIVA, P. Verbete Povo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G.. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

COMPARATO, F. K. Variações sobre o conceito de povo no regime democrático. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 211-222, 1997.

COSTA, C. M. L. A campanha presidencial de 1960. In: ABREU, A. A. de. *et al.* (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010. [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/Campanha1960/A_campanha_presidencial_de_1960>. Acesso em: 12 fev. 2020.

DAMBRÓS, B. R. A reorganização territorial Ática sob Clístenes: a democracia como enfraquecimento dos poderes parental-aristocráticos. **Revista Hêlade**, Rio de Janeiro, UFF, v.

3, n. 3, p. 96-106, 2017. Disponível em: <http://www.helade.uff.br/helade_v3_n3_edicaoCompleta.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2020.

DELGADO, L. de A. N. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos desafios e conflitos na democracia. *In*: DELGADO, L.; FERREIRA, J. (orgs.). **O Tempo da experiência democrática**: da democratização em 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DHBB. Queremismo. *In*: ABREU, A. A. de. *et al.* (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**: Pós 1930. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010. [recurso eletrônico]. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/Queremismo>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

DOMINGOS, C. S. M. O Golpe de 64 e a Guerra Fria: origens e antecedentes. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, XIII, da ANPUH-RS, 2016. **Anais...** 2016.

DOMINGOS, C. S. M. O Nacionalismo na experiência democrática brasileira (1945-1964): um conceito em transformação. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RS, IX, 2018. **Anais...** 2018.

FABRIZ, D. C.; FERREIRA, C. F. Teoria geral dos elementos constitutivos do Estado. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, n. 39, p. 107-141. jan./jun. 2001.

FERREIRA, J. A experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964): revisitando temas historiográficos. *In*: NUNES, J. P. A.; FREIRE, A. (Coords.). **Historiografias Portuguesa e Brasileira no século XX**: olhares cruzados. Coimbra: Pombalina Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Imprensa Popular. *In*: ABREU, A. A. de. *et al.* (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**: Pós 1930. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010. [recurso eletrônico]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-popular>>. Acesso em: 28 fev. 2022.

_____. A Noite. *In*: ABREU, A. A. de. *et al.* (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**: Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. [recurso eletrônico]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/noite-a>. Acesso em: 02 mar. 2022

FERREIRA, V. Conteúdos jornalísticos auto-referenciais: entre o jornalismo e a publicidade. *In*: Caleidoscópio. **Revista de Comunicação e Cultura**, Lisboa, n. 5/6, 2005.

FLEISCHER, D. V. Dimensões do recrutamento Partidário. *In*: FLEISCHER, D. V. (org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

FRANCISCATO, C. E. **A atualidade no jornalismo**: bases para sua delimitação teórica. 2003. 336f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador.

Disponível em:
<<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/1871/1/AtualidadeJornalismoDelimitacao.pdf>>. Acesso em:
30 dez. 2021.

FUSTEL DE COULANGES, N. D. **A cidade Antiga**. São Paulo: Editora das Américas S.A. - EDAMERIS, 1961. Versão para eBook: eBooksBrasil/Exilado (epub e kindle), 2006. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Fustel%20de%20Coulanges-1.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2020.

GADINI, S. L. **A cultura como notícia no jornalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Especial de Comunicação Social, 2003.

GARCIA, M. M. A. O Campo das Produções Simbólicas e o Campo Científico em Bourdieu. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 97, maio 1996.

GATTI, I. de M. **Partido Social Democrático: formação e fragmentação em Passo Fundo (1945-1950)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008.

GOLDENSTEIN, G. T. **Do Jornalismo Político à Indústria Cultural**. São Paulo: Summus, 1987.

GOMES, Â. de C. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 31-58, 1996.

GOMES, Â. de C. **Uma breve história do PTB**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB, São Paulo, 13 jul. 2002.

GOMES, Â. de C. População e Sociedade. *In*: SCHWARRCZ, L. M. **História do Brasil Nação: 1808-2010**. Vol. 4. Rio de Janeiro Ed. Objetiva, 2003.

GOMES, Â. de C. Brizola e o trabalhismo. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 11-20, jan./dez. 2004.

GOMES, W. **Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2009.

GRIJÓ, L. A. A democracia sequestrada: mídia e poder no Brasil atual. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 67-92, jul. 2016.

GUERREIRO NETO, G. O jornalismo como instituição social. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXXV, Fortaleza, CE, 03 a 07/9/2012. **Anais da Intercom**, 2012.

HABERMAS, J. Esfera pública burguesa: ideia e ideologia. *In*: HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HASTINGS, A. La nación y el nacionalismo. *In*: HASTINGS, A. **La construcción de las nacionalidades**. Madrid: Cambridge University Press, 2000.

HIPÓLITO, L. Partido Social Democrata (PSD-1945-1965). *In*: DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: CPDOC Fundação Getúlio Vargas, 2000.

HOBBS, T. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOBSBAWM, E. Introdução: a invenção das tradições. *In*: HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Recenseamentos Geral do Brasil (1º de setembro de 1940)**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico de 1950**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, 1956.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico de 1960**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Estatística de População, 1962.

JOHNSON, A. G. **Dicionário de sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. *In*: JOVCHELOVITCH, S.; GUARESCHI, P. A. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

JULIEN, A. **Ágora, Dêmos e Laós: os modos de figuração do povo na Assembleia Homérica** – contradições, ambiguidades e indefinições. 2006. Tese (Doutorado em História Social) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-05072007-102301/publico/TESE_ALFREDO_JULIEN.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2020.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Contribuição à Semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2006.

LACAN, J. **O simbólico, o imaginário e o real**. Conferencia del 8 de julho 1953 na Sociedade Francesa de Psicanálise. Disponível em: <<https://psicoanalisis.org/lacan/rsi-53.htm>>. Acesso em: 27 set. 2021.

LAMARÃO, Sérgio. Carta Brandi. *In*: ABREU, A. A. de. *et al.* (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010. [recurso eletrônico]. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

_____. Movimento de 11 de Novembro. *In*: ABREU, A. A. de. *et al.* (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010. [recurso eletrônico]. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

_____. Clube da Lanterna. *In*: ABREU, A. A. de. *et al.* (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós-1930**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010. [recurso eletrônico]. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

_____. Movimento Nacional Popular Trabalhista (MNPT). *In*: ABREU, A. A. de. *et al.* (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010. [recurso eletrônico]. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-nacional-popular-trabalhista-mnpt>>. Acesso em: 10 nov. 2021).

_____. Manifesto dos coronéis. *In*: ABREU, A. A. de. *et al.* (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010. [recurso eletrônico]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manifesto-dos-coroneis>>. Acesso em: 10 nov. 2021).

LATTMAN-WELTMAN, F. Imprensa carioca nos anos 50: os “anos dourados”. *In*: ABREU, A. A.; LATTMAN-WELTMAN, F. **A Imprensa em Transição: O Jornalismo Brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LAURENZA, A. M. de A. **Lacerda x Wainer: o corvo e o bessarabiano**. São Paulo: Editora Senac, 1998.

LE GOFF, J.; NORA, P. **História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LIMA, D. de. Trajetória do Nacionalismo no Brasil Contemporâneo. **Anais ANPUHPB**, 2008. Disponível em: <http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2002%20-%20Dami%C3%A3o%20de%20Lima%20TC.PDF>. Acesso em: 15 jan. 2022.

LIMA Jr., O. B. Evolução e Crise do Sistema Partidário Brasileiro: As Eleições legislativas Estaduais de 1947 a 1962. *In*: FLEISCHER, D. V. (org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

LIMA, Eduardo Martins de. Sistemas multipartidários e eleitorais brasileiros em perspectiva comparada (1945-1964 e 1985-1998). São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: FUMEC, 2004.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, C. B. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

LUCA, T. R. de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. *In*: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.

LYRA Jr, A. A.; BELLINTANE, A. I. Segunda Guerra e Guerra Fria: reflexões para a América Latina. **OP SIS**, Catalão/GO, v. 14, n. Especial, p. 225-242, 2014.

MARTINS, L. C. dos P. **A grande imprensa “liberal” carioca e a política econômica do Segundo Governo Vargas (1951-1954):** conflito entre projetos de desenvolvimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

_____. História dos conceitos e conceitos na História: a imprensa como fonte/objeto da História Conceitual do Político. *In*: DOMINGOS, C. S. M.; BATISTELLA, A.; ANGELI, D. S. (Orgs.). **Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens.** São Leopoldo: Oikos, 2018. p.53-74.

_____. Pensamento político e imprensa brasileira no pós-guerra: democracia e participação popular na visão do Correio da Manhã no Segundo Governo Vargas. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 46, n. 2, e35228, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1980-864X.2020.2.35228>> Acesso em: 15 jan. 2022.

_____. Informação verbal. Fala Professor Luis Martins na disciplina Conceitos e discursos políticos em tinta e papel: os impressos e a (des)construção de hegemonias, PUCRS, em 27 set. 2021.

MEYRER, M. A vassoura, a simpatia e a espada: Imagens da democracia brasileira nos anos 50. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 174-204, jul./dez. 2012.

_____. “Cartas de Norteamérica”: *Life en Español* e a Guerra Fria Cultural (1953-1957). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 45, n. 3, p. 169-182. set./dez. 2019.

_____. **Representações do desenvolvimento nas fotorreportagens da Revista O Cruzeiro (1955-1957).** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2017. [recurso eletrônico] Disponível em: <http://editora.upf.br/images/ebook/representacao_desenvolvimento_rev_o_cruzeiro.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2022.

MIGUEL, L. F. Autonomia, paternalismo e dominação na formação das preferências. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, n. 3, dezembro, p. 601-625, dez. 2015.

MODELLI, F. **O conceito de povo no Brasil: *populus* e *plebs*** na constituinte de 1823. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MONTENEGRO, A. T. Ligas camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática (1945-1964).** v. 3. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

MOREIRA, V. M. L. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. *In*: DELGADO, L.; FERREIRA, J. (orgs.). **O Tempo da experiência democrática: da democratização em 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOTA, C. G. Nacionalismo, desenvolvimentismo, radicalismo: novas linhas da produção cultural. *In*: MOTA, C. G. **Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974.** São Paulo: Ática, 1980.

MÜLLER, F. **Quem é o povo?:** a questão fundamental da democracia. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

NICOLAU, J. C. M. **Eleições no Brasil:** do império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

ORLANDI, Eni R. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** Pontes Editora: Campinas, 2020.

ORTIZ, R. O mercado de bens simbólicos. *In:* ORTIZ, R. **A Moderna Tradição Brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

PANTOJA, S.; KUBITSCHKE, J. *In:* ATLAS HISTÓRICO DO BRASIL. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2016. Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/verbete/2670>>. Acesso em: 16 dez. 2021.

PATARRA, N. Dinâmica Populacional e Urbanização no Brasil : o Período pós- 30. *In:* FAUSTO. B. (org.). **História Geral da Civilização Brasileira.** Tomo III: O Brasil Republicano. 4º vol.: Economia e Cultura, 1930-1964. 2. ed. São Paulo: Difel, 1986. p. 247-268.

PÉCAULT, D. A geração dos anos 1954-64. *In:* PÉCAULT, D. **Os intelectuais e a Política no Brasil:** entre povo e nação. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

PEREIRA, L. R. Uma história do conceito político de povo no Brasil: Revolução e historicização da linguagem política. *In:* SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, XXVI, São Paulo, p. 1-10, jul. 2011. **Anais...** 2011.

PINHEIRO, P. S. Prefácio. *In:* CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. **O Bravo Matutino:** imprensa e ideologia, o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

PINTO, C. R. J. Tempos de pós-democracia: ausência do povo. **Tempo e Argumento,** Florianópolis, v. 9, p. 472-481, 2017.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos.** 2. ed. São Paulo: Hacker, 2002.

RIBERA, R. A guerra fria: breves notas para um debate. **Novos Rumos,** Marília, v. 49. n. 1, p. 87-106, jan./jun., 2012.

RIBEIRO, A. P. G. Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950? **Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense,** n. 08, 2002.

RIBEIRO, A. P. G. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos, Mídia,** n. 31, 2003.

RIBEIRO, A. P. G. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. *In:* NEVES, L. M. B. P.; MOREL, M.; FERREIRA, T. M. B. C. (Orgs.). **História e imprensa:** representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006.

RIBEIRO, A. P. G. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

RIBEIRO, L. M. **Imprensa e Espaço Público: A Institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808-1964)**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.

RIBEIRO, R. J. Hobbes: o medo e a esperança. *In*: WEFFORT, F. (Org.). 13. ed. 4. imp. São Paulo: Ática, 2001.

RODRIGUES, M. O Brasil na década de 1950. **Memória**, São Paulo, 2010.

RIVAS, X. L. B.. Verbetes “povo”. *In*: DICIONÁRIO DE FILOSOFIA MORAL E POLÍTICA. Lisboa: Instituto de Filosofia da Linguagem, Universidade de Lisboa, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2012. Disponível em: <www.ifl.pt> Acesso em: 15 jan. 2022.

ROSANVALLON, P. Por uma História Conceitual do Político. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 9-22, 1995.

ROSANVALLON, P. Por uma história conceitual do político. *In*: ROSANVALLON, P. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

SAES, D. A. M. de. A questão da evolução da cidadania política no Brasil. **Revista Estudos Avançados**, v. 15, n. 42, 2001.

SILVA, A. R. da. Néelson Rodrigues, a retórica do nariz de cera e a triste sina do jornalismo policial. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA HISTÓRIA DA MÍDIA, VII, Fortaleza, 2009. **Anais...** 2009.

SILVA, J. M. da. **1964: Golpe midiático-civil-militar**. 8. ed. Porto Alegre: Sulina, 2017.

SILVA, R. S. **Diagramação: o planejamento visual gráfico na comunicação impressa**. São Paulo: Summus, 1985.

SILVA, R. B. O PTB (1945-1964): suas tendências políticas internas e a hegemonia do diretório sul-riograndense. **Perseu**, Ano 5, n. 7, p. 175-198, 2011.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-64)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOARES, G. A. D. A formação dos Partidos Nacionais. *In*: FLEISCHER, D. V. (org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1981.

SOARES, G. A. D. **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SOUSA, M. do C. C. de. **Estado e partidos políticos no Brasil: 1930-1964**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SCHUDSON, M. **Descobrimo a Notícia**. Uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

TARDE, Gabriel de. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

THIESSE, A. M. Ficções Criadoras: as identidades nacionais. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 15, 2000/2001.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo I**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE. **Dados estatísticos**: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945. Brasília: Departamento da Imprensa Nacional, Biblioteca Digital da Câmara, 1950.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE. **Dados estatísticos**: eleições federais e estaduais, realizadas no Brasil em 1950. v. 2. Brasília: Departamento da Imprensa Nacional, Biblioteca Digital da Câmara, 1952.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE. **Dados Estatísticos**: eleições federais e estaduais realizadas em 1954 e 1955. v. 3 (parte 2). Brasília: Departamento da Imprensa Nacional, Biblioteca Digital da Câmara, 1958.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE. **Dados Estatísticos**: eleições federais, estaduais realizadas no Brasil em 1960 e em confronto com anteriores. v. 5. Brasília: Departamento da Imprensa Nacional, Biblioteca Digital da Câmara, 1963.

VIZENTINI, P. G. F. **Da Guerra Fria à crise (1945-1989)**: as relações internacionais do século 20. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ANEXO 1 — Correo da Manhã, 02 de março de 1955 — Editorial no canto superior esquerdo da página 6

Apreensões patrióticas

Neste momento de espíritos combativos, insuflados pelas ânsias de uma continuação para a Nação e para o regime de confiança e paz que nos trouxe ao fim da guerra. O homem tem sido, porém, disciplina militar e disciplinamento econômico e social. Não apenas de caráter econômico, mas de caráter social. A sociedade é um todo de caráter social. O indivíduo tem sido disciplinado pela sociedade e a sociedade tem sido disciplinada pelo indivíduo. Este é o espírito da época. A sociedade é um todo de caráter social. O indivíduo tem sido disciplinado pela sociedade e a sociedade tem sido disciplinada pelo indivíduo.

EDITORIAL

Das apreensões de todos os tempos. Apreensões que nos influem em estado de coisas, que se não conciliam com a nossa natureza política e contrariam o mais elementar espírito público. O que melhor poderá ilustrar a situação é a situação em São Paulo. Uma expressão é, em geral, um termo alô ao jogo da sociedade. Quando se trata de uma expressão social, com as suas regras, que são as do regime, expressões não são as do regime, mas as da realidade. As expressões são, portanto, as da realidade. As expressões são, portanto, as da realidade. As expressões são, portanto, as da realidade.

de seu desenvolvimento econômico e industrial. Em todo o seu monumental estudo sobre a situação brasileira, o autor afirma: "A situação brasileira é uma situação crítica. Cada vez mais, a situação brasileira torna-se cada vez mais crítica." A situação brasileira é uma situação crítica. Cada vez mais, a situação brasileira torna-se cada vez mais crítica. A situação brasileira é uma situação crítica. Cada vez mais, a situação brasileira torna-se cada vez mais crítica.

Restaurante de estiva O Serviço de Alimentação da Previdência Social, em um restaurante em Estiva, situado à Rua Antônio Laje nº 42, construiu com a finalidade de servir aos trabalhadores da marinha, que são regularmente matriculados naquele serviço de alimentação. Há tempo algum, porém, os trabalhadores não têm acesso ao restaurante. Isso ocorre porque quem tem acesso ao restaurante é o funcionário público. Os trabalhadores da marinha não têm acesso ao restaurante. Isso ocorre porque quem tem acesso ao restaurante é o funcionário público.

CAFE

Continuam praticamente paralisados as vendas de café no exterior. Em março exportamos 814.000 sacas em cerca de 25% menos que em janeiro. A produção de café é hoje de aproximadamente 80 milhões de sacas. A produção de café é hoje de aproximadamente 80 milhões de sacas. A produção de café é hoje de aproximadamente 80 milhões de sacas.

Paraná

Telegrama que ontem inserimos na seção "Curiosas idéias" diz respeito a uma proposta apresentada à Assembleia Legislativa do Paraná, de mensagem propondo a concessão de um aumento de tratamento aos funcionários do funcionalismo estadual. A medida proposta era de dar maior importância ao funcionário estadual, uma vez que este não goza de uma situação privilegiada em comparação com os funcionários do funcionalismo municipal e estadual.

Tópicos & Notícias

Reforma eleitoral
A representação do PTB na Câmara sugeriu a mais ampla comissão especial de quinze membros para o fim de estudar, discutir e elaborar um projeto de reforma da Lei Eleitoral em vigor, aprovando, para o futuro, as condições de existência, isto é, as respectivas áreas e competências das Câmaras do Senado e da Câmara de Deputados.

CRONICAS

Rio de Janeiro
Uma reunião do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento de São Paulo aconteceu na tarde de ontem no Palácio de São Paulo. A reunião foi presidida pelo Sr. João Goulart, presidente da companhia. A reunião foi presidida pelo Sr. João Goulart, presidente da companhia.

Paraná

Telegrama que ontem inserimos na seção "Curiosas idéias" diz respeito a uma proposta apresentada à Assembleia Legislativa do Paraná, de mensagem propondo a concessão de um aumento de tratamento aos funcionários do funcionalismo estadual. A medida proposta era de dar maior importância ao funcionário estadual, uma vez que este não goza de uma situação privilegiada em comparação com os funcionários do funcionalismo municipal e estadual.

Paraná

Telegrama que ontem inserimos na seção "Curiosas idéias" diz respeito a uma proposta apresentada à Assembleia Legislativa do Paraná, de mensagem propondo a concessão de um aumento de tratamento aos funcionários do funcionalismo estadual. A medida proposta era de dar maior importância ao funcionário estadual, uma vez que este não goza de uma situação privilegiada em comparação com os funcionários do funcionalismo municipal e estadual.

ECONOMIA & FINANÇAS

Exceptional superavit

Um dos aspectos mais debatidos nos princípios de um déficit econômico para o exercício em curso. Foi o caso de definir publico, dos meios relacionados ao governo, as autorizações, tivemos em consequência, a realização de um regime mais de autoridade. Previsões de elevação de impostos directos e indirectos e chamamos os custos incorridos.

Deficit orçamentário Cr\$ 1.087.187.122,00
Deficit das autarquias Cr\$ 3.773.890.000,00
Despesa com o novo alvará Cr\$ 3.500.000.000,00

Para o plano de economias emergenciais Cr\$ 8.000.000.000,00
Não aplicação do Imposto sobre Cr\$ 1.000.000.000,00
Não aplicação do Fundo Rotativo Cr\$ 1.000.000.000,00
Nacional Cr\$ 1.000.000.000,00
Sub-total Cr\$ 10.000.000.000,00

1) Produção de madeira em Minas
2) Produção de madeira em Minas
3) Produção de madeira em Minas

REQUERIDA A ABERTURA

do inventário dos bens do ministro João Alberto. Bens calculados em 7 milhões e divididos de 23 milhões.

276 MILHÕES PARA A MALARIA

276 milhões para o Instituto de Malaria. O plano de gastos para o combate à malária em São Paulo para o ano de 1955 prevê a aplicação de 276 milhões de reais.

ABUSOS DO PODER ECONOMICO

A Associação Comercial debate a nova lei a respeito...

CURTO PERÍODO ADMINISTRATIVO

Não faltam notícias, de natureza política, assinando que no momento nada existe de mais importante que mereça a atenção de leitores que se preocupam com o futuro do Brasil...

EDITORIAL

Quando grande lição de sabedoria não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras...

Também o Governante vai deixando para trás outras mais nobres e úteis aplicações do tempo, para entrar no tabuleiro onde se realizam os treinos para a competição finalista. A política tem atrações que não se pode resistir. A situação do País é crítica, a crise econômica, que se havia tornado alvo das maiores preocupações dos dirigentes, tem-se agravado nos últimos tempos...

Os administradores estão completamente suplantados por essa segunda personalidade que possui todo o homem público, principalmente no Brasil. Agora se vê que o prazo do mandato é realmente curto. Se não dá para completar com êxito as atividades partidárias como poderia permitir que, dentro dele, se pudesse realizar alguma coisa de utilidade no campo administrativo...

A situação econômica e financeira já foi denominada pelo Governante de angustiosa, mas, apesar disso, não faz mais política que administrativa. O povo, que está em meio a sofrido, e por períodos tão longos, pode esperar que o acaso lhe traga dias melhores.

CANDIDATOS LÓGICOS E CANDIDATOS POSSÍVEIS

O General Cordeiro de Faria, enviado para um jornalista, disse que, não tendo sido incluído para a Presidência da República, um candidato ideal seria o Sr. João de Deus...

O País não há mais de vinte dias à procura de um novo candidato, e continua em expectativa de certames partidários que se iniciam e nome parvamente.

As notícias que se vêm divulgando na imprensa nacional há mais meses, que são tendenciosas e hostis quanto à administração brasileira, não são apenas notícias de imprensa, mas sim notícias de opinião.

Não há mais de vinte dias à procura de um novo candidato, e continua em expectativa de certames partidários que se iniciam e nome parvamente.

DESCONTO NA FONTE

Durante o Estado Novo, a situação política do Brasil foi marcada por uma série de eventos que resultaram em uma profunda transformação da estrutura governamental...

O 'EU SOZINHO'

Benjamin Costallat 'Vai, nas Jotagares do último Carnaval, a do 'Bico do eu sozinho'...

Quando grande lição de sabedoria não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras...

Quando grande lição de sabedoria não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras...

Quando grande lição de sabedoria não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras...

Quando grande lição de sabedoria não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras...

O TROTE UNIVERSITÁRIO

Propria da juventude e a grandeza da cidade de seu espírito. A vida universitária, estranhamente, com lógica, estranhamente, com lógica, estranhamente, com lógica...

Quando grande lição de sabedoria não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras...

Quando grande lição de sabedoria não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras...

UNIAO DOS CONTRÁRIOS

Dados apremios, desde a criação primária, que não se pode somar quantidades heterogêneas. No Brasil, certo, há uma união de contrários...

INCENTIVO A CULTURA DA CANA NORDESTINA

Reunião-4. Inver, em Pernambuco, um congresso de agricultores, que se tomou prático e útil para os produtores nordestinos. A preocupação dos promotores é de estimular a cultura da cana-de-açúcar...

Compadrio, santas casas e modernas técnicas de seguro

o médio Rolo Borges, em livro sobre o assunto social no Brasil, a que já se referiu em artigo neste jornal, dá uma ideia quanto à situação das coisas em nosso país. Quem quer que tenha lido o livro, não pode deixar de se lembrar do que, em tanto por ocasião da efêmera e efêmera com que, em tanto por ocasião da efêmera e efêmera...

Quando grande lição de sabedoria não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras...

Quando grande lição de sabedoria não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras...

Quando grande lição de sabedoria não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras...

Quando grande lição de sabedoria não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras...

UM FOMENTO EMBARÇOSO

Poucos dias há que um pequeno embarcamento recebeu um bom número de passageiros. O embarcamento era o navio de passageiros...

Quando grande lição de sabedoria não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras...

Quando grande lição de sabedoria não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras...

Quando grande lição de sabedoria não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras...

UMA VIAGEM INOPORTUNA

Foi anunciado que, por ocasião do aniversário de 100 anos da Independência do Brasil, o Sr. Celso Figueiredo viajaria para o exterior...

Quando grande lição de sabedoria não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras...

Quando grande lição de sabedoria não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras...

Quando grande lição de sabedoria não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras...

Quando grande lição de sabedoria não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras...

DA INCOMUNICABILIDADE PELA INALINHABILIDADE

Quando grande lição de sabedoria não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras...

Quando grande lição de sabedoria não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras...

Quando grande lição de sabedoria não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras...

INSTITUIÇÃO DE ALTA CULTURA

Um divúrgulo, em resumo, o Sr. Celso Figueiredo, em resumo, o Sr. Celso Figueiredo, em resumo, o Sr. Celso Figueiredo...

Martins Alonso

Quando grande lição de sabedoria não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras...

Quando grande lição de sabedoria não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras...

Quando grande lição de sabedoria não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras...

PLUS CA CHANGE...

Quando grande lição de sabedoria não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras...

Nos bastidores do mundo SIDERURGIA

Quando grande lição de sabedoria não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras...

INSTITUIÇÃO DE ALTA CULTURA

Um divúrgulo, em resumo, o Sr. Celso Figueiredo, em resumo, o Sr. Celso Figueiredo, em resumo, o Sr. Celso Figueiredo...

Quando grande lição de sabedoria não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras, não dá lugar a outras...

ANEXO 3 — Jornal do Brasil, 11 de setembro de 1957 - Editorial no canto superior esquerdo da página 3

OS MANIPULADORES DE METODOS ELEITORAIS

O Brasil encontra-se paralisado diante dos métodos de ordem eleitoral. Há quase um mês que nada se faz, que a vida administrativa está estagnada, que o ritmo parlamentar para com o trabalho...

EDITORIAL

Quando entramos no mês de setembro, o Brasil encontra-se paralisado diante dos métodos de ordem eleitoral. Há quase um mês que nada se faz, que a vida administrativa está estagnada, que o ritmo parlamentar para com o trabalho...

Superior Tribunal Eleitoral, que conhece mais de tudo, participações observadas levantou um novo esboço para acabar com as fraudes que vitiam a escolha dos representantes do povo...

As reuniões políticas se sucedem, os comitês se formam, tudo na expectativa da realidade que a realidade por ela criada, lançando em campo uma realidade...

Uma coisa não está, como pensam, de olhos tapados para o futuro, a chamar a atenção para a legislação dos manipuladores para julgar de modo rigoroso e imparcial...

VALIOSA IMPORTAÇÃO O ecadão da Inglaterra não se limita a tecidos e tecidos, repete-se em certos produtos, como a celulose, o vidro, a cerâmica, a porcelana...

SE A GRUPE NA FOSSE BENIGNA... A declaração oficial não detém o espírito de um grupo que se prepara para o futuro...

LIBERDADE O Congresso de Jerusalém, não há dúvida, não há dúvida de que a liberdade de expressão é um direito humano...

DISCURSO EM FATIAS Hoje um tempo, neste País, em que a liberdade de expressão é um direito humano...

PARCELA INCRIVEL A febre de Inhamam no árduo caráter de um dos primeiros...

REMBRANDT Complicações eleitorais

Quando entramos no mês de setembro, o Brasil encontra-se paralisado diante dos métodos de ordem eleitoral. Há quase um mês que nada se faz, que a vida administrativa está estagnada...

HEROSISMO DOS ADVOGADOS NA HUNGRIA

Depois da última recobalção em Hunria, a cidade de Buda, onde os advogados se esforçaram para salvar a liberdade...

Uma poetisa cega do século XVIII

O pai de Angria, entrado em idade de casar, não queria que ela se casasse com um homem comum...

"JORNAL DO BRASIL" há cinquenta anos

Quando fundado em 1812, o "Jornal do Brasil" era uma publicação que refletia o espírito da época...

SERA VERDADE?

As reuniões políticas se sucedem, os comitês se formam, tudo na expectativa da realidade que a realidade por ela criada...

Efígies reais nos selos postais dos Países Baixos

Curadora de Museu Postal de Haia, a Sra. E. Driesson, apresenta uma coleção de selos postais dos Países Baixos...

Rodizio DULLES E O MAR

Amar pelo mar tem os seus encantos, mas não se trata de uma paixão que se possa controlar...

Anexo 4 - O Globo, 02 de março de 1955 - Editorial na capa

PR E PTB RESISTEM AS SOLICITAÇÕES DO SR. JUSCELINO KUBITSCHEK A COFAP NÃO HOMOLOGARÁ O AUMENTO DE PREÇO DA GASOLINA!

Decisão a ser tomada pelo plenário daquele órgão controlador de preços - Parecer contrário do relator Heitor Magrini - As incidências variáveis da majoração da gasolina, querosene e oleos bruto, Diesel e combustível - Solução em três etapas - A diferença nos transportes por trem e por caminhões - O parecer já está com o ministro da Fazenda - Encaminhamento do processo ao Congresso - Também se manifesta contra a medida o diretor geral do D.N.E.R. - (Leia na pág. 2)

Mediário GOYAZ Ltda. - 1954 - 1955 - 1956 - 1957 - 1958 - 1959 - 1960 - 1961 - 1962 - 1963 - 1964 - 1965 - 1966 - 1967 - 1968 - 1969 - 1970 - 1971 - 1972 - 1973 - 1974 - 1975 - 1976 - 1977 - 1978 - 1979 - 1980 - 1981 - 1982 - 1983 - 1984 - 1985 - 1986 - 1987 - 1988 - 1989 - 1990 - 1991 - 1992 - 1993 - 1994 - 1995 - 1996 - 1997 - 1998 - 1999 - 2000 - 2001 - 2002 - 2003 - 2004 - 2005 - 2006 - 2007 - 2008 - 2009 - 2010 - 2011 - 2012 - 2013 - 2014 - 2015 - 2016 - 2017 - 2018 - 2019 - 2020 - 2021 - 2022 - 2023 - 2024 - 2025 - 2026 - 2027 - 2028 - 2029 - 2030 - 2031 - 2032 - 2033 - 2034 - 2035 - 2036 - 2037 - 2038 - 2039 - 2040 - 2041 - 2042 - 2043 - 2044 - 2045 - 2046 - 2047 - 2048 - 2049 - 2050



O GLOBO - FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO - DIRETOR-GERAL: HERBERT MOSES - EDITOR: RICARDO MARINHO

EVITOU, A COMPOSIÇÃO DE AÇO, QUE SE DESSE A MAIOR CATÁSTROFE FERROVIÁRIA DO PAÍS

Quebrando o engate, o carro frigorífico fez com que sete vagões tombassem e dois outros decelerassem - Onze mortos e um número considerável de feridos - Aberto rigoroso inquérito - Causas apontadas - Dificuldades padidas por identificados todos os vilões, horivelmente mutilados - Dois veículos sob o comando do sinalista do Sorocaba - Mobilizados todos os recursos médicos - Nota oficial - Parece ter havido escape (Na 10.ª página)

Ajudar o Governo Norte-Americano Para o Brasil Vencer a Sua Crise Econômica - Foi o que ocorreu, na discussão feita no Rio, de "G. H. Case", o novo embaixador dos Estados Unidos, Sr. James Clement Dorn - O Ilustrado discute o problema econômico brasileiro no sentido de melhorar o preço do café - Explora o intercâmbio cultural - Rego o ataque dos diplomatas brasileiros "tudo na certa" página

PERDE SUBSTANCIAL O CANDIDATO DO PSD

Veio ao Rio, ontem, para conferenciar com o senador Arthur Bernardes - O presidente do P.R. propôs, ao Sr. Café Filho, uma chapa Juscelino-Munhoz - Dificuldades para a realização, em março, das convenções republicana e trabalhista - Os senadores do Partido Trabalhista Brasileiro vão dirigir-se à direção do partido em favor da união nacional



PERDIDA PRESSENTIR A HORRÍVEL TRAGÉDIA

Railista a fazer seu trabalho no período em que se realizou o acidente que levou à morte de sete pessoas - Quem é o responsável do acidente ferroviário - Tudo para que o acidente não se repetisse - Condições de trabalho - Preço e qualidade



Acima de Tudo os Interesses do Brasil e da Ordem Pública

Colômbia o Desrespeito ao Povo - Medidas adotadas no sentido de evitar o caos - O chefe de Polícia recomendou a suspensão das manifestações - O P.T.B. não se desvia da linha - O Sr. Café Filho, em seu discurso, afirmou que o Brasil não pode deixar de ser um país livre e democrático - O Sr. Juscelino Kubitschek, em seu discurso, afirmou que o Brasil não pode deixar de ser um país livre e democrático - O Sr. Arthur Bernardes, em seu discurso, afirmou que o Brasil não pode deixar de ser um país livre e democrático

A ENTREVISTA E AS DECEPÇÕES DE SÃO BORJA

COM 55333 três mil e trezentos e três votos, São Borja é o candidato mais votado para a Prefeitura Municipal - O Sr. Juscelino Kubitschek, em seu discurso, afirmou que o Brasil não pode deixar de ser um país livre e democrático - O Sr. Arthur Bernardes, em seu discurso, afirmou que o Brasil não pode deixar de ser um país livre e democrático

HA SEIS ANOS CESAR LATTES NÃO FAZ MAIS CIENCIA, FAZ POLITICA

Enclosure o professor César Lattes que nunca falarem mais, nem oportunidades, nem facilidades de toda ordem, para o jovem físico partir para prosseguir em seus trabalhos - Lattes

O CAFE E O PROBLEMA CAMBIAL

Material do café de São Paulo em excesso - O problema cambial - O Sr. Juscelino Kubitschek, em seu discurso, afirmou que o Brasil não pode deixar de ser um país livre e democrático - O Sr. Arthur Bernardes, em seu discurso, afirmou que o Brasil não pode deixar de ser um país livre e democrático

SITUAÇÃO MINEIRA

A situação é que a base mineira da candidatura Juscelino é muito sólida - O Sr. Juscelino Kubitschek, em seu discurso, afirmou que o Brasil não pode deixar de ser um país livre e democrático - O Sr. Arthur Bernardes, em seu discurso, afirmou que o Brasil não pode deixar de ser um país livre e democrático

EDITORIAL

PR ESE um dos rios que se desaguam no Rio de Janeiro, o Rio Paraíba do Sul, é o rio mais importante do Estado - O Sr. Juscelino Kubitschek, em seu discurso, afirmou que o Brasil não pode deixar de ser um país livre e democrático - O Sr. Arthur Bernardes, em seu discurso, afirmou que o Brasil não pode deixar de ser um país livre e democrático

IMAGINE-SE COMO O COMPROMISSO

Imaginar-se como o compromisso - O Sr. Juscelino Kubitschek, em seu discurso, afirmou que o Brasil não pode deixar de ser um país livre e democrático - O Sr. Arthur Bernardes, em seu discurso, afirmou que o Brasil não pode deixar de ser um país livre e democrático

VAMOS ACABAR COM ESSA GREVE INJUSTA E IMPORTUNA

Vamos acabar com essa greve injusta e importuna - O Sr. Juscelino Kubitschek, em seu discurso, afirmou que o Brasil não pode deixar de ser um país livre e democrático - O Sr. Arthur Bernardes, em seu discurso, afirmou que o Brasil não pode deixar de ser um país livre e democrático

ANEXO 5 - Ultima Hora, 02 de março de 1955 - Coluna "Coluna de Ultima Hora" reconhecida como o lugar por excelência da "opinião oficial" do jornal - canto superior esquerdo

COLUNA DE Ultima Hora
A PROPOSITO DA LEALDADE PARTIDARIA
MUITO difícil será para um homem público confessar-se publicamente. Sob a tribuna a fim de revelar, para exemplo dos contemporâneos, os seus pensamentos e suas ideias pessoais.

TEXTO RECONHECIDO COMO O LUGAR POR EXCELÊNCIA DA "OPINIÃO OFICIAL" DO JORNAL
...possa revelar dos homens públicos. Atualmente, assistimos ao espetáculo de alguns políticos desceitando de seu partido, sem que hajam abandonado as fileiras desse partido...

ESSENCIAL, agora, é superar a crise. A fim de que os cidadãos não sejam enganados por um processo eleitoral que poderá oferecer surpresa. Nesta altura, portanto, muitos gostariam de usar a sinceridade no que se refere aos demais, mas não admitem usá-la quanto a si próprios.

GOVERNOS EM MARCHA
...os Ministros militares e civis, especialmente o General Prêzida da Costa, permanecendo tranqüilos, sem dar a mínima importância para o fato de que, durante quatro horas no dia, a imprensa de todo o mundo se ocuparia de seus movimentos...

JUSTIÇA LEITORAL
Também o Sr. Edgard Costa, chamado ao Colégio Eleitoral da República, está interessado na reforma da Justiça Eleitoral. Desde que seja votado, o Sr. Edgard Costa aboliu para os eleições presidenciais, circunscrições eleitorais que os Sr. Marc'Antonio Filho já apresentou um trabalho a respeito...

REUMATISMO - SIFILIS SINUSITE - SIFILIS ASMA - VESÍCULA
PROSTATITE VIAS URINARIAS
MOLESTIAS DAS SENHORAS E DA PELE
DOENÇAS SEXUAIS (Impiedade e Frieza)
Tratamento especializado rápido e moderno ULTRA-SOM AERO-KROMIOLIC e NERVALIZADORES e DR. MUNIZ

REUMATISMO - SIFILIS SINUSITE - SIFILIS ASMA - VESÍCULA
PROSTATITE VIAS URINARIAS
MOLESTIAS DAS SENHORAS E DA PELE
DOENÇAS SEXUAIS (Impiedade e Frieza)
Tratamento especializado rápido e moderno ULTRA-SOM AERO-KROMIOLIC e NERVALIZADORES e DR. MUNIZ

Página 4
Diário da Manhã
Coluna de HEDERSON LIMA
PTB - POSIÇÃO PRIVILEGIADA NO JOGO DA SUCESSÃO
CORRIDA PARA O APOIO DE UM PARTIDO DE MASSAS
JANGO SOBRE JUSCELINO: QUEREM UMA SOLUÇÃO NORMAL PARA UMA SITUAÇÃO ANORMAL

A POSIÇÃO do PTB é particularmente privilegiada, no jogo de sucessão presidencial. Pode-se considerá-lo, mesmo, como um dos fatores decisivos nas eleições de outubro próximo. Não é exagerado afirmar que a vitória ou a derrota do PTB dependerá da situação política que se estabelecerá no país...

NO BRASIL, o rompimento entre o domínio político e o domínio econômico está sendo resolvido de forma definitiva. Isso é evidente ao se analisar a situação política atual, em que as forças políticas estão sendo reorganizadas...

GOVERNOS EM MARCHA (cont.)
...os Ministros militares e civis, especialmente o General Prêzida da Costa, permanecendo tranqüilos, sem dar a mínima importância para o fato de que, durante quatro horas no dia, a imprensa de todo o mundo se ocuparia de seus movimentos...

JUSTIÇA LEITORAL (cont.)
Também o Sr. Edgard Costa, chamado ao Colégio Eleitoral da República, está interessado na reforma da Justiça Eleitoral. Desde que seja votado, o Sr. Edgard Costa aboliu para os eleições presidenciais, circunscrições eleitorais que os Sr. Marc'Antonio Filho já apresentou um trabalho a respeito...

REUMATISMO - SIFILIS SINUSITE - SIFILIS ASMA - VESÍCULA
PROSTATITE VIAS URINARIAS
MOLESTIAS DAS SENHORAS E DA PELE
DOENÇAS SEXUAIS (Impiedade e Frieza)
Tratamento especializado rápido e moderno ULTRA-SOM AERO-KROMIOLIC e NERVALIZADORES e DR. MUNIZ

REUMATISMO - SIFILIS SINUSITE - SIFILIS ASMA - VESÍCULA
PROSTATITE VIAS URINARIAS
MOLESTIAS DAS SENHORAS E DA PELE
DOENÇAS SEXUAIS (Impiedade e Frieza)
Tratamento especializado rápido e moderno ULTRA-SOM AERO-KROMIOLIC e NERVALIZADORES e DR. MUNIZ

Rio de Janeiro, Quarta-Feira, 2 de Março de 1955
ULTIMA HORA

Gilberto Cardoso falando de Campêno Para Campêno:
"Flamengo e ULTIMA HORA abraçados no mesmo ideal"
(Começou na 12ª página)
Flamengo, bicampeão carioca, é a hora vibrante jornalística...

Uma vez mais Flamengo e Rio de Janeiro. Uma vez mais Flamengo e Rio de Janeiro. Uma vez mais Flamengo e Rio de Janeiro. Uma vez mais Flamengo e Rio de Janeiro. Uma vez mais Flamengo e Rio de Janeiro.

Uma vez mais Flamengo e Rio de Janeiro. Uma vez mais Flamengo e Rio de Janeiro. Uma vez mais Flamengo e Rio de Janeiro. Uma vez mais Flamengo e Rio de Janeiro. Uma vez mais Flamengo e Rio de Janeiro.

SENSACIONAL!
Oferta da Quinzena de Soção de Cama e Mesa
"Naqueros" Modernos
A Casa BARKI NÃO TEM FILIAIS

O FUNDADOR DE "ULTIMA HORA" SAUDANDO O BICAMPEÃO:
"Flamengo e ULTIMA HORA Instrumentos Das Aspirações do Povo" (Samuel Wainer)
Recebeu o Flamengo pelo segundo vez, no campo da cidade, o fundador de ULTIMA HORA, jornalista Samuel Wainer...

AV. RIO BRANCO - GRUPO DE SALAS
Vendemos um Edifício de construção iniciada, em andar alto, lado da serra, com vista para o mar, entre as ruas do Ovidório 7 de Setembro.
CR\$ 15.000,00 DE SINAL
C.E.N-T-R-O

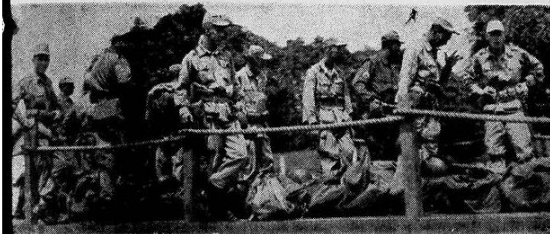
O PREFEITO SA LESSA E A CAMPANHA DE "ULTIMA HORA" TODOS OS RECURSOS DA PREFEITURA PARA REFORMAR O "PRONTO SOCORRO" (LEIA NA SETIMA PAGINA DESTA PAGINA)

Fechados Todos os Cinemas do Rio em Sinal de Protesto (Leia em "Zero Hora")

Bomba na Política do Distrito: Mendes de Moraes, Nome Mais Cotado Para a Prefeitura! (No 2.º Pág.)

O General Odílio Denys Fixa a Posição Dos Chefes Militares

"NÃO TOLERARÁ O EXÉRCITO QUE A INSÍDIA E A SOLÉRCIA PERTURBEM A PAZ PÚBLICA!"



Historiando Para os Chefes Militares os Acontecimentos Relacionados Com a Fuga de Velloso e Lameirão, o General Odílio Denys Lança Importante Comunicação - Fieis à Constituição e ao Governo Todas as Guarnições do País (LEIA NA SETIMA PAGINA DESTA CADERNO)

ENQUANTO A ALEGRIA DOMINA SANTARÉM, LAMEIRAO EXCLAMA:

"Fomos Traídos: Não Estourou a Rebelião Projetada no País!"

LEIA TEXTO NA SEGUNDA PAGINA DESTA CADERNO

AVÓS ILUSTRES DEPOEM SOBRE A FILMA DE JANI QUADROS NAMORA OU NÃO NAMORA A MENINA DE 13 ANOS?



Gilberto Amado, Celia Maria, Dinah Silveira de Queiroz

TIRAGEM: 80.010 * ANO V - Rio de Janeiro, 24 de Fevereiro de 1956 - N. 1.436

Ultima Hora

Director-Responsável: PAULO SILVEIRA Fundador: SAMUEL WAINER Director-Supervisor: L. F. BOCAIYVA CUNHA



"Nenhuma surpresa ao soldado soldado com as deserções da FAB", declaram os em no Rio, a reportagem local, os três jovens aragantes da Aeronáutica (cima fotografia) que conseguiram escapar de Santarém

Zero Hora

FECHADOS TODOS OS CINEMAS DO RIO

A partir de hoje não haverá um cinema aberto no Distrito Federal dentro do filiado ao Sindicato dos Proprietários. O Sindicato dos Trabalhadores Cinematográficos do Rio de Janeiro, adotou medida em sinal de protesto contra a execução prevista da portaria da COFAP estabelecendo novos preços e condições para a cobrança dos ingressos.

LÍDERES TRABALHADORES COM JUSCELINO

Numerosos líderes de trabalhadores, dirigentes de órgãos de classes, reuniram-se para visitar nas próximas horas, o Presidente e Juscelino Kubitschek, quando verificarem a solidariedade das classes operárias ao Chefe de Governo contra o golpe, a desordem e a agitação que grupos de matas brancas tentam impedir a marcha do país.

AFUNDO O SUBMARINO

O submarino britânico "Achernar" foi dado desaparecido, na manhã de hoje, quando realizava viagem de experiência, ao largo da Grã-Bretanha. A equipagem normal de cerca de 80 homens, não se tendo notícias sobre a situação da tripulação (AFP).

CADA VEZ MAIS VOLTA REDONDA...

O General Edmundo Mariz, atual Presidente da Siderurgica Nacional, saluda esta manhã de seu despacho com o Presidente da República, declarou que receberá instruções do Chefe de Governo para iniciar imediatamente o trabalho de irma e elaboração de planos para a Volta Redonda.

Aumento Simples e Imediato; Depois a Classificação

Mínimo de 3.800 e Máximo de 17.000 Cruzados, o Teto - Anteriores, Estruturários, Servos, Tarefeiros, Aposentados e Pensionistas, Servos Beneficiários - Assembleia do UNSP, Hoje, na ABI - Bas a Repercussão Entre o Funcionário - (Leia no 3.º Página Deste Caderno)

Table with columns: PADRAO, REFERENCIA, VALOR. Rows A through O with corresponding values in Cruzados.

O Governo Entre os Planos da Realidade e da Fantasia

Chegada a hora de Sr. Juscelino Kubitschek começar a trabalhar realisticamente. Trabalhar como governo tem em conta o bem coletivo imediato da Nação. Por enquanto, o Sr. Juscelino tem se colocado num plano pouco objetivo. O candidato vencedor por uma combinação de partidos, precisa demonstrar que compreende a situação de seu eleitor com o apoio de parcelas consideráveis do povo, através do PTB e de outras forças populares, pois, só, a sua clientela eleitoral possuída não lhe dá direito de ser um líder popular. O povo, elegendo-o, abriu um crédito de confiança, aguardando certamente que ele correspondesse a sua expectativa.

De fato, ninguém esperava que o Sr. Juscelino Kubitschek surgisse do momento para todos os procedimentos de campanha e de administração. Mas, isto não está acontecendo. O governo do Sr. Juscelino Kubitschek ainda não começou a funcionar ou a existir. Os ministérios estão ocupados, mas não vemos no governo nem unidade de propósito, nem de ação, nem face dos problemas. Responsável pela pasta principal, por exemplo, o Sr. José Maria Alkmin faz declarações insustentáveis em assuntos de finanças, em confronto com as promessas do candidato Juscelino ao eleitorado. E tudo continua na mesma.

lidos com representação no Congresso, existem hoje em dia fortes correntes nacionalistas. Coincidentemente, o Ministro da Viação, desde que assumiu o posto de tanto tempo, permanece tão anônimo quanto o era na sua função anterior: mais adequada de comandante de base naval. Não entanto, no Cstete, movimentou-se uma verdadeira legião de chefes e subchefes, assistentes intelectuais e assessores sociais, secretários e subsecretários, mitrados com improvisados ministros sem pasta que, por mais simpáticos e mais agradáveis que sejam no trato pessoal, nada mais fazem do que tolar o Sr. Juscelino Kubitschek do povo, mais afastado da realidade. Quando ao problema militar, o Sr. Juscelino Kubitschek não parece utilizar as habilidades do Sr. Francisco Negro de Lima para resolvê-lo. Não escura o candidato popular que alinha legalmente o Poder graças à presença com que as Forças Armadas sobejam a defender a legalidade e não se mantêm porque elas estão vigilantes em torno da Constituição. A sua melhor contribuição para que seja superada a presente crise militar, resultante inevitável dos acontecimentos a que acima nos referimos, é realizar um bom governo: um governo capaz de restabelecer a confiança nacional no Poder civil. Quanto ao mais, não se inquiete o Presidente da República, nem deve perturbar os grandes chefes do 11 de Novembro que são, ainda, a garantia da ordem, da tranquilidade coletiva, da segurança para a República.

EDITORIAL

AO POVO DE SANTARÉM

A desobediência dos oficiais de Estado-Maior e a deserção dos soldados em sua maioria, constituem um ato de insubordinação que não pode ser tolerado. O povo de Santarém deve permanecer firme e apoiar o Chefe de Governo.

DEBATE MISTÉRIO DO CORVOADO

Há 6 Meses na Mata o Corpo de Uma Mulher

Mato de Uma Pessoa Exaltada - Quando as Forças Armadas sobejam a defender a legalidade e não se mantêm porque elas estão vigilantes em torno da Constituição.

ANEXO 7 - Ultima Hora, 11 de fevereiro de 1957 - Coluna "Flashes do Momento" reconhecida como lugar por excelência da "opinião oficial" do jornal, canto superior esquerdo - página 3

Flash

A CRISE DO TRABALHISMO

Como encarar o problema do trabalhismo brasileiro... A crise do trabalhismo brasileiro vem naturalmente em função da renúncia do líder da bandeira, aspecto secundário, embora importante, de seu papel de chefe de fileira, em face da possibilidade de... A crise do trabalhismo vem beneficiar os inimigos do trabalho...

TEXTO RECONHECIDO COMO LUGAR POR EXCELÊNCIA DA "OPINIÃO OFICIAL" DO JORNAL

MAS esse líder político, talvez forte personalidade pública de sua época, embora também a sua crise. Semelhante aos últimos tempos, sofreu a mais feroz das críticas, e em vez de apoiar-se no apoio de seus seguidores, tornou-se a ser por eles abandonado. O líder de Vargas não esteve, entretanto, no terreno da política, mas sim no da vida, e sua supremacia mandou, não apenas a política, mas a vida, e a sua supremacia mandou, não apenas a política, mas a vida, e a sua supremacia mandou, não apenas a política, mas a vida...

COMPRAR A PARTIR DESTA META

Uma linda meta que já se faz

Super Fina

LEGÍTIMA

NYLON DUPONT

100% PERFEITAS
De Cr\$ 85,00
por Cr\$ 72,00
em cada 9 pares mais um grátis

Um lançamento das casas Olga

na tradição do comércio de meias

AVENIDA 111 - QUADRA 112 - 1.º DE SETEMBRO, 113 - JARDIMANA, 20 AV. COPACABANA, 714 - 1.º DE SETEMBRO, 113 - JARDIMANA, 20 AV. COPACABANA, 112 - R. CONDE DE BONFIM, 42 - R. DO COMÉDIO, 112 - R. DO COMÉDIO, 112 - R. DO COMÉDIO, 112

ULTIMA HORA

Caso de Fernando de Noronha vem politicamente revolvido a nossa moralidade e profissionalmente a nossa ética. O caso de Fernando de Noronha vem politicamente revolvido a nossa moralidade e profissionalmente a nossa ética. O caso de Fernando de Noronha vem politicamente revolvido a nossa moralidade e profissionalmente a nossa ética.

RETRATO SEM RETÓRICA

O FATO CONSUMADO

Adaptado por...

Para que a guerra não resolva nenhum problema do mundo e que deva ser baseada na terra, todos os seus movimentos, vão para o direito contrário. Fatores mais pessoais, aqueles que desorientam e confundem, Wallace, está comandando a situação de alguns de nós, a situação experimental dos trabalhadores. Desde agora, os trabalhadores devem abandonar a situação de alguns de nós, a situação experimental dos trabalhadores.

PARA ESTIMULAR AINDA MAIS A VINDA DE CAPITAIS ESTRANGEIROS:

O Brasil Deve Aproveitar o Entusiasmo e a Simpatia Que Desperta no Exterior

"Aquí Existe um Clima Político Favorável ao Desenvolvimento Imediato Das Colônias Possíveis Desta Terra Privilegiada". Diz o Sr. Willian Vient Moscatelli, Diretor-Gerente da Standard Brands of Brazil.

Diretor-gerente da Standard Brands of Brazil, o Sr. Willian Vient Moscatelli, com muitos anos de experiência internacional em seus negócios, afirma que o Brasil oferece um excelente campo para o desenvolvimento das colônias estrangeiras. Ele afirma que o Brasil oferece um excelente campo para o desenvolvimento das colônias estrangeiras.

Do Colarinho aos Punhos...

AS CAMISAS TORRE VESTEM MELHOR

Tudo o que V. espera de uma camisa sob-medida... a proporção exata entre as mangas e o colarinho... o acabamento natural e confortável... o colarinho elegante e indormível... o tecido resistente, leve e macio... ou os botões firmes, a costura reforçada, e um acabamento cuidadoso... tudo isso V. encontra exclusivamente nas elegantes Camisas Torre.

Fabricadas em tecido SANFORZIDO, pelo processo Heconva, as Camisas Torre são apresentadas nos seguintes pontos e meios-pontos:

Colarinho:	13.2 - 14	14.2 - 15 - 15.2 - 16 - 16.2 - 17
Mangas:	30 - 31 - 32 - 33	30 - 31 - 32 - 33 - 34 - 35

PEÇA A MEDIDA EXATA DA SUA CAMISA TORRE!

As Camisas **TORRE** Vestem Melhor!

Produto de Confeções Torre S.A.
A venda nas melhores lojas do Rio

YES...

Matricle-se ainda hoje em um de nossos cursos de inglês

Segundo período letivo a iniciar-se em 18 de fevereiro, com aulas diárias.

Enquanto também nossos cursos especiais.

Cada curso proporciona a oportunidade de fazer um curso de inglês em um período de tempo muito curto.

Enquanto e correspondente em inglês para quem quiser melhorar seu inglês.

Cada curso começa a partir de 4 horas e 15 minutos. Fazer todo o curso em 10 dias.

Endereço: Rua São Sebastião, 90-110 - 1.º andar - Tel. 25-0113

Endereço: Rua São Sebastião, 90-110 - 1.º andar - Tel. 25-0113

Endereço: Rua São Sebastião, 90-110 - 1.º andar - Tel. 25-0113

AS CAMISAS TORRE VESTEM MELHOR

Tudo o que V. espera de uma camisa sob-medida... a proporção exata entre as mangas e o colarinho... o acabamento natural e confortável... o colarinho elegante e indormível... o tecido resistente, leve e macio... ou os botões firmes, a costura reforçada, e um acabamento cuidadoso... tudo isso V. encontra exclusivamente nas elegantes Camisas Torre.

Fabricadas em tecido SANFORZIDO, pelo processo Heconva, as Camisas Torre são apresentadas nos seguintes pontos e meios-pontos:

Colarinho:	13.2 - 14	14.2 - 15 - 15.2 - 16 - 16.2 - 17
Mangas:	30 - 31 - 32 - 33	30 - 31 - 32 - 33 - 34 - 35

PEÇA A MEDIDA EXATA DA SUA CAMISA TORRE!

As Camisas **TORRE** Vestem Melhor!

Produto de Confeções Torre S.A.
A venda nas melhores lojas do Rio

Rock and Roll

SEMANA DOS PREÇOS

CAMISAS

por preços alucinantes

Camiseta de cambalão com botões em tons de azul, verde e amarelo - Cr\$ 99,00

Camiseta de cambalão com botões em tons de azul, verde e amarelo - Cr\$ 158,00

Camiseta de cambalão com botões em tons de azul, verde e amarelo - Cr\$ 198,00

SIMON GANDELMAN

Rua do Brasil, 111 - Tel. 25-0113

ANEXO 8 - Ultima Hora, 06 de maio de 1958 - Coluna "Flash do Momento" reconhecida como lugar por excelência da "opinião oficial" do jornal, superior central - página 3

ULTIMA HORA

Rio de Janeiro, Terça-Feira, 6 de Maio de 1958

PAGINA 3

NA HORA JOSÉ AUGUSTO

Cívico Salgado, Candidato à Embaixada no Vaticano; Schmidt Quer Buenos Aires

Candidato à Embaixada em Buenos Aires, José Augusto Schmidt...

Serviço Social Para as Mulheres

O Sr. Paulo Bentes apresenta projeto de lei...

NOVOS ACORDOS: NOVOS EM TROCA DE CAFÉ

Um exemplo que foi citado em uma reunião...

Festival de Cinema

Novo ao Festival de Cinema de São Paulo...

Ezra Pound - Hóspede indesejável

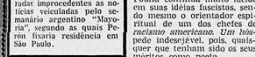
Um notável de letras e de nome, Ezra Pound foi convidado...

ALTO COMANDO PERONISTA

Considera-se simples e precisa, mas muito bem informada...

Os Donos da Casa

(Charge de AUGUSTO RODRIGUES)



Heje, ao Colégio Militar do Rio de Janeiro...

TIREMOS O CHAPEU

Heje, ao Colégio Militar do Rio de Janeiro...

BANCO IRMÃOS GUIMARÃES S.A.

RIO - SÃO PAULO - BAHIA - PERNAMBUCO

Faz bons amigos... com bons serviços!

FLASH do MOMENTO MANOBRAS ELEITORAIS

ALGUNS títulos berrantes como letrados de ciência...

TEXTO RECONHECIDO COMO LUGAR POR EXCELÊNCIA DA "OPINIÃO OFICIAL" DO JORNAL

colocaram para a leitura, problema criado pelo o governo do Estado do Rio Grande do Sul...

Convém lembrar, a propósito, um episódio místico...

RETRATO

O ACESSO DOS SERGENTES AO OFICILATO NA AERONÁUTICA

NO dia em que o atual Ministro da Aeronáutica tomou posse...

TODOS sabemos, e o Ministro Mello sabe mais do que nós...

Advertisement for 'sua roupa Super '58' featuring a portrait of a man and promotional text.

YAMOS explicar. Na Aeronáutica, um Francisco Dutra...

Advertisement for Ducal clothing featuring a portrait of a man and text: 'Um corte do famoso tecido Matarazzo-Boussac'.

Advertisement for 'Investimento da I. F. C. no Brasil' with a portrait of Robert L. Garner.

Advertisement for 'ITALIA' featuring a portrait of a man and text about international finance.

Advertisement for 'CONTI BIANCAMANO' featuring a portrait of a man and text about clothing.

Large advertisement for 'VICK' tires with text: '1.001 utilidades em todo o varêjo' and 'MÉDIO: \$ 59,90 GIGANTE: \$ 99,00'.

ANEXO 9 — Última Hora, 18 de maio de 1960 - Coluna "Coluna de UH" reconhecida como lugar por excelência da "opinião oficial" do jornal, canto superior esquerdo — página 3

ÚLTIMA HORA

COLUNA DE UH

Eleições no Clube Militar: Democracia Marcou um Tonto

Texto reconhecido como lugar por excelência da "opinião oficial" do jornal

A partir das dez horas de hoje, realiza-se o Clube Militar as eleições para a renovação de sua diretoria. Não há nenhuma dúvida sobre o resultado, pois existe uma única chapa e a chapa é única porque a candidatura adversária, que cresce a levas de "Cruzada Democrática".

Será reconduzida a atual diretoria, presidida por Sr. Basílio e Oronio, hoje, entre os assessoriais oficiais da Presidência da República, em um processo que se realizou há alguns meses no interior do País. Este processo refletiu não apenas as tendências internas do Clube Militar, mas o espírito da vida nacional nos tempos de utilização da chicana. Faltamenta tal não dá para chamar a atenção pública, assim como os recursos jurídicos que visam a impedir a consumação do pleito de hoje. Para isso incluíram a assinatura de diversos chefes militares, muitos deles conhecidos pela sua participação na vida política dos funcionários do programa de assistência aos diretores do desenvolvimento e da emancipação econômica do País, e outros que se encontram em situação de afastamento por parte de seus superiores.

Em um momento em que a opinião pública acompanha com interesse o desenvolvimento do País, é lógico que a participação dos militares na vida política seja considerada como uma via desviada. No entanto, a participação dos militares na vida política é uma realidade que não pode ser ignorada. A participação dos militares na vida política é uma realidade que não pode ser ignorada.

de Janeiro, Quarta-Feira, 18 de Maio de 1960

CARYL CHESSMAN AGORA É NOME DE CRIANÇA NASCIDA EM SANTOS

SANTOS, 17 (ÚLTIMA HORA) — "Dei ao meu filho o nome de Caryl Chessman para que sempre lembre que a pena de morte nos tempos modernos é um absurdo" — justificou ante o repórter de ÚLTIMA HORA o Sr. Luis Gonzaga de Oliveira, a respeito do registro de seu filho com o nome do famoso condenado escritor, recentemente executado.

O nome todo de garoto e Caryl Chessman de Oliveira nasceu no último dia 12 na casa número 95 da Avenida Conselheiro Rodrigues Alves. Mãe, Maria Helena, 29 anos e pai, Luiz Gonzaga de Oliveira, 37 anos, ambos brasileiros. Seu pai é engenheiro e trabalha para a empresa de engenharia de São Paulo. Sua mãe é professora e trabalha para a escola de ensino fundamental de Santos. O casal tem dois filhos mais novos, um menino de 4 anos e uma menina de 2 anos.

A mãe do Sr. Luis Gonzaga de Oliveira explicou que escolheu o nome de Caryl Chessman para o filho porque ela sempre leu os livros do escritor e ficou admirada com a coragem dele em lutar pela pena de morte. Ela também mencionou que o nome é muito bonito e que ela sempre gostou de ler os livros dele.

Homenageado Novo Presidente da NOVACAP

BRASILIA, 17 (ÚLTIMA HORA) — O engenheiro Moacyr de Souza, substituído do Sr. José Pinheiro na presidência da NOVACAP, foi alvo de expressivos homenagens na noite de ontem por parte de seus amigos e funcionários desta Companhia que lhe ofereceram um banquete na churrascaria do Lago. No momento em que o presidente da NOVACAP estava no recinto, os presentes, em número de mais de seletos, interromperam em aplausos durante mais de dois minutos.

"ALIANÇA DE PROTEÇÃO AO INQUILINO" DEFENDE ATUAL LEI DO INQUILINATO

A proposta de comentários de donos de imóveis a respeito da Lei do Inquilinato, "Aliança de Solidariedade e Proteção aos Inquilinos", sediada à Rua da Assembleia nº 111-A, Sala 105, em sessão de ofício dos "relatores de aluguel" no sentido de declarar a lei do inquilinato vem a público declarar a seguinte:

1 — **NAO É VERDADE**, que os inquilinos, principalmente os que vivem em prédios antigos, não têm condições de pagar o aluguel atualizado. O atualizado é muito alto e os inquilinos não têm como pagar. Além disso, os proprietários não têm obrigação de fazer obras de conservação nos prédios antigos. Isso é uma discriminação contra os inquilinos que vivem em prédios antigos.

2 — **NAO É VERDADE**, que os proprietários não têm obrigação de fazer obras de conservação nos prédios antigos. Isso é uma discriminação contra os inquilinos que vivem em prédios antigos.

3 — **NAO É VERDADE**, que os proprietários não têm obrigação de fazer obras de conservação nos prédios antigos. Isso é uma discriminação contra os inquilinos que vivem em prédios antigos.

NAO É VERDADE

JOSE MAURO

O CATETE JÁ É QUASE MUSEU

O último funcionamento da Presidência da República que ainda está no Rio, no Palácio do Catete, — trabalhando na sala de estar — era do Sr. Carlos de Almeida, Secretário de Estado, Sr. João Luis Soares, Oficial de Gabinete e secretário particular de Sr. Carlos de Almeida, em substituição da Presidência da República, ou foram devolvidos aos respectivos chefes, nos dias 13 e 14 de maio.

Modelos práticos dos funcionários no catete e seletos para fazerem uma visita ao Museu do Catete, que se prepara para receber os visitantes que virão para assistir ao espetáculo de hoje.

LENA HORNE AMANHÃ NO RIO EXPOSIÇÃO

A cantora americana Lena Horne estará amanhã no Rio, para participar da exposição "Lena Horne" que se realizará no Rio para dar suporte ao Museu do Catete. A exposição será inaugurada amanhã às 10 horas, com o espetáculo "Lena Horne" que será apresentado às 20 horas. A exposição será inaugurada amanhã às 10 horas, com o espetáculo "Lena Horne" que será apresentado às 20 horas.

ODONTOLOGIA E REALIDADE BRASILEIRA

A realidade odontológica no Brasil é muito diferente da realidade odontológica dos Estados Unidos. No Brasil, a maioria da população não tem acesso a serviços odontológicos. Isso é devido à falta de recursos e à falta de profissionais qualificados. É necessário que o governo brasileiro tome medidas para melhorar o acesso à odontologia para todos os brasileiros.

BENE NUNES NA ILHA DE BANANAL

Bene Nunes vai dar uma volta na Ilha de Bananal, no município de Bananal, no Estado de Minas Gerais. A viagem será realizada em um pequeno barco e será acompanhada por uma equipe de reportagem. A viagem será realizada em um pequeno barco e será acompanhada por uma equipe de reportagem.

CINCO NOTÍCIAS

- 1 — A Varig reservou assentos no Hotel Glória, para o próximo dia 18 de junho, em que se desfilam nos quadros de seu vôo inaugural da linha Rio-Nova Iorque, o Boeing 707.
- 2 — O Professor Roland Corbier, hoje hoje para Curitiba, onde, a convite do Centro Acadêmico Hugo Simas, da Faculdade de Direito, apresentará uma conferência sobre o ensino de História.
- 3 — O jornalista Carlos Machado afirma que tem decido voltar ao Rio de Janeiro, depois de 20 dias de afastamento por problemas de saúde, localizados no centro da cidade.
- 4 — Hoje, às 19 horas, no Auditório da ARI, inauguração de uma exposição de fotografias do Perm, sob o patrocínio da "Comissão de Educação em Ciências" da Associação de Educação em Ciências da República, sob a direção de seu presidente, Sr. Carlos de Almeida.
- 5 — Indagadamente respondendo "Oliveira" da disse: "você entrou em contato com a sua esposa".

TIREMOS O CHAPÉU

As Gerais Justino Alves de Sousa, que, superado os obstáculos da chicana e de sua administração, a fim de prosseguir a sua missão, foi transferido para o cargo de chefe de gabinete do Clube Militar, para ocupar o cargo de chefe de gabinete do Clube Militar, para ocupar o cargo de chefe de gabinete do Clube Militar.

TRANSISTONE

o companheiro para todos os momentos

na Casa Garson presente ideal

NOVO! MAIS MODERNO! MAIS POTENTE!

O TRANSISTONE II é o novo rádio portátil da Philco, dotado de 7 transistores e funcionando com apenas 4 pilhas de lanterna.

Companheiro ideal para todos os seus momentos, você estará sempre alegre e satisfeito com o TRANSISTONE II da Philco, o mais poderoso rádio portátil até hoje fabricado no Brasil, que tem:

- som perfeito
- volume super-potente
- transistores embutidos
- chassis de construção compacta e blindada
- mais bonito: moderno gabinete em plástico, extremamente resistente a quedas e choques
- não mancha, não suja, não riscar — é à prova de ácidos
- em 4 belíssimas cores: vermelho, rosa, marfim e azul

Venha buscar o seu TRANSISTONE II na

Casa Garson

RUA BANDA DE 1922

EXCLUSIVAMENTE NESTE ENDEREÇO:

Uruguaiana, 105-108 - Quadros 137

Camargo, 90 - ANHêdago 118

FORMICA Diferente em qualquer superfície

ALASKA

Anexo 10 – Quadro escolha de edições a serem coletadas

Parte 1/3

Ano 1955				Ano 1956			
Mês	Semana	Dia da semana	Data	Mês	Semana	Dia da semana	Data
Janeiro	1	Terça-feira	04-01-1955	Janeiro	1	Sexta-feira	06-01-1956
	2	Quarta-feira	12-01-1955		2	Sábado	14-01-1956
	3	Quinta-feira	20-01-1955		3	Domingo/segunda	22-01-1956
	4	Sexta-feira	28-01-1955		4	Terça-feira	31-01-1956
Fevereiro	5	Sábado	05-02-1955	Fevereiro	5	Quarta-feira	08-02-1956
	6	Domingo/segunda	13-02-1955		6	Quinta-feira	16-02-1956
	7	Terça-feira	22-02-1955		7	Sexta-feira	24-02-1956
Março	8	Quarta-feira	02-03-1955	Março	8	Sábado	03-03-1956
	9	Quinta-feira	10-03-1955		9	Domingo/segunda	11-03-1956
	10	Sexta-feira	18-03-1955		10	Terça-feira	20-03-1956
	11	Sábado	26-03-1955		11	Quarta-feira	28-03-1956
Abril	12	Domingo/segunda	03-04-1955	Abril	12	Quinta-feira	05-04-1956
	13	Terça-feira	12-04-1955		13	Sexta-feira	13-04-1956
	14	Quarta-feira	20-04-1955		14	Sábado	21-04-1956
	15	Quinta-feira	28-04-1955		15	Domingo/segunda	29-04-1956
Maio	16	Sexta-feira	06-05-1955	Maio	16	Terça-feira	08-05-1956
	17	Sábado	14-05-1955		17	Quarta-feira	16-05-1956
	18	Domingo/segunda	22-05-1955		18	Quinta-feira	24-05-1956
	19	Terça-feira	31-05-1955		19	Sexta-feira	01-06-1956
Junho	20	Quarta-feira	08-06-1955	Junho	20	Sábado	09-06-1956
	21	Quinta-feira	16-06-1955		21	Domingo/segunda	17-06-1956
	22	Sexta-feira	24-06-1955		22	Terça-feira	26-06-1956
Julho	23	Sábado	02-07-1955	Julho	23	Quarta-feira	04-07-1956
	24	Domingo/segunda	10-07-1955		24	Quinta-feira	12-07-1956
	25	Terça-feira	19-07-1955		25	Sexta-feira	20-07-1956
	26	Quarta-feira	27-07-1955		26	Sábado	28-07-1956
Agosto	27	Quinta-feira	04-08-1955	Agosto	27	Domingo/segunda	05-08-1956
	28	Sexta-feira	12-08-1955		28	Terça-feira	14-08-1956
	29	Sábado	20-08-1955		29	Quarta-feira	22-08-1956
	30	Domingo/segunda	28-08-1955		30	Quinta-feira	30-08-1956
Setembro	31	Terça-feira	06-09-1955	Setembro	31	Sexta-feira	07-09-1956
	32	Quarta-feira	14-09-1955		32	Sábado	15-09-1956
	33	Quinta-feira	22-09-1955		33	Domingo/segunda	23-09-1956
	34	Sexta-feira	30-09-1955		34	Terça-feira	02-10-1956
Outubro	35	Sábado	08-10-1955	Outubro	35	Quarta-feira	10-10-1956
	36	Domingo/segunda	16-10-1955		36	Quinta-feira	18-10-1956
	37	Terça-feira	25-10-1955		37	Sexta-feira	26-10-1956
Novembro	38	Quarta-feira	02--11-1955	Novembro	38	Sábado	03-11-1956
	39	Quinta-feira	10-11-1955		39	Domingo/segunda	11-11-1956
	40	Sexta-feira	18-11-1955		40	Terça-feira	20-11-1956
	41	Sábado	26-11-1955		41	Quarta-feira	28-11-1956
Dezembro	42	Domingo/segunda	04-12-1955	Dezembro	42	Quinta-feira	06-12-1956
	43	Terça-feira	13-12-1955		43	Sexta-feira	14-12-1956
	44	Quarta-feira	21-12-1955		44	Sábado	22-12-1956
	45	Quinta-feira	29-12-1955		45	Domingo/segunda	30-12-1956

Anexo 10 – Quadro escolha de edições a serem coletadas – parte 2/3

Ano 1957				Ano 1958			
Mês	Semana	Dia da semana	Data	Mês	Semana	Dia da semana	Data
Janeiro	1	Terça-feira	01-01-1957	Janeiro	1	Sexta-feira	03-01-1958
	2	Quarta-feira	09-01-1957		2	Sábado	11-01-1958
	3	Quinta-feira	17-01-1957		3	Domingo/segunda	19-01-1958
	4	Sexta-feira	25-01-1957		4	Terça-feira	28-01-1958
Fevereiro	5	Sábado	02-02-1957	Fevereiro	5	Quarta-feira	05-02-1958
	6	Domingo/segunda	10-02-1957		6	Quinta-feira	13-02-1958
	7	Terça-feira	19-02-1957		7	Sexta-feira	21-02-1958
	8	Quarta-feira	27-02-1957		8	Sábado	01-03-1958
Março	9	Quinta-feira	07-03-1957	Março	9	Domingo/segunda	09-03-1958
	10	Sexta-feira	15-03-1957		10	Terça-feira	18-03-1958
	11	Sábado	23-03-1957		11	Quarta-feira	26-03-1958
	12	Domingo/segunda	31-03-1957		12	Quinta-feira	03-04-1958
Abril	13	Terça-feira	09-04-1957	Abril	13	Sexta-feira	11-04-1958
	14	Quarta-feira	17-04-1957		14	Sábado	19-04-1958
	15	Quinta-feira	25-04-1957		15	Domingo/segunda	27-04-1958
Maio	16	Sexta-feira	03-05-1957		Maio	16	Terça-feira
	17	Sábado	11-05-1957	17		Quarta-feira	14-05-1958
	18	Domingo/segunda	19-05-1957	18		Quinta-feira	22-05-1958
	19	Terça-feira	28-05-1957	19		Sexta-feira	30-05-1958
Junho	20	Quarta-feira	05-06-1957	Junho	20	Sábado	07-06-1958
	21	Quinta-feira	13-06-1957		21	Domingo/segunda	15-06-1958
	22	Sexta-feira	21-06-1957		22	Terça-feira	24-06-1958
	23	Sábado	29-06-1957		23	Quarta-feira	02-07-1958
Julho	24	Domingo/segunda	07-07-1957	Julho	24	Quinta-feira	10-07-1958
	25	Terça-feira	16-07-1957		25	Sexta-feira	18-07-1958
	26	Quarta-feira	24-07-1957		26	Sábado	26-07-1958
Agosto	27	Quinta-feira	01-08-1957		Agosto	27	Domingo/segunda
	28	Sexta-feira	09-08-1957	28		Terça-feira	12-08-1958
	29	Sábado	17-08-1957	29		Quarta-feira	20-08-1958
	30	Domingo/segunda	25-08-1957	30		Quinta-feira	28-08-1958
Setembro	31	Terça-feira	03-09-1957	Setembro	31	Sexta-feira	05-09-1958
	32	Quarta-feira	11-09-1957		32	Sábado	13-09-1958
	33	Quinta-feira	19-09-1957		33	Domingo/segunda	21-09-1958
	34	Sexta-feira	27-09-1957		34	Terça-feira	30-09-1958
Outubro	35	Sábado	05-10-1957	Outubro	35	Quarta-feira	08-10-1958
	36	Domingo/segunda	13-10-1957		36	Quinta-feira	16-10-1958
	37	Terça-feira	22-10-1957		37	Sexta-feira	24-10-1958
	Novembro	38	Quarta-feira	30-10-1957	Novembro	38	Sábado
39		Quinta-feira	07-11-1957	39		Domingo/segunda	09-11-1958
40		Sexta-feira	15-11-1957	40		Terça-feira	18-11-1958
41		Sábado	23-11-1957	41		Quarta-feira	26-11-1958
Dezembro	42	Domingo/segunda	01-12-1957	Dezembro	42	Quinta-feira	04-12-1958
	43	Terça-feira	10-12-1957		43	Sexta-feira	12-12-1958
	44	Quarta-feira	18-12-1957		44	Sábado	20-12-1958
	45	Quinta-feira	26-12-1957		45	Domingo/segunda	28-12-1958

Anexo 10 – Quadro escolha de edições a serem coletadas – parte 3/3

Ano 1959				Ano 1960			
Mês	Semana	Dia da semana	Data	Mês	Semana	Dia da semana	Data
Janeiro	1	Terça-feira	06-01-1959	Janeiro	1	Sexta-feira	08-01-1960
	2	Quarta-feira	14-01-1959		2	Sábado	16-01-1960
	3	Quinta-feira	22-01-1959		3	Domingo/segunda	24-01-1959
	4	Sexta-feira	30-01-1959	Fevereiro	4	Terça-feira	02-02-1960
Fevereiro	5	Sábado	07-02-1959		5	Quarta-feira	10-02-1960
	6	Domingo/segunda	15-02-1959		6	Quinta-feira	18-02-1960
	7	Terça-feira	24-02-1959		7	Sexta-feira	26-02-1960
Março	8	Quarta-feira	04-03-1959	Março	8	Sábado	05-03-1960
	9	Quinta-feira	12-03-1959		9	Domingo/segunda	13-03-1960
	10	Sexta-feira	20-03-1959		10	Terça-feira	22-03-1960
	11	Sábado	28-03-1959		11	Quarta-feira	30-03-1960
Abril	12	Domingo/segunda	05-04-1959	Abril	12	Quinta-feira	07-04-1960
	13	Terça-feira	14-04-1959		13	Sexta-feira	15-04-1960
	14	Quarta-feira	22-04-1959		14	Sábado	23-04-1960
	15	Quinta-feira	30-04-1959	Maio	15	Domingo/segunda	01-05-1960
Maio	16	Sexta-feira	08-05-1959		16	Terça-feira	10-05-1960
	17	Sábado	16-05-1959		17	Quarta-feira	18-05-1960
	18	Domingo/segunda	24-05-1959		18	Quinta-feira	26-05-1960
Junho	19	Terça-feira	02-06-1959	Junho	19	Sexta-feira	03-06-1960
	20	Quarta-feira	10-06-1959		20	Sábado	11-06-1960
	21	Quinta-feira	18-06-1959		21	Domingo/segunda	19-06-1960
	22	Sexta-feira	26-06-1959		22	Terça-feira	28-06-1960
Julho	23	Sábado	04-07-1959	Julho	23	Quarta-feira	06-07-1960
	24	Domingo/segunda	12-07-1959		24	Quinta-feira	14-07-1960
	25	Terça-feira	21-07-1959		25	Sexta-feira	22-07-1960
	26	Quarta-feira	29-07-1959		26	Sábado	30-07-1960
Agosto	27	Quinta-feira	06-08-1959	Agosto	27	Domingo/segunda	07-08-1960
	28	Sexta-feira	14-08-1959		28	Terça-feira	16-08-1960
	29	Sábado	22-08-1959		29	Quarta-feira	24-08-1960
	30	Domingo/segunda	30-08-1959	Setembro	30	Quinta-feira	01-09-1960
Setembro	31	Terça-feira	08-09-1959		31	Sexta-feira	09-09-1960
	32	Quarta-feira	16-09-1959		32	Sábado	17-09-1960
	33	Quinta-feira	24-09-1959		33	Domingo/segunda	25-09-1960
Outubro	34	Sexta-feira	02-10-1959	Outubro	34	Terça-feira	04-10-1960
	35	Sábado	10-10-1959		35	Quarta-feira	12-10-1960
	36	Domingo/segunda	18-10-1959		36	Quinta-feira	20-10-1960
	37	Terça-feira	27-10-1959		37	Sexta-feira	28-10-1960
Novembro	38	Quarta-feira	04-11-1959	Novembro	38	Sábado	05-11-1960
	39	Quinta-feira	12-11-1959		39	Domingo/segunda	13-11-1960
	40	Sexta-feira	20-11-1959		40	Terça-feira	22-11-1960
	41	Sábado	28-11-1959		41	Quarta-feira	30-11-1960
Dezembro	42	Domingo/segunda	06-12-1959	Dezembro	42	Quinta-feira	08-12-1960
	43	Terça-feira	15-12-1959		43	Sexta-feira	16-12-1960
	44	Quarta-feira	23-12-1959		44	Sábado	24-12-1960
	45	Quinta-feira	31-12-1959				

ANEXO 11 – Exemplo do quadro elaborado a partir da amostragem inicial de 15%

Coleta quantitativa – por amostragem

Correio da Manhã – 1955 – 45 editoriais escolhidos para a amostragem = 15% do total das edições			
Nº	Dia da semana	Editorial	Assunto
1	Terça	“A situação bancária”, <i>Correio da Manhã</i> , 04 de janeiro de 1955, 1º C, p.6.	ECO – inflação POL-Econômica
2	Quarta	“A política do orçamento”, <i>Correio da Manhã</i> , 12 de janeiro de 1955, 1º C, p.6.	POL-Econômica
3	Quinta	“Normalidade e eleição”, <i>Correio da Manhã</i> , 20 de janeiro de 1955, 1º C, p.6.	POL
4	Sexta	“A Voz do Brasil”, <i>Correio da Manhã</i> , 28 de janeiro de 1955, 1º C, p.6.	POL – Vargas/C.F Am-Democracia
5	Sábado	“A Câmara e o mausoléu”, <i>Correio da Manhã</i> , 05 de fevereiro de 1955, 1º C, p.6	POL <u>Suces.Presid.</u>
6	Domingo/segunda	“O candidato e os equívocos”, <i>Correio da Manhã</i> , 13 de fevereiro de 1955, 1º C, p.6.	POL <u>Suces.Presid.</u>
7	Terça	Edição não encontrada – 22 de fevereiro de 1955	
8	Quarta	“Apreensões patrióticas”, <i>Correio da Manhã</i> , 2 de março de 1955, 1º C, p.6.	POL Golpismo
9	Quinta	“A queda do cruzeiro”, <i>Correio da Manhã</i> , 10 de março de 1955, 1º C, p.6.	ECO Pol-econômica
10	Sexta	“Um candidato para eles”, <i>Correio da Manhã</i> , 18 de março de 1955, 1º C, p.6.	POL <u>Suces. Presid.</u>
11	Sábado	“Preços e golpes”, <i>Correio da Manhã</i> , 26 de março de 1955, 1º C, p.6.	ECO POL
12	Domingo/segunda	“O candidato do dia”, <i>Correio da Manhã</i> , 03 de abril de 1955, 1º C, p.6.	POL eleições
13	Terça	“Definições ou traições?”, <i>Correio da Manhã</i> , 12 de abril de 1955, 1º C, p.6.	POL Etelvino Lins
14	Quarta	“O indesejável”, <i>Correio da Manhã</i> , 20 de abril de 1955, 1º C, p.6.	POL João Goulart
15	Quinta	“Desliga-se o ‘Correio’ do sr. Kubitschek”, <i>Correio da Manhã</i> , 28 de abril de 1955, 1º C, p.6.	POL <u>Disc. Autorref.</u>
16	Sexta	“Provocação e populismo”, <i>Correio da Manhã</i> , 06 de maio de 1955, 1º C, p.6	POL Populismo
17	Sábado	“Candidato contra os partidos”, <i>Correio da Manhã</i> , 14 de maio de 1955, 1º C, p.6.	POL eleições
18	Domingo/segunda	“O outro golpe”, <i>Correio da Manhã</i> , 22 de maio de 1955, 1º C, p.6.	POL eleições
19	Terça	“A importância da política da fraude”, <i>Correio da Manhã</i> , 31 de maio de 1955, 1º C, p.6.	POL
20	Quarta	“Não é questão militar”, <i>Correio da Manhã</i> , 08 de junho de 1955, 1º C, p.6.	POL
21	Quinta	“Que autonomia!”, <i>Correio da Manhã</i> , 16 de junho de 1955, 1º C, p.6.	Contra a autonomia do RJ
22	Sexta	“A sacudidela”, <i>Correio da Manhã</i> , 24 de junho de 1955, 1º C, p.6.	POL Etelvino Lins
23	Sábado	“Política dos governadores”, <i>Correio da Manhã</i> , 02 de julho de 1955, 1º C, p.6.	POL
24	Domingo/segunda	“Prevenir para não tumultuar”, <i>Correio da Manhã</i> , 10 de julho de 1955, 1º C, p.6.	Congresso Eucarístico
25	Terça	“A República janguista”, <i>Correio da Manhã</i> , 19 de julho de 1955, 1º C, p.6.	POL

ANEXO 12 – Exemplo do quadro elaborado a partir do critério qualitativo – roteiro de eventos

Coleta: Critério Qualitativo – Roteiro de eventos = Reforma eleitoral 25/07/1955

Nº	Dia semana	Editorial	Assunto
1	Domingo/Segunda	“O Congresso na visão do historiador”, <i>Jornal do Brasil</i> , 24 de julho de 1955, 1ºC, p.5.	RI Religião Democracia
2	Terça	“Para um Brasil melhor”, <i>Jornal do Brasil</i> , 26 de julho de 1955, 1ºC, p.5.	RI Religião Democracia
3	Quarta	“Fortalecimento da legalidade”, <i>Jornal do Brasil</i> , 27 de julho de 1955, 1ºC, p.5.	RI Religião Democracia
4	Quinta	“Novo clima de aproximação”, <i>Jornal do Brasil</i> , 28 de julho de 1955, 1ºC, p.5.	RI
5	Sexta	“Atração pelos comícios”, <i>Jornal do Brasil</i> , 29 de julho de 1955, 1ºC, p.5.	POL
6	Sábado	“Instabilidade monetária e cambial”, <i>Jornal do Brasil</i> , 30 de julho de 1955, 1ºC, p.5.	ECO/ POL-eco
7	Domingo/Segunda	“O Parlamento e os problemas básicos”, <i>Jornal do Brasil</i> , 31 de julho de 1955, 1ºC, p.5.	POL
8	Terça	“Restos totalitários no continente”, <i>Jornal do Brasil</i> , 02 de agosto de 1955, 1ºC, p.5.	POL
9	Quarta	“As lições da geada”, <i>Jornal do Brasil</i> , 03 de agosto de 1955, 1ºC, p.5.	ECO
10	Quinta	“Sob a vigilância do Judiciário”, <i>Jornal do Brasil</i> , 04 de agosto de 1955, 1ºC, p.5.	POL
11	Sexta	“Um milagre monetário”, <i>Jornal do Brasil</i> , 05 de agosto de 1955, 1ºC, p.5.	ECO Pol-econômica
12	Sábado	“Exemplo de ordem e disciplina”, <i>Jornal do Brasil</i> , 06 de agosto de 1955, 1ºC, p.5.	Democracia Totalitarismo
13	Domingo/Segunda	“Dentro do clima da legalidade”, <i>Jornal do Brasil</i> , 07 de agosto de 1955, 1ºC, p.5.	POL
14	Terça	“Procurando uma interpretação”, <i>Jornal do Brasil</i> , 09 de agosto de 1955, 1ºC, p.5.	POL
15	Quarta	“O povo tem fé na legalidade”, <i>Jornal do Brasil</i> , 10 de agosto de 1955, 1ºC, p.5.	POL
Total de edições verificadas = 15 (2 capturados pela amostragem; - 4 não pertinentes= 9)			

ANEXO 13 – Especificidades formação corpus documental do Correio da Manhã

Formação Corpus Documental Correio da Manhã							
Tipo coleta		Edições selecionadas para verificação*	Edições não encontradas	Edições com ausência de editorial	Editoriais verificados	Editoriais não selecionados	Editoriais selecionados
QUANTITATIVA Amostragem (anos referência)	1955	45	2	--	43	10	33
	1956	45	1	--	44	19	25
	1957	45	1	--	44	26	18
	1958	45	--	--	45	32	13
	1959	45	5	--	40	26	14
	1960	44	--	--	44	21	23
	Total	269	9	0	260	134	126
QUALITATIVA Roteiro de eventos** (eventos selecionados)	Reforma eleitoral 25/07/1955	13 ¹	--	--	13	4	9 ³
	“Revolução libertadora” 16 a 23 de setembro de 1955	13 ¹	--	--	13	4	9 ³
	Eleição presidencial brasileira 03/10/1955	8 ⁴	--	--	8	0 ⁵	8 ⁶
	Movimento “11 Novembro” de 1955	13 ¹	1	--	12	--	12 ⁷
	Eleição presidencial argentinas 23/02/1958	13 ¹	2	--	11	5 ⁸	6
	Eleições gerais brasileiras 03/10/1958	13 ¹	--	--	13	2 ⁹	11 ¹⁰
	Revolução Cubana 01/01/1959	13 ¹	2	--	11	10 ¹¹	1 ¹²
	Eleição presidencial brasileira 03/10/1960	13 ¹	--	--	13	4	9 ³
	Total	99	5	0	94	29	65
Total geral CM		368	14	0	354	163	191

[Legenda na próxima página].

Legenda:

(*) – Todas as edições verificadas do Correio da Manhã possuíam apenas um texto editorial principal em cada edição;

(**) – Como efetuei primeiro a coleta pela amostragem, alguns editoriais verificados na metodologia do roteiro de datas já haviam sido contabilizados na amostragem, nestes casos, descontei esses editoriais para que não fossem contados duas vezes. Seguem as especificações:

1 – Ao total 15 **edições selecionadas para verificação**, mas 2 edições já haviam entrado na contabilidade da amostragem;

2 – Ao total 3 **editoriais não selecionados**, mas 1 já haviam entrado na contabilidade da amostragem;

3 – Ao total 11 **editoriais selecionados**, mas 2 já haviam entrado na contabilidade da amostragem;

4 - Ao total 15 **edições verificadas para verificação**, mas 2 edições já haviam entrado na contabilidade da amostragem e 5 na contabilidade do evento “Revolução libertadora” 16 a 23 de setembro de 1955;

5 – Ao total 3 **editoriais não selecionados**, mas 1 já haviam entrado na contabilidade da amostragem e 2 na contabilidade do evento “Revolução libertadora” 16 a 23 de setembro de 1955;

6 - Ao total 12 **editoriais selecionados**, mas 1 já havia entrado na contabilidade da amostragem e 3 na contabilidade do evento “Revolução libertadora” 16 a 23 de setembro de 1955;

7 - Ao total 14 **editoriais selecionados**, mas 2 já haviam entrado na contabilidade da amostragem;

8 - Ao total 7 **editoriais não selecionados**, mas 2 já haviam entrado na contabilidade da amostragem;

9 - Ao total 3 **editoriais não selecionados**, mas 1 já havia entrado na contabilidade da amostragem;

10 - Ao total 13 **editoriais selecionados**, mas 1 já havia entrado na contabilidade da amostragem;

11 - Ao total 12 **editoriais não selecionados**, mas 1 já havia entrado na contabilidade da amostragem;

12 - Ao total 2 **editoriais selecionados**, mas 1 já havia entrado na contabilidade da amostragem.

ANEXO 14 – Especificidades formação corpus documental do Jornal do Brasil

Formação Corpus Documental Jornal do Brasil							
Tipo coleta		Edições selecionadas para verificação*	Edições não encontradas	Edições com ausência de editorial	Editoriais verificados	Editoriais não selecionados	Editoriais selecionados
QUANTITATIVA Amostragem (anos referência)	1955	45	1	--	44	15	29
	1956	45	2	--	43	11	32
	1957	45	2	--	43	21	22
	1958	45	--	--	45	20	25
	1959	45	2	--	43	23	20
	1960	44	--	--	44	23	21
	Total	269	7	0	262	113	149
QUALITATIVA Roteiro de eventos** (eventos selecionados)	Reforma eleitoral 25/07/1955	13 ¹	--	--	13	4 ²	9 ³
	“Revolução libertadora” 16 a 23 de setembro de 1955	13 ¹	--	--	13	5 ⁴	8 ⁵
	Eleição presidencial brasileira 03/10/1955	8 ⁶	--	--	8	1 ⁷	7 ⁸
	Movimento “11 Novembro” de 1955	13 ¹	1	--	12	1	11 ⁹
	Eleição presidencial argentinas 23/02/1958	13 ¹	2	--	11	11 ¹⁰	0 ¹¹
	Eleições gerais brasileiras 03/10/1958	13 ¹	--	--	13	--	13 ¹²
	Revolução Cubana 01/01/1959	13 ¹	2	--	11	8 ¹³	3 ¹⁴
	Eleição presidencial brasileira 03/10/1960	13 ¹	--	--	13	--	13 ¹²
	Total	99	5	0	94	30	64
Total geral JB		368	12		356	143	213

[Legenda na próxima página].

Legenda:

(*) – Todas as edições verificadas do *Jornal do Brasil* possuíam apenas um texto editorial principal em cada edição;

(**) – Como efetuei primeiro a coleta pela amostragem, alguns editoriais verificados na metodologia do roteiro de datas já haviam sido contabilizados na amostragem, nestes casos, descontei esses editoriais para que não fossem contados duas vezes. Seguem as especificações:

1 – Ao total 15 **edições selecionadas para verificação**, mas 2 edições já haviam entrado na contabilidade da amostragem;

2 – Ao total 5 **editoriais não selecionados**, mas 1 já havia entrado na contabilidade da amostragem;

3 - Ao total 10 **editoriais selecionados**, mas 1 já havia entrado na contabilidade da amostragem;

4 - Ao total 6 **editoriais não selecionados**, mas 1 já havia entrado na contabilidade da amostragem;

5 – Ao total 9 **editoriais selecionados**, mas 1 já havia entrado na contabilidade da amostragem;

6 - Ao total 15 **edições verificadas para verificação**, mas 2 edições já haviam entrado na contabilidade da amostragem e 5 na contabilidade do evento “Revolução libertadora” 16 a 23 de setembro de 1955;

7 - Ao total 2 **editoriais não selecionados**, mas 1 já havia entrado na contabilidade da amostragem;

8 - Ao total 13 **editoriais selecionados**, mas 1 já havia entrado na contabilidade da amostragem e 5 na contabilidade do evento “Revolução libertadora” 16 a 23 de setembro de 1955;

9 - Ao total 13 **editoriais selecionados**, mas 2 já haviam entrado na contabilidade da amostragem;

10 - Ao total 12 **editoriais não selecionados**, mas 1 já havia entrado na contabilidade da amostragem;

11 - Ao total 1 **editorial selecionado**, mas este já havia entrado na contabilidade da amostragem;

12 - Ao total 15 **editoriais selecionados**, mas 2 já haviam entrado na contabilidade da amostragem;

13 - Ao total 9 **editoriais não selecionados**, mas 1 já havia entrado na contabilidade da amostragem;

14 - Ao total 4 **editoriais selecionados**, mas 1 já havia entrado na contabilidade da amostragem.

ANEXO 15 – Especificidades formação corpus documental de O Globo

Formação Corpus Documental O Globo							
Tipo coleta		Edições selecionadas para verificação*	Edições não encontradas	Edições com ausência de editorial	Editoriais verificados	Editoriais não selecionados	Editoriais selecionados
QUANTITATIVA Amostragem (anos referência)	1955	45 ^A	2	15	28	5	23
	1956	45 ^A	--	14	31	6	25
	1957	45 ^A	1	17	27	10	17
	1958	45 ^B	--	18	28	8	20
	1959	45 ^A	--	12	33	10	23
	1960	44 ^C	1	10	36	12	24
	Total	269	4	86	183	51	132
QUALITATIVA Roteiro de eventos** (eventos selecionados)	Reforma eleitoral 25/07/1955	13 ^{A, 1}	--	7 ²	6	0	6 ³
	“Revolução libertadora” 16 a 23 de setembro de 1955	13 ^{A, 1}	--	2	11	--	11 ⁴
	Eleição presidencial brasileira 03/10/1955	8 ^{A, 5}	--	2 ⁶	6	1	5 ⁷
	Movimento “11 Novembro” de 1955	13 ^{A, 1}	--	7 ⁸	6	1 ⁹	5
	Eleição presidencial argentinas 23/02/1958	13 ^{A, 1}	2	5 ¹⁰	7	4	3 ¹¹
	Eleições gerais brasileiras 03/10/1958	13 ^{A, 1}	--	4	9	--	9 ¹²
	Revolução Cubana 01/01/1959	13 ^{A, 1}	2	6 ¹³	5	3	2
	Eleição presidencial brasileira 03/10/1960	13 ^{D, 1}	--	1 ¹⁴	14	--	14
Total	99	4	34	64	9	55	
Total geral OG		368	8	120	247	60	187

[Legenda na próxima página].

Legenda:

(*) – Algumas edições verificadas do *O Globo* apresentam mais de um texto editorial principal em cada edição, todos os casos serão especificados abaixo:

- A – Todas as edições com um editorial apenas;
- B – Uma edição com dois editoriais;
- C – Três edições com dois editoriais;
- D – Duas edições com dois editoriais;

(**) – Como efetuei primeiro a coleta pela amostragem, alguns editoriais verificados na metodologia do roteiro de datas já haviam sido contabilizados na amostragem, nestes casos, descontei esses editoriais para que não fossem contados duas vezes. Seguem as especificações:

- 1 - Ao total 15 **edições selecionadas para verificação**, mas 2 edições já haviam entrado na contabilidade da amostragem;
- 2 – Ao total 8 **edições com ausência de editorial**, mas 1 já havia entrado na contabilidade da amostragem;
- 3 - Ao total 7 **editoriais selecionados**, mas 1 já havia entrado na contabilidade da amostragem;
- 4 - Ao total 13 **editoriais selecionados**, mas 2 já haviam entrado na contabilidade da amostragem;
- 5 - Ao total 15 **edições verificadas para verificação**, mas 2 edições já haviam entrado na contabilidade da amostragem e 5 na contabilidade do evento “Revolução libertadora” 16 a 23 de setembro de 1955;
- 6 - Ao total 3 **edições com ausência de editorial**, mas 1 já havia entrado na contabilidade do evento “Revolução libertadora” 16 a 23 de setembro de 1955;
- 7 - Ao total 11 **editoriais selecionados**, mas 2 já havia entrado na contabilidade da amostragem e 4 na contabilidade do evento “Revolução libertadora” 16 a 23 de setembro de 1955;
- 8 - Ao total 8 **edições com ausência de editorial**, mas 1 já havia entrado na contabilidade da amostragem;
- 9 - Ao total 2 **editoriais não selecionados**, mas 1 já haviam entrado na contabilidade da amostragem;
- 10 - Ao total 6 **edições com ausência de editorial**, mas 1 já havia entrado na contabilidade da amostragem;
- 11 - Ao total 4 **editoriais selecionados**, mas 1 já havia entrado na contabilidade da amostragem;
- 12 - Ao total 11 **editoriais selecionados**, mas 2 já haviam entrado na contabilidade da amostragem;
- 13 - Ao total 8 **edições com ausência de editorial**, mas 2 já havia entrado na contabilidade da amostragem;
- 14 - Ao total 3 **edições com ausência de editorial**, mas 2 já haviam entrado na contabilidade da amostragem;

ANEXO 16 – Especificidades formação corpus documental de Última Hora

Formação Corpus Documental Última Hora							
Tipo coleta		Edições selecionadas para verificação*	Edições não encontradas	Edições com ausência de editorial e/ou Coluna**	Textos*** verificados	Textos não selecionados	Textos selecionados
QUANTITATIVA Amostragem (anos referência)	1955	45 ^A	3	1	45	7	38
	1956	45 ^B	1	6	68	34	34
	1957	45 ^C	2	--	68	39	28
	1958	45 ^D	4	--	47	28	19
	1959	45 ^E	--	27	23	18	5
	1960	44 ^F	1	26	17	6	11
Total		269	11	60	268	132	135
QUALITATIVA Roteiro de eventos**** (eventos selecionados)	Reforma eleitoral 25/07/1955	13 ^{F, 1}	--	1	12	3 ²	9 ³
	“Revolução libertadora” 16 a 23 de setembro de 1955	13 ^{F, 1}	--	0 ⁴	12	1	12 ⁵
	Eleição presidencial brasileira 03/10/1955	8 ^{F, 6}	1	1	6	--	6 ⁷
	Movimento “11 Novembro” de 1955	13 ^{G, 1}	1	1	16	1	15 ⁸
	Eleição presidencial argentinas 23/02/1958	13 ^{F, 1}	2	1	10	5 ⁹	5 ¹⁰
	Eleições gerais brasileiras 03/10/1958	13 ^{H, 1}	--	--	15	--	15 ¹¹
	Revolução Cubana 01/01/1959	13 ^{F, 1}	6 ¹²	1	6	4 ¹³	2
	Eleição presidencial brasileira 03/10/1960	13 ^{I, 1}	--	9 ¹⁴	5	--	5 ¹⁰
Total		99	10	14	82	14	69
Total geral UH		368	21	74	350	146	204

[Legenda na próxima página].

Legenda:

(*) – Algumas edições verificadas do *Ultima Hora* apresentam mais de um texto editorial principal em cada edição, todos os casos serão especificados abaixo:

- A – Quatro edições com dois textos; trinta e seis edições com um texto apenas;
- B – Quatorze edições com dois textos; cinco edições com três textos; duas edições com quatro textos; dezessete edições com um texto apenas;
- C – Dezenove edições com dois textos; três edições com três textos; vinte e uma edições com um texto apenas;
- D – Seis edições com dois textos; trinta e cinco edições com um texto apenas;
- E – Duas edições com três textos; uma edição com dois textos; quinze edições com um texto apenas;
- F – Todas as edições com um texto apenas;
- G - Quatro edições com dois textos; uma edição com três textos;
- H – Duas edições com dois textos;
- I – Uma edição com dois textos;

(**) – A inclusão do termo *coluna* apenas no quadro referente ao jornal *Ultima Hora* se fez necessário pois, esse jornal possuía a característica de não publicar editoriais diariamente, dessa forma, para tornar viável a pesquisa optou-se por incluir textos de duas colunas não assinadas – Coluna “Coluna de UH” e Coluna “‘Flashes’ do Momento” - , cujas características se aproximam dos textos editoriais, assim, podem ser tomadas como expoentes de uma visão que o jornal vendia como sendo a oficial. Os períodos de publicação dessas colunas eram intercalados ao longo dos seis anos de pesquisa, assim, não ocorreu confluência entre as publicações.

(***) - A inclusão do termo *textos* apenas no quadro referente ao jornal *Ultima Hora* se fez necessário pois, em seu corpus documental não há apenas textos editoriais, mas também, provenientes de colunas não assinadas.

(****) – Como efetuei primeiro a coleta pela amostragem, alguns editoriais verificados na metodologia do roteiro de datas já haviam sido contabilizados na amostragem, nestes casos, descontei esses editoriais para que não fossem contados duas vezes. Seguem as especificações:

- 1 – Ao total 15 **edições selecionadas para verificação**, mas 2 edições já haviam entrado na contabilidade da amostragem;
- 2 - Ao total 4 **editoriais não selecionados**, mas 1 já havia entrado na contabilidade da amostragem;
- 3 - Ao total 10 **editoriais selecionados**, mas 1 já havia entrado na contabilidade da amostragem;
- 4 – Ao total 1 **edição com ausência de editorial e/ou coluna**, mas este já havia entrado na contabilidade da amostragem;
- 5 - Ao total 14 **editoriais selecionados**, mas 2 já haviam entrado na contabilidade da amostragem;
- 6 - Ao total 15 **edições selecionadas para verificação**, mas 2 edições já haviam entrado na contabilidade da amostragem e 5 na contabilidade do evento “Revolução libertadora” 16 a 23 de setembro de 1955;
- 7 - Ao total 13 **editoriais selecionados**, mas 2 já havia entrado na contabilidade da amostragem e 5 na contabilidade do evento “Revolução libertadora” 16 a 23 de setembro de 1955;
- 8 – Ao total 18 **editoriais selecionados**, mas 3 já haviam entrado na contabilidade da amostragem;
- 9 - Ao total 6 **editoriais não selecionados**, mas 1 já haviam entrado na contabilidade da amostragem;
- 10 – Ao total 6 **editoriais selecionados**, mas 1 já havia entrado na contabilidade da amostragem;
- 11 – Ao total 17 **editoriais selecionados**, mas 2 já haviam entrado na contabilidade da amostragem;
- 12 – Ao total 7 **edições não encontradas**, mas 1 já havia entrado na contabilidade da amostragem;
- 13 - Ao total 5 **editoriais não selecionados**, mas 1 já havia entrado na contabilidade da amostragem;
- 14 - Ao total 10 **edições com ausência de editorial e/ou coluna**, mas 1 já havia entrado na contabilidade da amostragem;

ANEXO 17 – Especificação unidades de análise, categorias e subcategorias no jornal *Correio da Manhã*

Parte 1

Tabulação dados análise de conteúdo Correio da Manhã: unidades de análise, categorias e subcategorias									
Unidades de análise (unitarização)	Categorias (categorização)	Subcategorias (categorização)	Número de editoriais por ano						
			1955	1956	1957	1958	1959	1960	
Sujeitos na democracia	Povo	[P=N] - Povo = nação	6	--	--	--	--	--	
		[P=Pp] - Povo = população	9	1	1	1	1	--	
		[P=CPP] - Povo = camada popular da população	3	--	1	1	4	1	
		[P=E] - Povo enquanto eleitor	18	2	2	6	2	9	
		[FP=IES] - Função pública = Intermediador entre estado e sociedade (povo)	2	1	--	1	--	1	
		[FP=IPC] - Função pública = Interprete do pensamento coletivo (Povo; Nação; País; OP)	16	6	4	6	2	5	
		[FP=FNC] - Função pública = Falar em nome da coletividade (Povo; Nação; País; OP)	11	6	3	2	1	1	
		[FP=DIC] - Defesa de interesses coletivos (Povo; Nação; País; OP)	--	1	--	--	--	--	
	Homens Públicos	[HP=Id] - Identificação de quem são os homens públicos para cada jornal	--	1	--	--	--	--	
		[HP-CG] Crítica aos homens públicos no geral	6	2	4	4	2	3	
		[HP-CE] Crítica a homens públicos específicos	29	6	11	9	6	7	
		[HP-EG] - Elogios aos homens públicos no geral	--	--	--	--	--	1	
		[HP-EE] - Elogios a homens públicos específicos	14	1	--	--	1	2	
		[FP=ACP-Ad/Es/Ac/In-HP/G] - Função pública = auxiliar da coisa pública - advertindo, esclarecendo, aconselhando, indicando o que deveria ser feito - Aos homens públicos e ao "Governo"	23	10	5	13	8	15	
		[FP=VPP] - Vigiar o poder público	--	2	--	1	--	1	
	Sistemáticas democráticas	Partidos Políticos	[P-SD] - Partidos no sistema democrático	4	2	1	3	--	1
			[PO] - Partidos de oposição	4	--	1	3	1	1
[P=CG] - Críticas aos partidos em geral			4	--	1	7	1	3	
[P=CE=PTB] - Críticas a partidos específicos = PTB			1	--	--	3	1	5	
[P=CE=PSD] - Críticas a partidos específicos = PSD			2	--	3	1	--	--	
[P=CE=UDN] - Críticas a partidos específicos = UDN			11	1	1	5	--	2	
[P=VP=PTB] - Visão positiva PTB			--	--	--	--	--	--	
[P=VP=PSD] Visão positiva do PSD			--	--	--	--	--	--	
[P=VP=UDN] Visão positiva da UDN			--	--	--	--	--	--	
Voto		[V-SD] - voto no sistema democrático	11	2	3	4	--	3	
		[V-SD=D] - voto no sistema democrático = como dever	1	--	--	--	--	--	
		[V-SD=Di] - voto no sistema democrático = como um direito	--	--	1	--	--	1	
		[V-SD=A] - voto no sistema democrático = como arma (de transformação)	1	--	--	1	1	2	
Eleições		[E-SD=CFG] - Eleições no e para o sistema democrático = Características e funções gerais	26	2	3	1	1	4	
		[E-Is] - Eleições e teses (maioria absoluta, participação comunista, abstenções, unificação nacional)	12	1	2	--	2	1	
		[E-JE] - Eleições - Justiça Eleitoral (Judiciário)	14	1	2	--	--	3	
		[E-Fr] - Eleições - Fraudes (no sentido de o eleitorado não conseguir expressar seu verdadeiro desejo)	12	2	4	3	--	1	
		[E3O1955] - Eleições de 3 de outubro de 1955	6	--	--	--	--	--	
		[E3O1958] - Eleições de 3 de outubro de 1958	--	--	1	3	--	--	
[E3O1960] - Eleições de 3 de outubro de 1960		--	--	--	1	6	8		

Anexo 17 – Especificação unidades de análise, categorias e subcategorias no jornal *Correio da Manhã* – parte 2

Tabulação dados análise de conteúdo Correio da Manhã: unidades de análise, categorias e subcategorias								
Unidades de análise (unitarização)	Categorias (categorização)	Subcategorias (categorização)	Número de editoriais por ano					
			1955	1956	1957	1958	1959	1960
Princípios e valores democráticos	Correlações à Democracia	[D-Lg] – Democracia relação com legalidade (Constituição; princípio da legalidade)	27	5	2	2	1	1
		[D-Lib] – Democracia relação com liberdade	6	7	1	2	–	1
		[D-LI] – Democracia relação com liberdade de imprensa	–	7	1	3	–	–
		[D-OP] – Democracia relação com opinião pública	11	3	2	2	–	3
		[DF=Rg/PD] – Defesa do regime e/ou dos postulados democráticos (Lg, Lib, LI, OP)	18	6	1	1	2	2
		[FA-D] – Forças Armadas e a democracia	17	1	1	–	–	1
		[3P] –Referência a um ou mais dos três poderes (executivo, legislativo, judiciário)	9	6	3	6	–	6
		[DPR] – Diagnóstico positivo sobre o regime democrático	8	1	2	1	–	5
		[DNR] – Diagnósticos/elementos negativos sobre o regime	12	3	2	2	2	2
		[D=A] – Democracia sob ameaça	57	20	9	9	4	13
		[D=NEP] – Regime democrático necessita de estabilidade, normalidade política	2	1	1	–	–	–
		[D-R/R] – Aprimoramento da democracia - ocorrerá pela reforma ou pela revolução	–	–	–	–	–	–
		[FP=ACP-Ad/Es/Ac/In_PG] - Função pública = auxiliar da coisa pública - advertindo, esclarecendo, aconselhando, indicando o que deveria ser feito – ao público em geral	34	3	4	12	2	7
[FP-I=SA] – Imprensa como sexta arma	–	–	–	–	–	–		
Discurso autorreferencial	Discurso autorreferencial	[DAF] – Discurso autorreferencial	6	4	4	5	–	1
		[DAF=TEP] – Tomada explícita de posição (quando a fala ocorre em 1ª pessoa do plural)	27	8	1	1	–	–
		[DAF=L/Df/J-P] – Defesa/justificativa/legitimação das tomadas de posição do jornal	10	2	3	1	–	–
		[DAF-VM=IE] – Visões de mundo = ideia de evolução	2	–	–	–	–	1
		[DAF-VM=ICCP] – Visões de mundo = ideia da criação de condições psicológicas	6	–	–	1	–	3
		[DAF-VM=HJ] – A história é quem julgará os homens e acontecimentos	2	1	–	1	–	–

ANEXO 18 – Especificação unidades de análise, categorias e subcategorias no *Jornal do Brasil*

Parte 1

Tabulação dados análise de conteúdo Jornal do Brasil: unidades de análise, categorias e subcategorias								
Unidades de análise (unitarização)	Categorias (categorização)	Subcategorias (categorização)	Número de editoriais por ano					
			1955	1956	1957	1958	1959	1960
Sujeitos na democracia	Povo	[P=N] - Povo = nação	7	3	1	1	4	2
		[P=Pp] - Povo = população	6	6	2	4	5	7
		[P=CPPp] - Povo = camada popular da população	5	3	4	3	2	2
		[P=E] - Povo enquanto eleitor	16	9	2	5	9	15
		[FP=IES] - Função pública = Intermediador entre estado e povo	--	1	2	1	--	--
		[FP=IPC] - Função pública = Interprete do pensamento coletivo (Povo; Nação; País; OP)	3	5	2	2	--	9
		[FP=FNC] - Função pública = Falar em nome da coletividade (Povo; Nação; País; OP)	5	6	4	3	2	4
	[FP=DIC] - Defensora dos interesses nacionais	3	--	1	--	1	--	
	Homens Públicos	[HP=Id] - Identificação de quem são os homens públicos para cada jornal	8	1	--	--	--	--
		[HP-CG] Crítica aos homens públicos no geral	10	3	6	8	7	5
		[HP-CE] Crítica a homens públicos específicos	5	1	--	8	4	5
		[HP-EG] - Elogios aos homens públicos no geral	1	--	1	--	1	--
		[HP-EE] - Elogios a homens públicos específicos	2	1	--	1	--	6
		[FP=ACP-Ad/Es/Ac/In-HP-G] - Função pública = auxiliar da coisa pública - advertindo, esclarecendo, aconselhando, indicando o que deveria ser feito - Aos homens públicos e ao "Governo"	7	15	5	3	2	5
[FP=VPP] - Vigiar o poder público		1	2	--	1	1	--	
Sistemáticas democráticas	Partidos Políticos	[P-SD] - Partidos no sistema democrático	5	--	--	--	1	--
		[PO] - Partidos de oposição	--	--	--	--	1	1
		[P=CG] - Críticas aos partidos em geral	3	--	--	3	1	9
		[P=CE=PTB] - Críticas a partidos específicos = PTB	--	--	--	5	2	4
		[P=CE=PSD] - Críticas a partidos específicos = PSD	--	--	--	1	1	2
		[P=CE=UDN] - Críticas a partidos específicos = UDN	--	--	--	--	--	2
		[P=VP=PTB] - Visão positiva PTB	--	--	--	--	--	--
		[P=VP=PSD] Visão positiva do PSD	--	--	--	--	--	--
		[P=VP=UDN] Visão positiva da UDN	--	--	--	--	--	--
	Voto	[V-SD] - voto no sistema democrático	8	1	--	--	--	2
		[V-SD=D] - voto no sistema democrático = como dever	4	--	--	1	--	1
		[V-SD=Di] - voto no sistema democrático = como um direito	2	1	--	--	--	--
		[V-SD=A] - voto no sistema democrático = como arma (de transformação)	2	--	--	3	--	5
	Eleições	[E-SD=CFG] - Eleições no e para o sistema democrático = Características e funções gerais	10	1	1	1	1	4
		[E-T ₃] - Eleições e teses (maioria absoluta, participação comunista, abstenções, unificação nacional)	5	2	--	--	1	1
		[E-JE] - Eleições - Justiça Eleitoral (Judiciário)	10	1	--	1	--	1
		[E-F ₁] - Eleições - Fraudes (no sentido de o eleitorado não conseguir expressar seu verdadeiro desejo)	2	1	--	6	1	1
		[E3O1955] - Eleições de 3 de outubro de 1955	7	--	--	--	--	--
		[E3O1958] - Eleições de 3 de outubro de 1958	--	--	--	7	--	--
[E3O1960] - Eleições de 3 de outubro de 1960		--	--	--	--	--	7	

Anexo 18 – Especificação unidades de análise, categorias e subcategorias no *Jornal do Brasil* – parte 2

Tabulação dados análise de conteúdo <i>Jornal do Brasil</i> : unidades de análise, categorias e subcategorias								
Unidades de análise (unitarização)	Categorias (categorização)	Subcategorias (categorização)	Número de editoriais por ano					
			1955	1956	1957	1958	1959	1960
Princípios e valores democráticos	Correlações à Democracia	[D-Ig] – Democracia relação com legalidade (Constituição; princípio da legalidade)	14	4	2	3	--	1
		[D-Lib] – Democracia relação com liberdade	5	3	3	1	--	2
		[D-LI] – Democracia relação com liberdade de imprensa	3	7	4	--	1	1
		[D-OP] – Democracia relação com opinião pública	3	7	2	2	2	1
		[DF=Rg/PD] – Defesa do regime e/ou dos postulados democráticos (Lg, Lib, LI, OP)	14	1	--	1	3	2
		[FA-D] – Forças Armadas e a democracia	8	1	--	2	1	4
		[3P] –Referência a um ou mais dos três poderes (executivo, legislativo, judiciário)	8	5	3	--	--	1
		[DPR] – Diagnóstico positivo sobre o regime democrático	6	--	--	5	--	8
		[DNR] – Diagnósticos/elementos negativos sobre o regime	3	3	2	5	2	3
		[D=A] – Democracia sob ameaça	25	3	8	5	4	7
		[D=NEP] – Regime democrático necessita de estabilidade política	8	--	--	--	--	2
		[D-R/R] – discussão sobre o aprimoramento da democracia, ocorrerá pela reforma ou pela revolução	--	--	--	3	--	--
		[FP=ACP-Ad/Es/Ac/In-PG] - Função pública = auxiliar da coisa pública - advertindo, esclarecendo, aconselhando, indicando o que deveria ser feito – ao público em geral	12	4	3	7	6	13
[FP-I=SA] – Imprensa como sexta arma	1	--	--	--	--	--		
Discurso autorreferencial	Discurso autorreferencial	[DAF] – Discurso autorreferencial	4	4	4	2	--	3
		[DAF=TEP] – Tomada explícita de posição (quando a fala ocorre em 1ª pessoa do plural)	12	4	2	5	1	11
		[DAF=L/Df/J-P] – Defesa/justificativa/legitimação das tomadas de posição do jornal	3	--	3	7	--	2
		[DAF-VM=IE] – Visões de mundo = ideia de evolução	10	4	2	2	2	4
		[DAF-VM=ICCP] – Visões de mundo = ideia da criação de condições psicológicas	1	--	--	--	--	1
		[DAF-VM=HJ] – A história é quem julgará os homens e acontecimentos	2	2	1	2	1	2

ANEXO 19 – Especificação unidades de análise, categorias e subcategorias no *O Globo*

Parte 1

Tabulação dados análise de conteúdo <i>O Globo</i> : unidades de análise, categorias e subcategorias								
Unidades de análise (unitarização)	Categorias (categorização)	Subcategorias (categorização)	Número de editoriais por ano					
			1955	1956	1957	1958	1959	1960
Sujeitos na democracia	Povo	[P=N] - Povo = nação	3	1	3	--	2	5
		[P=Pp] - Povo = população	15	6	1	2	1	6
		[P=CPPp] - Povo = camada popular da população	4	1	2	1	--	5
		[P=E] - Povo enquanto eleitor	13	--	2	3	6	10
		[FP=IES] - Função pública = Intermediador entre estado e povo	1	2	--	--	--	1
		[FP=IPC] - Função pública = Interprete do pensamento coletivo (Povo; Nação; País; OP)	14	9	4	6	8	9
		[FP=FNC] - Função pública = Falar em nome da coletividade (Povo; Nação; País; OP)	7	1	1	--	1	4
	[FP=DIC] - Defensora dos interesses coletivos (Povo; Nação; País; OP)	--	1	1	2	--	--	
	Homens Públicos	[HP=Id] - Identificação de quem são os homens públicos para cada jornal	1	2	--	--	--	--
		[HP-CG] Crítica aos homens públicos no geral	3	3	--	--	--	--
		[HP-CE] Crítica a homens públicos específicos	32	15	11	7	6	9
		[HP-EG] - Elogios aos homens públicos no geral	1	--	1	--	--	--
		[HP-EE] - Elogios a homens públicos específicos	19	2	2	2	2	4
		[FP=ACP-Ad/Es/Ac/In-HP/G] - Função pública = auxiliar da coisa pública - advertindo, esclarecendo, aconselhando, indicando o que deveria ser feito - Aos homens públicos e ao "Governo"	16	16	7	7	10	8
[FP=VPP] - Vigiar o poder público		6	--	1	1	1	1	
Sistemáticas democráticas	Partidos Políticos	[P-SD] - Partidos no sistema democrático	--	1	--	--	--	1
		[PO] - Partidos de oposição	--	--	--	--	--	1
		[P=CG] - Críticas aos partidos em geral	1	1	3	1	2	1
		[P=CE=PTB] - Críticas a partidos específicos = PTB	4	4	3	3	5	3
		[P=CE=PSD] - Críticas a partidos específicos = PSD	8	2	1	1	2	2
		[P=CE=UDN] - Críticas a partidos específicos = UDN	--	--	--	--	--	1
		[P=VP=PTB] - Visão positiva PTB	--	--	--	--	--	--
		[P=VP=PSD] Visão positiva do PSD	--	--	--	--	--	--
	[P=VP=UDN] Visão positiva da UDN	1	--	--	--	--	--	
	Voto	[V-SD] - voto no sistema democrático	5	--	4	4	3	8
		[V-SD=D] - voto no sistema democrático = como dever	2	--	--	--	--	1
		[V-SD=D _i] - voto no sistema democrático = como um direito	--	--	--	--	1	1
		[V-SD=A] - voto no sistema democrático = como arma (de transformação)	2	--	--	--	--	1
	Eleições	[E-SD=CFG] - Eleições no e para o sistema democrático = Características e funções gerais	9	--	4	5	3	10
		[E-T _a] - Eleições e teses (maioria absoluta, participação comunista, abstenções, unificação nacional)	9	5	--	--	1	1
		[E-JE] - Eleições - Justiça Eleitoral (Judiciário)	5	1	--	--	--	3
		[E-F _i] - Eleições - Fraudes (no sentido de o eleitorado não conseguir expressar seu verdadeiro desejo)	5	--	2	--	--	5
[E3O1955] - Eleições de 3 de outubro de 1955		14	--	--	--	--	1	
[E3O1958] - Eleições de 3 de outubro de 1958		--	--	--	4	1	--	
[E3O1960] - Eleições de 3 de outubro de 1960		--	--	--	--	3	12	

Anexo 19 – Especificação unidades de análise, categorias e subcategorias no *O Globo* – parte 2

Tabulação dados análise de conteúdo <i>O Globo</i> : unidades de análise, categorias e subcategorias								
Unidades de análise (unitarização)	Categorias (categorização)	Subcategorias (categorização)	Número de editoriais por ano					
			1955	1956	1957	1958	1959	1960
Princípios e valores democráticos	Correlações à Democracia	[D-Lg] – Democracia relação com legalidade (Constituição; princípio da legalidade)	2	1	4	1	–	2
		[D-Lib] – Democracia relação com liberdade	6	1	1	1	3	3
		[D-LI] – Democracia relação com liberdade de imprensa	–	–	–	1	–	1
		[D-OP] – Democracia relação com opinião pública	9	9	3	4	5	5
		[DF=Rg/PD] – Defesa do regime e/ou dos postulados democráticos (Lg, Lib, LI, OP)	2	–	2	–	–	1
		[FA-D] – Forças Armadas e a democracia	3	4	–	–	–	4
		[3P] – Referência a um ou mais dos três poderes (executivo, legislativo, judiciário)	6	2	–	1	–	1
		[DPR] – Diagnóstico positivo sobre o regime democrático	–	–	–	–	2	6
		[DNR] – Diagnósticos/elementos negativos sobre o regime	8	6	4	4	2	2
		[D=A] – Democracia sob ameaça	25	14	6	8	7	13
		[D=NEP] – Regime democrático necessita de estabilidade, normalidade política	11	1	–	–	–	–
		[D-R/R] – Aprimoramento da democracia - ocorrerá pela reforma ou pela revolução	–	–	–	–	–	–
		[FP=ACP-Ad/Es/Ac/In_PG - Função pública = auxiliar da coisa pública - advertindo, aconselhando, indicando o que deveria ser feito – ao público em geral	21	11	4	11	5	16
[FP-I=SA] – Imprensa como sexta arma	–	–	–	–	–	–		
Discurso autorreferencial	Discurso autorreferencial	[DAF] – Discurso autorreferencial	21	10	3	6	6	11
		[DAF=TEP] – Tomada explícita de posição (quando a fala ocorre em 1ª pessoa do plural)	7	4	2	4	3	1
		[DAF=L/Df/J-P] – Defesa/justificativa/legitimação das tomadas de posição do jornal	14	5	4	2	2	3
		[DAF-VM=IE] – Visões de mundo = ideia de evolução	–	1	–	–	–	–
		[DAF-VM=ICCP] – Visões de mundo = ideia da criação de condições psicológicas	1	1	–	–	–	–
		[DAF-VM=HJ] – A história é quem julgará os homens e acontecimentos	5	4	1	–	1	–

ANEXO 20 – Especificação unidades de análise, categorias e subcategorias no *Ultima Hora*

Parte 1

Tabulação dados análise de conteúdo <i>Ultima Hora</i> : unidades de análise, categorias e subcategorias								
Unidades de análise (unitarização)	Categorias (categorização)	Subcategorias (categorização)	Número de editoriais por ano					
			1955	1956	1957	1958	1959	1960
Sujeitos na democracia	Povo	[P=N] - Povo = nação	4	4	--	3	--	--
		[P=Pp] - Povo = população	22	6	4	7	--	4
		[P=CPPp] - Povo = camada popular da população	10	4	4	9	1	1
		[P=E] - Povo enquanto eleitor	25	10	4	13	1	5
		[FP=IES] - Função pública = Intermediador entre estado e sociedade (povo)	2	2	4	--	1	--
		[FP=IPC] - Função pública = Interprete do pensamento coletivo (Povo; Nação; País; OP)	24	9	6	7	1	2
		[FP=FNC] - Função pública = Falar em nome da coletividade (Povo; Nação; País; OP)	7	5	--	5	1	--
		[FP=DIC] - Defesa de interesses coletivos (Povo; Nação; País; OP)	3	--	--	--	2	--
	Homens Públicos	[HP=Id] - Identificação de quem são os homens públicos para cada jornal	6	2	2	1	--	--
		[HP-CG] Crítica aos homens públicos no geral	3	1	--	1	--	--
		[HP-CE] Crítica a homens públicos específicos	23	8	8	7	2	4
		[HP-EG] - Elogios aos homens públicos no geral	--	1	--	--	--	--
		[HP-EE] - Elogios a homens públicos específicos	11	9	1	5	--	3
		[FP=ACP-Ad/Es/Ac/In/HP/G] - Função pública = auxiliar da coisa pública - advertindo, esclarecendo, aconselhando, indicando o que deveria ser feito - Aos homens públicos e ao "Governo"	15	12	7	8	3	4
		[FP=VPP] - Função pública = Vigiar o poder público	--	1	1	3	1	--
		Sistemáticas democráticas	Partidos Políticos	[P-SD] - Partidos no sistema democrático	3	2	1	1
[PO] - Partidos de oposição	1			--	--	1	--	--
[P=CG] - Críticas aos partidos em geral	--			1	2	3	--	--
[P=CE=PTB] - Críticas a partidos específicos = PTB	--			--	--	2	--	--
[P=CE=PSD] - Críticas a partidos específicos = PSD	1			--	--	1	--	--
[P=CE=UDN] - Críticas a partidos específicos = UDN	9			8	4	5	--	1
[P=VP=PTB] - Visão positiva PTB	--			--	--	3	--	--
[P=VP=PSD] Visão positiva do PSD	1			1	--	1	--	--
[P=VP=UDN] Visão positiva da UDN	1			--	--	--	--	--
Voto	[V-SD] - voto no sistema democrático		18	3	--	6	--	4
	[V-SD=D] - voto no sistema democrático = como dever		1	--	--	1	--	1
	[V-SD=Di] - voto no sistema democrático = como um direito		--	--	--	3	--	1
	[V-SD=A] - voto no sistema democrático = como arma (de transformação)		--	--	--	--	--	--
Eleições	[E-SD=CFG] - Eleições no e para o sistema democrático = Características e funções gerais		17	2	2	10	--	3
	[E- <u>I</u> a] - Eleições e teses (maioria absoluta, participação comunista, abstenções, unificação nacional)		7	--	--	2	--	--
	[E-JE] - Eleições - Justiça Eleitoral (Judiciário)		3	1	--	--	--	--
	[E- <u>F</u> i] - Eleições - Fraudes (no sentido de o eleitorado não conseguir expressar seu verdadeiro desejo)		--	--	--	1	--	--
	[E3O1955] - Eleições de 3 de outubro de 1955		13	--	--	--	--	--
	[E3O1958] - Eleições de 3 de outubro de 1958	--	--	1	18	--	--	
	[E3O1960] - Eleições de 3 de outubro de 1960	--	--	--	--	1	5	

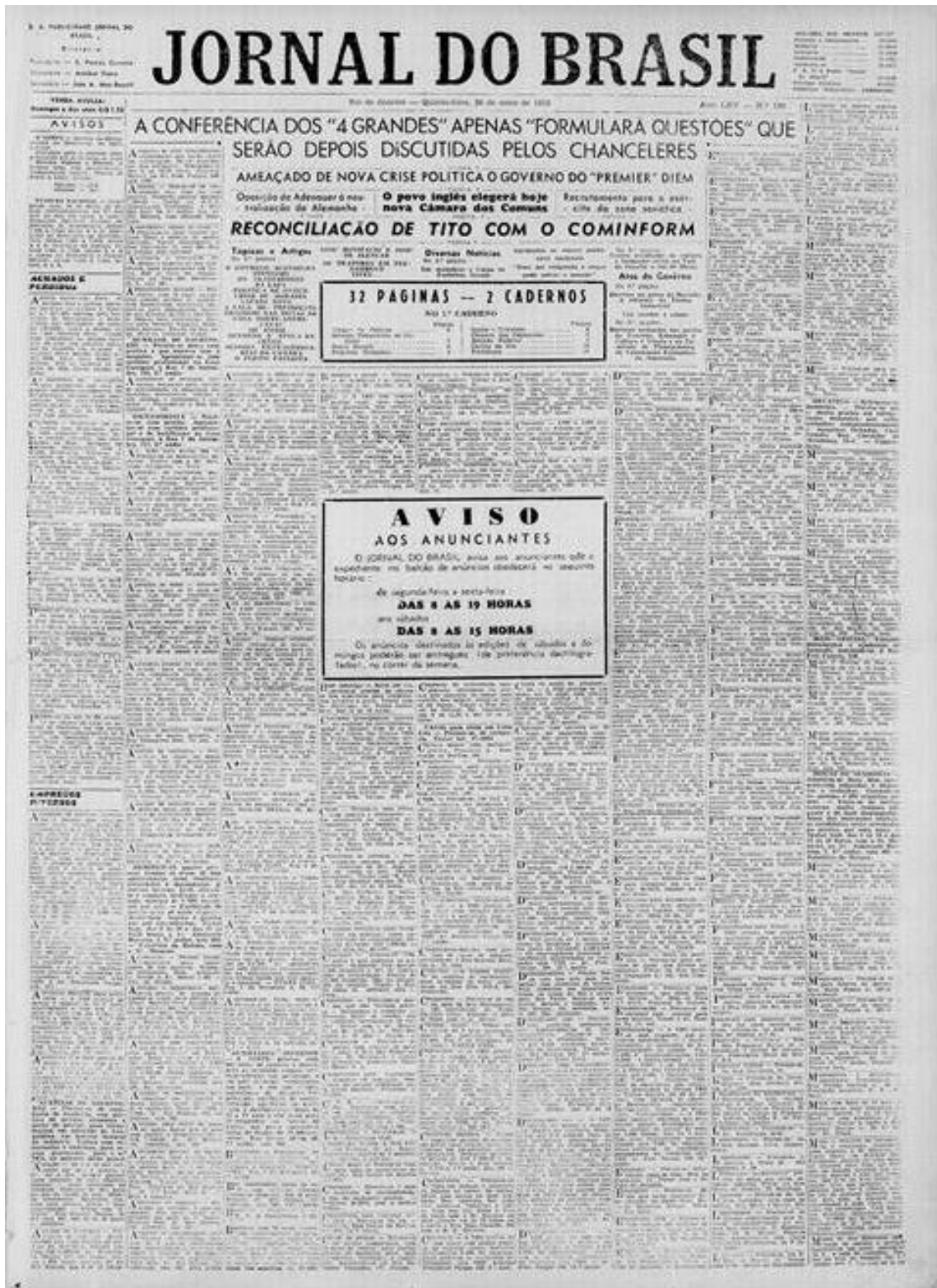
Anexo 20 – Especificação unidades de análise, categorias e subcategorias no *Ultima Hora* – parte 2

Tabulação dados análise de conteúdo <i>Ultima Hora</i> : unidades de análise, categorias e subcategorias								
Unidades de análise (unitarização)	Categorias (categorização)	Subcategorias (categorização)	Número de editoriais por ano					
			1955	1956	1957	1958	1959	1960
Princípios e valores democráticos	Correlações à Democracia	[D-Lg] – Democracia relação com legalidade (Constituição; princípio da legalidade)	9	5	2	--	1	--
		[D-Lib] – Democracia relação com liberdade	10	3	1	--	--	1
		[D-LI] – Democracia relação com liberdade de imprensa	1	3	--	--	--	--
		[D-OP] – Democracia relação com opinião pública	8	2	4	6	2	5
		[DF=Rg/PD] – Defesa do regime e/ou dos postulados democráticos (Lg, Lib, LI, OP)	25	11	4	6	--	1
		[FA-D] – Forças Armadas e a democracia	15	6	4	3	2	2
		[3P] –Referência a um ou mais dos três poderes (executivo, legislativo, judiciário)	1	1	--	2	--	1
		[DPR] – Diagnóstico positivo sobre o regime democrático	5	3	1	6	--	--
		[DNR] – Diagnósticos/elementos negativos sobre o regime	1	2	--	--	--	--
		[D=A] – Democracia sob ameaça	49	15	11	12	1	3
		[D=NEP] – Regime democrático necessita de estabilidade, normalidade política	2	1	--	--	--	--
		[D-R/R] – Aprimoramento da democracia - ocorrerá pela reforma ou pela revolução	--	--	--	--	--	--
		[FP=ACP-Ad/Es/Ac/In_PG] - Função pública = auxiliar da coisa pública - advertindo, esclarecendo, aconselhando, indicando o que deveria ser feito – ao público em geral	35	2	8	14	--	3
[FP-I=SA] – Imprensa como sexta arma	--	--	--	--	--	--		
Discurso autorreferencial	Discurso autorreferencial	[DAF] – Discurso autorreferencial	38	10	14	19	4	5
		[DAF=TEP] – Tomada explícita de posição (quando a fala ocorre em 1ª pessoa do plural)	10	2	1	3	1	1
		[DAF=L/Df/J-P] – Defesa/justificativa/legitimação das tomadas de posição do jornal	8	3	2	4	2	1
		[DAF-VM=IE] – Visões de mundo = ideia de evolução	4	2	2	2	--	--
		[DAF-VM=ICCP] – Visões de mundo = ideia da criação de condições psicológicas	1	--	1	--	--	--
		[DAF-VM=HJ] – A história é quem julgará os homens e acontecimentos	8	2	--	3	--	1

ANEXO 21 – Exemplo de como as categorias são marcadas no texto e que surgem a partir dos textos

Jornal do Brasil – 1955 – 45 editoriais escolhidos para a amostragem = 15% do total das edições		
Semana	Dia da semana	Título do texto editorial
1	Terça	“No caminho da restauração”, <i>Jornal do Brasil</i> , 04 de janeiro de 1955, 1º C, p.5.
2	Quarta	“Câncer e prova hospitalar”, <i>Jornal do Brasil</i> , 12 de janeiro de 1955, 1º C, p.5.
3	Quinta	<p>“A solução está com os partidos”, <i>Jornal do Brasil</i>, 20 de janeiro de 1955, 1º C, p.5. - [P-SD]</p> <p>Resumo:</p> <p>[DAF=TEP] [FP=ACP-Ad/Es/Ac/In-PG] [DPR] “Precisamos demonstrar que o nosso sistema democrático não é apenas uma imitação do de outros povos e que o mesmo se encontra arraigado na consciência da coletividade. [E-SD=CFG]. Um país onde a democracia criou raízes profundas não tem medo de sua prática através das eleições livres. [V-SD] [DAF-VM=IE] O voto é o aperfeiçoamento da vontade popular dentro das etapas da evolução social. [DNR] O medo ao pronunciamento popular é sinal de que o sistema não encontra a necessária receptividade. [DNR] Nos últimos tempos, toda vez que se cogita da escolha do dirigente supremo de nossos destinos, estabelece-se uma verdadeira confusão, porque alguns pretendem não consentir que a vontade popular se manifeste neste ou naquele sentido, sob a ameaça de que qualquer desvio de preferência provocará reação de outras forças além da soberania popular e que podem alterar pela violência os desígnios da massa.</p> <p>[DAF=TEP] [FP=ACP-Ad/Es/Ac/In-PG] [D=A] [P=E] Precisamos não nos deixar intimidar por esses pruridos de liderança que se sobrepoem à vontade coletiva, mantendo a maioria a cabeça no lugar, sem se deixar impressionar pelos que tem manifesta tendência para entender que só existe regime democrático quando o povo se deixa orientar pelas raras cabeças que se julgam detentoras da verdade política.</p> <p>[DAF=TEP] [FP=ACP-Ad/Es/Ac/In-PG] [P-SD] Já tivemos ocasião de dizer, mais de uma vez, que aos partidos, dentro dos quadros traçados pela Constituição[exclui o PC], cabe decidir sobre a matéria eleitoral, quer apresentando candidatos, quer realizando uma aglutinação de forças, pela aliança com outras agremiações legais, para a escolha de um nome que mereça a confiança de seus líderes e se imponha à simpatia dos eleitores.</p> <p>[FP=ACP-Ad/Es/Ac/In-PG] Esta última fórmula, no momento de crise como este que o País atravessa, seria, sem dúvida, a fórmula ideal e que melhor consulta aos supremos interesses de uma coletividade que precisa resguardar-se de abalos que possam trazer consequências imprevisíveis. Caso, porém, essa ‘entente’ entre os partidos com idêntico programa, inspirado nas fontes democráticas, não se harmonize na escolha de um nome que reúna as qualidades necessárias para grande investidura, <u>teremos que aceitar a disputa dentro da concorrência entre nomes. – descarta soluções fora das eleições.</u></p> <p>[V-SD] Nessa hipótese o eleitorado seria o árbitro da contenda, cabendo-lhe decidir, sem constrangimento de nenhuma espécie, a quem caberá dirigir os destinos nacionais. [E-SD=CFG] Fora desses limites não haverá solução que se coadune com o normal funcionamento do regime democrático.</p>

ANEXO 22 – Capa do Jornal do Brasil antes das mudanças no layout – 26 de maio de 1955



ANEXO 23 - Capa do Jornal do Brasil após as mudanças no layout - 10 de setembro de 1957

JORNAL DO BRASIL

São de Janeiro - Domingo, 10 de setembro de 1957

AN. 1222 - R. 7-71

Intervenção acaba na carne e ameaça o arroz

AVISOS

AVISOS
OBSERVAÇÃO: Este espaço é reservado para avisos de caráter pessoal e profissional. Os avisos devem ser encaminhados para o Departamento de Publicidade, Rua do Diário da Manhã, nº 10, Caixa Postal 1000, Rio de Janeiro, RJ.

ENTREVISTA

ENTREVISTA
OBSERVAÇÃO: Este espaço é reservado para entrevistas com personalidades da vida cultural, política e social. As entrevistas devem ser encaminhadas para o Departamento de Publicidade, Rua do Diário da Manhã, nº 10, Caixa Postal 1000, Rio de Janeiro, RJ.

DECLARAÇÕES DE ASSINANTES

DECLARAÇÕES DE ASSINANTES
OBSERVAÇÃO: Este espaço é reservado para declarações de assinantes do jornal. As declarações devem ser encaminhadas para o Departamento de Publicidade, Rua do Diário da Manhã, nº 10, Caixa Postal 1000, Rio de Janeiro, RJ.

Governo nega crise entre Marinha e Aeronáutica por causa do porta-aviões

O chefe-geral da Marinha, almirante Carlos de Almeida, afirmou hoje que não há crise entre a Marinha e a Aeronáutica por causa do porta-aviões. Ele afirmou que o governo não tem intenção de comprar um porta-aviões e que a Marinha não está interessada em adquirir um.

BANDEIRAS PARA SAÍDAR KRENDEL



O EXEMPLO FEM DE RIJO



'Tata' de novo mistério: casco submerso era banco de coral no fundo do mar

O casco do 'Tata' submerso há 10 dias no fundo do mar não era um banco de coral, mas um banco de areia. Os pesquisadores descobriram isso após uma série de mergulhos e análises.

Magalhães Pinto entregará 'abacaxi' a Jânio Quadros: a solução da crise na UDN

Magalhães Pinto entregará o 'abacaxi' a Jânio Quadros, o que significa a solução da crise na UDN. Isso ocorre porque Pinto não pode assumir o cargo de governador de Minas Gerais devido a problemas de saúde.

Advertisement for 'ASfalto Selvagem' by Nelson Rodrigues, published in 'Ultima Hora'.

Latino-americanos não querem desarmamento: governos podem cair

Os latino-americanos não querem desarmamento porque acreditam que isso levaria ao colapso dos governos. Eles acreditam que a presença de armas é necessária para manter a ordem e a estabilidade política.

A propósito da intervenção na carne e ameaça o arroz. O governo está tomando medidas para controlar o preço da carne e garantir a segurança alimentar. Isso inclui a intervenção no mercado de grãos e a regulamentação da produção de carne.

PRATYDÃO

PRATYDÃO
OBSERVAÇÃO: Este espaço é reservado para notícias e comentários sobre o movimento Pratydão. O Pratydão é um movimento de estudantes e jovens que luta por reformas políticas e sociais.

Nesta edição

Nesta edição
30 páginas
2 cadernos
Revista de Doméstica e Suplemento Infantil

Magalhães Pinto entregará 'abacaxi' a Jânio Quadros: a solução da crise na UDN

Magalhães Pinto entregará o 'abacaxi' a Jânio Quadros, o que significa a solução da crise na UDN. Isso ocorre porque Pinto não pode assumir o cargo de governador de Minas Gerais devido a problemas de saúde.

Latino-americanos não querem desarmamento: governos podem cair

Os latino-americanos não querem desarmamento porque acreditam que isso levaria ao colapso dos governos. Eles acreditam que a presença de armas é necessária para manter a ordem e a estabilidade política.

ANEXO 24 – Capa Correio da Manhã, com a rotativa de 9 colunas – 29 de agosto de 1954

Correio da Manhã

Fundador — EDMUNDO BITTENCOURT

ESTRADA DE JARAGUÁ, DOMINGOS, 29 DE AGOSTO DE 1954

ESTRADA DE JARAGUÁ, DOMINGOS, 29 DE AGOSTO DE 1954

ESTRADA DE JARAGUÁ, DOMINGOS, 29 DE AGOSTO DE 1954

ESTRADA DE JARAGUÁ, DOMINGOS, 29 DE AGOSTO DE 1954

ESTRADA DE JARAGUÁ, DOMINGOS, 29 DE AGOSTO DE 1954

“Os provocadores em ação”

Um artigo de “La Prensa” sobre a situação brasileira

Um artigo de “La Prensa” sobre a situação brasileira...



Contra a CED todas as Comissões da Assembléia Nacional Francesa

Em debate ininterrupto — Posição de Mendes-France

Contra a CED todas as Comissões da Assembléia Nacional Francesa...

NESTA EDIÇÃO
2 CADERNOS
46 PAGINAS
C\$ 1,50

Disputa hiso-indiana

Disputa hiso-indiana...

Afronta aos mortos das Nações Unidas

A afronta aos mortos das Nações Unidas...

RESENHA INTERNACIONAL

RESENHA INTERNACIONAL...

“Aceitamos o desafio russo”

“Aceitamos o desafio russo”...

Navios russos no Atlântico

Navios russos no Atlântico...

Um ponto em foco



Decisão da Internacional Liberal

Decisão da Internacional Liberal...

Um ponto em foco



Um ponto em foco



Banco de Crédito Mercantil S. A.

Banco de Crédito Mercantil S. A....

HERNIA

HERNIA...

DIVERGEM E ASSEMBELHAM-SE OS PARTIDOS BRITANICOS
Após breve campanha sem brilho decide-se hoje o pleito eleitoral

LONDRES, 25. — Ao fim de uma campanha eleitoral sem brilho, os partidos britânicos decidiram hoje o pleito eleitoral. Os conservadores, os trabalhistas e os liberais se reuniram para discutir a estratégia a ser adotada. Os conservadores, liderados por Churchill, defendem uma política de firmeza em relação à Alemanha e à Rússia. Os trabalhistas, liderados por Aneurin Bevan, defendem uma política de conciliação e cooperação com os países do bloco soviético. Os liberais, liderados por Churchill, defendem uma política de equilíbrio e justiça social.

Será afinal em Lausanne, a 18 de julho a breve Conferência dos Quatro Grandes
Adenauer insiste na luta contra a neutralização da Alemanha — Fogem os moços alemães da Zona Russa

BRUXELAS, 25. — A conferência dos quatro grandes países — Estados Unidos, França, Reino Unido e União Soviética — será realizada em Lausanne, na Suíça, a 18 de julho. O chanceler alemão, Konrad Adenauer, insistiu hoje na luta contra a neutralização da Alemanha. Ele afirmou que a Alemanha não pode ser considerada neutra enquanto não houver uma solução definitiva para o problema da Alemanha Oriental. Além disso, ele mencionou a fuga de milhares de jovens alemães da Zona Russa para o Ocidente.

WASHINGTON, 25. — O presidente Eisenhower afirmou hoje que a conferência dos quatro grandes países será realizada em Lausanne, na Suíça, a 18 de julho. Ele afirmou que os Estados Unidos estão prontos para participar da conferência e que a neutralização da Alemanha não é uma opção para os americanos.

Um olhar eloquente



Um olhar eloquente. O menino observa através do telescópio o mundo lá fora.

NOTÍCIAS DE PORTUGAL

AS CAPSULAS
 O ministro da Saúde anunciou hoje que o governo português vai introduzir a venda de capsulas de contracepção para mulheres. A medida é considerada uma inovação importante na política de saúde pública do país.

BELGRADO FOI ENGALANADA PELO ANIVERSÁRIO DE TITO

Belgrado foi engalanada pelo aniversário de Tito
Chegará hoje a Belgrado o marechal Bulgarin — Em junho outra conferência com enviados das Democracias

Preso o ex-“premier” da Indochina

Preso o ex-“premier” da Indochina
O governo de Hanoi faz capturar ao general da Indochina

CAFÉ COLOMBIANO PARA A ALEMANHA
Acordo entre os dois países — A reunião de Nova York

BOGOTÁ, 25. — O acordo entre a Alemanha e a Colômbia para a exportação de café para a Alemanha foi assinado hoje em Nova York. O acordo prevê a exportação de 100.000 toneladas de café colombiano para a Alemanha durante o ano de 1955. Além disso, a reunião dos quatro grandes países será realizada em Lausanne, na Suíça, a 18 de julho.

DA IMPRENSA MUNDIAL

DA IMPRENSA MUNDIAL
 O jornal de Tóquio, o Yomiuri Shimbun, publicou hoje uma reportagem sobre a situação política na Alemanha. O jornal afirmou que a Alemanha não pode ser considerada neutra enquanto não houver uma solução definitiva para o problema da Alemanha Oriental. Além disso, o jornal mencionou a fuga de milhares de jovens alemães da Zona Russa para o Ocidente.

PERÓN NÃO ASSISTIU AO SOLENE “TE-DEUM”
Manifestações no Chile contra a campanha peronista — Data da Independência da Argentina

BUENOS AIRES, 25. — Juan Perón não assistiu ao solene “te-deum” em homenagem à independência da Argentina, realizado hoje em Buenos Aires. Perón afirmou que não pode comparecer ao evento porque está viajando para o exterior. Além disso, manifestações contra a campanha peronista foram realizadas no Chile.

Resenha Internacional

Resenha Internacional
 O governo japonês anunciou hoje que vai enviar uma delegação para a conferência dos quatro grandes países em Lausanne, na Suíça. A delegação será liderada pelo ministro das Relações Exteriores, Arai Hakuseki.

DE TODO O CONTINENTE

DE TODO O CONTINENTE
 O governo brasileiro anunciou hoje que vai enviar uma delegação para a conferência dos quatro grandes países em Lausanne, na Suíça. A delegação será liderada pelo ministro das Relações Exteriores, Carlos de Campos.

ASMA

ASMA
 O medicamento ASMA é indicado para o tratamento da asma brônquica. Ele atua relaxando os músculos das vias aéreas e reduzindo a produção de muco.

PERGUNTAS E RESPOSTAS

PERGUNTAS E RESPOSTAS
 Pergunta: Qual é a diferença entre a asma e a bronquite?
 Resposta: A asma é uma doença crônica das vias aéreas, caracterizada por episódios de tosse e falta de ar. A bronquite é uma inflamação das vias aéreas, geralmente causada por uma infecção viral.

DETERGIL

DETERGIL
 O detergente DETERGIL é indicado para a limpeza de louças e roupas. Ele remove a gordura e os resíduos de alimentos de forma eficiente.

ANEXO 27 - Capa Última Hora, 26 de maio de 1955

"Não Existe no Manifesto Nenhum Aceno à Quebra de Compromissos" (Linha de 2ª Página)

"DUVIDAR QUE EU SEJA NACIONALISTA É UM AGRÁVO GRATUITO QUE NÃO POSSO ADMITIR"



Ademar Propõe um Entendimento Entre as Forças Populares e Nacionalistas!

Como Entrevista de Quarenta Minutos o Chefe Social Progressista Faz Uma Exposição Das Lutas Mestras de Seu Programa. Logo Após Ter a Sua Mente Induzida à Consciência Nacional do PPS - "Uma Candidatura Leitura e Não Apenas Fabricação em Correr"

Vão Ser Majorados os Preços Dos Cinemas (Linha 2ª e 3ª Página)

FALTA ATÉ FALTA NO GABINETE DO PREFEITO

AMEAÇADA A PREFEITURA DE COLAPSO FINANCEIRO

Para Que Vá o Distrito One e Municipalidade Acomoda? - Balanço de Despesa e de Receita da Cidade - Quando Surge a Exigência de Fapromobilização e os Custos Engorçados - Quando Pelo Artista e Manuseio de Sr. Alípio Pereira de Lajallete Castro. ÚLTIMA HORA Além e Debate Sobre o Compromisso da Cidade Para 1956 - (Linha 2ª e 3ª PÁGINA) DESTA CADEIRADA

JANEIRO MAL DONADO AMEAÇADA DE PRISÃO (Linha 2ª e 3ª Página)



Zero Hora

FEDERAÇÃO PARA O COMÉRCIO BRASILEIRO... (Linha 2ª e 3ª Página)

O CASO DA PANAIR (QUE NÃO É MAIS DO BRASIL)

Em entrevista, o sr. Paulo Henrique de Godoy, diretor da Panair, afirma que a empresa não é mais brasileira... (Linha 2ª e 3ª Página)

Para Que Vá o Distrito One e Municipalidade Acomoda? - Balanço de Despesa e de Receita da Cidade - Quando Surge a Exigência de Fapromobilização e os Custos Engorçados - Quando Pelo Artista e Manuseio de Sr. Alípio Pereira de Lajallete Castro. ÚLTIMA HORA Além e Debate Sobre o Compromisso da Cidade Para 1956 - (Linha 2ª e 3ª PÁGINA) DESTA CADEIRADA

Última Hora 2 (Linha 2ª e 3ª Página)

Table with financial data, including columns for 'RECEITA' and 'DESPESA'.

MODIFICAÇÃO RADICAL NA DIREÇÃO DA PANAIR

Eden e Atlee Já Votaram... (Linha 2ª e 3ª Página)

Como o Tesouro Nacional é Furtado na Alfândega!

(Linha EDUAR MORAES, EM "CIBABE ABERTA", NA SETIMA PAGINA)

Juscelino Consolida a Vitória Nos Diálogos de Rua Com o Povo

Magalhães Entre Val Terceira... (Linha 2ª e 3ª Página)

DESASTROSA PARA O BRASIL A QUEDA DE PREÇOS DO CAFÉ

15 Dias no "Hotel Londres" de São Lourenço, Para Todos os Diplomados!

PAULO BARRETO PARA A JERONIMA... (Linha 2ª e 3ª Página)

MILAO, 26, (urgente) - Faleceu às 13,30 horas (GMT) o corredor Alberto Ascari, vítima de um acidente no autódromo de Monza.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br